



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1597

Terça-feira - 21 de Outubro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Jacinto Machado .....	497	Xavantina .....	724
Antônio Carlos .....	10	Joaçaba.....	499	Xaxim.....	749
Ascurra.....	14	Lages .....	504		
Aurora .....	15	Lauro Muller .....	510	<b>Associações</b>	
Balneário Rincão .....	21	Lebon Regis .....	511	AMAI .....	749
Benedito Novo .....	22	Leoberto Leal .....	513	AMAUC.....	750
Biguaçu .....	23	Luzerna .....	514	AMMVI .....	753
Blumenau .....	36	Mafra .....	516		
Bom Jesus do Oeste .....	36	Maracajá .....	519	<b>Consórcios</b>	
Bom Retiro .....	38	Maravilha.....	521	AGIR .....	761
Braço do Trombudo.....	39	Meleiro .....	522	ARIS .....	763
Brunópolis .....	66	Modelo .....	523	CIGA .....	763
Brusque.....	67	Morro da Fumaça .....	527	CIS/AMUREL.....	764
Caçador.....	71	Navegantes.....	528	CIS/AMURES.....	764
Camboriú.....	72	Nova Trento .....	530		
Campo Alegre .....	77	Novo Horizonte .....	535		
Campos Novos .....	233	Orleans .....	535		
Canoinhas.....	250	Palhoça .....	539		
Capinzal .....	253	Palmitos .....	548		
Catanduvas.....	254	Papanduva.....	548		
Chapadão do Lageado .....	255	Passos Maia .....	551		
Cocal do Sul.....	256	Paulo Lopes .....	552		
Concórdia .....	258	Penha.....	554		
Coronel Martins.....	259	Pinheiro Preto .....	554		
Correia Pinto.....	260	Pomerode .....	561		
Corupá .....	266	Porto Belo.....	561		
Curitibanos .....	267	Porto União.....	564		
Dionísio Cerqueira .....	268	Presidente Castello Branco.....	568		
Doutor Pedrinho.....	268	Rio do Sul.....	570		
Forquilha.....	272	Salto Veloso.....	573		
Fraiburgo.....	278	Santa Terezinha do Progresso .....	574		
Frei Rogério .....	458	Santiago do Sul.....	575		
Galvão.....	458	São Bento do Sul.....	577		
Garopaba.....	459	São Cristóvão do Sul.....	594		
Garuva .....	461	São Domingos.....	594		
Gaspar .....	470	São José.....	595		
Governador Celso Ramos .....	472	São José do Cedro.....	608		
Grão Pará .....	472	São Lourenço do Oeste.....	610		
Guaramirim.....	473	Schroeder .....	615		
Guarujá do Sul .....	476	Serra Alta .....	644		
Herval d'Oeste .....	477	Sombrio.....	645		
Ibiam .....	479	Timbé do Sul .....	646		
Ilhota .....	480	Timbó .....	646		
Imbituba .....	482	Treze Tilias .....	647		
Indaial.....	484	Turvo .....	648		
Ipumirim .....	485	Vargeão.....	650		
Irineópolis .....	490	Vargem Bonita .....	650		
Itapiranga.....	492	Videira.....	651		
Itapoá .....	494	Vitor Meireles.....	723		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



# Água Doce

## PREFEITURA

### Decreto N 105 2014

DECRETO Nº 105 /2014 - 13 DE OUTUBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Novelli Sganzerla, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246/2013, de 03 de dezembro de 2013,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica criado e suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ÁGUA DOCE  
10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
4.4.90.00.0.1.0680.0/73 Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

TOTAL GERAL R\$ 2.200,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0680 –Transferências de Recursos do Estado – Sala de Vacina.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de outubro de 2014.  
Novelli Sganzerla  
Prefeito Municipal

### Edital de Convocação Nº 014/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2014

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 1.163/01 de 29/05/2001, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública da LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.015.

Data da Audiência: 29/10/2014

Início: 14h00min

Local: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Água Doce

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de outubro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal



**Edital Infração Nº 774 364 2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 364/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABP1216	8774075564	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ADP3818	8774074898	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHE4002	8774076025	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
APS4680	8774076369	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
APS4680	8774076443	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASK8690	8774076346	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASU4745	8774075387	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXT9806	8774076299	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXX1289	8774076676	7463/0	31/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
AYK0897	8774076872	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BEM3224	8774076149	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
BRD5459	8774074783	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
CZF8779	8774074323	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DBX0490	8774075998	7463/0	13/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
DGG3938	8774075080	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DSG6841	8774076592	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
EIR6256	8774075111	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
EIR6256	8774075264	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
EIR6256	8774075339	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
EIR6256	8774075955	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EIR6256	8774076349	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EIR6256	8774076613	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EIR6256	8774076655	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EXY5198	8774075252	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
GTC2089	8774075567	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IOV0286	8774076431	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IRO9623	8774076798	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXG5527	8774076451	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYF6191	8774076539	7463/0	01/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZP5661	8774076560	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAE7278	8774074936	7455/0	15/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAS7076	8774074928	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAT0487	8774076589	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCD2009	8774074808	7455/0	11/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCK2417	8774074853	7463/0	04/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDE4909	8774074740	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK9805	8774074975	7463/0	08/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDT6073	8774075450	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDW8650	8774076392	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC8003	8774076482	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF0974	8774076434	7471/0	25/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEF0974	8774076472	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF0974	8774076475	7471/0	22/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEF0974	8774076626	7471/0	30/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEJ0785	8774076367	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MET7315	8774011303	7455/0	23/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MEX7567	8774074751	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFE4008	8774076602	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFE4008	8774076604	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFE4008	8774076661	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM7255	8774074822	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ6203	8774076493	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ7255	8774076350	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV1897	8774076355	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV1897	8774076363	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHF0919	8774076683	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHJ5998	8774076397	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHJ8490	8774076524	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHN5134	8774076393	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU2309	8774076358	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHY5452	8774076429	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA7255	8774076485	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT0367	8774076360	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJO2260	8774075379	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU8340	8774076381	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR9635	8774076387	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP5903	8774076564	7463/0	03/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLP5903	8774076612	7463/0	28/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLP5903	8774076652	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLU0681	8774074888	7455/0	11/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLV5455	8774076425	7463/0	25/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
NGJ4510	8774076826	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
NGU1996	8774076662	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
OMW5303	8774075381	7463/0	02/07/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**Edital Infração Nº 128 667 2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 667/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKN5260	54995443E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
IKS8672	54995441E	5185/1	22/07/2014	R\$ 127,69	167
LZS1293	54995448E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
MAS7076	54995514E	5525/0	13/06/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MEP1042	54995449E	5185/1	03/08/2014	R\$ 127,69	167
MFM1622	54995505E	5380/0	27/05/2014	R\$ 85,12	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**Edital Infracao Nº 128 666 2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 666/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYD4109	54995496E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFR5450	54995562E	5010/0	28/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA



**Edital Infração Nº 128 665 2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 128 665/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGQ0437	54995670E	5185/1	06/09/2014	167
AOT3934	54995614E	5487/0	09/09/2014	181 * XI
AXJ8759	54995715E	5452/1	08/09/2014	181 * VIII
CMG1789	54995672E	5185/1	08/09/2014	167
LXE1585	54995719E	5185/1	09/09/2014	167
MAB1406	54995524E	5185/1	30/08/2014	167
MAB1406	54995572E	5207/0	30/08/2014	169
MAB1406	54995573E	5835/0	30/08/2014	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**Edital Infração Nº 128 664 2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 128 664/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAB1406	54995574E	5274/1	30/08/2014	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Lei Nº 1.465/2014

LEI 1.465/2014

“altera artigos e anexos das Leis municipais que especifica e dá outras providências”.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1º O art. 93 da Lei Municipal 1.292, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93 A Macro zona Urbana desdobra-se nas seguintes Zonas:

- I. Zona Residencial 1 (ZR 1);
- II. Zona Residencial 2 (ZR 2);
- III. Zona Residencial 3 (ZR 3);
- IV. Zona Residencial 4 (ZR 4);
- V. Zona Residencial 5 (ZR 5)
- VI. Zona de Uso Especial (ZUE);
- VII. Zona Especial Institucional (ZEI);
- VIII. Zona Industrial 1 (ZI 1);
- IX. Zona Industrial 2 (ZI 2)..”

Artigo 2º O art. 2º da Lei Municipal 1.293, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º São partes integrantes desta lei os seguintes anexos:

- I. Anexo 1 - Mapa do Perímetro Urbano da Sede
- II. Anexo 2 - Perímetros Urbanos do Município de Antônio Carlos, que apresenta outras áreas que passaram a pertencer à Zona Urbana do município de Antônio Carlos com a aprovação do atual Plano Diretor em Novembro de 2010.
- III. Anexo 3 - Mapa de Ampliação do Perímetro Urbano - Bairro do Louro”

Artigo 3º Cria o art. 5-A na Lei Municipal 1.293, de 09 de novembro de 2010, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5-A O trecho de ligação entre a Área Urbana da sede (localizada no início da Rua Leopoldo Freiberg) e o núcleo Urbano do bairro do louro na Rua Leopoldo Freiberg, passa a ser Área Urbana, conforme mapa do anexo III .

Artigo 4º Os incisos do art. 16 da Lei Municipal 1.294, de 09 de novembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 (...)

- I. Zona Residencial 1 (ZR 1);
- II. Zona Residencial 2 (ZR 2);
- III. Zona Residencial 3 (ZR 3);
- IV. Zona Residencial 4 (ZR 4);
- V. Zona Residencial 5 (ZR5);
- VI. Estação de Tratamento de Água (ETA)
- VII. Zona Especial de Uso Turístico (ZEUT);
- VIII. Zona Especial Institucional (ZEI);
- IX. Zona Industrial 1 (ZI 1);
- X. Zona Industrial 2 (ZI 2).

Artigo 5º Cria o art. 20-A na Lei Municipal 1.294, de 09 de novembro de 2010, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20-A Zona Residencial 5 (ZR5) - ocupações residenciais nos

Núcleos Urbanos, em bairros com características rurais. Pouca densidade de residências, existência de vegetação nativa, sendo indicado a ocupação por residências unifamiliares e comércio locais.”

Artigo 6º O art. 37 da Lei Municipal 1.294, de 09 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37 Em caso de um mesmo lote ficar em zonas diferentes prevalecerão os critérios mais restritivos. Caso ele esteja em Zona Rural e Zona Urbana e havendo interesse do proprietário, o terreno passará a possuir características Urbanas. Para estes casos deverá ser ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), sendo dispensado da análise pelo conselho os casos em que o terreno estiver com mais de 51% de sua área já localizada em Zona Urbana.”

Artigo 7º As áreas hachuradas na cor alaranjado no anexo 2 - Mapa de Macro Zoneamento Municipal, da Lei Municipal nº. 1.294/2010, compreendendo os Bairros de Santa Maria, Louro, Rachadel e Santa Barbara, terão sua acupação nos moldes da Zona Residência 5 (ZR5).

Artigo 8º As áreas hachuradas na cor mostarda no anexo 4 - Mapa de Zoneamento Urbano da Sede da Lei Municipal nº. 1.294/2010, compreendendo Avenida João Antônio Besen e o Rio Biguaçu, cujo zoneamento é Zona Residência 2 (ZR2) terá sua acupação nos moldes da Zona Residência 4 (ZR4).

Artigo 9º Fica alterado o anexo 5 da Lei 1.294, de 09 de novembro de 2010, que Dispõe sobre a Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Urbano, conforme anexo II que segue.

Artigo 10º Fica Alterado o anexo 1 da Lei 1.295, de 09 de novembro de 2010, que Dispõe sobre a Mobilidade Municipal e Urbana e Hierarquização do Sistema Viário e dimensionamento das vias públicas para o Município, conforme anexo III que segue.

Artigo 11º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Artigo 12º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 06 de outubro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### ANEXO I

Anexo 3 da Lei 1.293, de 09 de novembro de 2010.

Mapa de Ampliação do Perímetro Urbano

### ANEXO II

Anexo 5 da Lei 1.294, de 09 de novembro de 2010.

Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Urbano



PARÂMETROS DE USO DO SOLO URBANO		
ZONAS	PERMITIDAS	PERMISSÍVEIS
Zona Residencial 1 (ZR1)	Habitação Unifamiliar	Uso comunitário 1 Uso comunitário 2 Comércio e serviço vicinal e de bairro Comércio e serviço setorial
Zona Residencial 2 (ZR2)	Habitação Unifamiliar Habitação coletiva horizontal Uso institucional Uso comunitário 1 Comércio e serviço vicinal e de bairro	Uso comunitário 2 Uso comunitário 3 Comércio e serviço setorial
Zona Residencial 3 (ZR3)	Habitação Unifamiliar Habitação coletiva vertical Uso institucional Uso comunitário 1 Uso comunitário 2 Comércio e serviço vicinal e de bairro Comércio e serviço setorial	Uso comunitário 3 Comércio e serviço geral Comercio e serviço específico 2
Zona Residencial 4 (ZR4)	Habitação Unifamiliar Habitação coletiva vertical Uso comunitário 4	Comércio e serviço vicinal e de bairro Comércio e serviço setorial
Zona Residencial 5 (ZR5)	Habitação Unifamiliar Comércio de Serviço Vicinal e de Bairro Comércio e Serviço Geral	Uso comunitário 1 Uso comunitário 2 Uso comunitário 3 Uso comunitário 4 Comércio e serviço setorial
Estação de Tratamento de Água	Institucional	-
Zona de Uso Especial	Uso institucional Uso comunitário 2 Uso comunitário 4	Comércio e serviço vicinal e de bairro
Zona Especial Institucional	Uso institucional Uso comunitário 3 Uso comunitário 4	Habitação Unifamiliar Comércio e serviço vicinal e de bairro
Zona Industrial 1 (ZI 1)	Habitação coletiva vertical Uso institucional Uso comunitário 1 Uso comunitário 2 Comércio e serviço vicinal e de bairro Comércio e serviço setorial Comércio e serviço específico 1 Indústria tipo 1	Habitação Unifamiliar Habitação coletiva horizontal Comércio e serviço geral
Zona Industrial (ZI 2)		Habitação Unifamiliar Comércio e serviço setorial

PARÂMETROS DE USO DO SOLO URBANO								
ZONAS(1)	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%) (2)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAV.) (3)	LOTE MÍNIMO/TESTADA MÍNIMA (m²/m)	RECUOS (m) (4)		
						FRENTE	LATERAL	FUNDOS
ZR 1	1	60	25	2	360/12	4	1,5	1,5
ZR 2	1	60	25	2	360/12	4	1,5	1,5
ZR 3(8)	2	60	25	4	360/12	4	1,5	1,5
ZR 4	3	60	25	6	360/12	4	1,5	2,5
ZR 5	1	60	25	2	450/15	4	1,5	2,5
ETA								
ZUE	0,5	25	50	2	2000/ 20	10	3	5
ZEI	1	60	25	4	360/12	4	1,5	1,5
ZI 1	1	60	25	2	1000/20(11)	6	1,5	2,5
ZI 2	1,4	65	25	2	1500/30	10	2	2,5



**Notas:**

(1) As áreas de preservação permanente deverão ser cumpridas de acordo com a legislação vigente.

(2) Possibilidade de taxa de ocupação de 100% para casos especiais a serem liberados após análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal

(3) Para edificações com quatro pavimentos ou mais, poderá ser construído um pavimento sem ser computado, logo acima do pavimento térreo desde que seja exclusivamente para vagas de garagem do prédio. Para esta situação este pavimento bem como o pavimento inferior a este, poderão ter taxa de ocupação de até 80%, sendo dispensados os afastamentos laterais e de fundos. Para esta situação, será obrigatória a utilização dos elevadores; Nestes casos será adotada taxa de permeabilidade de no mínimo, 15% (quinze por cento)

(4) Deverão ser atendidas as exigências mínimas de iluminação e ventilação; em construções de alvenaria, sem aberturas laterais não há necessidade do recuo lateral, podendo ser construída parede cega na divisa do lote, sem direito a abertura de iluminação e ventilação em até 40% da profundidade do terreno e apenas nos dois primeiros pavimentos. Permite-se a construção de edícula no fundo do lote até 6m de profundidade, respeitando as normas do código de obras, posturas e parcelamento do solo.

(5) Serão aceitos também pavimentos em subsolo, restritos a 1 pavimento. Este poderá ter taxa de ocupação de 80%, sendo dispensados os afastamentos laterais e de fundos. Deverá ser respeitado o afastamento Frontal;

(6) Serão aceitos lotes de 360,00m<sup>2</sup>, desde que apresentados documentos (contratos de compra e venda, Escrituras públicas) com datas anteriores a aprovação desta lei e somente para casos de regularização fundiária.

(7) As edificações poderão ter balanços de até 1,20m acima do pavimento térreo, sobre o recuo frontal. Nos afastamentos laterais e de fundos, deverá ser mantido o afastamento mínimo em todos os andares.

(8) Preferência do uso comercial e de serviços para os lotes com testada para as ruas: Newton Olegário Schmitt e Antônio José Zimmermann.

(9) As edificações com uso de serviço e comércio, deverão respeitar recuo de 6m (seis metros).

(10) As edificações comerciais que realizarem recuo poderão utilizá-lo como área de estacionamento desde que observadas as normas da Lei de Mobilidade.

(11) É permissível a construção de residências com lote mínimo de 360m<sup>2</sup>, para suprir a necessidade dos funcionários das indústrias desta zona.

(12) Para as edificações comerciais a taxa de permeabilidade será de, no mínimo, 10% (dez por cento).

(13) Tratando-se do tipo de indústria, do qual necessite de maior altura para suas operações industriais de instalação de equipamentos e produtos operacionais, poderá ter sua altura aumentada proporcionalmente conforme projeto construtivo operacional.

(14) Nas áreas industriais, poderá ser reduzido a taxa de permeabilidade menor que 65%, desde que a drenagem pluvial na área da indústria seja implantada e conduzida até o corpo receptor, não comprometendo a drenagem urbana existente, devendo

ser apresentado projeto de engenharia específico para análise e aprovação pelo Município e implantado exclusivamente pelo interessado.

**ANEXO III**

Anexo 1 da Lei 1.295, de 09 de novembro de 2010.

**Características Geométricas das Vias Municipais**

CATEGORIAS DAS VIAS	SEÇÃO NORMAL DA VIA (m)	PISTA DE ROLAMENTO (m)	FAIXA DE MANUTENÇÃO (m)	INCLINAÇÃO MÍNIMA (1) (%)	RAMPA MÁXIMA (2) (%)
Via Municipal Principal	15,00	7,00	(E) 4,00 (D) 4,00	0,5	20
Via Municipal Secundária	12,00	8,00	(E) 2,00 (D) 2,00	0,5	20
Via Municipal Rural	8,00	8,00	(E) 0,00 (D) 0,00	0,5	20

**Nota:**

(1) Os passeios terão uma inclinação transversal do alinhamento do lote para o meio-fio de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento).

(2) Não serão necessários passeios na via municipal rural, uma vez que a mesma só será aceita em áreas rurais, onde não se faz necessária a pavimentação e o espaço para tráfego de pedestres. Caso a mesma passe a incorporar a área urbana deverá ser acrescido o passeio em ambos os lados em medidas não inferior a 2,00m de largura.

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 116/2014****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 116/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 055/2014 - Tomada de Preço 01/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Construtora De Ângelo Eireli EPP; Objeto: Aditivar o valor do presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço GLOBAL, para a construção de uma Unidade Básica de Saúde, com fornecimento de material e mão de obra, com área a ser construída em alvenaria de 572,84m<sup>2</sup>, na Rua VI de Novembro, nº. 210, Centro do município de Antônio Carlos/SC, com recurso do SISMOB - Ministério da Saúde, via PAC2, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos"; Valor do Aditivo: R\$ 3.756,81 (três mil setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos); Valor do Contrato Aditivado: R\$ 1.160.437,89 (um milhão cento e sessenta mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos).

Antônio Carlos, 14 de outubro de 2014.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal



**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 94/2014**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 94/2014; Modalidade: Tomada de Preço nº. 08/2014; Tipo: Empreitada por Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na execução de serviços de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, com fornecimento de material e mão de obra, da Rua 06 de Novembro, com a extensão de 1.000,00 metros, no Centro do município de Antônio Carlos/SC, com recursos do FUNDAM - governo do Estado de Santa Catarina, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos. Entrega dos envelopes e abertura: 05 de novembro de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, a partir do dia 22 de outubro de 2014, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 20 de outubro de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 103/2014**

DECRETO Nº 103/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.600,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS  
06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS  
06.01.06.181.0006.2.017-4.4.90.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.600,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 1.600,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de Outubro de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Portaria N 461/2014**

PORTARIA Nº 461/2014.

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, o servidor JOSE FRANCISCO HAMMES, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 10 de novembro de 2014, referente ao período aquisitivo de 10/01/2011 a 09/01/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 21 de outubro de 2014.



# Ascurra

## PREFEITURA

### Lei Nº 1379, de 17 de Outubro de 2014

LEI Nº 1379, de 17 de outubro de 2014.

"Autoriza O Poder Executivo Municipal a Conceder o Uso Individual de Bem Público a Particulares, e Dá Outras Providências."

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o uso individual de bem público à particulares para a exploração comercial de quiosque localizado na Praça Pública Municipal do Bairro Estação, neste Município de Ascurra

Parágrafo Único - O quiosque será destinado a exploração comercial para venda de produtos e gêneros assemelhados a lanches, doces, balas e bebidas, com exceção de bebidas alcoólicas de qualquer natureza, sob regime contratual de "CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO"

Art. 2º - Serão outorgadas, exclusivamente, as pessoas físicas e/ou jurídicas que atenderem à ordem classificatória de maior oferta em moeda nacional brasileira, julgados na forma da Lei Federal nº 8.666/93, na modalidade de Concorrência Pública.

Parágrafo Único - O Executivo Municipal, através de comissão designada, promoverá as avaliações da unidade a ser outorgada, valores estes que serão obtidos com base nos preços de mercado, e farão parte integrante do Edital de Concorrência Pública, com valor mínimo base para a melhor proposta.

Art. 3º - Não será permitida a outorga de concessão de uso ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Servidores deste Município, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau ou por adoção.

Art. 4º - O concessionário, nos termos da legislação vigente, ficará obrigado a zelar, conservar e manter o quiosque e partes com aparência vistosa e limpa, constituir apólice de seguro contra danos por intempéries, mantendo essas obrigações até o final da concessão, quando serão revertidos ao poder concedente, sem direito a qualquer reclamação ou indenização.

§1º - O concessionário do quiosque fica obrigado a disponibilizar os sanitários existentes neste estabelecimento para o uso da comunidade durante o seu período de funcionamento.

§2º - A manutenção e limpeza destes locais, que sempre deverão encontrar-se em condições adequadas ao uso, serão de responsabilidade do respectivo concessionário do quiosque.

§3º - O concessionário do quiosque deverá afixar uma placa, onde se indique expressamente a existência do sanitário e a sua utilidade pública amparada por esta lei.

§4º - O não cumprimento do disposto nesta lei será considerado infração e acarretará em multa pecuniária no valor de 05 (cinco) UFM (Unidade Fiscal do Município) a ser aplicada ao infrator pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 5º - A concessão de que trata esta Lei, terá seu prazo de

vigência máximo, pelo período contratual de 05 (cinco) anos, sendo facultado ao Poder Executivo, fixar período contratual menor quando do lançamento do Edital de Licitação.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 17 de outubro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 17 de outubro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo



# Aurora

## PREFEITURA

### 1500-2014

LEI Nº 1.500 DE 06 DE MARÇO DE 2.014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE AURORA-SC A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NICOLAU KOHN  
Prefeito Municipal em Exercício

### 1501-2014

LEI Nº 1.501 DE 06 DE MARÇO DE 2.014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA"

NICOLAU KOHN, Prefeito Municipal em Exercício de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal, o TRAIL CLUB DE AURORA, entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, com atividades no Município de Aurora, inscrita junto a Receita Federal com o CNPJ nº 09.653.842/0001-17.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 06 de março de 2014.  
NICOLAU KOHN  
Prefeito Municipal em Exercício

### 1502-2014

LEI Nº 1.502 DE 31 DE MARÇO DE 2.014.

Autoriza o Executivo Municipal a adequar os vencimentos dos profissionais do magistério municipal às disposições da Lei Federal nº 11.738/2008 dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com objetivo de efetuar a revisão geral dos vencimentos dos servidores do magistério municipal conforme prevê a Constituição Federal em seu art. 37, inciso X, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais em seu art. 39, § 2º e a Lei Federal nº 11.738/2008, fica concedido a partir de março do corrente ano reajuste no percentual de 8,32% (oito vírgula trinta e dois pontos percentuais) sobre a remuneração dos servidores do magistério público municipal.

Parágrafo Único Como índice aplicado à revisão geral a que se refere o caput deste artigo utilizou-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente e conforme estabelece a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008 no parágrafo único do art. 5º.

Art. 2º As despesas decorrentes de execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Aurora, 31 de março de 2014.  
NICOLAU KOHN  
Prefeito Municipal em Exercício

### 1503-2014

LEI Nº 1.503 DE 02 DE ABRIL DE 2.014.

"ALTERA O ANEXO VIII DA LEI MUNICIPAL 966/1999 QUE TRATA DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo VIII da Lei 966 de 16 de novembro de 1999 e estabelece readequação dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 2º A nova planilha de valores dos vencimentos será aplicada a partir de abril de 2014.

Parágrafo único: Diante da readequação nos valores através da presente Lei, que resulta em incremento nos vencimentos de todos os servidores municipais à exceção dos servidores do magistério, regulados por lei própria, não será concedido no ano de 2014 o reajuste anual para recomposição de perda do poder aquisitivo com data base no mês de maio e previsto no art. § 2º do artigo 31 da Lei Municipal 964/99.

Art. 3º Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 02 de abril de 2014.  
VILMAR ZANDONAI  
Prefeito Municipal



**GRUPOS OCUPACIONAIS, FUNÇÕES E NÍVEL DE VENCIMENTO.**  
**GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS.**

Quant./ocup.	Cargo	Código	Vencimentos em Reais valor atual	Vencimentos em Reais valor do projeto
01	Assistente Social	1.1.01	2.084,47	2.651,00
01	Contador	1.1.02	3.417,32	3.500,00
02	Enfermeiro	1.1.03	2.906,78	3.200,21
01	Engenheiro Agrônomo	1.1.04	2.626,56	3.498,68
01	Engenheiro Civil	1.1.05	2.626,56	3.498,68
04	Médico	1.1.06	6.519,62	8.500,31
02	Médico Veterinário	1.1.07	2.906,78	3.498,20
03	Odontólogo	1.1.08	2.830,91	3.070,93
01	Promotor de Turismo	1.1.09	2.084,47	1.930,60
01	Fonoaudiólogo	1.1.10	2.084,47	2.630,60
01	Psicólogo	1.1.11	2.084,47	2.630,60
01	Fisioterapeuta	1.1.12	1.871,93	2.153,75
01	Fiscal de Vigilância Sanitária	1.1.13	2.906,78	3.992,20
01	Assessor Jurídico	1.1.14	3.178,17	4.178,00
01	Nutricionista	1.1.15	1.453,37	1.846,10
01	Farmacêutico	1.1.16	1.453,37	1.846,10

**GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG.**

Quant/ ocup.	Cargo	Código	Vencimentos em Reais valor atual	Vencimentos em Reais valor do projeto
04	Agente Administrativo	2.2.01	703,56	1.101,30
02	Auxiliar Administrativo	2.2.02	667,81	1.101,30
02	Auxiliar Bibliotecário	2.2.03	1.034,85	1.050,46
07	Auxiliar de Enfermagem	2.2.04	586,19	1.150,92
01	Fiscal de Tributos	2.2.05	1.566,60	2.150,95
05	Agente Administrativo Auxiliar	2.2.06	642,36	1.101,30
07	Técnico de Controle Interno	2.2.07	1.566,60	2.922,11
03	Gerente Técnico Administrativo	2.2.08	1.034,85	2.100,46
01	Coordenador Cultural	2.2.08	1.034,85	2.100,46
01	Vigilante Sanitário	2.2.09	623,44	1.392,42
04	Técnico Agrícola	2.2.10	1.269,92	2.150,17

01	Técnico em Contabilidade	2.2.11	1.566,60	2.150,95
02	Técnico em Enfermagem	2.2.12	1.269,92	1.776,17
01	Auxiliar Odontológico	2.2.13	661,96	1.045,49
14	Agente Comunitário de Saúde	2.2.14	537,43	850,49
01	Vigilante Epidemiológico	2.2.15	623,44	1.020,49
01	Agente de Controle Interno	2.2.16	2.008,60	2.080,33

Quant/ ocup.	Cargo	Código	Vencimentos em Reais valor atual	Vencimentos em Reais valor projeto
20	Auxiliar de Serviços Gerais	3.3.01	623,44	1.080,49
18	Motorista	3.3.02	823,17	1.262,70
12	Operador de Máquinas	3.3.03	1.070,75	1.262,70
05	Operador Trator Agrícola	3.3.04	772,53	1.262,70
02	Operador de Britador	3.3.05	772,53	1.262,70
01	Borracheiro	3.3.06	823,17	1.100,00
04	Vigilante Noturno	3.3.07	623,44	1.040,49
22	Operário	3.3.08	623,44	1.040,49
20	Agente de Serviços Gerais	3.3.09	554,90	1.040,49
05	Agente de Serviços Específ.	3.3.10	823,17	1.162,41
05	Agente Aux. de Serv. Espec.	3.3.11	587,89	1.020,20
02	Fiscal de Obras	3.3.12	1.566,60	2.250,95
01	Mecânico	3.3.13	1.566,60	1.600,95
01	Jardineiro	3.3.14	1.035,67	1.059,22

Aurora(SC), 02 de abril de 2014.

VILMAR ZANDONAI  
 Prefeito Municipal

**1504-2014**

LEI Nº 1.504 DE 08 DE ABRIL DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRIA VINCULO DE RECURSO

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada e promulgada a presente Lei:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0400 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO



0401 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
 012.361.0008.1017 - Construção, Ampliação de unidades escolares  
 4490.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
 Vínculo - 10.100 - Recursos de Impostos e de Transf. De Imp. Educação.

0400 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
 0401 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
 012.361.0008.2028 - Manutenção da Secretaria de Educação  
 3390.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
 Vínculo - 10.100 - Recursos de Impostos e de Transf. De Imp. Educação.

0600 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
 0601 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
 015.472.004.1003- Aquisição de Terreno  
 4490.00 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00  
 Vínculo - 10.000 - Recursos Ordinários.

0600 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
 0601 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
 026.782.0004.1009 - Abrigo de Passageiros  
 3390.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
 4490.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
 Vínculo - 10.000 - Recursos Ordinários.

1000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA  
 1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA  
 008.244.0006.1012 - Aquisição de Veículos  
 4490.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
 Vínculo - 10.000

1000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA  
 1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA  
 016.482.0009.2030 - Implantação e Manutenção do Plano Habitacional  
 3390.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00  
 4490.00 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00  
 Vínculo - 10.000 - Recursos Ordinários.  
 TOTAL DA ANULACAO R\$ 213.000,00

Art. 2º - O produto de que tratam as anulações referidas no artigo anterior serão utilizados para o reforço das dotações a seguir discriminadas:

0400 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
 0401 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
 012.361.0008.2014 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 3390.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
 Vínculo - 10.100 - Recursos de Impostos e de Transf. De Imp. Educação.

0400 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
 0401 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
 012.361.0008.2015 - Transporte Escolar  
 3390.00 - Aplicações Diretas R\$ 107.000,00  
 4490.00 - Aplicações Diretas R\$ 49.000,00  
 Vínculo - 10.100 - Recursos de Impostos e de Transf. De Imp. Educação.

0600 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
 0601 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

026.782.0004-1006- Maquinas, Caminhão e Equipamentos  
 4490.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00  
 Vínculo - 10.000 - Recursos Ordinários.  
 TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 213.000,00

Art. 3º - Ficam Criados e suplementados os vínculos de recursos a seguir discriminados:

0400 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
 0401 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
 012.361.0008.2015 - Transporte Escolar  
 4490.00 - Aplicações Diretas R\$ 234.000,00  
 Vínculo - 18301 - Operações de credito interna - Badesc Cidades II

0600 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
 0601 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
 026.782.0004-1006- Maquinas, Caminhão e Equipamentos  
 4490.00 - Aplicações Diretas R\$ 660.000,00  
 Vínculo - 18301 - Operações de credito interna - Badesc Cidades II

Art. 4º - Ficam suplementados por força de convenio da União as seguintes dotações:

0600 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
 0601 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
 026.782.0004-1006- Maquinas, Caminhão e Equipamentos  
 4490.00 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00  
 Vínculo - 12454 - Transferência de convênios da União e Outros.

Art. 5º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Aurora-SC, 08 de abril de 2014.  
 VILMAR ZANDONAI  
 Prefeito Municipal

## 1505-2014

LEI Nº 1.505 DE 17 DE ABRIL DE 2.014  
 CRIA E SUPLEMENTA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada e promulgada a presente Lei:

Art. 1º - Cria e Suplementa Modalidade de Aplicação na seguinte Atividade:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AURORA  
 010.301.0007.2013 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 3350.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
 Vínculo-10.200-Recursos de Impostos e de Transf. De Imp-Saúde R\$ 280.000,00

Art. 2º - Para Suplementação da Modalidade de Aplicação criada acima fica parcialmente anulada a seguinte dotação orçamentária:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AURORA  
 010.301.0007.2013 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 3390.00 - Aplicações Diretas  
 Vínculo-10.200-Recursos de Impostos e de Transf. De Imp-Saúde R\$ 280.000,00



Art. 3º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 17 de abril de 2014.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

### 1506-2014

LEI Nº 1.506 DE 17 DE ABRIL DE 2.014.

"Amplia perímetro urbano do município de Aurora e dá outras providências"

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ampliado o perímetro urbano do Município de Aurora, conforme descrição a seguir:

§1º - A ampliação do perímetro urbano se dará na localidade de Santa Tereza, junto a propriedade dos Srs. Nilvo Luis Sebold e Maria de Lourdes Zancanaro Sebold, no imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 27888, numa faixa de terras de mais 300 (trezentos) metros a contar da linha de 100 (cem) metros já declarada perímetro urbano pela Lei Municipal 1.463/2012.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 17 de abril de 2014.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

### 1507-2014

LEI Nº 1.507 DE 17 DE ABRIL DE 2.014.

"Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com a Associação das Irmãs Franciscanas de São José, mantenedora do Hospital Bom Jesus de Ituporanga, e dá outras providências".

Vilmar Zandonai, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação das Irmãs Franciscanas de São José, mantenedora do Hospital Bom Jesus de Ituporanga, pelo período de 09 (nove) meses para repasse de recursos dos Governos, Federal, Estadual e Municipal, à entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 86.185.220/0001-52, estabelecida a Rua Pedro Bunn, nº 738, Barreiros, São José/SC.

§ 1º - Com a celebração do convênio, o Município repassará o valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais à instituição destinados ao pagamento das despesas de manutenção da entidade, com efeitos a partir de 1º de abril de 2014 até 31 de março de 2014.

§ 2º - Somente serão liberados os respectivos recursos, mediante apresentação da prestação de contas, para o Poder Executivo e Legislativo, na forma da legislação vigente, dos recursos repassados

no mês anterior, devendo ser apresentado nas Secretarias das respectivas casas até o dia 10 do mês subsequente.

§ 3º - A referida prestação de contas visa garantir a lisura e probidade na execução do pacto autorizado e é uma obrigação inescusável da instituição cuja inobservância é causa de interrupção imediata do Convênio mediante notificação indicando o descumprimento parcial ou total de uma ou mais das seguintes cláusulas: I - nenhuma despesa pode ser de origem não documentada ou descrição genérica sem que se possa identificar sua motivação;

II - a descrição completa dos valores pagos para contratações de serviços e a natureza dos mesmos;

III - a declaração mensal de responsabilidade exclusiva e completa pelas obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias decorrentes da eventual contratação de trabalhadores com o recurso objeto do Convênio bem como a relação dos referidos profissionais com suas respectivas funções e remunerações;

IV - o emprego total dos valores nos objetivos da instituição constantes de seu Estatuto sendo vedado qualquer tipo de desvio daquelas finalidades.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das seguintes dotações do orçamento: 08010103010007201333504300 - Fundo Municipal de Saúde de Aurora - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2.014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 17 de abril de 2014.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

### 1508-2014

LEI Nº 1.508 DE 08 DE MAIO DE 2.014.

AUTORIZA DOAÇÃO PARA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RESIDENTES EM ALTO RIBEIRÃO PACA E RIBEIRÃO PACAS - ARPA

Considerando o relatório apresentado pela Comissão de Patrimônio criada pela Portaria nº 003/2014, para proceder à avaliação de bens móveis permanentes, o Prefeito Municipal, nos termos dos da Lei Orgânica Municipal e demais normas, faz saber que o Plenário aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Declara inservíveis os bens do patrimônio do Poder Executivo abaixo relacionados, e autoriza doação para a Associação de Agricultores Residentes de Alto Ribeirão Paca e Ribeirão Paca - ARPA

Nº Plaqueta	Descrição do Móvel	Valor Contábil	Valor Avaliado
116	Monitor de cor preta, marca Samsung	R\$ 350,00	R\$ 350,00
117	CPU de cor preta com leitor de CD e DVD com entrada de USB, marca LG	R\$ 680,00	R\$ 680,00
121	Impressora marca Novadata de cor branca	R\$ 390,00	R\$ 390,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Aurora(SC), 08 de maio de 2014  
VILMAR ZANDONAI  
Prefeito Municipal

**1509-2014**

LEI Nº 1.509 DE 29 DE MAIO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES DO  
PODER LEGISLATIVO DE AURORA

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, Estado de Santa Catarina,  
no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Com o objetivo de efetuar a revisão geral anual dos Servidores do Poder Legislativo Municipal conforme prevê a Constituição Federal em seu art. 37, inciso X, e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais em seu art. 39, § 2º, fica concedido a partir de maio do corrente ano reajuste no percentual de 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis pontos percentuais) sobre o vencimento dos Servidores do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo Único. Como índice aplicado à revisão geral anual a que se refere o caput deste artigo utilizou-se o Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC (IBGE) relativo a recomposição da perda de poder aquisitivo ocorrida no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2013.

Art. 2º As despesas decorrentes de execução da presente Lei, correrão a conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 29 de maio de 2014.  
VILMAR ZANDONAI  
Prefeito Municipal

**1510-2014**

LEI Nº 1.510 DE 29 DE MAIO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS DOS  
AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA Estado de Santa Catarina,  
no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Com objetivo de efetuar a revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos municipais conforme prevê a Constituição Federal em seu art. 37, inciso X, fica concedido a partir de maio do corrente ano reajuste no percentual de 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis pontos percentuais) sobre os subsídios dos agentes políticos municipais: Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e Vereadores.

Parágrafo Único Como índice aplicado à revisão geral anual a que se refere o caput deste artigo, utilizou-se o Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC (IBGE) relativo a recomposição da perda de poder aquisitivo ocorrida no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2013.

Art. 3º As despesas decorrentes de execução da presente Lei, correrão a conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 29 de maio de 2014.  
VILMAR ZANDONAI  
Prefeito Municipal

**1511-2014**

LEI Nº 1.511 DE 17 DE JUNHO DE 2014.  
ESTABELECE NORMAS SOBRE A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES DESTINADAS À REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO DE AURORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A realização de feiras e eventos comerciais, de vendas e varejo, de caráter temporário, somente poderão funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado, observado dispositivo nesta Lei e demais normas aplicáveis à matéria.

§ 1º Consideram-se feiras ou eventos comerciais, para efeitos desta Lei, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço unitário ou dividido em "stands" individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado, podendo ocorrer em épocas festivas ou não.

§ 2º Para efeitos desta Lei, cada "stand" deverá ter área mínima de 20 m² (vinte metros quadrados), o que deverá ser comprovado mediante a apresentação "lay-out" e planta do local onde será realizada a feira ou o evento.

§ 3º O disposto no §1º, não se aplica às feiras anexas ou realizadas em função de eventos patrocinados, incentivados ou estimulados pelo Município, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento, bem como às feiras de artesanato organizado pela Associação, devidamente autorizada pela Prefeitura Municipal e aquelas promovidas por entidades de caráter filantrópicas e sem fins lucrativos.

§ 4º Para efeitos de enquadramento no §3º deste artigo, caracteriza-se como evento qualquer acontecimento de especial interesse, como: espetáculos culturais, artísticos ou religiosos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, feiras de automotores, além de outros considerados de interesse turístico, assim certificados e reconhecidos pelo Conselho Municipal de Turismo de Aurora.

Art.2º As feiras e eventos comerciais de que trata o art. 1º, só poderão ser realizadas nos espaços privados, devendo o imóvel oferecer condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais leis pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§1º A feira ou evento comercial somente poderá ser realizado por empresa promotora de eventos, devidamente registrado junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, a qual será responsável direto pela feira ou evento.

§2º Toda unidade comercial que pretenda se estabelecer para comercializar seus produtos na feira ou eventos comerciais, deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Prefeitura Municipal de Aurora, independente daquela obtida pela promotora de feira ou evento, a qual será expedida de acordo com as disposições desta Lei, sendo vedada a licença à pessoa física.

Art.3º Para obter a licença de funcionamento e localização, toda unidade comercial, além da empresa promotora, deverá encaminhar requerimento à Secretaria de Fazenda, instruído com os seguintes documentos e providências:



I - Cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina;

II - Sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige com documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;

III - Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV - Cartão de inscrição municipal na Secretaria da Fazenda do Município de Aurora, assim como a comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

V - Certidão da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

VI - Certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais, da empresa e seus representantes legais, comprovando a regularidade fiscal do INSS e FGTS;

VII - O pagamento da respectiva taxa para a concessão da licença requerida, que será de 05 (Cinco) UFM- Unidade Fiscal do Município, para cada empresa participante;

VIII - Havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma do local, o comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidade Respetiva;

IX - Aprovação previa dos órgãos municipais competentes, quanto a localização, funcionamento, acesso e eventuais interferências na operação do sistema viário local, á ordem, ao sossego e á tranquilidade da vizinhança;

X - Comprovação de disponibilização de estacionamento próprio no local, com área correspondente ao percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da área edificada;

XI - Alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros, acompanhado de Laudo técnico;

XII - Sanitário fixo, para o sexo masculino e feminino, dentro do local destinado ao público consumidor, número suficiente e que atenda aos fins de ocupação pela feira ou evento;

XIII - Alvará expedido pela Polícia Civil e registro da feira ou evento junto a Polícia Militar;

XIV - Seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas;

XV - Comprovante de compra, produção e origem dos bens, serviços e produtos a serem comercializados;

XVI- Decreto de autorização, em que se tratamento de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização exigido pelo órgão competente, quando a atividade, assim o exigir.

§1º Nos casos das feiras ou eventos realizados por empresa ou sociedade especializada, exigir-se-á a comprovação do recolhimento de Imposto Sobre Serviço - ISS relativos aos serviços prestados.

§ 2º A licença de funcionamento será expedida pelo prazo para a duração do evento.

§3º A licença de funcionamento somente poderá ser expedida após vistoria "in loco" das instalações pelos órgãos competentes, com relação ás exigências estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 4º Quando da realização de feiras ou eventos comerciais, além das exigências elencadas no art.3º, as empresas promotoras deverão apresentar:

I - Autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização da feira ou evento;

II - Certidão atualizada, com no máximo de 15 (quinze) dias, da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade e demais taxas municipais;

III - Cópia do contrato de locação da unidade individual da

edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial, caso haja relação locatícia.

Art. 5º No alvará de licença deverá constar, entre outros, o local, período e horário de funcionamento, de acordo com o estabelecido pelas entidades representativas de classe.

Art. 6º O horário de funcionamento da feira ou evento comercial devera ser igual ao do comércio do município, salvo acordo prévio firmado entre promotores da feira com a Câmara de Dirigentes Lojistas, o Sindicato do Comércio Varejista e o Sindicato dos Empregados do Comércio de Aurora.

Art. 7º O Município, após satisfeitas todas as exigências de cunho legal, terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, para liberar o alvará de funcionamento da feira ou evento comercial.

Art. 8º O funcionamento de feiras e ventos, que não tiverem cumprido as exigências, documentos, ou realizados em desacordo com esta Lei, sujeitará o infrator, ou seja, a empresa promotora, e, ou, as unidades comerciais participantes, á imediata interdição do local, apreensão dos bens e ao pagamento de multa no valor de 100 (Cem) UFM - Unidade Fiscal do Município, ficando impedido para a realização de novos eventos pelo prazo de (2) anos, contados a partir da constatação da infração.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 17 de junho de 2014.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

## 1512-2014

LEI Nº 1.512 DE 17 DE JUNHO DE 2.014.

"Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com o Clube de Mães - Lar da Menina de Rio do Sul e a firmar acordo para composição nos autos do Processo Judicial nº 054.13.000710-6 e dá outras providências".

Vilmar Zandonai, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Clube de Mães Lar da Menina para repasse de recursos dos Governos, Federal, Estadual e Municipal à entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 85.787.463/0001-06, estabelecida a Rua João Ledra, nº 2027, bairro Taboão, Rio do Sul/SC.

§ 1º Com a celebração do convênio, o Município repassará o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais à instituição, destinados ao pagamento das despesas de manutenção da entidade, com efeitos a partir de 1º de junho de 2014.

§ 2º Em caso de abrigamento o valor do repasse será ampliado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por criança abrigada.

§ 3º Somente serão liberados os respectivos recursos mediante apresentação da prestação de contas para o Poder Executivo.

§ 4º A referida prestação de contas visa garantir a lisura e probidade na execução do pacto autorizado e é uma obrigação inescusável da instituição cuja inobservância é causa de interrupção imediata do Convênio.

Art. 2o As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das seguintes dotações do orçamento: Funcional: 09 01 2022 - Firma parcerias, celebrar convênios e subvenções com entidades, órgão e instituições para realizar atividades.



Dotação: 33903999 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art. 3º Fica autorizado ainda o Executivo a firmar Acordo Judicial nos autos do Processo nº 054.13.000710-6, que tramita perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Rio do Sul(SC) e que se encontra em grau de Recurso de Apelação junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Parágrafo único: O saldo devedor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) será pago em 15 (quinze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) cada, até o dia 30 de cada mês, iniciando-se em junho de 2014.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 17 de junho de 2014.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

### 1513-2014

LEI Nº 1.513 DE 17 DE JUNHO DE 2014.

“AUTORIZA A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo, motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrência do Município, através de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

Art. 2º O valor do convênio é o equivalente a até 400 litros de gasolina, a ser pago mensalmente à Instituição, numa conta vinculada, e aberta junto ao Banco do Brasil.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente e das transferências realizadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014 com validade até o dia 31.12.2016, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 17 de junho de 2014.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### Aviso de Prorrogação de Pregão Presencial 076/PMbr/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO Nº 076/PMBR/2014

Considerando a imperiosa necessidade de contratação pela Administração Pública do serviço estipulado na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações; Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/PMBR/2014, cujo objeto é contratação de serviços de assistência social e de apoio logístico para a execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Deobaldo Donato Pacheco), com abertura programada para o dia 20/10/2014, às 14h00min, SERÁ REABERTA NO DIA 31/10/2014 às 14h00min, NAS MESMAS CONDIÇÕES DO EDITAL INAUGURAL, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.
2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 20 de Outubro de 2014.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA MUNICIPAL

#### AVISO DE TOMADA DE PREÇOS 080/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 080/PMBR/2014

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 07/11/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das obras de Construção Civil para Ampliação (616,74 m²) e Reforma Parcial (60,70 m²) da Escola de Educação Básica Municipal Arroio Rincão, localizada na Rua Jaguaruna, no centro do Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneario Rincão - SC, 20 de Outubro de 2014.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Valberto Berkenbrock



**AVISO DE LICITAÇÃO 025/SAMAE/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/SAMAE/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 03/11/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de uma bomba dosadora de diafragma e materiais para automação de uma motobomba, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC, durante 2014.

Fone/Fax: (48) 3468-5176/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 20 de Outubro de 2014.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira

**Benedito Novo****PREFEITURA****Aviso de Tomada de Preços Nº 65/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

TOMADA DE PREÇOS nº. 65/2014

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA DE REPASSE Nº 10624466000113001 DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS, CELEBRADAS ENTRE O MINISTÉRIO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10h do dia 07 de novembro de 2014.

ABERTURA: às 10:05h do dia 07 de novembro de 2014.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 21 de outubro de 2014.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito



# Biguaçu

## PREFEITURA

### Portaria Nº 2421/2014

PORTARIA nº 2421 de 20 de outubro de 2014

Torna sem efeito a Portaria nº 2187/2014, da servidora Rosane Mercedes de Sousa Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2187 de 18 de setembro de 2014, da servidora Rosane Mercedes de Sousa Silveira, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, da Secretaria Municipal de Educação a contar de 27/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/08/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 2422/2014

PORTARIA nº 2422 de 14 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANE MERCEDES DE SOUSA SILVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANE MERCEDES DE SOUSA SILVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 27/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/08/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 2423/2014

PORTARIA nº 2423 de 20 de outubro de 2014

Designar o (a) Servidor (a) CELIA ALMEIDA DA SILVA, para ocupar 01 (uma) aula excedente de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) CELIA ALMEIDA DA SILVA, para ocupar 01 (uma) aula excedente de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 2424/2014

PREFEITURA DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA nº 2424 de 20 de outubro de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º. REINTEGRAR, VANESSA BASSO FERREIRA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu, conforme decisão Judicial em Autos nº 0302418-80.2014.8.24.0007, que tramitou na 2ª Vara Cível do Poder Judiciário da Comarca de Biguaçu, a contar de 01/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO PE 157/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO DO PE 157/2014 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PE 157/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA", que devido a Impugnações referente às especificações dos itens descritos no Anexo I, o mesmo foi alterado devendo a retificação ser obtida pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Diante do exposto, fica republicado o referido processo para a seguinte data:

Recebimento das Propostas: das 13:00h do dia 21/10/2014, às 13:00h do dia 04/11/2014. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 04/11/2014, no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), horário de Brasília - DF.

A retificação poderá ser obtida pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

a) Telefone: (48) 3279-8000 (ramais 8010 e 8022)

b) E-mail: [licitacao@bigua.sc.gov.br](mailto:licitacao@bigua.sc.gov.br)



c) Endereço: Praça Nereu Ramos, nº 90, Setor de Licitação, Biguaçu - SC.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº 2431/2014**

PORTARIA nº 2431 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VILSON JOSÉ GONÇALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VILSON JOSÉ GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/10/2014 a 02/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2430/2014**

PORTARIA nº 2430 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELAINE CRISTINA MACHADO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELAINE CRISTINA MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 26/07/2014 a 25/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/07/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2429/2014**

PORTARIA nº 2429 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANICE FILOMENA COUTINHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANICE FILOMENA COUTINHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 27/07/2014 a 26/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/07/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2428/2014**

PORTARIA nº 2428 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NOMINATO MOREIRA CAMPOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NOMINATO MOREIRA CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA II (GINECOLOGISTA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 20 horas semanais, no período de 01/10/2014 a 31/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2427/2014**

PORTARIA nº 2427 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE BORBA SOARES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE BORBA SOARES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/10/2014 a 31/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2426/2014**

PORTARIA nº 2426 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NATHÁLIA TAVARES GOMES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NATHÁLIA TAVARES GOMES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/10/2014 a 31/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2425/2014**

PORTARIA nº 2425 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELA ROUSSENQ STOPPAZZOLLI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELA ROUSSENQ STOPPAZZOLLI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 11/10/2014 a 10/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2432/2014**

PORTARIA nº 2432 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), STÉPHANIE COSTA TEODORO SALARO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), STÉPHANIE COSTA TEODORO SALARO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2433/2014**

PORTARIA nº 2433 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRAZIELLE BEATRIZ CARDOSO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRAZIELLE BEATRIZ CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2434/2014**

PORTARIA nº 2434 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHIRLLE SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHIRLLE SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2435/2014**

PORTARIA nº 2435 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIA PAULINA GONÇALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIA PAULINA GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de RECEPCIONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2436/2014**

PORTARIA nº 2436 de 20 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARISTELA TEREZINHA PAULI AMARAL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARISTELA TEREZINHA PAULI AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2437/2014**

PORTARIA nº 2437 de 20 de outubro de 2014

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Priscila Martins de Campos, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Edificações, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Priscila Martins de Campos, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, inscrito (a) na matrícula funcional nº 8095.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 03/11/2014 a 03/11/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/11/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

João Luiz Luz

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2438/2014**

PORTARIA nº 2438 de 20 de outubro de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Isabel Gehling, ocupante do cargo temporário de Médico da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Isabel Gehling, detentor do cargo de provimento temporário de Médico da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 09/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOAO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2439/2014**

PORTARIA nº 2439 de 20 de outubro de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Meire Kariane Amaral, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Meire Kariane Amaral, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos 19/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOAO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2440/2014**

PORTARIA nº 2440 de 20 de outubro de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Simone Solange Francisco Feltz, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Simone Solange Francisco Feltz, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 30/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOAO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**ADIAMENTO DE SESSÃO DE JULGAMENTO Nº 01/2014**

ADIAMENTO DE SESSÃO DE JULGAMENTO Nº 01/2014

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
ALTERA A DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO DIA 27/10/2014  
PARA O DIA 04/11/2014, COM INÍCIO ÀS 15h E 30m NO AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 9987/2012 - CMC

INTIMAÇÃO FISCAL Nº 3865/PMB/2012

RECORRENTE: SALÉSIO COELHO EPP

RECORRIDO: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRA RELATORA: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.076/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 33/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.076/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 33/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ALEXANDRA DOS PASSOS EPP

Valor: R\$ 3.311,67 (três mil trezentos e onze reais e sessenta e sete centavos).

Vigência: 03/10/2014 a 31/12/2014.



LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**RETIFICAÇÃO PP 211/2014 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO DO PP 211/2014 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 211/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE PRATOS DE VIDRO E 01 (UMA) CAFETEIRA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO", que devido a erros no valor unitário do item 01 do Anexo I, fica retificado o mesmo passando a ter a seguinte redação:

ITEM 01

Item	Qt.	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	1.800,00	DZ	51,36	PRATO DE VIDRO FUNDO TRANSPARENTE, LISO, DE APROXIMADAMENTE 22X3,20CM.

O valor previsto do referido processo passa para R\$ 92.708,00. Diante do exposto, fica republicado o referido processo para a seguinte data:

Data de Recebimento da Documentação e Proposta de Preços: dia 03/11/2014, até 13:45 horas no Setor de Licitação da PMB.

Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 03/11/2014, às 14:00 horas no setor de licitação da PMB.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.103/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 28/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.103/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 28/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA E PROGRAMAS DST/HIV/AIDS DE BIGUAÇU.

Fornecedor: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP

Valor: R\$ 5.780,00 (cinco mil setecentos e oitenta reais).

Vigência: 16/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**PORTARIA Nº 2441/2014**

PORTARIA nº 2441 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ARIANA MONTEIRO OKER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARIANA MONTEIRO OKER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2442/2014**

PORTARIA nº 2442 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) NATHALIE JULIANA BRANCO CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NATHALIE JULIANA BRANCO CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/09/2014 a 14/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2443/2014**

PORTARIA nº 2443 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ROSILENY MARIA WEBER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSILENY MARIA WEBER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2444/2014**

PORTARIA nº 2444 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALEXSANDRA SOUSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALEXSANDRA SOUSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2445/2014**

PORTARIA nº 2445 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FABRICIO ROSINI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (ONIBUS, UTILITARIOS E AMBULANCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABRICIO ROSINI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (ONIBUS, UTILITARIOS E AMBULANCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2465/2014**

PORTARIA Nº 2465 de 20 de outubro de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o exercício de função de magistério no período de 07/08/2007 até presente data, no qual a servidora CHRISTINA PINTO GUILHERME SOMENSI ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSORA I, esteve READAPTADA. A função desempenhada pela servidora encontra-se dentre aquelas estabelecidas pela Lei Municipal 3499/2014, sendo, portanto, apta a ser reconhecida como função de magistério, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município referente ao Processo nº 8847/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 157/2014**

DECRETO Nº 157 /2014 DE: 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Retifica o Decreto nº 133/2013 de 22 de agosto de 2013, que concede Pensão por Morte, em caráter integral, nos termos do art. 40, §7º inciso I da Constituição Federal, do art. 2º, inciso I da Lei federal nº 10887/04 e do artigo 34 da Lei municipal nº 1619/2001, às dependentes do servidor inativo falecido Sr. WALTER PEDRO DA SILVA, para incluir dependente, cujo vínculo foi posterior e judicialmente reconhecido nos termos da sentença proferida nos autos do processo judicial nº 0802423-79.2013.8.24.0007, que tramitou perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Biguaçu e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º O art. 1º do Decreto nº 133/2013 de 22 de agosto de 2013 fica retificado, para incluir dependente, cujo vínculo foi posterior e judicialmente reconhecido nos termos da sentença proferida nos autos do processo judicial nº 0802423-79.2013.8.24.0007, que tramitou perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Biguaçu, nos seguintes termos:

"Art. 1º Conceder o benefício de Pensão por Morte, em face ao óbito do servidor inativo WALTER PEDRO DA SILVA, brasileiro, exportador do RG nº 1/R 95785, em caráter integral, nos termos do art. 40, §7º inciso I da Constituição Federal e do art. 34 da Lei municipal nº 1619/2001, às dependentes Neli Cecília da Silva (esposa com percepção de pensão alimentícia por decisão judicial), Micheli Maria da Silva (filha menor) e Catarina Laura Miranda (companheira, com união estável reconhecida por determinação judicial)".

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 04/08/2014, data da certificação do trânsito em julgado da sentença de reconhecimento e declaração da condição de dependente.

Art. 3º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, 16 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.102/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 28/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.102/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 28/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA E PROGRAMAS DST/HIV/AIDS DE BIGUAÇU.



Fornecedor: SILVEIRA & SANTOS IMPRESSÃO DE PRODUTOS GRÁFICOS LTDA ME

Valor: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Vigência: 16/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

#### **PORTARIA Nº 2446/2014**

PORTARIA nº 2446 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LUCIA MARIA FLORES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIA MARIA FLORES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2447/2014**

PORTARIA nº 2447 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DALVA MARIA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DALVA MARIA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2448/2014**

PORTARIA nº 2448 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JULIA KARYNE TELLECHEA DE MELLO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIA KARYNE TELLECHEA DE MELLO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2449/2014**

PORTARIA nº 2449 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA LUZINETE DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA LUZINETE DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2014 a 30/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2450/2014**

PORTARIA nº 2450 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LUCIANE CRISTINA CAMUZZATO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIANE CRISTINA CAMUZZATO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/09/2014 a 19/12/2014.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2451/2014**

PORTARIA nº 2451 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA DO SOCORRO ALVES DE BARROS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DO SOCORRO ALVES DE BARROS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2452/2014**

PORTARIA nº 2452 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALESSANDRA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALESSANDRA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/09/2014 a 02/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2453/2014**

PORTARIA nº 2453 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA DA GLORIA FARIAS BATISTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DA GLORIA FARIAS BATISTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2454/2014**

PORTARIA nº 2454 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARISA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARISA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **ERRATA Nº. 01 DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL Nº. 57/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO: PP 57/2014

Onde se lê no Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 57/2014 - FMS

(...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 15/10/2014, às 13h59min do dia 27/10/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 27/10/2014

(...)

LEIA-SE Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 57/2014 - FMS

(...) Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 15/10/2014, às 13h59min do dia 29/10/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 29/10/2014 (...).

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (29/10/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da



Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (29/10/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

Onde se lê no Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 57/2014 - FMS

DATA DA REALIZAÇÃO: 27/10/2014 (...)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 15/10/2014 às 13:59 do dia 27/10/2014. (...)

A sessão de processamento do pregão será realizada (...), iniciando-se no dia 27/10/2014 (...).

5.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos: (...)

f.1 (...)

LEIA-SE no Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

DATA DA REALIZAÇÃO: 29/10/2014 (..)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 15/10/2014 às 13:59 do dia 29/10/2014. (...)

A sessão de processamento do pregão será realizada (...) iniciando-se no dia 29/10/2014 (...)

5.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos: (...)

f.1 - (...)

f.2 - QUANDO NO DESCRITIVO DO ITEM SE REFERIR A APRESENTAÇÃO DE REGISTRO DA ANVISA, ESCLARECE-SE QUE NÃO SERÁ ACEITO PROTOCOLO DE RENOVAÇÃO. (...)

.As demais informações constantes no aviso e edital vinculativo permanecem inalteradas.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

#### **Extrato Contrato Nº 10.071/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 25/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.071/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 25/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICA MUNICIPAL E PROGRAMA DST/HIV/AIDS DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS OFICIAIS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 835,45 (OITOCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUARENTA E CINCO).

Vigência: 01/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 10.074/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 25/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.074/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 25/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICA MUNICIPAL E PROGRAMA DST/HIV/AIDS DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CIRÚRGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

Valor: R\$ 1.252,75 (mil duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 01/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 10.087/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.087/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: HOMINUM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP

Valor: R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 10.088/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.088/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: HORA H HOSPITALAR LTDA ME



Valor: R\$ 8.300,00 (OITO MIL E TREZENTOS REAIS).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.083/2014- PROCESSO:  
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.083/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O  
HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 2.248,64 (dois mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.082/2014 - PROCESSO:  
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.082/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O  
HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ADVENTURE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP

Valor: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**PORTARIA Nº 2455/2014**

PORTARIA nº 2455 de 20 de outubro 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) ADRIENE CAVALCANTI RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADRIENE CAVALCANTI RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2456/2014**

PORTARIA nº 2456 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FERNANDA PRISCILA DO AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA PRISCILA DO AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2014 a 22/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2457/2014**

PORTARIA nº 2457 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DENISE MARIA FARIA SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DENISE MARIA FARIA SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2458/2014**

PORTARIA nº 2458 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) AMANDA MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) AMANDA MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/10/2014 a 31/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2459/2014**

PORTARIA nº 2459 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA GORETE FERNANDES QUINTINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA GORETE FERNANDES QUINTINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/09/2014 a 06/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2460/2014**

PORTARIA nº 2460 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LUCIANA KORNATZKI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIANA KORNATZKI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2461/2014**

PORTARIA nº 2461 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) TOMAZ BECHE ESTIVALETE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TOMAZ BECHE ESTIVALETE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2462/2014**

PORTARIA nº 2462 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) RICARDO BRAGLIA PACHECO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RICARDO BRAGLIA PACHECO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2463/2014**

PORTARIA nº 2463 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ROSILANE CAPISTRANO NUNES DAS SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.



O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSILANE CAPISTRANO NUNES DAS SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2464/2014**

PORTARIA nº 2464 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CHIRLENE BATISTA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHIRLENE BATISTA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/09/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2466/2014**

PORTARIA nº 2466 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA DE FÁTIMA SOUZA DE LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DE FÁTIMA SOUZA DE LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/09/2014 a 23/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2467/2014**

PORTARIA nº 2468 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SCHEILA PEREIRA SCHU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SCHEILA PEREIRA SCHU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/10/2014 a 14/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2468/2014**

PORTARIA nº 2468 de 20 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SCHEILA PEREIRA SCHU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SCHEILA PEREIRA SCHU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/10/2014 a 14/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/10/2014.

Biguaçu, 20 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal



**Blumenau****PREFEITURA****Informativo Semanal Nº 01 - Outubro/2014**

Prefeitura Municipal de Blumenau  
Gabinete do Prefeito - GAPREF

**Informativo Semanal Nº 01**

Informamos que nesta data o Poder Executivo do Município de Blumenau não encaminhou nenhum ato oficial para publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Blumenau/SC, em 21 de Outubro de 2014.

VALDIR REIS

Diretor de Expediente e Comunicação

ROSEMARI CAMPIGOTTO MARGARIDA

Agente Administrativo

Setor de Distribuição e de Publicação Oficial

**Bom Jesus do Oeste****PREFEITURA****Portaria Nº 218/2014 de 20 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 218/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
CONCEDE PROGRESSÃO SALARIAL PARA SERVIDORES MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER Progressão Salarial por Tempo de Serviço para Servidores membros do Magistério Público Municipal, a partir do mês de outubro do ano 2014, conforme art. 25, art. 26 e art. 29 da lei nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, conforme relação:

Nome	CPF	Matricula	Nova Faixa
Solange A. Bonni de Bastiani	022.414.529-04	179-1	8G
Solange A. Bonni de Bastiani	022.414.529-04	391-3	8A
Leonir Simonetti	030.487.739-59	393-0	7J
Loreni Salete Diel	824.153.829-49	181-3	8F
Salete Fuzinatto Zimmermann	915.962.039-00	394-8	8B
Vera Lucia Cherizoli	032.378.329-52	392-1	7J
Silene Seeling Reinehr	753.319.189-72	40-0	9E
Sandra F. Morandini Steffler	986.135.889-72	180-5	8E
Eni Ranzolin Wesner	025.656.159-14	268-2	8D
Silvia Endler	027.830.949-67	344-1	8A
Marilei Salete Oliveira Horn	681.936.299-49	183-0	8E

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de outubro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 219/2014 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 219/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios para servidora pública municipal Sra. Traudi Arendt Kerkhoff, inscrita na matrícula sob nº 564-9, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, a partir do mês de outubro do ano 2014, referente aos períodos de 16/05/2002 a 21/10/2002, de 01/04/2003 a 31/08/2003, de 01/09/2003 a 30/10/2005, de 09/11/2005 a 28/02/2009, de 02/03/2009 a 30/12/2010, de 04/04/2011 a 30/12/2011 e de 04/04/2012 a 16/10/2014, conforme prevê no art. 66 do Estatuto de Servidores - parágrafo único (Para efeitos do adicional será contado o tempo de serviço público prestado ao Município de Bom Jesus do Oeste - SC).

Parágrafo único - Para contagem de novo período aquisitivo a data base será de 20/06/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de outubro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 220/2014 de 20 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 220/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERA Servidor Municipal Sr. ALAN RICARDO REICHERT, matrícula nº 602-5, portador do CPF sob. nº 036.287.589-80, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, admitido em 04 de fevereiro de 2013, sendo a exoneração a partir do dia 20/10/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de outubro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 4608/2014**

DECRETO Nº 4608, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC, NO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

CONSIDERANDO: Que no dia 28 de outubro é data comemorativa ao Dia do Servidor Público,

CONSIDERANDO: Que no dia 31 de outubro é feriado municipal, instituído pela Lei 076/1997, data em que se comemora o "Dia da Reforma",

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 03 (três) de novembro do ano de 2014.

Art. 2º - As disposições deste Decreto não se aplicam às atividades consideradas de natureza essencial, que deverão manter os serviços na forma de plantões.

Art. 3º - Este Decreto tem vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade a devida publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), em 20 de outubro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**Decreto Municipal Nº 4609/2014**

DECRETO Nº 4609/14 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 901/13 de 25.10.2013 (LOA), Lei Municipal nº 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e a Lei Federal nº 4.320/64:

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte no valor de R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais).

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte  
Unidade Orçamentária: 05.02 - Ensino Fundamental  
Proj/Ativ.: 1236100162.047 - Manutenção Profissionais do Magistério Municipal  
Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (381)  
Valor R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)  
Fonte: 01.19 - Transf. De Recursos FUNDEB 60%



Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade Orçamentária: 05.02 - Ensino Fundamental  
 Proj/Ativ.: 1236100142.021 - Manut. Do Transporte Escolar do Ensino Fundamental  
 Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (324)  
 Valor R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)  
 Fonte: 01.18 - Transf. De Recursos FUNDEB 40%

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, apurados até a data de 30.09.2014, conforme planilha em anexo no valor de R\$ \$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
 aos 20 de outubro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DEMOSNTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

ARRECADADO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2014.

PREVISÃO ATUAZIZADA PARA DEZEMBRO DE 2014.

FONTE 01.18 - TRANSFERENCIAS FUNDEF/FUNDEB 62%

FONTE 01.19 - TRANSFERENCIAS FUNDEF/FUNDEB 38%

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 30.09.2014			
MÊS	RECEITA PRE-VISTA	RECEITA ARRECADADA	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
01/2014	50.166,67	62.726,40	12.559,73
02/2014	50.166,67	61.552,52	11.385,85
03/2014	50.166,67	56.905,86	6.739,19
04/2014	50.166,67	57.160,03	6.993,36
05/2014	50.166,67	62.595,20	12.428,53
06/2014	50.166,67	59.235,88	9.096,21
07/2014	50.166,67	54.850,68	4.684,01
08/2014	50.166,67	58.673,49	8.506,82
09/2014	50.166,67	59.877,25	9.710,58
10/2014	50.166,67	59.286,37 (média)	9.119,70
11/2014	50.166,67	59.286,37 (média)	9.119,70
12/2014	50.166,63	59.286,37 (média)	9.119,74
TOTAL	602.000,00	711.436,42	109.436,42
Valor previsto para arrecadar no exercício 2014			602.000,00
Previsão de arrecadação no exercício 2014			711.436,42
MENOS EXCESSO JÁ UTILIZADO			0,00
EXCESSO A UTILIZAR			109.436,42

Bom Jesus do Oeste - SC, 20 de outubro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

PREFEITO MUNICIPAL

NAIRO CEZAR MORANDINI

CONTABILISTA CRC 020101/0-8

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### 901.10.14 - P. Exon. Angelita Motta

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 901/14 de 17.10.14

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

#### RESOLVE:

Conceder exoneração a servidora Angelita Motta, do Cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I - Nível - 03, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Temporário do Município, através da Portaria n.º 191/2012 de 01.03.12, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 16 de outubro de 2014, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
 17 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### 902.10.14 - P. PROM HABILITAÇÃO ROSA L. P. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 902/14 de 20.10.14

Concede Promoção por Nova Habilitação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 13 e 14 da Lei Complementar n.º 03/04 de 31.03.04 (Dispõe Sobre o Novo Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo) e alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006 (Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar 03/04 que trata de Cargos e Salários, Reestrutura do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e dá Outras Providências):

#### RESOLVE:

Conceder promoção por nova habilitação, com percentual de 20% sobre o seu padrão de vencimentos de acordo com o que determina o artigo 13 e 14 da Lei Complementar 03/04 de 31 de Março de 2004, alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006, a funcionária Rosa Luiza Pereira da Silva, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, em virtude da conclusão do Curso Superior de Administração e Marketing na modalidade sequencial oferecido pela Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina - UNISUL, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento datado de 10 de outubro de 2014 e despacho em 20 de outubro de 2014, conforme parecer Jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
 20 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



**903.10.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VANESSA BIANCHI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 903/14 de 20.10.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 13 (treze) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 13 de outubro com término no dia 25 de outubro de 2014, a funcionária Vanessa Bianchi, Ocupante do cargo de Odontólogo - Nível 10, do Quadro de Pessoal Contratado em caráter temporário do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
20 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**Braço do Trombudo****PREFEITURA****Lei 0811/2014**

LEI Nº 0811/2014

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2015 e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de Braço do Trombudo, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

**I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos ANEXOS desta lei, assim discriminados:

Demonstrativo I - Metas Anuais (LRF, art. 4º, § 1), com os seguintes anexos:

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública;

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LRF, art. 4º, §2º, inciso I);

Demonstrativo III - Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, art.4º, §2º, inciso II);

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, art.4º, §2º, inciso III);

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art.4º, §2º, inciso III);

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V);

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V).

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências ARF (LRF, Art. 4º, § 3º).

**ANEXOS COMPLEMENTARES**

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

Anexo Demonstrativo das Prioridades das Despesa com Pessoal (Poder Executivo e Legislativo);



Anexo com a Discriminação das Receitas;  
Anexo com a Discriminação das Despesas;  
Anexo contendo as Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

## II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

## III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da legislação vigente determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria STN nº 163/2001 e Portaria Conjunta 406/2011 e alterações posteriores, na forma dos

seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2015;

XII - Demonstrativos dos Riscos Fiscais considerados para 2015.

§ 1º O Orçamento dos Fundos Municipais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 407/2011, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada programa, projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento e o Projeto de Lei da Proposta Orçamentária obedecerá o que trata o Art. 22 da Lei 4.320/64, conforme segue:

I - Mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificativa da política econômica-financeira do Governo; justificativa da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

II - Projeto de Lei de Orçamento;

III - Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;

b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;



e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e

f) A despesa prevista para o exercício a que se refere à proposta.  
IV - Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificativa econômica, financeira, social e administrativa.

Parágrafo único. Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "0.1.0000" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá até o máximo 0,10% (dez décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, Portaria STN nº 2/2009.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, exceto as transferências de outras esferas de governo, cuja arrecadação será efetuada diretamente nos Fundos e vinculadas às Despesas relacionadas a seus objetivos.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 20. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.



Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014 - ANEXOS COMPLEMENTARES III desta lei.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto para o Poder Judiciário, segurança e bombeiros, em casos excepcionais.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 24. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a legislação vigente.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Programa, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Poder Executivo Municipal. (Art. 167, VI da CF).

§ 2º O excesso de arrecadação por destinação de recurso também servirá como fonte de suplementação a ser efetuada por decreto.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF);

Art. 26. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF);

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nos relatórios das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 27. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - Inciso III - ANEXO IV do Art. 2º desta Lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Parágrafo único. Fica o poder Legislativo responsável pela convocação da Audiência Pública e o envio de cópia da ata ao TCE de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 28. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma

categoria de programação.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29. A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 30. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 31. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 20 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VI- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores das áreas de educação, saúde, ETA, serviços agropecuários, obras e serviços urbanos; quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da LRF).

I - eliminação das despesas com horas extras;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores

III - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 35. Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades, funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Braço do Trombudo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).



Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 39. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com Entidades sem fins lucrativos, Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 43. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constante do DEMONSTRATIVO VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), não será considerada para efeito de cálculo do Orçamento da Receita (ART 4º § 2º, ART I da LRF, Lei Orgânica Municipal e Código Tributário Municipal).

Art. 44. Os valores das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados em 1º de janeiro de 2015, com base na variação do Índice Geral de Variação de Preços de Mercado IGP-M, apurado no período compreendido ante 1º de julho a 31 de dezembro de 2014.

Art. 45. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Braço do Trombudo, em 16 de outubro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

## LEI 0812/2014

LEI Nº 0812/2014.

Anula e Suplementa Dotações do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

02 - GABINETE DO PREFEITO

01 - GABINETE DO PREFEITO

2.004 - Manutenção da Defesa Civil

(7) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.003 - Pagamento de Outras Dívidas Fundada Interna

(46) - 3.2.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

1.002 - Construção do Centro Administrativo Municipal

(11) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 27.534,00

2.009 - Manutenção e Reequipamento da Tecnologia Informatização

(23) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.865,00

(24) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.190,00

2.010 - Manutenção e Reequipamento de Refeitório dos Servidores

(32) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

(33) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

2.015 - Manutenção das Ações do Consórcio CIGA

(26) - 3.1.71.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Trans. à Consórcios R\$ 484,00

(27) - 3.3.71.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Trans. à Consórcios R\$ 492,00

(28) - 4.4.71.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Trans. à Consórcios R\$ 664,00

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

03 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

1.006 - Educação Ambiental

(57) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 250,00

1.007 - Recuperação e Proteção dos Recursos Naturais

(62) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.022 - Reequipamento do Departamento de Meio Ambiente

(61) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

05 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

1.025 - Reequipamento da Secretaria de Cultura Turismo e Lazer



(140) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.035,00

06 - SECRETARIA DE ESPORTES  
01 - DESPORTO AMADOR

1.032 - Reequipamento do Desporto Amador  
(160) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.330,00

2.050 - Manutenção do Desporto Amador  
(161) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

06 - SECRETARIA DE ESPORTES  
02 - ESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS PARA PRÁTICA DE ESPORTES

1.033 - Construção de Ginásio de Esportes  
(169) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 280,00

2.054 - Manutenção do Esporte  
(173) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 965,00

06 - SECRETARIA DE ESPORTES  
03 - ACADEMIAS POPULARES

1.035 - Implantação de Academias Populares  
(175) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS  
01 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

1.038 - Drenagem/Construção Pontes/Pontilhões/Bueiros no Perímetro Urbano  
(191) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

1.040 - Pavimentação de Via Urbanas  
(193) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 25.500,00

1.044 - Construção de Passeios Públicos/Praças e Jardins  
(197) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.061 - Coleta de Rejeitos de Resíduos Sólidos  
(214) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 16.403,00

2.065 - Manutenção de Passeios Públicos/Praças e Jardins  
(218) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.319,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS  
02 - DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

1.049 - Drenagem/Construção de Pontes/Pontilhões/Bueiros  
(229) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.068 - Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais  
(235) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

2.069 - Manutenção dos Serviços Fora do Perímetro Urbano  
(240) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.610,00

2.070 - Manutenção e Melhorias de Sinalização - Horizontal e Vertical  
(241) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura  
(246) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 117.000,00

2.075 - Manutenção de Campo de Mudas de Pastagem  
(249) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
02 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

2.079 - Apoio e Incentivos ao Produtor Agropecuário  
(257) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
03 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE AQUICULTURA

1.060 - Reequipamento do Serviço Aquicultura  
(270) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.083 - Manutenção dos Serviços de Aquicultura  
(271) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.084 - Incentivos para Atividade de Aquicultura  
(272) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.061 - Construção/Ampliação/Reforma de Unidades de Saúde  
(1) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 - Aplicações Diretas R\$ 24.579,00

2.099 - Capacitação Continuada e Melhoria na Qualidade do Atendimento  
(51) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

1.068 - Reequipamento do Fundo Municipal de Assistência Social  
(12) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1.069 - Aquisição de Imóveis  
(14) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1.070 - Aquisição Terreno Construção CRAS  
(15) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1.072 - Aquisição de Terreno Construção de Casa Mortuária e Cemitério Municipal  
(18) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00



1.073 - Construção de Casa Mortuária e Cemitério Municipal  
(20) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.000,00

2.101 - Manutenção das Ações de Assistência ao Idoso  
(1) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 15.000,00  
(3) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

2.103 - Manutenção das Atividades Comunitárias  
(24) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 442.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 442.000,00 (Quatrocentos e quarenta e dois mil reais), ficam suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 - Encargos Especiais/Obrig. Trib(PASEP)/Contr/Após.Pensões  
(49) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
(18) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 144.000,00  
(19) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 25.000,00

2.011 - Encargos Patronais  
(36) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 110.000,00

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
04 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 - Manutenção da ETA  
(67) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 13.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS  
02 - DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 - Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais  
(234) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura  
(247) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 - Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde  
(14) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 442.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, 16 de outubro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### LEI 0813/2014

LEI 0813/2014

Denomina Praça Pública e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de "Praça Edgar Arnold", sendo que o mesmo encontra-se em área urbana e de propriedade da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, onde possui as seguintes confrontações:

Frente com a Avenida Erica Hansen Joenck, medindo 52,40 metros;

Fundo com a Rua Prefeito Harry Teske, medindo 52,40 metros;  
Lado direito com a Rua Deputado Arnaldo Rinnert medindo 82,20 metros;

Lado esquerdo com a Rua Ervino Vermoehlen medindo 84,50 metros.

Formando uma área encontrada de 4.277,00m², de acordo com o levantamento planimétrico que integra a presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 16 de outubro 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE LIC. CARTA CONVITE 01/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO 50/2014

EDITAL DE LIC. CARTA CONVITE 01/2014

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 08h30mim do dia 30.10.2014, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de serviços de elaboração, aplicação e correção de provas, bem como de assessoria à Comissão Organizadora para o desenvolvimento de concurso público destinado ao provimento de vagas em cargos constantes do quadro de pessoal de provimento efetivo e do quadro de empregos públicos do Poder Executivo Municipal de Braço do Trombudo. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 14 de Outubro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal.



**EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 6 2014 - SRP FMS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 9/2014

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 6/2014 - SRP FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 04.11.2014, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde., pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 20 de outubro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal.

**DECRETO 0117/2014**

DECRETO Nº 0117/2014.

Anula e Suplementa Dotações do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0812/2014 de 16.10.2014, etc

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

02 - GABINETE DO PREFEITO  
01 - GABINETE DO PREFEITO

2.004 - Manutenção da Defesa Civil  
(7) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.003 - Pagamento de Outras Dívidas Fundada Interna  
(46) - 3.2.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 25.000,00

1.002 - Construção do Centro Administrativo Municipal  
(11) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 27.534,00

2.009 - Manutenção e Reequipamento da Tecnologia Informatização  
(23) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.865,00  
(24) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.190,00

2.010 - Manutenção e Reequipamento de Refeitório dos Servidores  
(32) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 3.000,00  
(33) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 3.000,00

2.015 - Manutenção das Ações do Consórcio CIGA  
(26) - 3.1.71.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Trans. à Consórcios  
R\$ 484,00  
(27) - 3.3.71.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Trans. à Consórcios  
R\$ 492,00  
(28) - 4.4.71.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Trans. à

Consórcios R\$ 664,00

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
03 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

1.006 - Educação Ambiental  
(57) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 250,00

1.007 - Recuperação e Proteção dos Recursos Naturais  
(62) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.000,00

2.022 - Reequipamento do Departamento de Meio Ambiente  
(61) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.500,00

05 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER  
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

1.025 - Reequipamento da Secretaria de Cultura Turismo e Lazer  
(140) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.035,00

06 - SECRETARIA DE ESPORTES  
01 - DESPORTO AMADOR

1.032 - Reequipamento do Desporto Amador  
(160) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.330,00

2.050 - Manutenção do Desporto Amador  
(161) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 11.000,00

06 - SECRETARIA DE ESPORTES  
02 - ESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS PARA PRÁTICA DE ESPORTES

1.033 - Construção de Ginásio de Esportes  
(169) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 280,00

2.054 - Manutenção do Esporte  
(173) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 965,00

06 - SECRETARIA DE ESPORTES  
03 - ACADEMIAS POPULARES

1.035 - Implantação de Academias Populares  
(175) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS  
01 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

1.038 - Drenagem/Construção Pontes/Pontilhões/Bueiros no Perímetro Urbano  
(191) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 11.000,00

1.040 - Pavimentação de Via Urbanas  
(193) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 25.500,00

1.044 - Construção de Passeios Públicos/Praças e Jardins  
(197) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00



2.061 - Coleta de Rejeitos de Resíduos Sólidos  
(214) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 16.403,00

2.065 - Manutenção de Passeios Públicos/Praças e Jardins  
(218) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.319,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS  
02 - DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

1.049 - Drenagem/Construção de Pontes/Pontilhões/Bueiros  
(229) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.068 - Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais  
(235) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

2.069 - Manutenção dos Serviços Fora do Perímetro Urbano  
(240) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.610,00

2.070 - Manutenção e Melhorias de Sinalização - Horizontal e Vertical  
(241) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura  
(246) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 117.000,00

2.075 - Manutenção de Campo de Mudanças de Pastagem  
(249) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
02 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

2.079 - Apoio e Incentivos ao Produtor Agropecuário  
(257) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
03 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE AQUICULTURA

1.060 - Reequipamento do Serviço Aquicultura  
(270) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.083 - Manutenção dos Serviços de Aquicultura  
(271) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.084 - Incentivos para Atividade de Aquicultura  
(272) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.061 - Construção/Ampliação/Reforma de Unidades de Saúde  
(1) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 - Aplicações Diretas R\$ 24.579,00

2.099 - Capacitação Continuada e Melhoria na Qualidade do Atendimento

(51) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

1.068 - Reequipamento do Fundo Municipal de Assistência Social  
(12) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1.069 - Aquisição de Imóveis  
(14) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1.070 - Aquisição Terreno Construção CRAS  
(15) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1.072 - Aquisição de Terreno Construção de Casa Mortuária e Cemitério Municipal  
(18) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1.073 - Construção de Casa Mortuária e Cemitério Municipal  
(20) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.101 - Manutenção das Ações de Assistência ao Idoso  
(1) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 15.000,00  
(3) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.103 - Manutenção das Atividades Comunitárias  
(24) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 442.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 442.000,00 (Quatrocentos e quarenta e dois mil reais), ficam suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 - Encargos Especiais/Obrig. Trib(PASEP)/Contr/Ápós.Pensões  
(49) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
(18) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 144.000,00  
(19) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

2.011 - Encargos Patronais  
(36) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
04 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 - Manutenção da ETA  
(67) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00



07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS  
02 - DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 - Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais  
(234) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura  
(247) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 - Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde  
(14) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 442.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, 21 de outubro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

#### **EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 8 2014 - SRP - FMAS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 8/2014  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 8/2014 - SRP - FMAS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 05.11.2014, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 20 de outubro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 1/9

Número do Registro de Preços: 17/2013			Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CPU DUAL CORE LGA 1155, 2.90Ghz, Núcleo Duplo, 3MB, cachê, DMI 5GT/s, 55W potência, 22nm, 4GB de memória DDR3 1333MHz, Placa mãe socket 1155, com 4 slot de memória suportando o máximo de 32 GB DDR3 1600/1333, Dual Channel, Slots de expansão: 1 x PCIe 3.0/2.0 x 16, 1 x 16x, 1024MB DDR5, com suporte a saída d vídeo VGA: HDMI/RGB, Rede onboard 10/100/1000, Placa de som onboard com 8 canais de áudio, 1 x saída optical S/PDIF, 4 portas USB 3.0 (2 portas integradas na placa, 2 portas no painel traseiro) 10 portas USB 2.0/1.1 (6 portas integradas na placa, 4 portas no painel traseiro), 2 X PORTAS satã 6.0Gb/s, 4 x portas SATA 3.0 GB/s, suporte raid 0,1,5,10, 1 x porta OS/2 para teclado/mouse, 1x porta com, HD SATA III 500GB 7200RPM, Gravadora de DVD satã, Gabinete na cor preta com 4 baís, entrada de USB frontal, fonte de 450WATTS, Mouse OS/2 ou USB óptico preto, Teclado OS/2 ou USB preto, Caixa de som amplificadas com alimentação pela porta USB. (3755)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	BRPC	0	1.372,0000	1
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	SPACEBR	0	1.372,5000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	paula	0	1.373,0000	3
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD ME (6622)	QBEX	0	1.373,5000	4
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	VOC	0	1.375,0000	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SPACEBR	0	1.375,0000	6
2	MONITOR ( Tela de LED WIDE - Formato 16:9, Pixel Pitch 0.30mm x 0.30mm, Tamanho de tela 18.5", resolução máxima 1360 x 768, tempo de resposta 5 ms, Contraste 5.000.000:1, frequência Vertical 56 - 75 Hz, frequência Horizontal 30 - 61 KHz, conector D-Sub (VGA), Cor Black Plano, furação VESA, brilho 200 cd/m2, revestimento da Tela Anti-reflexiva, anti-estática, acessórios Cabo D-Sub, Power Cord e manual de usuário, garantia de 1 ano, ângulo de visão (horizontal / vertical) 90° (H) 65° (V), tipo de alimentação Fonte interna). (3756)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	samsung	0	452,8000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD ME (6622)	AOC	0	453,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	AOC	0	455,5000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	AOC	0	456,0000	4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 2/9

Número do Registro de Preços: 17/2013		Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	LG			0	456.0000	5
3	NOTEBOOK CORE I3 (Notebook com processador 2.1GHz, núcleo duplo, 3MB de cache, 35w de potência, 32nm, DMI 5G1/s, 4GB de memória DDR3 1333MHz, placa de vídeo com memória dedicada de 128MB, 3 x USB, 1 x VGA, 1 x HDMI, leitor de cartões 5x1, web cam integrada HD 720p, rede 10/100/1000Mbps, Wi-Fi 802.11b/g/n, tela de 14" LED-backlit TFT LCD com resolução de 1366 x 768 , HD sala 500GB, áudio high-definition audio suport, 2 alto-falantes e microfone integrados, entrada para fone de ouvido e microfone, bateria de 6 células lithium ion com duração de aproximadamente 4 horas, teclado padrão português ABNT2, Sistema Operacional Windows 7 64 bits português original, garantia do fabricante de 1 ano.) (3757)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	LENOVO	0	1.672.0000	1
	EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	VOC			0	1.673.0000	2
	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	DEXCOM			0	1.674.0000	3
	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	Positivo			0	1.674.6700	4
	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Itaútec			0	1.674.6700	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Número do Registro de Preços: 17/2013			Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	CAMERA DIGITAL (Fotográfica Digital, 14,1 megapixels, monitor LCD (") 2,7" - LCD TFT - Clear Photo LCD, zoom Óptico 5x, zoom Digital 10x, memória interna de aproximadamente 28 MB, memória expansível por cartões de até 32Gb, cartões de memória compatíveis Memory Stick Duo, Memory Stick PRO Duo, Memory Stick PRO-HG Duo, Cartão de Memória SD, Cartão de Memória SDHC, Cartão de Memória SDXC, modos do Flash Auto / On / Off / Slow Syncro, alcance do Flash ISO Auto: Aprox. 0.5 - Aprox. 3.0m, estabilizador de imagem SteadyShot, sensibilidade (ISO) Auto 100 / 200 / 400 / 800 / 1600 / 3200, Face Detection, Smile Shutter, Macro, Foto Panorâmica 2D: 360 Sweep Panorama, Redutor de olhos vermelhos Auto / On / Off, Modo Slide Show, 10 modos de cena disponíveis. (Alta Sensibilidade / Crepusculo / Retrato Crepusculo / Paisagem / Foto Suave / Pele Suave / Praia / Neve / Gourmet / Animal de Estimação), Extensão do arquivo da foto JPEG, Tamanhos das imagens (pixels) 14M / 10M / 5M / VGAModo 16:9 - 11M (4.320 x 2.432) / 2M (1.920 x1.080), Gravação de Áudio, Gravação de Vídeo, Resolução de Vídeo HD (1280 x 720) 30fps / VGA (640 x 480) / OVGA (320 x 240), Formatos de Vídeo AVI, Microfone Embutido, Mono, Distância Focal Imagens 16:9 - 30-150mm Imagens 4:3 - 28-140mmVídeo 16:9 - 32-160mmVídeo 4:3 - 28-140mm, Abertura F 3.2 (W) - 6.5 (T), Obturador eletrônico, Velocidade do Obturador Auto (2" - 1/1.500) / Program Auto (1" - 1/1.500), Montagem de tripé, Tempo Entre os Disparos de aproximadamente 3,0 segundos, Modo Burst, Timer Off / 10 segundos / 2 segundos / Auto-Retrato (1 pessoa) / Auto-Retrato (2 pessoas), Datador, Idiomas do menu (Inglês, Francês, Espanhol, Português, Chinês, Coreano, Persa, Árabe, Tailandês, Malaio, Indonêsio, Vietnamita e Ucraniano), Guia de ajuda na câmera, 1 ano de garantia, lentes fornecidos (bateria recarregável original do fabricante, carregador de bateria, cabo de alimentação, cabo USB, cordão de mão, cartão de memória 4Gb. (3758)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nikon	0	430.0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	SONY	0	430.5000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	Sam Sung	0	430.9000	3
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	SONY	0	431.0000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SONY	0	431.0000	5
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	LG	0	431.3300	6



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 17/2013

Página: 4/9

Número do Registro de Preços: 17/2013			Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	IMPRESSORA JATO DE TINTA MULTIFUNCIONAL Funções de imprimir, copiar, digitalizar, velocidade da impressão em preto de até 5,5 ppm, rascunho de até 20 ppm, velocidade da impressão colorida de até 4 ppm, rascunho de até 16 ppm, qualidade de impressão preto (tinta) de até 600 ppp, velocidade de impressão cor (rascunho, foto 10 x 15) de 60 segundos, primeira página impressa (pronto) em preto na velocidade máxima de 21 seg. em cor na velocidade máxima de 26 segundos, ciclo de trabalho (mensal, A4) de até 1000 páginas, tecnologia de impressão jato de tinta, qualidade de impressão (melhor) em cor de até 4800 x 1200 dpi otimizados (a partir da entrada de 1200 dpi ao imprimir de um computador em papel fotográfico) em preto de até 600 ppp, conectividade USB, bandeja de entrada para 60 folhas, bandeja de saída para 25 folhas, tamanhos de mídia suportados ( A4, B5, A5, A6, Envelope DL), Tipos de suportes papel (brochura, jato de tinta, normal), fotográfico, envelopes, etiquetas, cartões (saudações), transparências, gramaturas de mídia, recomendado A4: 75 a 90 g/m²; Envelopes HP: 75 a 90 g/m²; Cartões HP: até 200 g/m²; papel fotográfico HP 10 x 15 cm: até 300 g/m²; tipo de scanner com base plana, resolução de digitalização óptica de até 1200 dpi, profundidade de bits 24 bits, tamanho da digitalização (no scanner de mesa), máximo 216 x 297 mm, resolução de cópia (texto em preto) de até 600 dpi otimizados (a partir da entrada de 300 dpi), resolução de cópia (gráficos e texto em cores) de até 600 dpi otimizados (a partir da entrada de 300 dpi) 10 cópias no máximo, voltagem de entrada: 100 até 240 VCA (+/- 10%), 50/60 Hz (+/- 3 Hz), conteúdo da caixa (multifuncional jato de tinta, cartucho de tinta preta, cartucho de tinta tricolor, CD do software, fonte de alimentação, cabo USB, garantia de um ano para o hardware, (3759)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	HP	0	289,9000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	290,0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	HP	0	291,0000	3
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	HP	0	291,4500	4
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	291,4500	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 5/9

Número do Registro de Preços: 17/2013			Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Computador com processador de 3,20 Ghz, 4 núcleos, 6MB cache, DMI 5GT/s, 77 W potência, 22nm, 8GB de memória DDR3, 1333Mhz sendo 2 pentes de memória ligados em Dual channel, Placa mãe com 4 slots de memória suportando o máximo de 32 GB DDR3 1600/1333, Dual Channel, Slots de Expansão: 1 x PCIe 3.0/2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 3 x PCI, placa de vídeo onboard com suporte a saída de vídeo VGA, HDMI/DVI/RGB, Rede onboard 10/100/1000, placa de som onboard com 8 canais de áudio, 1 x saída optical S/PDIF, 4 portas USB 3.0 (2 portas integradas na placa, 2 portas no painel traseiro) 10 portas USB 2.0/1.1 (6 portas integradas na placa, 4 portas no painel traseiro), 2 x portas sata 6.0 Gb/s, 4 x portas sata 3.0 Gb/s, suporte raid 0,1,5,10, 1 x porta PS/2 para teclado/mouse, 1 x porta com HD sata III 1000GB 7200RPM, Gravadora de DVD Sata, Gabinete na cor preta com 4 baías, entrada de USB frontal, fonte com potência real de 450WATTS, Mouse PS/2 ou USB preto, Caixa de som amplificadas com alimentação pela porta USB, manual e CD de instalação da placa mãe. (3760)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	DUEX	0	2.199.0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	QBEX	0	2.200.0000	2
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	VOC	0	2.202.0000	3
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	SPACEBR	0	2.203.0000	4
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	BRPC	0	2.203.3300	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pauta	0	2.203.3300	6



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Número do Registro de Preços: 17/2013			Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Nobreak 700VA, Tensão de entrada nominal bivolt automático, frequência de entrada 47Hz - 63Hz, faixa de tensão de entrada 95V~140V/ 180V~245V, subtensão 95V/180V, sobretensão 140V/245V, potência de saída nominal contínua 700VA/300W, potência de pico nominal 350W, tensão de saída nominal 120V (220V configurável através de jumper interno), frequência de saída em modo inversor 60Hz +-0,1%, tempo de acionamento do inversor <0,8ms, forma-de-onda em modo inversor semi - senoidal, bateria do tipo selada VRLA livre de manutenção, 1 bateria interna de 7Ah/12V, tempo de recarga da bateria de 10h após 90% descarregada, vida útil da bateria entre 2 e 5 anos, dimensões 261 x 93,4 x 168 (mm), peso aproximado 7Kg, cabo AC plugue padrão NBR 14136, tensão de operação 12V, faixa de saída em modo inversor 120V +- 5% (220V +- 5%), rendimento a plena carga em rede >=95% para 120V/120V ou 220V/220V >=90% para 120V/200V ou 220V/120V, mdimento a plena carga em bateria >= 80%, desligamento no nobreak quando houver sobrecarga 110%; 7min rede/50s inversor, 160%; 1 min rede/15s inversor, acionamento do inversor para subtensão e sobretensão na rede elétrica com retorno e desligamento automático, desligamento automático contra descarga profunda de bateria no modo inversor, desligamento programado por carga mínima na saída e ausência da rede elétrica superior a uma hora, varistores óxido metálico contra surtos de tensão. (3761)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	SMS	0	336,5000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	NHS	0	337,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	NHS	0	337,8000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	NHS	0	338,0000	4
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	BRATIC	0	338,3300	5







ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Número do Registro de Preços: 17/2013      Data do Registro: 21/10/2013      Válido até: 21/10/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	HP	0	455.0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 9/9

Número do Registro de Preços: 17/2013		Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2013

PROCESSO Nº 21/2013

- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (6622) - BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD A ME
- (6712) - Sandro Vilmar Pires ME
- (6715) - LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME
- (6717) - KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME
- (6727) - EDINA ALVES DE OLIVEIRA

Braço do Trombudo, 21 de Outubro de 2013.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04 2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de toners compatível e cartuchos de tinta originais para manutenção dos serviços do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e do IGD-BF (Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Toner compatível 100% novo, lacrado CE 285A (preto) (976)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	DEA	0	28,0000	1
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)		0	29,0000	2
			ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.PI/ESCRITORIO LTDA. (6166)	THERASS	0	29,5000	3
2	Cartucho de tinta original para impressora HP, 21 preto C9351AL - 7ml (1276)	UND	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)		0	44,0000	1
			ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.PI/ESCRITORIO LTDA. (6166)	HP	0	44,4000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	HP	0	44,5000	3
3	Cartucho de tinta original para impressora HP, 22 color C9352AL - 6ml (1277)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)		0	51,4000	1
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)		0	51,6000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de toners compatível e cartuchos de tinta originais para manutenção dos serviços do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e do IGD-BF (Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO L.TDA. (6166)	HP	0	60.5000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de toners compatível e cartuchos de tinta originais para manutenção dos serviços do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e do IGD-BF (Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014

PROCESSO Nº 4/2014

- (6166) - ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO LTDA.
- (6183) - R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME
- (6184) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 21 de Julho de 2014.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05 2014 FMAS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014**

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo mármore (632)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	11,9768	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	12,0000	2
2	Bolo laranja (633)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	13,4544	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	13,4800	2
3	Bolo formigueiro (634)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	13,4544	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	13,4800	2
4	Cuca de frutas (banana), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (636)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,9848	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	8,0000	2
5	Cuca de frutas (abacaxi), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (637)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,9848	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	8,0000	2
6	Cuca de frutas (pêssego), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (638)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,9848	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	8,0000	2
7	Mini pão de queijo (639)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	16,7182	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	16,7500	2
8	Orelha de gato (640)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	12,9554	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	12,9800	2
9	Sanduíche natural (pão pullman, frango desfiado, queijo prato, alface, tomate, maionese industrializada) (1276)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,9943	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	3,0000	2
10	Sanduíche de pão francês (queijo prato, presunto, alface, tomate, maionese industrializada) (1279)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,4953	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	2,5000	2
11	Bolo nega maluca (bolo de chocolate com cobertura de chocolate e granulado de chocolate preto) (1280)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	14,3527	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	14,3800	2
12	Risoles de massa caseira, tamanho pequeno, recheio de frango (1281)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,7486	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	0,7500	2
13	Risoles de massa caseira, tamanho pequeno, recheio de carne (1282)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,7486	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	0,7500	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 5/2014      Data do Registro: 21/07/2014      Válido até: 21/07/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
14	Mini pastel de forno (massa folhada com recheio de frango) (645)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,9981	1		
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	1,0000	2		
15	Mini pastel de forno (massa folhada com recheio de carne) (646)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,9981	1		
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	1,0000	2		
16	Sonho com recheio de doce de leite, com peso aproximado de 100 a 120 gramas, macio, feito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela (1283)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,4953	1		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME	Fritzen	0	2.5000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014  
PROCESSO Nº 5/2014

- (6003) - PANIFICADORA KI SABOR
- (6116) - PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME

Braço do Trombudo, 21 de Julho de 2014.



# Brunópolis

## PREFEITURA

### Decreto 89

DECRETO Nº 89, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR GRANIZO.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito do município de Brunópolis, localizado no estado da Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

#### CONSIDERANDO:

I - uma forte chuva de granizo, no município de Brunópolis, ocorrida no dia 13 de outubro de 2014, provocando destelhamento, de acordo com levantamento preliminar até a data de 14 de outubro de 2014, 40 casas foram danificadas, galpões agrícolas e plantações, além de vários estragos na malha viária do município;

II - o temporal com fortes ventos, com características de tornado atingiram o interior do Município causando principalmente destelhamento;

III - que o fornecimento de energia elétrica em todo território do Município foi interrompido;

IV - concorrem que como critérios agravantes da situação de anormalidade a existência de famílias de baixa renda que tiveram suas casas atingidas, assim como parte de agricultores familiares que tiveram suas plantações atingidas;

V - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como GRANIZO (COBRADE 132130)., conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Brunópolis, 14 de outubro de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

JOSE THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO

E FAZENDA

Registrado e Publicado o Presente Decreto no DOM



# Brusque

## PREFEITURA

### **Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 014/2014**

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 014/2014, entre o Município de Brusque e a SONA CONSTRUTORA LTDA-ME, em 26/09/2014. Objeto: SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕE A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CONTRATO Nº 014/2014, EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO BAIRRO LIMEIRA ALTA. Fundamento legal: artigo 58, inciso I e artigo 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: TOMADA DE PREÇO nº 003/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

### **Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 084/2013**

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 084/2013, entre o Município de Brusque e a AHGORA SISTEMAS LTDA, em 05/09/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2013. Fundamento legal: artigo 57 da Lei 8.666/93. Origem: PREGÃO nº 057/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

### **Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 086/2013**

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 086/2013, entre o Município de Brusque e a SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, em 02/09/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DAS OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DAS ESCULTURAS. Fundamento legal: artigo 57, II da Lei 8.666/93. Origem: TOMADA DE PREÇO nº 007/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 02/09/2014 a 02/03/2015. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

### **Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 099/2013**

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 099/2013, entre o Município de Brusque e a NILO TRANSPORTES E TURISMO LTDA-ME, em 16/09/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DA CONTRATO Nº 099/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2013. Fundamento legal: artigo 57, inciso II c/c art. 55 III da Lei 8.666/93. Origem: PREGÃO nº 057/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

### **Extrato Segundo Termo Aditivo, Contrato Nº 002/2013**

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2013, entre o Município de Brusque e a QUARK ENGENHARIA LTDA-ME, em 19/08/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO Nº 002/2013 - TOMADA DE PREÇO Nº 001/2013. Fundamento legal: artigo 57, inciso I c/c art. 58 I da Lei 8.666/93. Origem: TOMADA DE PREÇO nº 001/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: VILSON AFONSO MORESCO

### **Extrato Segundo Termo Aditivo, Contrato Nº 030/2013**

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 030/2013, entre o Município de Brusque e as empresas CONSTRUTORA WDD LTDA, em 06/10/2014. Objeto: supressão dos serviços que compõe a planilha orçamentaria. Valor: 2.427,80. Fundamento legal: artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 001/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: ANA BEATRIZ BARON LUDVIG.

### **EXTRATO TERCEITO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 002/2013**

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2013, entre o Município de Brusque e a QUARK ENGENHARIA LTDA - ME, em 19/08/2014. Objeto: acrescimo qualitativo dos serviços que compõe a planilha orçamentária do contrato. Valor: R\$ 211.672,22. Fundamento legal: artigo 57, §1º inciso I c/c artigo 58, inciso I, da Lei 8.666/93. Origem: TOMADA DE PREÇO 001/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: VILMAR AFONSO MORESCO.

### **Extrato Terceiro Termo Aditivo, Contrato Nº 014/2014**

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 014/2014, entre o Município de Brusque e a SONA CONSTRUTORA LTDA - ME, em 26/09/2014. Objeto: acrescimo qualitativo dos serviços que compõe a planilha orçamentária do contrato. Valor: R\$ 13.462,22. Fundamento legal: artigo 58, inciso I, e artigo 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: TOMADA DE PREÇO 003/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

### **Extrato Terceiro Termo Aditivo, Contrato Nº 030/2013**

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 030/2013, entre o Município de Brusque e as empresas CONSTRUTORA WDD LTDA, em 06/10/2014. Objeto: acréscimo quantitativo dos serviços que compõe a planilha orçamentária. Valor: 11.250,66. Fundamento legal: artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 001/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: ANA BEATRIZ BARON LUDVIG.

### **EXTRATO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 069/2012**

Espécie: 11º Termo Aditivo, Contrato nº 069/2012, entre o Município de Brusque e a CATEDRAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, em 18/09/2014. Objeto: EXECUÇÃO DOS REMANESCENTE DAS OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL URBANA NAS BACIAS AZAMBUJA E NOVA BRASÍLIA. Valor: R\$ 171.893,24. Fundamento legal: artigo 65, §1º(quantitativo) da Lei 8.666/93. Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 022/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.



**Extrato Contrato Nº 005/2014**

Espécie: Contrato nº 005/2014, entre o Município de Brusque e CHARLES OTTO CORREA (MEI), em 29/09/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE CARÁTER EMERGENCIAL DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA ALUNOS DA APAE. Valor: R\$ 12.240. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 004/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 4 MESES. Signatários: MIRELLA ZUCCO MÜLLER.

**Extrato Contrato Nº 101/2014**

Espécie: Contrato nº 101/2014, entre o Município de Brusque e PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA, em 10/09/2014. Objeto: EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DAS OBRAS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E REVEGETAÇÃO NO BAIRRO BATEAS. Valor: R\$ 139.403,74. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: CONCORRÊNCIA nº 011/2012. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 24 MESES. Signatários: GILMAR VILAMOSKI.

**Extrato Contrato Nº 105/2014**

Espécie: Contrato nº 105/2014, entre o Município de Brusque e a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE, em 26/09/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE POMERODE - AMUSPE, REPRESENTATE DE DIVERSOS GRUPOS ARTÍSTICOS QUE SE APRESENTARÃO ENTRE OS DIAS 09 E 19 DE OUTUBRO, NA 29ª FENARRECO. Valor: R\$ 366.075,00. Fundamento legal: artigo 25, inciso III da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 018/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 60 dias. Signatários: NORBERTO JOÃO MAESTRI.

**Extrato Contrato Nº 106/2014**

Espécie: Contrato nº 106/2014, entre o Município de Brusque e a empresa ARTE E VIGOR PANIFICADORA E MERCEARIA LTDA-ME, em 04/09/2014. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DA PRAÇA DO BAIRRO AZAMBUJA. Valor: R\$ 270.000,77. Fundamento legal: na Lei 8.666/93. Origem: Tomada de preço nº 008/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 18 meses. Signatário: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

**Extrato Contrato Nº 107/2014**

Espécie: Contrato nº 107/2014, entre o Município de Brusque e a empresa ME GESTÃO DE EVENTOS LTDA ME, em 01/10/2014. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A 29ª FESTA NACIONAL DO MARRECO - LOTE 02- VENDA DE BILHETES/TICKET'S ENTRE OS DIAS 9 E 19 DE OUTUBRO. Valor: R\$ 101.000,00. Fundamento legal: na Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 084/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 6 meses. Signatário: NOBERTO JOÃO MAESTRI.

**Extrato Contrato Nº 108/2014**

Espécie: Contrato nº 108/2014, entre o Município de Brusque e a empresa RW SERVIÇOS LTDA ME, em 01/10/2014. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A 29ª FESTA NACIONAL DO MARRECO - LOTE 01- RECEPÇÃO ENTRE OS DIAS 9 E 19 DE OUTUBRO. Valor: R\$ 14.193,00. Fundamento legal: na Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 084/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 6 meses. Signatário: NOBERTO JOÃO MAESTRI.

**Extrato : Contrato Nº 111/2014**

Espécie: Contrato nº 111/2014, entre o Município de Brusque e EDU-CAR OFICINA MECANICA LTDA-ME, em 10/10/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AOS VEÍCULOS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE. Valor: R\$ 320.000,00 Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 029/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 90 DIAS. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

**Extrato Contrato Nº 112/2014**

Espécie: Contrato nº 112/2014, entre o Município de Brusque e a ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA , em 01/10/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE GALERIAS CELULARES EM CONCRETO ARMADO, MEDIDAS DIVERSAS, PARA USO EM OBRAS DE DRENAGEM NO MUNICÍPIO. Valor: 3.108.250,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 077/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva.

**Extrato Contrato Nº 113/2014**

Espécie: Contrato nº 113/2014, entre o Município de Brusque e a MARCO TUBOS LTDA , em 01/10/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE GALERIAS CELULARES EM CONCRETO ARMADO, MEDIDAS DIVERSAS, PARA USO EM OBRAS DE DRENAGEM NO MUNICÍPIO. Valor: 4.005.855,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 077/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 050/2014**

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 050/2014, em 03/10/2014. Objeto: aquisição de cartuchos e tóners para impressão. Valor: R\$ 127.77,00. Origem: Pregão nº 068/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2014**

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 051/2014, em 03/10/2014. Objeto: aquisição de parques infantis. Valor: R\$ 773.159,06. Origem: Pregão nº 066/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Vigência: 12 meses Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2014**

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 053/2014, em 03/10/2014. Objeto: aquisição de parques infantis. Valor: R\$ 60.000,00. Origem: Pregão nº 071/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Vigência: 12 meses Signatário: GLEUSA LUCI FISCHER



**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2014**

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 052/2014, em 03/10/2014. Objeto: aquisição de material elétrico. Valor: R\$ 358.298,00. Origem: Pregão nº 082/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Vigência: 12 meses Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

**EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO, ATA Nº 003/2014**

Espécie: 5º Termo Aditivo, Ata nº 003/2014, entre o Município de Brusque e as empresas JAMES COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA e DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME, em 12/09/2014. Objeto: acréscimo de 25% de quantitativo. Valor: JAMES COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA R\$ 7.950,00 E DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME R\$ 365,00. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 124/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 056/2014**

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 056/2014 (AD056-14). CONCORRÊNCIA 017/2013. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRUSQUE. CONTRATADA: B.A.R PROPAGANDA E MARKETING LTDA. Fundamento legal: art. 65, II, "c" da Lei 8.666/93; Prejulgado n. 1.506 do TCE/SC; art. 7º da Lei Complementar Federal 116/2003. OBJETO: alteração da cláusula sétima, item 7.6 do instrumento contratual. VALOR: sem alteração de valores. Brusque (SC), 12 de agosto de 2014. LEANDRO MAÇANEIRO, SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. FERNANDO HERCÍLIO BARNI, B.A.R PROPAGANDA E MARKETING LTDA.

**Portaria Nº 2144/2014**

PORTARIA Nº 2144/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, de acordo com o que segue:

MÊS DE FRUIÇÃO: OUTUBRO/2014

NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO DE FÉRIAS
LUCIE HERTA HILBERT	SEC. SAÚDE	01/10 A 10/10/2014
LUCIA REGINA WINTER	SEC. SAÚDE	09/10 A 21/10/2014
SHARLENE APARECIDA LEAL	SEC. SAÚDE	09/10 A 19/10/2014
FERNANDA GONÇALVES CLEMER	SEC. SAÚDE	15/10 A 24/10/2014
SABRINA J. DO NASCIMENTO	SEC. SAÚDE	15/10 A 24/10/2014
EDUARDO SAMUEL HAUBERT	SEC. SAÚDE	20/10 A 03/11/2014
NOEMI ANTUNES ROSA	SEC. SAÚDE	20/10 A 29/10/2014

CARLOS EDUARDO MALUCHE	SEC. SAÚDE	27/10 A 05/11/2014
INEZ LOSCHNER	SEC. SAÚDE	27/10 A 05/11/2014
LUCIANA GOULART MEDEIROS	SEC. SAÚDE	27/10 A 05/11/2014
VILDOMAR GOULART	SEC. SAÚDE	27/10 A 05/11/2014
ANA KRIS DA SILVA	SEC. SAÚDE	29/10 A 07/11/2014

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de outubro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humano

**Portaria Nº 2183/2014**

PORTARIA Nº 2183/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

Considerando o requerimento do servidor solicitando licença para tratar de assuntos particulares;

Considerando o deferimento da Secretária da pasta da Secretaria da Fazenda;

Considerando o disposto no artigo 137 da LC 147/2009 que confere ao administrador a discricionariedade para conceder licença para tratar de assuntos particulares aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo;

Considerando que o servidor atende aos requisitos estabelecido nos artigos 137, 138 e 139 da LC 147/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Sem Vencimentos a pedido do servidor Sr. ALESSANDRO ANDRE MOREIRA SIMAS, matrícula nº 1030.8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Públicos, lotado na Secretaria da Fazenda, para tratar de assuntos particulares, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 07/10/2014.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nºs 129, III e 137 da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos



**Extrato Processo Licitatório Nº 147/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 147/2014

CONCORRÊNCIA nº 014/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DAS AVENIDAS ARNO CARLOS GRACHER E BEPE ROSA (BEIRA RIO), MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Nona item 9.1 (habilitação jurídica); 9.2 (regularidade fiscal e trabalhista); 9.3. (qualificação técnica) e 9.4 (qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela habilitação das empresas TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI; PACOPEDRA PAVIMENTADORA; EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA; TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE AUGUSTO LTDA; MULTIPLOS SERVICOS E OBRAS LTDA; BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA; VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA; EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA e SETEP CONSTRUÇÕES SA, nos termos da Ata de Licitação.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

17/10/2014

RAFAEL LUIZ PINTO

Presidente da Comissão de Licitação

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 014/2014**

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 014/2014, entre o Município de Brusque e a SONA CONSTRUTORA LTDA ME, em 26/09/2014. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA NO BAIRRO LIMEIRA ALTA. Valor: R\$ 11.098,34 . Fundamento legal: artigo 58, inciso I, e artigo 65, §1º(quantitativo) da Lei 8.666/93. Origem: TOMADA DE PREÇO nº 003/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

**Portaria Nº 2142/2014**

PORTARIA Nº 2142/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, de acordo com o que segue:

MÊS DE FRUIÇÃO: OUTUBRO/2014

NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO DE FÉRIAS
SIMONE MARTINS	SEC. ORÇAMENTO	01/10/2014 A 15/10/2014
JOSE ADEMAR HEBILE	SEC. OBRAS	06/10/2014 A 29/10/2014
ANGELO SEGATTA	SEC. ASSISTÊNCIA	06/10/2014 A 15/10/2014
ANTONIO PEREIRA	SEC. OBRAS	06/10/2014 A 04/11/2014
LUIS HENRIQUE BLUMER	SEC. TRÂNSITO	06/10/2014 A 15/10/2014
VALDIR DA SILVA	SEC. ORÇAMENTO E GESTÃO	09/10/2014 A 23/10/2014

OLGA LUIZA DOS SANTOS	SEC. OBRAS	13/10/2014 A 26/10/2014
PATRICIA ANA BATISTI	SEC. ASSISTÊNCIA	13/10/2014 A 22/10/2014
SILVIO CARDOSO	SEC. OBRAS	13/10/2014 A 23/10/2014
ANELISE NAGEL K. DE SOUZA	SE. ORÇAMENTO E GESTÃO	14/10/2014 A 23/10/2014
JOSILENE PAZA	SEC. ORÇAMENTO E GESTÃO	15/10/2014 A 24/10/2014
GABRIELA RISTOW BUSS	SEC. TURISMO	21/10/2014 A 30/10/2014
SERGIO SCHEIDT	SEC. ASSISTÊNCIA	22/10/2014 A 05/11/2014
NORBERTO JOÃO MAESTRI	SEC. TURISMO	24/10/2014 A 09/11/2014
JESSICA VOLTOLINE PEREIRA	PROCURADORIA	31/10/2014 A 09/11/2014

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de outubro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humano

**Portaria Nº 2277/2014**

PORTARIA Nº 2277/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença- Prêmio, para o servidor EDSON LOMAR COMANDOLLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 20/10/2014 a 17/01/2015, referente aos períodos aquisitivos de 01/08/1994 a 31/07/1999.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos



**Ata de Registro de Preços Nº 002/2014 SAMAE**  
SAMAE DE BRUSQUE

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 002/2014, entre o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Brusque e a empresa: Daniele Aparecida Wietcovsky Hodecker 00370917944, em 20/10/2014. Objeto: fornecimento e instalação de ar condicionados na Sede Administrativa do SAMAE. Valor: R\$ 59.830,00. Fundamento legal: art. 15, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão 042/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Rógério Ristow

**Extrato Processo Licitatório Nº 025/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 025/2014 - FMS  
TOMADA DE PREÇO nº 002/2014

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO PEDRO, LOCALIZADO NA RUA CATARINA VISCONTI IMHOF, 121 BRUSQUE SC.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou proposta de menor preço a Empresa WDF SERVIÇOS LTDA e, considerando que a empresa RODRIGUES & CARMARGO LTDA EPP comprovou a qualidade de Empresa de Pequeno Porte, somado ao fato de que a proposta apresentada enquadrava-se nos benefícios do art. 44 e inciso I do art. 45, ambos, da LC 123/2006, a Comissão de Licitação notifica a empresa para querendo exercer seu direito de preferência, apresentar nova proposta comercial no prazo de até 02 (dois) úteis. Do exposto aguarde-se a apresentação de nova proposta comercial pela empresa RODRIGUES & CARMARGO LTDA EPP e/ou Declaração de Não Interesse, bem como aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou Termo de Renúncia, para dar prosseguimento aos trabalhos

20/10/2014  
RAFAEL LUIZ PINTO  
Presidente da Comissão de Licitação

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 030/2014 - FMS  
TOMADA DE PREÇO nº 007/2014

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO EMMA II, LOCALIZADO NO BAIRRO LIMOEIRO RUA B LOTEAMENTO SANTA MÔNICA.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global a Empresa RODRIGUES & CAMARGO LTDA EPP com valor global de R\$ 528.702,64 (quinhentos e vinte e oito mil e setecentos e dois reais e sessenta e quatro centavos), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos

20/10/2014  
RAFAEL LUIZ PINTO  
Presidente da Comissão de Licitação

**Caçador****PREFEITURA****Errata - Licitação PR 84-2014 - Prefeitura**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
ERRATA

EDITAL: Pregão Presencial nº 84/2014 - Prefeitura

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Onde o item 106 - Emenda tipo "H" para forro de PVC, barra com 6m, medida BR c/ 300m, com quantidade de 550 itens, passa a ser: Emenda tipo "H" para forro de PVC, barra com 6m, medida BR, com quantidade de 550 itens.

o item 123 - Tijolo cerâmico 6 furos 9 x 14 x 24 cm, medida UM/10ml, com quantidade de 20.000 itens, passa a ser: Tijolo cerâmico 6 furos 9 x 14 x 24 cm, medida ML, com quantidade de 20.000 itens.

o item 223 - Lixa grana 100 com 100 m, medida RL, com quantidade de 02 itens, passa a ser: Tijolo cerâmico 6 furos 9 x 14 x 24 cm, medida MT, com quantidade de 100 itens.

Os valores constantes do Anexo II referente a Proposta de Preços (Valor Referência) foi alterada no todo.

A abertura passa ser para o dia 11 de novembro de 2014 às 14:00 horas.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: [licitacaopmc@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacaopmc@cacador.sc.gov.br) telefone: (049) 3666.2400 ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 20 de outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito do Município de Caçador

**IPASC****Processo de Licitação Nº 10/2013 Dispensa de Licitação Nº 05/2013**

Processo de Licitação nº 10/2013

Dispensa de Licitação nº 05/2013

Contrato nº 12/2014 - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2013 - OBJETO: Acréscimo de quantitativos de até 25% sobre o valor do contrato principal, que tem por objeto elaboração de perícias médicas dos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Caçador (segurados ativos, inativos e dependentes maiores inválidos, sob a gestão do IPASC, pelo período de 12 meses, para detecção de invalidez, readaptação ou concessão de aposentadoria por invalidez ou pensão, bem como reavaliação anual dos aposentados por invalidez e dos dependentes maiores inválidos (pensionistas), com emissão do respectivo Laudo Médico. PARTES: IPASC e CLÍNICA DR. BRIDI. Caçador, 08/10/2014. Alcedir Ferlin, IPASC. Ana Adeline R.T.Bridi, CLÍNICA DR. BRIDI



# Camboriú

## PREFEITURA

### PR 86/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 086/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE ASSENTAMENTO DE TUBOS, GALÉRIAS E CONFECÇÃO DE BOCAS DE LOBO SANFONADAS, CAIXA DE PASSAGEM E POÇO DE VISITA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 03 (Três) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 20 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

### LEI N.º 2.723/2014

LEI N.º 2.723/2014

Altera a Lei Municipal nº 2.371 de 25 de outubro de 2011 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 3º e 7º da Lei Municipal n.º 2.371/11, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Cada vereador poderá indicar a cada dois anos 1 (um) Servidor Público a ser homenageado.

(...)

Art. 7º O Servidor Público só poderá ser indicado e homenageado uma vez num período de 6 (seis) anos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 17 de outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

### LEI COMPLEMENTAR N.º 073/2014

LEI COMPLEMENTAR N.º 073/2014

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores provou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com a finalidade de acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidas a este grupo de pessoas.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

I - elaborar seu Regimento Interno;

II - propor e deliberar sobre ações para os Planos e Programas do Município referentes à promoção e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência;

III - eleger seu corpo diretivo;

IV - zelar pela efetiva implantação da Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência;

V - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana, reabilitação, entre outras relativas à pessoa com deficiência;

VI - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária as Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

VII - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VIII - propor e incentivar aos órgãos competentes a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

IX - deliberar sobre o Plano de Ação Municipal Anual;

X - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Municipal para Inclusão da Pessoa Com Deficiência;

XI - colaborar com o monitoramento e a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo em seu âmbito de atuação;

XII - atuar como instância de apoio, no âmbito municipal, nos casos de requerimentos, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência assegurados na Constituição Federal, na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e demais legislações aplicáveis;

XIII - convocar a Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência será constituído, paritariamente, por no mínimo 10 (dez) representantes, titulares e suplentes, do Poder Executivo Municipal e da Sociedade Civil.

§ 1º Os conselheiros titulares e suplentes indicados para compor o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência serão nomeados por intermédio de decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos.

§ 3º As funções exercidas pelos conselheiros não serão remuneradas, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 4º No Regimento Interno, o qual será aprovado por meio de decreto do Poder Executivo, será definido a composição, o funcionamento, bem como a estrutura do Conselho, havendo a



necessidade de garantir:

I - plenário;

II - corpo diretivo;

III - comissões permanentes;

IV - comissões provisórias;

V - secretaria/coordenação executiva.

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizará 01 (uma) reunião ordinária mensal e reuniões extraordinárias sempre que houver necessidade.

§ 1º As reuniões previstas no caput deste artigo serão convocados pelo Presidente do conselho ou por 2/3 (dois terços) de seus membros titulares, convocados com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência.

§ 2º Para a instalação das reuniões é indispensável a presença de mais da metade do número total de membros do conselho, ou seja, a maioria absoluta.

§ 3º As matérias colocadas em votação nas reuniões do conselho serão aprovadas por maioria simples dos votantes.

§ 4º O membro do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias seguidas ou 05 (cinco) alternadas, no período de um 01 (um) ano, será desligado do órgão após 48 (quarenta e oito) horas, sendo empossado o respectivo suplente, devendo ser indicado novo membro para compor o Conselho.

§ 5º A convite de qualquer conselheiro, poderão tomar parte das reuniões, com direito somente a voz, qualquer representante de órgão relacionado à pessoas com deficiência, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

Art. 6º Fica alterada a alínea "t" do inciso VI do artigo 1º da Lei Complementar Municipal n.º 026/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

(...)

IV - (...)

(...)

t) Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

Art. 7º Fica acrescentado o inciso IV ao artigo 15 da Lei Municipal n.º 2.621/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. (...)

(...)

IV - Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 17 de outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

## **LEI N.º 2.724/2014**

LEI N.º 2.724/2014

Denominação de Rua.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO BANDEIRA", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada "J", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7409, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 17 de outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1284/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1284/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAO8215	54950240E	6653/1	07/09/2014	230 * XI
MAO8215	54950241E	5010/0	07/09/2014	162 * I
MAO8215	54950242E	6610/2	07/09/2014	230 * VII
MBB0311	55726671E	7358/0	01/09/2014	252 * V
MBB0311	55726693E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MBB0311	55726694E	6610/2	01/09/2014	230 * VII
MBB0311	55726695E	6912/0	01/09/2014	232
MBB0311	55726696E	6637/2	01/09/2014	230 * IX
MBB0311	55726697E	5010/0	01/09/2014	162 * I
MBB0311	55726698E	5118/0	01/09/2014	164 c/c 162 * I
MBB0311	55726699E	7340/0	01/09/2014	252 * IV
MCV7983	55726716E	6599/2	06/09/2014	230 * V
MCV7983	55726717E	6637/1	06/09/2014	230 * IX
MCV7983	55726718E	6912/0	06/09/2014	232
MEV6142	55726724E	6637/2	07/09/2014	230 * IX
MEV6142	55726725E	6610/2	07/09/2014	230 * VII
MFO9614	54948333E	6599/2	08/08/2014	230 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1285/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1285/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXS7422	55726913E	5452/1	15/09/2014	181 * VIII
LXS7422	55726914E	5525/0	15/09/2014	181 * XV
MBB0311	55726700E	5819/2	01/09/2014	193
MHC9336	55727110E	5541/6	01/09/2014	181 * XVII
MJF9131	55727109E	5541/6	01/09/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPORIU/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2.693 de 28 de Maio de 2001

DECRETO Nº 2.693 DE 28 DE MAIO DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

#### DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 17 de maio de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 018 de 24 de maio de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de Equipamentos de Informática.

#### EMPRESAS VENCEDORAS:

- RCM COM. MAN. EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA  
CNPJ nº 00.963.950/0001-11  
Vencedora dos itens: 1,3,4,8,9,11 e 12  
Totalizando - R\$ 7.129,00

- BONNET COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA  
CNPJ nº 01.690.538/0001-38  
Vencedora dos itens: 2,5,6,7 e 10  
Totalizando - R\$ 263,80

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 24 de maio de 2001.

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
28 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 2.692 de 28 de Maio de 2001

DECRETO Nº 2.692 DE 28 DE MAIO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.493 de 13 de dezembro de 2000, em seu Artigo 4º, Inciso II; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
3214.00 - Contribuições a Fundos .....  
.. R\$ 2.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3259.00 - Assistência a Indigentes .....  
.. R\$ 2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.691 DE 28 DE MAIO DE 2001

DECRETO Nº 2.691 DE 28 DE MAIO DE 2001  
DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, cumprindo o disposto nos artigos 14, Inciso VII e 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e considerando a necessidade de regularizar o horário de trabalho dos servidores públicos municipais; Decreta:

Art.1º) Os servidores públicos lotados nas Secretarias Municipais: Administração e Finanças; Desenvolvimento Econômico, cumprirão o horário de segundas a sextas-feira, compreendido entre às 08:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, sendo que no horário das 08:00 às 09:00 horas será reservado somente para expediente interno.

Art.2º) Os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social cumprirão o horário de segundas à sextas-feira, compreendido entre as 07:00 às 11:00 horas e 13:00 às 17:00 horas.

Art.3º) Os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de



Educação cumprirão o horário de segundas a sextas-feira, compreendido entre as 08:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas.

Art.4º) Os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano Obras Transportes e Serviços Públicos, cumprirão o horário de segundas a quintas-feira, compreendido entre as 07:00 às 11:30 horas e 13:00 às 17:30 horas e nas sextas-feiras das 07:00 às 11:00 horas.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de junho de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.690 de 25 de Maio de 2001**

DECRETO Nº 2.690 DE 25 DE MAIO DE 2001.

REVOGA O DECRETO Nº 2.428 DE 19 DE JUNHO DE 1998

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto 2.428 de 19 de junho de 1998 - DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
25 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.689 DE 25 DE MAIO DE 2001**

DECRETO Nº 2.689 DE 25 DE MAIO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.494 de 13 de dezembro de 2000, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
08.46.224.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
R\$ 5.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
08.46.224.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
. R\$ 5.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.688 de 24 de Maio de 2001**

DECRETO Nº 2.688 DE 24 DE MAIO DE 2001.

DESIGNA SERVIDORES PARA REORGANIZAR O ARQUIVO GERAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que com base no Artigo 71 inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Designar os Servidores Municipais abaixo relacionados para reorganizar o Arquivo Geral desta Prefeitura Municipal:

- Adriana Aparecida Pyckosz Ruszack  
- José Luis Silva



- Lilian Terezinha Bartsch  
 - Lucilaine Mökfa Schwarz  
 - Maria Cristina Marciniack Munhoz  
 - Maria Eliane Friedrich  
 - Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte  
 - Rose Mari Cubas  
 - Rosani Aparecida da Silva Scholze  
 - Silmara Malinovski Wollner

Art.2º) Os servidores acima mencionados terão a responsabilidade de selecionar e reorganizar a documentação da sua respectiva área, que permanecerá devidamente arquivada nas instalações do Arquivo Geral do Município.

Art.3º) Os documentos selecionados que permanecerão no respectivo Arquivo, serão os que tiverem prazo de validade para efeito de Guarda, conforme estabelecido nos anexos da Lei Municipal nº 2.498 de 13 de dezembro de 2000.

Art.4º) Os demais documentos serão selecionados, sendo que os que tiverem valor histórico serão destinados a compor o acervo do Arquivo Histórico do Município, o qual será criado futuramente, o restante dos documentos serão eliminados da melhor forma possível, após exame de todos os servidores acima mencionados.

Art.5º) O prazo para reorganizar o Arquivo Geral será à partir de 1º à 30 de junho de 2001.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 24 de maio de 2001.  
 RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
 em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.687 DE 24 DE MAIO DE 2001**

DECRETO Nº 2.687 DE 24 DE MAIO DE 2001.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS  
 ESCOLAS MUNICIPALIZADAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que com base no Artigo 71 inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem a Comissão para Avaliação de Bens Imóveis - Escolas Municipalizadas, a serem incorporadas no Patrimônio Público Municipal, mencionadas no Decreto Municipal nº 2.678 de 10 de maio de 2001.

I - Paulo Roberto Knop - Presidente da Comissão

II - Marli de Fátima Z. Dreveck

III - Rose Mari Cubas

Art.2º) A Avaliação dos Bens Imóveis dar-se-á por Resolução

baixada pela Comissão e será efetuada pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 24 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
 em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.686 DE 23 DE MAIO DE 2001**

DECRETO Nº 2.686 DE 23 DE MAIO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.493 de 13 de dezembro de 2000, em seu Artigo 4º, Inciso II; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
 4351.00 - Amortização da Dívida Contratada .....  
 R\$ 10.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3260.00 - Encargos da Dívida Interna  
 3261.00 - Encargos da Dívida Pública .....  
 ... R\$ 10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 23 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal



GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.685 DE 22 DE MAIO DE 2001**

DECRETO Nº 2.685 DE 22 DE MAIO DE 2001.  
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 003/2001, 004/2001 e 005/2001, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
22 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº.2.416/99, em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.684 DE 17 DE MAIO DE 2001**

DECRETO Nº 2.684 DE 17 DE MAIO DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 14 de maio de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 021 de 17 de maio de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de Merenda Escolar para o mês de junho de 2001.

EMPRESAS VENCEDORAS:

- SUPERMERCADO JAC LTDA  
CNPJ nº 82.875.196/0001-22  
Vencedora dos itens: 01,02,05,06,07,09,12,15,17,19,20,25,26,27 e 28  
Totalizando - R\$ 2.031,00

- DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CELESCKI

CNPJ nº 80.450.232/0001-80  
Vencedora dos itens: 03,10 e 29  
Totalizando - R\$ 262,10

- SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA

CNPJ nº 01.905.097/0001-44  
Vencedor dos itens: 04,08,11,13,14,21,22,23 e 24  
Totalizando - R\$ 1.321,75

- MERCADO CAMPO ALEGRE

CNPJ nº 03.923.486/0001-28  
Vencedora do item: 18  
Totalizando - R\$ 905,00

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
17 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.683 DE 17 DE MAIO DE 2001**

DECRETO Nº 2.683 DE 17 DE MAIO DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 10 de maio de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 019 de 17 de maio de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de 400 (quatrocentas) cestas básicas para pessoas carentes cadastradas no Departamento de Bem Estar Social.

EMPRESA VENCEDORA:

- SUPERMERCADO JAC LTDA  
CNPJ 82.875.196/0001-22  
Totalizando - R\$ 10.100,00

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
15 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.682 DE 15 DE MAIO DE 2001**

DECRETO Nº 2.682 DE 15 DE MAIO DE 2001.  
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 001/2001 e 002/2001, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº.2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.681 DE 15 DE MAIO DE 2001**

DECRETO Nº 2.681 DE 15 DE MAIO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.523 de 15 de maio de 2001; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0301 - Divisão de Administração  
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.680 de 15 de Maio de 2001**

DECRETO Nº 2.680 DE 15 DE MAIO DE 2001.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.521 de 15 de maio de 2001; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 142.733,00 (Cento quarenta e dois mil setecentos e trinta e três reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:  
0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras.  
0701 - Divisão de Planejamento e Obras  
10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 142.733,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência .....  
. R\$ 142.733,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Decreto Nº 2.679 de 15 de Maio de 2001**

DECRETO Nº 2.679 DE 15 DE MAIO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.520 de 15 de maio de 2001; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$149.000,00 (Cento e quarenta e nove mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Municipal de Planej. Obras e Serv. P.  
0701 - Divisão de Planejamento e Obras.  
10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão.  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipto. e Material Permanente ..... R\$149.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.678 DE 15 DE MAIO DE 2001**

DECRETO Nº 2.678 DE 10 DE MAIO DE 2001

"INTEGRA ESCOLAS ESTADUAIS À REDE ESCOLAR MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade com o Decreto Estadual nº 2.344 de 21 de outubro de 1997, publicado no diário oficial nº 15.786 pg. 03, Lei Estadual nº 11.290 de 28 de Dezembro de 1999 publicada no Diário Oficial nº 16.320 pg. 01;

Decreta:

Art.1º) Ficam integradas à Rede Escolar Municipal as Escolas abaixo relacionadas:

Nº	NOME DA UNIDADE ESCOLAR	CÓDIGO
01	E.I. Avenquinha de Santo Antônio	09884-1
02	E.I. Salto	09901-5
03	E.I. Saltinho	09900-7
04	E.I. Rodeio Grande	09899-0
05	E.I. Santana	09894-9
06	E.I. Cubatão	09889-2
07	E.I. Cãozinho	09888-4
08	E.I. Bateias de Cima	09885-0
09	E.I. Avenca do Rio Negro	09906-6
10	E.I. São Miguel	09902-3
11	E.R. Antônio Domingos Corrêa	09883-3

12 Pré-Escolar Nosso Cantinho

09879-5

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
10 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.677 de 10 de Maio de 2001**

DECRETO Nº 2.677 DE 10 DE MAIO DE 2001

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 07 de maio de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 017 de 10 de maio de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Locação de uma máquina Escavadeira Hidráulica, para utilização de serviços de remoção e carregamento de saibro, totalizando 300 (trezentas) horas trabalhadas.

EMPRESA VENCEDORA:

- EXCEL EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA.  
- Totalizando - R\$ 24.000,00

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
10 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.676 DE 04 DE MAIO DE 2001**

DECRETO Nº 2.676 DE 04 DE MAIO DE 2001.

NOMEIA LEILOEIRO PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e segundo o disposto no art. 53 "caput" da Lei nº 8.666, de 21/06/93; RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor JEFFERSON JEAN DUVOISIN, para a função de leiloeiro público municipal, com a incumbência de proceder a coordenação das arrematações do Leilão nº 20/2001, procedendo ainda o recebimento dos valores dos bens arrematados, contra recibo, que emitirá em nome do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 04 de maio de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/99 em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.675 de 27 de Abril de 2001**

DECRETO Nº 2.675 DE 27 DE ABRIL DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.516 de 27 de abril de 2001; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2025 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos ..... R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de abril de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.674 de 25 de Abril de 2001**

DECRETO Nº 2.674 DE 25 DE ABRIL DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.514 de 25 de abril de 2001; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 3.000,00

0600 - Secret. Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serv. Públicos

0601 - Divisão de Transportes

16.88.534.2033 - Conservação de Estradas do Interior

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 24.000,00

Total ..... R\$  
27.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
25 de abril de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete



**Decreto Nº 2.673 de 23 de Abril de 2001**

DECRETO Nº 2.673 DE 23 DE ABRIL 2001  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art. 1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 30 de abril (segunda-feira), voltando com expediente normal no dia 02 de maio de 2001 (quarta-feira).

Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
23 de abril de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal.

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças.

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.672 DE 20 DE ABRIL DE 2001**

DECRETO Nº 2.672 DE 20 DE ABRIL DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 18 de abril de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 015 de 20 de abril de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de Merenda Escolar para a Rede Municipal de Ensino de nosso município.

EMPRESAS VENCEDORAS:

- SUPERMERCADO JAC LTDA.  
Vencedora dos itens nº 03,05,06,07,09,11,12,13,14,15,16,17,18, 19,21 e 22  
CNPJ nº 82.875.196/0001-22  
Itens - totalizando - R\$ 2.011,45

- DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CELESCKI LTDA  
Vencedora dos itens nº: 01,02,04,08,10,20 e 23  
CNPJ nº 80.450.232/0001-80  
Itens - totalizando - R\$ 743,80

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
20 de abril de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.671 DE 20 DE ABRIL DE 2001**

DECRETO Nº 2.671 DE 20 DE ABRIL DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 17 de abril de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 014 de 20 de abril de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de móveis para as Creches Municipais da Rede Municipal de Ensino de nosso município.

EMPRESA VENCEDORA:

\* REICHEL BRINQUEDOS LTDA.  
CNPJ nº 85.179.463/0001-15  
Itens - totalizando R\$ 1.961,04

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
20 de abril de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.670 DE 20 DE ABRIL DE 2001**

DECRETO Nº 2.670 DE 20 DE ABRIL DE 2001

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

**DECRETA**

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 17 de abril de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 011 de 20 de abril de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de móveis para o Pré-Escolar da Rede Municipal de Ensino de nosso município.

**EMPRESA VENCEDORA:**

\* REICHEL BRINQUEDOS LTDA.  
CNPJ nº 85.179.463/0001-15  
Itens - totalizando R\$ 8.800,00

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
20 de abril de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.669 de 16 de Abril de 2001**

DECRETO Nº 2.669 DE 16 DE ABRIL DE 2001.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM A DIRETORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - FMAMA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.378 de 25 de novembro de 1998, em seu Artigo 5º; Resolve:

Art.1º) Nomear para integrarem a Diretoria do Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - FMAMA, os membros indicados como adiante segue:

- Presidente: RENATO BAHR  
- Vice-Presidente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA  
- Tesoureiro: GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
- Membros: JOSÉ ELIAS STOMINSKI  
VANDERLEI JOHANSON DUMS

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
16 de abril de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.668 DE 16 DE ABRIL DE 2001**

DECRETO Nº 2.668 DE 16 DE ABRIL DE 2001.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.377 de 25 de novembro de 1998, em seu Parágrafo Primeiro, Artigo 5º; Resolve:

Art.1º) Nomear para integrarem o Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, os membros titulares e suplentes, indicados pelos órgãos e entidades que o compõem como adiante segue:

1 - Prefeito Municipal - Sr. Renato Bahr

2 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Titular: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA.  
Suplente: GILSON OMAR BRUNNQUELL

3 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
Titular: SANDRO BUENO FRANCO  
Suplente: SUELI TREML

4 - Secretaria Municipal de Educação  
Titular: MARLI DE FÁTIMA Z. DREVECK  
Suplente: JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO

5- Secretaria Municipal de Administração e Finanças:  
Titular: GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Suplente: ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK

6 - Representante do Sindicato Rural:  
Titular: WOLFRAN BAHR  
Suplente: BENTO TADEU AMORIM

7- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:  
Titular: JOSÉ ODORICO MUNHOZ  
Suplente: RUFINO TELMA

8 - Representante do Cooperativa dos Produtores de Erva Mate:  
Titular: HILDEBERTO BAHR  
Suplente: ALTAMIRO MUNHOZ

9 - Representante da Associação de Piscicultores:  
Titular: FABIANO SUCZECK  
Suplente: ELEODORO TELMA

10 - Representante da CIACA - Associação Comercial e Industrial de C.A:  
Titular: REINALDO BAECHTOLD  
Suplente: LUIZ TADEU MUNHOZ



11 - Representante da CIDASC:  
Titular: BENTO TADEU AMORIM  
Suplente: WOLFRAM BAHR

12 - Representante da EPAGRI - Empresa de Pesq. Agrop. e Extensão Rural de SC:  
Titular: FREDERICO HARDT ARAÚJO  
Suplente: ARACY RUPPEL.

13 - Representante dos Jovens Rurais:  
Titular: HERMES SCHÖGL  
Suplente: GENÉSIO NOGUEIRA

14 - (15) Representantes dos Agricultores:

- Hildonir Kolbech
- Rufino Telma
- Vanderlei Johanson Dums
- Mário Kotovicz
- José Elias Stominski
- Donaldo de Souza Freitas
- Wilton Bueno de Farias
- Ambrósio Kmiecik
- Oldemar Nogueira
- Odenir Pruchnesky
- Osni Rudnick
- Manuel Adriano Munhoz
- Álvaro Drancka
- Augustinho Dreveck
- Paulo Gustavo Schwarz

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será exercida pelos seguintes membros:

- Presidente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA
- Vice-Presidente: JOSÉ ODORICO MUNHOZ
- 1º Secretário: GILSON OMAR BRUNNQUELL
- 2º Secretário: WOLFRAM BAHR
- 1º Tesoureiro: HERMES SCHÖLG
- 2º Tesoureiro: HILDONIR KOLBECH

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
16 de abril de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.667 de 16 de Abril de 2001**

DECRETO Nº 2.667 DE 16 DE ABRIL 2001.

AUTORIZA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Fica autorizado a Chefia da Divisão do Setor Pessoal desta Prefeitura Municipal a efetuar desconto na folha de pagamento mensal, referente prestação de empréstimo contraído junto ao BANCO BMC, inscrito no CNPJ sob nº 07207996/0001-50, mediante autorização do servidor público.

Art.2º) A autorização que refere-se no artigo 1º deste Decreto, deverá estar devidamente assinada pelo servidor e será arquivada junto a ficha da documentação funcional do respectivo servidor.

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
16 de abril de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal.

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças.

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.666 de 10 de Abril de 2001**

DECRETO Nº 2.666 DE 10 DE ABRIL DE 2001

CRIA COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE TARIFA DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no artigo 30 inciso V da Constituição Federal de 1988; Resolve:

Art.1º) Designar os (as) senhores (as) MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE - Diretora do Departamento de Administração, ROSE MARI CUBAS - Chefe da Divisão de Tributos, JARBAS JORGE CATONI - Chefe da Divisão de Obras Planejamento Urbano e Serviços Públicos, SIRLEI DRANCKA DE SOUZA FREITAS - Chefe da Divisão do Ensino Infantil e MARIA MAURENE O. MAY - Chefe da Divisão do Ensino Fundamental, para, sob presidência da primeira, comporem a Comissão de Fixação de Tarifa de Transporte Coletivo Municipal.

Art.2º) Os servidores ora designados, deverão estudar a demanda de transporte coletivo do Município, determinar a quantidade de linhas, seu itinerário, seus horários e ainda analisar a planilha de custos da empresa autorizatória do serviço na exploração do transporte coletivo municipal, fixando a tarifa que remunere o serviço segundo o princípio da economicidade e da moralidade.

Art.3º) Tendo cumprido o disposto no artigo anterior os servidores designados farão sua exposição de motivos fixando o valor da tarifa e publicando no órgão oficial de publicação da municipalidade.



Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.378 de 05/02/1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de abril de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.665 de 03 de Abril de 2001**

DECRETO Nº 2.665 DE 03 DE ABRIL DE 2001.  
NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE  
AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e segundo o disposto no art. 53 § 1º da Lei nº 8.666, de 21/06/93, RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Públicos Móveis, com o objetivo de avaliar o bem: Veículo Gol CL, marca Volkswagen, ano de fabricação 1988, Modelo 1988, combustível: Álcool, Chassis nº 9BWZZZ30ZJT014990, Inscrição Patrimonial nº 7120 e fornecer tal avaliação a Comissão de Licitações para que seja o mesmo leilado.

Art. 2º. Nomear os integrantes da comissão a que se refere o artigo anterior, que recairá sobre os seguintes indivíduos:

I - LILIAN TEREZINHA BARTSCH - Chefe da Divisão de Patrimônio;

II - MARLENE DE Fª P. MACHADO FOITTE, Diretora do Dep. de Administração;

III - MÁRIO LUIZ FRANCK, Representante da comunidade em geral.

Art. 3º A avaliação do bem dar-se-á por Resolução baixada pela comissão e será efetuada no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de abril de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 03 de abril de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/99 em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.664 de 03 de Abril de 2001**

DECRETO Nº 2.664 DE 03 DE ABRIL DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº  
012/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 29 de março de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 012 de 02 de abril de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de material de higiene e limpeza para serem utilizados nas Escolas da Rede de Ensino Fundamental de nosso município.

EMPRESAS VENCEDORAS:

\* SUPERMERCADO JAC LTDA.  
VENCEDORA DOS ITENS Nº: 01,02,03,04,05,07,09,10,11,13,14,  
15,16 E 17  
CNPJ nº 82.875.196/0001-22  
Itens - totalizando R\$ 1.737.45

\* DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CELESCKI LTDA  
VENCEDORA DOS ITENS Nº: 6,7,8,12,18  
CNPJ nº 80.450..232/0001-80  
Itens - totalizando R\$ 186,70

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
03 de abril de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.663 DE 03 DE ABRIL DE 2001**

DECRETO Nº 2.663 DE 03 DE ABRIL 2001.  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art. 1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 12 (quinta-feira Santa), voltando com expediente normal no período da manhã do dia 16 de abril de 2001 (segunda- feira ).



Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
03 de abril de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal.

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças.

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2662 DE 30 DE MARÇO DE 2001

DECRETO Nº 2662 DE 30 DE MARÇO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº2.508 de 30 de março de 2001; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Chefia de Gabinete  
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 9.000,00  
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0301 - Divisão Pessoal  
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.000,00  
0303 - Divisão do Controle Fazendário  
03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.000,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.000,00  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 3.000,00  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 5.000,00  
08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
0404 - Divisão da Cultura  
08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.500,00  
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 18.000,00  
Total ..... R\$ 49.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
30 de março de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº2.416/99 em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.661 DE 27 DE MARÇO DE 2001

DECRETO Nº 2.661 DE 27 DE MARÇO DE 2001  
DECRETA LUTO OFICIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, amparado no inciso III do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º) Fica Decretado luto oficial nos dias 27, 28 e 29 de março de 2001, em virtude do falecimento do Sr. BENTO SYLVIO MUNHOZ, Ex-Prefeito Municipal.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor em data de 27 de março de



2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
27 de março de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.660 DE 19 DE MARÇO DE 2001**

DECRETO Nº 2.660 DE 19 DE MARÇO DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº  
010/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso  
VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto  
na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão per-  
manente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no  
dia 15 de março de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº  
010 de 19 de março de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de Merenda Escolar - PNAE (Programa Na-  
cional de Alimentação Escolar), a serem utilizados nas Escolas da  
Rede de Ensino Fundamental de nosso município.

EMPRESAS VENCEDORAS:

\* MERCADO CAMPO ALEGRE LTDA ME.  
VENCEDORA DOS ITENS Nº: 1, 11 E 16  
CNPJ nº 03.923.486/0001-28  
Itens - totalizando R\$ 418,50

\* DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CELESCKI LTDA  
VENCEDORA DOS ITENS Nº: 2,3,4,5,6,7,8,9,10,12,13,14,15,17,18  
,19,20,21,22,23,24 E 25  
CNPJ nº 80.450.232/0001-80  
Itens - totalizando R\$ 2.590,28

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
19 de março de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.659 DE 15 DE MARÇO DE 2001**

DECRETO Nº 2.659 DE 15 DE MARÇO DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº  
009/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso  
VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto  
na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão per-  
manente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no  
dia 13 de março de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº  
009 de 15 de março de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de 100 baldes de óleo, 40 baldes de óleo die-  
sel, óleo hidráulico, 15 baldes de óleo de engrenagem, 5 caixas de  
graxas para rolamento, 15 caixas para motores gasolina e álcool  
e 5 caixas de fluido para freio, a serem utilizados nas máquinas,  
caminhões e automóveis da Frota Municipal.

EMPRESA VENCEDORA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO.  
CNPJ nº 75.415.075/0001-32  
Item - totalizando R\$ 8.252,20

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
15 de março de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.658 de 15 de Março de 2001**

DECRETO Nº 2.658 DE 15 DE MARÇO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
a Lei Municipal nº 2.506 de 15 de março de 2001; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (vinte  
e oito mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do  
Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente..R\$ 5.000,00  
08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré-Escolar  
4000.00 - Despesas de Capital



4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equip. e Material Permanente ..... R\$ 11.000,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
3214.00 - Transferências a Fundos ..... R\$ 10.000,00  
0700 - Secret. Munic. Planejamento, Transportes Obras  
0701 - Divisão de Planejamento e Obras  
16.10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento Material Perman ..... R\$ 2.000,00  
Total ..... R\$ 28.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de março de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.657 DE 12 DE MARÇO DE 2001**  
DECRETO Nº 2.657 DE 12 DE MARÇO DE 2001  
NOMEIA CONSELHEIROS E RESPECTIVOS MEMBROS DA  
DIRETORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.149/96, alterada pela Lei Municipal nº 2.178/96, em seu Artigo 3º; Resolve:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho do Fundo Municipal de Assistência Social, representantes Governamentais e Não Governamentais.

**REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL**

1. Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.  
Titular: Sueli Tremi  
Suplente: Edith Maricler Virmond

2. Departamento de Bem Estar Social  
Titular: Carmen Lúcia Gírio da Costa  
Suplente: Rosana Emília Greipel

3. Secretaria Municipal de Educação  
Titular: Marli de Fátima Z. Dreveck  
Suplente: Sirley Drancka de Souza Freitas

4. Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Titular: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack  
Suplente: Lucilaine Mókfa Schwarz

5. Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
Titular: Odenilson Contrat Ehke  
Suplente: Maria Angélica Foitte

6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Titular: Gilson Omar Brunnquell  
Suplente: Pedro Fagundes dos Santos Júnior

**REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

1. Associação de Moradores  
Titular: Simone Chaves  
Suplente: Roseli Baptista

2. Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO  
Titular: Sandra Maria Pereira Dana  
Suplente: Maria Luiza Brunello

3. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE  
Titular: Nádia Terezinha Bastos  
Suplente: Roseli Fuckner

4. Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Lebon Régis - APP  
Titular: Sônia Walter  
Suplente: Izolde Rita Welter

5. Lions Club e Rotary Club - Clubes de Serviços  
Titular: Hilda da Costa  
Suplente: Jurandyr de França

6. Clube de Idosos  
Titular: Sônia Isabel Bartsch  
Suplente: Raquel Benta Pereira

Art.2º) A Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social será exercida pelos seguintes membros:

Presidente: : Edith Maricler Virmond  
Vice-Presidente Carmen Lúcia Gírio da Costa  
Primeira Secretária: Rosana Emília Greipel  
Segunda Secretária: Sirley Drancka de Souza Freitas  
Tesoureira: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack  
Gestora: Sueli Tremi

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
12 de março de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.656 DE 09 DE MARÇO DE 2001**

DECRETO Nº 2.656 DE 09 DE MARÇO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.493 de 13 de dezembro de 2000, em seu Artigo 4º, Inciso II; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 22.446,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0405 - Divisão de Merenda Escolar  
 08.42.188.2021 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 . R\$ 22.446,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

0400 - Secretaria Municipal de Educação.  
 0405 - Divisão de Merenda Escolar  
 08.42.188.2021- Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes.  
 3100.00 - Despesas de Custeio.  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 22.446,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 09 de março de 2001.  
 RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
 Secretário de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.655 de 01 de Março de 2001**

DECRETO Nº 2.655 DE 01 DE MARÇO DE 2001.

NOMEIA CONSELHEIROS E RESPECTIVOS MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.258, em seu Artigo 3º; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de TURISMO - COMTUR

- Representante da Assessoria de Turismo do Município:  
 GILSON OMAR BRUNNQUELL;

- Representantes da Agência de Turismo:  
 RAUL TILP  
 THEREZINHA FOITTE;

- Representante da Assoc. Com. Indust. e Agrop. de Campo Alegre:  
 NÉDIA MARIA SCHEFFER  
 REINALDO BAECHTOLD;

- Representantes dos Bares, Hotéis, Restaurantes e Similares:  
 HERMES LARSEN  
 ADOLAR FLEISCHMANN  
 WALDIR MARCOS FRÜIT;

- Representante da Secretaria de Viação e Obras:  
 FRANCISCO OSNI DE LIMA;

- Representantes da Secretaria de Agricultura:  
 DENILSON DE SOUZA BANDEIRA  
 ARACI RÜPPEL;

- Representantes da Fecampo e Casa da Cultura:  
 MARIA LUIZA BRUNELLO  
 MARIA ANGÉLICA FOITTE;

- Representante do Rotary Club de Campo Alegre:  
 JURANDYR DE FRANÇA;

- Representante do Lions Club de Campo Alegre:  
 IVO KESTERING  
 SANDRA PEREIRA DANA;

- Representantes dos Recantos de Lazer de Campo Alegre:  
 IVO ROMEU PAULI  
 LUIS ALVINO LINZMEYER  
 VILSON JOÃO DE SOUZA;

- Representantes das Atividades de Paisagismo de Campo Alegre:  
 ANTÔNIO VLADEMIR SCHEFFER  
 VALÉRIO BRUNELLO  
 JOSÉ OLINTO DA SILVA DE CASTRO.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR será composta dos seguintes membros:

Presidente: GILSON OMAR BRUNNQUELL  
 Vice-Presidente: HERMES LARSEN  
 Secretária: VALÉRIO BRUNELLO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 01 de março de 2001.  
 RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.654 DE 01 DE MARÇO DE 2001**

DECRETO Nº 2.654 DE 01 DE MARÇO DE 2001.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.399 de 04 de maio de 1999, em seu Artigo 1º; Resolve:

Art.1º) Nomear para integrarem o Conselho Municipal de Saúde, os membros titulares e suplentes, indicados pelos órgãos e entidades que o compõem como adiante segue:

Representantes da área Governamental, prestadores de serviços e Profissionais ligados a área de Saúde, cinco usuários:

1- Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
Titular: SUELI TREML.  
Suplente: ELIANA PESSOA MACHADO COLLET

2- Representante da Área Hospitalar:  
Titular: IRMÃ LÍDIA PAGLIARI  
Suplente: IRMÃ LURDES NUNES DE MORAES

3- Representante de Laboratórios de Análises Clínicas:  
Titular: DR. LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND  
Suplente: FREDERICO GUILHERME VIRMOND II

4 - Representante da Área Médica:  
Titular: DR. JOSÉ FLÁVIO SCHEFFER  
Suplente: DR. ERWIN FRANZ GATTRINGER FILHO

5- Representante da Área Odontológica:  
Titular: DR. ALDÉRICO JOSÉ DANA  
Suplente: DR. HUBERTO ARALDI LEAL

- Representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, cinco titulares e suplentes:

1 - Representante das Associações de Bairros e Moradores  
Titular: ADEMAR ROSÁRIO DA CRUZ  
Suplente: REGINA CÉLIA GROSSL

2- Representante das Entidades Religiosas:  
Titular: THEREZINHA FOITTE  
Suplente: RUBENS BAHR

3- Representante da Associação Comercial e Industrial de Campo Alegre - ACIACA.  
Titular: ROGÉRIO NELSON TREML.  
Suplente: GERALDO CARLOS GROSSKOPF.

4- Representante de Associação de Pais e Professores - APP  
Titular: CARLOS ALBERTO MARTINS  
Suplente: ORIANE LINZMEYER

5- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:  
Titular: JOSÉ ODORICO MUNHOZ  
Suplente: ROSANE DE JESUS LINZMEYER.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.511 de 06 de outubro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
01 de março de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.653 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001**

DECRETO Nº 2.653 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº  
008/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 008 de 28 de fevereiro de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de Tubos de Concretos, a serem utilizados na rede de esgoto do município.  
EMPRESA VENCEDORA: ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA.

CNPJ nº 83.483.990/0001-93  
Item - totalizando R\$ 13.518,00

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
28 de fevereiro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.652 de 28 de Fevereiro de 2001**

DECRETO Nº 2.652 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº  
007/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão



permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 007 de 28 de fevereiro de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Aquisição de pneus para máquinas, caminhões e automóveis da Frota Municipal

EMPRESA VENCEDORA: PNEU CENTER COM. RECAUCH. E ACESS. LTDA.

CNPJ nº 81537.250/001-67

Item - totalizando R\$ 17.212,80

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
28 de fevereiro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 2.651 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001**

DECRETO Nº 2.651 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 21 de fevereiro de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 005 de 23 de fevereiro de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Serviço de Transporte Escolar destinado ao atendimento do Programa de Transporte Escolar na área rural do município, no total de 114.654,00 Km composto das linhas "1 a 9".

EMPRESA VENCEDORA: ALTO DA SERRA TRANSPORTES LTDA

CNPJ nº 78.914.579/0001-95

Item - totalizando R\$ 136.438,26

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
23 de fevereiro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 2.650 de 19 de Fevereiro de 2001**

DECRETO Nº 2.650 DE 19 DE FEVEREIRO 2001.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art. 1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, Departamento e suas respectivas Divisões, nos dias 26 e 27 (segunda e terça-feira de Carnaval), voltando com expediente normal no período da manhã do dia 28 de fevereiro de 2001 (quarta-feira de cinzas).

Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
19 de fevereiro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal.

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças.

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,

em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA.

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 2.649 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2001**

DECRETO Nº 2.649 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2001

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 09 de fevereiro de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 004 de 09 de fevereiro de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Fornecimento de 2.160 (dois mil cento e sessenta) unidades de Tikets de compra do PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador, a serem repassados aos servidores públicos municipais.

EMPRESA VENCEDORA: TICKET SERVIÇOS S/A

CNPJ nº 47.866.934/0001-74

Item - totalizando R\$ 62.721,60

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação



Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
09 de fevereiro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.648 de 09 de Fevereiro de 2001**

DECRETO Nº 2.648 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº  
003/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 09 de fevereiro de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 003 de 09 de fevereiro de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Publicações da Atos Oficiais: Leis, Decretos, Portarias, Convênios e Contratos.

EMPRESA VENCEDORA: Jornal de São Bento Ltda-ME  
CNPJ nº 03.309.956/0001-68  
Item - totalizando R\$ 34.800,00

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
09 de fevereiro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.647 de 24 de Janeiro de 2001**

DECRETO Nº 2.647 DE 24 DE JANEIRO DE 2001  
DELEGA COMPETÊNCIA AOS SERVIDORES, ENGENHEIRO  
DA DIPLAN E A CHEFE DO DIFISC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial o Art.72 inciso IX da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.498 em seus artigos 17 ao 18 e seus respectivos incisos e alíneas;

DECRETA:

Art.1º) Delegar ao Engenheiro Civil Sr. PAULO ROBERTO KNOP as competências elencadas no Artigo 17, inciso III alínea d, inciso VII e VIII alínea d, artigo 18, inciso I, alínea d, incisos II, III, IV, V, VI e VII alínea c, inciso VIII alínea d, incisos IX, X, XI e XII alínea c.

Art.2º) Delegar a Chefe da DIFISC Srª. ROSE MARI CUBAS as competências elencadas no Artigo 17, incisos I, II, IV, V, VI, IX, X e XI em suas respectivas alíneas d.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
24 de janeiro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.646 de 24 de Janeiro de 2001**

DECRETO Nº 2.646 DE 24 DE JANEIRO DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº  
001/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

DECRETA

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 24 de janeiro de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 001 de 24 de janeiro de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Fornecimento de óleo diesel para Frota de Veículos e Máquinas desta Prefeitura Municipal

EMPRESA VENCEDORA: Rudnick Petróleo Ltda  
CNPJ nº 75.415.075/001-32  
Item - totalizando R\$ 35.040,00

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
24 de janeiro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_'

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.645 de 19 de Janeiro de 2001**

DECRETO Nº 2.645 DE 19 DE JANEIRO DE 2001  
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto na Lei nº 8666/93 e alterações:

#### **DECRETA**

Art.1º) Fica HOMOLOGADO com base na decisão da comissão permanente de licitações, transcrita em ata da reunião realizada no dia 19 de janeiro de 2001, o resultado do Processo Licitatório nº 002 de 19 de janeiro de 2001 - Convite, da seguinte forma:

OBJETO - Fornecimento de Combustível - álcool hidratado e gasolina comum para a Frota de Veículos desta Prefeitura Municipal.

EMPRESA VENCEDORA: POSTO PLANALTO LTDA  
CNPJ nº 82.767.575/0001-07  
Item - totalizando R\$ 38.570,00

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
19 de janeiro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_'

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.644 de 16 de Janeiro de 2001**

DECRETO Nº 2.644 DE 16 DE JANEIRO DE 2001.  
INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS NA ÁREA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Resolve:

Art.1º) Os serviços públicos não compulsórios prestados pela área de vigilância sanitária e epidemiológica do Município de Campo Alegre e seus respectivos preços são:

Expedição de alvará sanitário para edificações.  
UPM

APARTAMENTO (PRÉDIO) (P/M³) 0,2

RESIDÊNCIA (P/M²) 0,2

. AMPLIAÇÃO (P/M²) 0,2

. HABITAÇÃO POPULAR ATÉ 40 M² (P/M²) ISENTO

SALA COMERCIAL (P/M²) 0,1

GINÁSIO / ESTÁDIO E SIMILARES (P/M²) 0,1

GALPÃO / DEPÓSITO E SIMILARES (P/M²) 0,1

GARAGEM / EST. COBERTO (P/M²) 0,1

ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (P/M²) 0,3

ESTABELECIMENTO DE ENSINO (P/M²) 0,2

ESTABELECIMENTO DE GINÁSTICA E LAZER (P/M²) 0,2

MATERIAL / CRECHE / JARDIM DE INFÂNCIA/ASILO (P/M²) 0,3

HABITAÇÃO COLETIVA-INTERNATO E SIMILARES (P/M²) 0,2

CEMITÉRIOS E AFINS (P/M²) 0,02

CONGÊNERES (ACIMA) (P/M²) 0,2

#### **ANÁLISE DE PROJETOS**

APARTAMENTOS / RESIDÊNCIAS E SIMILARES (P/M²) 0,03

ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (P/M²) 0,06

ESTABELECIMENTO DE ENSINO (P/M²) 0,03

ESTABELECIMENTO DE GINÁSTICA / LAZER E SIMIL. (P/M²) 0,03

ESTABELECIMENTOS E LOCAIS DE TRABALHO (P/M²) 0,03

MATERIAL / CRECHE / JARDIM INFÂNCIA ASILO (P/M²) 0,04

CEMITÉRIOS E AFINS (P/M²) 0,02

CONGÊNERES (ACIMA) (P/M²) 0,03

#### **REGISTRO DE PRODUTOS**

-PROCESSO P/ REGISTRO DE PRODUTOS ... (POR PRODUTO) \*  
\* OS VALORES SERÃO COBRADOS DE ACORDO COM TABELA ATUALIZADA NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

- 2 VIA CERTIFICADO DE REGISTRO DE PRODUTO 8,0

- DESARQUIVAMENTO DE PROC. DE REG. PRODUTOS (P/PROCESSO) 3,2

#### **SERVIÇOS DIVERSOS**

-SEGUNDA VIA DO ALVARÁ SANITÁRIO 8,0

-VISTORIA ( A PEDIDO DO INTERESSADO) . DE NATUREZA SIMPLES 24,0

. DE NATUREZA COMPLEXA 48,0

-VISTOS

. EM RECEITAS E NOTIFICAÇÃO DE RECEITAS ISENTO

-FORNECIMENTO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA (POR BLOCO) 0,8

-GUIAS

I - LIVRE TRÂNSITO PROD. SUJEITO FISC. SANITÁRIA (P/GUIA) 4,0

II - REQUISIÇÃO DE ENTORPECENTES 4,0



**-LICENÇAS**

I - IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITO FISC. SANITÁRIA 32,0

II - COMÉRCIO INTORPECENTES / SUBST. PSICOTROPICA 24,0

**-LIBERAÇÃO DE PRODUTOS DE INTERESSE DE SAÚDE**

. LIBERAÇÃO PETIT PARQUET ..... (P/VOLUME) 1,6

. LIBERAÇÃO COLIX POSTEAUX .....(P/VOLUME) 1,6

. LIBERAÇÃO PROD. (PACIENTE EST. TERMINAL) ISENTO

**-AUTENTICAÇÃO**

. LIVROS FARMÁCIA / DROGARIA / LAB. PROTESE / OTICA E SIMILARES (POR FOLHA)

-REGISTROS . DIPLOMA E CERTIFICADOS 4,0

. CERTIFICADO (AUX. FARMAC. / PROTECIDO / OTICO /OUTROS) 4,0

. APOSTILAMENTO 1,6

-BAIXA ALVARÁ SANITÁRIO ESTAB. SUJEITO FISC. SANITÁRIA 2,4

-BAIXA -SE RESPONSABILIDADE TÉCNICA 2,4

-MUDANÇA DE RESPONSABIL. TÉCNICA ESTAB. SUJEITO FISC. SANIT. 4,0

-MUDANÇA DE ENDEREÇO (ESTAB. SUJEITO FISCAL. SANIT.) 4,0

-CADASTRAMENTO DE EMPRESA 8,0

-2. VIA LAUDO ANÁLISE 2,4

-EMISSÃO DE EDITAL 4,0

-ATESTADOS DE ANTECEDENTES 4,0

**-CERTIDÃO (QUALQUER NATUREZA)**

. ATÉ 50 LINHAS 2,4

. ACIMA DE 50 LINAS 4,0

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

16 de janeiro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.643 de 16 de Janeiro de 2001**

DECRETO Nº 2.643 DE 16 DE JANEIRO DE 2001

INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º) Os Serviços Públicos Não-Compulsórios prestados pelo Município de Campo Alegre e seus respectivos preços são:

I - serviços pertinentes as obras em geral:

**a) Alinhamento e nivelamento:**

até 10 m2 - 10 UPM

de 11 m2 a 50 m2 - 20 UPM

de 51 m2 a 100 m2 - 40 UPM

acima de 100 m2 - 60 UPM

**b) Exame de projeto arquitetônico;****b.1) projeto Inicial:**

até 70 m² - 10 UPM

de 71 até 100 m² - 20 UPM

de 101 a 150 m² - 40 UPM

de 151 a 200 m2 - 60 UPM

de 201 a 300 m² - 80 UPM

acima de 300 m² - 100 UPM

**b.2) modificação do projeto (depois de aprovado)**

até 70 m² - 05 UPM

de 71 até 100 m² - 10 UPM

de 101 a 150 m² - 15 UPM

de 151 a 200 m2 - 20 UPM

de 201 a 300 m² - 30 UPM

cima de 300 m² - 40 UPM

**c) Exame de projeto de parcelamento do solo****c.1) loteamento - projeto inicial**

até 3.000 m² - 300 UPM

de 3.001 a 10.000 m² - 500 UPM

de 10.001 a 50.000 m² - 800 UPM

de 50.001 a 100.000 m² - 1.000 UPM

acima de 100.000 m² - 1.500 UPM

**MODIFICAÇÃO = 10% DO VALOR DO PROJETO INICIAL****c.2) arruamento -projeto inicial**

até 400 m² - 50 UPM

de 401 a 800 m² - 60 UPM

de 801 a 1200 m² - 70 UPM

de 1201 a 2000 m2 - 80 UPM

de 2001 a 3000 m² - 100 UPM

acima de 3000 m² - 120 UPM

**MODIFICAÇÃO = 10% do valor do Projeto Inicial****c.3) desmembramento e remembramento - \* projeto inicial**

de 360 a 500 m² - 5 UPM

de 501 a 1000 m² - 10 UPM

de 1001 a 2000 m² - 15 UPM

de 2001 a 3000 m² - 20 UPM

de 3001 a 5000 m² - 30 UPM

de 5001 a 10000 m² - 40 UPM

acima de 10.000 m² - 50 UPM

**MODIFICAÇÃO = 10% do valor do Projeto Inicial****\* Considerando-se a soma da metragem quadrada dos lotes**



desmembrados

d) Expedição de alvará de construção e registro imobiliário (inclusive renovação)

até 70 m<sup>2</sup> - 5 UPM

de 71 até 100 m<sup>2</sup> - 10 UPM

de 101 a 150 m<sup>2</sup> - 15 UPM

de 151 a 200 m<sup>2</sup> - 20 UPM

de 201 a 300 m<sup>2</sup> - 30 UPM

acima de 300 m<sup>2</sup> - 40 UPM

e) Expedição de alvará para obra de parcelamento (inclusive renovação);

e.1) loteamento:

até 3.000 m<sup>2</sup> - 50 UPM

de 3.001 a 10.000 m<sup>2</sup> - 100 UPM

de 10.001 a 50.000 m<sup>2</sup> - 150 UPM

de 50.001 a 100.000 m<sup>2</sup> - 200 UPM

acima de 100.000 m<sup>2</sup> - 250 UPM

e.2) arruamento:

até 400 m<sup>2</sup> - 10 UPM

de 401 a 800 m<sup>2</sup> - 15 UPM

de 801 a 1200 m<sup>2</sup> - 20 UPM

de 1201 a 2000 m<sup>2</sup> - 25 UPM

de 2001 a 3000 m<sup>2</sup> - 30 UPM

acima de 3000 m<sup>2</sup> - 35 UPM

f) Vistoria para baixa de alvará de construção e habite-se:

até 70 m<sup>2</sup> - 5 UPM

de 71 até 100 m<sup>2</sup> - 20 UPM

de 101 a 150 m<sup>2</sup> - 30 UPM

de 151 a 200 m<sup>2</sup> - 45 UPM

de 201 a 300 m<sup>2</sup> - 60 UPM

acima de 300 m<sup>2</sup> - 80 UPM

g) Exame de projeto de obra pública e expedição de alvará:

até 10 m<sup>2</sup> - 15 UPM

de 11 até 30 m<sup>2</sup> - 30 UPM

de 31 a 50 m<sup>2</sup> - 40 UPM

de 51 a 100 m<sup>2</sup> - 60 UPM

de 101 a 200 m<sup>2</sup> - 100 UPM

de 201 a 400 m<sup>2</sup> - 150 UPM

acima de 400 m<sup>2</sup> - 200 UPM

h) Identificação e numeração de prédios: 25 UPM

i) Fornecimento de autorização para ocupação de via pública, por área ocupada:

até 10 m<sup>2</sup> - 15 UPM

de 11 a 20 m<sup>2</sup> - 25 UPM

de 21 a 50 m<sup>2</sup> - 35 UPM

acima de 50 m<sup>2</sup> - 50 UPM

II - Serviços pertinentes a atividades comerciais e outras de fins econômicos:

a) Vistoria para fins de concessão de licença:

a.1) de localização: - 60 UPM

a.2) diversas: - 10 UPM

b) Autorização para uso de vias e logradouros públicos por dia:

b.1) feira livre e eventual: - 5 UPM

b.2) mesa e cadeira por unidade - 0.3 UPM

b.3) caçamba: - 2 UPM

b.4) banca de jornal: - 4 UPM

b.5) atividade circense ou similar - 10 UPM

c) Fornecimento de alvará, 2ª via ou renovação:

c.1) de localização:

c.1.1) Serviços:

1) de 0 a 5 empregados: - 12 UPM;

2) de 6 a 10 empregados: - 14 UPM;

3) de 11 a 15 empregados: - 18 UPM;

4) de 16 a 20 empregados: - 20 UPM;

5) de 21 a 50 empregados: - 22 UPM;

6) acima de 50 empregados: - 24 UPM;

c.1.2) Extração e Indústria

1) de 0 a 5 empregados: - 30 UPM;

2) de 6 a 10 empregados: - 40 UPM;

3) de 11 a 15 empregados: - 50 UPM;

4) de 16 a 20 empregados: - 60 UPM;

5) de 21 a 50 empregados: - 70 UPM;

6) de 51 a 100 empregados: - 80 UPM;

7) de 101 a 200 empregados: - 90 UPM;

8) de 201 a 300 empregados: - 100 UPM;

9) acima de 300 empregados: - 110 UPM;

c.1.3) Comércio:

1) de 0 a 5 empregados: - 20 UPM;

2) de 6 a 10 empregados: - 30 UPM;

3) de 11 a 15 empregados: - 40 UPM;

4) de 16 a 20 empregados: - 50 UPM;

5) acima de 20 empregados: - 60 UPM;

c.1.4) outras atividades:

1) Diversões Públicas:

1a) Jogos: - 30 UPM;

1b) Discoteca, bailes, bar dançante e similares: - 42 UPM;

1c) Espetáculos, esport./competição, exposição cob. de ingressos: 30 UPM;

2) Cultura vegetal e criação animal: - 6 UPM;

3) Comunicação: - 24 UPM;

4) Transporte rodoviário de passageiros; instituições financeiras e securitárias; comércio de veículos, peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes, supermercados, comércio atacadista e importação e exportação: - 60 UPM;

c.2) De Exercício de Atividade Ambulante, Feirante e Eventual (em UPM)

ATIVIDADE	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
1.AMBULANTE			
1.1Alimentação			
sem veículo motorizado	1	7.5	40
com veículo motorizado	7.5	20	75
Trailer	12.5	30	100
1.2 Outros Artigos			
sem veículo motorizado	1.5	12.5	50
com veículo motorizado	7.5	20	75
Trailer	12.5	30	100
2. FEIRANTE			
2.1Alimentação			
sem veículo motorizado	1	7.5	40



com veículo motorizado	2.5	20	50
Trailer	3	17.5	110
2.2 Outros Artigos			
sem veículo motorizado	50	150	450
com veículo motorizado	50	150	450
Trailer	50	150	450
3.EVENTUAL			
3.1Alimentação			
sem veículo motorizado	5	15	45
com veículo motorizado	10	25	75
Trailer	10	25	75
3.2 Outros Artigos			
sem veículo motorizado	6	17.5	55
com veículo motorizado	12.5	22.5	65
Trailer	12.5	22.5	65
circo e parque de diver.	25	150	450

c.3) Atividade de Anúncio  
 Inanimado não-luminoso: 5 UPM  
 Inanimado luminoso: 6.5 UPM  
 Animado não-luminoso: 7.5 UPM  
 Animado luminoso: 9 UPM

“Out-door”: 25 UPM/ ano

c.4) Exploração de Veículo de Transporte de Passageiros (incluindo vistoria)

1) ônibus: 40 UPM;  
 2) microônibus: 40 UPM;  
 3) furgão: 30 UPM;  
 4) kombi: 30 UPM;  
 5) táxi: 25 UPM;  
 6) outros: 40 UPM;

c.5) Exercício de Atividade em Horário Extraordinário( em UPM)

Numero Empregados	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
de 0 a 5 empregados	1.5	6	24
de 6 a 10 empregados	2.1	8.4	33
de 11 a 15 empregado	3	12	36
de 16 a 20 empregado	3.6	14.5	57
acima de 20 empregados	4.5	18	60

c.6) Outros alvarás: 20 UPM

d) Depósito e armazenagem de mercadoria apreendida por unidade/ dia: 0,1 UPM

III - Serviço de cemitério:

a) perpetuidade por m² : 75 UPM  
 b) serviço de sepultamento: 25 UPM

c) serviço de entrada e saída de ossos: 50 UPM  
 d) rebaixamento em sepultura : 50 UPM  
 e) autorização para construção de jazigo: 10 UPM  
 f) transporte de título de perpetuidade: 25 UPM  
 g) atestado de sepultamento: 25 UPM

VI - Serviços diversos:

a) expedição de certidão : 12 UPM  
 a.1) Certidão de Baixa - 20 UPM  
 a.2) Certidão de Pagamento de Tributos  
 a.2.1) até 5 anos - 20 UPM  
 a.2.2) de 6 a 15 anos - 30 UPM  
 a.2.3) acima de 15 anos - 40 UPM  
 b) cópia de legislação municipal ou de qualquer documento de interesse do contribuinte: 0,4 UPM por folha;  
 c) fornecimento de cópia autenticada pela Prefeitura: 10 UPM  
 d) expediente: 4 UPM

Art. 2º) Os Serviços Públicos Não-Compulsórios compreendem toda e qualquer prestação, de natureza técnica ou administrativa, prestada pelo Município de Campo Alegre, de maneira regular e contínua, às pessoas físicas e jurídicas que venham a solicitá-los e/ou utilizá-los, para satisfazer a ordem pública ou garantir-lhe a organização.

Art. 3º) O Preço Público de Expediente será cobrado em função do tempo despendido por servidor público de eventuais gastos com papéis, suprimentos e do valor locativo da estrutura colocada à disposição do usuário em função da prestação de um serviço ao mesmo.

Art. 4º) Os preços públicos relacionados com atividades da vigilância sanitária e epidemiológica serão objeto de regulamentação própria.

Art.5º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,  
 16 de janeiro de 2001.  
 RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.642 DE 16 DE JANEIRO DE 2001**

DECRETO Nº 2.642 DE 16 DE JANEIRO DE 2001

DEFINE A DIVULGAÇÃO SEMESTRAL DE QUE TRATA O INCISO II E III DO ART. 63 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e na forma do disposto nos incisos II e III, do Artigo 63 da Lei Complementar Federal nº101/2000, de 04 de maio de 2000 e considerando que o Município de Campo Alegre possui população inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o Censo do ano de 2000;

**DECRETA**

Art.1º) Fica definido, na forma dos incisos II e III do artigo 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, ao Município de Campo Alegre a divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido, de que trata o artigo 53, bem como por elaborar somente a partir do exercício de 2005 o Anexo de Política Fiscal do Plano Plurianual; o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como o Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2001.

Art. 3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de janeiro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.641 DE 16 DE JANEIRO DE 2001**

DECRETO Nº 2.641 DE 16 DE JANEIRO DE 2001

DISPÕE SOBRE TABELA BASE CÁLCULO PARA COBRANÇA DA TIP.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo nº 242 da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997; Resolve:

Art.1º) Os valores da TIP "Taxa de Iluminação Pública", cobrados conforme o disposto no Capítulo IV seção II, subseção III da Lei Municipal nº 2.293 terão como base de Cálculo a faixa de consumo de Energia Elétrica conforme tabela a seguir :

**I - CONSUMOS RESIDENCIAIS:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM
R\$			
0	a	30 kWh	0,25
31	a	50 kWh	0,37
51	a	100 kWh	0,99
101	a	200 kWh	1,54

201	a	500 kWh	2,78
501	a	1000 kWh	5,55
acima de		1001 kWh	11,10

**II - CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERV. PÚBLICO:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA
COTA EM R\$			
0	a	30 kWh	1,85
31	a	50 kWh	2,72
51	a	100 kWh	5,68
101	a	200 kWh	6,79
201	a	500 kWh	8,02
501	a	1000 kWh	12,34
Acima de		1001 kWh	17,27

**III - CONSUMIDORES DO PODER PÚBLICO:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA
COTA EM R\$			
0	a	30 kWh	2,31
31	a	50 kWh	4,63
51	a	100 kWh	6,94
101	a	200 kWh	9,25
201	a	500 kWh	13,88
501	a	1000 kWh	18,50
Acima de		1001 kWh	23,13

**IV - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA
COTA EM R\$			
0	a	2000 kWh	25,00
2001	a	5000 kWh	35,00
5001	a	10000 kWh	60,00
10001 a 50000		kWh	90,00
Acima de		50001 kWh	110,00

Art..2º) Os valores acima serão cobrados juntamente com a conta de Energia Elétrica, através de Convênio com a Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina S/A CELESC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de janeiro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Decreto Nº 2.640 de 16 de Janeiro de 2001**

DECRETO Nº 2.640 DE 16 DE JANEIRO DE 2001

CRIA COMISSÃO PARA ELABORAR O ROTEIRO E QUILOMETRAGEM PARA TRANSPORTE ESCOLAR DO ANO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no artigo 71, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º) Designar os senhores: Jarbas Jorge Catoni - Chefe da Divisão da Frota Municipal, Francisco Osni de Lima - Chefe da Divisão de Obras Planejamento e Serviços Públicos e Osmário Veríssimo Michalsky - Motorista Pesado, para a presidência do primeiro, comporem a Comissão para elaboração do roteiro e quilometragem para o transporte escolar do ano de 2001.

Art.2º) Os servidores ora designados deverão, usando um veículo do Poder Executivo Municipal, percorrer todo o itinerário do transporte escolar, para elaboração do roteiro e quilometragem.

Art.3º) Tendo cumprido o disposto no artigo anterior os servidores designados farão sua exposição de motivos e fornecerão o roteiro definitivo bem como a quilometragem que será tomada por base para a licitação do transporte escolar.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 16 de janeiro de 2001.

REANATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.639 de 16 de Janeiro de 2001**DECRETO Nº 2.639 DE 16 DE JANEIRO DE 2001  
FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA CÁLCULOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos VII e XVI, do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei nº 2.293, de 23 de dezembro de 1997 (Código Tributário Municipal), alterada pela Lei nº 2.386, de 23 de fevereiro de 1998;

DECRETA

Art.1º) Fica fixado em R\$ 1,1699 (um real e um mil seiscentos e noventa e nove centavos), o valor estabelecido no artigo 1º da Lei Municipal nº 2.023, de 29 de dezembro de 1994, referente a Unidade de Padrão do Município (UPM).

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de janeiro de 2001.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", em 16 de janeiro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/99 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.638 de 16 de Janeiro de 2001**DECRETO Nº 2.638 DE 16 DE JANEIRO DE 2001  
ALTERA AFETAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Os bens públicos constantes do Anexo Único deste decreto passam da categoria de bens públicos de uso comum a bens públicos de uso especial para que possam os mesmos ser utilizados pela Assessoria Jurídica do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Os bens a que se refere artigo anterior deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, ter seu registro patrimonial ratificado, passando à responsabilidade da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", em 16 de janeiro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/2000 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO  
(Decreto nº 2.638 de 16 de janeiro de 2001)

Nº no Patrimônio	Livros
7453	TEORIA GERAL DO DIREITO
7457	DIREITO E A VIDA DOS DIREITOS - VOL. 2
6023	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO
6020	DIREITO MUNICIPAL POSITIVO
6024	DIREITO URBANÍSTICO BRASILEIRO
7088	COMENTÁRIO AO CÓDIGO DE MINERAÇÃO
7089	MANUAL AMBIENTAL
7097	MANUAL EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7190	TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO
7301	DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO 15 ed.



7302	COMUNICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO
7303	DIREITO INFORMAÇÃO CONCESSÃO E RADIODIFUSÃO
7304	DIREITO ADM. P/ CONCURSOS PÚBLICOS
7305	ELEMENTOS DIREITO MUNICIPAL
7306	MANDADO DE SEGURANÇA
7308	DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO
7399	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
7400	ESTUDOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO
7402	CONTROLE JURISDICIONAL DA CONSTITUCIONALIDADE
7403	DEFESA DO INFRATOR NO TRÂNSITO
7394	PRINCÍPIO CONSTITUCIONAIS DO PROC. ADM. DISCIPLINAR
7395	DEFESA PREFEITOS E VEREADORES
7396	LIMINAR MANDADO DE SEGURANÇA
7398	PRÁTICA PROCESSO ADMINISTRATIVO
7440	MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO
7441	DIREITO ADMINISTRATIVO
7442	DIREITO PREVIDENCIÁRIO
7443	DO ATO ADMINISTRATIVO COMPLEXO
7444	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
7445	TOMBAMENTO E SEU REGIME JURÍDICO
7446	REVISTA: DIREITO MUNICIPAL JN e C
7447	DIREITO PÚBLICO
7448	REFLEXOS S/ DIREITO PÚBLICO
7449	COMENTÁRIO S/ DIREITO ADMINISTRATIVO
7450	O ESPÍRITO DAS LEIS
7451	ESTUDOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO
7454	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
7455	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
7456	REVISTA: DIREITO MUNICIPAL JN e C - VOL. 2
7460	A FORÇA DAS DECISÕES - TRIBUNAL DE CONTAS
7461	PRÁTICA DE DIREITO ADMINISTRATIVO
5852	SINDICÂNCIA E PROCESSO DA FAZENDA PÚBLICA
5853	O SERVIDOR PÚBLICO
5869	NOVA CONSTITUIÇÃO DE STA CATARINA
6006	CÓDIGO DE MINERAÇÃO ANOTADO
6022	DIREITO MUNICIPAL APLICADO
7307	CURSO DIREITO ADMINISTRATIVO
7397	DTO ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO
7458	CONSTITUIÇÃO FEDERAL VISTA PELO STF
7459	CÓDIGO PROCESSO CIVIL - COMENTADO
7462	REFORMAS: ADMINISTRATIVA, PREVIDENCIÁRIA E JUDICIÁRIA

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 2.637 de 02 de Janeiro de 2001

DECRETO Nº 2.637 DE 02 DE JANEIRO DE 2001  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII e XIII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do inciso XVI do artigo 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 3º do Decreto nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001; DECRETA:

Art.1º) Nomeia: LUCILAINE MÓKFA, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Compras, ROSANA EMÍLIA GREIPEL, ocupante do cargo de Assistente Administrativo e GERALDO CARLOS GROSSKOPF, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças, para, sob a presidência do primeira e secretaria da segunda, comporem a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, com mandato para o exercício de 2001, com assessoria jurídica do Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Parágrafo Único - Nomeia: ROSE MARI CUBAS, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Tributação e JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO, ocupante do cargo de Administrador Escolar, membros suplentes da Comissão Permanente Licitatória referida neste artigo.

Art.2º) São atribuições da Comissão Permanente de Licitações as constantes do artigo 3º do Decreto nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2001.

Art.4º) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de janeiro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Decreto Nº 2.636 de 02 de Janeiro de 2001

DECRETO Nº 2.636 DE 02 DE JANEIRO DE 2000.  
REVOGA OS DECRETOS Nº 2.542, 2.555 E 2.556 DE 2000.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto nº 2.542 de 07 de fevereiro de 2000, Decreto nº 2.555 de 03 de abril de 2000 e Decreto nº 2.556 de 03 de abril de 2000.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
02 de janeiro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **DECRETO Nº 2.635 DE 02 DE JANEIRO DE 2001**

DECRETO Nº 2.635 DE 02 DE JANEIRO DE 2001  
DISPÕE SOBRE A FORMA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE  
PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL urbana - iptu.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e como au-  
toriza o art. 113 da Lei 2.293 de 23 de dezembro de 1997, decreta:

Art.1º) O pagamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Ter-  
ritorial Urbana - IPTU do exercício de 2001 poderá ser efetuado  
em até 3 parcelas mensais e consecutivas a partir de 28 de feve-  
reiro de 2001.

Art. 2º) Desde que o pagamento seja feito no total do imposto e  
até o vencimento da 1ª parcela, será concedido um desconto de  
15%.

Art. 3º) O pagamento será feito nas agências do Banco do Estado  
de Santa Catarina - BESC conforme convênio firmado com a Pre-  
feitura Municipal.

Art. 4º) As condições e prazos estabelecidos nos artigos anteriores  
são estendidos aos demais tributos e preços públicos cobrados no  
mesmo carnê de pagamento do IPTU.

Art. 5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de janeiro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ .

### **DECRETO Nº 2.634 DE 02 DE JANEIRO DE 2001**

DECRETO Nº 2.634 DE 02 DE JANEIRO DE 2001  
DISPÕE SOBRE OPERACIONALIZAÇÃO  
DA LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 22 DE JUNHO DE 1993

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso VII e XIII do  
artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e as disposições estabelecidas  
na Lei Federal nº 8.666 de 22 de junho de 1993; Decreta:

Art.1º) Fica regulamentada nos termos deste Decreto a operacio-  
nalização da Lei Federal nº 8.666 de 22 de junho de 1993, no âmbi-  
to municipal, de conformidade com o artigo 115 da referida Lei.

Art.2º) Fica estabelecido que toda e qualquer compra de materiais  
e ou serviços, para os diversos órgãos da Administração Direta e  
Fundacional, serão formalizadas pela Divisão de Compras, Licita-  
ções e Contratos da Secretaria Municipal de Administração, com  
prévia autorização do Prefeito Municipal.

Art.3º) A Comissão Permanente de Licitações será constituída por  
Decreto, no início de cada exercício, formada no mínimo por três  
membros, dos quais, pelo menos dois deles servidores qualificados,  
pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública  
Municipal, com mandato de um ano, cabendo-lhe: a elaboração  
dos processos licitatórios, publicação, distribuição, recebimento,  
julgamento das propostas, lavrar atas, divulgar e comunicar o ven-  
cedor, supervisionar a situação do Cadastro de Fornecedores, bem  
como os demais atos inerentes ao devido processo administrativo.

Parágrafo Único - A Comissão de que trata o presente artigo será  
assessorada juridicamente pelo Assessor Jurídico da Prefeitura  
Municipal.

Art.4º) Fica determinado como mural de publicação, o quadro em  
destaque existente no hall de entrada da sede da Prefeitura Muni-  
cipal, à Rua: Cél. Bueno Franco, 292, onde serão afixados os atos  
inerentes ao cumprimento das disposições da Lei nº 8.666/93.

§ 1º - Os documentos afixados no mural, ali ficarão expostos:

I - durante 5 (cinco) dias úteis, quando na modalidade de Convite;  
II - durante 15 (quinze) dias, quando na modalidade de Tomada  
de Preços e nos casos não especificados na alínea "b" do inciso III  
deste parágrafo ou Leilão;

III - 30 (trinta) dias para:

a) - moralidade de Concorrência Pública;  
b) - Tomada de Preços, quando a licitação for do tipo "melhor  
técnica"ou "técnica e preço";

IV - 45 (quarenta e cinco) dias para:

a) - Concurso;  
b) - Concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar  
o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo  
"melhor técnica"ou "técnica e preço"

§ 2º - Os demais documentos permanecerão afixados no mural  
pelo prazo de 10 (dez) dias, em local visível e ao alcance de todos  
durante o horário de expediente, cabendo à Comissão de Licitação  
o controle da afixação, retirada e arquivo dos documentos.

Art.5º) As Licitações, salvo determinação em contrário, serão efe-  
tuadas na sede da Prefeitura Municipal.

Art.6º) Fica definido como praça para fins licitatórios, o Município  
de Campo Alegre.

Parágrafo Único - São considerados como da Praça os fornecedo-  
res de outros municípios cadastrados nesta Prefeitura Municipal.

Art.7º) Para os fins de que trata o artigo anterior, os fornecedores  
e prestadores de serviços interessados devem se cadastrar junto a  
Divisão de Compras, Licitações e Contratos do município, munidos  
com os documentos em original e respectivas cópias, para elabo-  
ração do cadastro.

Art.8º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.9º) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
02 de janeiro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**DECRETO Nº 2.633 DE 02 DE JANEIRO DE 2001**

DECRETO Nº 2.633 DE 02 DE JANEIRO DE 2001.

regulamenta o imposto SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" .

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e como autoriza a Lei nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997; Resolve:

**CAPÍTULO I**

Do fato Gerador e da Incidência

Art.1º) O Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis - ITBI - tem como fato gerador:

I - a transmissão "inter vivos", a qualquer título por ato oneroso:

a) da propriedade ou do condomínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física;

b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

II - a cessão onerosa de direitos às transmissões referidas nas alíneas do inciso I deste artigo.

Parágrafo Único. O imposto refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território do Município de Campo Alegre.

Art. 2º) O imposto incide sobre:

I - a compra e a venda de imóveis;

II - os compromissos ou promessas de compra e venda de imóveis, sem cláusulas de arrependimento, ou a cessão de direitos dele decorrentes;

III - o uso, o usufruto e a enfiteuse;

IV - a dação em pagamento;

V - a permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;

VI - a arrematação e a remição;

VII - o mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e a venda;

VIII - a adjudicação, quando não decorrente de sucessão hereditária;

IX - a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

X - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos previstos nos incisos I, II e III do artigo 3º.

XI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;

XII - tornas ou reposições que ocorram;

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando o cônjuge ou herdeiros receberem, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhes caberiam na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida, por qualquer condômino, quota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte final;

XIII - usufruto, uso e habitação;

XIV - instituição, transmissão e caducidade de fideicomisso;

XV - enfiteuse e subenfiteuse;

XVI - sub-rogação na cláusula de inalienabilidade;

XVII - concessão real de uso;

XVIII - cessão de direitos de usufruto;

XIX - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante;

XX - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XXI - acessão física, quando houver pagamento de indenização;

XXII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XXIII - qualquer ato judicial ou extrajudicial "inter vivos", não especificado nos incisos anteriores, que importe ou resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis, por natureza ou de direitos sobre imóveis (exceto os de garantia), bem como a cessão

de direitos relativos aos mencionados atos;

XXIV - lançamento em excesso, na partilha em dissolução de sociedade conjugal, a título de indenização ou pagamento de despesa;

XXV - cessão de direitos de opção de venda, desde que o optante tenha direito à diferença de preço e não simplesmente a comissão;

XXVI - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e de ação a herança em cujo monte existe bens imóveis situados no Município;

XXVII - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e de ação a legado de bem imóvel situado no Município;

XXVIII - transferência de direitos sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;

XXIX - todos os demais atos e contratos onerosos, translativos da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, ou dos direitos sobre imóveis.

Art. 3º) O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos, quando:

I - realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos, retornarem aos mesmos alienantes;

III - decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

IV - este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador.

Art. 4º) Não se aplica o disposto nos incisos I e II do artigo anterior, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens e direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

§ 1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da empresa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores à aquisição, decorrer de transações mencionadas no "caput" deste artigo.

§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância, levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º. A inexistência da preponderância de que trata o § 1º será demonstrada pelo interessado, quando da apresentação da "Declaração para Lançamento do ITBI", constante do Anexo I, sujeitando-se a posterior verificação fiscal.

**CAPÍTULO II**

Do Sujeito Passivo

Art. 5º) É contribuinte do imposto:

I - o adquirente ou cessionário do bem ou direito;

II - na permuta, cada um dos permutantes.

Art. 6º) Respondem solidariamente pelo imposto:

I o transmitente;

II - o cedente;

III - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis.

**CAPÍTULO III**

Da Base de Cálculo

Art.7º) A base de cálculo do imposto é o valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão ou cessão.

§ 1º. O valor será determinado pela Administração Fazendária através de avaliação com base nos valores constantes dos Anexos II, III e IV ou do valor declarado pelo sujeito passivo se este for maior.



§ 2º. O sujeito passivo, antes da lavratura da escritura ou do instrumento que servir de base à transmissão, é obrigado a apresentar ao órgão fazendário a "Declaração para Lançamento do ITBI", cujo modelo é constante do Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 8º) O Secretário de Administração e Finanças poderá, mediante despacho fundamentado, alterar o valor da avaliação, se com base nos elementos abaixo, entender que o valor está a maior ou a menor:

- I - zoneamento urbano;
- II - características da região, do terreno e da construção;
- III - valores aferidos no mercado imobiliário;
- IV - outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.

Art. 9º) As alíquotas do ITBI são as seguintes, tomando-se por base o valor, avaliado ou declarado, do imóvel ou direito transmitido ou cedido:

- I - até 5000 (cinco mil) UFIRs: 1% (um por cento);
- II - acima de 5000 (cinco mil) UFIRs até 50.000 (cinquenta mil) UFIRs 2% (dois por cento);
- III - acima de 50.000 (cinquenta mil) UFIRs : 3% (três por cento).

#### CAPÍTULO IV

##### Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 10) O imposto será pago:

- I - até a data da lavratura do instrumento que servir de base à transmissão, quando realizada no Município;
  - II - no prazo de 15 (quinze) dias:
    - a) da data da lavratura do instrumento referido no inciso I, quando realizado fora do município;
    - b) da data da assinatura, pelo agente financeiro, de instrumento da hipoteca, quando se tratar de transmissão ou cessão financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH;
    - c) da arrematação, da adjudicação ou da remição, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que essa não seja extraída;
  - III - nas transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, o imposto será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da sentença que houver homologado sem cálculo.
- Parágrafo Único. Caso oferecidos embargos, relativamente as hipóteses referidas na alínea "c", do inciso II, o imposto será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da sentença que os rejeitou.

#### CAPÍTULO V

##### Das Obrigações dos Notários e Oficiais de Registros de Imóveis e seus Prepostos

Art. 11) Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e quaisquer outros serventuários da justiça, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, exigirão que os interessados apresentem comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo.

Art. 12) Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam obrigados a facilitar, à fiscalização da Fazenda Pública Municipal, exame, em cartório, dos livros, registros e outros documentos e a lhe fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

#### CAPÍTULO VI

##### Das Disposições Gerais

Art. 13) Nas transações em que figurem como adquirentes ou cessionários, pessoas imunes ou isentas, ou em casos não-incidência,

a comprovação do pagamento do imposto será substituída por declaração, expedida pelo órgão gestor do tributo.

Art. 14) Na aquisição de terreno ou fração ideal de terreno bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulados com contrato de construção por empreitada ou administração, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato, inclusive através de outros documentos, a critério do Fisco Municipal, sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel, incluída a construção e/ou benfeitoria, no estado em que se encontrar por ocasião do ato translativo da propriedade.

Art. 15) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de janeiro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado e na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### ANEXO I

##### DECLARAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE ITBI

NOME: \_\_\_\_\_

CPF / CGC: \_\_\_\_\_

INSCR. MUNIC.: \_\_\_\_\_

DECLARO PARA OS FINS DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS QUE O IMÓVEL

SITUADO À \_\_\_\_\_ REG N.º \_\_\_\_\_

DA QUAL SOU LEGÍTIMO POSSUIDOR E AVALIADO POR MIM EM \_\_\_\_\_ REAIS.

FIRMO O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR.

CAMPO ALEGRE, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_.

ASSINATURA

RECONHECIMENTO DE FIRMA:

#### ANEXO II

##### TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO ITBI

##### CONSTRUÇÃO URBANA E RURAL EM UFIR

##### ACABAMENTO IDADE/ANOS VALOR P/ M²

01/05 06/10 11/15 16/25 26/30 31/35 36/40 ACIMA 40

##### ALVENARIA

LUXO	250,00	225,00	200,00	190,00	80,00	175,00	165,00	155,00
BOM	220,00	185,00	170,00	160,00	150,00	145,00	140,00	130,00
SIMPLES	205,00	150,00	135,00	130,00	120,00	115,00	110,00	105,00

##### MISTA

LUXO	205,00	175,00	150,00	145,00	135,00	130,00	125,00	115,00
BOM	165,00	140,00	120,00	115,00	110,00	105,00	100,00	95,00



SIMPLES 145,00 125,00 110,00 105,00 100,00 95,00 90,00 85,00

## MADEIRA

LUXO 165,00 135,00 105,00 100,00 95,00 90,00 85,00 85,00

BOM 145,00 115,00 95,00 90,00 85,00 80,00 75,00 70,00

SIMPLES 95,00 85,00 75,00 65,00 60,00 55,00 50,00 45,00

## GALPÕES PARA DEPÓSITO

## ALVENARIA

BOM 130,00 125,00 120,00 115,00 110,00 100,00 90,00 80,00

SIMPLES 85,00 80,00 75,00 65,00 60,00 55,00 50,00 45,00

## MADEIRA

BOM 75,00 70,00 65,00 60,00 55,00 50,00 45,00 40,00

SIMPLES 65,00 60,00 55,00 50,00 45,00 40,00 35,00 30,00

## ANEXO III

TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO ITBI  
DO TERRITÓRIO RURAL POR ALQUEIRE  
CONVERTIDO EM UFIR

## LOCALIDADE CLASSE - A CLASSE - B CLASSE - C

Avenca do Rio Negro 1.335,84 1.001,88 667,92

Avenquinha 5.176,38 3.005,64 2.504,70

Bateias de Baixo (rural) 3.339,60 2.504,70 1.669,80

Bateias de Cima 1.669,80 1.335,84 667,92

Campestre 5.176,38 3.005,64 2.504,70

Campinas 1.335,84 1.001,88 667,92

Cãozinho 1.335,84 1.001,88 667,92

Capinzal 1.669,80 1.001,88 667,92

Corredeiras 1.669,80 1.001,88 667,92

Cubatão 1.335,84 1.001,88 667,92

Estr. Rio Vermelho 5.176,38 3.005,64 2.504,70

Faxinal 5.176,38 3.005,64 2.504,70

Floresta 1.669,80 1.001,88 667,92

Fragosos (rural) 5.176,38 3.005,64 2.504,70

Fundão 2.003,76 1.669,80 1.001,88

Lageado 5.176,38 3.005,64 2.504,70

Laranjeiras 1.669,80 1.001,88 667,92

Lavrinha 1.669,80 1.001,88 667,92

Mato Bonito 1.335,84 1.001,88 667,92

Onça Parda 1.335,84 1.001,88 667,92

Papanduva 1.335,84 1.001,88 667,92

Papanduvinha 1.335,84 1.001,88 667,92

Queimados 1.335,84 1.001,88 667,92

Quiriri 1.001,88 667,92 333,96

Rio Represo 2.003,76 1.669,80 1.001,88

Ribeirão das Pedras 1.335,84 667,92 166,98

Ribeirão do Meio 1.335,84 1.001,88 667,92

Rodeio Grande 1.335,84 1.001,88 667,92

Saltinho 5.176,38 3.005,64 2.504,70

Salto 5.176,38 3.005,64 2.504,70

Sant'Ana 1.335,84 1.001,88 667,92

São Miguel 5.176,38 3.005,64 2.504,70

Serrinha 2.337,72 1.669,80 1.001,88

Tijucume 1.335,84 1.001,88 667,92

Ximbuva 1.335,84 1.001,88 333,96

Outras não especificadas 1.335,84 1.001,88 667,92

## ANEXO IV

TABELA DO TERRITÓRIO URBANO POR M²  
CONVERTIDO EM UFIR

## LOCALIDADE CLASSE -A CLASSE - B CLASSE - C

Adolfo Konder 9,71 5,83 3,40

Altamiro Lobo Guimarães 7,75 4,64 2,71

Athanagildo Schmidt 7,75 4,64 2,71

Bateias de Baixo (urbano) 3,76 2,20 1,66

Benjamin Constant 9,71 5,83 3,40

Carlos Brandes 8,89 5,83 3,40

Cél. Bento D' Amorim 9,71 5,83 -----

Cél. Bueno Franco 9,71 5,83 3,40

Cél. Raymundo Munhoz 8,89 5,83 3,40

Cél. Veríssimo de S. Freitas 7,24 4,34 2,53

Dezoito de Março 8,89 5,83 3,40

Ernesto Afonso Scheide 8,32 4,99 2,92

Rua Santo Antônio 5,68 4,98 1,78

Eugênio Duarte 8,32 4,98 2,90

Fragosos (urbano) 3,00 2,12 1,60

Getúlio Vargas 9,71 5,83 3,40

Pe. Lino Jacob Vier 9,71 5,83 -----

Jorge Lacerda 8,89 5,83 3,40

Leoberto Leal 8,89 5,83 3,40

Nereu Ramos 9,71 5,83 3,40

Padre Luiz Gilg 9,71 -----

Paulo Schroeder 8,89 5,33 3,10

Pref. Adolfo Paulo Herbst 7,75 4,64 2,71

Pref. Oldemar Duvoisin 8,89 5,33 3,00

Projetada Loteam. Piske 5,68 4,98 1,78

Projetada Loteam. Scheide 6,68 4,98 1,78

Rodovia SC 301 9,71 5,83 3,40

Sete de Setembro 8,89 5,33 3,10

Vicente Pereira Neto 7,75 4,64 2,71

Waldemiro Schroeder 7,99 4,79 2,79

**DECRETO Nº 2.632 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.632 DE 29 DE DEZEMBRO 2000.

DISPÕE SOBRE VINCULAÇÃO DE VALOR EM CONTA BANCÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Resolve:

Art. 1º) Vincular o valor de R\$ 65.768,23 (Sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta e sessenta e oito reais, vinte e três centavos), valor este constante na conta corrente Bancária sob nº 73.000-9 PREF. MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE - CTA. FPM, Agência nº 1715-9 do Banco do Brasil S/A, Centro Campo Alegre - SC.

Art.2º) O valor vinculado citado no Artigo 1º deste Decreto será para efetuar o pagamento do Contrato Administrativo nº59/2000 Empresa PEEC ENGENHARIA EMPREEND. E CONSTR. LTDA, Obra Pública concernente a Ampliação do Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson, conforme processo licitatório nº 41/2000 e Memorial Descritivo constante do Anexo I do Edital.

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
29 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO.

Prefeito Municipal.

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e Registrado na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA.

Chefe de Gabinete do Prefeito



**Decreto Nº 2.631 de 28 de Dezembro de 2000**

DECRETO Nº 2.631 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de Dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 10.229,60 (dez mil, duzentos e vinte e nove reais, sessenta centavos), para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0303 - Divisão do Controle Fazendário  
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 7.531,74  
 15.84.492.2010 - Contribuição PASEP  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Contribuições Correntes  
 3280.00 - Contribuição para Formação do Pasep ..... R\$ 1.447,56  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2017 - Desenv. Ensino Fundamental Valorização Magistério  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.250,30  
 TOTAL ..... R\$10.229,60

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o Recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0303 - Divisão do Controle Fazendário  
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 1.024,36  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 4.886,43  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.372,76  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.695,75  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2017 - Desenv. Ensino Fundamental Valorização Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.250,30  
 TOTAL ..... R\$10.229,60

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 28 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.630 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.630 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000.

REVOGA O DECRETO Nº 2.607 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2000.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto 2.607 de 01 de dezembro de 2000.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 28 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.629 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.629 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000.

REVOGA O DECRETO Nº 2.410 DE 22 DE ABRIL DE 1998.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto 2.410 de 22 de abril de 1998.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 28 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças



Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.628 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.628 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 784,24 (setecentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura	
0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura	
08.46.224.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$ 643,45
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 58,29
08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 82,50
TOTAL: .....	R\$ 784,24

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura	
0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura	
08.46.224.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 701,74
08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$ 82,50
TOTAL: .....	R\$ 784,24

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.627 de 28 de Dezembro de 2000**

DECRETO Nº 2.627 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.502 de 28 de dezembro de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 82.644,99 (Oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais, noventa e nove centavos) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
0301 - Divisão de Pessoal	
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$ 216,65
0400 - Secretaria Municipal de Educação	
0402 - Divisão de Ensino Fundamental	
08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valoriz. do Magistério	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$13.000,00
0403 - Divisão de Ensino Infantil	
08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$ 346,55
08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré Escolar	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$ 713,56
0404 - Divisão da Cultura	
08.48.246.1004 - Construção do Anfiteatro Municipal	
4000.00 - Despesas de Capital	
4100.00 - Investimentos	
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 65.768,23
07.00 - Secretaria Munic. Planej. Transportes e Obras.	
07.01 - Divisão da Frota Municipal.	
10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão.	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos	
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 2.600,00
TOTAL .....	R\$



82.644,99

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.626 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.626 DE 28 DE DEZEMBRO 2000.  
DISPÕE SOBRE GRATIFICAÇÃO À PROFESSORES  
DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 7º da Lei Federal nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996; Resolve:

Art. 1º) Conceder Gratificação aos profissionais em efetivo exercício do Ensino Fundamental, conforme carga horária semanal.

Art.2º) A presente gratificação se deve em cumprimento ao Artigo 7º da Lei Federal nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996.

Art.3º) Os beneficiados estão relacionados no anexo único deste decreto.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO.  
Prefeito Municipal.

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2.626 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000

NOME	VALOR
Bertina Bahr	R\$ 200,00
Carla Luciane Fuckner	R\$ 200,00
Cecília Marlene Schwarz	R\$ 400,00
Célia Regina Drancka	R\$ 400,00
Cirila Telma Drancka	R\$ 200,00

Dagmar Denise Ribeiro Petris	R\$ 200,00
Eliane Baum	R\$ 200,00
Gladis Conceição Benkendorf	R\$ 200,00
Iliane Kotovicz Lepeck	R\$ 200,00
José Carlos Nenevê Cordeiro	R\$ 392,44
Lindamir da Luz dos S. Drefthal	R\$ 400,00
Lucemar Schmansky Pasda	R\$ 400,00
Luiza Friedrich Zoellner	R\$ 200,00
Maira Joceli Pereira de Miranda	R\$ 400,00
Márcia Franz Schiessl	R\$ 200,00
Márcia Regina F. D. Franco	R\$ 200,00
Márcio Marcelo Munhoz	R\$ 400,00
Margarida do Rocio dos Santos	R\$ 400,00
Maria de Lourdes Piske	R\$ 400,00
Maria Ivone Munhoz	R\$ 400,00
Marilda Schadeck	R\$ 400,00
Marinês Woyeskovsky	R\$ 200,00
Marli Olinda Chicovis da Cruz	R\$ 400,00
Marli Terezinha de Souza	R\$ 400,00
Meri Engler Negherbon	R\$ 200,00
Nair Alexandre	R\$ 400,00
Nelci Terezinha Idalêncio Detroz	R\$ 400,00
Noeli Terezinha de Farias	R\$ 400,00
Olívia Martins de O. Munhoz	R\$ 400,00
Oriane Linzmeyer	R\$ 400,00
Rosany Maria da Rosa Bastos	R\$ 200,00
Rosilda Denise Hansen	R\$ 400,00
Sandra Aparecida Andrade Lima	R\$ 200,00
Silvanira Telma Hruschka	R\$ 200,00
Silvia Pasda Uhlig	R\$ 400,00
Sirley Drancka de Souza Freitas	R\$ 400,00
Sirley Maria Kujaski	R\$ 400,00
Solange Regina dos Passos	R\$ 400,00
Sueli do Rocio Wollner da Cruz	R\$ 400,00
Valdenir Lader	R\$ 400,00
TOTAL .....	R\$ 12.992,44

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 2.625 de 27 de Dezembro de 2000

DECRETO Nº 2.625 DE 27 DE DEZEMBRO 2000.  
DISPÕE SOBRE INSCRIÇÃO PATRIMONIAL DE  
BEN IMÓVEL MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; :

Considerando a realização de obra pública concernente ao Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson, pelo Poder Executivo Municipal nas dependências do prédio da Câmara Municipal de Vereadores;

Considerando a necessidade de atribuir-se a responsabilidade patrimonial deste Espaço Cultural ao Poder Executivo Municipal;

Resolve:

Art. 1º) Autorizar a Divisão de Patrimônio, a inscrever no Registro Patrimonial desta municipalidade, sob a responsabilidade do Poder Executivo Municipal, a área construída de 389,00 m2, esta, cota parte do Prédio da Câmara Municipal de Vereadores, bem como todos os itens de Patrimônio nela instalados.

Art.2º) À área tratada do Artigo anterior atribui-se-á o valor



patrimonial de R\$ 89.263,88 (oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos).

Art. 3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO.

Prefeito Municipal.

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.623 de 19 de Dezembro de 2000**

DECRETO Nº 2.623 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 20/2000, 21/2000 e 22/2000, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
19 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE de Fª.P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº.2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **DECRETO Nº 2.622 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.622 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Resolve:

Art.1º) Abrir crédito suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.47.239.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos ..... R\$ 200,00  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenv. do Ensino Fund. e Valorização Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços e Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos . R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.200,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil .. R\$ 200,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolv. do Ensino Fundam. e Valoriz. do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00

TOTAL . R\$ 2.200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
19 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P.M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99 em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **DECRETO Nº 2.621 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.621 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.400 de 04/05/99, alterada pela Lei Municipal nº 2.478 de 16/08/2000, alterada pela Lei Municipal nº 2.500 de 19/12/2000, em seu Artigo 2º e parágrafo I; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Maria Maurene Ottvagen May

Suplente: Leila Herbst Franco Martins

II - Representantes do Poder Legislativo Municipal:

Titular: Lauro Batista Moreira

Suplente: Alvino Sell

III - Representantes de Professores:

Titular: José Carlos Nenevê Cordeiro

Suplente: Iliane Kotovicz Lepeck

Titular: Maria Ivone Munhoz



Suplente: Sirley Drancka de Souza Freitas

#### IV - Representantes de Pais e Alunos:

Titular: Lucimara Prestes de Souza Idalêncio

Suplente: Gilberto Hélio Petris

Titular: Rosane Gispiela Santos Cubas

Suplente: Verônica Gorniack Schroeder

#### V - Representantes de Outros Segmentos da Sociedade Civil:

Titular: Araci Ruppel - Representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC S/A - EPAGRI

Suplente: Sandra Maria Pereira Dana - Representante da Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.581 de 22 de agosto de 2000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### DECRETO Nº 2.620 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.620 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO

MUNICIPAL DE TURISMO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.494 de 13 de dezembro de 2000.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Turismo, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para o exercício de 2001.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 30.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 1.000,00
1331.00 - Rendimentos de aplicações Financeiras .....	R\$ 500,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$ 25.000,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 30.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 13.500,00
TOTAL .....	R\$ 100.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Turismo.

11.00 - Fundo Municipal de Turismo

#### 11.11 - Turismo

11.01.11.65.363.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 70.000,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 70.000,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 15.400,00
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$ 15.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 400,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 15.000,00
3130.00 - serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 39.600,00
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$ 10.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 29.600,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 30.000,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 30.000,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 15.000,00
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$ 15.000,00
TOTAL: .....	R\$ 100.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### DECRETO Nº 2.619 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.619 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO

MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.494 de 13 de dezembro de 2000.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para o exercício de 2001.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 40.000,00
---------------------------------------	---------------



1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 10.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 1.000,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$ 54.000,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 100.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 145.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>R\$ 350.000,00</b>

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Desenvolvimento

03.00 - Administração e Planejamento	
03.03 - Administração	
03.03.03.07.021.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 327.400,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 327.400,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 5.400,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 5.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 400,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 20.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 302.000,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 92.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 210.000,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 22.600,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 22.600,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 12.600,00
4120.00 - Equipamento Permanente .....	R\$ 10.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>R\$ 350.000,00</b>

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99, em 14 / 12 / 2000

## DECRETO Nº 2.618 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.618 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO

MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.494 de 13 de dezembro de 2000.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para o exercício de 2.001.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 10.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 1.500,00
1713.00 - Transferências do Município .....	R\$ 91.500,00
1721.09 - Outras Transferências da União .....	R\$ 151.000,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 5.000,00
1762.00 - Transferências de Convênios dos Estados .....	R\$ 5.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 20.000,00
2422.00 - Outras Transferências dos Estados .....	R\$ 16.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>R\$ 300.000,00</b>

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Saúde

13.00 - Saúde e Saneamento	
13.13 - Saúde	
13.13.13.75.428.2001 - MANUTENÇÃO ASSIST. MÉDICO HOSP. SANITÁRIA	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 245.000,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 211.400,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 1.400,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 1.200,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 200,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 100.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 140.000,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 20.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 120.000,00
3259.00 - Outras Transferências a Pessoas .....	R\$ 3.600,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 55.000,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 55.000,00



4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$  
30.000,00  
4120.00 - Equipamento Permanente ..... R\$  
25.000,00  
TOTAL ..... R\$  
300.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99, em 14 / 12 / 2000

### DECRETO Nº 2.617 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.617 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.494 de 13 de dezembro de 2000.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para o exercício de 2.001.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais ..... R\$  
20.000,00  
1321.00 - Juros e Títulos de Renda ..... R\$  
4.000,00  
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras ..... R\$ 300,00  
1713.00 - Transferências do Município ..... R\$  
30.700,00  
1722.01 - Outras Transferências do Estado ..... R\$  
50.000,00  
1990.00 - Outras Receitas Correntes ..... R\$  
45.000,00  
TOTAL ..... R\$  
150.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social.

15.00 - Assistência e Previdência

15.15 - Assistência Social

15.81.487.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS

3000.00 - Despesas Correntes ..... R\$  
120.000,00

3100.00 - Despesas de Custeio ..... R\$  
120.000,00

3110.00 - Pessoal ..... R\$  
1.400,00

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
1.000,00  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
400,00  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
60.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos ..... R\$  
10.600,00  
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais ..... R\$  
1.600,00  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
7.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes ..... R\$  
48.000,00  
3230.00 - Contribuições Correntes ..... R\$  
48.000,00  
3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$  
48.000,00  
3259.00 - Outras Transferências a Pessoas ..... R\$  
2.000,00  
4000.00 - Despesas de Capital ..... R\$  
30.000,00  
4100.00 - Investimentos ..... R\$  
30.000,00  
4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$  
10.000,00  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
20.000,00  
TOTAL ..... R\$  
150.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### DECRETO Nº 2.616 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.616 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000.

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO

MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.494 de 13 de dezembro de 2000.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal Habitação, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para o exercício de 2.001.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais ..... R\$  
8.000,00  
1321.00 - Juros e Títulos de Renda ..... R\$  
1.000,00  
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras ..... R\$



500,00	
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$
39.500,00	
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$
35.000,00	
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$
16.000,00	
TOTAL .....	R\$
100.000,00	

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Habitação.

10.00 - Habitação e Urbanismo	
10.10 - Habitação e Urbanismo	
10.10.10.57.316.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HABITACIONAIS	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$
89.000,00	
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$
89.000,00	
3110.00 - Pessoal .....	R\$
5.400,00	
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$
5.000,00	
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$
400,00	
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$
15.600,00	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$
68.000,00	
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$
38.000,00	
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$
30.000,00	
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$
11.000,00	
4100.00 - Investimentos .....	R\$
11.000,00	
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$
5.000,00	
4120.00 - Equipamento Permanente .....	R\$
6.000,00	
TOTAL .....	R\$ 100.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## DECRETO Nº 2.615 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.615 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000.

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO

MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.494 de 13 de dezembro de 2000.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para o exercício de 2.001.

Art.2º) A Receita efetivar-se-á dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$
35.000,00	
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$
1.000,00	
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 500,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$
30.000,00	
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$
65.500,00	
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$
18.000,00	
TOTAL .....	R\$
150.000,00	

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Agricultura.

04.00 - Agricultura e Meio Ambiente	
04.04 - Promoção e Extensão Rural	
04.04.04.18.111.1001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$
97.200,00	
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$
97.200,00	
3110.00 - Pessoal .....	R\$
5.200,00	
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$
5.000,00	
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 200,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$
20.000,00	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 72.000,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 1.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$
71.000,00	
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$
52.800,00	
4100.00 - Investimentos .....	R\$
52.800,00	
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$
15.000,00	
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$
37.800,00	
TOTAL .....	R\$
150.000,00	

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,



com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### DECRETO Nº 2.614 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.614 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000  
APROVA O ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL  
DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de conformidade com o Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.494 de 13 de dezembro de 2000; Resolve; Decretar:

Art.1º ) Fica aprovado o Orçamento da Fundação Municipal de Desporto e Cultura, que estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais) para o exercício de 2.001.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento.

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 20.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 1.000,00
1713.00 - Transferências do Município .....	R\$ 70.000,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 20.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 10.000,00
TOTAL .....	R\$ 121.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência do Diretor da Fundação Municipal de Desporto e Cultura.

08.00. - Fundação Municipal de Desporto e Cultura	
08.46 - Educação Física e Desporto	
08.08.08.46.224.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 41.550,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 41.550,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 10.550,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 14.006,66
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 2.673,99
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 10.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 21.000,00

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$ 1.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 20.000,00
3259.00 - Outras Transferências a Pessoas .....	R\$ 5.000,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 18.450,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 18.450,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 5.000,00
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$ 8.319,35
TOTAL: .....	R\$ 66.000,00

08.08.08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 39.000,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 39.000,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 20.100,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 11.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 2.000,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 5.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 8.900,00
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$ 20.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 6.000,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 11.000,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 11.000,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 1.000,00
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$ 10.000,00
TOTAL: .....	R\$ 55.000,00

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
13 de dezembro de 2000

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99, em 14/12/2000.



**DECRETO Nº 2.613 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.613 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000.

APROVA O ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2001.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.493 de 13 de dezembro de 2000; Resolve:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Campo Alegre/SC, dos Poderes Legislativo e Executivo para o exercício de 2000, estimada a Receita e Fixada a despesa em R\$ 4.750.000,00 (quatro milhões setecentos e cinquenta mil reais).

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o desdobramento Previsto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964.

Art.3º) A despesa será realizada conforme a Classificação Funcional Programática e categorias Econômicas discriminadas nos anexos da Lei Municipal nº 2.493 de 13 de dezembro de 2000, cuja movimentação será de competência de cada um dos Poderes Legislativo e Executivo.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2.001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**DECRETO Nº 2.612 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.612 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.499 de 13 de dezembro de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.536,50 (quatorze mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 336,50

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3214.00 - Contribuições a Fundos ..... R\$ 7.700,00

0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras

0701 - Divisão da Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços e Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00

0702 - Divisão de Transportes

16.88.020.3032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Maquinários

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 4.500,00

TOTAL ..... R\$

14.536,50

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores

0101 - Câmara de Vereadores

01.0101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$

1.000,00

3130.00 - Serviços e Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.500,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$

3.700,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$

4.345,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$

3.991,50

TOTAL ..... R\$

14.536,50

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
14/12/2000



**DECRETO Nº 2.611 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.611 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO

ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.491 de 13 de dezembro de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 16.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 800,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 9.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Transferências a Fundos ..... R\$ 9.000,00

3250.00 - Transferências a Pessoal

3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.170,36

3253.00 - Salário Família ..... R\$ 70,00

0302 - Divisão do Tesouro

03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3260.00 - Encargos da Dívida Interna

3261.00 - Encargos da Dívida Pública ..... R\$ 3.400,00

0303 - Divisão do Controle Fazendário

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 3.500,00

3250.00 - Transferências a Pessoal

3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.870,30

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 6.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 600,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos ..... R\$ 2.912,77

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 39.546,96

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intergovernamentais

3224.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais ..... R\$ 15.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 12.200,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família ..... R\$ 65,00

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 3.500,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 300,00

0502 - Divisão de Assistência Social à Comunidade

15.81.483.2024 - Conselho Tutelar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 929,50

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 1.050,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos ..... R\$ 15,11

0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urb. Transp. e Obras

0701 - Divisão da Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família ..... R\$ 70,00

TOTAL ..... R\$ 127.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
13/12/2000

### DECRETO Nº 2.610 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.610 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
a Lei Municipal nº 2.490 de 13 de dezembro de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.990,00 (ses-  
senta mil, novecentos e noventa reais), a fim de suplementar as  
seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

15.81.483.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
29.500,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Eco-  
nômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
3.500,00

0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urb. Transp. e Obras

0701 - Divisão da Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
21.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
6.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos ..... R\$  
990,00

TOTAL ..... R\$  
60.990,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto,  
correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do  
Orçamento Vigente.

0100 - Câmara Municipal de Vereadores

0101 - Câmara Municipal de Vereadores

01.01.001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
7.000,00

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
3.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 3.000,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
15.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
9.323,62

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 181,90

03.07.471.2006 - Ticket Alimentação para Servidores

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
7.386,48

0302 - Divisão de Tesouro

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
1.098,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolv. do Ensino Fundam. e Valor. do Ma-  
gistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
15.000,00

TOTAL ..... R\$  
60.990,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. MACHADO FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
13/12/2000



**DECRETO Nº 2.609 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.609 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000.  
ALTERA AFETAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS DO  
MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Os bens públicos constantes do Anexo Único deste decreto passam da categoria de bens públicos de uso especial a bens públicos de uso comum, para que possam os mesmos ser locados aos populares associados à Biblioteca Pública Municipal.

Art. 2º. Os bens a que se refere artigo anterior deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, ter seu registro patrimonial retificado, passando à responsabilidade da Biblioteca Pública Municipal, através da Secretaria de Educação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/2000 em  
13/12/2000

**ANEXO ÚNICO**

(Decreto nº 2.609 de 13 de dezembro de 2000)

Nº no Patrimônio	Livros
7453	TEORIA GERAL DO DIREITO
7457	DIREITO E A VIDA DOS DIREITOS - VOL. 2
6023	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO
6020	DIREITO MUNICIPAL POSITIVO
6024	DIREITO URBANÍSTICO BRASILEIRO
7088	COMENTÁRIO AO CÓDIGO DE MINERAÇÃO
7089	MANUAL AMBIENTAL
7097	MANUAL EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7190	TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO
7301	DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO 15 ed.
7302	COMUNICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO
7303	DIREITO INFORMAÇÃO CONCESSÃO E RADIODIFUSÃO
7304	DIREITO ADM. P/ CONCURSOS PÚBLICOS
7305	ELEMENTOS DIREITO MUNICIPAL
7306	MANDADO DE SEGURANÇA
7308	DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO
7399	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
7400	ESTUDOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO
7402	CONTROLE JURISDICIONAL DA CONSTITUCIONALIDADE
7403	DEFESA DO INFRATOR NO TRÂNSITO
7394	PRINCÍPIO CONSTITUCIONAIS DO PROC. ADM. DISCIPLINAR
7395	DEFESA PREFEITOS E VEREADORES
7396	LIMINAR MANDADO DE SEGURANÇA

7398	PRÁTICA PROCESSO ADMINISTRATIVO
7440	MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO
7441	DIREITO ADMINISTRATIVO
7442	DIREITO PREVIDENCIÁRIO
7443	DO ATO ADMINISTRATIVO COMPLEXO
7444	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
7445	TOMBAMENTO E SEU REGIME JURÍDICO
7446	REVISTA: DIREITO MUNICIPAL JN e C
7447	DIREITO PÚBLICO
7448	REFLEXOS S/ DIREITO PÚBLICO
7449	COMENTÁRIO S/ DIREITO ADMINISTRATIVO
7450	O ESPÍRITO DAS LEIS
7451	ESTUDOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO
7454	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
7455	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
7456	REVISTA: DIREITO MUNICIPAL JN e C - VOL. 2
7460	A FORÇA DAS DECISÕES - TRIBUNAL DE CONTAS
7461	PRÁTICA DE DIREITO ADMINISTRATIVO
5852	SINDICÂNCIA E PROCESSO DA FAZENDA PÚBLICA
5853	O SERVIDOR PÚBLICO
5869	NOVA CONSTITUIÇÃO DE STA CATARINA
6006	CÓDIGO DE MINERAÇÃO ANOTADO
6022	DIREITO MUNICIPAL APLICADO
7307	CURSO DIREITO ADMINISTRATIVO
7397	DTO ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO
7458	CONSTITUIÇÃO FEDERAL VISTA PELO STF
7459	CÓDIGO PROCESSO CIVIL - COMENTADO
7462	REFORMAS: ADMINISTRATIVA, PREVIDENCIÁRIA E JUDICIÁRIA
7160 a 7188	COLETÂNEA OS PENSADORES
7218	A VIDA SECRETA DAS PLANTAS
7219	SENCACIONAIS 50 PLANTAS MEDICINAIS
7220	VIAGEM DO DESCOBRIMENTO
5933	ÁRVORES BRASILEIRAS

**DECRETO Nº 2.608 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2.000**

DECRETO Nº 2.608 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2.000  
REVOGA PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE EDITAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Revogar as publicações dos resumos do edital de leilão nº 53/2000.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 12 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/2000 em  
08/12/2000



**DECRETO Nº 2.607 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2.000**

DECRETO Nº 2.607 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2000.

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e segundo o disposto no art. 53 § 1º da Lei nº 8.666, de 21/06/93, RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Públicos Móveis, com o objetivo de avaliar os bens constantes do Anexo Único deste decreto e fornecer tal avaliação a Comissão de Licitações para que sejam os mesmos leiloados.

Art. 2º. Nomear os integrantes da comissão a que se refere o artigo anterior, que recairá sobre os seguintes indivíduos:

I - Paulo Roberto Knop, Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, inscrito no CREA/SC sob nº 16017-5;

II - Ubiratan Mafra Pinto, Delegado de Polícia de Campo Alegre;

III - Lilian Terezinha Bartsch, Chefe da Divisão de Compras da Prefeitura Municipal de Campo Alegre;

Art. 3º A avaliação dos bens dar-se-á por Resolução baixada pela comissão e será efetuada no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 01 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/99 em 01/12/2000

**Decreto Nº 2.606 de 01 de Dezembro de 2.000**

DECRETO Nº 2.606 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2000.

REGULAMENTA O REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Regular o Regimento Interno do Serviço de Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Campo Alegre que passa a ter a redação constante do anexo único deste Decreto.

REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

**CAPÍTULO I  
DAS FINALIDADES DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM**

Art. 1º - O Serviço de Enfermagem tem por finalidade:

I. Promover a assistência ao cliente, através de um trabalho personalizado e compreensivo, durante o diagnóstico, reabilitação e prevenção de moléstias;

II. Preservar os direitos, a dignidade e o respeito devido a cada paciente sem distinção de nacionalidade, raça, credo ou nível econômico;

III. Encorajar a comunicação e a cooperação interdepartamental e com a comunidade, promovendo a realização do cuidado total do paciente;

IV. Utilizar os profissionais competentes da equipe para planejar, dirigir e avaliar os cuidados prestados como pessoa, membro de uma família e da comunidade;

V. Promover apoio emocional e psicológico para encontrar as necessidades individuais do paciente e sua família;

VI. Promover normas de conduta pessoal e de procedimentos, assegurando satisfação no trabalho para todo o pessoal de enfermagem, e reconhecimento dos mesmos como membros vitais da equipe de saúde;

VII. Promover ao pessoal as facilidades necessárias à realização de suas atividades;

VIII. Proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional e de educação a todo pessoal do serviço através de programas de orientação, treinamento e educação continuada;

IX. Incentivar a participação dos membros da equipe de enfermagem nos trabalhos de pesquisa;

X. Cooperar com as escolas de enfermagem e outras, dando oportunidades de aprendizado aos alunos na área de Saúde Pública;

XI. Avaliar continuamente a assistência de enfermagem prestada aos pacientes e à comunidade.

**CAPÍTULO II  
DA POSIÇÃO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM NO  
ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM  
ESTAR SOCIAL**

Art. 2º - O Serviço de Enfermagem está subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Saúde.

**CAPÍTULO III  
ORGANOGRAMA DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM**

Art. 3º - A composição hierárquica do Serviço de Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde, está constituída por:

I. Chefia de enfermagem, do serviço de enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

**CAPÍTULO IV  
DO QUADRO DE PESSOAL DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM E SEUS  
REQUISITOS**

Art. 4º - O quadro de pessoal de Enfermagem está assim constituído:

I. Enfermeiros;

II. Técnicos de Enfermagem;

III. Auxiliares de Enfermagem.

Art. 5º - É requisito indispensável para contratação de profissional de Enfermagem:

I. Apresentar a inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina.

II. Apresentar Curriculum Vitae;

III. Experiência mínima de 06 meses na área específica.

**CAPÍTULO V  
DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL DE ENFERMAGEM**

Art. 6º - São atribuições do Enfermeiro:

I. Direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde pública e chefia de serviços e de unidades



de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas unidades de saúde;

II. Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços de assistência de enfermagem;

III. Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;

IV. Dimensionamento dos recursos humanos em enfermagem;

V. Consultas de enfermagem;

VI. Participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;

VII. Prescrição de medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;

VIII. Participação em projetos de construção ou reforma de unidades de saúde;

IX. Participação na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica;

X. Participação em programas e atividades de educação sanitária, visando a melhoria da saúde do indivíduo, da família e da população em geral;

XI. Participação nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal da saúde, particularmente nos programas de educação continuada;

XII. Participação na elaboração e operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde;

XIII. Realizar consultas de enfermagem;

XIV. Solicitar exames de rotina e complementares quando no exercício de suas atividades profissionais;

XV. Participação em bancas examinadoras, em matérias específicas de enfermagem, nos concursos para provimento de cargo ou contratação de enfermeiro ou pessoal técnico e auxiliar de enfermagem;

XVI. Delegar funções de enfermagem, considerando a complexidade das mesmas e a competência de cada elemento, supervisionar direto ou indiretamente a execução.

Art. 7º - São atribuições do Técnico de Enfermagem:

I. O Técnico de Enfermagem exerce atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhe assistir ao enfermeiro:

a) No planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;

b) Na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;

c) Participação nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;

d) Executar atividades de assistência de enfermagem, excetuadas as privativas do enfermeiro;

e) Integrar a equipe de saúde.

Art. 8º - O Auxiliar de Enfermagem executa as atividades auxiliares de nível médio, cabendo-lhe:

I. Preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;

II. Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação;

III. Executar procedimentos especificamente prescritos, ou de rotina, além de outras atividades de enfermagem, tais como:

a) Ministrando medicamentos de acordo com a prescrição médica;

b) Fazer curativo;

c) Aplicar oxigenioterapia, nebulização;

d) Executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas;

e) Efetuar o controle de paciente e de comunicantes em doenças transmissíveis;

f) Realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de

diagnóstico;

g) Executar atividades de desinfecção e esterilização;

h) Zelar pela limpeza e ordem do material e equipamentos e de dependências de unidades de saúde;

V. Integrar a equipe de saúde;

VI. Participar de atividades de educação em saúde, inclusive:

a) Orientar os pacientes na pós-consulta, quanto ao cumprimento da prescrição médica;

b) Auxiliar o enfermeiro e o técnico de enfermagem na execução dos programas de educação para a saúde;

Art. 9º - As atividades no art. 7º e 8º somente poderão ser exercidas sob supervisão, orientação e direção do enfermeiro.

Art. 10 - Incumbe a todo pessoal de enfermagem cumprir e fazer cumprir o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

## CAPÍTULO VI DA ESTRUTURA DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM

Art. 11 - O Serviço de Enfermagem é constituído pelas seguintes unidades de trabalho:

I. Sala de imunização;

II. Ambulatório e triagem;

III. Farmácia;

IV. Vigilância Sanitária;

V. Vigilância Epidemiológica.

## CAPÍTULO VII DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES DE TRABALHO

Art. 12 - Compete ao serviço de enfermagem das salas de imunização:

a) Realizar triagem da clientela;

b) Realizar orientações a respeito de imunização;

c) Indicar as vacinas conforme faixa etária;

d) Registrar as vacinas a serem realizadas e as realizadas (em documento de vacinação, ficha registro e mapa diário);

e) Realizar busca ativa aos abandonos;

f) Participar de bloqueios e campanhas de vacinação;

g) Manter a sala de vacinação em ordem.

Art. 13 - Compete ao ambulatório e triagem:

I. Realizar verificação de sinais vitais e triagem;

II. Administrar medicação (conforme prescrição médica);

III. Realizar antropometria (ACD);

IV. Realizar curativos e retirada de pontos de pequena complexidade;

V. Realizar orientações;

VI. Promover educação em saúde;

VII. Realizar desinfecção concorrente;

VIII. Realizar esterilização de materiais;

IX. Realizar visitas domiciliares.

Art. 14 - Compete a Farmácia:

I. Aviação de receitas;

II. Fornecimento de medicamentos de Programa de Saúde;

III. Previsão e provisão de medicamentos;

IV. Controle de estoque.

Art. 15 - Compete a Vigilância Sanitária:

I. Inspeção sanitária em comércio de alimentos, perfumes e higiene; em comércio saneantes domissanitários, institutos de beleza, piscinas de uso público e restrito, em terrenos baldios, canteiro de



obras; hotéis, motéis e congêneres; rodoviárias e ferrovias; empresas de transporte de alimentos; em creches e estabelecimentos de ensino; cemitérios, necrotérios e crematórios; estabelecimentos de massagens e tatuagens;  
II. Promover educação em saúde.

**Art. 16 - Compete a Vigilância Epidemiológica:**

- I. Coleta de dados;
- II. Processamento de dados coletados;
- III. Análise e interpretação de dados processados;
- IV. Recomendação das medidas de controle apropriadas;
- V. Promoção das ações de controle indicadas;
- VI. Avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas;
- VII. Divulgação de informações pertinentes;
- VIII. Visitas domiciliares.

**CAPÍTULO VIII  
DOS DEVERES DO PESSOAL DE ENFERMAGEM**

**Art. 17 - São deveres do pessoal de enfermagem:**

- I. Manter assiduidade e pontualidade;
- II. Manter disciplina;
- III. Obedecer ordens superiores;
- IV. Ser discreto no ambiente de trabalho;
- V. Manter postura ética;
- VI. Observar as normas legais e regulamentares;
- VII. Obedecer as ordens superiores, salvo quando manifestamente legais;
- VIII. Zelar pela economia e a conservação do material que lhe for confiado;
- IX. Fazer pronta comunicação a sua chefia imediata do motivo de sua ausência antecipada ou do seu não comparecimento ao serviço;
- X. Manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de profissional de saúde e de cidadão.

**CAPÍTULO IX  
DOS DIREITOS DO PESSOAL DE ENFERMAGEM**

**Art. 18 - São direitos do pessoal de enfermagem:**

- I. Descanso semanal;
- II. Férias;
- III. Licença prêmio;
- IV. Gratificação por tempo de serviço;
- V. Gratificação pelo trabalho perigoso ou insalubre;
- VI. Licenças por motivo: doença em pessoa da família, para serviço militar obrigatório, para tratar interesses particulares, como prêmio, para atividades políticas, para participação em cursos, congressos e competições esportivas e para desempenho de mandato classista.

**CAPÍTULO X  
DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 19 - É proibido ao profissional de enfermagem:**

- I. Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia anuência da chefia competente;
- II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto deste serviço;
- III. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso as autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, no recinto deste serviço;
- IV. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- V. Receber propina, comissão ou vantagens de qualquer espécie,

- em razão de suas atribuições;
- VI. Proceder de forma desidiosa;
- VII. Utilizar pessoal ou recursos materiais do serviço em atividades particulares;
- VIII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
- IX. Comparecer ao trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;

**CAPÍTULO XI  
DAS PENALIDADES**

**Art. 20 - As penalidades previstas são:**

- I - Advertência verbal;
- II - Advertência por escrito;
- III - Suspensão;
- IV - Demissão.

Parágrafo Único - As penalidades acima, quando aplicadas, serão registradas na ficha funcional do profissional.

**Art. 21 - A demissão será aplicada nos seguintes casos:**

- I - Crime contra a Administração Pública;
- II - Abandono de Cargo;
- III - Inassiduidade habitual;
- IV - incontinência pública e conduta escandalosa;
- V - Insubordinação grave em serviço;
- VI - Ofensa física ou moral, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VII - transgressão do capítulo X.

**CAPÍTULO XII  
DO DESLIGAMENTO DO FUNCIONÁRIO**

**Art. 22 - O desligamento do funcionário dar-se-á:**

- I. Por justa causa
- II. A pedido do próprio servidor

**CAPÍTULO XIII  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 23 - Os casos omissos serão resolvidos pela chefia do serviço de enfermagem em conjunto com o Secretário Municipal de Saúde.

Art. 24 - O presente Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/2000 em  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.605 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2.000**

DECRETO Nº 2.605 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2000.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais nos dias 26, 27, 28 e 29 de dezembro de 2000 (de terça à sexta-feira).

Art.2º) O Ponto Facultativo instituído no Artigo 1º deste Decreto, ressaltando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal e seus respectivos Departamentos e Divisões.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
01 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª, P.M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.604 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2.000**

DECRETO Nº 2.604 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente a Lei Municipal nº 2.488 de 29 de novembro de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 152.700,00 (Cento e cinquenta e dois mil, setecentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0201 - Gabinete do Prefeito  
0200 - Gabinete do Prefeito  
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 4.000,00  
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0301 - Divisão Pessoal  
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 9.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Transferências a Fundos ..... R\$10.000,00  
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 2.200,00  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.200,00  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 4.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.200,00  
15.84.492.2010 - Contribuição ao PASEP  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3280.00 - Contribuição para formação do PASEP ..... R\$ 4.000,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 3.000,00  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 500,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.500,00  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 30.000,00  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 300,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3220.00 - Transferências Intergovernamentais  
3224.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais ..... R\$ 40.000,00  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3253.00 - Salário Família ..... R\$ 600,00  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 10.000,00  
08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 2.200,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência à Saúde  
15.81.483.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal



3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 12.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.000,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601- Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 2.000,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urb. Transp. e Obras  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$10.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 2.000,00  
 TOTAL ..... R\$152.700,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara Municipal de Vereadores  
 0101 - Câmara Municipal de Vereadores  
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 15.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 7.205,63  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00  
 01.01025.1001 - Conclusão do Prédio da Câmara  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 17.143,00  
 01.01.235.2002 - Bolsa Estudantil a Servidor  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 2.286,00  
 0202 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia de Gabinete  
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 6.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.950,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 114,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão de Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 3.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$10.000,00  
 3190.00 - Diversas Despesas de Custeio  
 3191.00 - Sentenças Judiciais ..... R\$ 300,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.08.030.2009 - Encargos e Amortização de Dívidas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$10.000,00

3190.00 - Diversas Despesas de Custeio  
 3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 224,49  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 137,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 2.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.1885.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.033,46  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.1003 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.557,73  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 4.549,00  
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré-Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 366,00



4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 5.121,00  
 0404 - Divisão de Cultura  
 08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.000,00  
 0405 - Divisão de Merenda Escolar  
 08.42.188.2021 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.143,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 133,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.143,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 10.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 5.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 101,00  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.427.2023 - Doação de Cestas Básicas a Carentes  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 315,90  
 15.81.483.2024 - Conselho Tutelar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.500,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 112,55  
 15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 3.000,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.14.080.1006 - Implantação do Horto Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 347,62  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 812,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.556,00  
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 23,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 6,16  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 751,65  
 0603 - Divisão de Turismo  
 11.65.363.2029 - Incentivo ao Turismo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 3.010,21  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 482,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 3.914,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 114,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planej., Transportes e Obras  
 0701 - Divisão de Frota Municipal  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 5.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 3.212,00  
 0703 - Divisão de Obras, Planej. e Serviços Públicos  
 10.60.325.2034 - Limpeza Pública e Coleta de Lixo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.035,60  
 TOTAL .....  
 R\$152.700,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 29 de Novembro de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/2000 em  
 \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 2.603 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2.000**

DECRETO Nº 2.603 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde	
13.13 - Fundo Municipal de Saúde	
13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$ 2.000,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 8.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos	
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 5.000,00
4000.00 - Despesa de Capital	
4100.00 - Investimentos	
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$ 5.000,00
TOTAL .....	R\$ 20.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde	
13.13 - Fundo Municipal de Saúde	
13.75.428.2001- Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos	
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$ 10.000,00
3200.00 - Transferências Correntes	
3250.00 - Transferências a Pessoas	
3259.00 - Outras Transferências a Pessoas .....	R\$ 10.000,00
TOTAL .....	R\$ 20.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.602 de 21 de Novembro de 2000**

DECRETO Nº 2.602 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 01/99, 02/99, 03/99, 04/99, 05/99, 06/99, 07/99, 08/99, 09/99, 10/99, 11/99 e 12/99, 01/2000, 02/2000, 03/2000, 04/2000, 05/2000, 06/2000, 07/2000, 08/2000, 09/2000, 10/2000, 11/2000, 12/2000, 13/2000, 14/2000, 15/2000, 16/2000, 17/2000, 18/2000 e 19/2000, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
21 de novembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº.2.416/99, em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.601 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.601 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Municipal nº 2.486 de 21 de novembro de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$147.374,50 (Cento e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e quatro reais, cinquenta centavos) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

0201 - Gabinete do Prefeito	
0200 - Gabinete do Prefeito	
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 2.000,00
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
0301 - Divisão Pessoal	
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	



3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 2.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.904,32  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3214.00 - Transferências a Fundos ..... R\$10.000,00  
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
 3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 2.200,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 15.84.492.2010 - Contribuição ao PASEP  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3280.00 - Contribuição para formação do PASEP ..... R\$ 4.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 751,74  
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.030,44  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 3.000,00  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 33.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3220.00 - Transferências Intergovernamentais  
 3224.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais ..... R\$ 40.000,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 10.500,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 200,00  
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 3.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 200,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0502 - Divisão de Assistência social à Comunidade  
 15.81.483.2024 - Conselho Tutelar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 500,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.  
 0601 - Divisão da Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 488,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urb. Transp. e Obras  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 32.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 600,00  
 TOTAL ..... R\$147.374,50

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 21 de novembro de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. MACHADO FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 2.600 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.600 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente a Lei Municipal nº 2.485 de 21 de novembro de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.703,33 (Sessenta mil, setecentos e três reais e trinta e três centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência Social  
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 37.703,33  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico



3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
 8.000,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 15.000,00  
 TOTAL ..... R\$  
 60.703,33

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.47.235.2014 - Bolsa Estudantil a Servidor  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$  
 553,82  
 0402 - Divisão do Ensino Fundamental  
 08.42.188.1003 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$  
 14.000,00  
 08.42.188.2016 - Manutenção Transporte Escolar Ensino Funda-  
 mental  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 46.149,51  
 TOTAL ..... R\$  
 60.703,33

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 21 de novembro de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. MACHADO FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99 em \_\_\_\_\_/  
 \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 2.599 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.599 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2000.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais nos dias 16 e 17 de novembro de 2000 (quinta feira) e (sexta feira).

Art.2º) O Ponto Facultativo instituído no Artigo 1º deste Decreto, ressalvando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal e seus respectivos Departamentos e Divisões.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 13 de novembro de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P.M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_\_/  
 \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 2.598 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.598 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.13 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.75.428.2001- Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil .....  
 .. R\$ 2.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.13 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária



3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
09 de novembro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.597 DE 30 DE OUTUBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.597 DE 30 DE OUTUBRO DE 2000.

HOMOLOGA AS PROPOSTAS APROVADAS EM PLENÁRIA NA "I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE" E APROVA A SUA INCLUSÃO NO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2001/2004..

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e Considerando:

- A habilitação do Município de Campo Alegre à Gestão Plena de atenção Básica do Sistema Único de Saúde, conforme NOB-SUS 01/96, de acordo com a PT/ms 2801 de 14 de maio de 1998 e as prerrogativas do Município;
- A Plenária Final da "I Conferência Municipal de Saúde que aprovou as propostas dos Grupos de Trabalho";
- A aprovação do plenário do Conselho Municipal de Saúde no dia 28 de outubro de 2000, devidamente registrado em ata;

Resolve:

Art.1º) homologar as propostas aprovadas em Plenário na "I Conferência Municipal de Saúde de CAMPO ALEGRE" e aprovar sua inclusão no Plano Municipal de Saúde 2001/2004, constantes do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
30 de outubro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE de Fª.P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº.2.416/99, em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Anexo único

DO DECRETO Nº 2.597 DE 30 DE OUTUBRO de 2000

Propostas Aprovadas na "I Conferência Municipal de Saúde de Campo Alegre" para inclusão no Plano Municipal de Saúde 2001/2004.

a) Aumentar os valores do PAB, de acordo com o censo do IBGE, para que os valores não fiquem defasados nos períodos entre os levantamentos não previstos pelo censo;

b) Propor que o Governo Municipal mantenha os investimentos, e que esses valores sejam aumentado gradativamente de maneira a contemplar a contratação de um maior número de médicos e ou um maior número de horas de atendimento;

c) Revisão do teto financeiro do FAE;

d) Redirecionar os investimentos, de maneira que a Secretaria Municipal de Saúde, tenha seu espaço físico ampliado para possibilitar o melhor atendimento.

e) Reavaliação da sistemática de classificação hospitalar, perante o cadastro de prestador de serviço em radiologia (especialidade) raios-X de coluna, de acordo com moção anexa.

f) Redistribuição do número de AIH's de acordo com as peculiaridades do município, referentes às condições geográficas e climáticas dos meses de maio a outubro, tendo em vista o inverno rigoroso e o aumento de internações hospitalares por doenças do aparelho respiratório.

Campo Alegre "SC", 30 de outubro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 2.596 DE 27 DE OUTUBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.596 DE 27 DE OUTUBRO DE 2000.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais no dia 03 de novembro de 2000 (sexta feira).

Art.2º) O Ponto Facultativo instituído no Artigo 1º deste Decreto, ressaltando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal e seus respectivos Departamentos e Divisões.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de outubro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P.M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_/\_\_\_\_



JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.595 DE 24 DE OUTUBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.595 DE 24 DE OUTUBRO DE 2000.  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais no dia \_27 de outubro de 2000 (sexta feira), a partir das 12:00 horas. (em comemoração ao dia do Servidor Público).

Art.2º) O Ponto Facultativo instituído no Artigo 1º deste Decreto, ressaltando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal e seus respectivos Departamentos e Divisões.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
24 de outubro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P.M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.594 de 24 de Outubro de 2000**

DECRETO Nº 2.594 DE 24 DE OUTUBRO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001- Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 400,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar

Sanitária

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 400,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de outubro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_ / \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.593 de 24 de Outubro de 2000**

DECRETO Nº 2.593 DE 24 DE OUTUBRO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº2.484 de 24 de outubro de 2000 :

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 22.743,58

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 2.200,00

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos ..... R\$ 2.320,03

3253.00 - Salário Família ..... R\$ 6,39

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 8.200,00

15.84.492.2010 - Contribuição ao PASEP

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3280.00 - Contribuição para formação do PASEP ..... R\$ 5.000,00



0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 8.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 200,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 5.000,00  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 33.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 580,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 10.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 100,00  
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 2.000,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0502 - Divisão de Assistência social à Comunidade  
 15.81.483.2024 - Conselho Tutelar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de serviços pessoais ..... R\$ 1.000,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.  
 0601 - Divisão da Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 4.500,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 150,00  
 16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e

Maquinários  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 112.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC" em, 24 de outubro de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
 Secretaria de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99 em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.592 DE 24 DE OUTUBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.592 DE 24 DE OUTUBRO DE 2000  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.483 de 24 de outubro de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir crédito suplementar no valor de R\$98.396,70 (noventa e oito mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 11.000,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 5.396,70  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3220.00 - Transferências Intergovernamentais  
 3224.00 - Transferências a Instituiç. Multigovernamentais ..... R\$ 35.000,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social



0501 - Divisão de Assistência Social  
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
 23.000,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
 24.000,00  
 TOTAL ..... R\$  
 98.396,70

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 300,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
 2.000,00  
 03.07.025.1002 - Restauração do Prédio da Prefeitura  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$  
 115,52  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3260.00 - Encargos da Dívida Interna  
 3261.00 - Encargos da Dívida Pública ..... R\$  
 2.500,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
 4351.00 - Amortização da Dívida Contratada ..... R\$  
 10.000,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 6.582,75  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.47.239.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
 2.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 3.000,00  
 08.47.235.2014 - Bolsa Estudantil a Servidor

3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$  
 4.000,00  
 0402 - Divisão do Ensino Fundamental  
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento Ensino Fund. Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 4.000,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 1.600,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$  
 2.224,25  
 0404 - Divisão da Cultura  
 08.48.246.1004 - Construção do Anfiteatro Municipal  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$  
 13.360,80  
 08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 3.000,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência Social  
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 8.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
 10.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 10.000,00  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.483.2024 - Conselho Tutelar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
 143,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 114,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$  
 57,00  
 15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 376,73  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico



0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.14.080.1006 - Implantação do Horto  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 3.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 457,00  
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 2.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.451,65  
 0602 - Divisão do Comércio e Indústria  
 11.62.346.2028 - Implantação e Ampliação do Parque Industrial  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4200.00 - Inversões Financeiras  
 4210.00 - Aquisição de Imóveis ..... R\$ 1.143,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 3.000,00  
 9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 9000.00 - Reserva de Contingência  
 9900.00 - Reserva de Contingência  
 9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 2.971,00  
 TOTAL ..... R\$98.396,70

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC" em, 24 de outubro de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P.M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99 em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 2.591 DE 04 DE OUTUBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.591 DE 04 DE OUTUBRO DE 2000.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais no dia 13 de outubro de 2000 (sexta feira).

Art.2º) O Ponto Facultativo instituído no Artigo 1º deste Decreto, ressaltando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal e seus respectivos Departamentos e Divisões.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 04 de outubro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P.M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 2.590 DE 28 DE SETEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.590 DE 28 DE SETEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.482 de 28 de setembro de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3214.00 - Contribuições a Fundos ..... R\$ 22.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2017 - Desenv. do Ensino Fundam. e Valoriz. do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3220.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3224.00 - Transfer. a Instituições Multigovernamentais ..... R\$ 10.000,00  
 TOTAL ..... R\$



32.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 10.000,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 16.91.575.1010 - Ação de Pavimentação  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$  
 22.000,00  
 TOTAL ..... R\$  
 32.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 28 de setembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/99 em \_\_\_\_\_/  
 \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 2.589 DE 11 DE SETEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.589 DE 11 DE SETEMBRO DE 2000  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
 PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA  
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPOSTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.46.224.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
 2.500,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 5.000,00  
 08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
 5.000,00  
 TOTAL: ..... R\$  
 12.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.46.224.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
 7.500,00  
 08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 5.000,00  
 TOTAL: ..... R\$ 12.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 11 de setembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 2.588 DE 11 DE SETEMBRO DE 2000

DECRETO Nº 2.588 DE 11 DE SETEMBRO DE 2000  
 CONVOCA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE  
 SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

Art.1º) Fica convocada a Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se em 27 e 28 de outubro de 2000, sob os auspícios da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º) O Tema Central da Conferência será "EFETIVANDO O SUS: ACESSO, QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE COM CONTROLE SOCIAL"

Art.3º) A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde, e na sua ausência ou impedimento eventual, pelo substituto.

Art.4º) Será expedido, mediante Portaria, regimento especial dispondo sobre a organização e funcionamento da Conferência Municipal de Saúde, a ser elaborado por comissão para esse fim designado pelo Titular da Pasta.

Art.5º) As despesas com a realização da Conferência Municipal de



Saúde, correrão a conata dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 11 de setembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/99 em \_\_\_\_\_/  
\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

### **Decreto Nº 2.587 de 11 de Setembro de 2000**

DECRETO Nº 2.587 DE 11 DE SETEMBRO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3200.00 - Transferências Correntes  
3220.00 - Transferências Intragovernamentais  
3224.00 - Transferências a Instituições Intragovernamentais  
..... R\$ 10.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Obrigações Patronais .....  
..... R\$ 10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de setembro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

### **DECRETO Nº 2.586 DE 01 DE SETEMBRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.586 DE 01 DE SETEMBRO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 18.951,70 (dezoito mil, novecentos e cinquenta e um reais e setenta centavos), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0404 - Divisão de Cultura  
08.48.246.1004 - Construção do Anfiteatro Municipal  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 18.951,70

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0404 - Divisão de Cultura  
08.48.246.1004 - Construção do Anfiteatro Municipal  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações .....  
..... R\$ 18.951,70

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de setembro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_



**DECRETO Nº 2.585 DE 30 DE AGOSTO DE 2000**

DECRETO Nº 2.585 DE 30 DE AGOSTO DE 2000.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais no dia 08 de setembro de 2000 (sexta feira).

Art.2º) O Ponto Facultativo instituído no Artigo 1º deste Decreto, ressaltando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal e seus respectivos Departamentos e Divisões.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
30 de agosto de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P.M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_

**DECRETO Nº 2.584 DE 24 DE AGOSTO DE 2000**

DECRETO Nº 2.584 DE 24 DE AGOSTO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001- Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 20.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 20.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de agosto de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**DECRETO Nº 2.583 DE 24 DE AGOSTO DE 2000**

DECRETO Nº 2.583 DE 24 DE AGOSTO DE 2000.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.442/99 de 15 de dezembro de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 1.200,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.500,00

0404 - Divisão de Cultura

08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família ..... R\$ 100,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras

0701 - Divisão de Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família ..... R\$ 1.000,00

TOTAL ..... R\$ 3.800,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes



3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 2.700,00  
 0404 - Divisão de Cultura  
 08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
 100,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras  
 0701 - Divisão de Frota Municipal  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
 1.000,00  
 TOTAL .....  
 R\$ 3.800,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 24 de agosto de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE Fª. P. M. FOITTE

Secretária Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/  
 \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## DECRETO Nº 2.582 DE 23 DE AGOSTO DE 2000

DECRETO Nº 2.582 DE 23 DE AGOSTO DE 2000.

REGULAMENTA O REGIMENTO INTERNO  
 DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.400 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei Municipal nº 2.478 de 16 de agosto de 2000; Resolve:

Art.1º) Regular o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Campo Alegre, aprovado pelos Conselheiros e membros da Diretoria do respectivo Conselho, passa a ter a redação constante do anexo único deste Decreto.

Regimento Interno do Conselho de Alimentação  
 Escolar do Município de Campo Alegre.

### CAPÍTULO I DAS FINALIDADES DO CONSELHO

Art.1º) - O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, tem como finalidade assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e Ensino Fundamental, mantidos pelo município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I - Fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos destinados à Merenda Escolar.

II - Promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do município,

sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos In Natura.  
 III - Orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região.

IV - Articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais.

V - Fixar critérios para a distribuição da Merenda Escolar nos estabelecimentos de Ensino Municipais.

VI - Articular-se com as escolas municipais conjuntamente com os órgãos da educação do município, motivando-as na criação de hortas escolares.

VII - Realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação.

VIII - Realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-se em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar.

IX - Exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados a distribuição nas escolas, assim como limpeza dos locais de armazenamento.

X - Realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que diz respeito aos seus efeitos sobre a alimentação.

XI - Promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas municipais.

XII - Acompanhar a aplicação dos recursos transferidos pelo FNDE à conta do PNAE.

XIII - Orientar na aquisição de alimentos para o PNAE, assessorar a comissão de licitação na seleção dos fornecedores e de produtos de boa qualidade, observando as normas fixadas no § 2º do art. 3º da Resolução nº 002 de 21.01.99.

XIV - Apreçar e votar, em sessão aberta ao Público, o plano de ação da Entidade Executora quanto à aplicação dos recursos para PNAE, bem como a prestação de contas a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo.

XV - Divulgar todos os recursos financeiros recebidos pelo FNDE em locais públicos tais como: mural de escolas, mural de igrejas, postos de saúde, rádio local, jornais comunitários e outros.

XVI - Receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as Prestações de Contas do PNAE encaminhadas pelo município.

### CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art.2º) O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - um representante do Poder Executivo, indicado pelo chefe deste Poder;

II - um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;

III - dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;

IV - dois representantes de pais de alunos, indicados pelas Associações de Pais e Professores;

V - um representante de outro segmento da sociedade civil.

Parágrafo Primeiro - A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

Parágrafo Segundo - Os representantes serão nomeados por Decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo Terceiro - O exercício de mandato de Conselheiro será gratuito e terá a duração de dois anos, podendo ser reconduzido.

Parágrafo Quarto - O Conselho elegerá entre seus membros, o Presidente



### CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art.3º) - São atribuições do Presidente:

I - Coordenar as atividades do Conselho.

II - Convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros.

III - Organizar a ordem do dia das reuniões.

IV - Determinar a verificação da presença dos Conselheiros.

V - Assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho.

VI - Agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais deve ter relações.

VII - Representar o Conselho ou delegar a representação.

VIII - Solicitar assessoramento da Consultoria Jurídica do município, quando necessário, bem como solicitar ao Poder Executivo, Assessoria Técnica de acordo com as matérias em estudo.

IX - Cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei e deste Regimento.

### CAPÍTULO IV DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art.4º) - Compete aos Membros do Conselho:

I - Participar de todas as discussões e deliberações do Conselho.

II - Votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho.

III - Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem.

IV - Comparecer às reuniões na hora pré-fixada.

V - Desempenhar as funções para as quais for designado.

VI - Relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo Presidente.

VII - Justificar seu voto quando for o caso.

VIII - Assinar as atas das reuniões do Conselho.

IX - Obedecer às ordens regimentais.

### CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art.5º) - As reuniões serão:

I - Ordinárias, uma vez por mês, em datas definidas previamente.

II - Extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 hs, pelo Presidente do Conselho ou por solicitação de um terço de seus membros.

III - Todas as reuniões do Conselho serão públicas e precedidas de divulgação.

IV - O Conselho se reunirá observando-se o "quorum" de metade mais um de seus membros; e

V - Se, após 30 (trinta) minutos da hora marcada para o início da reunião, não houver "quorum" suficiente, o Presidente do Conselho marcará nova reunião a qual será realizada com qualquer número de membros.

Art.6º) - As Sessões terão os seguintes procedimentos:

I - Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior.

II - Apresentação e discussão dos itens da pauta previstos para a reunião.

III - Apresentação de matérias extra-pauta; e

IV - Encerrada a discussão, as matérias do dia serão submetidas à votação simbólica ou nominal, com base no voto da maioria simples dos presentes.

Art.7º) - Este Regimento Interno poderá ser revisto e reformulado pelo voto de dois terços de seus membros, sempre que houver necessidade de inclusão de aspectos considerados essenciais.

Art.8º) - Os casos omissos no presente Regimento Interno serão resolvidos mediante deliberação dos membros do Conselho.

### CAPÍTULO VI DAS DECISÕES

Art.9º) - As decisões do Conselho de Alimentação Escolar serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art.10º) - As decisões do Conselho serão registradas em ata.

### CAPÍTULO VII DAS ATAS

Art.11º) - As Atas devem ser redigidas em livro próprio, com as páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho e numeradas tipograficamente.

§ 1º - A Ata é o resumo das ocorrências verificadas nas Reuniões do Conselho.

§ 2º - As Atas devem ser escritas seguidamente, sem rasuras ou emendas.

### CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.12º) - As decisões do Conselho que criam despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros disponíveis.

Art.13º) - Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho.

Art.14º) - Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art.2º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.495 de 01 de junho de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de agosto de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_\_/  
\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

### **DECRETO Nº 2.581 DE 22 DE AGOSTO DE 2000**

DECRETO Nº 2.581 DE 22 DE AGOSTO DE 2000.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.400 de 04/05/99, alterada pela Lei Municipal nº 2.478 de 16 de agosto de 2000, em seu Artigo 2º e parágrafo I; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Maria Maurene Ottvagen May

Suplente: Leila Herbst Franco Martins

II - Representantes do Poder Legislativo Municipal:

Titular: Lauro Batista Moreira



Suplente: Alvino Sell

### III - Representantes de Professores:

Titular: José Carlos Nenevê Cordeiro

Suplente: Iliane Kotovicz Lepeck

Titular: Maria Ivone Munhoz

Suplente: Sirley Drancka de Souza Freitas

### IV - Representantes de Pais e Alunos:

Titular: Lucimara Prestes de Souza Idalêncio

Suplente: Gilberto Hélio Petris

Titular: Rosane Gspiela Santos Cubas

Suplente: Verônica Gorniack Schroeder

### V - Representantes de Outros Segmentos da Sociedade Civil:

Titular: Araci Ruppel

Suplente: Sandra Maria Pereira Dana

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.550 de 13 de março de 2000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de agosto de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Decreto Nº 2.580 de 22 de Agosto de 2000

DECRETO Nº 2.580 DE 22 DE AGOSTO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.480 de 22 de agosto de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação de Atividades Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos .....

..... R\$ 2.400,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível .....

..... R\$ 7.000,00

0403 - Divisão do Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível .....  
.... R\$ 22.000,00

0700 - Secret. Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.

0701 - Divisão da Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão.

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível .....

... R\$ 46.000,00

TOTAL .....

..... R\$ 77.400,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
22 de agosto de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e Registrado na forma da Lei nº 2.416/99  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### DECRETO Nº 2.579 DE 24 DE AGOSTO DE 2000

DECRETO Nº 2.579 DE 22 DE AGOSTO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.479 de 22 de agosto de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 193.500,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
23.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
23.000,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 5.000,00



0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 3.000,00  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2017 - Desenv. do Ensino Fund. e Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 67.000,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 6.500,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência Social  
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 55.000,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenv. Econômico  
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa Desenv. Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 11.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 193.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia do Gabinete  
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 6.488,50  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 290,99  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 5.000,00  
 4200.00 - Investimentos Financeiros  
 4260.00 - Const. ou Aum. Cap. Empr. Comerc. ou Finan. R\$ 500,00  
 03.07.471.2006 - Ticket Alimentação para Servidores  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5.747,48  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3190.00 - Diversas Despesas de Custeio  
 3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 5.489,51  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 5.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.47.239.2015 - Transporte Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 24.512,52  
 0402 - Divisão do Ensino Fundamental  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4200.00 - Investimentos Financeiros  
 4260.00 - Const. ou Aum. Cap. Emp. Comerc. ou Finan. R\$ 500,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência Social  
 13.75.025.1005 - Const. Ampliação e Reforma de Postos de Saúde  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 20.572,00  
 13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 40.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 5.000,00  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.483.2024 - Conselho Tutelar  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 3.857,00  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 5.429,00  
 15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 571,00  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.143,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.14.080.1006 - Implantação do Horta  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 1.143,00  
 04.17.103.2026 - Continuidade do Projeto Quiriri  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.143,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 2.286,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.143,00  
 0603 - Divisão de Turismo  
 11.65.363.2029 - Incentivo ao Turismo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio



3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 1.771,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 114,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 40.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 571,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 5.000,00  
 0703 - Divisão de Obras, Planejamento e Serviços Públicos  
 09.51.020.1011 - Eletrificação Urbana e Rural  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4320.00 - Transferências Intragovernamentais  
 4324.00 - Transferências a Instit. Multigovern ..... R\$ 3.857,00  
 10.60.325.2034 - Limpeza Pública e Coleta de Lixo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5.000,00  
 13.76.448.2035 - Implantação do Aterro Sanitário  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 1.371,00  
 TOTAL ..... R\$ 193.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 22 de agosto de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e Registrado na forma da Lei nº 2.416/99 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **DECRETO Nº 2.578 DE 10 DE AGOSTO DE 2000**

DECRETO Nº 2.578 DE 10 DE AGOSTO DE 2000.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
 ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.442/99 de 15 de dezembro de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão de Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração  
 3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3214.00 - Contribuições a Fundos ..... R\$ 7.000,00  
 3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 3.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 10.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão de Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 10 de agosto de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto Nº 2.577 de 09 de Agosto de 2000**

DECRETO Nº 2.577 DE 09 DE AGOSTO DE 2000.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
 ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.442/99 de 15 de dezembro de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.486.2025 - Gestão Administrativa de Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 12.000,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras.  
 0702 - Divisão de Transportes  
 16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos veículos e maquinários  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 6.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 18.000,00



Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.486.2025 - Gestão Administrativa de Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3100.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil .....  
 R\$ 6.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 R\$ 3.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 R\$ 3.000,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras.  
 0702 - Divisão de Transportes  
 16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos veículos e maquinários  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 . R\$ 6.000,00  
 TOTAL .....  
 . R\$ 18.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 09 de agosto de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto Nº 2.576 de 21 de Julho de 2000**

DECRETO Nº 2.576 DE 21 DE JULHO DE 2000  
 ADMITE ÍNDICES URBANÍSTICOS PARA USO DO SOLO NA ZRT

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Resolve:

Art.1º) Ficam admitidos, para uso tolerado do solo na Zona Residencial de Lazer e Turismo, o Gabarito Máximo de T + 05 (cinco) pavimentos para unidades multifamiliares.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 21 de julho de 2000.  
 EVALDO TABBERT  
 Prefeito Municipal em Exercício

MARLENE DE Fª P. MACHADO FOITTE  
 Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto Nº 2.575 de 19 de Julho de 2000**

DECRETO Nº 2.575 DE 19 DE JULHO DE 2000.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.442/99 de 15 de dezembro de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.359,00 (um mil, trezentos e cinquenta e nove reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:  
 0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras.  
 0701 - Divisão de Frota Municipal  
 16.91.575.1009 - Obras e Instalações  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 .. R\$ 1.359,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 9000.00 - Reserva de Contingência  
 9900.00 - Reserva de Contingência  
 9990.00 - Reserva de Contingência .....  
 .. R\$ 1.359,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 19 de julho de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto Nº 2.574 de 10 de Julho de 2000**

DECRETO Nº 2.574 DE 10 DE JULHO DE 2000  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, Inciso III; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 ..... R\$ 1.200,00



Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....  
..... R\$ 1.200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de Julho de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **DECRETO Nº 2.573 DE 06 DE JULHO DE 2000**

DECRETO Nº 2.573 DE 06 DE JULHO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.442 /1999 de 15 de dezembro de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Chefia do Gabinete  
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 3.150,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão do Ensino Fundamental  
08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3253.00 - Salário Família ..... R\$ 1.700,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3253.00 - Salário Família ..... R\$ 750,00

TOTAL ..... R\$ 5.600,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Chefia do Gabinete  
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 3.150,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão do Ensino Fundamental  
08.42.188.2017 - Desenvolvimento Ensino Fund. e Valorização do Magistério  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.700,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 750,00  
TOTAL ..... R\$ 5.600,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
06 de Julho de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **DECRETO Nº 2.572 DE 30 DE JUNHO DE 2000**

DECRETO Nº 2.572 DE 30 DE JUNHO DE 2000.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.475 de 30 de Junho de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 34.633,02 (trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e três reais e dois centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0701 - Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Públicos  
0701 - Divisão de Frota Municipal  
10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
3000.00 - Despesas de Custeio  
3100.00 - Despesas Correntes



3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 .....R\$ 14.000,00  
 16.91.575.1009 - Obras e Instalações em Geral  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimento  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 ..... R\$ 8.633,02  
 16.91.575.1010 - Ação da Pavimentação  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimento  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 ..... R\$ 12.000,00  
 TOTAL .....  
 ..... R\$ 34.633,02

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão de Pessoal  
 03.07.021.2005 - Eventos Comemorativos ao Aniversário  
 4000.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material Consumo .....  
 .....R\$ 10.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 .....R\$ 5.189,28  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 .... R\$ 10.000,00  
 03.07.472.2007 - Ticket Combustível para Servidores  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 ..... R\$ 5.358,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão Apoio Administrativo  
 08.43.197.2012 - Bolsa Estudantil do 2º Grau Técnico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes .....  
 ..... R\$ 3.429,00  
 08.47.235.2014 - Bolsa Estudantil a Servidor  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências à Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante .....  
 .....R\$ 656,74  
 TOTAL .....  
 ..... R\$ 34.633,02

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 30 de Junho de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE de Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## DECRETO Nº 2.571 DE 30 DE JUNHO DE 2000

DECRETO Nº 2.571 DE 30 DE JUNHO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.472 de 30 de Junho de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia do Gabinete  
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 8.500,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil .....  
 R\$10.000,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 15.84.492.2010 - Contribuição ao PASEP  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3280.00 - Contribuição para formação do PASEP ..... R\$ 6.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 3.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 7.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos .....  
 R\$ 3.000,00  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 25.000,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 8.000,00  
 08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré



- Escolar	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$ 2.000,00
3200.00 - Transferências Correntes	
3250.00 - Transferências a Pessoas	
3253.00 - Salário Família .....	R\$ 200,00
0404 - Divisão da Cultura	
08.48.246.1004 - Construção do Anfiteatro Municipal	
4000.00 - Despesas de Capital	
4100.00 - Investimentos	
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$75.000,00
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade	
15.81.486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos	
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$ 3.000,00
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 8.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos	
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$ 1.000,00
0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.	
0701 - Divisão da Frota Municipal	
10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 25.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos	
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 10.000,00
0702 - Departamento de Transporte	
16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Maquinários	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 5.300,00
TOTAL .....	R\$200.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência	
9099 - Reserva de Contingência	
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações	
9000.00 - Reserva de Contingência	
9900.00 - Reserva de Contingência	
9990.00 - Reserva de Contingência .....	R\$200.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
30 de Junho de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE de F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei 2.416/99,  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

### **Decreto Nº 2.570 de 30 de Junho de 2000**

DECRETO Nº 2.570 DE 30 DE JUNHO DE 2000

"REGULAMENTA E DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO."

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.303 de 17 de março de 1998, Lei Municipal 2.410/99 de 10 de junho de 1999, e com a Resolução Federal nº 03 de 13 outubro de 1997, DECRETA:

Art. 1º O progresso funcional de que trata o art. 17 da Lei Municipal 2.410 de 10 de junho de 1999, destina-se aos profissionais do magistério e ocorrerá dentro do mesmo cargo, após o cumprimento do estágio probatório, nos respectivos níveis e referências, de acordo com a habilitação da seguinte forma:

I - pela progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação;

II - pela progressão por desempenho;

III - por nova habilitação ou titulação;

Art. 2º A progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação ocorrerá a cada dois anos de forma horizontal de uma referência para outra imediatamente superior ou de forma vertical conforme o caso, no mês de fevereiro.

Art.3º A progressão por desempenho deverá avaliar o membro do magistério no cumprimento de suas atribuições levando em consideração os seguintes critérios:

I - qualidade e produtividade no trabalho.

II - iniciativa e presteza.

III - aproveitamento em programas de capacitação.

IV - administração do tempo e uso adequado dos equipamentos de serviço.

V - assiduidade e pontualidade.

§ 1º O profissional do magistério será submetido a avaliação permanente efetivada pelo Secretário Municipal de Educação e sua respectiva equipe técnica pedagógica, administrativa. Esta avaliação será registrada em formulário próprio, conforme os critérios estabelecidos no caput deste artigo e anexo único deste Decreto.

§ 2º Perderá o direito à Progressão por desempenho membro do magistério, que não alcançar, na avaliação final, nota 05 (cinco),



na escala de 01 (um) a 10 (dez) em qualquer dos itens estabelecidos no caput deste artigo, conforme anexo único deste Decreto.

§ 3º O membro do magistério que não atender as exigências do parágrafo anterior, deverá se submeter as orientações Pedagógicas e Administrativas estabelecidas pelo órgão competente, conforme Lei Municipal 2410/99, em seu artigo 22.

Art. 4º A progressão funcional por desempenho fica prejudicado quando o membro do magistério, durante o período aquisitivo, sofrer uma das seguintes penalidades:

I - somar duas penalidades de advertência.

II - sofrer penalidade suspensão disciplinar.

III- completar três faltas injustificadas ao serviço.

IV- somar cinco chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização da chefia.

Art. 5º A progressão por nova habilitação ou titulação ocorrerá anualmente no mês de julho em nível seqüencial de habilitação ou titulação, desde que não implique em mudança de área de ensino, atuação, formação e cargo conforme os critérios:

I - do nível 1 para o nível 3 - somente após conquistar o Nível / Referência 1B;

II - do nível 3 para o nível 5 - somente após conquistar o Nível/ Referência/ 3D

§ 1º Terão direito a progressão de que trata o caput deste artigo todos os profissionais do magistério que preencherem os requisitos previstos em Lei.

§ 2º A primeira progressão de que trata este artigo será efetuada no ano dois mil, através de edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de junho de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº 2.569 DE 26 DE JUNHO DE 2000**

DECRETO Nº 2.569 DE 26 DE JUNHO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, Inciso III; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 2.602,00 (Dois mil seiscentos e dois reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes .....

..... R\$ 2.602,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....

R\$ 2.602,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de Junho de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **Decreto Nº 2.568 de 13 de Junho de 2000**

DECRETO Nº 2.568 DE 13 DE JUNHO DE 2000.  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais no dia 22 de junho de 2000 (sexta feira).

Art.2º) O Ponto Facultativo instituído no Artigo 1º deste Decreto ressalvando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal seus respectivos Departamentos e Divisões.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
13 de junho de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P.M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/  
\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Errata Pregão 99/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
ERRATA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 99/2014  
MODALIDADE PREGÃO (presencial)

Considerando que no dia 27/10/2014 é ponto facultativo na Prefeitura Municipal de campo Alegre/SC, ALTERA-SE a data de abertura do Pregão 99/2014, conforme abaixo:

1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 29/10/2014, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO  
DIA: 29/10/2014  
HORA: 10 HORAS  
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 29/10/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 29/10/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até as 09 horas e 30 minutos do dia 29 de outubro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

As demais disposições do edital do processo licitatório epigrafo permanecem inalterados e em vigor, inclusive a data de abertura.

Campo Alegre, 20 de outubro de 2014.  
MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
PREGOEIRA

**Errata Pregão 102/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
ERRATA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 102/2014  
MODALIDADE PREGÃO (presencial)

Considerando que no dia 28/10/2014 é feriado, ALTERA-SE a data de abertura do Pregão 102/2014, conforme abaixo:

1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 29/10/2014, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO  
DIA: 29/10/2014  
HORA: 14 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

4.5.2- A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 29/10/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, mediante apresentação da cópia e dos originais.

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 5.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 29 de outubro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, mediante apresentação da cópia e dos originais.

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 29 de outubro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

As demais disposições do edital do processo licitatório epigrafo permanecem inalterados e em vigor, inclusive a data de abertura.

Campo Alegre, 20 de outubro de 2014.  
MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
PREGOEIRA

**Aditivo Contratual Nº 69/2014**

MUNICÍPIO CAMPO ALEGRE-SC  
ADITIVO CONTRATUAL Nº. 69/2014  
MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO  
Considerando o a solicitação da empresa Eko Supermercado Epp; Considerando a composição do preço, após aumento do valor, apresentado pela empresa contratada Eko Supermercado Epp; Considerando o Parecer Jurídico às fls 117 a 120 do PL Pregão 11/2014

ALTERA-SE o valor do quilo do musculo bovino, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando de R\$11,86 para R\$ 15,78.

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 24/2014 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS) QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EKO SUPERMERCADO EPP.

Pelo presente instrumento particular de contrato de aquisição de gêneros alimentícios perecíveis que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, cidade de Campo Alegre-SC, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.749/0001-77, representado pela Secretária Municipal de Administração Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa EKO SUPERMERCADO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 08.087.295/0001-97, estabelecido na Rua Castelo Branco, 547 na cidade de São Bento do Sul/SC, representada por Elton Izel Drechsler, CPF 920.586.399-87, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, (em decorrência ao Processo Licitatório nº 11/2014, modalidade Pregão, na forma presencial), passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro o valor do quilo músculo bovino passa de R\$ 11,86 para R\$ 15,78, a partir desta data.

Esta alteração se faz nos moldes do inciso II, "d", Art. 65, da Lei Federal 8.666/93, e alterações.



As demais cláusulas do contrato nº 24/2014, permanecem inalteradas e em vigor até a data de 31/12/2014.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 10 de setembro de 2014.  
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária de Administração

EKO SUPERMERCADO LTDA  
Contratada

#### **Aditivo Contratual Nº 71/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 71/2014.

Considerando a prorrogação do contrato nº 78/2010, NONO ADITIVO DE CONTRATO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA, as partes acordam o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVOS**

Acréscimo de 4.965 cm<sup>2</sup> (quatro mil, novecentos e sessenta e cinco centímetros quadrados), para prestação de serviços de publicidade legal (obrigatória) e institucional (divulgação de atos e ações) da Administração Pública Municipal de Campo Alegre-SC, em jornal com circulação local (no Município de Campo Alegre), com frequência mínima de 6 (seis) edições semanais, de acordo com as solicitações do Município. O valor unitário é de R\$ 1,19 (um real e dezenove centavos), perfazendo o valor de R\$ 5.908,35 (cinco mil, novecentos e oito reais e trinta e cinco centavos).

#### **CLAUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 78/2010 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 26 de setembro de 2014.  
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA  
Contratada

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 72/2014

Objeto: O objeto do presente contrato constitui-se na locação de imóvel para sede da Secretaria Municipal de Educação, em terreno urbano com área de 1057,90m<sup>2</sup>, localizado na Rua Cel. Bueno Franco, nº 167, Centro, com casa mista de 201m<sup>2</sup>, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo de Dispensa de Licitação nº. 97/2014.

Dotação orçamentária: 3.3.90.36.00.00.00.00 (68) - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - Serviço de Apoio Administrativo a Educação - Secretaria Municipal de Educação.

Vigência: 29/09/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).

Contratado: PAULO BASTSCH

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 73/2014

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra, para Fornecimento de material e mão de obra para execução de poço artesiano para auxiliar no abastecimento de água na ETA - Estação de Tratamento da unidade do centro (Reservatório C2, localizado no início da Rodovia Municipal 040), descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº. 56/2014.

Dotação orçamentária: • Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal Saneamento Ambiental; Unidade: 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 - Saneamento; Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano; Programa: 0077 - ÁGUAS DE CAMPO ALEGRE; Projeto: 2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações; Recurso: 00.02.0864 - Convênio Estado -; Código Reduzido 389; Valor Estimado R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais). Os recursos são provenientes do Convênio 6.128/2012-0 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra, R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) + contrapartida com recursos próprios (Municipal) R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). Vigência: 29/09/2014 a 28/11/2014.

Do valor total: R\$ 31.601,93 (Trinta e um mil, seiscentos e um reais e noventa e três centavos).

Contratado: PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 74/2014

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra, para Fornecimento de material e mão de obra para execução de poço artesiano para auxiliar no abastecimento de água na ETA - Estação de Tratamento da unidade do centro (Reservatório C2, localizado no início da Rodovia Municipal 040), descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº. 56/2014.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal Saneamento Ambiental; Unidade: 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 - Saneamento; Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano; Programa: 0077 - ÁGUAS DE CAMPO ALEGRE; Projeto: 2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações; Recurso: 00.02.0864 - Convênio Estado -; Código Reduzido 389; Valor Estimado R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais). Os recursos são provenientes do Convênio 6.128/2012-0 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra, R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) + contrapartida com recursos próprios (Municipal) R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). Vigência: 29/09/2014 a 28/11/2014.

Do valor total: R\$ 9.750,82 (Nove mil, setecentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos).

Contratado: PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 75/2014

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Arte Especial, consistindo em 01 PONTILHÃO/GALERIA, pré-fabricada, com 5 metros de extensão. A obra será executada na localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre - SC, transpondo o Rio Bateias, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº. 89/2014.

Dotação orçamentária: • Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 - Urbanismo; Subfunção: 452 - Serviços Urbanos; Programa: 45 - Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros; Projeto: 2.023- Vias Públicas e Logradouros; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações; Recurso: 0896 - Recursos Ordinários.

Vigência: 01/10/2014 a 30/12/2014.

Do valor total: R\$ 170.528,31 (Cento e setenta mil, quinhentos e vinte e oito reais e trinta e um centavos).

Contratado: ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**ADITIVO CONTRATUAL Nº 76/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 76/2014

Considerando o pedido da Secretaria Municipal de Educação, através da Requisição nº 0332, de 01 de outubro de 2014, para o acréscimo de quantitativo ao Contrato nº 21/2014 (originado do processo licitatório nº 4/2014, Pregão) para adequação do calendário escolar 2014, resolve:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA ASS TURISMO LTDA. - ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa ASS TURISMO LTDA. - ME (CNPJ: 82.342.510/0001-01), as partes acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVO**

Acresce 18.935 KM (dezoito mil, novecentos e trinta e cinco quilômetros) ao Contrato nº 21/2014 (transporte escolar para o exercício 2014), no valor unitário de R\$ 4,57 (quatro reais e cinquenta e sete centavos), totalizando o acréscimo em R\$ 86.532,95 (oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos), a dotação orçamentária para o empenhamento da despesa é a nº "79" do orçamento vigente.

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações.

As demais cláusulas do contrato nº 21/2014 permanecem inalteradas e em vigor até a data de 31/12/2014.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 03 de outubro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Contratante

ASS TURISMO LTDA. - ME

Contratada

**Aditivo Contratual Nº 77/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 70/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 050PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 43/2014 (originado do Processo Licitatório nº 98/2013, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 43/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 43/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 43/2014 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias até o dia 06 de dezembro de 2014, contando a



partir de 14 de outubro.

#### Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 43/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 09 de outubro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração  
CONTRATANTE

PAULO JOSÉ DA SILVA JUNIOR

A.R.G. IDUSTRIAL LTDA  
CONTRATADA

#### Decreto Nº 2.567 de 13 de Junho de 2000

DECRETO Nº 2.567 DE 13 DE JUNHO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de Dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente, valor de R\$ 99.980,00 (noventa e nove mil, novecentos e oitenta reais), para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias:

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Chefia do Gabinete  
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....  
R\$ 6.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3230.00 - Transferências à Instituições Privadas  
3233.00 - Contribuições Correntes .....  
R\$ 3.000,00  
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0301 - Divisão de Pessoal  
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
R\$ 1.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
3214.00 - Contribuições a Fundos .....  
R\$10.000,00  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos .....  
.. R\$ 380,00  
0303 - Divisão do Controle Fazendário  
03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....

R\$15.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
5.000,00  
15.84.492.2010 - Contribuição ao Pasep  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Contribuições Correntes  
3280.00 - Contribuição para Formação do Pasep ..... R\$  
5.000,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
3.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos .....  
R\$ 1.000,00  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
8.000,00  
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$  
2.500,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
100,00  
0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras  
0701 - Divisão de Frota Municipal  
10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....  
R\$40.000,00  
TOTAL .....  
..... R\$99.980,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o Recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.  
9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$  
99.980,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
13 de junho de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal



MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto Nº 2.566 de 01 de Junho de 2000**

DECRETO Nº 2.566 DE 01 DE JUNHO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde  
13.13 - Fundo Municipal de Saúde  
13.75.428.2001- Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 15.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde  
13.13 - Fundo Municipal de Saúde  
13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 15.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de junho de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **DECRETO Nº 2.565 DE 01 DE JUNHO DE 2000**

DECRETO Nº 2565 DE 01 DE JUNHO DE 2000.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.467 de 01 de junho de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 235.000,00 (Duzentos e trinta e cinco mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras.  
0701 - Divisão de Frota Municipal  
16.91.575.1010 - Ação de Pavimentação  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações .....  
.. R\$235.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência .....  
. R\$235.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
02 de junho de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **DECRETO Nº 2.564 DE 26 DE MAIO DE 2000**

DECRETO Nº 2564 DE 26 DE MAIO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.464 de 26 de maio de 2000; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar por conta de Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 181.000,00 (Cento e oitenta e um mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

0700 - Secret. Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
0701 - Divisão da Frota Municipal  
16.91.575.1009 - Obras e Instalações e Geral.  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações em Geral ..... R\$ 181.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto,



correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
26 de maio de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto Nº 2.563 de 20 de Maio de 2000**

DECRETO Nº 2.563 DE 20 DE MAIO DE 2000.

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE CONCURSO PÚBLICO 01/98.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37 inciso 3º da Constituição Federal, e Artigo 71 inciso 7º da Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado por mais 2 (dois) anos o prazo de validade do Concurso Público Municipal nº 001/96, a partir de 20 de Maio de 2000, inspirando o prazo em 20 de Maio de 2002.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
20 de Maio de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE Fª. P.M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### **DECRETO Nº 2.562 DE 19 DE MAIO DE 2000**

DECRETO Nº 2.562 DE 19 DE MAIO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de Dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), para reforçar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3214.00 - Contribuição a Fundos .....

R\$15.000,00

0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras

0701 - Divisão de Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....

R\$30.000,00

TOTAL ..... R\$45.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o Recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$  
45.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
19 de maio de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto Nº 2.561 de 15 de Maio de 2000**

DECRETO Nº 2.561 DE 15 DE MAIO DE 2000.

DECRETA LUTO OFICIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, amparado no inciso III, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica Decretado, luto oficial nos dias 15 e 16 de maio de 2000, em virtude do falecimento de SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON, Ex. Diretora do Departamento de Ensino Fundamental do Município, pessoa que ao longo, de sua vida muito contribuiu com o aprimoramento da Educação Municipal.

Art.2º) Em virtude do luto oficial, fica instituído Ponto Facultativo em todo Serviço Público Municipal no dia 16 de maio de 2000.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor em data de 15 de maio de 2000.o.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de Maio de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.



**DECRETO Nº 2.560 DE 25 DE ABRIL DE 2000**

DECRETO Nº 2.560 DE 25 DE ABRIL DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001- Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 20.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 20.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de abril de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 83/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de outubro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para aquisição de diversos equipamentos (fogão a gás, amassadeira, freezer, refrigerador, lavadora) para as escolas, CMEI Centros de Educação Infantil e para a Secretaria de Educação do município,

conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, CNPJ: 09.053.748/0001-27, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 83/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	02	UN	Fogão 4 bocas automático, forno autolimpante, bivolt, atendimento automático total, forno autolimpante, puxador de metal, vidro total na porta do forno, grade fixa no forno com 2 regulagens de altura, mega chama 3000w (5 bocas), 2 queimadores família, queimadores esmaltados, tampa de vidro sem puxador, trempe mesa dupla, mesa em aço inox sobrepostos, manipuladores removíveis, válvula de segurança no forno, pés altos.	R\$ 370,00	R\$ 740,00
04	03	UN	Lavadora de roupa, display digital, capacidade mínima de roupa seca: 10kg, elimina fiapos, mínimo de 20 programas, entrada e saída automática de água, enxágue duplo, sistema de lavagem agitação, alimentação 220V, lava edredon, velocidade de centrifugação 775 rpm com função amaciante e tira manchas.	R\$ 1.398,00	R\$ 4.194,00
VALOR TOTAL					R\$ 6.315,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA  
Representante legal



**Decreto Nº 2.559 de 24 de Abril de 2000**

DECRETO Nº 2.559 DE 24 DE ABRIL DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de Dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$85.500,00 (oitenta e cinco mil reais), para reforçar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Chefia do Gabinete  
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3280.00 - Contribuição para formação do PASEP ..... R\$ 5.000,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 5.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5.000,00  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
5.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3259.00 - Assistência a Indigentes ..... R\$ 2.000,00  
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
4.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5.000,00  
0603 - Divisão de Turismo  
0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras  
0701 - Divisão de Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$20.000,00  
16.91.575.1009 - Obras e Instalações em Geral  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$15.500,00  
0702 - Divisão de Transportes  
16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Maquinários  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00  
16.88.534.2033 - Conservação de Estradas do Interior  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$10.000,00  
TOTAL ..... R\$85.500,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o Recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 85.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
24 de abril de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Decreto Nº 2.558 de 12 de Abril de 2000**

DECRETO Nº 2.558 DE 12 DE ABRIL DE 2000.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Fica instituído PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais no dia 20 de abril de 2000, ressaltando-se as necessidades emergenciais de cada órgão da Administração Municipal.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
12 de abril de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_\_/  
\_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 83/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de outubro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para aquisição de diversos equipamentos (fogão a gás, amassadeira, freezer, refrigerador, lavadora) para as escolas, CMEI Centros de Educação Infantil e para a Secretaria de Educação do município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ALCI N. BECKER & CIA LTDA, CNPJ: 07.052.779/0001-38, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 83/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	02	UN	Amassadeira lenta capacidade de 25 kg de massa pronta, tacho basculante, monofásica, motor 3/4NR12 e Inmetro com entrega e montagem gratuita nas escolas: Maria José Bernardes - Centro e Escola Paulo Fuckner - Bateias de Cima	R\$ 2.694,00	R\$ 5388,00

03	02	UN	Freezer vertical mínimo de 173 litros, 1 porta, puxadores externos, pés niveladores, 220 v, cestos removíveis, gavetas, gaveta extra fria, consumo aproximado de energia: 43,3 kwh/mês	R\$ 1.837,00	R\$ 3.674,00
VALOR TOTAL					R\$ 9.062,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Pregoeira

ALCI N. BECKER &amp; CIA LTDA

Representante legal

**Ata de Registro de Preços Nº 30/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 83/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de outubro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para aquisição de diversos equipamentos (fogão a gás, amassadeira, freezer, refrigerador, lavadora) para as escolas, CMEI Centros de Educação Infantil e para a Secretaria de Educação do município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa BMR CONDICIONADORES DE AR, CNPJ: 16.677.803/0001-15, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 83/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.



IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
05	03	UN	Refrigerador frost free 2 portas, capacidade mínima 382 litros, capacidade líquida congelador: 94 litros, capacidade líquida do refrigerador: 288 litros, display digital 220V, controle de temperatura Refrigerador: externo, controle temperatura congelador: externo, alarme de porta aberta, pés niveladores, prateleiras de vidro resistente, 100% removíveis, gavetão para legumes e frutas, porta latas e cesta multiuso, potência mínima 60 kWh/mês	R\$ 2.105,00	R\$ 6.315,00
VALOR TOTAL					R\$ 6.315,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

BMR CONDICIONADORES DE AR  
Representante legal

### Ata de Registro de Preços Nº 31/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 53/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de outubro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para aquisição de diversos equipamentos (fogão a gás, amassadeira, freezer, refrigerador, lavadora) para as escolas, CMEI Centros de Educação Infantil e para a Secretaria de Educação do município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa EXPRESSÃO COMERCIAL LTDA, CNPJ: 06.314.098/0001-38, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 53/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	35	Peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tamanho M, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento.	R\$ 17,49	612,38
02	75	Peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tamanho G, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento.	R\$ 17,49	1.312,27
03	40	Peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tamanho GG, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento.	R\$ 17,49	699,88
04	5	Peça	Camiseta de malha, manga curta, cinza mescla, tamanho EGG, gola v, estampada com logo da prefeitura no bolso, nas costas estampado "SECRETARIA DE OBRAS" letras brancas com 3cm de altura, frase com 30cm de comprimento.	R\$ 17,49	87,48
05	20	Peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 40.	R\$ 31,99	639,89
06	35	Peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 42.	R\$ 31,99	1.119,80
07	45	Peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 44.	R\$ 31,99	1.439,74
08	40	Peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 46.	R\$ 31,99	1.279,77
09	25	Peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 48.	R\$ 31,99	799,86
10	10	Peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 50.	R\$ 31,99	319,94
11	2	Peça	CALÇA meio cóis elástico, brim, cor cinza chumbo nº 52.	R\$ 31,99	63,99
VALOR TOTAL					R\$ 8.375,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.



MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

EXPRESSÃO COMERCIAL LTDA  
Representante legal

### Ata de Registro de Preços Nº 32/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 53/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico  
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de outubro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para aquisição de diversos equipamentos (fogão a gás, amassadeira, freezer, refrigerador, lavadora) para as escolas, CMEI Centros de Educação Infantil e para a Secretaria de Educação do município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI - ME, CNPJ: 13.550.358/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 53/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

#### LOTE 02

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
12	15	Par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 38, cor preta.	R\$ 23,92	R\$ 358,94
13	15	Par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 39, cor preta.	R\$ 23,92	R\$ 358,94
14	35	Par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 40, cor preta.	R\$ 23,92	R\$ 837,59
15	25	Par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 41, cor preta.	R\$ 23,92	R\$ 598,28
16	25	Par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 42, cor preta.	R\$ 23,92	R\$ 598,28
17	25	Par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 43, cor preta.	R\$ 23,92	R\$ 598,28
18	5	Par	BOTINA cano alto, sem bico de aço, elástico, solado PU nº 44, cor preta.	R\$ 23,92	R\$ 119,66
VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$	3.470,00

#### LOTE 03

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
19	2	Par	SAPATO MASCULINO nº 38 solado PU sem cadarço, cor preta.	R\$ 29,50	R\$ 59,00
20	2	Par	SAPATO MASCULINO nº 39 solado PU sem cadarço, cor preta.	R\$ 29,50	R\$ 59,00
21	2	Par	SAPATO MASCULINO nº 40 solado PU sem cadarço, cor preta.	R\$ 29,50	R\$ 59,00
22	2	Par	SAPATO MASCULINO nº 42 solado PU sem cadarço, cor preta.	R\$ 29,50	R\$ 59,00
23	2	Par	SAPATO MASCULINO nº 43 solado PU sem cadarço, cor preta.	R\$ 29,50	R\$ 59,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03					R\$ 295,00

#### LOTE 04

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
24	10	Par	SAPATÊNIS feminino solado PU sem bico de aço nº 36, cor preta.	R\$ 30,00	R\$ 300,00
25	5	Par	SAPATÊNIS feminino solado PU sem bico de aço nº 37, cor preta.	R\$ 30,00	R\$ 150,00
26	5	Par	SAPATÊNIS feminino solado PU sem bico de aço nº 38, cor preta.	R\$ 30,00	R\$ 150,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04					R\$ 600,00

#### LOTE 05

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
27	3	Par	Bota de borracha, cano longo, tamanho 38.	R\$ 24,66	R\$ 74,00
28	3	Par	Bota de borracha, cano longo, tamanho 39.	R\$ 24,66	R\$ 74,00
29	3	Par	Bota de borracha, cano longo, tamanho 40.	R\$ 24,66	R\$ 74,00
30	3	Par	Bota de borracha, cano longo, tamanho 41.	R\$ 24,66	R\$ 74,00
31	3	Par	Bota de borracha, cano longo, tamanho 42.	R\$ 24,66	R\$ 74,00
VALOR TOTAL DO LOTE 05					R\$ 370,00



## LOTE 06

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
32	100	Frs	Protetor solar, com repelente, FPS 30. Frasco com 120g.	R\$ 11,95	R\$ 1.195,00
VALOR TOTAL DO LOTE 06					R\$ 1.195,00

## LOTE 07

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
33	50	Unid	Óculos cinza de sol, anti-risco.	R\$ 3,38	R\$ 169,08
34	10	Par	Caneleira de raspa, com proteção.	R\$ 32,80	R\$ 328,04
35	15	Par	Luva de raspa, cano curto. Tamanho M.	R\$ 6,76	R\$ 101,46
36	15	Par	Luva de raspa, cano curto. Tamanho G.	R\$ 6,76	R\$ 101,46
37	20	Par	Luva nitrílica, tamanho M.	R\$ 4,05	R\$ 81,17
38	20	Par	Luva nitrílica, tamanho G.	R\$ 4,05	R\$ 81,17
39	15	Par	Luva de vaqueta, tamanho G.	R\$ 12,17	R\$ 182,62
VALOR TOTAL DO LOTE 07					R\$ 1.045,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ  
Pregoeira

DANNA COMERCIAL EIRELI - ME  
Representante legal

**Decreto Nº 2.556 de 03 de Abril de 2000**

DECRETO Nº 2.556 DE 03 DE ABRIL DE 2000

**DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2000**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, no seu Artigo 51; Resolve: Art.1º) Ficam designados para constituírem a Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Assistência Social, os seguintes membros:

MARIA ELIANE FRIEDRICH- Presidente  
LUCIMARA P. DE SOUZA IDALÊNCIO- Suplente  
MAURENE TEREZA CUBAS- Secretária  
JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO- Suplente  
ZILKA DE FRANÇA HASSELMANN- Membro  
SILMARA MALINOVSKI WOLLNER- Suplente

Parágrafo Único - Compete a Comissão de Licitação, receber e julgar as Licitações até o valor constante da Licitação do Convite.

Art.2º) A comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas.

Art.3º) Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos de conformidade com o Artigo 118 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº2.543 de 07 de fevereiro de 2000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de abril de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

**Decreto Nº 2.555 de 03 de Abril de 2000**

DECRETO Nº 2.555 DE 03 DE ABRIL DE 2000

**DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2000**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 51 da Lei Federal nº 8.666/93; Resolve:

Art.1º) Ficam designados para constituírem a Comissão de Licitação desta Prefeitura Municipal, os seguintes membros:

ROSANI A. DA SILVA SCHOLZE-Presidente  
MANOLO R. DEL OLMO- Vice Presidente  
LILIAN TEREZINHA BARTSCH -Secretária  
LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND JUNIOR -Membro  
ROSI MARI CUBAS - Membro

Parágrafo Único - Compete a Comissão de Licitação, receber e julgar as Licitações até o valor constante da Licitação do convite.

Art.2º) A comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas.



Art.3º) A comissão se reunirá com quorum de no mínimo quatro membros.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.541 de 03 de fevereiro de 2000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de abril de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 2.557 de 04 de Abril de 2000**

DECRETO Nº 2.557 DE 04 DE ABRIL DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

0502 - Divisão de Assistência Social.

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes.

3200.00 - Transferências Correntes.

3250.00 - Transferências a Pessoas.

3259.00 - Assistência a Indigentes ..... R\$ 2.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

90.00 - Reserva de Contingência

90.99 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

900.000.00 - Reserva de Contingência

990.000.00 - Reserva de Contingência

999.000.00 - Reserva de Contingência ..... R\$.2000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de Abril de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto Nº 2.554 de 27 de Março de 2000**

DECRETO Nº 2.554 DE 27 DE MARÇO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito.

0201 - Chefia do Gabinete.

03.03.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito.

3000.00 - Despesas Correntes.

3100.00 - Despesas de Custeio.

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 10.000,00

0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras.

0703 - Divisão de Obras Planejamento e Serviços Públicos.

16.38.534.1012 - Construção e Restauração de Pontes.

3000.00 - Despesas de Capital.

4100.00 - Investimentos.

4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 8.000,00

TOTAL ..... R\$ 18.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

90.00 - Reserva de Contingência

90.99 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

900.000.00 - Reserva de Contingência

990.000.00 - Reserva de Contingência

999.000.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 18.000,00

TOTAL ..... R\$ 18.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de Março de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.553 DE 23 DE MARÇO DE 2000**

DECRETO Nº 2.553 DE 23 DE MARÇO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças.  
 0403 - Divisão de Controle Fazendário.  
 08.03.030.2009 - Manutenção das Atividades de Fazendário.  
 3000.00 - Despesas Correntes.  
 3100.00 - Despesas de Custeio.  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$35.000,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras.  
 0701 - Divisão de Frota Municipal.  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão.  
 3000.00 - Despesas Correntes.  
 3100.00 - Despesas de Custeio.  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3130.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 40.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

90.00 - Reserva de Contingência  
 90.99 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 900.000.00 - Reserva de Contingência  
 990.000.00 - Reserva de Contingência  
 999.000.00 - Reserva de Contingência .....  
 ..... R\$ 40.000,00  
 TOTAL .....  
 ..... R\$ 40.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 23 de Março de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_\_/  
 \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.552 DE 15 DE MARÇO DE 2000**

DECRETO Nº 2.552 DE 15 DE MARÇO DE 2000.

ALTERA TARIFA DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, DECRETA:

Art. 1º) Fica fixada a Tarifa de Transporte Coletivo Rodoviário Municipal de Passageiros, conforme o seguinte:

I - Na linha Fraguas à Salto, o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos);  
 II - Na linha Bateias de Baixo a São Miguel, o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos);  
 III - Na linha Rodeio de Santa Cruz a Bateias de Baixo, o valor de R\$ 2,00 (dois reais);  
 IV - Na linha Santana a Bateias de Baixo, o valor de R\$ 2,00 (dois reais);

Art. 2º) Alunos da rede pública municipal de ensino e ainda os servidores públicos municipais que apresentarem identificação, será aplicado uma tarifa diferenciada, no valor de R\$ 0,72 (setenta e dois centavos).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15 de março de 2000.

Art. 4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 15 de março de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_\_/  
 \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 2.551 DE 15 DE MARÇO DE 2000**

DECRETO Nº 2.551 DE 15 DE MARÇO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação.  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental.  
 08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches.  
 3000.00 - Despesas Correntes.  
 3100.00 - Despesas de Custeio.  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 3.000,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.  
 0502 - Divisão de Assistência Social.  
 15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes.  
 3100.00 - Despesas de Custeio.



3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 9.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes.  
 3250.00 - Transferências a Pessoas.  
 3259.00 - Assistência a Indigentes ..... R\$ 1.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 15.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

90.00 - Reserva de Contingência  
 90.99 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 900.000.00 - Reserva de Contingência  
 990.000.00 - Reserva de Contingência  
 999.000.00 - Reserva de Contingência .....  
 ..... R\$ 15.000,00  
 TOTAL .....  
 ..... R\$ 15.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 15 de Março de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.550 DE 15 DE MARÇO DE 2000

DECRETO Nº 2.550 DE 13 DE MARÇO DE 2000.  
 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL  
 DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.400 de 04 de maio de 1999, em seu Artigo 2º e parágrafo I; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

1- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:  
 Zilka de França Hasselmann - Titular - Presidente do Conselho  
 José Carlos Nenevê Cordeiro - Suplente  
 Maria Maurene O. May - Titular  
 Maurene Tereza Cubas - Suplente

2 - Representantes da Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social:  
 Carmem Lúcia Giro da Costa - Titular  
 Sirlone de Souza - Suplente

3- Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente:  
 João Samuel Cubas - Titular  
 Pedro Fagundes - Suplente

4 - Representantes de Professores:  
 Maria Ivone Munhoz - Titular  
 Méri Engler Negherbon - Suplente

5 - Representantes de Pais e Alunos:  
 Rosane Aparecida da Silva Scholze - Titular  
 Euci Terezinha Cunha - Suplente

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.491 de 10 de maio de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 13 de março de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.549 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2000

DECRETO Nº 2.549 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2000  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 48.000,00 (quatro e oito mil reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2016 - Manutenção Transporte Escolar Ensino Fundamental  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 40.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Transportes.  
 0703 - Divisão de Obras, Planejamento e Serviços Públicos.  
 16.88.534.1012 - Construção e restauração de pontes  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 8.000,00  
 TOTAL .....  
 R\$ 48.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

90.00 - Reserva de Contingência  
 90.99 - Reserva de Contingência



99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 900.000.00 - Reserva de Contingência  
 990.000.00 - Reserva de Contingência  
 999.000.00 - Reserva de Contingência .....  
 ..... R\$ 48.000,00  
 TOTAL .....  
 ..... R\$ 48.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
 com efeitos retroativos à 14 de fevereiro de 2000.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 28 de fevereiro de 2000.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/1999, em  
 28/02/2000.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.548 de 28 de Fevereiro de 2000**

DECRETO Nº 2.548 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2000  
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
 ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE  
 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
 no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de con-  
 formidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964,  
 Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de  
 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica a Fundação Municipal de Desporto e Cultura autoriza-  
 da a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 17.460,00 (dezes-  
 sete mil e quatrocentos e sessenta reais), afim de Suplementar a  
 seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08.08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 17.460,00  
 TOTAL ..... R\$  
 17.460,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá  
 por Conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento  
 Vigente.

08.00 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08.08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
 6.460,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$  
 1.000,00

4120.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$  
 10.000,00  
 TOTAL ..... R\$  
 17.460,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
 com efeitos retroativos à 14 de fevereiro de 2000.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 28 de fevereiro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.547 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.547 DE 28 DE FEVEREIRO 2000.  
 INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
 no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do  
 Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril  
 de 1990; Decreta:

Art. 1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas  
 Municipais nos dias 06 e 07 (segunda feira e terça feira de Carna-  
 val) e no período da manhã do dia 08 de março de 2000 (quarta  
 feira de cinzas) ressalvadas as necessidades de serviço de cada  
 Secretaria, Departamentos e suas respectivas Divisões.

Parágrafo Único - O expediente do dia 08 de março de 2000 (quar-  
 ta feira de cinzas) terá início às 13:00 hs.

Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,  
 revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 28 de fevereiro de 2000

MANUEL R. DEL OLMO.  
 Prefeito Municipal.

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE.  
 Secretária de Administração e Finanças.

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA.  
 Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.546 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.546 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2000.

RECONDUZ OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 4º da Lei Municipal nº 2.320 de 12 de maio de 1998; Resolve:

Art.1º) Reconduzir os membros do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda do Município de Campo Alegre por mais 03 (três) anos, que fica assim constituído:

**I - ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:**

\* Representante da Prefeitura Municipal:

Titular: Manuel Rodriguez Del Olmo

Suplente: Silmara Malinovski Wollner

\* Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Maria Eliane Friedrich

Suplente: Adriana Aparecida P. Ruzsack

**II - REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES:**

\* Representante da AECA - Associação dos Empregados de Campo Alegre:

Titular: Carina Tremi

Suplente: Harold Walter

\* Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre:

Titular: José Odorico Munhoz

Suplente: Ambrózio Kmick

**III - REPRESENTANTE DOS EMPREGADORES:**

\* Representante da ACIACA - Associação Com. Industrial e Agrop. de Campo Alegre:

Titular: Rogério Nelson Tremi

Suplente: Valdir Reichert

\* Representante do Sindicato Patronal do Mobiliário de S.B.S e Região:

Titular: Ivo Sandi Grossl

Suplente: Reinaldo Baechtold Filho

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 10 de agosto de 1999.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.540 de 01 de fevereiro de 2000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de fevereiro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.545 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.545 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2000.

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/99.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.300 de 10 de março de 1998; Resolve:

Art.1º) Homologar a lista dos aprovados no Concurso Público Municipal 001/99; abaixo relacionada.

**Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Rosana Emília Greipel	102	7,40
Lucilaine Mókfa	88	6,00
Fabiola Scheffer	78	5,80
Aleixo Vicente Dziedzic	97	4,40
André Luis de Lima	103	4,40
Frederico Guilherme Virmond VI	85	4,20
Márcio Silfredo Habech	72	4,00

**Cargo: ASSISTENTE SOCIAL**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Carmem Lúcia Gírio da Costa	09	5,30

**Cargo: DIGITADOR**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Zurita Maria Pacheco Haas	58	4,90

**Cargo: ENFERMEIRO**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Silvane Aparecida Fagundes	101	6,95
Carmen Marta Zoboli	48	4,60

**Cargo: ODONTÓLOGO - 8 HORAS**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Sandra Guedes Pinudo Duvoisin	34	7,00
Maurício Costa de Miranda	62	6,60
Alexandre Bráulio Cordeiro	07	5,80
Fabiana Lúcia da Costa	63	4,60

**Cargo: ODONTÓLOGO - 12 HORAS**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Michele Albino de Oliveira	01	7,60
Ana Paula Toesca Espinhosa	53	7,00
Luciana Kliemann	02	6,40
Melvis Bazanini	29	5,40
Vanessa Pan	107	5,25

**Cargo: OPERADOR DE MANUTENÇÃO**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Sandro José Cardoso de Meira	46	6,95
Nilton Barbosa da Silva	94	4,80

**Cargo: OPERADOR DE MÁQUINA**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
João Batista Rosa	56	8,15
Nadir Nikhold Nagel	95	6,00
Vicente Telma	93	4,60
Osvaldo Rubens Macedo	03	4,00

**Cargo: TÉCNICO AGRÍCOLA**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
João Samuel Cubas	44	6,20
Fernando Lutke	21	5,50
Aguinaldo Capistrano	68	5,40
Clóvis Nenevê	26	5,40



**Cargo: TRABALHADOR BRAÇAL**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Cesar Eloir Moura	05	5,20

**Cargo: VIGIA**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Altevir Francisco Cothovsky	70	8,20
Gabriel Lader	57	7,80
Adriano Lucas Cardoso de Meira	20	7,20
Giovane Tadeu Candido	43	6,80
Roberto Paes	84	6,80
Pedro Mauro Machado	42	6,80
José Vanderlei dos Santos	83	4,25

**Cargo: ZELADOR MUNICIPAL**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Inês Terezinha Cordeiro da Cruz	10	8,40
Juçara Maria Peschel Christoff	45	7,60
Elenice Kroll	41	6,40
Renilda de Souza	24	6,40
Marciane Lopes dos Santos Pasda	104	6,00
Laurita Telma Wojciechosky	71	6,00
Sirlei Aparecida Carvalho	40	5,40
Verani Macedo	90	4,80
Alice Diva Michalsky de Meira	80	4,80
Ana Luiza de Lima	33	4,60
Juciane Gomes da Silva	76	4,00

Art.2º) Os candidatos aprovados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade em cada função.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 25 de fevereiro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.544 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.544 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2000  
CRIAR COMISSÃO PARA O CRITÉRIO DOS DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÃO AO IPESC DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no Parágrafo Único do Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.449 de 31 de janeiro de 2000; Resolve:

Art.1º) Designar os (as) senhores (as): Juarez Thadeu Cunha - Vereador, Lauro Batista Moreira - Vereador, Raul Johanson - Vereador, Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte - Secretária Municipal de Administração e Finanças e Rosani Aparecida da Silva Scholze - Chefe da Divisão de Pessoal, sobre a presidência do primeiro comporem a Comissão para o Critério dos Descontos de Contribuição ao IPESC dos Servidores Municipais.

Art.2º) Tendo cumprido o disposto no artigo anterior, os membros designados farão sua exposição de motivos fixando os valores a

serem descontados e publicando no órgão oficial de publicação da municipalidade.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de fevereiro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.544 de 16 de Fevereiro de 2000**

DECRETO Nº 2.544 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2000  
CRIAR COMISSÃO PARA O CRITÉRIO DOS DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÃO AO IPESC DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no Parágrafo Único do Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.449 de 31 de janeiro de 2000; Resolve:

Art.1º) Designar os (as) senhores (as): Juarez Thadeu Cunha - Vereador, Lauro Batista Moreira - Vereador, Raul Johanson - Vereador, Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte - Secretária Municipal de Administração e Finanças e Rosani Aparecida da Silva Scholze - Chefe da Divisão de Pessoal, sobre a presidência do primeiro comporem a Comissão para o Critério dos Descontos de Contribuição ao IPESC dos Servidores Municipais.

Art.2º) Tendo cumprido o disposto no artigo anterior, os membros designados farão sua exposição de motivos fixando os valores a serem descontados e publicando no órgão oficial de publicação da municipalidade.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de fevereiro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Decreto Nº 2.543 de 07 de Fevereiro de 2000**

DECRETO Nº 2.543 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2000  
DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, no seu Artigo 51; Resolve:

Art.1º) Ficam designados para constituírem a Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Assistência Social, os seguintes membros:

ROSANI A. DA SILVA SCHOLZE- Presidente  
MARIA ELIANE FRIEDRICH- Suplente  
MAURENE TEREZA CUBAS- Secretária  
JOÃO CARLOS NENEVÊ CORDEIRO- Suplente  
ZILKA DE FRANÇA HASSELMANN- Membro  
SILMARA MALINOVSKI WOLLNER- Suplente

Parágrafo Único - Compete a Comissão de Licitação, receber e julgar as Licitações até o valor constante da Licitação do Convite.

Art.2º) A comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas.

Art.3º) Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos de conformidade com o Artigo 118 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de fevereiro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.542 de 07 de Fevereiro de 2000**

DECRETO Nº 2.542 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2000  
DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL  
DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, no seu Artigo 51; Resolve:

Art.1º) Ficam designados para constituírem a Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Saúde, os seguintes membros:

ROSANA EMÍLIA GREIPEL - Presidente  
SANDRO BUENO FRANCO - Suplente  
MARIA DE LOURDES C. DA ROSA - Secretária  
ARICE WAGNER BERNARDES- Suplente  
EDA RIGON SCHEFFER- Membro  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLET - Suplente

Parágrafo Único - Compete a Comissão de Licitação, receber e

julgar as Licitações até o valor constante da Licitação do Convite.

Art.2º) A comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas.

Art.3º) Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos de conformidade com o Artigo 118 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de fevereiro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.541 de 07 de Fevereiro de 2000**

DECRETO Nº 2.541 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2000  
DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 51 da Lei Federal nº 8.666/93; Resolve:

Art.1º) Ficam designados para constituírem a Comissão de Licitação desta Prefeitura Municipal, os seguintes membros:

LUCILAINE MÓKFA- Presidente  
ROSANI A. DA SILVA SCHOLZE- Suplente  
LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND JÚNIOR- Secretária  
LILIAN TEREZINHA BARTSCH- Suplente  
ROSI MARI CUBAS - Membro  
LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO- Suplente

Parágrafo Único - Compete a Comissão de Licitação, receber e julgar as Licitações até o valor constante da Licitação do convite.

Art.2º) A comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas.

Art.3º) Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos de conformidade com o Artigo 118 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.475 de 04 de janeiro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de fevereiro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.540 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.540 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2000.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 4º da Lei Municipal nº 2.320 de 12 de maio de 1998; Resolve:

Art.1º) Nomear os membros do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda do Município de Campo Alegre, que fica assim constituída:

**I - ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:**

\* Representante da Prefeitura Municipal:

Titular: Manuel Rodriguez Del Olmo

Suplente: Silmara Malinovski Wollner

\* Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Maria Eliane Friedrich

Suplente: Adriana Aparecida P. Ruzsack

**II - REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES:**

\* Representante da AECA - Associação dos Empregados de Campo Alegre:

Titular: Carina Tremi

Suplente: Harold Walter

\* Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre:

Titular: José Odorico Munhoz

Suplente: Ambrózio Kmick

**III - REPRESENTANTE DOS EMPREGADORES:**

\* Representante da ACIACA - Associação Com. Industrial e Agrop. de Campo Alegre:

Titular: Rogério Nelson Tremi

Suplente: Valdir Reichert

\* Representante do Sindicato Patronal do Mobiliário de S.B.S e Região:

Titular: Ivo Sandi Grossl

Suplente: Reinaldo Baechtold Filho

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 10 de agosto de 1999.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
1º de fevereiro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.539 DE 27 DE JANEIRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.539 DE 27 DE JANEIRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL  
DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 4.190,00 (quatro mil, cento e noventa reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.44.1982013 - Bolsa Estudantil Universitária

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferência Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$  
1.190,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2027 - Gestão Administrativa de Desenvolvimento Econômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
3.000,00

TOTAL ..... R\$  
4.190,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

90.00 - Reserva de Contingência

90.99 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

900.000.00 - Reserva de Contingência

990.000.00 - Reserva de Contingência

999.000.00 - Reserva de Contingência .....  
..... R\$ 4.190,00

TOTAL .....  
..... R\$ 4.190,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de janeiro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.538 DE 17 DE JANEIRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.538 DE 24 DE JANEIRO DE 2000

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica a Fundação Municipal de Desporto e Cultura autorizada a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), afim de Suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08.08.46.224.2001 - Manutenção das atividade Desportivas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 2.400,00  
 08.08.08.46.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.600,00  
 TOTAL ..... R\$ 4.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por Conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08.08.46.224.2001 - Manutenção das atividade Desportivas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.400,00  
 08.08.08.46.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.600,00  
 TOTAL ..... R\$ 4.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 24 de janeiro de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.536 DE 03 DE JANEIRO DE 2000**

DECRETO Nº 2.536 DE 03 DE JANEIRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, em seu Artigo 4º, alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.1852018 - Manutenção das Atividades de Creches  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 30.000,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2027 - Gestão Administrativa de Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Transportes  
 0703 - Divisão de Obras, Planejamento e Serviços Públicos  
 16.88.534.1012 - Construção e restauração de pontes  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos]  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 28.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 63.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

90.00 - Reserva de Contingência  
 90.99 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 900.000.00 - Reserva de Contingência  
 990.000.00 - Reserva de Contingência  
 999.000.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 63.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 63.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 03 de janeiro de 2000.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças



Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.535 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.535 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
a Lei Municipal nº 2.438 de 30 de novembro de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.531,29 (quatro  
mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e nove centavos), afim  
de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação	
0402 - Divisão de Ensino Fundamental	
08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundam. e Valoriza- ção do Magistério	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Cível .....	
... R\$ 1.397,29	
3200.00 - Transferências Correntes	
3220.00 - Transferências Intragovernamentais	
3224.00 - Transferências a Instit. Multigovernamentais .....	
R\$ 3.134,00	
TOTAL .....	
... R\$ 4.531,29	

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto,  
correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Or-  
çamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação	
0402 - Divisão de Ensino Fundamental	
08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundam. e Valoriza- ção do Magistério	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$
759,16	
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$
2.970,07	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos	
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$
761,50	
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$
5,68	
3200.00 - Transferências Correntes	
3250.00 - Transferência a Pessoas	
3253.00 - Salário Família .....	R\$
9,68	
4000.00 - Despesas de Capital	
4100.00 - Investimentos	
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$
25,20	
TOTAL .....	
R\$ 4.531,29	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
30 de dezembro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.534 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.534 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1999  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-  
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de confor-  
midade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo  
7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998,  
em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor  
de R\$ 844,73 (oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e  
três centavos), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento  
Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores	
0101 - Câmara de Vereadores	
01.01.001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoa Cível .....	
..... R\$ 157,28	
3113.00 - .Obrigações Patronais .....	
..... R\$ 687,45	
TOTAL .....	
..... R\$ 844,73	

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto,  
será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da sequin-  
te Dotação Orçamentária.

0100 - Câmara de Vereadores	
0101 - Câmara de Vereadores	
01.01.001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Cível .....	
..... R\$ 687,45	
3120.00 - Material de Consumo .....	
..... R\$ 157,28	
TOTAL .....	
..... R\$ 844,73	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de dezembro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal



MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.533 de 20 de Dezembro de 1999**

DECRETO Nº 2.533 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.597,76 (dois mil quinhentos e noventa e sete reais e setenta e seis centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
0301 - Divisão Pessoal	
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas	
3000.00 - Despesas Correntes	
3200.00 - Transferências Correntes	
3210.00 - Transferências Intragovernamentais	
3214.00 - Contribuições a Fundos .....	R\$ 2.333,70
0302 - Divisão de Tesouro	
03.08.033.2007 - Encargos e Amortização de Dívidas	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 200,00
3200.00 - Transferências Correntes	
3260.00 - Encargos da Dívida Interna	
3261.00 - Encargos da Dívida Pública .....	R\$ 36,91
0400 - Secretaria Municipal de Educação	
0401 - Divisão de Apoio Administrativo	
08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação	
3000.00 - Despesas Correntes	
3200.00 - Transferências Correntes	
3250.00 - Transferências a Pessoas	
3253.00 - Salário Família .....	R\$ 9,05
0403 - Divisão de Ensino Infantil	
08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches	
3000.00 - Despesas Correntes	
3200.00 - Transferências Correntes	
3250.00 - Transferências a Pessoas	
3253.00 - Salário Família .....	R\$ 18,10
TOTAL .....	R\$ 2.597,76

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
0301 - Divisão Pessoal	
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas	

3000.00 - Despesas Correntes	
3200.00 - Transferências Correntes	
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas	
3233.00 - Contribuições Correntes .....	R\$ 2.333,70
0302 - Divisão de Tesouro	
03.08.033.2007 - Encargos e Amortização de Dívidas	
4000.00 - Despesas de Capital	
4300.00 - Transferências de Capital	
4350.00 - Amortização da Dívida Interna	
4351.00 - Amortização da Dívida Contratada .....	R\$ 36,91
0400 - Secretaria Municipal de Educação	
0401 - Divisão de Apoio Administrativo	
08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$ 209,05
0403 - Divisão de Ensino Infantil	
08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3110.00 - Pessoal	
3111.00 - Pessoal Civil .....	R\$ 18,10
TOTAL .....	R\$ 2.597,76

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
20 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.532 de 15 de Dezembro de 1999**

DECRETO Nº 2.532 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999  
APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO  
MUNICIPAL DE TURISMO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Turismo, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para o exercício de 2.000.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 30.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 1.000,00
1331.00 - Rendimentos de aplicações Financeiras .....	R\$



500,00	
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$
25.000,00	
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$
30.000,00	
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$
13.500,00	
TOTAL .....	R\$
100.000,00	

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Turismo.

11.00 - Fundo Municipal de Turismo	
11.11 - Turismo	
11.01.11.65.363.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$
70.000,00	
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$
70.000,00	
3110.00 - Pessoal .....	R\$
15.400,00	
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$
15.000,00	
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$
400,00	
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$
15.000,00	
3130.00 - serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$
39.600,00	
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$
10.000,00	
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$
29.600,00	
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$
30.000,00	
4100.00 - Investimentos .....	R\$
30.000,00	
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$
15.000,00	
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$
15.000,00	
TOTAL: .....	R\$
100.000,00	

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 2.531 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

DECRETO Nº 2.531 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO

MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para o exercício de 2.000.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$
40.000,00	
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$
10.000,00	
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$
1.000,00	
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$
54.000,00	
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$
100.000,00	
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$
145.000,00	
TOTAL .....	R\$
350.000,00	

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Desenvolvimento

03.00 - Administração e Planejamento	
03.03 - Administração	
03.03.03.07.021.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$
327.400,00	
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$
327.400,00	
3110.00 - Pessoal .....	R\$
5.400,00	
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$
5.000,00	
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 400,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$
20.000,00	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$
302.000,00	
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$
92.000,00	
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$
210.000,00	
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$
22.600,00	
4100.00 - Investimentos .....	R\$
22.600,00	
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$
12.600,00	
4120.00 - Equipamento Permanente .....	R\$
10.000,00	
TOTAL .....	R\$
350.000,00	



Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.530 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

DECRETO Nº 2.530 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999  
APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para o exercício de 2.000.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 15.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 2.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 1.000,00
1713.00 - Transferências do Município .....	R\$ 77.000,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 82.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 73.000,00
TOTAL .....	R\$ 250.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Saúde

13.00 - Saúde e Saneamento	
13.13 - Saúde	
13.13.13.75.428.2001 - MANUTENÇÃO ASSIST. MÉDICO HOSP. SANITÁRIA	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 211.400,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 211.400,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 1.400,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 1.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 400,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$

54.000,00	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 156.000,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 26.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 120.000,00
3259.00 - Outras Transferências a Pessoas .....	R\$ 10.000,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 38.600,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 38.600,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 13.600,00
4120.00 - Equipamento Permanente .....	R\$ 25.000,00
TOTAL .....	R\$ 250.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.528 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

DECRETO Nº 2.528 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999.  
APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO  
MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal Habitação, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para o exercício de 2.000.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 8.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 1.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 500,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$ 39.500,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 35.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 16.000,00
TOTAL .....	R\$



100.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Habitação.

10.00 - Habitação e Urbanismo  
 10.10 - Habitação e Urbanismo  
 10.10.10.57.316.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HABITACIONAIS  
 3000.00 - Despesas Correntes ..... R\$ 89.000,00  
 3100.00 - Despesas de Custeio ..... R\$ 89.000,00  
 3110.00 - Pessoal ..... R\$ 5.400,00  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 5.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 400,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 15.600,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos ..... R\$ 68.000,00  
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais ..... R\$ 38.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 30.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital ..... R\$ 11.000,00  
 4100.00 - Investimentos ..... R\$ 11.000,00  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 5.000,00  
 4120.00 - Equipamento Permanente ..... R\$ 6.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 15 de dezembro de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 2.527 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

DECRETO Nº 2.527 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999.

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO

MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para o exercício de 2.000.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais ..... R\$ 35.000,00  
 1321.00 - Juros e Títulos de Renda ..... R\$ 1.000,00  
 1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras ..... R\$ 500,00  
 1713.01 - Transferências do Município ..... R\$ 30.000,00  
 1722.01 - Outras Transferências do Estado ..... R\$ 65.500,00  
 1990.00 - Outras Receitas Correntes ..... R\$ 18.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 150.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Agricultura.

04.00 - Agricultura e Meio Ambiente  
 04.04 - Promoção e Extensão Rural  
 04.04.04.18.111.1001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS  
 3000.00 - Despesas Correntes ..... R\$ 97.200,00  
 3100.00 - Despesas de Custeio ..... R\$ 97.200,00  
 3110.00 - Pessoal ..... R\$ 5.200,00  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 5.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 200,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 20.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos ..... R\$ 72.000,00  
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais ..... R\$ 1.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 71.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital ..... R\$ 52.800,00  
 4100.00 - Investimentos ..... R\$ 52.800,00  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 15.000,00  
 4120.00 - Equipamento Permanente ..... R\$ 37.800,00  
 TOTAL ..... R\$ 150.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.000.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de dezembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.526 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

DECRETO Nº 2.526 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

APROVA O ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL

DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de conformidade com o Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999; Resolve; Decretar:

Art.1º ) Fica aprovado o Orçamento da Fundação Municipal de Desporto e Cultura, que estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) para o exercício de 2.000.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento.

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 40.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda) .....	R\$ 1.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 1.000,00
1713.00 - Transferências do Município .....	R\$ 40.000,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 23.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 5.000,00
TOTAL .....	R\$ 110.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência do Diretor da Fundação Municipal de Desporto e Cultura.

08.00. - Fundação Municipal de Desporto e Cultura	
08.46 - Educação Física e Desporto	
08.08.08.46.224.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 41.550,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 41.550,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 10.550,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 10.500,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 50,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 10.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 21.000,00
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$ 1.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 15.000,00
3259.00 - Outras Transferências a Pessoas .....	R\$ 5.000,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 18.450,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 18.450,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 5.000,00
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$ 13.450,00
TOTAL: .....	R\$ 60.000,00

08.08.08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 39.000,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 39.000,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 20.100,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 20.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 100,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 10.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 8.900,00
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$ 900,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 8.000,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 11.000,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 11.000,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 1.000,00
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$ 10.000,00
TOTAL: .....	R\$ 50.000,00

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de dezembro de 1999

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.525 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.525 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999.

APROVA O ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2.000.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.442/99 de 15 de dezembro de 1999; Resolve:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Campo Alegre/SC, dos Poderes Legislativo e Executivo para o exercício de 1999, estimada a Receita e Fixada a despesa em R\$ 4.350.000,00 (quatro milhões trezentos e cinquenta mil reais).

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o desdobramento Previsto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964.

Art.3º) A despesa será realizada conforme a Classificação Funcional Programática e categorias Econômicas discriminadas nos anexos da Lei Municipal nº 2.442 de 15 de dezembro de 1999, cuja movimentação será de competência de cada um dos Poderes Legislativo e Executivo.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2.000..

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de dezembro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.524 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.524 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.381 de 16 de dezembro de 1998, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.603,02 (um mil, seiscentos e três reais e dois centavos), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.13.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....

R\$ 1.603,02

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....

..... R\$ 1603,02

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de dezembro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.523 de 15 de Dezembro de 1999**

DECRETO Nº 2.523 DE 15 DE MAIO DE 2000.

DECRETA LUTO OFICIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, amparado no inciso III, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica Decretado, luto oficial nos dias 15 e 16 de maio de 2000, em virtude do falecimento de SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON, Ex. Diretora do Departamento de Ensino Fundamental do Município, pessoa que ao longo, de sua vida muito contribuiu com o aprimoramento da Educação Municipal.

Art.2º) Em virtude do luto oficial, fica instituído Ponto Facultativo em todo Serviço Público Municipal no dia 16 de maio de 2000.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor em data de 15 de maio de 2000.o.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de Maio de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.



**DECRETO Nº 2.522 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.522 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de  
R\$ 3.365,80 (três mil trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
3.000,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
365,80

TOTAL ..... R\$  
3.365,80

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
3.000,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
365,80

TOTAL ..... R\$  
3.365,80

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de dezembro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.521 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.521 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.443 de 15 de dezembro de 1999, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde  
13.13 - Fundo Municipal de Saúde  
13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 10.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde  
13.13 - Fundo Municipal de Saúde  
13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
.... R\$ 10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de dezembro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.520 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.520 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de

R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores

0101 - Câmara de Vereadores

01.01.001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 700,00

TOTAL ..... R\$ 1.200,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0100 - Câmara de Vereadores

0101 - Câmara de Vereadores

01.01.001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 700,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 500,00

TOTAL ..... R\$ 1.200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de novembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.519 de 30 de Novembro de 1999**

DECRETO Nº 2.519 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.438 de 30 de novembro de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 172.700,00 (cento e setenta e dois mil e setecentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Gabinete do Prefeito

03.07.020.2030 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 8.000,00

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.500,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 11.500,00

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 400,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos ..... R\$ 2.000,00

0302 - Divisão de Tesouro

03.08.033.2007 - Encargos e Amortização de Dívidas

4000.00 - Despesas de Capital

4300.00 - Transferências de Capital

4350.00 - Amortização da Dívida Interna Contratada

4351.00 - Amortização da Dívida ..... R\$ 4.600,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 4.000,00

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 7.600,00

15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3280.00 - Contribuição para formação do PASEP ..... R\$ 4.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 4.600,00



3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.509,19  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 6,05  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundam. e Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 31.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3220.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3224.00 - Transferências a Instituições ..... R\$ 5.510,13  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 11.200,00  
 08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 3.800,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
 13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 22.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 7.300,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 5.300,00  
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urb. Ob. Transp. Serv. Públicos.  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 28.500,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 6.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 113,26  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.261,37  
 TOTAL ..... R\$

172.700,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores  
 0101 - Câmara de Vereadores  
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 8.000,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão de Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 900,00  
 03.07.471.2005 - Ticket Alimentação para Servidores  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.600,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 546,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 496,25  
 08.47.239.2014 - Transporte Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 107,54  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2015 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 5.000,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 2.100,00  
 08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades Educação Pré-Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 500,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade



15.81.486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.000,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenv. Econômico  
 0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.14.080.1006 - Implantação do Horto Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 2.000,00  
 0603 - Divisão de Turismo  
 11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 13.100,00  
 0700 - Secret. Mun. Planej. Urba, Obras Transp. Serv. Públicos.  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.910.575.1010 - Obras e Instalações em Geral  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 49.978,91  
 16.91.575.1011 - Ação de Pavimentação  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 55.760,00  
 TOTAL ..... R\$ 172.700,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 30 de novembro de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.518 de 24 de Novembro de 1999**

DECRETO Nº 2.518 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 50,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 50,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 24 de novembro de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.517 de 18 de Novembro de 1999**

DECRETO Nº 2.517 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.381 de 16 de dezembro de 1998, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.13 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 11.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.  
 13.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.13 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.13.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária



4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 ..... R\$ 11.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 18 de novembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.516 de 18 de Novembro de 1999**

DECRETO Nº 2.516 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-  
 CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de  
 R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2007 - Encargos e Amortização de Dívidas  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
 4351.00 - Amortização da Dívida Contratada .....  
 R\$ 6.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2007 - Encargos e Amortização de Dívidas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3260.00 - Encargos da Dívida Interna  
 3261.00 - Encargos da Dívida Pública ..... R\$  
 6.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 18 de novembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.515 de 10 de Novembro de 1999**

DECRETO Nº 2.515 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-  
 CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de

R\$ 3.549,87 (três mil quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 3.549,87

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 3.549,87

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 10 de novembro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.514 DE 29 DE OUTUBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.514 DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.381 de 16 de dezembro de 1998, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica a Fundação Municipal de Desporto e Cultura autorizada a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.449,01 (um mil quatrocentos e quarenta e nove reais e um centavo), afim de Suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08.08.46.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 1.449,01

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por Conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08.08.46.224.2001 - Manutenção das atividade Desportivas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 500,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 582,57  
 08.08.08.46.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 366,44  
 TOTAL ..... R\$ 1.449,01

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 29 de outubro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.513 DE 28 DE OUTUBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.513 DE 28 DE OUTUBRO DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Art.7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.381 de 16 de dezembro de 1998, em seu Art.4º, inciso III; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.13 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.13.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 13.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.13 - Fundo Municipal de Saúde  
 13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 13.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 28 de outubro de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 2.512 DE 25 DE OUTUBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.512 DE 25 DE OUTUBRO DE 1999.

PRORROGA PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, amparado no inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipal no dia 1º de novembro de 1999 (segunda-feira), no período integral, ressalvando as necessidades de serviços de cada Secretaria e seus respectivos Departamentos e Divisões.

Art.2º) O Ponto Facultativo decretado em virtude do dia Servidor Público.



Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
25 de outubro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.511 DE 06 DE OUTUBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.511 DE 06 DE OUTUBRO DE 1999.  
NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei  
Municipal nº 2.399 de 04 de maio de 1999, em seu Artigo 1º;  
Resolve:

Art.1º) Nomear para integrarem o Conselho Municipal de Saúde,  
os membros titulares e suplentes, indicados pelos órgãos e entida-  
des que o compõem como adiante segue:

Representantes da área Governamental, prestadores de serviços e  
Profissionais ligados a área de Saúde, cinco usuários:

1- Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
Titular: Eda Rigon Scheffer.  
Suplente: Edith Mariclaire Virmond

2- Representante da Área Hospitalar:  
Titular: Irmã Lídia Pagliari  
Suplente: Irmã Lurdes Nunes de Moraes

3- Representante de Laboratórios de Análises Clínicas:  
Titular: Dr. Lécio Péricles Virmond  
Suplente: Frederico Guilherme Virmond II

4 - Representante da Área Médica:  
Titular: Dr. José Flávio Scheffer  
Suplente: Dr. Erwin Franz Gattringer Filho

5- Representante da Área Odontológica:  
Titular: Dr. Aldérico José Dana  
Suplente: Dr. Huberto Araldi Leal

- Representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS,  
cinco titulares e suplentes:

1 - Representante das Associações de Bairros e Moradores  
Titular: Ademar Rosário da Cruz  
Suplente Regina Célia Grossl

2- Representante das Entidades Religiosas:  
Titular: Therezinha Foitte  
Suplente: Rubens Bahr

3- Representante da Associação Comercial e Industrial de Campo  
Alegre - ACIACA.

Titular: Valdir Reichert.  
Suplente: Geraldo Carlos Grosskopf.

4- Representante de Associação de Pais e Professores - APP  
Titular: Carlos Alberto Martins  
Suplente: Oriane Linzmeyer

5- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:  
Titular: José Odorico Munhoz.  
Suplente: Rosane de Jesus Linzmeyer.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação,  
revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto  
nº 2.508 de 08 de setembro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
06 de outubro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e Publicado a presente Decreto na Divisão de Expe-  
diente desta Prefeitura Municipal aos 06 dias do mês de outubro  
de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.510 DE 04 DE OUTUBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.510 DE 04 DE OUTUBRO DE 1999  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições legais, amparado no inciso III, do Artigo 71  
da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica instituído, Ponto Facultativo nas Repartições Públicas  
Municipais no dia 11 de outubro de 1999.

Art.2º) Ressalvando os serviços essenciais de cada Secretaria e  
seus respectivos Departamentos e Divisões, os quais permane-  
cerão em funcionamento em horário normal não previsto neste  
Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
04 de outubro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expe-  
diente desta Prefeitura Municipal, aos 04 dias do mês de outubro  
de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.509 DE 30 DE SETEMBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.509 DE 30 DE SETEMBRO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 331.125,18 (trezentos e trinta e um mil cento e vinte e cinco reais e dezoito centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
11.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos ..... R\$  
20.000,00

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Transferências Correntes ..... R\$  
5.800,00

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos ..... R\$  
3.479,393253.00 - Salário Família ..... R\$  
20,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
7.500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
10.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos ..... R\$  
7.743,69

15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3280.00 - Contribuição para formação do PASEP ..... R\$  
7.800,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
6.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos ..... R\$

4.983,17

08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundam. e Valoriza-  
ção do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
66.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferência Intergovernamentais

3224.00 - Transf. a Instituições Multigovernamentais ..... R\$  
46.350,75

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família ..... R\$  
1.092,00

08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
22.800,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família ..... R\$  
320,2508.41.190.2018 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-  
Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
5.150,00

0405 - Divisão de Merenda Escolar

08.42.188.2020 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Es-  
colar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
8.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
38.500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
10.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família ..... R\$ 157,40

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.483.2023 - Conselho Tutelar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 588,00

15.81. 486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 300,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Eco-  
nômico



3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 9.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 316,00  
 0603 - Divisão de Turismo  
 11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 308,00  
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 27.100,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 8.000,00  
  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 2.300,00  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 516,53  
  
 TOTAL ..... R\$ 331.125,18

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores  
 0101 - Câmara de Vereadores  
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 4.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 6.500,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 3.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 7.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 16.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00  
 01.01.025.1001 - Conclusão do Prédio da Câmara  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 15.000,00  
 01.01.235.2002 - Bolsa Estudantil a Servidor  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante ..... R\$ 1.179,00

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia do Gabinete  
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 2.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
  
 3233.00 - Transferências Correntes ..... R\$ 1.182,00  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 100,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 6.300,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 5.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 700,60  
 03.00.025.1002 - Restauração do Prédio da Prefeitura  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 4.000,00  
 03.07.472.2006 - Tiket Combustível para Servidores  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 3.732,30  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 5.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.000,00  
 3190.00 - Diversas Despesas de Custeio  
 3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 238,11  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 120,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 4.068,25  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo



08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
4.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
11.860,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3253.00 - Salário Família .....  
R\$ 750,00  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
1.031,00

08.47.235.2013 - Bolsa Estudantil a Servidor  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$  
2.819,84

08.47.239.2014 - Transporte Escolar  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
. R\$ 2.611,00

08.42.188.2015 - Manutenção das Atividades do Ensino Funda-  
mental  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....  
. R\$ 5.000,00

08.42.188.2016 - Desenv. Ensino Fundamental Valorização Magis-  
tério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....  
. R\$ 50.000,00

4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 18.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
. R\$ 1.000,00

4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações .....  
. R\$ 3.000,00  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 8.000,00

08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades de Educação Pré Es-  
colar  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....  
. R\$ 3.500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
R\$ 180,00  
3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos .....  
.... R\$ 320,00

3253.00 - Salário Família .....  
.. R\$ 98,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações .....  
... R\$ 2.500,00

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 3.000,00

08.42.188. 2019 - Manutenção das Atividades da Escola Itinerante  
3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível .....  
R\$ 1.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais .....  
R\$ 100,00

3120.00 - Material de Consumo .....  
R\$ 500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
200,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
R\$ 200,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família .....  
. R\$ 50,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 200,00

0405 - Divisão de Merenda Escolar

08.42.188.2020 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Es-  
colar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
R\$ 200,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 1.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.025.1005 - Construção Ampliação e Reforma de Postos de  
Saúde

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações .....  
... R\$ 25.000,00

13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferência a Pessoas

3251.00 - Inativos .....  
.... R\$ 500,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 8.102,00

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.483.2023 - Conselho Tutelar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio



3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível .....  
 R\$ 1.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 R\$ 100,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 R\$ 2.300,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família .....  
 R\$ 50,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 R\$ 4.984,90  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 13.201,00  
 15.81. 486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível .....  
 R\$ 6.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 1.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferência a Pessoas  
 3251.00 - Inativos .....  
 .. R\$ 500,00  
 3253.00 - Salário Família .....  
 . R\$ 41,35  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 ..R\$ 240,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.14.080.1006 - Implantação do Horto Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 3.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 R\$ 1.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 ..R\$ 92,00  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 701,00  
 04.17.103.2025 - Continuidade do Projeto Quiriri  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 1.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
 2.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 R\$ 1.000,00  
 04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Eco-  
 nômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 . R\$ 2.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferência a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família .....  
 . R\$ 20,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 ..R\$ 100,00  
 0602 - Divisão de Comércio e Indústria  
 11.62.346.2027 - Implantação e ampliação do Parque Industrial  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4200.00 - Inversões Financeiras  
 4210.00 - Aquisição de Imóveis .....  
 . R\$ 1.000,00  
 0603 - Divisão de Turismo  
 11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível .....  
 . R\$ 2.273,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 .. R\$ 510,03  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 1.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 . R\$ 1.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 74,00  
 0700 - Secret. Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 . R\$ 2.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 13.895,80  
 16.88.534.2033 - Conservação de Estradas do Interior  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 R\$ 8.000,00  
 0703 - Divisão de Serviços Públicos  
 09.51.020.1012 - Eletrificação Urbana e Rural  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4320.00 - Transferências Intragovernamentais  
 4324.00 - Transf. a Instituições Multigovernamentais ..... R\$  
 6.000,00  
 13.76.448.2034 - Implantação do Aterro Sanitário  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 . R\$ 1.200,00  
 TOTAL .....  
 R\$ 331.125,18

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
 revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
30 de setembro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de setembro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.508 DE 08 DE SETEMBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.508 DE 08 DE SETEMBRO DE 1999.  
NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.399 de 04 de maio de 1999, em seu Artigo 1º; Resolve:

Art.1º) Nomear para integrarem o Conselho Municipal de Saúde, os membros titulares e suplentes, indicados pelos órgãos e entidades que o compõem como adiante segue:

Representantes da área Governamental, prestadores de serviços e Profissionais ligados a área de Saúde, cinco usuários:

1- Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
Titular: Eda Rigon Scheffer.  
Suplente: Silvana Aparecida Fagundes

2- Representante da Área Hospitalar:  
Titular: Irmã Lídia Pagliari  
Suplente: Irmã Daisy Antonini Zanini.

3- Representante de Laboratórios de Análises Clínicas:  
Titular: Dr. Lércio Pércles Virmond  
Suplente: Frederico Guilherme Virmond II

4 - Representante da Área Médica:  
Titular: Dr. José Flávio Scheffer  
Suplente: Dr. Erwin Franz Gattringer Filho

5- Representante da Área Odontológica:  
Titular: Dr. Aldérico José Dana  
Suplente: Dr. Huberto Araldi Leal

- Representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, cinco titulares e suplentes:

1 - Representante das Associações de Bairros e Moradores  
Titular: Ademar Rosário da Cruz  
Suplente Regina Célia Grossl

2- Representante das Entidades Religiosas:  
Titular: Therezinha Foitte  
Suplente: Rubens Bahr

3- Representante da Associação Comercial e Industrial de Campo Alegre - ACIACA.  
Titular: Valdir Reichert.  
Suplente: Geraldo Carlos Grosskopf.

4- Representante de Associação de Pais e Professores - APP  
Titular: Carlos Alberto Martins  
Suplente: Oriane Linzmeyer

5- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:  
Titular: José Odorico Munhoz.  
Suplente: Rosane de Jesus Linzmeyer.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
08 de setembro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e Publicado a presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos 08 dias do mês de setembro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.507 DE 01 DE SETEMBRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.507 DE 1º DE SETEMBRO DE 1999.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81. 486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81. 486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
1º de setembro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal



MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 1º dia do mês de setembro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.506 DE 31 DE AGOSTO DE 1999

DECRETO Nº 2.506 DE 31 DE AGOSTO DE 1999  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2..422 de 31 de agosto de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar por conta de Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 144.600,00 (cento e quarenta e quatro mil e seiscentos reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Chefia do Gabinete  
03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
3132.00 - Outros Serviços de Encargos ..... R\$ 2.000,00  
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0301 - Divisão Pessoal  
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 3.000,00  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 2.000,00  
15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3280.00 - Contribuição para formação do PASEP ..... R\$ 3.500,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 10.000,00  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 4.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....

R\$ 1.000,00  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
3250.00 - Transferência a Pessoas  
3253.00 - Salário Família ..... R\$ 100,00  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.483.2023 - Conselho Tutelar  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 2.000,00  
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 30.000,00  
0603 - Divisão de Turismo  
11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 13.000,00  
0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
0701 - Divisão da Frota Municipal  
16.91.575.1010 - Obras e Instalações em Geral  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 50.000,00  
0702 - Divisão de Transportes  
16.88.020.2032 - Reforma e manutenção do maquinário  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 10.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 10.000,00  
TOTAL ..... R\$ 144.600,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro deste Decreto, correrá por Conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de agosto de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 31 dias do mês de agosto de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.505 DE 30 DE AGOSTO DE 1999**

DECRETO Nº 2.505 DE 30 DE AGOSTO DE 1999

TRANSFERE BEM IMÓVEL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica transferido o Bem Imóvel de propriedade deste município, um terreno com área de 2.815 m2, área construída de 120 m2, anteriormente utilizado como Centro Comunitário na localidade de Bateias de Cima, a sua totalidade para a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social - Divisão de Saúde, para a implantação de uma Unidade Sanitária.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de agosto de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de agosto de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 2.504 de 24 de Agosto de 1999**

DECRETO Nº 2.504 DE 24 DE AGOSTO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2..421 de 24 de agosto de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 143.172,00 (cento e quarenta e três mil, cento e setenta e dois reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência Social  
13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil .....  
..... R\$ 31.200,00  
3113.00 - Obrigações Patronais .....  
..... R\$ 4.000,00  
3120.00 - Material de Consumo .....  
..... R\$ 2.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
.... R\$ 2.000,00  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
..... R\$ 2.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3253.00 - Salário Família .....

..... R\$ 252,00  
15.81.486.2024 - Gestão Administrativa de Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil .....  
... R\$ 18.000,00  
3113.00 - Obrigações Patronais .....  
... R\$ 1.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferência a Pessoas  
3253.00 - Salário Família .....  
.... R\$ 20,00  
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil .....  
.... R\$ 15.000,00  
3113.00 - Obrigações Patronais .....  
.... R\$ 1.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
R\$ 1.000,00  
0603 - Divisão de Turismo  
11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil .....  
.... R\$ 1.000,00  
0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
0701 - Divisão da Frota Municipal  
10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil .....  
.. R\$ 55.000,00  
3113.00 - Obrigações Patronais .....  
.. R\$ 2.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
R\$ 500,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos .....  
.... R\$ 6.000,00  
3253.00 - Salário Família .....  
... R\$ 1.200,00

TOTAL ..... R\$ 143.172,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 12.700,75  
0400 - Secretaria Municipal de Educação



0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.43.197.2011 - Bolsa Estudantil de 2º grau Técnico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes .....  
 ... R\$ 3.000,00  
 08.44.198.2012 - Bolsa Estudantil Universitário  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes .....  
 .. R\$ 6.924,00  
 08.47.235.2013 - Bolsa Estudantil a Servidor  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes .....  
 .... R\$ 4.547,25  
 08.48.246.1003 - Construção do Anfiteatro Municipal  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 ..... R\$ 46.000,00  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 20.000,00  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2016 - Desenvolvimento Ensino Fundamental e Valori-  
 zação Magistério  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 50.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 143.172,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
 revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 24 de agosto de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expe-  
 diente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto  
 de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 2.503 DE 24 DE AGOSTO DE 1999

DECRETO Nº 2.503 DE 24 DE AGOSTO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE  
 ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
 no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
 a Lei Municipal nº 2.420 de 24 de agosto de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar por conta de Excesso de Arre-  
 cadação no valor de R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil  
 reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento  
 Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia do Gabinete  
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Pre-  
 feito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 ..... R\$ 2.500,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 ..... R\$ 2.100,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferência a Instituições Privadas  
 3233.00 - Contribuições Correntes .....  
 ..... R\$ 8.000,00  
 3250.00 - Transferência a Pessoas  
 3251.00 - Inativos .....  
 ..... R\$ 3.500,00  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2007 - Encargos e Amortização de Dívidas  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
 4351.00 - Amortização da Dívida Contratada .....  
 ..... R\$ 12.000,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 ..... R\$ 3.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferência a Pessoas  
 3251.00 - Inativos .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3280.00 - Contribuição para formação do PASEP .....  
 ..... R\$ 1.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo



08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 ..... R\$ 1.500,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferência a Pessoas  
 3251.00 - Inativos .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil .....  
 ..... R\$ 40.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 ..... R\$ 2.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família .....  
 ..... R\$ 1.500,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil .....  
 ..... R\$ 26.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 ..... R\$ 1.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 ..... R\$ 2.500,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família .....  
 ... R\$ 100,00  
 08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades Educação Pré - Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil .....  
 ... R\$ 10.500,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
 13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil .....  
 ... R\$ 33.800,00  
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 16.91.575.1010 - Obras e Instalações em Geral  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 ..... R\$ 2.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 178.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro deste Decreto,

correrá por Conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 24 de agosto de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.502 de 24 de Agosto de 1999**

DECRETO Nº 2.502 DE 24 DE AGOSTO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.419 de 24 de agosto de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil .....  
 ..... R\$ 35.000,00

3120.00 - Material de Consumo .....  
 ..... R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 ..... R\$ 2.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil .....  
 ..... R\$ 25.000,00

3120.00 - Material de Consumo .....  
 ..... R\$ 2.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 ..... R\$ 5.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos .....  
 ..... R\$ 30.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00



Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 9000.00 - Reserva de Contingência  
 9900.00 - Reserva de Contingência  
 9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 100.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 24 de agosto de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de agosto de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.501 DE 05 DE JULHO DE 1999**

DECRETO Nº 2501 DE 05 DE JULHO DE 1999.  
 APROVA A TABELA DE TARIFA DO SERVIÇO DE COLETA DIFERENCIADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º ) Aprovar a Tabela de Tarifas do Serviço de Coleta Diferenciada de Resíduos Sólidos, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 05 de julho de 1999.  
 Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
 Prefeito Municipal

MARLENE FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto no Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de julho de 1999.

José Luis Silva  
 Chefe de Gabinete

TABELA DE TARIFAS DO SERVIÇO  
 TABELA DE TARIFAS DO SERVIÇO  
 DE COLETA DIFERENCIADA DE  
 RESÍDUOS SÓLIDOS  
 (Anexa ao Decreto nº 2501 de 05 de julho de 1999)

NOTA: A caçamba permanece no local até o cumprimento do prazo de permanência.

Serviço  
 Valor em UFIR

- Coleta de resíduos domiciliares em área rural, por caçamba, a semana - até 10km 40,00
- Coleta de resíduos domiciliares em área rural, por caçamba, a semana - até 20km 45,00
- Coleta de resíduos domiciliares em área rural, por caçamba, a semana - até 40km 50,00
- Coleta de resíduos domiciliares em área rural, por caçamba, a semana - mais de 40km 60,00
- Coleta de resíduos industriais, por caçamba, a semana - até 10km 40,00
- Coleta de resíduos industriais, por caçamba, a semana - até 20km 45,00
- Coleta de resíduos industriais, por caçamba, a semana - até 40km 50,00
- Coleta de resíduos industriais, por caçamba, a semana - mais de 40km 60,00
- Coleta de resíduos tóxicos, por caçamba, a semana - até 10km 50,00
- Coleta de resíduos tóxicos, por caçamba, a semana - até 20km 55,00
- Coleta de resíduos tóxicos, por caçamba, a semana - até 40km 65,00
- Coleta de resíduos tóxicos, por caçamba, a semana - mais de 40km 75,00
- Remoção de entulhos, por caçamba, por 48 horas - até 10km 40,00
- Remoção de entulhos, por caçamba, por 48 horas - até 20km 45,00
- Remoção de entulhos, por caçamba, por 48 horas - até 40km 50,00
- Remoção de entulhos, por caçamba, por 48 horas - mais de 40km 60,00
- Remoção de entulhos, por caçamba, excedente a 48 horas - por dia 5,00

MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 2.500 DE 05 DE JULHO DE 1999**

DECRETO Nº 2.500 DE 05 DE JULHO DE 1999.  
 NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE  
 ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.410 de 10 de junho de 1999, em seu Artigo 16º; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem a Comissão Municipal de Enquadramento dos Profissionais do Magistério deste município, para cumprimento da Lei Municipal vigente :

- Marlene Foitte - Presidente da Comissão
- Rosani A. da Silva Scholze
- Zilka de França Hasselmann
- Maria Maurene O. May
- Lourdes Mª Herbst Franco

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de julho de 1999.



Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de julho de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de julho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.499 de 05 de Julho de 1999**

DECRETO Nº 2.499 DE 05 DE JULHO DE 1999  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.418 de 05 de julho de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar por Conta de Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Mun. Planej. Urbano Obras Transp. e Serv. Públicos.	
0701 - Divisão da Frota Municipal	
10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 30.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos	
TOTAL .....	R\$ 30.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de julho de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de julho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.498 de 25 de Junho de 1999**

DECRETO Nº 2.498 DE 25 DE JUNHO DE 1999.  
APROVA O REGULAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Considerando a necessidade de regulamentar o disposto sobre a limpeza pública no Código de Posturas Municipais aprovado pela Lei Municipal nº 1.025 de 09 de março de 1987; Considerando a necessidade de regulamentação da Lei Municipal nº 2.404 de 18 de maio de 1999; Considerando a necessidade regional de dar uma destinação adequada aos resíduos sólidos; Considerando o intento de preservar a beleza de nossa paisagem urbana, fundamental ao desenvolvimento de nosso potencial turístico;

deCRETA:

Art. 1º. Fica aprovado, na forma do Anexo a este Decreto, o Regulamento do Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de junho de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

marlene DE Fª. P. M. foitte  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto no Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de junho de 1999.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. O serviço público municipal de coleta, transbordo, separação e transformação de resíduos sólidos e remoção de entulhos será regulado por este Decreto.

Art. 2º. O serviço citado no artigo anterior será executado diretamente pela Administração ou por permissionário de serviço público, através de outorga, por termo de permissão, precedido de prévio procedimento licitatório na modalidade concorrência.

#### **CAPÍTULO II DOS TIPOS DE RESÍDUOS**

Art. 3º. Os resíduos sólidos dividem-se em:

- I - lixo domiciliar;
- II - lixo industrial;
- III - lixo hospitalar e infectante;
- IV - lixo tóxico;
- V - entulhos.

§ 1º. O lixo domiciliar caracteriza-se por resíduos em pequena quantidade, de origem residencial, acondicionados em saco de poliuretano, que aguardam coleta à frente das residências em dia certo;



§ 2º. O lixo industrial caracteriza-se por resíduos em grande quantidade, acondicionados em latões, caçambas ou congêneres, originados em unidades comerciais ou industriais, que contam com coleta diferenciada;

§ 3º. O lixo hospitalar e infectante caracteriza-se por resíduos que tenham origem em estabelecimentos de saúde, que ofereçam risco de contaminação ao meio ambiente e que contam com coleta diferenciada e destinada à incineração;

§ 4º. O lixo tóxico caracteriza-se por embalagens de produtos agrotóxicos e demais materiais de aplicação de tais produtos, que contam com coleta diferenciada e destinada à incineração ou reaproveitamento pelo fabricante de produtos tóxicos;

§ 5º. O entulho é caracterizado pelos restos de construção civil, podas de árvores e assemelhados a estes, de origem tanto industrial e comercial, como domiciliar, a serem coletados com caçambas próprias, remunerado mediante o pagamento de tarifa pelo usuário.

### CAPÍTULO III DA COLETA DOS RESÍDUOS

Art. 4º. A coleta será diferenciada em função do tipo de resíduos, sendo que:

I - o lixo domiciliar será coletado na forma do artigo 5º;

II - o lixo industrial será coletado em caçambas na forma do artigo 6º;

III- o lixo hospitalar e infectante será coletado através de convênio firmado com o Município de São Bento do Sul;

IV - o lixo tóxico será coletado em caçambas apropriadas a serem distribuídas nos locais de maior utilização de produtos tóxicos;

V - o entulho será coletado na forma do artigo 6º.

Art. 5º. O serviço de coleta de lixo domiciliar será prestado, ao menos uma vez na semana, a todas as comunidades urbanas e a algumas comunidades rurais, com caminhão baú que percorrerá todo percurso atendido pelo serviço, dirigindo-se então ao estabelecimento de separação e transformação ou ao aterro sanitário.

§ 1º. Entende-se por comunidade urbana, aquela que estiver dentro do perímetro urbano do Município.

§ 2º. As comunidades rurais citadas no caput deste artigo serão atendidas na forma do artigo 6º.

§ 3º. O serviço de que trata o caput deste artigo poderá ser prestado em frequência menor ou maior do que uma vez na semana, desde que ordenada pela autoridade competente por despacho fundamentado.

§ 4º. Mesmo que resíduos de outros tipos estejam a frente das residências e estabelecimentos, somente será coletado o lixo domiciliar.

§ 5º. O lixo domiciliar que não esteja acondicionado em sacos de poliuretano ou similar não será coletado.

§ 6º. O lixo domiciliar deverá estar, preferencialmente, separado pelos usuários nos tipos plástico, papel, metal e vidro para proporcionar a sua posterior reciclagem.

Art. 6º. A coleta de lixo industrial e a remoção de entulhos são serviços efetivos, prestados diretamente ao usuário, realizados exclusivamente com caçambas apropriadas para este fim, que serão previamente requisitadas pelo usuário.

§ 1º. O usuário irá depositar os resíduos que forem compatíveis

com a capacidade de peso e volume da caçamba e irá acionar o permissionário do serviço que removerá a caçamba no menor tempo possível.

§ 2º. Embora seja permitido a colocação da caçamba no passeio e, em casos excepcionais, no local destinado a parada e estacionamento de veículos, fica sujeito o usuário a Taxa de Ocupação de Via e Logradouro Público.

§ 3º. A coleta de lixo industrial e a remoção de entulhos serão remunerados através de tarifa, cobrada diretamente do usuário, que pagará por tempo de permanência de cada caçamba em seu poder, segundo valores fixados na forma do artigo 13.

§ 4º - Caso o serviço seja realizado por permissionário, poderá a Administração requisitar as caçambas para remoção de resíduos dos usuários que não o fizerem, cobrando destes o valor referente a tarifa, acrescentando-se 10 % a título de administração.

Art. 7º. Constitui infração ao disposto na Seção IV do Código de Posturas aprovado pela Lei 1.025 de 09 de março de 1987, punido na forma do Capítulo V do mesmo código, dar causa a permanência de lixo domiciliar em frente as residências e estabelecimentos, pela falta no cumprimento no disposto no artigo anterior.

### CAPÍTULO IV DO TRANSBORDO E DO DEPÓSITO DOS RESÍDUOS

Art. 8º. O transbordo e o depósito em definitivo de qualquer dos resíduos sólidos serão efetuados única e exclusivamente no estabelecimento de tratamento de resíduos sólidos e no aterro sanitário do Município, por quem tenha licença para fazê-lo, constituindo-se infração ao disposto na Seção IV do Código de Posturas aprovado pela Lei 1.025 de 09 de março de 1987, punido na forma do Capítulo V do mesmo código, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível segundo as normas ambientais estaduais e federais competentes, depositar resíduos sólidos de qualquer natureza fora dos locais designados acima.

§ 1º. Para efeito de cumprimento deste artigo, tem licença para o transbordo de resíduos sólidos, aqueles que operam o serviço público de coleta, transbordo, separação e transformação de resíduos sólidos e remoção de entulhos.

§ 2º. O entulho que não represente uma agressão ao meio ambiente poderá ser depositado em terrenos e locais que necessitem de aterramento, desde que precedido de licença da Prefeitura Municipal.

### CAPÍTULO V DA SEPARAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO DOS RESÍDUOS

Art. 9º. O executor do serviço intentará com prioridade o tratamento e a transformação dos resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos com vistas a produção de matérias primas recicladas, na quantidade que for possível, segundo os processos de reciclagem empregados.

Parágrafo Único: Do produto da reciclagem dos resíduos separados e transformados, poderá se utilizar o permissionário do serviço, inclusive comercialmente, sendo que, se o serviço for prestado diretamente pela Administração, esta doará o produto da reciclagem e transformação a entidades beneficentes.

### CAPÍTULO VI DO PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO

Art. 10. São obrigações da permissionária do serviço de coleta, transbordo, separação e transformação de resíduos sólidos e



remoção de entulhos:

- I - sujeitar-se às normas legais e à fiscalização do poder permitente;
- II - não paralisar os serviços objeto da permissão, mesmo que parcialmente, sob pena de multa diária pecuniária, correspondente a 100 UFIR's, exceto motivos alheios à sua vontade, devidamente comprovados;
- III - manter os veículos e equipamentos para prestação do serviço em boas condições;
- IV - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo poder permitente;
- V - executar os serviços com rigoroso cumprimento de horário, frequência, itinerário e demais condições definidas pelo poder permitente;
- VI - conceder isenções de tarifa determinados pela legislação específica;
- VII - possuir terreno e instalação física próprias ou locadas, situados no Município de Campo Alegre, a partir da outorga da permissão, adequados a separação e transformação de resíduos.
- VIII- colocação de caçambas nas localidades não atendidas pela coleta de lixo domiciliar, condicionada ao pedido formal da comunidade por uma entidade organizada como comissão de igreja ou capela, e ainda a autorização do poder concedente.

Parágrafo Único: O serviço a que se refere o disposto no inciso VIII deste artigo será efetuado na forma do artigo 6º.

Art. 11. A infração aos dispositivos do artigo anterior ensejam, garantida a defesa prévia, a aplicação das seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II- multa;
- III - rescisão do termo de permissão;

§ 1º. Será aplicada a advertência na ocorrência de infração a qualquer dos dispositivos do artigo anterior;

§ 2º. Será aplicada a multa no valor de 500 UFIR na ocorrência de reincidência;

§ 3º. Será rescindido o termo de permissão na terceira infração ocorrida no intervalo de tempo de 2 (dois) anos ininterruptos;

§ 4º. As penalidades não se aplicam cumulativamente.

Art. 12. Independente das penalidades pecuniárias impostas a permissionária, a permissão poderá ser revogada caso a permissionária:

- I - perder os requisitos de capacidade financeira, técnica ou administrativa;
- II - tiver decretada a concordata, falência ou iniciar processo de dissolução;
- III - paralisar total ou parcialmente os serviços objeto da permissão;
- V - subcontratar ou transferir a terceiros, no todo ou parte, os serviços objeto da permissão;

Parágrafo Único - A revogação da permissão outorgada, desde que motivada, não originará à permissionária, direito à indenização de quaisquer ordem.

## CAPÍTULO VII DAS TARIFAS

Art. 13. A tarifa de coleta, transbordo, separação e transformação de resíduos sólidos será fixada por ato específico.

Parágrafo Único: Tanto a fixação a que se refere o artigo anterior como os eventuais reajuste necessários, serão precedidos de justificativa que explicitará o custeio e a remuneração do capital investido pelo permissionário.

Campo Alegre "SC", 25 de junho de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2.497 de 23 de Junho de 1999**

DECRETO Nº 2.497 DE 23 DE JUNHO DE 1999

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.412 de 23 de junho de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar por conta de Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 76.900,00 (setenta e seis mil e novecentos reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
..... R\$ 1.500,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
..... R\$ 10.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0302 - Divisão de Tesouro

03.08.033.2007 - Encargos e Amortização de Dívidas

4000.00 - Despesas de Capital

4300.00 - Transferências de Capital

4350.00 - Amortização da Dívida Interna

4351.00 - Amortização da Dívida Contratada .....  
..... R\$ 10.000,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
..... R\$ 1.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.47.239.2014 - Transporte Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
..... R\$ 1.300,00

08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível .....  
..... R\$ 1.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família .....  
..... R\$ 100,00



0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 10.000,00  
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 10.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 30.000,00  
 16.91.575.1010 - Obras e Instalações em Geral  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 1.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 76.900,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro deste Decreto, correrá por Conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 23 de junho de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 2.496 DE 16 DE JUNHO DE 1999

DECRETO Nº 2.496 DE 16 DE JUNHO DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 3.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.400,00  
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 4.000,00

TOTAL ..... R\$ 9.400,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Reserva de Contingência  
 9000.00 - Reserva de Contingência  
 9900.00 - Reserva de Contingência  
 9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 9.400,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 16 de junho de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.495 DE 01 DE JUNHO DE 1999**

DECRETO Nº 2.495 DE 1º DE JUNHO DE 1999.

REGULAMENTA O REGIMENTO INTERNO  
DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.400 de 04 de maio de 1999; Resolve:

Art.1º) O Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Campo Alegre, aprovado pelos Conselheiros e membros da Diretoria do respectivo Conselho, passa a ter a redação constante do anexo único deste Decreto.

Regimento Interno do Conselho de Alimentação  
Escolar do Município de Campo Alegre.

**CAPÍTULO I**  
**DAS FINALIDADES DO CONSELHO**

Art. 1º - O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, tem como finalidade assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e Ensino Fundamental, mantidos pelo município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I - Fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos destinados à Merenda Escolar.

II - Promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos In Natura.

III - Orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região.

IV - Articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais.

V - Fixar critérios para a distribuição da Merenda Escolar nos Estabelecimentos de Ensino Municipais.

VI - Articular-se com as escolas municipais conjuntamente com os órgãos da educação do município, motivando-as na criação de hortas escolares.

VII - Realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação.

VIII - Realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-se em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar.

IX - Exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados a distribuição nas escolas, assim como limpeza dos locais de armazenamento.

X - Realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que diz respeito aos seus efeitos sobre a alimentação.

XI - Promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas municipais.

XII - Acompanhar a aplicação dos recursos transferidos pelo FNDE à conta do PNAE.

XIII - Orientar na aquisição de alimentos para o PNAE, assessorar a comissão de licitação na seleção dos fornecedores e de produtos de boa qualidade, observando as normas fixadas no § 2º do art. 3º da Resolução nº 002 de 21.01.99.

XIV - Apreciar e votar, em sessão aberta ao Público, o plano de ação da Entidade Executora quanto à aplicação dos recursos para PNAE, bem como a prestação de contas a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo.

XV - Divulgar todos os recursos financeiros recebidos pelo FNDE em locais públicos tais como: mural de escolas, mural de igrejas, postos de saúde, rádio local, jornais comunitários e outros.

XVI - Apresentar relatório de atividades ao FNDE, sempre que solicitado.

**CAPÍTULO II**  
**DAS COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**

Art. 2º - O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação.

II - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

III - Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

IV - Um representante dos Professores.

V - Um representante de pais de alunos.

§ 1º - A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

§ 2º - Os representantes serão indicados pelas Entidades que representam e serão nomeados por Decreto do Executivo Municipal.

§ 3º - O exercício de mandato de Conselheiro será gratuito e terá a duração de dois anos, podendo ser reconduzido.

§ 4º - O Secretário Municipal de Educação participará do Conselho e presidirá o mesmo.

§ 5º - O Conselho elegerá dentre seus membros um Vice-Presidente, competindo-lhe substituir o Presidente nos seus impedimentos legais.

**CAPÍTULO III**  
**DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE**

Art. 3º - São atribuições do Presidente:

I - Coordenar as atividades do Conselho.

II - Convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros.

III - Organizar a ordem do dia das reuniões.

IV - Determinar a verificação da presença dos Conselheiros.

V - Assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho.

VI - Agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais deve ter relações.

VII - Representar o Conselho ou delegar a representação.

VIII - Solicitar assessoramento da Consultoria Jurídica do município, quando necessário, bem como solicitar ao Poder Executivo, Assessoria Técnica de acordo com as matérias em estudo.

IX - Cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei e deste Regimento.

**CAPÍTULO IV**  
**DOS MEMBROS DO CONSELHO**

Art. 4º - Compete aos Membros do Conselho:

I - Participar de todas as discussões e deliberações do Conselho.

II - Votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho.

III - Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem.

IV - Comparecer às reuniões na hora pré-fixada.

V - Desempenhar as funções para as quais for designado.

VI - Relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo Presidente.

VII - Justificar seu voto quando for o caso.

VIII - Assinar as atas das reuniões do Conselho.

IX - Obedecer às ordens regimentais.

**CAPÍTULO V**  
**DO FUNCIONAMENTO**

Art. 5º - As reuniões serão:



I - Ordinárias, uma vez por mês, em datas definidas previamente.  
 II - Extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 horas, pelo Presidente do Conselho ou por solicitação de um terço de seus membros.  
 III - Todas as reuniões do Conselho serão públicas e precedidas de divulgação.  
 IV - O Conselho se reunirá observando-se o "quorum" de metade mais um de seus membros; e  
 V - Se, após 30 (trinta) minutos da hora marcada para o início da reunião, não houver "quorum" suficiente, o Presidente do Conselho marcará nova reunião a qual será realizada com qualquer número de membros.

Art. 6º - As Sessões terão os seguintes procedimentos:

I - Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior.  
 II - Apresentação e discussão dos itens da pauta previstos para a reunião.  
 III - Apresentação de matérias extra-pauta; e  
 IV - Encerrada a discussão, as matérias do dia serão submetidas à votação simbólica ou nominal, com base no voto da maioria simples dos presentes.

Art. 7º - Este Regimento Interno poderá ser revisto e reformulado pelo voto de dois terços de seus membros, sempre que houver necessidade de inclusão de aspectos considerados essenciais.

Art. 8º - Os casos omissos no presente Regimento Interno serão resolvidos mediante deliberação dos membros do Conselho.

#### CAPÍTULO VI DAS DECISÕES

Art. 9º - As decisões do Conselho de Alimentação Escolar serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 10 - As decisões do Conselho serão registradas em ata.

#### CAPÍTULO VII DAS ATAS

Art. 11 - As Atas devem ser redigidas em livro próprio, com as páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho e numeradas tipograficamente.

§ 1º - A Ata é o resumo das ocorrências verificadas nas Reuniões do Conselho.

§ 2º - As Atas devem ser escritas seguidamente, sem rasuras ou emendas.

#### CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - As decisões do Conselho que criam despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros disponíveis.

Art. 13 - Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 1º de junho de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
 Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.494 DE 01 DE JUNHO DE 1999**

DECRETO Nº 2.494 DE 1º DE JUNHO DE 1999  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.406 de 1º de junho de 1999; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia do Gabinete  
 03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil .....  
 . R\$ 3.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 . R\$ 2.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 2.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 . R\$ 4.000,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil .....  
 . R\$ 9.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 . R\$ 1.350,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 R\$ 1.400,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 . R\$ 3.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3214.00 - Contribuições a Fundos .....  
 R\$ 25.000,00  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos .....  
 ... R\$ 1.500,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 15.84.492.2009 - Contribuição ao PASEP  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3280.00 - Contribuição para formação do PASEP .....  
 R\$ 5.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação



0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 500,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos ..... R\$ 2.050,00  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.500,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 2.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3253.00 - Salário Família ..... R\$ 800,00  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2017 - Manutenção das Atividades de Creches  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 20.000,00  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 500,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 500,00  
08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 5.000,00  
0405 - Divisão de Merenda Escolar  
08.42.188.2020 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 8.000,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 50.000,00  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 2.000,00  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 7.000,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 9.500,00  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.000,00  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 400,00  
0603 - Divisão de Turismo  
11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 3.500,00  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.000,00  
0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
0701 - Divisão da Frota Municipal  
10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 40.000,00  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 5.000,00  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 10.500,00  
0702 - Departamento de Transporte  
16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção do Maquinário  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 10.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 10.000,00  
TOTAL ..... R\$ 250.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro deste Decreto correrá por Conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência .....  
.... R\$ 250.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
1º de junho de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal



MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de junho de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.493 DE 27 DE MAIO DE 1999**

DECRETO Nº 2.493 DE 27 DE MAIO DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
. R\$ 3.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3190.00 - Diversas Despesas de Custeio]  
3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores .....  
R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de maio de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 27 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 2.492 DE 18 DE MAIO DE 1999**

DECRETO Nº 2.492 DE 18 DE MAIO DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0405 - Divisão de Merenda Escolar  
08.42.188.2020 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....  
.... R\$ 5.000,00

TOTAL ..... R\$ 5.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0405 - Divisão de Merenda Escolar  
08.42.188.2020 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
. R\$ 5.000,00

TOTAL ..... R\$ 5.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
18 de maio de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE F<sup>a</sup>. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 2.491 DE 10 DE MAIO DE 1999**

DECRETO Nº 2.491 DE 10 DE MAIO DE 1999.  
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.400 de 04 de maio de 1999, em seu Artigo 2º e parágrafo I; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

1- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:  
Zilka de França Hasselmann - Titular - Presidente do Conselho  
José Carlos Nenevê Cordeiro - Suplente  
Maria Maurene O. May - Titular  
Maurene Tereza Cubas - Suplente

2 - Representantes da Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social:  
Raquel Benta Pereira - Titular  
Ana Claudia Melin - Suplente

3- Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente:  
João Samuel Cubas - Titular  
Pedro Fagundes - Suplente

4 - Representantes de Professores:  
Maria Ivone Munhoz - Titular  
Méri Engler Negherbon - Suplente

5 - Representantes de Pais e Alunos:  
Rosane Aparecida da Silva Scholze - Titular  
Euci Terezinha Cunha - Suplente

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de maio de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.490 de 10 de Maio de 1999**

DECRETO Nº 2.490 DE 10 DE MAIO DE 1999.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos  
0701 - Divisão de Frota Municipal  
10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....  
.... R\$ 5.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
... R\$ 5.000,00

TOTAL .....  
.. R\$ 10.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos  
0701 - Divisão de Frota Municipal  
10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
10.000,00

TOTAL ..... R\$ 10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
10 de maio de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 2.489 DE 04 DE MAIO DE 1999**

DECRETO Nº 2.489 DE 04 DE MAIO DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 2.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3214.00 - Contribuições a Fundos .....  
 . R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 22.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 22.000,00

TOTAL ..... R\$ 22.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 04 de maio de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 04 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.488 DE 04 DE MAIO DE 1999**

DECRETO Nº 2.488 DE 04 DE MAIO DE 1999.

REGULAMENTA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 1.436/91, alterada pelas Leis Municipais nº 1.600/92, nº 1.965/94 e nº 2.399/99; Resolve:

Art.1º) O Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, aprovado pelos Conselheiros e membros da Diretoria do respectivo Conselho, passa a ter a redação constante do anexo único deste Decreto.

Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre.

Capítulo I  
 Da Instituição.

Art.1º) O Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, criado pela Lei Municipal nº 1436/91, alterado pelas Leis Municipais nº 1600/92 e nº 1965/94 é um órgão deliberativo permanente no âmbito Municipal.

Art.2º) O Conselho Municipal de Saúde tem as atribuições e competências previstas em lei, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo.

Capítulo II  
 Estrutura e Composição.

Art.3º) O Conselho Municipal de Saúde tem composição paritária entre representantes do Governo e Sociedade Civil, é composto de:

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.
- b) Um representante da área Hospitalar.
- c) Um representante do Laboratório de Análises Clínicas.
- d) Um representante da área Médica.
- e) Um representante da área Odontológica.

Representantes dos usuários.

- a) Um representante da Associação de Bairros e Moradores.
- b) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
- c) Um representante de Entidades Religiosas.
- d) Um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre (ACIACA).
- e) Um representante da Associação de Pais e Professores.

§ Único - A cada titular do Conselho Municipal de Saúde corresponderá um suplente.

Art.4º) Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art.5º) A presidência será exercida pelo Secretário Municipal de Saúde, e na ausência deste, a presidência será assumida pelo seu suplente.

Art.6º) O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde e respectivos suplentes, será de dois (02) anos, permitida a reeleição.

Art.7º) Os representantes das entidades ou órgãos considerados titulares do Conselho Municipal de Saúde, nas sessões plenárias terão direito a voz e voto.



Art.8º) Os membros suplentes poderão participar das sessões plenárias, entretanto terão direito a voto somente quando em substituição aos membros titulares respectivos.

Art.9º) O apoio Técnico Administrativo, será prestado por um Secretário, constituído com esta finalidade específica.

§ Único - Cada membro titular terá direito a um único voto na sessão plenária.

Art.10º) O Conselho Municipal de Saúde reunir-se á em local previamente determinado pelo menos uma vez a cada sessenta dias. Em Sessão Plenária Ordinária podendo ser convocada extraordinariamente pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos membros.

§ Único - O órgão de deliberação máxima é o plenário.

Art.11º) Para realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta do Conselho Municipal de Saúde, que deliberará pela maioria dos votos presentes.

Art.12º) Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão substituídos caso falem sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 06 (seis) intercaladas.

Art.13º) As faltas deverão ser justificadas formalmente até 24:00 (vinte e quatro) horas de antecedência da sessão seguinte.

Art.14º) Não havendo sessão por falta de quorum, dispensará o presidente os conselheiros presentes após lavratura da Ata Negativa, neste caso poderá ser convocada nova Reunião em intervalo mínimo de 24:00 (vinte e quatro) horas.

Art.15º) A convocação das reuniões extraordinárias o Presidente cientificará os conselheiros, com 48:00 (quarenta e oito) horas de antecedência, através de situação pessoal.

### Capítulo III Das Sessões.

Art.17º) AS sessões do Conselho Municipal de Saúde constatarão de 03 (três) partes.

I - Expediente;

- a) Apresentação e aprovação da Pauta de Reunião.
- b) Leitura e aprovação da ata de reunião anterior.

II - Ordem do dia; destinada a discussão e votação de matéria em pauta.

III - Assuntos diversos; discussão e aprovação dos demais assuntos inscritos e incluídos na pauta.

Art.18º) Para votação, deverão ser observados os seguintes preceitos:

- a) a votação será a descoberto em todos os casos aprovada pela maioria simples do plenário.
- b) qualquer conselheiro poderá solicitar que seja consignado em ata expressamente, seu voto.
- c) o presidente do Conselho Municipal de Saúde terá além do voto comum, o direito a voto de qualidade em caso de empate.

Art.19º) Do que se passa na sessão, lavrará o secretário a ata, fazendo constar:

- a) a natureza da sessão, o dia, a hora e local de sua realização, o nome de quem presidiu e os nomes dos conselheiros presente, bem como aqueles que não compareceram, consignada a respeito a circunstância de haverem ou não justificado sua ausência.

b) a discussão porventura havida a propósito da ata anterior e votação desta.

c) o expediente.

d) o resumo da discussão havida na ordem do dia e os resultados das votações.

e) por extenso todas as propostas.

Art.20º) São prerrogativas do Presidente:

a) presidir as sessões e os trabalhos do Conselho Municipal de Saúde.

b) convocar reuniões ordinárias e extraordinárias.

c) aprovar a pauta de cada reunião e a ordem do dia respectivo.

d) dirigir e orientar as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, coordenando os debates e nele intervindo para esclarecimentos.

e) resolver questões de ordem.

f) promover e regular o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, como responsável pela sua administração, solicitar as autoridades competentes as providências e recursos necessários para atender aos seus serviços.

g) corresponder-se em nome do Conselho Municipal de Saúde e representá-lo nas solenidades e atos oficiais.

h) homologar as resoluções do Conselho Municipal de Saúde;

i) cumprir o disposto na Lei nº 1436/91, alterada pela Lei Municipal nº 1600/92.

Art.21º) As deliberações do Conselho Municipal de Saúde quando pertinentes serão operacionalizadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Saúde terá a responsabilidade de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução dessas deliberações.

Art.22º) O documento competente para divulgação das decisões do Conselho Municipal de Saúde para todos os efeitos legais será a resolução, assinada pelo Presidente e Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Art.23º) O presente Regimento poderá ser modificado por propostas de qualquer um dos membros, que deverá ser aprovado por maioria simples do Conselho Municipal de Saúde, podendo ser modificado em seus artigos ou no seu todo.

Art.24º) Os representantes das entidades junto ao Conselho Municipal de Saúde deverão ser domiciliados em Campo Alegre - SC.

Art.25º) Este Regimento aprovado em plenário do Conselho Municipal de Saúde, entra em vigor na data de sua publicação.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de maio de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 04 dias do mês de maio de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete



**Decreto Nº 2.487 de 29 de Abril de 1999**

DECRETO Nº 2.487 DE 29 DE ABRIL DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal n 2.397 de 29 de abril de 1999; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.46.224.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 . R\$ 1.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 R\$ 4.000,00  
 08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 R\$ 1.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
 20.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 26.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá, por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.46.224.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 6.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 10.000,00  
 08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 . R\$ 5.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 5.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 26.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 29 de abril de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE F. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 29 dias do mês de abril de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.486 DE 29 DE ABRIL DE 1999**

DECRETO Nº 2.486 DE 29 DE ABRIL DE 1999.

REGULAMENTA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 1.436/91, alterada pelas Leis Municipais nº 1.600/92, n 1.965/94 e nº 2.3.../99; Resolve:

Art.1º) O Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, aprovado pelos Conselheiros e membros da Diretoria do respectivo Conselho, passa a ter a redação constante do anexo único deste Decreto.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I  
DO CONSELHO

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 29 de abril de 1999.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 29 dias do mês de abril de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.485 de 12 de Abril de 1999**

DECRETO Nº 2.485 DE 12 DE ABRIL DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 42.000,00



(quarenta e dois mil reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia do Gabinete  
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 8.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2017 - Manutenção das atividades de Creches  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
 08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades Educação Pré-Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
 0405 - Divisão de Merenda Escolar  
 08.42.188.2020 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 3.000,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
 13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 15.000,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos  
 0701 - Divisão de Frota Municipal  
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 10.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 42.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia do Gabinete  
 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do

Prefeito  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 2.000,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 8.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2017 - Manutenção das atividades de Creches  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 2.000,00  
 08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades de Educação Pré-Escolar  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 2.000,00  
 0405 - Divisão de Merenda Escolar  
 08.42.188.2020 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 3.000,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
 13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 15.000,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos  
 0701 - Divisão de Frota Municipal  
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00

TOTAL ..... R\$ 42.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 12 de abril de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 12 dias do mês de abril de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 2.484 DE 31 DE MARÇO DE 1999**

DECRETO Nº 2384 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.279,40 (Quatorze mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão de Pessoal  
 03.07.427.2004 - CESTAS BÁSICAS.  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5.179,40  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 5.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.000,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planejamento Urb. Obras Transp. Serv. Públicos  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 16.88.449.1007 - Implantação da Rede de Esgotos Pluvial e Sanitário  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 3.100,00  
 TOTAL ..... R\$ 14.279,40

Art. 2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.  
 9000.00 - Reserva de Contingência.  
 9900.00 - Reserva de Contingência.  
 9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 14.279,40

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 18 de fevereiro de 1998.  
 Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
 Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
 Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 09 dias do mês de fevereiro

de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
 Chefe de Gabinete.

**DECRETO Nº 2.483 DE 29 DE MARÇO DE 1999**

DECRETO Nº 2.483 DE 29 DE MARÇO DE 1999.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Fica instituído PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais no dia 1º de abril de 1999, ressalvando-se as necessidades emergenciais de cada órgão da Administração Municipal.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 29 de março de 1999.  
 EVALDO TABBERT  
 Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 29 dias do mês de março de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.482 DE 18 DE MARÇO DE 1999**

DECRETO Nº 2.482 DE 18 DE MARÇO DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 45,457,40 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia do Gabinete  
 03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 10.000,00



0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
. 3.000,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Obrigações Patronais .....  
. R\$ 1.000,00  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2016 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Obrigações Patronais .....  
R\$ 3.000,00  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2017 - Manutenção das atividades de Creche  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
2.000,00  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$  
1.000,00  
08.41.190.2018 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
1.000,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.427.2022 - Doação de Cestas Básicas a Carentes  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
4.457,40  
15.81.483.2023 - Conselho Tutelar  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
5.000,00  
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
04.14.080.1006 - Implantação do Horto Municipal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
2.000,00  
0603 - Divisão de Turismo  
11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
6.000,00  
0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
0701 - Divisão da Frota Municipal  
10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
5.000,00

TOTAL .....  
.R\$ 45.457,40

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Reserva de Contingência  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência .....  
.... R\$ 45.457,40

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de março de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de março de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2.481 DE 16 DE MARÇO DE 1999

DECRETO Nº 2.481 DE 16 DE MARÇO DE 1999.  
TRANSFERE FERIADO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal Decreta:

Art.1º) Fica transferido o feriado municipal de aniversário de emancipação política do município, do dia 18 para o dia 19 com todas as comemorações alusivas, exceto o ato cívico que será realizado no dia 18 de março do corrente ano.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto nº 2.480 de 1º de março de 1999..

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de março de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças



Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de março de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.480 DE 01 DE MARÇO DE 1999**

DECRETO Nº 2.480 DE 1º DE MARÇO DE 1999.

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal Decreta:

Art.1º) As Comemorações Alusivas ao 102º Aniversário de Emancipação Política do Município, serão realizadas no dia 19 (dezenove) de março de 1998, ficando desde já Decretado PONTO FACULTATIVO neste dia.

Art.2º) Ressalvam-se as necessidades de serviço de cada Secretaria e seus respectivos Departamentos.

Art.3º) Exclui-se das Comemorações constantes no Artigo 1º deste Decreto a prática do ato Cívico que será realizada na data de 18 (dezoito) de março do corrente ano, considerando dia normal no município.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
1º de março de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de março de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.479 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.479 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2015 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
120.000,00

TOTAL ..... R\$ 120.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Reserva de Contingência  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 120.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
17 de fevereiro de 1999.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 17 dias do mês de fevereiro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.478 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.478 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1999

ESTIMA BASE DE CÁLCULO DE ISSQN, FIXA REGIME DE ESTIMATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; DECRETA:

Art.1º Fica fixado o regime de estimativa para os contribuintes listados no Anexo I, parte integrante deste Decreto, nos termos do Artigo 14 , Inciso III do Decreto 2.406 de 22.04.1998.

Art.2º Ficam estimados os valores de base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN para o ano de 1999 conforme Anexo I deste Decreto.

Art.3º As reclamações contra estimativa de base de cálculo serão apresentados pelo contribuinte na forma do Artigo 16, Inciso VIII do Decreto 2.444 de 26.08.1998 e decididos pelo Secretário de Administração e Finanças.

Art.4º A fixação do seguinte de estimativa de que trata este decreto poderá ser revista, suspensa ou cancelada, em cada caso, por ato do Secretário de Administração e Finanças.

Art.5º Este Decreto vigorará da data de sua publicação até 31 de dezembro de 1999.



Prefeito Municipal



----- ----- ----- ----- -----
JOÃO AQUILES MONNEY  4000.2   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
JOSÉ EDENIR WALDMANN  4010.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
LEONEL BUENO DE FARIAS  4023.1   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
LEONDINO RUY CASAGRANDE  4024.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
LUIZ CARLOS DA ROCHA  4028.2   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
LUIZ ROSARIO DA ROCHA  4033.9   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
LUIZ WOICIEKOWSKI  4034.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
MARINO SCHADECK  4038.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
MARIO JORGE GROSSKOPF  4043.6   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
MARIA RITA MUNHOZ FROEHNER  4045.2   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
NELCI HELENA MEGER  4065.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
OSMAR FUCKNER  4078.9   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
OSNI PAULO LINZMEYER  4079.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
RENATO WOICIEKOWSKI  4094.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
ROSELI APARECIDA DO ROSARIO  4100.9   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
SANDRO SCHADECK  4103.3   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
SILVIO FARIAS  4107.6   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
TEODORO FUCKNER  4126.2   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
VANDERLEI RIBAS DE SOUZA  4132.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
VALMIR JOSE WALDMANN  4133.5   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
VALDIVIO FUCKNER  4134.3   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
WALFRIDO ELLINGEN  4136.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----

----- ----- ----- ----- -----
WALDOMIRO SCHADECK  4138.6   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
WALDEMIRO SCHULZ  4139.4   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
ZEBERTO SCHOLZE  4143.2   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
ADEMIR BAHR  4144.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
ADONIRO SCHADECK  4145.9   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
ADEMAR SCHADECK  4146.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
CLAUDIO ALFREDO FUCKNER  4150.5   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
JOÃO MOCKFA  4154.8   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
ROMILDO DE ALMEIDA COELHO  4161.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
JOÃO OSMAR FRANCO  4163.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
VALFRIDO KOBBS  4168.8   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
OSMAR UNISESKY  4171.8   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
LUIZ FUCKNER  4173.4   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
IVONETE SUCZECH WALDMANN  4179.3   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
ARI SIMOES DE FARIAS  4181.5   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
IVO LINZMEYER  4191.2   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
ILARIO TELMA  4192.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
JOAO OSNIR CUBAS  4007.2   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
LEONIDES SCHOLZE  4212.9   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
JOSE EDNILSON WALDMANN  4213.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
AURO MEIRELES WOYESHOVSKY  4214.5   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----
NASIR DOS SANTOS  4216.1   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- ----- -----



-	-	-	-	-	-	-	-
EDENIR UHLIG	4218.8		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ANDERSON SCHMIDT	4222.6		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
RUDI ALFREDO FUCKNER	4226.9		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ANDRÉ MILCHEVSKY	4228.5		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
LEVINO SELL	4231.5		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
EVARISTO MILCHEVSKY	4233.1		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
IVO LUIZ UNISESKI	4239.0		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
MARCIO LUIZ UNISESKI	4245.5		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ESTANISLAU KUJASKI	4246.3		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
SAULO NEUMANN	4247.1		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
RONALDO DERENIEVICZ	4259.5		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
AROLD ZUMBACH	4263.3		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
GILBERTO RUBENS GUINHER	4267.6		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
RAUL BALLATKA	4278.1		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
JOAQUIM DANIEL ZOELLNER	4279.0		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
MARCELO TELMA	4283.8		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
EVANDRO JOSÉ TABBERT	4291.9		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
SILVIO BARON	4293.5		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
NILTON PEDRO FUCKNER	4294.3		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ADENILDO FUCKNER	4295.1		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
JAIR TADEU CORDEIRO DA CRUZ	4297.8		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
SÉRGIO CANDIDO FERREIRA	4299.4		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-

MARCIO ERNANI MUNHOZ	4300.1		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
OSMAR ANTONIO CUBAS	4303.6		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
REVELINO DE ALMEIDA	4312.5		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ISLO FERREIRA DINIZ	4319.2		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ADIR JOSE MACHADO	4324.9		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
VILMAR FUCKNER	4331.1		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
JAIR FUCKNER	4347.8		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
VILSON LEOMAR SCHREIBER	4349.4		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ADIR STOCO	4353.2		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ANTONIO ARNALDO BOARON	4354.0		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ZITA VALERIO DA CRUZ	4365.6		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
JOSE ADILSON SOLEVITZ	4370.2		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
WALDOMIRO FUCKNER	4373.7		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ALOISIO ADEMIR BIAOBOCK	4385.0		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
SERGIO FERREIRA DE SOUZA	4387.7		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
JULIO CESAR SCHUTZLER	4391.5		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
MARCOS AURELIO SCHADECK	4394.0		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
JOSE GENESIO STAFIM	4402.4		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
LUIS CARLOS RODRIGUES	4407.5		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
NEI FRANCISCO DA CRUZ	4413.0		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
HELIO ADEMIR FUCKNER	4415.6		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
ARCELINO EUCLIDES FERREIRA	4426.1		1700,00 3%		51,00 4		
-	-	-	-	-	-	-	-
NADIR DE ANDRADE	6983.3		1700,00 3%		51,00 4		



PEDRO PAULO FUCKNER	6990	1700,00 3%	51,00 4	
CLOVIS ROBERTO M. FIGUEIREDO	7052.1	1700,00 3%	51,00 4	
DIONISIO DE SOUZA	7073.4	1700,00 3%	51,00 4	
SEBALDO SCHULZE	7085.8	1700,00 3%	51,00 4	
JOSE VILMAR ROSARIO ROCHA	7091.2	1700,00 3%	51,00 4	
JOANIIR JOSE FUCKNER	7258.3	1700,00 3%	51,00 4	
WILSON FUCKNER	7341.5	1700,00 3%	51,00 4	
ADENIR FUCKNER	7342.3	1700,00 3%	51,00 4	
ROBERTO COLLET	451.0	1700,00 3%	51,00 4	
ERICO KRUGER	1556.3	1700,00 3%	51,00 4	
PAULO ENGLER	1864.3	1700,00 3%	51,00 4	
ALFREDO ENGLER	2206.3	1700,00 3%	51,00 4	
MAURICIO ENGLER	2377.9	1700,00 3%	51,00 4	
VICTOR ENGLER	2382.5	1700,00 3%	51,00 4	
ROONEY ROMEO SCHINDLER	3879.2	1700,00 3%	51,00 4	
CESAR DAVID WEBER	3924.1	1700,00 3%	51,00 4	
HORST KRUGER	3971.3	1700,00 3%	51,00 4	
MARINO JOSE RETCH	4039.8	1700,00 3%	51,00 4	
JOSE EURICO KERCHER	4208.0	1700,00 3%	51,00 4	
HUMBERTO MIRANDA LEAL	1941.0	1700,00 3%	51,00 4	
ERWIN FRANZ GATRINGER FILHO	2975.0	1700,00 3%	51,00 4	
MANUEL RODRIGUEZ EL OLMO	2976.9	6000,00 4%	240,00 8	

JOSE FLAVIO SCHEFFER	3085.6	1800,00 4%	720,00 8	
CLEVIO JORGE SCHEFFER	3162.3	1800,00 4%	720,00 8	
RUTH MARIA GONÇALVES	4102.5	1800,00 4%	720,00 8	
ALDERICO JOSE DANA	396.4	1800,00 4%	720,00 8	
HUBERTO ARALDI LEAL	1331.5	1800,00 4%	720,00 8	
LUIZ BENEDITO DE CASTRO	2430.9	3600,00 4%	144,00 8	
MARCOS VINICIO SIMM	4269.2	3600,00 4%	144,00 8	
GERALDO KOBUS	2300.0	1700,00 3%	51,00 4	
LUIZ MARINO FERREIRA	4029.0	1700,00 3%	51,00 4	
ILARIO SELL	4317.6	1700,00 3%	51,00 4	
CARLOS TELMA DE LIMA	811.7	1700,00 3%	51,00 4	
ANTONIO CLODOMIR STOMINSKY	838.9	1700,00 3%	51,00 4	
THOMAZ ONIVIO SIMOES TEIXEIRA	874.5	1700,00 3%	51,00 4	
LEONARDO KRATSCH	897.4	1700,00 3%	51,00 4	
ILDEFONSO OSMAR DUMS	909.1	1700,00 3%	51,00 4	
JOSE NERI RIBERIO	1057.0	1700,00 3%	51,00 4	
ARNOLDO RUTZEN	1641.1	1700,00 3%	51,00 4	
ANSELMO HORNICH	1762.0	1700,00 3%	51,00 4	
NELSON LUIS BAIL	1944.5	1700,00 3%	51,00 4	
CLAUDIO FERRAZ DOS SANTOS	2045.1	1700,00 3%	51,00 4	
EVALDO REISER	2075.3	1700,00 3%	51,00 4	



LUIZ FARI  2078.8   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
EDIVAL GOMES DE SIQUEIRA  2708.1   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
SILVIO GOMES DE SIQUEIRA  2745.6   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
JOSE ODRACIR CUBAS  2760.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
ARNOLDO SEVERIANO DA LUZ  2778.2   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
AMANDIO CILO CARDOSO  2806.1   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
NORBERTO RUTZEN  3327.8   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
NERI SOARES DE LIMA  3546.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
INACIO DRANKA  3978.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
JOSE RAMOS  4011.8   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
NILTON ROGERIO JANCKOWSKI "ME"  4069.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
NILTON CESAR DA COSTA  4070.3   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
ARNO CHAVES  4147.5   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
CHAUDIO FERREIRA CARDOSO  4149.1   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
JOAO IARGAS SOBRINHO  4153.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
PEDRO LUIZ DA SILVA FELICIANO  4160.2   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
TOMAZ VALDECIR TEIXEIRA  4167.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
JOSE ALVES FERREIRA NETO  4201.3   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
JOSE MARIO CASTILHO  4203.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
VALDIVIO PEYRL  4219.6   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
JOSE FERREIRA NETO  4248.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
PEDRO OSNI GORNIACK  4275.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----

PAULO TOBIA  4282.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
SEBASTIÃO BESEN NETTO  4290.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
RENATO VALDIR KIEFER  4325.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
MAURO JOSE DUMS  4328.1   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
AGUINALDO DE SOUZA  4332.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
MANOEL BERNARDINO BUENO  4359.1   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
CELSO SCHMANSKI  4416.4   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
PAULO WALTMANN  4421.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
PROTAZIO TELMA  4427.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
PAULO ROGERIO DOS SANTOS  7012.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
GERALDO LOPES  7040.8   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
LEONIDIO HEIDEN  547.9   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
ALFREDO HABECH  1269.6   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
EVALDO DERENIEVICZ  2192.0   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
DALCIO LARGURA  2623.9   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
ADEMAR ROSARIO DA CRUZ  2755.3   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
VERISSIMO TELMA  3041.4   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
PEDRO AMANDOS DE SOUZA SCHLOGL  4085.1   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
RONALDO HASTREITER  4099.1   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
RAMON REINER HRUSCHKA  4162.9   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
ELIZEU TELMA DE LIMA  4227.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----
PLACIDO VIEIRA DE LIMA  4261.7   1700,00 3%   51,00 4
----- ----- ----- -----



VALFREDO LINZMEYER	4420.2	1700,00 3%	51,00 4
IVAN CANDIDO	6997.3	1700,00 3%	51,00 4
IMOBILIARIA PARAISO DA SERRA LTDA	707.2	6000,00 3%	240,00 5
LAURINDO MAY	2105.9	6000,00 3%	240,00 5
MARIA HILDA GOMES DE S. DA COSTA	4046.0	6000,00 3%	240,00 5
GILBERTO ENGLER	7321.0	6000,00 3%	240,00 5
NIVALDO BORDIGNON	2616.6	6000,00 3%	240,00 5
GENARIO CORDEIRO "ME"	3906.3	600,00 3%	60,00 3
BAR DO JOAO "ME"	3910.1	600,00 3%	60,00 3
BAR DO MACHADO	3912.8	600,00 3%	60,00 3
CELSO COAN "ME"	3925.0	600,00 3%	60,00 3
ILDEFONSO SCHINDLER	3976.4	600,00 3%	60,00 3
JOAO ADIR DE OLIVEIRA	4002.9	600,00 3%	60,00 3
VITALINA GRESCHEN "ME"	4211.0	600,00 3%	60,00 3
LEONOR PEREIRA DE LIMA "ME"	4234.0	600,00 3%	60,00 3
LEONI IZIDORO PRECOMA	4271.4	600,00 3%	60,00 3
MARIA ALDAIR NENEVE DE LIMA	4305.2	600,00 3%	60,00 3
SIDNEI ROSARIO ROCHA	4309.5	600,00 3%	60,00 3
JARLETE SCHADECK	4313.3	600,00 3%	60,00 3
ANTONIO ZACARIAS BUENO "ME"	4314.1	600,00 3%	60,00 3
JANETE SIMOES DE FARIAS	4330.3	600,00 10%	60,00 3

MARIA CELIA SCHMANSKY FRANCKE ME	7013.0	1700,00 3%	51,00 4
SEBASTIAO PRESTES DE SOUZA	1779.5	1700,00 3%	51,00 4
ALVINA AZEREDO VIER	3884.9	1700,00 3%	51,00 4
ANA DELACY ROCHA NAGEL	3888.1	1700,00 3%	51,00 4
ELIANE DE CASSIA OLIVEIRA	3947.0	1700,00 3%	51,00 4
ZILMA CORDEIRO DA CRUZ	4190.4	1700,00 3%	51,00 4
ELIANE DO ROCIO PRUCHNESKI LINZMEYER	4284.6	1700,00 3%	51,00 4
MARLENE LUZIA DOS SANTOS	4286.2	1700,00 3%	51,00 4
IZAURA DE FATIMA SUTIL EBERT	4340.0	1700,00 3%	51,00 4
VANDERLEI BRAZ	4404.0	1700,00 3%	51,00 4
DEONILDA B. BASTOS	3995.7	1700,00 3%	51,00 4
LYDIA HELENA SCHINDLER	4025.8	1700,00 3%	51,00 4
SILVANA ROSE PAULI MINIKOWSKY	4108.4	1700,00 3%	51,00 4
ERNESTINA FERREIRA KATZMANN	4202.1	1700,00 3%	51,00 4
ANA MARIA KUHNEN	4276.5	1700,00 3%	51,00 4
ROSA TERESA LUDTKE	4301.0	1700,00 3%	51,00 4
TEREZINHA LINZMEYER	4329.0	1700,00 3%	51,00 4
BRIGITTE SUELI VAN DEN A STEUERMAGEL	4326.5	1700,00 3%	51,00 4
RENATO JOAO TREML	1404.4	1700,00 3%	51,00 4
ALTAIR FRAGA	3883.0	1700,00 3%	51,00 4
JOAO BORBA LINHARES	4004.5	1700,00 3%	51,00 4



ARLINDO CHAVES CARVALHO	4242.0	1700,00	3%	51,00	4
ANTONIO VALMIR ROCHA	4315.0	1700,00	3%	51,00	4
WILSON ELERT	7599.0	1700,00	3%	51,00	4
LEOPOLDO SCHINDLER	31.0	1700,00	3%	51,00	4
LUIZ FERNANDO SCHMELLER	808.7	1700,00	3%	51,00	4
AMAUURI GONÇALVES	4357.5	1700,00	3%	51,00	4
ARLINDO PRESTES DE SOUZA	2029.0	1700,00	3%	51,00	4
LUIS UBIRAJARA BORGES VIEIRA	6979.5	1700,00	3%	51,00	4
JEFFERSON JEAN DUVOISIN	3521.1	1700,00	3%	51,00	4
ANTONIO PRESTES DE SOUZA	2086.9	1700,00	3%	51,00	4
OSNI FERNANDES	4311.7	1700,00	3%	51,00	4
ANTONIO DIONISIO HORNICH	3892.0	1700,00	3%	51,00	4
AMBROSIO SCHMANSKY	2389.2	1700,00	3%	51,00	4
RAULINO ARI SELL	4318.4	1700,00	3%	51,00	4
JOSE CARLOS NENEVE CORDEIRO	867.2	1700,00	3%	51,00	4
JUÇARA MARIA SCHROEDER	4336.2	1700,00	3%	51,00	4
ALAN ALVES MOREIRA	4396.6	1700,00	3%	51,00	4
LUIZ WIELIVICK	4327.3	1700,00	3%	51,00	4
FRANCISCO ARY DA CRUZ	1198.3	1700,00	3%	51,00	4
JOSE PEDRO FERREIRA DOS ANJOS	4360.5	1700,00	3%	51,00	4
OLDEMAR DUVOISIN JUNIOR	662.9	6000,00	4%	240,00	5

ANTONIO VLADEMIR SCHEFFER	3702.8	9000,00	4%	360,00	6
WIVIAN NEREIDA SILVEIRA DE SANTIAGO	4345.1	9000,00	4%	360,00	6

**Decreto Nº 2.477 de 08 de Fevereiro de 1999**

DECRETO Nº 2.477 DE 08 DE FEVEREIRO DE 1999.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 152,000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Chefia do Gabinete  
03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 2.000,00  
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0301 - Divisão Pessoal  
03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 10.000,00  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
03.08.030.2008 - Manutenção das Atividades de Finanças  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 8.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 20.000,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.42.188.2010 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 6.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 10.000,00  
08.47.235.2013 - Divisão de Ensino Infantil  
3000.00 - Despesas Correntes



3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$  
 5.000,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2017 - Manutenção das atividades de Creche  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 2.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
 2.000,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
 13.75.428.2021 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 5.000,00  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.427.2022 - Doação de Cestas Básicas a Carentes  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 1.000,00  
 15.81.483.2023 - Conselho Tutelar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 3.000,00  
 15.81.486.2024 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 2.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
 1.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 5.000,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.14.080.1006 - Implantação do Horto Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
 3.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
 2.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 1.000,00  
 04.18.111.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 2.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 20.000,00  
 0603 - Divisão de Turismo  
 11.65.363.2028 - Incentivo ao Turismo

3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$  
 1.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
 3.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
 1.000,00  
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serv. Públicos.  
 0701 - Divisão da Frota Municipal  
 10.60.325.2029 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
 20.000,00  
 10.60.325.2030 - Conservação de Logradouros Públicos  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 2.000,00  
 0702 - Departamento de Transporte  
 16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção do Maquinário  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 5.000,00  
 16.88.534.2033 - Conservação de Estradas do Interior  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
 10.000,00

TOTAL .....  
 .R\$ 152.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Reserva de Contingência  
 9000.00 - Reserva de Contingência  
 9900.00 - Reserva de Contingência  
 9990.00 - Reserva de Contingência .....  
 .... R\$ 152.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 08 de fevereiro de 1999.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 08 dias do mês de fevereiro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete



**Decreto Nº 2.476 de 08 de Fevereiro de 1999**

DECRETO Nº 2.476 DE 08 DE FEVEREIRO 1999.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art. 1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais nos dias 15 e 16 (segunda feira e terça feira de Carnaval) e no período da manhã do dia 17 de fevereiro de 1999 (quarta feira de cinzas) ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, Departamentos e suas respectivas Divisões.

Parágrafo Único - O expediente do dia 17 de Fevereiro de 1999 (quarta feira de cinzas) terá início às 13:00 hs.

Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
08 de fevereiro de 1999  
MANUEL R. DEL OLMO.  
Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 08 dias do mês de fevereiro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete.

**DECRETO Nº 2.475 DE 04 DE JANEIRO DE 1999**

DECRETO Nº 2.475 DE 04 DE JANEIRO DE 1999

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 1999

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 51 da Lei Federal nº 8.666/93; Resolve:

Art.1º) Ficam designados para constituírem a Comissão de Licitação desta Prefeitura Municipal, os seguintes membros:

MARIA ELIANE FRIEDRICH - Presidente  
MARELENE DE FÁTIMA PESSOA M. FOITTE - Suplente  
ROSE MARI CUBAS - Secretária  
LUCILAINE MÓKFA - Suplente  
LILIAN TEREZINHA BARTSCH - Membro  
ROSANI A. DA SILVA SCHOLZE - Suplente

Parágrafo Único - Compete a Comissão de Licitação, receber e julgar as Licitações até o valor constante da Licitação do convite.

Art.2º) A comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas.

Art.3º) Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos de conformidade com o Artigo 118 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.281, de 02 de janeiro de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de janeiro de 1999.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 04 dias do mês de janeiro de 1999.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.474 de 28 de Dezembro de 1998**

DECRETO Nº 2.374 DE 02 DE JANEIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE TABELA BASE CÁLCULO PARA COBRANÇA DA TIP.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo nº 242 da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997; Resolve:

Art.1º) Os valores da TIP "Taxa de Iluminação Pública", cobrados conforme o disposto no Capítulo IV seção II, subseção III da Lei Municipal nº 2.293 terão como base de Cálculo a faixa de consumo de Energia Elétrica conforme tabela a seguir :

**I - CONSUMIDORES RESIDENCIAIS:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM R\$
0	a	30 kWh	0,29
31	a	50 kWh	0,49
51	a	100 kWh	1,14
101	a	200 kWh	1,99
201	a	500 kWh	3,42
501	a	1000 kWh	5,69
acima de		1001 kWh	11,37

**II - CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERV. PÚBLICO:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM R\$
0	a	30 kWh	1,72
31	a	50 kWh	3,42
51	a	100 kWh	5,69
101	a	200 kWh	8,53
201	a	500 kWh	11,37
501	a	1000 kWh	14,20
Acima de		1001 kWh	17,04

**III - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM R\$
0	a	2000 kWh	31,70
2001	a	5000 kWh	63,39
5001	a	10000 kWh	85,15
10001 a		50000 kWh	107,86
Acima de		50001 kWh	130,56

Art..2º) Os valores acima serão cobrados juntamente com a conta de Energia Elétrica, através de Convênio com a Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina S/A CELESC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de janeiro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de janeiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.473 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.473 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998.  
APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO  
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.381 de 16 de dezembro de 1998.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para o exercício de 1999.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 40.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 10.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 1.000,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$ 54.000,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 100.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 145.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>R\$ 350.000,00</b>

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Desenvolvimento

03.00 - Administração e Planejamento	
03.03 - Administração	
03.03.03.07.021.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 327.400,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 327.400,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 5.400,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 5.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 400,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 20.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 302.000,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 92.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 210.000,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 22.600,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 22.600,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 12.600,00
4120.00 - Equipamento Permanente .....	R\$ 10.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>R\$ 350.000,00</b>

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de dezembro de 1998.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.472 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.472 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998.  
APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.381 de 16 de dezembro de 1998.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para o exercício de 1999.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 15.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 2.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 1.000,00
1713.00 - Transferências do Município .....	R\$ 87.000,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 22.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 73.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>R\$ 200.000,00</b>

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas,



cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Saúde

13.00 - Saúde e Saneamento	
13.13 - Saúde	
13.13.13.75.428.2001 - MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR SANITÁRIA	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 161.400,00
161.400,00	
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 161.400,00
161.400,00	
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 1.400,00
1.400,00	
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 1.000,00
1.000,00	
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 400,00
400,00	
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 34.000,00
34.000,00	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 126.000,00
126.000,00	
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 26.000,00
26.000,00	
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$100.000,00
R\$100.000,00	
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 38.600,00
38.600,00	
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 38.600,00
38.600,00	
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 13.600,00
13.600,00	
4120.00 - Equipamento Permanente .....	R\$ 25.000,00
25.000,00	
TOTAL .....	R\$ 200.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de dezembro de 1998.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 2.471 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998

DECRETO Nº 2.471 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998.  
APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.3 81 de 16 de dezembro de 1998.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para o exercício de 1999.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas

com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 20.000,00
20.000,00	
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 4.000,00
4.000,00	
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 300,00
300,00	
1713.00 - Transferências do Município .....	R\$ 30.700,00
30.700,00	
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 50.000,00
50.000,00	
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 45.000,00
45.000,00	
TOTAL .....	R\$ 150.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social.

15.00 - Assistência e Previdência	
15.15 - Assistência Social	
15.81.487.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 120.000,00
120.000,00	
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 120.000,00
120.000,00	
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 1.400,00
1.400,00	
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 1.000,00
1.000,00	
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 400,00
400,00	
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 60.000,00
60.000,00	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 10.600,00
10.600,00	
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 1.600,00
1.600,00	
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 9.000,00
9.000,00	
3200.00 - Transferências Correntes .....	R\$ 48.000,00
48.000,00	
3230.00 - Contribuições Correntes .....	R\$ 48.000,00
48.000,00	
3233.00 - Contribuições Correntes .....	R\$ 48.000,00
48.000,00	
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 30.000,00
30.000,00	
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 30.000,00
30.000,00	
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 10.000,00
10.000,00	
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$ 20.000,00
20.000,00	
TOTAL .....	R\$ 150.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de dezembro de 1998.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de



Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2.470 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998

DECRETO Nº 2.470 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998.

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO  
MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.381 de 16 de dezembro de 1998.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal Habitação, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para o exercício de 1999.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 8.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 1.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 500,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$ 39.500,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 35.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 16.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Habitação.

10.00 - Habitação e Urbanismo	
10.10 - Habitação e Urbanismo	
10.10.10.57.316.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HABITACIONAIS	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 89.000,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 89.000,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 5.400,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 5.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 400,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 15.600,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 68.000,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 38.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 30.000,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 11.000,00

4100.00 - Investimentos .....	R\$ 11.000,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 5.000,00
4120.00 - Equipamento Permanente .....	R\$ 6.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de dezembro de 1998.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2.469 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998

DECRETO Nº 2.469 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998.

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO  
MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.381 de 16 de dezembro de 1998.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para o exercício de 1999.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 35.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 1.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 500,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$ 30.000,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 65.500,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 18.000,00

TOTAL ..... R\$ 150.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Agricultura.

04.00 - Agricultura e Meio Ambiente	
04.04 - Promoção e Extensão Rural	
04.04.04.18.111.1001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES	



**AGROPECUÁRIAS**

3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 97.200,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 97.200,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 5.200,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 5.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 200,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 20.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 72.000,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 1.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 71.000,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 52.800,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 52.800,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 15.000,00
4120.00 - Equipamento Permanente .....	R\$ 37.800,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>R\$ 150.000,00</b>

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de dezembro de 1998.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.468 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.468 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998.  
APROVA O ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL  
DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de conformidade com o Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.381 de 16 de dezembro de 1998; Resolve; Decretar:

Art.1º ) Fica aprovado o Orçamento da Fundação Municipal de Desporto e Cultura, que estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) para o exercício de 1999.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento.

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 40.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda) .....	R\$ 1.000,00

1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 1.000,00
1713.00 - Transferências do Município .....	R\$ 40.000,00
1722.01 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 23.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 5.000,00

**TOTAL .....** **R\$ 110.000,00**

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência do Diretor da Fundação Municipal de Desporto e Cultura.

08.00. - Fundação Municipal de Desporto e Cultura	
08.46 - Educação Física e Desporto	
08.08.08.46.224.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 41.550,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 41.550,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 10.550,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 10.500,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 50,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 10.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 21.000,00
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$ 1.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 20.000,00
4000.00 - Despesas de Capital .....	R\$ 18.450,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 18.450,00
4110.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 5.000,00
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$ 13.450,00
<b>TOTAL: .....</b>	<b>R\$ 60.000,00</b>

08.08.08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 39.000,00
3100.00 - Despesas de Custeio .....	R\$ 39.000,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 20.100,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 20.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 100,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 10.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 8.900,00
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....	R\$ 900,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 8.000,00



4000.00 - Despesas de Capital .....  
R\$ 11.000,00  
4100.00 - Investimentos .....  
R\$ 11.000,00  
4110.00 - Obras e Instalações .....  
. R\$ 1.000,00  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
10.000,00  
TOTAL: .....  
R\$ 50.000,00

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de dezembro de 1998

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.467 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.467 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998.  
APROVA O ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 1999.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.380/98 de 16 de dezembro de 1998; Resolve:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Campo Alegre/SC, dos Poderes Legislativo e Executivo para o exercício de 1999, estimada a Receita e Fixada a despesa em R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o desdobramento Previsto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964.

Art.3º) A despesa será realizada conforme a Classificação Funcional Programática e categorias Econômicas discriminadas nos anexos da Lei Municipal nº 2.380 de 16 de dezembro de 1998, cuja movimentação será de competência de cada um dos Poderes Legislativo e Executivo.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 1999..

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de dezembro de 1998.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.466 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.466 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1998.  
AUTORIZA O REGIME ESPECIAL DE ESCRITURA DE LIVROS FISCAIS A CONTRIBUINTES

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e segundo o Art. 148, I da Lei 2.239 de 26 de dezembro de 1997, c.c art. 34 e s.s do Decreto 2.405 de 22 de abril de 1998.

Art.1º) Autoriza a todos os contribuintes que estão obrigados a escrituração de livros fiscais e que o façam através dos serviços do BM Escritório de Contabilidade a adoção de regime especial de escrituração de livros fiscais.

Art.2º) A escrituração de que trata o art. anterior será feita segundo os procedimentos informatizados adotado pelo BM Escritório de Contabilidade e aprovados pelo Fisco Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de dezembro de 1998.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 22 de dezembro de 1998

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.465 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.465 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 19.900,40 (dezenove mil , novecentos reais e quarenta centavos), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores  
0101 - Câmara de Vereadores  
01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....  
R\$ 1.459,43  
3113.00 - Obrigações Patronais .....  
R\$ 142,89  
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0301 - Divisão Pessoal  
03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3210.00 - Transferências Intragovernamentais



3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
 3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 50,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2012 - Transporte Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 3.126,00  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2014- Desenvolvimento do Ensino Fundamental Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 290,42  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5,94  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 30,72  
 0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 14.795,00  
 total ..... R\$ 19.900,40

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

0100 - Câmara de Vereadores  
 0101 - Câmara de Vereadores  
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.602,32  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 3.176,00  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2014- Desenvolvimento do Ensino Fundamental Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 30,72  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 5,94

0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2015 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil  
 3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 290,42  
 0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 3.250,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.750,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 7.795,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.400,00  
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serviços Públicos  
 0702 - Departamento de Transporte  
 16.88.534.2028 - Conservação de Estradas do Interior  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 600,00  
 TOTAL ..... R\$ 19.900,40

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 10 de dezembro de 1998.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 2.464 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1998

DECRETO Nº 2.464 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1998.  
 INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, amparado no inciso III, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica instituído, Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias 24, 28, 29, 30 e 31 de Dezembro de 1998, por ocasião das festas de final de ano.

Art.2º) Ressalvando os serviços essenciais de cada Secretaria e seus respectivos Departamentos e Divisões, os quais permanecerão em funcionamento em horário normal não previsto neste Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
07 de dezembro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 07 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.463 de 03 de Dezembro de 1998**

DECRETO Nº 2.463 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.291,47 (treze mil, duzentos e noventa e um reais e quarenta e sete centavos), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Chefia do Gabinete  
03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 1.600,00  
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0301 - Divisão Pessoal  
03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 800,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 2.500,00  
0302 - Divisão de Tesouro  
03.08.033.2005 - Amortização de Dívidas  
4000.00 - Despesas de Capital  
4300.00 - Transferências de Capital  
4350.00 - Amortização de Dívidas  
4351.00 - Amortização da Dívida Contratada ..... R\$ 100,00  
0303 - Divisão Controle Fazendário  
03.08.030.2006 - Manutenção das atividades de Finanças  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 500,00  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 400,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.000,00  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.000,00  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 230,00  
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0603 - Departamento de Turismo  
11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 150,00  
0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos  
0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
10.60.325.2026 - Gestão Administrativa  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.711,47  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 300,00  
TOTAL ..... R\$ 13.291,47

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Chefia do Gabinete  
03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas



3233.00 - Contribuições Correntes .....  
 . R\$ 1.600,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível .....  
 R\$ 3.300,00  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2005 - Amortização de Dívidas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3260.00 - Encargos da Dívida Interna  
 3261.00 - Encargos da Dívida Pública ..... R\$  
 100,00  
 0303 - Divisão Controle Fazendário  
 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades de Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível .....  
 R\$ 2.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 R\$ 500,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível .....  
 ... R\$ 400,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
 13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
 2.000,00  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$  
 230,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0603 - Departamento de Turismo  
 11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 150,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços  
 Públicos  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
 2.711,47

3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$  
 300,00  
 TOTAL ..... R\$  
 13.291,47

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 03 de dezembro de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de dezembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.462 de 25 de Novembro de 1998**

DECRETO Nº 2.462 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.375 de 25 de novembro de 1998.

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 185.581,03 (cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais e três centavos), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia do Gabinete  
 03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
 9.600,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$  
 27.500,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$  
 70,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
 3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$  
 810,00  
 3251.00 - Inativos ..... R\$  
 105,16  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$



120,00  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2005 - Amortização de Dívidas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3260.00 - Encargos da Dívida Interna  
 3261.00 - Encargos da Dívida Pública ..... R\$ 560,00  
 0303 - Divisão Controle Fazendário  
 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades de Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 9.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 3.950,00  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 5,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 78.800,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 500,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3220.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3224.00 - Transferências a Instituições multigovernamentais..R\$ 45.000,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 9.560,87  
 TOTAL ..... R\$ 185.581,03

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro deste Decreto correrá por Conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores  
 0101 - Câmara de Vereadores  
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 5.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 9.110,47  
 01.01.025.1001 - Conclusão do Prédio da Câmara  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 25.596,00  
 0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia do Gabinete  
 03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do

Prefeito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.500,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 526,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 6.000,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 5.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 500,00  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2005 - Amortização de Dívidas  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
 4351.00 - Amortização da Dívida Contratada ..... R\$ 250,00  
 0303 - Divisão Controle Fazendário  
 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades de Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 5.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 500,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação.  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 3.800,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.500,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 1.800,00  
 08.43.197.2009 - Bolsa Estudantil de 2º Grau Técnico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 90,00  
 08.47.235.2011 - Bolsa Estudantil a Servidor  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 1.000,00  
 08.47.239.2012 - Transporte Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio



3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 216,00  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.1003 - Construção e Ampliação de Escolas  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....R\$ 10.599,34  
 08.42.188.2013 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.337,76  
 08.42.188.2014 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 568,44  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 8.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 1.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 844,00  
 0404 - Divisão de Ensino Itinerante  
 08.42.188.2016 - Manutenção das atividades da Escola Itinerante  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 30,50  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 103,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 300,00  
 0405 - Divisão de Merenda Escolar  
 08.81.483.2017 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 45,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 100,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
 13.75.025.1004 - Construção e Reforma de Postos de Saúde  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 2.000,00  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 166,00  
 13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 6.308,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 700,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 33.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 500,00  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 120,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 18,29  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.427.2020 - Doação de Cestas Básicas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 308,00  
 15.81.483.2021 - Conselho Tutelar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 5.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 970,00  
 15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 500,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.500,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.500,00  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 90,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.14.080.1005 - Implantação do Horto Municipal  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 100,00  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 100,00  
 04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.070,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.500,00



3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 15,00  
 11.62.346.2024 - Implantação do Parque Industrial  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4200.00 - Inversões Financeiras  
 4210.00 - Aquisição de Imóveis ..... R\$ 100,00  
 0603 - Departamento de Turismo  
 11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.500,00  
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serviços Públicos.  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 500,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 1.800,00  
 10.60.325.2027 - Conservação de Logradouros Públicos  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 4.380,88  
 16.88.449.1007 - Implantação de Redes de Esgotos Pluvial e Sanitário  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 9.222,82  
 16.88.532.1009 - Conclusão do Terminal Rodoviário  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 50,00  
 16.91.575.1008 - Término da Pavimentação das Ruas: 7 de Setembro, Getúlio Vargas  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 100,00  
 16.91.575.1010 - Ação de Pavimentação  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 52,00  
 0702 - Departamento de Transporte  
 16.88.020.2029 - Reforma e Manutenção do Maquinário  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 9.793,53  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
 16.88.534.2028 - Conservação de Estradas do Interior  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$

8.000,00  
 0703 - Departamento de Serviços Públicos  
 09.51.020.1011 - Eletrificação Rural e Urbana  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4320.00 - Transferências Intergovernamentais  
 4324.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais....R\$ 100,00  
 13.76.448.2030 - Implantação do Aterro Sanitário  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 100,00  
 16.88.536.2031 - Implantação do Transporte Coletivo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 100,00  
 TOTAL ..... R\$ 185.581,03

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 25 de novembro de 1998.  
 MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.461 de 20 de Novembro de 1998**

DECRETO Nº 2.461 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.373 de 20 de novembro de 1998; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar por conta de Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 137.927,61 (cento e trinta e sete mil, novecentos e vinte e sete reais e sessenta e um centavos), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 11.239,13  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 260,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas



3251.00 - Inativos .....  
R\$ 3.922,92

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....  
R\$ 48.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais .....  
R\$ 4.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....  
R\$ 8.695,56

04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....  
R\$ 11.850,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
. R\$ 1.700,00

0603 - Departamento de Turismo  
11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....  
R\$ 100,00

0700 - Secret. Munic. Planej. Urbano Obras Transp. e Serviços Públicos  
0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....  
R\$ 45.400,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
R\$ 2.340,00

3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos .....  
. R\$ 420,00

TOTAL .....  
.R\$ 137.927,61

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro deste Decreto, correrá por Conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

20 de novembro de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.460 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.460 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998.  
AUTORIZA PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Resolve:

Art.1º) Outorgar a título precário à A.C.C. - Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre - permissão para uso da sala nº 03 da Casa da Cultura para realização de suas atividades institucionais pelo prazo de 1 (um) ano.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de novembro de 1998.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.459 de 10 de Novembro de 1998**

DECRETO Nº 2.459 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3220.00 - Transferências Intragovernamentais  
3224.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais



..... R\$ 10.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
2311.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
10 de novembro de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.458 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.458 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1998.  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.270 de 21 de outubro de 1997, em seu Artigo 8º; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem a Comissão Municipal de Trânsito:

- Representantes do Poder Legislativo Municipal:

Aldo Tomaz Karvat  
Lauro Batista Moreira

- Representantes do Poder Executivo Municipal:

João Samuel Cubas  
Antônio Alfredo dos Santos

- Representantes da Polícia Militar:

Pedro Luiz de Moraes  
Vilmar Evangelista

- Representante da Polícia Cível

Vilmar Pereira

- Representantes do Rotary Club:

Luiz Borges Vieira  
Adriano Luiz Ebert

- Representantes do Lions Club:

Eugênio João Herbst  
Dr. Mário Kormann

- Representantes da ACIACA:

Sandro Luiz Friedrich

Luiz Tadeu V. Munhoz

- Representante da Associação de Moradores

Ana Maria dos Santos Herbst

Ademar R. da Cruz

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.381 de 06 de fevereiro de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de novembro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 11 dias do mês de novembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.457 DE 23 DE OUTUBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.457 DE 23 DE OUTUBRO DE 1998

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 23 de outubro de 1998; Resolve::

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 161.644,00 (cento e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 8.400,00

..... R\$ 8.400,00

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00

..... R\$ 2.000,00

3200.00 - Transferencias Correntes.

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 4.000,00

..... R\$ 4.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 11.342,86

..... R\$ 11.342,86

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00

..... R\$ 2.000,00



3200.00 - Transferências Correntes  
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3214.00 - Contribuições a Fundos ..... R\$ 5.100,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
 3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 2.010,00  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2005 - Amortização de Dívidas  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4350.00 - Amortização de Dívidas  
 4351.00 - Amortização da Dívida Contratada ..... R\$ 2.000,00  
 0303 - Divisão Controle Fazendário  
 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades de Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 1.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.000,00  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 28.100,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 4.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3220.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3224.00 - Transferências a Instituições multigovernamentais...R\$ 10.725,47  
 3250.00 - Transferências a Pessoas.  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 1.480,72  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 14.884,53  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 1.800,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
 13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 27.000,00  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 1.000,00  
 3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 395,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.17.103.2022 - Continuidade do Projeto Quiriri  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.505,42  
 04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 2.600,00  
 0603 - Departamento de Turismo  
 11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 1.500,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 15.800,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 4.000,00  
 10.60.325.2027 - Conservação de Logradouros Públicos  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 161.644,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo Primeiro deste Decreto correrá por Conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0302 - Divisão de Tesouro  
 03.08.033.2005 - Amortização de Dívidas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3260.00 - Encargos da Dívida Interna  
 3261.00 - Encargos da Dívida Pública ..... R\$ 41.625,00



0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.48.246.1002 - Construção de Anfiteatro Municipal.  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....R\$  
 56.910,00  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$  
 15.000,00  
 0700 - Secretaria Mun. Planej. Urba, Obras Transp. e Serviços Públicos.  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 16.88.534.1006 - Construção de Pontes  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações .....  
 R\$ 48.109,00

TOTAL .....  
 R\$ 161.644,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 23 de outubro de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de outubro de 1998

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.455 DE 16 DE OUTUBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.455 DE 16 DE OUTUBRO DE 1998.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
 PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.07..021.2006 - Manutenção das atividades das Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 ..... R\$ 1.000,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planejamento  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 10.60..325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 ..... R\$ 6.100,00

TOTAL ..... R\$ 7.100,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.07..021.2006 - Manutenção das atividades das Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 ..... R\$ 1.000,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planejamento  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 10.60..325.2026 - Gestão Administrativa  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais .....  
 ..... R\$ 1500,00  
 3120.00 - Material de Consumo .....  
 ..... R\$ 4.600,00

TOTAL ..... R\$ 7.100,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 16 de outubro de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de outubro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.454 DE 16 DE OUTUBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.454 DE 16 DE OUTUBRO DE 1998.  
 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE PARTE DO TERRENO DE GASTÃO CARLOS VON ZESKA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamentos no Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1.962 e amparado no Artigo 71, inciso VI da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública para efeito de desapropriação a parte do terreno de propriedade do Sr. Gastão Carlos Von Zeska, situado à Rua: Vicente Pereira Neto - Município de Campo Alegre, conforme matrícula nº 2004, Fls 193 do Livro 3-A do Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC, com área de 585,92 m (quinhentos e oitenta e cinco metros e noventa e dois decímetros quadrados), com as seguinte localizações



e confrontações: fazendo frente a rua Vicente Pereira Neto por 192,73 m2, aos fundos confronta com o restante do terreno do proprietário, por 192,73 m2, do lado direito confronta com a rua: Miguel Kotovicz, por 2,89 m2, mais o raio de curva de 6,01 m2, e do lado esquerdo confronta com a rua Ernesto Afonso Scheide por 3,00 m2 mais o raio de curva de 7,68 m2.

Art.2º) A declaração de utilidade pública, objetiva a desapropriação da parte do imóvel referido no artigo anterior, para fim de nele ser realizado o alinhamento e consequentemente alargamento da via pública denominada rua Vicente Pereira Neto.

Art.3º) Atribuição ao ato expropriatório descrito neste Decreto no valor de 1.172,9 (hum mil, cento e setenta e duas vírgula nove) UFIR..

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de outubro de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de outubro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.453 de 08 de Outubro de 1998**

DECRETO Nº 2.453 DE 08 DE OUTUBRO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação	
0402 - Divisão de Ensino Fundamental	
08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização Magistério	
3000.00 - Despesas Correntes	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3120.00 - Material de Consumo .....	
..... R\$ 2.000,00	
0700 - Secretaria Municipal de Planejamento	
0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras	
10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão	
3000.00 - Despesas Corrente	
3100.00 - Despesas de Custeio	
3120.00 - Material de Consumo .....	
..... R\$ 500,00	

TOTAL ..... R\$ 2.500,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

0400 - Secretaria Municipal de Educação	
0402 - Divisão de Ensino Fundamental	
08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério	
3000.00 - Despesas Correntes	
3200.00 - Transferências Correntes	
3220.00 - Transferências Intragovernamentais	
3224.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	
..... R\$ 2.000,00	
0700 - Secretaria Municipal de Planejamento	
0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras	
10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão	
4000.00 - Despesas de Capital	
4100.00 - Investimentos	
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	
..... R\$ 500,00	

TOTAL ..... R\$ 2.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
08 de outubro de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 08 dias do mês de outubro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.452 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.452 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998.  
REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 2.328 DE 26 DE  
MAIO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, e de acordo com o Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.328 de 26 de maio de 1998; Resolve:

Art.1º) Para fins de concessão de benefícios Sociais e de Saúde, entende-se por carente a pessoa que, tendo em vista as circunstâncias em que se encontra, está impossibilitada de prover a si ou a seus dependentes o benefício que solicita.

Art.2º) O pedido para concessão de benefícios deverá ser feito pessoalmente ou por outra pessoa que legitimamente represente o interessado, lavrado o termo, por servidor, que tomará as informações necessárias a, avaliação sócio-econômica e abrirá procedimento administrativo próprio.

Art.3º) A avaliação sócio-econômica dos interessados; uma vez justificada a real necessidade do pedido, deverá ser feita por equipe técnica, coordenada por Assistente Social e deverá observar critérios técnicos que espelhem a situação econômica familiar e o nível de carência do solicitante.



Parágrafo Único - O acesso às informações necessárias à triagem, mas consideradas sigilosas para efeito de ética profissional, será concedido, apenas à equipe técnica responsável pela avaliação.

Art.4º) A equipe técnica emitirá parecer sobre o pedido e o encaminhará ao Chefe de Assistência ou a Secretária de Saúde e Bem Estar Social, para deferimento.

Art.5º) Caberá a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, coordenar e desenvolver todas as atividades de concessão de benefícios inerentes a sua finalidade, como: medicamentos; passagens; consultas e exames especializados; alimentos; armação de óculos, e outros programas especiais de Saúde e Bem Estar Social.

Art.6º) A Secretaria poderá adotar outros critérios complementares estabelecidos pelo seu respectivo Conselho, através de Resolução própria.

Art.7º) Fica vedado à Secretaria conceder benefícios fora de sua finalidade.

Art.8º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
24 de setembro de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.451 de 24 de Setembro de 1998**

DECRETO Nº 2.451 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.365 de 24 de setembro de 1998; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 130.465,00 (cento e trinta mil reais quatrocentos e sessenta e cinco reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Gabinete do Prefeito  
03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 1.000,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....

..... R\$ 46.000,00  
3113.00 - Obrigações Patronais .....  
..... R\$ 1.706,00  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
..... R\$ 400,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....  
..... R\$ 30.000,00  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
..... R\$ 290,00  
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....  
..... R\$ 4.249,00  
3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
..... R\$ 500,00  
0603 - Departamento de Turismo  
11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....  
.....R\$ 2.000,00  
0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos  
0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
10.60.325.2026 - Gestão Administrativa  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível .....  
.....R\$ 42.500,00  
3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
..... R\$ 1.820,00  
TOTAL .....  
..... R\$ 130.465,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
24 de setembro de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal



MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.450 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.450 DE 24 DE SETEMBRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COORDENAÇÃO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISVAN MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade; Decreta:

Art.1º) Fica criado no Município de Campo Alegre, a Coordenação Municipal do SISVAN, órgão vinculado à Vigilância epidemiológica municipal.

Parágrafo Único - A Coordenação visa implantar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, bem como desenvolver as ações da área de alimentação e nutrição na Secretaria Municipal de Saúde.

Coordenador - Carmen Marta Zoboli  
Membro Titular - Ana Claudia Melin  
Membro Suplente - Terezinha Bachtold.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de outubro de 1998.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de outubro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

## **Campos Novos**

### **PREFEITURA**

#### **Aviso PP 13/14 F.H.J.A.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 30/10/2014 às 14h e 30min na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA. PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12h e das 13h 30min às 18h diariamente.

Campos Novos, 21 de outubro de 2014.  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio  
Iracema Trucolo Wilpert  
Administradora

#### **ERRATA PP 12/14**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO  
EDITAL DE PP 12/2014  
ERRATA

Levamos ao conhecimento dos interessados, que o item 6.2.4. alínea "d" passará a ter a seguinte redação:  
Comprovante de Responsabilidade Técnica de profissional de nível superior legalmente habilitado, com conhecimento sobre a produção e controle de gases medicinais. Conforme dispõe a NT nº 015/2012 da ANVISA.

Fica excluído do item 6.2.4 alínea "c" a qual refere-se à exigência do Certificado de Boas Práticas de Fabricação.

#### **DA CAPACIDADE DOS CILINDROS:**

Onde lê-se: Entrega do oxigênio medicinal em cilindros contendo 7m3.

Leia-se: Entrega do oxigênio medicinal em cilindros contendo aproximadamente 7m3, com volume para 40 litros.

Os demais Itens permanecem inalterados.

Campos Novos, 17 de outubro de 2014.  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO  
IRACEMA TRUCOLO WILPERT  
ADMINISTRADORA



**ATA REGISTRO DE PREÇO 04/2014 AQUISIÇÃO DE MUDAS E FLORES****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/7

**Processo Nº.: 15/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2014**

No dia 20 do mês de Outubro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Nelson Cruz, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 8/2014, Processo Licitatório nº. 15/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a(a) REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES, ÁRVORES E INSUMOS PARA MANUTENÇÃO DA PRAÇA LAURO MULLER. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6974	FLORICULTURA DADA UBALDO LTDA - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FLORICULTURA DADA UBALDO LTDA - ME	05.663.813/0001-85	MARIA DE FÁTIMA GUIZZARDI UBALD	629.603.509-87

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES, ÁRVORES E INSUMOS PARA MANUTENÇÃO DA PRAÇA LAURO MULLER.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6974 - FLORICULTURA DADA UBALDO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONDICIONADOR DE SOLO, SACO COM 25 KG, COM MÃO DE OBRA PARA APLICAÇÃO.	UNI		40,000	20,0000	800,00
2	ADUBO (9-26-14) SENDO: 2,0% DE CALCIO - 5,0% DE ENXOFRE - 0,03% DE BORO - 0,1% DE ZINCO, INCLUINDO SERVIÇO DE APLICAÇÃO. SACO COM 50kg	UNI		2,000	73,0000	146,00
3	PALMEIRA JERIVÁ COM 4 METROS DE TRONCO COM MÃO DE OBRA PARA PLANTIO	UNI		1,000	420,0000	420,00
4	BOUGANVILLE CANELA 1,50 M DE TRONCO COM 1M DE CIRCUNFERENCIA COM MÃO DE OBRA PARA PLANTIO	UNI		2,000	125,0000	250,00
5	JACARANDÁ MIMOSO 2,00m DE TRONCO COM MÃO DE OBRA PARA PLANTIO	UNI		6,000	60,0000	360,00
6	CAIXA DE FLORES DE ÉPOCA COM MÃO DE OBRA PARA PLANTIO. (15 mudas em cada caixa)	CX		600,000	13,0000	7.800,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/7

Processo Nº.: 15/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7

Processo Nº.: 15/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7

**Processo Nº.: 15/2014**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 15/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 15/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 15/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2014

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 20 de Outubro de 2014.

\_\_\_\_\_  
**Nelson Cruz**  
**Prefeito Municipal**

#### **Empresas Participantes:**

FLORICULTURA DADA UBALDO LTDA - ME

CNPJ: 05.663.813/0001-85 \_\_\_\_\_



**ATA RG 03\_14 AQUISIÇÃO SEMENTES****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/8

**FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS****Processo Nº.: 13/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2014**

No dia 26 do mês de Setembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Nelson Cruz, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 7/2014, Processo Licitatório nº. 13/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SEMENTES, MUDAS, BANDEJAS, FERRAMENTAS, FERTILIZANTES E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6519	BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA	14, 21, 22, 24, 25, 28, 29
6264	FLORESTAL OESTE LTDA	8, 15, 31
7051	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	1, 2, 3, 7, 9, 10, 11, 13, 23, 26, 27, 32, 33, 34

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA	10.257.026/0001-73	DALVAN OTAVIO JEREMIAS	069.694.599-18
FLORESTAL OESTE LTDA	81.838.971/0001-07	RICARDO LUIZ PRETTO	580.893.220-34
NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LT	13.192.721/0001-92	EUSEBIO FRONTORIO	419.651.679-34

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SEMENTES, MUDAS, BANDEJAS, FERRAMENTAS, FERTILIZANTES E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6264 - FLORESTAL OESTE LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	BANDEJA PARA MUDAS COM 15 LUGARES 34CMX21CM	UNI	AGROFLOR	4.000,000	0,9000	3.600,00
15	BERÇO PARA MUDAS 128 CELULAS	UNI	CONSTRULE	1.000,000	6,4700	6.470,00
31	SEMENTE DE FLOR PETÚNIA, LATA 50GR	UNI	VIDA SUL	4,000	179,0000	716,00

Fornecedor: 6519 - BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	LONA PRETA 100 MICRAS (M²)	M²		100,000	0,7700	77,00
21	SEMENTE DE OVAIA EMBALAGEM COM 1/2 OVAIA	KG		2,000	196,0000	392,00
22	SEMENTE DE ARAÇÁ VERMELHO, EMBALAGEM COM 1/2 KG	KG		2,000	154,0000	308,00
24	SEMENTE DE CANELA, EMBALAGEM 1/2 KG	KG		2,000	99,0000	198,00
25	SEMENTE DE ANGICO, EMBALAGEM 1/2 KG	KG		2,000	214,0000	428,00
28	SEMENTE DE ARAÇA AMARELO, EMBALAGEM 1/2KG	KG		2,000	225,0000	450,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/8

Processo Nº.: 13/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

**Fornecedor: 6519 - BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	SEMENTE DE EUCALIPTO, EMBALAGEM 1/2KG	KG		2,000	408,0000	816,00

**Fornecedor: 7051 - NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	VENENO PARA FORMIGA (GRÃO VERDE)	KG		200,000	5,4500	1.090,00
2	VENENO EM PÓ PARA FORMIGA	KG		40,000	4,7600	190,40
3	FERTILIZANTE ORGANOMINERAL 04-14-08, EMBALAGEM 40Kg	UNI		100,000	42,8000	4.280,00
7	VENENO PARA CONTROLE DE LAGARTAS, EMBALAGEM 20 GR	UNI		200,000	3,7500	750,00
9	JOGO DE CHAVE COMBINADA 6MM X 32 MM	UNI		2,000	198,0000	396,00
10	CHAVE COMBINADA 36 MM	UNI		2,000	78,0000	156,00
11	CHAVE AJUSTAVEL 12 POLEGADAS	UNI		2,000	52,5000	105,00
13	LIMA MOTOSSERA	UNI		6,000	4,3500	26,10
23	SEMENTE DE AROEIRA, EMBALAGEM COM 1/2KG	KG		4,000	155,0000	620,00
26	SEMENTE DE UVA JAPÃO, EMBALAGEM 1/2 KG	KG		2,000	139,0000	278,00
27	SEMENTE DE IPÊ AMARELO, EMBALAGEM 1/2KG	KG		2,000	276,0000	552,00
32	SEMENTE DE IPÊ ROXO, EMBALAGEM 1/2 KG	KG		2,000	177,0000	354,00
33	ROLO DE FITA ESTUFA 20CMX200MICRASX250MT	UNI		2,000	108,0000	216,00
34	SUBSTRATO PARA FLOR, SACO DE 22 KG	UNI		500,000	7,9000	3.950,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/8

**Processo Nº.: 13/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/8  
Processo Nº.: 13/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/8  
Processo Nº.: 13/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/8

**Processo Nº.: 13/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014**

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/8  
Processo Nº.: 13/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/8  
Processo Nº.: 13/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2014

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 26 de Setembro de 2014.

\_\_\_\_\_  
**Nelson Cruz**  
**Prefeito Municipal**

**Empresas Participantes:**

BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA

CNPJ: 10.257.026/0001-73

FLORESTAL OESTE LTDA

CNPJ: 81.838.971/0001-07

NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTD. CNPJ: 13.192.721/0001-92



**SAMAE - CAMPOS NOVOS****Ext Ct392014**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA  
TERMO DE SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO CNO Nº.36/2014  
CONTRATO Nº CNO-39/2014

DATA DE ASSINATURA: 08 de Outubro de 2014

OBJETO: Prorrogação de prazo do contrato nº 36/2014 referente a contratação de empresa para execução e construção de materiais e serviços faltantes do SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA NAS MARGENS DO RIO LAGEADO RESTINGÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-SC

CONTRATADA: CONSTRUTORA SOLO LTDA

PRAZO: 60 (sessenta) dias do Contrato CNO N 36/2013, com término previsto dia 08.12/2014.

Campos Novos - SC, 08 de outubro de 2014

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE



# Canoinhas

## PREFEITURA

### Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº FMS 21/2014

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/14  
HOMOLOGAÇÃO: 16/10/14  
CONTRATADO: SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 9 MICROCOMPUTADORES PARA ESTRUTURAÇÃO DO AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E DAS SALAS DE VACINAS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.690,00 (doze mil seiscentos e noventa reais)

DATA: 20/10/14  
WILSON PEREIRA  
Prefeito E.e..

### Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº FMS 25/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/14  
HOMOLOGAÇÃO: 20/10/14  
CONTRATADO: TODT COMERCIAL LTDA EPP  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.873,23 (dez mil oitocentos e setenta e três reais e vinte e três centavos)  
DATA: 20/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/14  
HOMOLOGAÇÃO: 20/10/14  
CONTRATADO: DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.729,00 (onze mil setecentos e vinte e nove reais)  
DATA: 20/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/14  
HOMOLOGAÇÃO: 20/10/14  
CONTRATADO: M. H. PERELLES - ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 15.433,50

(quinze mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)  
DATA: 20/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/14  
HOMOLOGAÇÃO: 20/10/14  
CONTRATADO: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.762,00 (seis mil setecentos e sessenta e dois reais)  
DATA: 20/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

### Publicação da Homologação da Concorrência Pública Nº PMC 18/2014

CONCORRÊNCIA Nº 18/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/14  
HOMOLOGAÇÃO: 20/10/14  
CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO E TELEFONIA, DESTINADOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE TODOS SETORES DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 232.404,90 (duzentos e trinta e dois mil quatrocentos e quatro reais e noventa centavos)  
DATA: 20/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

CONCORRÊNCIA Nº 18/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/14  
HOMOLOGAÇÃO: 20/10/14  
CONTRATADO: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO E TELEFONIA, DESTINADOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE TODOS SETORES DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.789,10 (nove mil setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos)  
DATA: 20/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

CONCORRÊNCIA Nº 18/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/14  
HOMOLOGAÇÃO: 20/10/14  
CONTRATADO: SIGMA COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E TRANSP. LTDA - ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO E TELEFONIA, DESTINADOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE TODOS SETORES DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 31.809,70 (trinta e um mil oitocentos e nove reais e setenta centavos)



DATA: 20/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

CONCORRÊNCIA Nº 18/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/14

HOMOLOGAÇÃO: 20/10/14

CONTRATADO: MARCIO DOMINGOS DE COSTA - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO E TELEFONIA, DESTINADOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE TODOS SETORES DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 58.489,50 (cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos) DATA: 20/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

### **Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 119/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/14

HOMOLOGAÇÃO: 20/10/14

CONTRATADO: PAPELARIA COPIATIC LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) REFRIGERADORES DOMÉSTICOS E 01 (UM) REFRIGERADOR INDUSTRIAL, DESTINADOS AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) DATA: 20/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

### **Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 116/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/14

HOMOLOGAÇÃO: 20/10/14

CONTRATADO: EDSON FRANCISCO DA SILVA - REP COMERCIAL CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ROÇADA, POR METRO QUADRADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, A SEREM REALIZADOS EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 0,10 (dez centavos)

DATA: 20/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

### **Publicação do Edital de Leilão Público Nº PMC 02/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 183/2014

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 02/2014

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ 83.102.384/0001-80, fará realizar no dia 11/11/2014 às 09h15min, na sede da Prefeitura, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, LEILÃO PÚBLICO DO TIPO MAIOR OFERTA para VENDA DO DIREITO DE EXTRAIR E REVENDER ERVA MATE NATIVA NOS TERRENOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SITUADOS NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE E BAIRRO PIEDADE (PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE), E NO TERRENO DO QUARTEL DO 3º BATALHÃO DE POLICIA DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 11/11/2014. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 14h00min, através do telefone n.º (47) 3621-7705, ou ainda diretamente no Departamento de Licitações. Cópia do edital poderá ser obtida no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) link licitações.

Wilson Pereira  
Prefeito e.e

### **Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 122/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 181/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 122/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/11/2014, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 680 M² DE FORRO DE PVC, 1.700 M DE ARREIMATE PERFIL U, 10.000 PARAFUSOS PARA FORRO, PARA TROCA DOS FORROS E 100 TELHAS DE FIBROCIMENTO PARA CONCLUSÃO DA TROCA DOS TELHADOS NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 06/11/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Wilson Pereira  
Prefeito e.e.



Publicação da Homologação do Pregão Presencial N° PMC 119/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	177/2014	Processo Administrativo:	
Licitação.....:	119/2014 - PR	Total dos Itens Vencedores:	2.900,00
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) REFRIGERADORES DOMÉSTICOS E 01 (UM) REFRIGERADOR INDUSTRIAL, DESTINADOS AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	311042277	-	REFRIGERADOR 410 LITROS FROSTFREE	-	Unidade: UN		
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	CONTINENTAL	20,000	0,0000	1,600,0000	32,000,00	Desclassif.	0
Item.....: 2	-	311042278	-	GELADEIRA INDUSTRIAL 04 PORTAS	-	Unidade: UN		
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	FRILUX	1,000	0,0000	2,900,0000	2,900,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	FRILUX	1,000	0,0000	2,950,0000	2,950,00	Perdeu	2
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	FRILUX	1,000	0,0000	3,680,0000	3,680,00	Perdeu	3

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	CRC/SC 028524/O-0



# Capinzal

## PREFEITURA

### Portaria 734/2014

PORTARIA Nº 734, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação na forma que especifica

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a Comissão Especial de Avaliação de Imóvel composta por:

I – Ruites Valmir Andrioni Jr., engenheiro civil, portador do CPF sob o nº 598.459.459-53, registro no CREA nº 31.257-1 e no CRECI sob o nº 008.351;

II - Sergio Luiz Riquetti, engenheiro civil, portador do CPF sob o nº 598.459.539-72, registro no CREA nº 31.865-9 e no CRECI sob o nº 6614;

III – Roberto Baretta, inscrito no CPF nº 386.213.479-20 e no CREA nº 22.047-2.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação do imóvel com dois pavimentos, localizado no lote nº 03, da quadra 31, da Av. XV de Novembro, 350, Centro, matrícula nº 23, com 627,30 m² de área construída num terreno urbano de 1.170,00 m², de propriedade de Gratt Administradora de Bens S/A, para fins de locação.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 17 de outubro de 2014.

Capinzal, em 17 de outubro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### Resolução Cia Lar 11/2014

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Exonera Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Exonerada, a pedido, a contar de 21 de outubro de 2014, conforme protocolo sob nº 3645/2014, Ruth Vilma Flaron Toniolo, brasileira, nascida em 31 de agosto de 1980, inscrita no CPF sob o nº 006.492.979-54.

Art. 2º A servidora exerceu as funções inerentes ao cargo de Servente no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), em

regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 21 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

### Resolução Cia Lar 10/2014

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada Merieli Alves, brasileira, solteira, nascida em 13 de julho de 1988, inscrita no CPF sob o nº 051.944.789-17, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 13 de outubro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

### Resolução 013/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 13/2014

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 20 de Outubro de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Complementar Municipal nº 026/1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal – CMAS,

Considerando a Resolução nº 23, de 27 de Setembro de 2013 a qual aprova critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens no município de Capinzal, SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 20 de Outubro de 2014.

LUCIANA CRISTINA BUSSACRO

Presidente



# Catanduvas

## PREFEITURA

### Adendo ao Edital de Processo Licitatório Nº 0080/2014 - Pregão Nº 0057/2014

ADENDO AO EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0080/2014  
EDITAL DE PREGÃO Nº 0057/2014

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, as seguintes alterações no edital de Pregão nº 0057/2014, conforme segue:

1) A descrição do preâmbulo do Edital passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 20 de outubro de 2014;

Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 16 de outubro de 2014;

Início da Sessão Pública do Pregão: às 13h45min do dia 20 de outubro de 2014.

Leia-se:

Recebimento do envelope de proposta/habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 04 de novembro de 2014;

Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 30 de outubro de 2014;

Início da Sessão Pública do Pregão: às 13h45min do dia 04 de novembro de 2014.

2) Do Termo de Referência e Especificação do Objeto:

Onde se lê:

"5.1.1.12 Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica até a oficina autorizada;

b.1) Caso exista mais de uma oficina autorizada num raio de 100 km, fica a critério do contratante escolhê-la;

c) Transporte dos ocupantes nos casos de imobilização, furto ou roubo do veículo segurado;

d) Troca de pneus, continuação de viagem, carro reserva de mesma categoria, após sinistro pelo prazo de indisponibilidade do veículo segurado."

Leia-se:

"5.1.1.12 Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica até a oficina autorizada;

b.1) Caso exista mais de uma oficina autorizada num raio de 100 km, fica a critério do contratante escolhê-la;

c) Transporte dos ocupantes nos casos de imobilização, furto ou roubo do veículo segurado;

d) Troca de pneus, continuação de viagem, carro reserva, após sinistro pelo prazo de indisponibilidade do veículo segurado."

3) Da Minuta do Contrato:

Onde se lê:

"5.1.12 Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica até a oficina autorizada;

b.1) Caso exista mais de uma oficina autorizada num raio de 100 km, fica a critério do CONTRATANTE escolhê-la;

c) Transporte dos ocupantes nos casos de imobilização, furto ou roubo do veículo segurado;

d) Troca de pneus, continuação de viagem, carro reserva de mesma categoria, após sinistro pelo prazo de indisponibilidade do veículo segurado."

Leia-se:

"5.1.12 Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica até a oficina autorizada;

b.1) Caso exista mais de uma oficina autorizada num raio de 100 km, fica a critério do CONTRATANTE escolhê-la;

c) Transporte dos ocupantes nos casos de imobilização, furto ou roubo do veículo segurado;

d) Troca de pneus, continuação de viagem, carro reserva, após sinistro pelo prazo de indisponibilidade do veículo segurado."

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas/SC, 20 de outubro de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini  
Prefeita Municipal



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Portaria Nº 409 de 20.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 409/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico apresentado pela Servidora;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública CRISTIANE SOTELLI BETTOLY, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, matriculada sob o nº 1176/01, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 15.10.14 a 18.10.14 (04 dias), conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 15.10.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de outubro de 2014.º.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

### Portaria Nº 410 de 20.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 410/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 03 (três) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder em favor da servidora Pública CRISTIANE SOTELLI BETTOLY, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Indústria e Comércio, matrícula nº 2376/03, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 03 (três) dias, a contar de 19.10.2014 a 21.10.2014, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 19.10.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de outubro de 2014.º.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

### Portaria Nº 411 de 20.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 411/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 10 (dez) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder em favor da servidora Pública DAIANA DE SOUZA PASSIG, ocupante do Emprego de Agente Comunitário de Saúde do PSF - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, matrícula nº 1858/06, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 10 (dez) dias, a contar de 20.10.2014 a 29.10.2014, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 12.10.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de outubro de 2014.º.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### Resolução Condema 01/2014

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL - COMDEMA

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 01/2014 de 16 de outubro de 2014.  
Revoga a Resolução COMDEMA nº 01/2013, que dispõe sobre a listagem das atividades de baixo impacto ambiental não constantes do Anexo III da Resolução CONSEMA nº 014/2012, passíveis de licenciamento ambiental pela Fundação do Meio Ambiente de Cocal do Sul – FUNDAC.

Considerando a necessidade de se alterar a listagem das atividades consideradas de baixo impacto ambiental aprovada por meio da Resolução COMDEMA nº 01/2013;

O Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA, por deliberação da maioria de seus membros e tendo em vista as atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 870 de 28 de dezembro de 2007 alterada pela Lei Municipal nº 929 de 11 de março de 2009.

#### RESOLVE

#### I - DO LICENCIAMENTO.

Art. 1º Aprovar a listagem constante do Anexo Único, que define os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local, passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização de forma simplificada.

Art. 2º - Para o licenciamento, cadastramento ou autorização previstos nesta Resolução o responsável legal da empresa, além de apresentar os comprovantes dos controles ambientais e demais documentos estabelecidos em Instrução Normativa emitida pela FUNDAC e em outras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, deverá apresentar, conforme disposto no anexo único:

? EAS: Estudo Ambiental Simplificado, emitido por equipe multidisciplinar e acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – A.R.Ts.; ou

? RAP: Relatório Ambiental Prévio, emitido por profissional habilitado e acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T.; ou

? DCA: Declaração de Conformidade Ambiental, emitida por profissional habilitado e acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T.; ou

? DCAs: Declaração de Conformidade Ambiental Simplificada, com dispensa de responsável técnico; ou  
- PGRCC: Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil, emitido por profissional habilitado e acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T.; ou

? LA: Laudo Acústico, emitido por profissional habilitado conforme NBR-10.151/00 e acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T.

#### II - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especialmente a Resolução COMDEMA nº 01/2013.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cocal do Sul, 16 de outubro de 2014.

Everaldo Zaccaron

Presidente do COMDEMA

ANEXO ÚNICO - LISTAGEM DAS ATIVIDADES PASSÍVEIS DE LICENCIAMENTO, CADASTRAMENTO OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PELA FUNDAC

#### 12 – INDÚSTRIA MECÂNICA

12.20.01M – Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição e/ou pintura, cujo processo produtivo tenha fabricação terceirizada e/ou fique restrito à montagem de aparelhos e peças  
Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P  
Porte AU ≤ 0,02: pequeno (DCA)  
0,02 < AU ≤ 0,05: médio (DCA)  
AU > 0,05: grande (RAP)

#### 33 - CONSTRUÇÃO CIVIL

33.40.00M – Atividades de construção e/ou demolição de construção civil em geral

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte AE > 150: (PGRCC)

33.50.00M – Terraplanagem, aterro e movimentação de terra

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte VM ≤ 150: pequeno (DCAs)

150 < VM ≤ 1500: médio (DCA)

VM > 1500: grande (RAP)

#### 42 – comércio varejista

42.50.00M – Comércio e Depósito de Madeiras

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCAs)

#### 43 – comércio ATACADISTA E DEPÓSITOS

43.20.20M – Depósito de explosivos

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: M Água: M Solo: M Geral: M

Porte 0,02 ≤ AU ≤ 0,1: pequeno (RAP)

0,1 < AU ≤ 0,2: médio (RAP)

AU > 0,2: grande (RAP)

#### 47 – TRANSPORTES E TERMINAIS

47.84.01M – Transportadoras de carga, exceto de produtos perigosos, com lavagem e/ou mecânica e/ou pátio de estacionamento  
Potencial Poluidor/ Degradador Ar: M Solo: G Água: G Geral: G

Porte NV ≤ 10: pequeno (DCA)

os demais: médio (RAP)



NV > = 40: grande (EAS)

### 53 – SERVIÇOS DIVERSOS

53.10.03M – Serviços de coleta e transporte de resíduos da construção civil

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte NV < = 10: pequeno (RAP)

10 < NV < = 40: médio (RAP)

NV > 40: grande (EAS)

53.40.01M – Serviços de controle de vetores e pragas urbanas

Potencial Poluidor/ Degradador Ar: M Solo: M Água: M Geral: M

Porte AU < = 0,03: pequeno (RAP)

os demais: médio (RAP)

AU > = 0,06: grande (EAS)

53.50.00M – Lavação de veículos automotores e/ou lubrificação e/ou polimento e/ou troca de óleo

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral:P

Porte único: (DCA)

53.50.01M – Serviços de borracharia para veículos automotores

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral:P

Porte único: (DCA)

53.50.02M – Ferro velho e/ou depósito e/ou comércio de peças automotivas usadas

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral:P

Porte único: (DCA)

53.60.00M – Vidraçaria, inclusive automotiva

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral:P

Porte único: (DCA)

53.70.00M - Serviços de lavanderia em geral

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: G Solo: P Geral: M

Porte AU < = 0,01: pequeno (DCA)

os demais: médio (RAP)

AU > = 0,3: grande (RAP)

### 56 - SERVIÇOS MEDICO-HOSPITALAR, LABORATORIAL E VETERINÁRIO

56.11.02M – Clínicas de estética e/ou Clínicas Dentária e/ou Clínicas em geral, com procedimentos cirúrgicos e/ou utilização de perfurocortantes e/ou utilização de Raio-X e/ou tomografia e/ou ressonância magnética ou outros equipamentos que utilizem radiação ionizante

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCA)

56.11.03M – Farmácias e Drogarias, que realizem procedimento padrão com manuseio de infectantes, perfurocortantes  
Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCAs)

56.20.01M – Clínicas para animais, com procedimentos cirúrgicos e/ou utilização de perfurocortantes e/ou utilização de Raio-X e/ou tomografia e/ou ressonância magnética ou outros equipamentos que utilizem radiação ionizante

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCA)

### 71 - ATIVIDADES DIVERSAS

71.00.01M – Supermercados, hipermercados, depósitos, armazenamento de qualquer tipo de alimento e congêneres

Potencial Poluidor/ Degradador Ar: P Solo: G Água: G Geral: G

Porte 0,1 < = AU < = 0,3: pequeno (RAP)

0,3 < AU < = 0,5: médio (EAS)

AU > 0,5: grande (EAS)

71.00.02M – Restaurantes, pizzarias, padarias e similares com forno a lenha

Potencial Poluidor/ Degradador Ar: M Solo: P Água: M Geral: M

Porte AE < = 200: pequeno (DCA)

os demais: médio (RAP)

AE > = 500: grande (RAP)

71.00.03M – Bar, lanchonetes, restaurantes, quiosques e padarias

Potencial Poluidor/ Degradador Ar: P Solo: P Água: P Geral: P

Porte único: (DCAs)

71.00.04M – Eventos e shows ao ar livre

Potencial Poluidor/ Degradador Ar: P Solo: P Água: P Geral: P

Porte único: (DCAs)

71.00.05M – Academias de esporte, clubes, casas noturnas, casas de eventos

Potencial Poluidor/ Degradador Ar: P Solo: P Água: P Geral: P

Porte único: (LA)

71.00.06M – Propaganda e publicidade

Potencial Poluidor/ Degradador Ar: P Solo: P Água: P Geral: P

Porte único: (DCA)

71.10.01M – Parcelamento do solo urbano: desmembramento exclusivo ou predominantemente residencial

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: P Geral: M

Porte único: (Autorização Ambiental)

71.11.07M – Parcelamento do solo urbano: loteamento e/ou condomínio horizontal unifamiliar

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte AU < = 1: pequeno (EAS)



os demais: médio (EAS)  
 AU >= 5: grande (EAS), quando AU > 100Ha EIA

71.11.08M – Condomínios residenciais horizontais ou verticais  
 Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte 10<= NH <= 50: pequeno (RAP)

50< NH <= 100: médio (RAP)  
 NH > 100: grande (EAS)

71.11.09M – Atividades de hotelaria, com capacidade de 100 ou mais hóspedes  
 Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M  
 Porte 100<= NL <= 150: pequeno (RAP)

150< NL <= 200: médio (RAP)  
 NL > 200: grande (EAS)

71.90.03M–Funerária com serviço de somatoconservação e/ou tanatopraxia e/ou embalsamento

Potencial Poluidor/ Degradador Ar: P Água: G Solo: G Geral: G

Porte AU < = 0,02: pequeno (DCA)

0,02 < AU < = 0,05: médio (RAP)

AU > 0,05: grande (EAS)

#### LEGENDA

AE=área edificada (m<sup>2</sup>);

AU=área útil (hectares) - área total usada pelo empreendimento, incluindo-se a área construída e a não construída, porém com utilização (por exemplo: estocagem, depósito, energia, etc);

NH=número de unidades habitacionais;

NL=número de leitos;

NV=número de veículos

VM=volume movimentado (m<sup>3</sup>)

#### Audiência Pública Loa Para 2015

AUDIÊNCIA PÚBLICA – APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, POR INTERMÉDIO DESTE, EM CONSONÂNCIA AO QUE DISPÕE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONVIDA A SOCIEDADE ORGANIZADA E OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO, PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2014(SEGUNDA-FEIRA), ÀS 18:00 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL. NA OPORTUNIDADE ESTARÁ SENDO APRESENTADA E DISCUTIDA A FORMA DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015.

COCAL DO SUL, 15 DE OUTUBRO DE 2014.  
 ADEMIR MAGAGNIN  
 Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº 15/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2014 – PMC

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreita por preço unitário (material e mão de obra) objetivando a reforma e ampliação da Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella, localizada na Rua Santa Ana, Distrito de Santo Antônio, neste Município, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida do Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo “D” do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 11/11/2014, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 07/11/2014, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 11/11/2014, às 16h00min.

Abertura: dia 12/11/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 20 de outubro de 2014  
 SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
 Secretária Municipal de Educação



**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 17/2014 – FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014 – FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos, laboratorial e mobiliário em geral, para equipar as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 03/11/2014.

Abertura: dia 04/11/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 20 de outubro de 2014.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

**Extrato do Termo de Compromisso Nº 111/2014**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 111/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 080.000.919-33, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MAIRA MORGANA RODIO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 098.196.449-41, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 14.10.2014 a 13.10.2016.

**Coronel Martins****PREFEITURA****Edital Nº. 004, de 20 de Outubro de 2014.**

EDITAL Nº. 004, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

ASSUNTO: Edital de chamamento referente ao Aviso Público nº. 002, de 12 de setembro de 2014.

1 - O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, convoca a candidata aprovada para assumir a vaga, conforme Processo de Seleção referente ao Aviso Público nº. 002, de 12 de setembro de 2014 e Decreto nº. 223, de 29 de setembro de 2014, nos seguintes termos:

2 - Fica convocada a seguinte candidata, em seu respectivo cargo, para comparecer no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, no dia 21 de outubro de 2014, às 08:00 horas, para assumir a vaga a partir do dia 21 de outubro de 2014:

ESTAGIARIA:

GESIANE O. CAMARGO

3 - Este Edital fundamenta-se e baseia-se nas normas e regras estabelecidas no Aviso Público nº. 002, de 12 de setembro de 2014.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 20 de outubro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal



## Correia Pinto

## PREFEITURA

## Ata de Registro de Preços - Processo 62/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6  
Processo Nº.: 62/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2014

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2014

No dia 20 do mês de Outubro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 62/2014, Processo Licitatório nº. 62/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCERTINA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11066	ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME	15.428.171/0001-93	ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA	004.051.539-70

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCERTINA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11066 - ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONCERTINA PARA PROTEÇÃO - MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA A INSTALAÇÃO	MT L	GERDAU	500,000	65,6000	32.800,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 2/6  
Processo Nº.: 62/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 3/6  
Processo Nº.: 62/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2014

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 4/6  
Processo Nº.: 62/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2014

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 62/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2014

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 6/6  
Processo Nº.: 62/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 20 de Outubro de 2014.

\_\_\_\_\_  
Vanio Forster  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME

CNPJ: 15.428.171/0001-93 \_\_\_\_\_



# Corupá

## PREFEITURA

### Decreto Nº 782/14

DECRETO Nº 782/14

EXONERA O SR. JONEY CICERO MOROZINI, DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. JONEY CICERO MOROZINI, do cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º – Este decreto entrará em vigor a partir da data de 19 de outubro de 2014.

Art. 3º – Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 16 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Decreto Nº 783/14

DECRETO Nº 783/14

NOMEIA A SRA. MARGOT HAUFFE, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Secretária Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MARGOT HAUFFE, para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º – Este decreto entrará em vigor a partir da data de 20 de outubro de 2014.

Art. 3º – Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 16 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Decreto Nº 784/14

DECRETO Nº 784/14

NOMEIA O SR. JONEY CICERO MOROZINI, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Secretário Municipal é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JONEY CICERO MOROZINI, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º – Este decreto entrará em vigor a partir da data de 20 de outubro de 2014.

Art. 3º – Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 16 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### Edital de Pregão Presencial Nº 254/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 254/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A REFORMA DA PONTE DO BAIRRO SÃO FRANCISCO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 04/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 04/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 16 de Outubro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 35/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2014

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e a empresa Antônio Carlos Popinhak., com o valor total de R\$ 10.800,00 (Dez mil oitocentos reais).

RESUMO: INEXIBILIDADE PARA AQUISIÇÃO DE 120 INSCRIÇÕES PARA CURSO DE FINANÇAS PESSOAIS, DIVIDIDAS EM 04 TURMAS SENDO CARGA HORÁRIA DE 10 HORAS CADA, DESTINADOS AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CONFORME ART. 25, INCISO II, LEI 8.666/93, MEMORANDO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 20 de outubro de 2014.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Márcia Dominski Penteado  
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 20 de outubro de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 20 de outubro de 2014.

João Carlos Martins dos Santos  
Presidente do Fundo



**Dionísio Cerqueira****PREFEITURA****Resultado de Licitações 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 110/2014, Objeto: Aquisição de combustíveis para recuperação de estradas do Município - Convenio nº 2014tr003123(085/SDC/2014). Secretaria de Estado Defesa Civil.. Vencedor: SBA Abastecedora e Fretes Rodoviários Ltda. - Valor R\$ 24.998,00.

Dionísio Cerqueira 20/10/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

**CONTRATOS 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 095/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal.

Contratado: SBA Abastecedora e Fretes Rodoviários Ltda.

Objeto: Aquisição de combustíveis para recuperação de estradas do Município - Convenio nº 2014tr003123(085/SDC/2014). Secretaria de Estado Defesa Civil.... Valor R\$ 24.998,00 - Origem: Pregão 110/2014 PMDC -vigência: 20/10/14 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 20/10/2014

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 083/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal.

Contratado: Davi Casagrande -ME

Objeto: Contratação de empresa para realização de obra de reforma e melhorias com fornecimento de materiais no Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Dionísio Cerqueira= - Origem: CV 101/2014 PMDC - Aditivo de prazo - vigência: 09/10/14 à 10/11/2014.

Dionísio Cerqueira 09/10/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal

**Doutor Pedrinho****PREFEITURA****Decreto 073/2014**

DECRETO Nº 073, de 10 de outubro de 2014.

Altera o Decreto nº 13, de 23/01/2014, estabelecendo ponto facultativo nas repartições públicas municipais também o dia 27 de outubro de 2014.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, inciso V, combinado com o Art. 72, inciso I, alíneas "k", "l" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e fundado no art. 152 da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006,

DECRETA:

Art. 1º - O Decreto nº 13, de 23/01/2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º - .....

.....

XI-A - 27 de outubro, segunda-feira, Dia do Servidor Público (ponto facultativo - LC nº 50, de 16/10/2006);

XII - .....

.....

Art. 2º - .....

.....

II - .....

III - 27 de outubro, segunda-feira, comemoração ao "dia do servidor público", (ponto facultativo - LC nº 50, de 16/10/2006).

§ 1º - ....."

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de outubro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 10 de outubro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

**Decreto 074/2014**

DECRETO Nº 074, de 10 de outubro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 102.168,82.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 102.168,82 (cento e dois mil cento e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos), do Excesso de Arrecadação, obedecendo



às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	MELHORAMENTO PATRULHA AGRICOLA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1890000	ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00
TOTAL		70.000,00
04.001.15.452.0020.1010	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.1010	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.1010	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MÁQUINAS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1890000	ALIENAÇÃO DE BENS	600,00
TOTAL		600,00
03.001.28.843.0015.0001	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA E ENCARGOS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
469000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1890000	ALIENAÇÃO DE BENS	31.568,82
TOTAL		31.568,82
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		102.168,82

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação R\$ 102.168,82

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de outubro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 10 de outubro de 2014.  
EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

## Decreto 075/2014

DECRETO Nº 075, de 15 de outubro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.801,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

### DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 1.801,00 (Um mil oitocentos e um reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

06.002.08.244.0140.2022	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3635600	BOLSA FAMILIA	1.801,00
TOTAL		1.801,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		1.801,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 1.801,00 (Um mil oitocentos e um reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

06.002.08.244.0140.2022	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3635600	BOLSA FAMILIA	1.801,00
TOTAL		1.801,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.801,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de outubro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.



Doutor Pedrinho, SC, 15 de outubro de 2014.  
EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

### PORTARIA 123/2014

PORTARIA no 123, de 06 de Outubro de 2014.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular; Considerando-se o afastamento temporário de servidoras para gozo de férias regulares, bem como a ausência de servidores efetivos para substituição;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 02/2013, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação; resolve:

#### AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Da servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, sob regime jurídico da CLT, com carga horária de 44 horas semanais e salário de R\$ 966,20 (novecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos), a contar desta data:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Márcia Aparecida Florêncio (DN. 11/10/1985)	073.637.229-60 4.464.451	Substituição de Pessoal em face do afastamento temporário da servidora titular.	06/10/2014 a 19/12/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 06 de Outubro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

### Portaria 124/2014

PORTARIA no 124, de 07 de Outubro de 2014.

Designa servidor para exercício de Função Gratificada na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e na Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004, resolve:

#### DESIGNAR FUNÇÃO GRATIFICADA

Com base no Art. 15, da Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, o servidor abaixo relacionado, detentor do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	NÍVEL	VALOR	FUNÇÃO GRATIFICADA
Adilson José Nicocelli	IV	R\$ 430,73	Supervisor do Setor de Obras

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 07 de outubro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

### Portaria 125/2014

PORTARIA No 125, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

Disciplina a composição e o mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, e com artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com a Lei no 140, de 29 de novembro de 1992, resolve:

1 - O Conselho Municipal de Educação fica composto pelos seguintes membros.

I - Representantes do Poder Executivo

a) Titular: Marli Lewin Schurt

b) Suplente: Rita Iselde Vaez

II - Representantes das Unidades de Educação do município

a) Titular: Matilde Judith Doemer Bocchi

b) Suplente: Izabel Cristina Saldanha Pacher

a) Titular: Cristina Silvana Alvise Mazzi

b) Suplente: Merci Franke Gessner

III - Representantes das Associações

a) Titular: Miriam Kunkel Rodel

b) Suplente: Roseli Vieira

IV - Representantes dos Estudantes

a) Titular: Mário Benício Viviani

b) Suplente: Tassiana Ouriques Becker

2 - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação, iniciado em 07/10/2014, será:

a) De 02 (dois) anos para os membros de que trata a alínea "a" do inciso II e aqueles do inciso III e IV do item "1" desta portaria.

b) De 04 (quatro) anos para os membros de que trata o inciso I e a alínea "b" do inciso II do item "1" desta portaria.

3 - A Portaria nº 097, de 27/08/2012, que nomeou os membros do Conselho de Municipal de Educação, fica prorrogada até a presente data.



MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 07 de outubro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

### Portaria 126/2014

PORTARIA no 126, de 09 de outubro de 2014.

Concede Promoção por Qualificação Profissional a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e

Considerando-se o requerimento formulado pela servidora com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados;

Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito da requerente; resolve:

#### CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A servidora do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Ivanilde Lenita Stainsack Tomelin	Professora II	02/10/2014	6 - AL	6 - AM

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de outubro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

### PORTARIA 127/2014

PORTARIA no 127, de 16 de outubro de 2014.

Concede Promoção por Qualificação Profissional aos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e

Considerando-se o requerimento formulado pelos servidores com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados;

Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito dos requerentes; resolve:

#### CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Aos servidores do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificados, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão

João Oslin Odorizzi	Professor II	10/10/2014	6 - AF	6 - AG
Mariane L. Bowens Castilho	Professora II	08/10/2014	6 - AL	6 - AM
Ivete Anesi Buzzi	Professora II	08/10/2014	6 - AB	6 - AC

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de outubro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

### PORTARIA 128/2014

PORTARIA no 128, de 17 de Outubro de 2014.

Altera o período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professor I.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular; Considerando a necessidade de manutenção do programa de integração dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e melhoria de seu desenvolvimento cognitivo para interação e inserção social, com adaptação de recursos humanos compatíveis com os desafios de cada educando; Considerando-se a possibilidade de atendimento transitório destas necessidades com contratação temporária enquanto não houver a realização do Processo Seletivo, sem paralisação de serviços; resolve:

#### ALTERAR

O período de contratação do servidor BRUNO POETA, nas funções do emprego de Professor I, com carga horária de 24 horas semanais e vencimento de R\$ 1.307,50 (Um mil trezentos e sete reais e cinquenta centavos) mensais, previsto na Portaria nº 110 de 02/09/2014, que passa a ser de 02/09/2014 à 19/12/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de outubro de 2014;  
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.



# Forquilha

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato FMS Nº. 86/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 86/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 16.303,24 (dezesesseis mil trezentos e três reais e vinte e quatro centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32); 1701.2058.3390 (51), 1701.2057.3390 (48); 1701.2062.3390 (67).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 23/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de agosto de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 105, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

DECRETO Nº. 105, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papeis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que

ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

### DECRETA

Art. 1º Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

- Gizélia da Silva Figueredo - representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Jaqueline Isabel Pereira - representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Miriela Peruchi Guidarini - representando a Secretaria Municipal de Saúde;
- Carlene da Silva Forgiarini - representando a Secretaria Municipal de Educação;
- Lilian Arns Topanotti - representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Daiane Savi - representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador.



Art. 2º A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 20 de novembro.

Art. 4º O calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, será:

- 08 de setembro - Reunião com a Equipe da AS e do CMDCA;
- 20 de outubro - 1ª audiência pública - apresentação da metodologia de elaboração do plano;
- 30 de outubro - 1ª reunião da Comissão Intersetorial - apresentação do diagnóstico, validação dos itens iniciais e de encaminhamentos das definições das ações intersetoriais;
- 13 de novembro (8h) - 2ª reunião da Comissão Intersetorial, para validação das ações intersetoriais;
- 19 de novembro (9h) - 2ª audiência pública - apresentação final do plano.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Forquilha/SC, 13 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 13 de agosto de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 181/PMF/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/PMF/2014  
(Referente Pregão Presencial nº. 181/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ADEMIR RAMPINELLI - ME., estabelecida em Forquilha, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 81.596.801/0001-63, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Ademir Rampinelli portador do RG nº 452.177 e CPF nº 379.027.259-00;

2. ZILEZIO OLAVO MACHADO ME., CNPJ/MF nº 81.803.793/0001-89 estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, em Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Ziléio Olavo Machado, portador do CPF 398.524.319-00;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 181/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

### **Cláusula Primeira - Do Objeto**

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

### **Cláusula Segunda - Dos preços Registrados**

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

### **Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os produtos/serviços de forma parcelada, conforme solicitação do município, por conta e risco da CONTRATADA no pátio de máquinas da Prefeitura Municipal de Forquilha, localizado na Avenida 25 de Julho, Centro, Forquilha/SC, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.

2. Os produtos/serviços serão solicitados de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

2.1. O prazo de entrega dos produtos/serviços será de até 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

### **Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços**

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.



2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável pela oficina, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da contratante.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição dos produtos e ou serviços, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avencado,

após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado



do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos índices de percentual de desconto registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 181/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilhinha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste

contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilhinha/SC, 03 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ADEMIR RAMPINELLI ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Ademir Rampinelli

CPF: 379.027.259-00;

ZILEZIO OLAVO MACHADO ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Zilezio Olavo Machado

CPF: 398.524.319-00;



Segue o resultado final para cada lote:

LOTE	MARCA/MODELO	ANO	QNTD	M.O R\$	P.O	P.R	VENCEDOR
1	FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2013/2013	1	52,80	13%	28%	ZILEZIO
2	FIAT/UNO VIVACE 1.0	2014/2014	1	52,80	13%	28%	ADEMIR
3	NISSAN/LIVINA 16 S	2013/2014	1	52,20	13%	28%	ZILEZIO
4	I/FORD TRANSIT TCA AMB	2011/2011	1	79,20	11%	26%	ZILEZIO
5	VW/PARATI 1.6 TRACKFIELD	2007/2008	1	53,40	11%	26%	ADEMIR
6	RENAULT/MEGA-NEGT DYN 1.6	2010/2011	1	52,80	11%	26%	ADEMIR
7	SUNDOWN/WEB 100	2007/2008	1				
8	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	2006/ 2006	1	52,80	12%	27%	ZILEZIO
9	FIAT/DUCATO MULT JAEDI T	2008/2009	1	79,20	12%	27%	ZILEZIO
10	FIAT/PALIO FIRE	2014 à 2015	5	52,80	11%	26%	ADEMIR
11	FIAT/DUCATO MC TCA MIC	2014/2015	1	80,10	11%	26%	ZILEZIO
12	FIAT/DOBLO ATTRACTIV 1.4	2013/2013	1	80,10	11%	26%	ADEMIR
13	FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2009 A 2013	2	52,80	13%	28%	ADEMIR
14	VW/KOMBI LO-TAÇÃO	2009 A 2012	2	52,80	13%	28%	ZILEZIO
15	FIAT/PALIO FIRE ECONOMY	2013/2014	2	52,80	12%	27%	ZILEZIO
16	I/JINBEI SHINE-RAY DTRUCK	2013/2014	1	52,80	10%	25%	ZILEZIO
17	I/DAYUN DY150 ZH	2009/2010	1				
18	I/RENAULT CLIO EXP1016VH	2013/2014	3	53,40	11%	26%	ADEMIR
19	I/DAYUN DY 200 ZH	2009/ 2010	1				
20	RENAULT/SANDE-RO EXP 16HP	2013/ 2013	2	52,80	12%	27%	ZILEZIO
21	VW/GOL 1.0	2003 à 2007	2	52,80	12%	27%	ZILEZIO
22	I/NISSAN SENTRA 20S FLEX	2010/ 2011	1	52,80	12%	27%	ADEMIR
23	FIAT/DUCATO MC RONTANA MB	2009/2010	1	79,20	12%	27%	ZILEZIO
24	VW/SAVEIRO 1.6	2006/2007	1	53,40	12%	27%	ADEMIR
25	VW/GOL 1.0 GIV	2008/2009	1	52,80	12%	27%	ADEMIR
26	RENAULT/SCENIC AUT 1.616V	2009/2010	1	53,40	11%	26%	ADEMIR
27	FIAT/UNO MILLE FIRE	2005/2005	2	52,80	13%	28%	ZILEZIO
28	FIAT/PALIO ES-SENCE 1.6	2012 à 2014	2	53,40	11%	26%	ADEMIR
29	I/RENAULT CLIO CAM1016VH	2010/2011	3	53,40	11%	26%	ZILEZIO
30	FIAT/STRADA FIRE	2005/2005	1	53,40	12%	27%	ADEMIR
31	HONDA/BIZ 125 ES	2007/2007	1				
32	FIAT/STRADA FIRE FLEX	2011/2012	2	53,40	11%	26%	ADEMIR
33	HONDA/CG 125 CARGO	1994/1994	1				



34	VW/SAVEIRO 1.6	2009/2010	1	53,40	12%	27%	ZILEZIO
35	HONDA/CG 125 TITAN KS	2001/2001	1				
36	VW/GOL 1.6	2009/2010	1	53,40	11%	26%	ADEMIR
37	FIAT/DUCATO TH AMB	2005/2006	1	80,10	12%	27%	ZILEZIO
38	FIAT/PALIO EX	1998/1999	1	53,40	11%	26%	ADEMIR
39	GM/VERANEIO	1992/1992	1	53,40	13%	28%	ZILEZIO
40	VW/GOL 1.6 POWER	2005/2006	1	53,40	12%	27%	ADEMIR
41	FIAT/PALIO FIRE	2004/2004	1	53,40	12%	27%	ZILEZIO

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 196/PMF/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 196/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a aquisição de combustíveis para consumo na frota da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha, durante o exercício de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 04 de novembro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, por e-mail [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) e [licitacoes@forquilha.sc.gov.br](mailto:licitacoes@forquilha.sc.gov.br) ou pelo site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br).

Forquilha/SC, 20 de outubro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Aviso do Pregão Presencial 0024/2014-Sf

Aviso do Pregão Presencial nº 0024/2014 - SF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de café e açúcar para uso da SANEFRAI, com pedidos parcelados, durante o período de novembro e dezembro de 2014; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 04.11.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 20 de outubro de 2014.  
Eloi Regalin  
Presidente da SANEFRAI

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2014 RP 0016-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0019/2014 - FMS  
Registro de Preços nº 0016/2014  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo de prestação de serviços de transporte de pessoas encaminhadas pela Secretaria de Saúde, para atendimento médico e realização de exames diversos nos centros de referência do município durante o período de novembro de 2014 a março de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 31.10.2014. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 20 de outubro de 2014.  
Nilce Pinz  
Secretária Municipal de Saúde

### DECRETO Nº 0267/2014

DECRETO Nº 0267, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0021.2.047 - Manutenção do CRAS

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0514 (288)	R\$	23.000,00
Total	R\$	23.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

17213413 - Transferência de Recursos do FNAS - SSCFV	R\$	23.000,00
TOTAL	R\$	23.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 16 DE OUTUBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0268/2014

DECRETO Nº 0268, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2257, de 24 de Setembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura		
10.01 - Secretaria de Infraestrutura Urbana		
15.452.0017.2.042 - Manutenção da Iluminação Pública		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0217 (143)	R\$	50.000,00
Total	R\$	50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura		
10.01 - Secretaria de Infraestrutura Urbana		
15.452.0017.2.042 - Manutenção da Iluminação Pública		
3.3.71.00.00 - Trans-ferências a Consórcios Públicos - Recurso 0.1.0217 (141)	R\$	50.000,00
Total	R\$	50.000,00



Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1938/2014**

PORTARIA N.º 1.938, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de GLEISEN KELIN OZÓRIO DE OLIVEIRA PONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 046.611.579-23, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1939/2014**

PORTARIA N.º 1.939, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de ANGELA MARIA DIAS GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 029.597.979-81, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, a partir de 20 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1940/2014**

PORTARIA Nº 1.940, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01241/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a Professora CINTIA REGIANE BOTH, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ANGELA BALESTRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 656.702.999-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, pelo período de 21 de outubro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1941/2014**

PORTARIA Nº 1.941, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar DÉBORA PELISER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 021.641.920-44, nomeada no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL, matrícula nº 146, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14SF24, Processo Administrativo Licitatório nº 0027/2014 - SANEFRAI, Tomada de Preços nº 0002/2014, cujo objeto é a execução de estrutura em concreto armado e tubulações de distribuição de efluentes e oxigênio para um biofiltro aerado submerso, a ser executado junto a Unidade de Saneamento Ambiental da SANEFRAI, no final da Av. Caçador, no bairro Jardim América, nesta cidade, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Quantitativo (anexo ao PAL)

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competira adotar as providências adequadas

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**TERMO DE CONVOCAÇÃO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS FME- 5º****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 003/2010)

Senhor(a): LUIZA APARECIDA SERAFINI LOPES  
Rua Vitor Pizetta, 84 - Bairro: Salete  
89580-000- Fraiburgo-SC

CARGO: Agente de Serviços Gerais  
Classificação: 5º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 003/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 0308/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Identidade;
- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);
- n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;
- o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I - acuidade visual;
  - II - audiométrico;
  - III - hemograma;
  - IV - lipidograma;
  - V - glicemia;

- VI - RX Tórax PA e Perfil;
- VII - fator RH;
- VIII - sorologia para Lues;
- IX - parcial de urina;
- X - uréia;
- XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;
- t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");
- v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 20 de Outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
LUIZA APARECIDA SERAFINI LOPES



**Lei Nº 2261/2014****LEI Nº 2261, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014****DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - diretrizes gerais;
- II - disposições sobre as receitas;
- III - disposições sobre as despesas;
- IV - dos créditos adicionais;
- V - das despesas com educação e saúde;
- VI - das disposições gerais.

**Art. 2º.** O Poder Executivo deverá adaptar a programação estabelecida para atendimento das circunstâncias emergenciais.

**CAPÍTULO I  
DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 3º.** A presente Lei estabelece diretrizes gerais e será elaborada de acordo com as ações extraídas do Plano Plurianual 2014/2017.

**Art. 4º.** Após o encaminhamento do Projeto de Lei do orçamento ao Poder Legislativo, os valores da receita estimada e da despesa fixada poderão ser reajustados pelo Poder Executivo, mediante justificativas e antes da sua aprovação.

**Art. 5º.** A lei orçamentária destinará recursos de contrapartida para execução de projetos e atividades oriundos de convênios.

**Art. 6º.** A lei orçamentária geral englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

**Art. 7º.** As despesas de pessoal e encargos sociais não poderão aumentar além dos índices estabelecidos no artigo 169 da Constituição Federal.

**Art. 8º.** A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

**§ 1º.** Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/00:

- I - Demonstrativo I: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI: Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Demonstrativo VI.a: Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX - Demonstrativo VIII: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X - Anexo I: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;



XI - Anexo I.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;  
XII - Anexo II: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;  
XIII - Anexo II.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;  
XIV - Anexo III: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;  
XV - Anexo IV: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;  
XVI - Anexo V: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;  
XVII - Anexo VI: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;  
XVIII - Anexo VII: Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

**§ 2º.** Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos da Lei 4320/64:

I - Anexo 1: Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;  
II - Anexo 2: Receita por Categoria Econômica;  
III - Anexo 2.a: Natureza da Despesa por Categoria Econômica;  
IV - Anexo 5: Funções e Subfunções de Governo;  
V - Anexo 6: Programa de Trabalho de Governo;  
VI - Anexo 7: Programa de Trabalho de Governo;  
VII - Anexo 8: Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos;  
VIII - Anexo 9: Demonstrativos da Despesa por Órgãos e Funções.

**§ 3º.** Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias as Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

## **CAPÍTULO II DA RECEITA**

**Art. 9º.** A natureza da receita orçamentária a ser estimada na Lei do Orçamento para o exercício de 2015 será de acordo com a Portaria Interministerial vigente e terá seus cálculos baseados nos 3 (três) últimos exercícios financeiros.

**Art. 10.** O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo, projeto de lei dispondo sobre criação ou aumento de tributos.

**Art. 11.** O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar iminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

**Parágrafo único.** As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2015, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

**Art. 12.** A Operação de Crédito por Antecipação de Receita se destinará ao atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2015 e constará na lei orçamentária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada no orçamento.

**Parágrafo único.** A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

**Art. 13.** A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do Código Tributário Municipal e da Lei Orgânica do Município.

**Parágrafo único.** Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- I - cobrança de taxas com base nos custos das operações e atuações do Município;
- II - aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;
- III - ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

**Art. 14.** A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá ser concedido de conformidade com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



**Art. 15.** As receitas de Alienação de Bens e Direitos não poderão ser aplicadas em Despesas Correntes, salvo se a lei destiná-las ao regime de Previdência Social.

### **CAPÍTULO III DAS DESPESAS**

**Art. 16.** As despesas serão fixadas pela lei orçamentária de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial em vigor.

**§ 1º.** Os recursos estimados na lei orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**§ 2º.** Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

**§ 3º.** As despesas com recursos de Convênios serão suplementadas de acordo com o Capítulo IV da presente Lei.

**Art. 17.** A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações.

**Art. 18.** Na execução orçamentária do exercício de 2015, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão adotar o sistema de limitação de empenho, em conformidade com o artigo 9º e inciso II, do § 1º do artigo 31, ambos da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 19.** As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

**Art. 20.** Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de Previdência.

**§ 1º.** As despesas de Pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

**§ 2º.** Na repartição dos limites de gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, aplicar-se-á o disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**§ 3º.** As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores e/ou empregados públicos serão contabilizadas em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

**Art. 21.** Para o cumprimento do que determina o artigo 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2015, os Poderes Executivo e Legislativo poderão proceder a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da Administração Municipal, através de lei específica.

**Art. 22.** A Secretaria Municipal de Finanças, através da contabilidade, fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica.

### **CAPÍTULO IV DOS CRÉDITOS ADICIONAIS**

**Art. 23.** A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá de existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

**I -** O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2015, como reserva de contingência, o percentual de até 2% (dois por cento) do valor total da receita corrente líquida estimada, tanto para os órgãos da Administração Direta ou Indireta, de conformidade com o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.



**II** – O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2015, autorização para movimentação do excesso de arrecadação por Decreto, cujos excessos de arrecadação serão por fonte de recursos.

**III** - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

**IV** - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2015, autorização para utilização do superavit financeiro para suplementação de dotações orçamentárias, através de Decreto.

**V** – O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária, autorização para movimentar através de Decreto a suplementação de dotações orçamentárias nas programações já previstas, utilizando para isto o valor do respectivo convênio.

**VI** – Para atender dotações insuficientes na educação e na saúde, o Poder Executivo poderá efetuar o remanejamento de valores da fonte de recursos "00" (ordinário) para dotações com as fontes "01" (educação) e "02" (saúde).

#### **CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**Art. 24.** O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei 11.494 de 20 de junho de 2007, que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

**Art. 25.** O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2015, dotações orçamentárias próprias para a contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e do Salário Educação.

**Art. 26.** O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento da Emenda Constitucional nº 29/2000 e da Lei Complementar federal nº 141/2011.

#### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 27.** O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária do Município.

##### **I – ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA**

- 01-00 – Câmara Municipal de Vereadores
- 02-00 – Gabinete do Prefeito
- 03-00 – Procuradoria Geral do Município
- 04-00 – Controladoria Interna
- 05-00 – Secretaria de Administração e Planejamento
- 06-00 – Secretaria Municipal de Finanças
- 07-00 – Secretaria Municipal de Educação
- 08-00 – Secretaria Municipal de Saúde
- 09-00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
- 10-00 – Secretaria de Infraestrutura
- 11-00 – Secretaria Municipal de Ação Social
- 12-00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- 13-00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME
- 14-00 – Autarquia Municipal
- 99-00 – Reserva de Contingência

##### **II – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

- 01-01 – Câmara Municipal de Vereadores
- 02-01 – Gabinete do Prefeito



02-02 – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD  
02-03 – Cultura  
03-01 – Procuradoria Geral do Município  
04-01 – Controladoria Interna  
05-01 – Secretaria de Administração e Planejamento  
05-02 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS  
06-01 – Secretaria Municipal de Finanças  
06-02 – Encargos Gerais do Município  
07-01 – Educação Geral  
08-01 – Fundo Municipal de Saúde  
09-01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente  
10-01 – Secretaria de Infraestrutura  
10-02 – Segurança Pública  
11-01 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
11-02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA  
12-01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
13-01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME  
14-01 – Autarquia Municipal de Água e Saneamento de Fraiburgo  
99-99 – Reserva de Contingência

**III – FUNÇÃO** - Para que se caracterize da melhor forma possível as ações de governo na proposta orçamentária, serão utilizadas as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

**IV – SUBFUNÇÃO** - Para que se caracterize da melhor forma possível a identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, serão utilizadas as Subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

**V – PROGRAMA** - Para que se caracterize da melhor forma possível a classificação da despesa, dentro de cada unidade orçamentária, será utilizado programa constante do Plano Plurianual, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

**VI – PROJETO** - Os projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2015 são os aprovados no Plano Plurianual de investimentos em vigor, serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal.

**VII – ATIVIDADE** - As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2015, serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura municipal e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamentais as quais foram extraídas do Plano Plurianual.

**Art. 28.** O Poder Executivo poderá conceder subvenções e contribuições sociais para execução descentralizada de programas de governo e ações de órgãos ou entidades, com transferência voluntária de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município, objetivando a execução de programas de trabalho, projetos, atividades e/ou eventos para Universidades, Fundações Educacionais ou Filantrópicas, Institutos Técnicos ou Científicos, Faculdades, Centros de formação, Escolas, ou qualquer outro ente da Administração Direta, Indireta ou fundacional, dos Governos do Estado e Federal, ou de iniciativa ou domínio privado, com objetivo de desenvolver atividades de aperfeiçoamento técnico-científico, social, cultural, beneficente, e outras que visem ou impliquem em benefício direto ou indireto da população, com a qual a Administração Pública Municipal pactuar mediante a celebração de convênios homologados pelo Poder Legislativo.

**Art. 29.** As compras e contratações de obras e/ou serviços somente poderão ser realizados, se houver disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e termo de contrato, em conformidade com a legislação vigente.

**Art. 30.** As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

**Art. 31.** Para atendimento do § 3º, do artigo 165 da Constituição Federal deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

**Art. 32.** Para atendimento do artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal deverá ao final de cada semestre, ser emitido e publicado o relatório de gestão fiscal.



**Art. 33.** Fica autorizada a baixa no setor tributário e cancelamento contábil, mediante processo administrativo fundamentado, a cobrança de dívida ativa lançada indevidamente.

**Art. 34.** Fica autorizada a destinação dos recursos provenientes da alienação de bens e direitos para pagamento de despesas com o regime de previdência social geral, incluindo o pagamento de dívidas, em conformidade com o art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Prejulgado 1473 do TCE/SC.

**Art. 35.** O valor da Reserva de Contingência será destinado à obtenção de resultado primário positivo, para atender os passivos contingentes, intempéries e outros riscos fiscais imprevistos.

**Parágrafo único.** Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas a menor.

**Art. 36.** Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá estabelecer o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

**Art. 37.** Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada, até o limite de 2/12 (dois doze avos) do total de cada dotação.

**Art. 38.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 15 DE OUTUBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 1/1  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	79.668.400,00	DESPESAS CORRENTES	67.165.500,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.157.200,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.885.022,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	800.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	602.600,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.480.478,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.509.700,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.209.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.289.900,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.460.400,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-6.460.400,00		
		Superavit	6.042.500,00
Total	73.208.000,00	Total	73.208.000,00
Superavit do orçamento corrente	6.042.500,00		
RECEITAS DE CAPITAL	7.075.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	12.917.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.850.000,00	INVESTIMENTOS	10.317.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS	220.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.600.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00		
Deficit	5.842.500,00		
Total	12.917.500,00	Total	12.917.500,00

Resumo

RECEITAS CORRENTES	79.668.400,00	99,23 %	DESPESAS CORRENTES	67.165.500,00	83,66 %
RECEITAS DE CAPITAL	7.075.000,00	8,81 %	DESPESAS DE CAPITAL	12.917.500,00	16,09 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.460.400,00	-8,05 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	0,25 %
Total	80.283.000,00	100,00 %	Total	80.283.000,00	100,00 %

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
 IVO BIAZZOLO  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISES AMADEU PATRICIO  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 MARCÍO LUÍS MACHADO  
 Contador



Página: 1/7  
Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			68.764.000,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		8.841.200,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS		6.700.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	3.500.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.800.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.000.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	950.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	50.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	700.000,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.200.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.200.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.200.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS		1.341.200,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.156.200,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	160.000,00		
4.1.1.2.1.22.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	10.000,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	750.000,00		
4.1.1.2.1.27.00.00.00	Taxa de Apreensão e Depósito	200,00		
4.1.1.2.1.28.00.00.00	Taxa de Funcionamento de Estab.em Horário Especial	1.000,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	85.000,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	30.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	120.000,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	185.000,00		
4.1.1.2.2.28.00.00.00	Taxa de Cemitérios	60.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	125.000,00		
4.1.1.2.2.99.01.00.00	Taxa de Expediente	90.000,00		
4.1.1.2.2.99.02.00.00	Taxa de Embarque	10.000,00		
4.1.1.2.2.99.03.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	25.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		800.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	800.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		900.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC		900.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		488.200,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		488.200,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	488.200,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	234.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	150.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	36.300,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	30.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.03.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamental	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.04.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.05.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.06.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Creche	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.07.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - AEE	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.08.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Infantil	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.09.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Médio	200,00		
4.1.3.2.5.01.05.10.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Transp Esc Est Fun	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.20.00	Rec. Remun. Dep. Banc. MDE - Apoio a Creches	100,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	13.100,00		
4.1.3.2.5.01.10.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBT	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.04.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PTMC	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.06.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - IGD-PBF	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.07.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBF1	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.11.00	Rec.Remun.Dep.Banc.Transf.Estado FEAS - Investim.	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.12.00	Rec. Remun Dep Banc FMAS - FEAS Benf. Event.	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.13.00	Rec. Remun Dep Banc - FMAS - IGD SUAS	200,00		
4.1.3.2.5.01.10.14.00	Rec. Remun. Dep. Banc - FMAS - FEAS Custeio	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.15.00	Rec. de Remun Dep Banc FNAS - PRONATEC	10.000,00		



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 2/7  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.3.2.5.01.10.16.00.00	Rec. Remun. Recursos FNAS - SSCFV	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	34.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - CO	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Civil	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Militar	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	20.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.76.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. FMDCA	500,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	254.200,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	254.200,00		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	250.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e Adult	200,00		
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Empresa	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.11.00.00	Rec. Concessão Transporte Coletivo	2.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	1.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>		605.700,00	
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	200.000,00		
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	200.000,00		
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	371.000,00		
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	2.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	350.000,00		
4.1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	4.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	15.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	15.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	34.700,00		
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	8.000,00		
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.200,00		
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação Artificial	500,00		
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	25.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>		56.696.500,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	<b>TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS</b>		56.527.500,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	18.657.500,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	15.412.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	15.400.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M.	14.800.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do F.P.M. 1%	600.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	12.000,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	208.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	8.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	200.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	281.400,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	45.000,00		
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	100.000,00		
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PPMC-II	78.000,00		
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	7.500,00		
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - ACESSUAS	25.000,00		
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - SSCFV	4.900,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.636.100,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.955.600,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	453.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	210.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAP	85.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAC	140.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAEJA	8.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.07.00.00	Transf. Diretas do FNDE - AEE	10.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	127.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	96.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	4.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	27.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	100.000,00		



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 3/7  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Transferências Recursos FNDE - Apoio a Creches	100.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	60.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Demais Transf. da União	60.000,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Demais Transf. da União - FEX	55.000,00		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	5.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	17.870.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	17.440.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.800.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	230.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	10.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	430.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Transp Escolar	400.000,00		
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Benefícios Eventuais	15.000,00		
4.1.7.2.2.99.05.00.00.00	Tranf. de Recursos do FEAS - Custeio	15.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.000.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.000.000,00		
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		144.000,00	
4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - (FMDCA)	1.000,00		
4.1.7.3.0.03.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos	3.000,00		
4.1.7.3.0.04.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		25.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.232.400,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		627.900,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	87.500,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	2.500,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	24.000,00		
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	35.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	25.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	165.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	55.000,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	25.000,00		
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	70.000,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	15.000,00		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	10.400,00		
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	10.200,00		
4.1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	10.200,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	200,00		
4.1.9.1.8.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora Div. Ativa - FUNREBOM	200,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	365.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	335.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	320.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	15.000,00		
4.1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legisl Defesa Direitos Difusos	30.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	30.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimonio Cultural e Histórico	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.03.00.00	Multas Relativo a Defesa de Portadores de Deficien	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanism	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.05.00.00	Multas Relativas ao Interesse do Consumidor	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.06.00.00	Multas Relativo a Outros Interesses Difusos	5.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		101.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	101.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	101.000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituicoes - PMF	100.000,00		
4.1.9.2.2.99.06.00.00.00	Outras Restituicoes - FUNREBOM	1.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		491.000,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	480.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	150.000,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	80.000,00		



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 4/7  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	150.000,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	100.000,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	11.000,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	11.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária	11.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	500,00		
4.1.9.3.2.99.01.02.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária Alienação de Bens	10.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	500,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		12.500,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	12.500,00		
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMF	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA	500,00		
4.1.9.9.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.08.00.00.00	Outras Receitas - FMAS - FORUM	10.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			7.065.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		6.850.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		6.850.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	6.850.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	6.850.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		210.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		155.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	155.000,00		
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	150.000,00		
4.2.2.1.9.03.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Educação	5.000,00		
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		55.000,00	
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	55.000,00		
4.2.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	40.000,00		
4.2.2.2.5.02.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	15.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		5.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.000,00	
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.000,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	5.000,00		
4.2.4.2.2.99.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FEAS - Investimentos	5.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-6.460.400,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-6.460.400,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-6.460.400,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.974.400,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.962.400,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-2.960.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-2.960.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	-2.400,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	-12.000,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.486.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.486.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-2.960.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-480.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-46.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>69.368.600,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>69.368.600,00</b>
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			5.563.400,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		35.400,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		35.400,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	35.400,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	35.400,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	35.400,00		
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	8.000,00		



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 5/7  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. União	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. União	200,00		
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal	200,00		
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estado	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.26.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.37.00.00	Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.40.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.41.00.00	Rec. Remun. Rec. Estado CIES	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.42.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS S José	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.43.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS Nações	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.48.00.00	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRAIS	1.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.512.500,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.512.500,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	5.065.500,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.065.500,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PAB	905.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	186.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PSF	796.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PACS	725.000,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Epidemiologica	56.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Sanitaria	30.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Saude Bucal	80.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC União	1.220.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	340.000,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - SAMU	263.000,00		
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	421.000,00		
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Rede Cegonha	13.500,00		
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRAIS	30.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	447.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	447.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	156.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado Atenção Básica	149.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Diabetes	17.000,00		
4.1.7.2.2.33.09.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC	125.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		15.500,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		15.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	15.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	15.000,00		
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituicoes - FMS	15.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		500,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	500,00		
4.1.9.9.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas - FMS	500,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			5.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		5.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		5.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	5.000,00		
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Saúde	5.000,00		
		<b>Total das receitas:</b>	<b>5.568.400,00</b>	
		<b>Total por entidade:</b>	<b>5.568.400,00</b>	
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			47.500,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		16.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		16.000,00	



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 6/7  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 8 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	16.000,00		
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	16.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		31.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		30.000,00	
4.1.3.1.5.00.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	30.000,00		
4.1.3.1.5.30.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	30.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.07.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinculado - FME	1.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		500,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		500,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	500,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	500,00		
4.1.9.2.2.99.04.00.00.00	Outras Restituições - FME	500,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>47.500,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>47.500,00</b>
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			5.293.500,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.300.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.300.000,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.300.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.300.000,00		
4.1.1.2.2.90.01.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	1.300.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		48.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		40.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	40.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	40.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	40.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.08.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não vinc. SF	40.000,00		
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		8.000,00	
4.1.3.3.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	8.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		3.904.000,00	
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	10.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	10.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.02.00.00	Outros Serviços Administrativos - SF	10.000,00		
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	3.800.000,00		
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	35.000,00		
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	1.000,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	8.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	50.000,00		
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outros Serviços - SF	50.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		41.500,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		38.000,00	
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	38.000,00		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	38.000,00		
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - SF	38.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	3.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	3.000,00		
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições - SF	3.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		500,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	500,00		
4.1.9.9.0.99.10.00.00.00	Outras Receitas - SF	500,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			5.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		5.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		5.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	5.000,00		



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**Página: 7/7  
Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.2.1.9.04.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis SF	5.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>5.298.500,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>5.298.500,00</b>
<b>Total geral das transferências:</b>				<b>0,00</b>
<b>Total geral das receitas:</b>				<b>80.283.000,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>80.283.000,00</b>

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalMOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador InternoMARCÍO LUÍS MACHADO  
Contador



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 1/2  
 Data: 11/09/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			44.448.032,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		29.710.722,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		66.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		29.644.722,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		800.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		800.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		13.937.310,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		651.500,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		31.000,00	
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		410.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		12.819.810,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		25.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			11.994.700,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		9.394.700,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		11.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		9.383.700,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		2.600.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.600.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			200.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>56.642.732,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>56.642.732,00</b>
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			14.535.068,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.523.200,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		15.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.508.200,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.011.868,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		1.392.438,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		220.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.394.430,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			239.200,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		239.200,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		238.200,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>14.774.268,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>14.774.268,00</b>
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			967.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		600.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		600.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		367.500,00	
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		20.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		347.500,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			80.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		80.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		80.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>1.047.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>1.047.500,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 2/2  
 Data: 11/09/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.844.900,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.458.100,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		8.100,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.450.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.386.800,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.800,00	
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		10.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.370.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			453.600,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		453.600,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		3.600,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		450.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>5.298.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>5.298.500,00</b>
<b>Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.370.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.593.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.593.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		777.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		777.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			150.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		150.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		150.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>2.520.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>2.520.000,00</b>
<b>Total geral das transferências:</b>				<b>0,00</b>
<b>Total geral das despesas:</b>				<b>80.283.000,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>80.283.000,00</b>

IVO BIAZZOLO  
 Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO  
 Controlador Interno

MARCÍO LUÍS MACHADO  
 Contador



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**Página: 1/1  
Data: 11/09/2014**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
4 Administração	123 Administração Financeira
4 Administração	124 Controle Interno
6 Segurança Pública	181 Policiamento
6 Segurança Pública	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 Saúde	303 Suporte Profilático e Terapêutico
10 Saúde	304 Vigilância Sanitária
10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	361 Ensino Fundamental
12 Educação	362 Ensino Médio
12 Educação	364 Ensino Superior
12 Educação	365 Educação Infantil
12 Educação	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
15 Urbanismo	453 Transportes Coletivos Urbanos
16 Habitação	481 Habitação Rural
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

\_\_\_\_\_  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal\_\_\_\_\_  
MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno\_\_\_\_\_  
MARCIO LUIS MACHADO  
Contador



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/8  
Data: 15/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>8.184.000,00</b>	<b>43.713.732,00</b>	<b>4.545.000,00</b>	<b>56.642.732,00</b>
<b>Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito</b>		<b>0,00</b>	<b>2.212.284,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.212.284,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>1.282.284,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.282.284,00</b>
04	Administração		1.282.284,00		1.282.284,00
04.122	Administração Geral		1.282.284,00		1.282.284,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.282.284,00		1.282.284,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		1.282.284,00		1.282.284,00
<b>Unidade: 02.02 Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD</b>					
		<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>
04	Administração		30.000,00		30.000,00
04.122	Administração Geral		30.000,00		30.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		30.000,00		30.000,00
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIF		30.000,00		30.000,00
<b>Unidade: 02.03 Cultura</b>					
		<b>0,00</b>	<b>900.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>900.000,00</b>
13	Cultura		900.000,00		900.000,00
13.392	Difusão Cultural		900.000,00		900.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		900.000,00		900.000,00
13.392.0008.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		640.000,00		640.000,00
13.392.0008.2.005	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICIPIO		260.000,00		260.000,00
<b>Órgão: 03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO</b>					
<b>Unidade: 03.01 Procuradoria Geral do Município</b>		<b>0,00</b>	<b>675.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>675.000,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>675.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>675.000,00</b>
04	Administração		675.000,00		675.000,00
04.122	Administração Geral		675.000,00		675.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		675.000,00		675.000,00
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL		675.000,00		675.000,00
<b>Órgão: 04.00 CONTROLADORIA INTERNA</b>					
<b>Unidade: 04.01 Controladoria Interna</b>		<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>
04	Administração		130.000,00		130.000,00
04.124	Controle Interno		130.000,00		130.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		130.000,00		130.000,00
04.124.0002.2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL		130.000,00		130.000,00



## Data: 15/10/2014

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</b>					
<b>Unidade: 05.01 Secretaria de Administração e Planejamento</b>					
04	Administração				
04.122	Administração Geral				
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
04.122.0002.1.005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
04.122.0002.2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENT				
<b>Unidade: 05.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social</b>					
16	Habitação				
16.481	Habitação Rural				
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR				
16.481.0003.1.006	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL				
16.482	Habitação Urbana				
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR				
16.482.0003.1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANA				
16.482.0003.2.009	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO				
16.482.0003.2.010	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS				
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE FINANÇAS</b>					
<b>Unidade: 06.01 Secretarias de Finanças</b>					
04	Administração				
04.123	Administração Financeira				
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA				
04.123.0004.2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS				
<b>Unidade: 06.02 Encargos Gerais</b>					
28	Encargos Especiais				
28.843	Serviço de Dívida Interna				
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS				
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA				
28.846	Outros Encargos Especiais				
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS				
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS				



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/8  
Data: 15/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 07.00</b>	<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>	<b>8.184.000,00</b>	<b>43.713.732,00</b>	<b>4.545.000,00</b>	<b>56.642.732,00</b>
<b>Unidade: 07.01</b>	<b>Educação Geral</b>	<b>865.000,00</b>	<b>28.336.148,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.201.148,00</b>
		<b>865.000,00</b>	<b>28.336.148,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.201.148,00</b>
12	Educação				29.201.148,00
12.306	Alimentação e Nutrição	865.000,00	28.336.148,00		1.411.000,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.411.000,00		1.411.000,00
12.306.0005.2.014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL		666.400,00		666.400,00
12.306.0005.2.016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL		723.200,00		723.200,00
12.306.0005.2.019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS		21.400,00		21.400,00
12.361	Ensino Fundamental	685.000,00	16.050.138,00		16.735.138,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	685.000,00	16.050.138,00		16.735.138,00
12.361.0005.1.011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL	20.000,00			20.000,00
12.361.0005.1.012	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CEN	550.000,00			550.000,00
12.361.0005.1.013	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU G	115.000,00			115.000,00
12.361.0005.2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		14.147.438,00		14.147.438,00
12.361.0005.2.017	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA		1.902.700,00		1.902.700,00
12.362	Ensino Médio	377.200,00	377.200,00		377.200,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO	377.200,00	377.200,00		377.200,00
12.362.0006.2.020	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO		377.200,00		377.200,00
12.364	Ensino Superior	450.000,00	450.000,00		450.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR	450.000,00	450.000,00		450.000,00
12.364.0007.2.021	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR		450.000,00		450.000,00
12.365	Educação Infantil	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.365.0005.1.009	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI	180.000,00			180.000,00
12.365.0005.2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		10.040.700,00		10.040.700,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		7.110,00		7.110,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		7.110,00		7.110,00
12.366.0005.2.018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		7.110,00		7.110,00
<b>Órgão: 09.00 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE</b>					
<b>Unidade: 09.01</b>	<b>Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente</b>	<b>20.000,00</b>	<b>1.279.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.299.000,00</b>
		<b>20.000,00</b>	<b>1.279.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.299.000,00</b>
18	Gestão Ambiental				42.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		42.000,00		42.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		42.000,00		42.000,00
18.541.0016.2.037	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS		42.000,00		42.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/8  
Data: 15/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 09.00 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE</b>					
<b>Unidade: 09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente</b>					
20	Agricultura	8.184.000,00	43.713.732,00	4.545.000,00	56.642.732,00
20.606	Extensão Rural	20.000,00	1.279.000,00	0,00	1.299.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	20.000,00	1.279.000,00	0,00	1.299.000,00
20.606.0015.1.018	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECU	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606.0015.2.034	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606.0015.2.035	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROB	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606.0015.2.036	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA		817.000,00		20.000,00
20.606.0015.2.038	INCENTIVOS A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS		220.000,00		817.000,00
			100.000,00		220.000,00
			100.000,00		100.000,00
			100.000,00		100.000,00
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA</b>					
<b>Unidade: 10.01 Secretaria de Infraestrutura</b>					
15	Urbanismo	7.232.000,00	4.192.800,00	0,00	11.424.800,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	7.222.000,00	3.340.100,00	0,00	10.562.100,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	7.222.000,00	3.110.000,00		10.332.000,00
15.451.0017.1.020	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOU	7.165.000,00	2.145.000,00		9.310.000,00
15.451.0017.1.022	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL	7.165.000,00	2.145.000,00		9.310.000,00
15.451.0017.1.025	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE OBRAS DA INFRAESTRUT	7.150.000,00			7.150.000,00
15.451.0017.2.040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.000,00			10.000,00
15.452	Serviços Urbanos	5.000,00	2.145.000,00		5.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	50.000,00	965.000,00		2.145.000,00
15.452.0017.1.023	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAES	50.000,00	965.000,00		1.015.000,00
15.452.0017.2.042	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		965.000,00		1.015.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	7.000,00	965.000,00		1.015.000,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	7.000,00			7.000,00
15.453.0017.1.019	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	7.000,00			7.000,00
26	Transporte		230.100,00		230.100,00
26.782	Transporte Rodoviário		230.100,00		230.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		230.100,00		230.100,00
26.782.0018.2.041	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL		230.100,00		230.100,00
<b>Unidade: 10.02 Segurança Pública</b>					
06	Segurança Pública	10.000,00	852.700,00	0,00	862.700,00
06.181	Policimento	10.000,00	852.700,00		862.700,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00	471.000,00		481.000,00
06.181.0017.1.024	SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	10.000,00			10.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/8  
Data: 15/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA</b>					
<b>Unidade: 10.02 Segurança Pública</b>					
06	Segurança Pública				
06.181	Policimento	10.000,00	852.700,00		862.700,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00	471.000,00		481.000,00
06.181.0019.2.043	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		471.000,00		471.000,00
06.181.0019.2.045	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA E Defesa Civil		451.000,00		451.000,00
06.182	SEGURANÇA PÚBLICA		20.000,00		20.000,00
06.182.0019	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM		381.700,00		381.700,00
06.182.0019.2.044	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMP		381.700,00		381.700,00
06.182.0019.2.057			371.700,00		371.700,00
			10.000,00		10.000,00
<b>Órgão: 11.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL</b>					
<b>Unidade: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social</b>					
08	Assistência Social	0,00	1.976.500,00	0,00	1.976.500,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	1.929.500,00	0,00	1.929.500,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.929.500,00		1.929.500,00
08.244.0020.2.046	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.083.500,00		1.083.500,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		1.083.500,00		1.083.500,00
08.244.0021.2.047	MANUTENÇÃO DO CRAS		281.000,00		281.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - C		281.000,00		281.000,00
08.244.0022.2.048	MANUTENÇÃO DO CREAS		565.000,00		565.000,00
			565.000,00		565.000,00
<b>Unidade: 11.02 Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>					
08	Assistência Social	0,00	47.000,00	0,00	47.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		47.000,00		47.000,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		47.000,00		47.000,00
08.243.0023.2.049	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E D		47.000,00		47.000,00
<b>Órgão: 12.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>					
<b>Unidade: 12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico</b>					
04	Administração	10.000,00	315.000,00	0,00	325.000,00
04.122	Administração Geral	10.000,00	315.000,00	0,00	325.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		175.000,00		175.000,00
04.122.0024.2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		175.000,00		175.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/8  
Data: 15/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 12.00</b>	<b>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	<b>8.184.000,00</b>	<b>43.713.732,00</b>	<b>4.545.000,00</b>	<b>56.642.732,00</b>
<b>Unidade: 12.01</b>	<b>Secretaria de Desenvolvimento Econômico</b>	<b>10.000,00</b>	<b>315.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>325.000,00</b>
		<b>10.000,00</b>	<b>315.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>325.000,00</b>
22	Indústria		80.000,00		80.000,00
22.661	Promoção Industrial		80.000,00		80.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		80.000,00		80.000,00
22.661.0024.2.051	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		60.000,00		60.000,00
22.661.0024.2.058	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESE		20.000,00		20.000,00
23	Comércio e Serviços	10.000,00	60.000,00		70.000,00
23.695	Turismo	10.000,00	60.000,00		70.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.000,00			10.000,00
23.695.0024.1.029	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO	10.000,00			10.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		60.000,00		60.000,00
23.695.0025.2.052	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO		30.000,00		30.000,00
23.695.0025.2.053	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS		30.000,00		30.000,00
<b>Órgão: 99.00</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>
<b>Unidade: 99.99</b>	<b>Reserva de Contingência</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
99.999.0028.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 08.00</b>	<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>	<b>61.000,00</b>	<b>14.713.268,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.774.268,00</b>
<b>Unidade: 08.01</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>	<b>61.000,00</b>	<b>14.713.268,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.774.268,00</b>
10	Saúde	61.000,00	14.713.268,00		14.774.268,00
10.301	Atenção Básica	61.000,00	10.411.568,00		10.472.568,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		10.408.568,00		10.408.568,00
10.301.0009.2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		4.937.368,00		4.937.368,00
10.301.0009.2.023	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA		3.745.000,00		3.745.000,00
10.301.0009.2.024	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF		848.000,00		848.000,00
10.301.0009.2.025	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS		777.000,00		777.000,00
10.301.0009.2.026	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB		101.200,00		101.200,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		3.000,00		3.000,00
10.301.0012.2.031	GESTÃO DO SUS		3.000,00		3.000,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	61.000,00			61.000,00
10.301.0014.1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	41.000,00			41.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7/8  
Data: 15/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 08.00</b>	<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>	<b>61.000,00</b>	<b>14.713.268,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.774.268,00</b>
<b>Unidade: 08.01</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>	<b>61.000,00</b>	<b>14.713.268,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.774.268,00</b>
10	Saúde	61.000,00	14.713.268,00		14.774.268,00
10.301	Atenção Básica	61.000,00	10.411.568,00		10.472.568,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	61.000,00			61.000,00
10.301.0014.1.016	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	20.000,00			20.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.158.500,00		3.158.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.158.500,00		3.158.500,00
10.302.0010.2.027	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL		2.341.500,00		2.341.500,00
10.302.0010.2.028	MANUTENÇÃO DO SAMU		420.000,00		420.000,00
10.302.0010.2.029	MANUTENÇÃO DO CAPS		397.000,00		397.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		611.000,00		611.000,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA		611.000,00		611.000,00
10.303.0011.2.030	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA		611.000,00		611.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		136.200,00		136.200,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		136.200,00		136.200,00
10.304.0013.2.032	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		136.200,00		136.200,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		396.000,00		396.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		396.000,00		396.000,00
10.305.0013.2.033	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		396.000,00		396.000,00
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>					
<b>Órgão: 13.00</b>	<b>Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME</b>	<b>50.000,00</b>	<b>997.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.047.500,00</b>
<b>Unidade: 13.01</b>	<b>Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME</b>	<b>50.000,00</b>	<b>997.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.047.500,00</b>
27	Desporto e Lazer	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812	Desporto Comunitário	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812.0026.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICAS	30.000,00			30.000,00
27.812.0026.1.031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORT	20.000,00			20.000,00
27.812.0026.2.054	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - F		997.500,00		997.500,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 8/8  
Data: 15/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>					
<b>Órgão: 14.00 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO</b>					
<b>Unidade: 14.01 SANEFRAI</b>					
17	Saneamento	400.000,00	4.898.500,00	0,00	5.298.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	400.000,00	4.898.500,00	0,00	5.298.500,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	400.000,00	4.898.500,00	0,00	5.298.500,00
17.512.0027.1.032	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	200.000,00			200.000,00
17.512.0027.1.033	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAM	200.000,00			200.000,00
17.512.0027.2.055	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO		2.898.500,00		2.898.500,00
17.512.0027.2.056	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS		2.000.000,00		2.000.000,00
<b>Entidade: 10 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>					
<b>Unidade: 01.01 Câmara Municipal de Vereadores</b>					
01	Legislativa	120.000,00	2.400.000,00	0,00	2.520.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.400.000,00	0,00	2.520.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.400.000,00	0,00	2.520.000,00
01.031.0001.1.001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	80.000,00			80.000,00
01.031.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS P	40.000,00			40.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.400.000,00		2.400.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>80.283.000,00</b>

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

MARCIO LUIS MACHADO  
Contador



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/3

Data: 15/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	120.000,00	2.400.000,00		2.520.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.400.000,00		2.520.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.400.000,00		2.520.000,00
04	Administração	40.000,00	6.863.284,00		6.903.284,00
04.122	Administração Geral	40.000,00	4.968.284,00		5.008.284,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	40.000,00	4.793.284,00		4.833.284,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		175.000,00		175.000,00
04.123	Administração Financeira		1.765.000,00		1.765.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA		1.765.000,00		1.765.000,00
04.124	Controle Interno		130.000,00		130.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		130.000,00		130.000,00
06	Segurança Pública	10.000,00	852.700,00		862.700,00
06.181	Policimento	10.000,00	471.000,00		481.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00			10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		471.000,00		471.000,00
06.182	Defesa Civil		381.700,00		381.700,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		381.700,00		381.700,00
08	Assistência Social		1.976.500,00		1.976.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		47.000,00		47.000,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		47.000,00		47.000,00
08.244	Assistência Comunitária		1.929.500,00		1.929.500,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.083.500,00		1.083.500,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		281.000,00		281.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CR		565.000,00		565.000,00
10	Saúde	61.000,00	14.713.268,00		14.774.268,00
10.301	Atenção Básica	61.000,00	10.411.568,00		10.472.568,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		3.000,00		3.000,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE				61.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA	61.000,00	10.408.568,00		10.408.568,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.158.500,00		3.158.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.158.500,00		3.158.500,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		611.000,00		611.000,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		611.000,00		611.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		136.200,00		136.200,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		136.200,00		136.200,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		396.000,00		396.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		396.000,00		396.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/3

Data: 15/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	61.000,00	14.713.268,00		14.774.268,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		396.000,00		396.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		396.000,00		396.000,00
12	Educação	865.000,00	28.336.148,00		29.201.148,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.411.000,00		1.411.000,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.411.000,00		1.411.000,00
12.361	Ensino Fundamental	685.000,00	16.050.138,00		16.735.138,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	685.000,00	16.050.138,00		16.735.138,00
12.362	Ensino Médio		377.200,00		377.200,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO		377.200,00		377.200,00
12.364	Ensino Superior		450.000,00		450.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR		450.000,00		450.000,00
12.365	Educação Infantil	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		7.110,00		7.110,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		7.110,00		7.110,00
13	Cultura		900.000,00		900.000,00
13.392	Difusão Cultural		900.000,00		900.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		900.000,00		900.000,00
15	Urbanismo	7.222.000,00	3.110.000,00		10.332.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	7.165.000,00	2.145.000,00		9.310.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	7.165.000,00	2.145.000,00		9.310.000,00
15.452	Serviços Urbanos	50.000,00	965.000,00		1.015.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	50.000,00	965.000,00		1.015.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	7.000,00			7.000,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	7.000,00			7.000,00
16	Habituação	17.000,00	26.000,00		43.000,00
16.481	Habituação Rural	1.000,00			1.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	1.000,00			1.000,00
16.482	Habituação Urbana	16.000,00	26.000,00		42.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	16.000,00	26.000,00		42.000,00
17	Saneamento	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/3

Data: 15/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
18	Gestão Ambiental		42.000,00		42.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		42.000,00		42.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		42.000,00		42.000,00
20	Agricultura	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606	Extensão Rural	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
22	Indústria		80.000,00		80.000,00
22.661	Promoção Industrial		80.000,00		80.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		80.000,00		80.000,00
23	Comércio e Serviços	10.000,00	60.000,00		70.000,00
23.695	Turismo	10.000,00	60.000,00		70.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.000,00			10.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		60.000,00		60.000,00
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário		230.100,00		230.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		230.100,00		230.100,00
27	Desporto e Lazer	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812	Desporto Comunitário	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
28	Encargos Especiais			4.545.000,00	4.545.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			3.400.000,00	3.400.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			3.400.000,00	3.400.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.145.000,00	1.145.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.145.000,00	1.145.000,00
99	Reserva de Contingência				
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
Total:		8.815.000,00	66.723.000,00	4.545.000,00	80.283.000,00
Total geral:		8.815.000,00	66.723.000,00	4.545.000,00	80.283.000,00

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

MARCIO LUIS MACHADO  
Contador



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/3  
Data: 11/09/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	120.000,00	2.400.000,00		2.520.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.400.000,00		2.520.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.400.000,00		2.520.000,00
04	Administração	40.000,00	6.863.284,00		6.903.284,00
04.122	Administração Geral	40.000,00	4.968.284,00		5.008.284,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	40.000,00	4.793.284,00		4.833.284,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		175.000,00		175.000,00
04.123	Administração Financeira		1.765.000,00		1.765.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA		1.765.000,00		1.765.000,00
04.124	Controle Interno		130.000,00		130.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		130.000,00		130.000,00
06	Segurança Pública	10.000,00	852.700,00		862.700,00
06.181	Policimento	10.000,00	471.000,00		481.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00			10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		471.000,00		471.000,00
06.182	Defesa Civil		381.700,00		381.700,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		381.700,00		381.700,00
08	Assistência Social		1.976.500,00		1.976.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		47.000,00		47.000,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		47.000,00		47.000,00
08.244	Assistência Comunitária		1.929.500,00		1.929.500,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.083.500,00		1.083.500,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		281.000,00		281.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CR		565.000,00		565.000,00
10	Saúde	61.000,00	14.713.268,00		14.774.268,00
10.301	Atenção Básica	61.000,00	10.411.568,00		10.472.568,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		3.000,00		3.000,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE				61.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA	61.000,00	10.408.568,00		10.408.568,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.158.500,00		3.158.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.158.500,00		3.158.500,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		611.000,00		611.000,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA		611.000,00		611.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		136.200,00		136.200,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		136.200,00		136.200,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		396.000,00		396.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		396.000,00		396.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/3  
Data: 11/09/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	61.000,00	14.713.268,00		14.774.268,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		396.000,00		396.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		396.000,00		396.000,00
12	Educação	865.000,00	28.336.148,00		29.201.148,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.411.000,00		1.411.000,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.411.000,00		1.411.000,00
12.361	Ensino Fundamental	685.000,00	16.050.138,00		16.735.138,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	685.000,00	16.050.138,00		16.735.138,00
12.362	Ensino Médio		377.200,00		377.200,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO		377.200,00		377.200,00
12.364	Ensino Superior		450.000,00		450.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR		450.000,00		450.000,00
12.365	Educação Infantil	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	180.000,00	10.040.700,00		10.220.700,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		7.110,00		7.110,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		7.110,00		7.110,00
13	Cultura		900.000,00		900.000,00
13.392	Difusão Cultural		900.000,00		900.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		900.000,00		900.000,00
15	Urbanismo	7.222.000,00	3.110.000,00		10.332.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	7.165.000,00	2.145.000,00		9.310.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	7.165.000,00	2.145.000,00		9.310.000,00
15.452	Serviços Urbanos	50.000,00	965.000,00		1.015.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	50.000,00	965.000,00		1.015.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	7.000,00			7.000,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	7.000,00			7.000,00
16	Habituação	17.000,00	26.000,00		43.000,00
16.481	Habituação Rural	1.000,00			1.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	1.000,00			1.000,00
16.482	Habituação Urbana	16.000,00	26.000,00		42.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	16.000,00	26.000,00		42.000,00
17	Saneamento	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	400.000,00	4.898.500,00		5.298.500,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/3

Data: 11/09/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
18	Gestão Ambiental		42.000,00		42.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		42.000,00		42.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		42.000,00		42.000,00
20	Agricultura	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606	Extensão Rural	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	20.000,00	1.237.000,00		1.257.000,00
22	Indústria		80.000,00		80.000,00
22.661	Promoção Industrial		80.000,00		80.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		80.000,00		80.000,00
23	Comércio e Serviços	10.000,00	60.000,00		70.000,00
23.695	Turismo	10.000,00	60.000,00		70.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.000,00	60.000,00		10.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		60.000,00		60.000,00
26	Transporte		230.100,00		230.100,00
26.782	Transporte Rodoviário		230.100,00		230.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		230.100,00		230.100,00
27	Desporto e Lazer	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812	Desporto Comunitário	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	50.000,00	997.500,00		1.047.500,00
28	Encargos Especiais			4.545.000,00	4.545.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			3.400.000,00	3.400.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			3.400.000,00	3.400.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.145.000,00	1.145.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.145.000,00	1.145.000,00
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
Total:		8.815.000,00	66.723.000,00	4.545.000,00	80.283.000,00
Total geral:		8.815.000,00	66.723.000,00	4.545.000,00	80.283.000,00

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

MARCIO LUIS MACHADO  
Contador



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/3

Data: 11/09/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	2.520.000,00		2.520.000,00
01.031	Ação Legislativa	2.520.000,00		2.520.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.520.000,00		2.520.000,00
04	Administração	6.693.284,00	210.000,00	6.903.284,00
04.122	Administração Geral	4.798.284,00	210.000,00	5.008.284,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.623.284,00	210.000,00	4.833.284,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	175.000,00		175.000,00
04.123	Administração Financeira	1.765.000,00		1.765.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA	1.765.000,00		1.765.000,00
04.124	Controle Interno	130.000,00		130.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	130.000,00		130.000,00
06	Segurança Pública	147.000,00	715.700,00	862.700,00
06.181	Policimento	137.000,00	344.000,00	481.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00		10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	127.000,00	344.000,00	471.000,00
06.182	Defesa Civil	10.000,00	371.700,00	381.700,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00	371.700,00	381.700,00
08	Assistência Social	1.610.000,00	366.500,00	1.976.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	27.000,00	47.000,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	20.000,00	27.000,00	47.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.590.000,00	339.500,00	1.929.500,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL	960.000,00	123.500,00	1.083.500,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	175.000,00	106.000,00	281.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	455.000,00	110.000,00	565.000,00
10	Saúde		14.774.268,00	14.774.268,00
10.301	Atenção Básica		10.472.568,00	10.472.568,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		3.000,00	3.000,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE		61.000,00	61.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		10.408.568,00	10.408.568,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.158.500,00	3.158.500,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.158.500,00	3.158.500,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		611.000,00	611.000,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		611.000,00	611.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		136.200,00	136.200,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		136.200,00	136.200,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		396.000,00	396.000,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		396.000,00	396.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/3

Data: 11/09/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.756.200,00	27.444.948,00	29.201.148,00
12.306	Alimentação e Nutrição	954.200,00	456.800,00	1.411.000,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	954.200,00	456.800,00	1.411.000,00
12.361	Ensino Fundamental		16.735.138,00	16.735.138,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		16.735.138,00	16.735.138,00
12.362	Ensino Médio		27.200,00	27.200,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO	350.000,00	27.200,00	377.200,00
12.364	Ensino Superior	350.000,00	27.200,00	377.200,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR	450.000,00		450.000,00
12.365	Educação Infantil	450.000,00		450.000,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		10.220.700,00	10.220.700,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	2.000,00	10.220.700,00	10.220.700,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	2.000,00	5.110,00	7.110,00
			5.110,00	7.110,00
13	Cultura			
13.392	Difusão Cultural	900.000,00		900.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	900.000,00		900.000,00
15	Urbanismo			
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.567.000,00	7.765.000,00	10.332.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	2.450.000,00	6.860.000,00	9.310.000,00
15.452	Serviços Urbanos	2.450.000,00	6.860.000,00	9.310.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	110.000,00	905.000,00	1.015.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	110.000,00	905.000,00	1.015.000,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	7.000,00		7.000,00
		7.000,00		7.000,00
16	Habituação			
16.481	Habituação Rural	28.000,00	15.000,00	43.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	1.000,00		1.000,00
16.482	Habituação Urbana	1.000,00		1.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	27.000,00	15.000,00	42.000,00
		27.000,00	15.000,00	42.000,00
17	Saneamento			
17.512	Saneamento Básico Urbano	5.293.500,00	5.000,00	5.298.500,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	5.293.500,00	5.000,00	5.298.500,00
18	Gestão Ambiental			
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	42.000,00		42.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL	42.000,00		42.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/3  
Data: 11/09/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20	Agricultura	1.257.000,00		1.257.000,00
20.606	Extensão Rural	1.257.000,00		1.257.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	1.257.000,00		1.257.000,00
22	Indústria	80.000,00		80.000,00
22.661	Promoção Industrial	80.000,00		80.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	80.000,00		80.000,00
23	Comércio e Serviços	70.000,00		70.000,00
23.695	Turismo	70.000,00		70.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.000,00		10.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO	60.000,00		60.000,00
26	Transporte	220.000,00	10.100,00	230.100,00
26.782	Transporte Rodoviário	220.000,00	10.100,00	230.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS	220.000,00	10.100,00	230.100,00
27	Desporto e Lazer	1.047.500,00		1.047.500,00
27.812	Desporto Comunitário	1.047.500,00		1.047.500,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	1.047.500,00		1.047.500,00
28	Encargos Especiais	4.545.000,00		4.545.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	3.400.000,00		3.400.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	3.400.000,00		3.400.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	1.145.000,00		1.145.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	1.145.000,00		1.145.000,00
99	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			200.000,00
Total:		28.976.484,00	51.306.516,00	80.283.000,00
Total geral:		28.976.484,00	51.306.516,00	80.283.000,00

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

MARCIO LUIS MACHADO  
Contador



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	1.312.284,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	675.000,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	2.846.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	1.765.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	862.700,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	6.903.284,00	0,00	862.700,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.201.148,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	1.976.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.976.500,00	0,00	0,00	0,00	29.201.148,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	43.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	10.332.000,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		900.000,00	0,00	10.332.000,00	43.000,00	0,00	42.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	1.257.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	80.000,00	70.000,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.257.000,00	0,00	80.000,00	70.000,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	4.545.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	230.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Total:		0,00	230.100,00	0,00	4.545.000,00	0,00	200.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO						
Órgão	Funções				TOTAL	
02.00 - GABINETE DO PREFEITO					2.212.284,00	
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					675.000,00	
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA					130.000,00	
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					2.889.000,00	
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS					6.310.000,00	
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					29.201.148,00	
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE					1.299.000,00	
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					11.424.800,00	
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL					1.976.500,00	
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					325.000,00	
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA					200.000,00	
Total:					56.642.732,00	



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 8/30

Data: 15/10/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	14.774.288,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	14.774.288,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 9/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 10/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 11/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 12/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO						
Órgão	Funções				TOTAL	
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE					14.774.268,00	
Total:					14.774.268,00	



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 13/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 14/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 15/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 16/30

Data: 15/10/2014

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 17/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	1.047.500,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	1.047.500,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 18/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME						
Órgão	Funções				TOTAL	
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME					1.047.500,00	
Total:					1.047.500,00	



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 19/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 20/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 21/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO						
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	5.298.500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 22/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 23/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 24/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI						
Órgão	Funções					TOTAL
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO						5.298.500,00
Total:						5.298.500,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 25/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		2.520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 26/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 27/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 28/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 29/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 30/30  
Data: 15/10/2014

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL				
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.520.000,00				
	Total:	2.520.000,00				
	Total geral:	80.283.000,00				

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

MARCIO LUIS MACHADO  
Contador



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 1/7  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	75.829.000,00	79.620.450,00	83.601.472,50
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	68.764.000,00	72.202.200,00	75.812.310,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	8.841.200,00	9.283.260,00	9.747.423,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	6.700.000,00	7.035.000,00	7.386.750,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	3.500.000,00	3.675.000,00	3.858.750,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.800.000,00	1.890.000,00	1.984.500,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	950.000,00	997.500,00	1.047.375,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	50.000,00	52.500,00	55.125,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Moveis e Dir	700.000,00	735.000,00	771.750,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.200.000,00	3.360.000,00	3.528.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.200.000,00	3.360.000,00	3.528.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.200.000,00	3.360.000,00	3.528.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	1.341.200,00	1.408.260,00	1.478.673,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.156.200,00	1.214.010,00	1.274.710,50
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	160.000,00	168.000,00	176.400,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 Taxa de Serviços Administrativos	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	750.000,00	787.500,00	826.875,00
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00 Taxa de Apreensão e Depósito	200,00	210,00	220,50
4.1.1.2.1.28.00.00.00.00 Taxa de Funcionamento de Estab.em Horário Especial	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	85.000,00	89.250,00	93.712,50
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	185.000,00	194.250,00	203.962,50
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00 Taxa de Cemitérios	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	125.000,00	131.250,00	137.812,50
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00 Taxa de Expediente	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00 Taxa de Embarque	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	945.000,00	992.250,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚ	900.000,00	945.000,00	992.250,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	488.200,00	512.610,00	538.240,50
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	488.200,00	512.610,00	538.240,50
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	488.200,00	512.610,00	538.240,50
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	234.000,00	245.700,00	257.985,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	150.000,00	157.500,00	165.375,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	36.300,00	38.115,00	40.020,75
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundament	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundame	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Creche	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.07.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - AEE	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.08.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Infantil	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.09.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Médio	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.05.10.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Transp Esc Est Fu	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.05.20.00.00 Rec. Remun. Dep. Banc. MDE - Apoio a Creches	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00 Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	13.100,00	13.755,00	14.442,75
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBT	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PTMC	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.5.01.10.06.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - IGD-PBF	500,00	525,00	551,25



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 2/7  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBF	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.10.11.00.00	Rec.Remun.Dep.Banc.Transf.Estado FEAS - Investim	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.10.12.00.00	Rec. Remun Dep Banc FMAS - FEAS Benf. Event.	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.10.13.00.00	Rec. Remun Dep Banc - FMAS - IGD SUAS	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.10.14.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc - FMAS - FEAS Custeio	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.10.15.00.00	Rec. de Remun Dep Banc FNAS - PRONATEC	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.2.5.01.10.16.00.00	Rec. Remun. Recursos FNAS - SSCFV	100,00	105,00	110,25
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	34.500,00	36.225,00	38.036,25
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - CO	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia Civil	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia Militar	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.3.2.5.01.99.76.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. FMDCA	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	254.200,00	266.910,00	280.255,50
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	254.200,00	266.910,00	280.255,50
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	250.000,00	262.500,00	275.625,00
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e Adult	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Empre	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.02.99.11.00.00	Rec. Concessão Transporte Coletivo	2.000,00	2.100,00	2.205,00
4.1.3.2.5.02.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	605.700,00	635.985,00	667.784,25
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	200.000,00	210.000,00	220.500,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	200.000,00	210.000,00	220.500,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	371.000,00	389.550,00	409.027,50
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	2.000,00	2.100,00	2.205,00
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	350.000,00	367.500,00	385.875,00
4.1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	4.000,00	4.200,00	4.410,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	34.700,00	36.435,00	38.256,75
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.200,00	1.260,00	1.323,00
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação Artificial	500,00	525,00	551,25
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.696.500,00	59.531.325,00	62.507.891,25
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	56.527.500,00	59.353.875,00	62.321.568,75
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	18.657.500,00	19.590.375,00	20.569.893,75
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	15.412.000,00	16.182.600,00	16.991.730,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	15.400.000,00	16.170.000,00	16.978.500,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M.	14.800.000,00	15.540.000,00	16.317.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do F.P.M. 1%	600.000,00	630.000,00	661.500,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	12.000,00	12.600,00	13.230,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	208.000,00	218.400,00	229.320,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	200.000,00	210.000,00	220.500,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	281.400,00	295.470,00	310.243,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Trasnf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00	22.050,00	23.152,50
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	45.000,00	47.250,00	49.612,50
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PFMC-II	78.000,00	81.900,00	85.995,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	7.500,00	7.875,00	8.268,75
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - ACESSUAS	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - SSCFV	4.900,00	5.145,00	5.402,25
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.636.100,00	2.767.905,00	2.906.300,25



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/7

Data: 15/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.955.600,00	2.053.380,00	2.156.049,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	453.000,00	475.650,00	499.432,50
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	210.000,00	220.500,00	231.525,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAP	85.000,00	89.250,00	93.712,50
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAC	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAEJA	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.7.2.1.35.03.07.00.00	Transf. Diretas do FNDE - AEE	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	127.500,00	133.875,00	140.568,75
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	96.000,00	100.800,00	105.840,00
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	4.500,00	4.725,00	4.961,25
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	27.000,00	28.350,00	29.767,50
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Transferências Recursos FNDE - Apoio a Creches	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Demais Transf. da União	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Demais Transf. da União - FEX	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	17.870.000,00	18.763.500,00	19.701.675,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	17.440.000,00	18.312.000,00	19.227.600,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.800.000,00	15.540.000,00	16.317.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00	2.520.000,00	2.646.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	230.000,00	241.500,00	253.575,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	430.000,00	451.500,00	474.075,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Transp Escolar	400.000,00	420.000,00	441.000,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Benefícios Eventuais	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.7.2.2.99.05.00.00.00	Tranf. de Recursos do FEAS - Custeio	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.000.000,00	21.000.000,00	22.050.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.000.000,00	21.000.000,00	22.050.000,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	144.000,00	151.200,00	158.760,00
4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - (FMDCA)	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.7.3.0.03.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.7.3.0.04.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.232.400,00	1.294.020,00	1.358.721,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	627.900,00	659.295,00	692.259,75
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	87.500,00	91.875,00	96.468,75
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	2.500,00	2.625,00	2.756,25
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	24.000,00	25.200,00	26.460,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	165.000,00	173.250,00	181.912,50
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	10.400,00	10.920,00	11.466,00
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	10.200,00	10.710,00	11.245,50
4.1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	10.200,00	10.710,00	11.245,50
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	200,00	210,00	220,50
4.1.9.1.8.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora Div. Ativa - FUNREBOM	200,00	210,00	220,50
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	365.000,00	383.250,00	402.412,50
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	335.000,00	351.750,00	369.337,50
4.1.9.1.9.15.00.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	320.000,00	336.000,00	352.800,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 4/7  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
4.1.9.1.9.15.00.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação Defesa Direitos Difusos	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.1.9.26.02.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.02.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimônio Cultural e Histórico	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.02.03.00.00	Multas Relativo a Defesa de Portadores de Deficiência	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.02.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanismo	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.02.05.00.00	Multas Relativas ao Interesse do Consumidor	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.1.9.26.02.06.00.00	Multas Relativo a Outros Interesses Difusos	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	101.000,00	106.050,00	111.352,50
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	101.000,00	106.050,00	111.352,50
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	101.000,00	106.050,00	111.352,50
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições - PMF	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.9.2.2.99.06.00.00.00	Outras Restituições - FUNREBOM	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	491.000,00	515.550,00	541.327,50
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	480.000,00	504.000,00	529.200,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	150.000,00	157.500,00	165.375,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	150.000,00	157.500,00	165.375,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	11.000,00	11.550,00	12.127,50
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	11.000,00	11.550,00	12.127,50
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária	11.000,00	11.550,00	12.127,50
4.1.9.3.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	500,00	525,00	551,25
4.1.9.3.2.99.01.02.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária Alienação de Bens	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.9.3.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	500,00	525,00	551,25
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	12.500,00	13.125,00	13.781,25
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	12.500,00	13.125,00	13.781,25
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMF	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA	500,00	525,00	551,25
4.1.9.9.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.08.00.00.00	Outras Receitas - FMAS - FORUM	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	7.065.000,00	7.418.250,00	7.789.162,50
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.850.000,00	7.192.500,00	7.552.125,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	6.850.000,00	7.192.500,00	7.552.125,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	6.850.000,00	7.192.500,00	7.552.125,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	6.850.000,00	7.192.500,00	7.552.125,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	210.000,00	220.500,00	231.525,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	155.000,00	162.750,00	170.887,50
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	155.000,00	162.750,00	170.887,50
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	150.000,00	157.500,00	165.375,00
4.2.2.1.9.03.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Educação	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.2.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.2.2.2.5.02.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.4.2.2.99.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FEAS - Investimentos	5.000,00	5.250,00	5.512,50
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.460.400,00)	(6.783.420,00)	(7.122.591,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.460.400,00)	(6.783.420,00)	(7.122.591,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(6.460.400,00)	(6.783.420,00)	(7.122.591,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(6.460.400,00)	(6.783.420,00)	(7.122.591,00)



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/7

Data: 15/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(2.974.400,00)	(3.123.120,00)	(3.279.276,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(2.962.400,00)	(3.110.520,00)	(3.266.046,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(2.960.000,00)	(3.108.000,00)	(3.263.400,00)
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	(2.960.000,00)	(3.108.000,00)	(3.263.400,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	(2.400,00)	(2.520,00)	(2.646,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	(12.000,00)	(12.600,00)	(13.230,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(3.486.000,00)	(3.660.300,00)	(3.843.315,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(3.486.000,00)	(3.660.300,00)	(3.843.315,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	(2.960.000,00)	(3.108.000,00)	(3.263.400,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	(480.000,00)	(504.000,00)	(529.200,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp	(46.000,00)	(48.300,00)	(50.715,00)
Total entidade:		69.368.600,00	72.837.030,00	76.478.881,50
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	5.568.400,00	5.846.820,00	6.139.161,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	5.563.400,00	5.841.570,00	6.133.648,50
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	35.400,00	37.170,00	39.028,50
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	35.400,00	37.170,00	39.028,50
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	35.400,00	37.170,00	39.028,50
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	35.400,00	37.170,00	39.028,50
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	35.400,00	37.170,00	39.028,50
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. União	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. União	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estado	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.26.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.37.00.00	Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.40.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.3.2.5.01.03.41.00.00	Rec. Remun. Rec. Estado CIES	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.42.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS S José	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.01.03.43.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS Nações	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.3.2.5.01.03.48.00.00	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIR	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.512.500,00	5.788.125,00	6.077.531,25
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.512.500,00	5.788.125,00	6.077.531,25
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	5.065.500,00	5.318.775,00	5.584.713,75
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.065.500,00	5.318.775,00	5.584.713,75
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PAB	905.000,00	950.250,00	997.762,50
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	186.000,00	195.300,00	205.065,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Trasnfn. de Recursos do SUS - PSF	796.000,00	835.800,00	877.590,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PACS	725.000,00	761.250,00	799.312,50
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Epidemiologica	56.000,00	58.800,00	61.740,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Sanitaria	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Saude Bucal	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC União	1.220.000,00	1.281.000,00	1.345.050,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	340.000,00	357.000,00	374.850,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - SAMU	263.000,00	276.150,00	289.957,50
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	421.000,00	442.050,00	464.152,50
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Rede Cegonha	13.500,00	14.175,00	14.883,75



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 6/7  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>			
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00 Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRA	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	447.000,00	469.350,00	492.817,50
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	447.000,00	469.350,00	492.817,50
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00 Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	156.000,00	163.800,00	171.990,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00 Transf de Recursos do Estado Atenção Básica	149.000,00	156.450,00	164.272,50
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00 Transf. de Recursos do SUS - Diabetes	17.000,00	17.850,00	18.742,50
4.1.7.2.2.33.09.00.00.00 Transf. de Recursos do SUS - MAC	125.000,00	131.250,00	137.812,50
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.500,00	16.275,00	17.088,75
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituiçoes	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00 Outras Restituiçoes - FMS	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	500,00	525,00	551,25
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	500,00	525,00	551,25
4.1.9.9.0.99.07.00.00.00 Outras Receitas - FMS	500,00	525,00	551,25
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 Alien. de Outros Bens Móveis	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00 Alien. de Outros Bens Móveis - Saúde	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Total entidade:	5.568.400,00	5.846.820,00	6.139.161,00
<b>8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	47.500,00	49.875,00	52.368,75
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	47.500,00	49.875,00	52.368,75
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	16.000,00	16.800,00	17.640,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	16.000,00	16.800,00	17.640,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	16.000,00	16.800,00	17.640,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 Taxa de Serviços Administrativos	16.000,00	16.800,00	17.640,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	31.000,00	32.550,00	34.177,50
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00 RECEITAS IMOBILIÁRIAS	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.1.5.00.00.00.00.00 Taxa de Ocupação de Imóveis	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.1.5.30.00.00.00.00 Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.5.02.99.07.00.00 Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinculado - FME	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	500,00	525,00	551,25
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500,00	525,00	551,25
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	500,00	525,00	551,25
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituiçoes	500,00	525,00	551,25
4.1.9.2.2.99.04.00.00.00 Outras Restituições - FME	500,00	525,00	551,25
Total entidade:	47.500,00	49.875,00	52.368,75
<b>9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	5.298.500,00	5.563.425,00	5.841.596,25
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	5.293.500,00	5.558.175,00	5.836.083,75
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	1.300.000,00	1.365.000,00	1.433.250,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	1.300.000,00	1.365.000,00	1.433.250,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	1.300.000,00	1.365.000,00	1.433.250,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	1.300.000,00	1.365.000,00	1.433.250,00
4.1.1.2.2.90.01.00.00.00 Taxa de Coleta de Lixo	1.300.000,00	1.365.000,00	1.433.250,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	48.000,00	50.400,00	52.920,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 7/7  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.3.2.5.02.99.08.00.00 Rec. Remun. Dep. Banc. Não vinc. SF	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.3.3.9.00.00.00.00.00 Outras Receitas de Concessões e Permissões	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	3.904.000,00	4.099.200,00	4.304.160,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00 Serviços Administrativos	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00 Outros Serviços Administrativos	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.6.0.0.13.99.02.00.00 Outros Serviços Administrativos - SF	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00 Serviços de Fornecimento de Água	3.800.000,00	3.990.000,00	4.189.500,00
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00 Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destín Final do Esgoto	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00 Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00 Serviços de Religamento de Água	8.000,00	8.400,00	8.820,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00 Outros Serviços	50.000,00	52.500,00	55.125,00
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00 Outros Serviços - SF	50.000,00	52.500,00	55.125,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	41.500,00	43.575,00	45.753,75
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	38.000,00	39.900,00	41.895,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00 Multas de Outras Origens	38.000,00	39.900,00	41.895,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00 Outras Multas	38.000,00	39.900,00	41.895,00
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00 Outras Multas - SF	38.000,00	39.900,00	41.895,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituições	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00 Outras Restituições - SF	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	500,00	525,00	551,25
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	500,00	525,00	551,25
4.1.9.9.0.99.10.00.00.00 Outras Receitas - SF	500,00	525,00	551,25
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.9.04.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis SF	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Total entidade:	5.298.500,00	5.563.425,00	5.841.596,25
Total geral:	80.283.000,00	84.297.150,00	88.512.007,50

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
 Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO  
 Controlador Interno

MARCÍO LUÍS MACHADO  
 Contador



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

RECEITAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2012	2013	VARIAÇÃO %	2014	VARIAÇÃO %	2015	VARIAÇÃO %	2016	VARIAÇÃO %	2017	VARIAÇÃO %
IMPOSTOS	6.106.582,90	6.610.774,51	8,26	6.280.000,00	5,00	6.700.000,00	6,69	7.035.000,00	5,00	7.386.750,00	5,00
TAXAS E CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	2.903.864,43	3.274.195,61	12,75	3.290.100,00	0,49	3.457.200,00	5,08	3.630.060,00	5,00	3.811.563,00	5,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	842.074,05	833.828,96	0,98	920.000,00	10,33	900.000,00	2,17	945.000,00	5,00	992.250,00	5,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.425.513,43	1.457.124,33	2,22	645.900,00	55,67	602.600,00	6,70	632.730,00	5,00	664.366,50	5,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.285.834,59	4.430.651,56	3,38	4.638.500,00	4,69	4.509.700,00	2,78	4.735.185,00	5,00	4.971.944,25	5,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	20.514.882,93	23.465.758,61	14,38	22.198.500,00	5,40	23.723.000,00	6,87	24.909.150,00	5,00	26.154.607,50	5,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	16.159.285,75	17.085.590,17	5,73	17.308.000,00	1,30	18.317.000,00	5,83	19.232.850,00	5,00	20.194.492,50	5,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	17.969.488,70	19.567.990,46	8,90	18.183.000,00	7,08	20.169.000,00	10,92	21.177.450,00	5,00	22.236.322,50	5,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.320.577,10	1.815.702,96	45,32	1.786.000,00	1,64	1.289.900,00	27,78	1.354.395,00	5,00	1.422.114,75	5,00
RECEITAS DE CAPITAL	9.691.436,07	3.568.709,04	63,18	4.528.000,00	26,88	7.075.000,00	56,25	7.428.750,00	5,00	7.800.187,50	5,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.812.252,70)	(6.055.652,62)	4,19	(6.148.000,00)	1,52	(6.460.400,00)	5,08	(6.783.420,00)	5,00	(7.122.591,00)	5,00
TOTAL	77.407.267,25	76.054.673,99	1,75	73.630.000,00	3,19	80.283.000,00	9,04	84.297.150,00	5,00	88.512.007,50	5,00

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZOLLO  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

MÁRCIO LUIS MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 1/2  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	44.448.032,00	46.665.633,60	49.010.789,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.710.722,00	31.264.608,10	32.833.188,51
Transf. a Consórcios Públicos	66.000,00	69.300,00	72.765,00
Aplicacoes Diretas	29.644.722,00	31.195.308,10	32.760.423,51
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	800.000,00	840.000,00	882.000,00
Aplicacoes Diretas	800.000,00	840.000,00	882.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.937.310,00	14.561.025,50	15.295.600,77
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	651.500,00	684.075,00	718.278,75
Transferências a Consórcios Públicos	31.000,00	32.550,00	34.177,50
Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	410.000,00	312.500,00	325.125,00
Aplicacoes Diretas	12.819.810,00	13.505.650,50	14.190.457,02
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	25.000,00	26.250,00	27.562,50
DESPESAS DE CAPITAL (II)	11.994.700,00	12.599.235,00	13.217.322,75
INVESTIMENTOS	9.394.700,00	9.869.235,00	10.350.822,75
Transferências a Consórcios Públicos	11.000,00	11.550,00	12.127,50
Aplicacoes Diretas	9.383.700,00	9.857.685,00	10.338.695,25
AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.600.000,00	2.730.000,00	2.866.500,00
Aplicacoes Diretas	2.600.000,00	2.730.000,00	2.866.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	210.000,00	220.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	210.000,00	220.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	210.000,00	220.500,00
Total da entidade:	56.642.732,00	59.474.868,60	62.448.612,03
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	14.535.068,00	15.261.821,40	16.024.912,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.523.200,00	8.949.560,00	9.397.238,00
Transf. a Consórcios Públicos	15.000,00	15.750,00	16.537,50
Aplicacoes Diretas	8.508.200,00	8.933.810,00	9.380.700,50
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.011.868,00	6.312.261,40	6.627.674,47
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1.392.438,00	1.504.059,90	1.579.262,89
Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	220.000,00	189.000,00	198.450,00
Aplicacoes Diretas	4.394.430,00	4.613.951,50	4.844.449,08
DESPESAS DE CAPITAL (II)	239.200,00	251.160,00	263.718,00
INVESTIMENTOS	239.200,00	251.160,00	263.718,00
Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00	1.050,00	1.102,50
Aplicacoes Diretas	238.200,00	250.110,00	262.615,50
Total da entidade:	14.774.268,00	15.512.981,40	16.288.630,47
<b>8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	967.500,00	1.015.875,00	1.066.668,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	600.000,00	630.000,00	661.500,00
Aplicacoes Diretas	600.000,00	630.000,00	661.500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	367.500,00	385.875,00	405.168,75
Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	20.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	347.500,00	385.875,00	405.168,75
DESPESAS DE CAPITAL (II)	80.000,00	84.000,00	88.200,00
INVESTIMENTOS	80.000,00	84.000,00	88.200,00
Aplicacoes Diretas	80.000,00	84.000,00	88.200,00
Total da entidade:	1.047.500,00	1.099.875,00	1.154.868,75
<b>9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	4.844.900,00	5.087.145,00	5.341.502,25



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Página: 2/2  
 Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
<b>9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.458.100,00	1.531.005,00	1.607.555,25
Transf. a Consórcios Públicos	8.100,00	8.505,00	8.930,25
Aplicacoes Diretas	1.450.000,00	1.522.500,00	1.598.625,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.386.800,00	3.556.140,00	3.733.947,00
Transferências a Consórcios Públicos	6.800,00	7.140,00	7.497,00
Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	10.000,00	10.500,00	11.025,00
Aplicacoes Diretas	3.370.000,00	3.538.500,00	3.715.425,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	453.600,00	476.280,00	500.094,00
INVESTIMENTOS	453.600,00	476.280,00	500.094,00
Transferências a Consórcios Públicos	3.600,00	3.780,00	3.969,00
Aplicacoes Diretas	450.000,00	472.500,00	496.125,00
Total da entidade:	5.298.500,00	5.563.425,00	5.841.596,25
<b>10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	2.370.000,00	2.488.500,00	2.612.925,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.593.000,00	1.672.650,00	1.756.282,50
Aplicacoes Diretas	1.593.000,00	1.672.650,00	1.756.282,50
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	777.000,00	815.850,00	856.642,50
Aplicacoes Diretas	777.000,00	815.850,00	856.642,50
DESPESAS DE CAPITAL (II)	150.000,00	157.500,00	165.375,00
INVESTIMENTOS	150.000,00	157.500,00	165.375,00
Aplicacoes Diretas	150.000,00	157.500,00	165.375,00
Total da entidade:	2.520.000,00	2.646.000,00	2.778.300,00
Total geral:	80.283.000,00	84.297.150,00	88.512.007,50

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
 Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO  
 Controlador Interno

MARCÍO LUÍS MACHADO  
 Contador



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO IIa - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

DESPESAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2012	2013	VARIÇÃO %	2014	VARIÇÃO %	2015	VARIÇÃO %	2016	VARIÇÃO %	2017	VARIÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.719.258,72	36.599.247,60	11,86	36.956.300,00	0,98	41.885.022,00	13,34	44.047.823,10	5,16	46.255.764,26	5,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	305.595,15	576.977,86	88,80	600.000,00	3,99	800.000,00	33,33	840.000,00	5,00	882.000,00	5,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.934.674,25	28.272.297,40	9,01	22.807.630,00	19,33	24.480.478,00	7,33	25.631.151,90	4,70	26.919.033,49	5,02
INVESTIMENTOS	18.307.554,97	7.512.931,96	58,96	10.666.070,00	41,97	10.317.500,00	3,27	10.838.175,00	5,05	11.368.209,75	4,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	833.662,78	2.407.471,29	188,78	2.400.000,00	0,31	2.600.000,00	8,33	2.730.000,00	5,00	2.866.500,00	5,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00		200.000,00	0,00	210.000,00	5,00	220.500,00	5,00
TOTAL	78.100.745,87	75.368.926,11	3,50	73.630.000,00	2,31	80.283.000,00	9,04	84.297.150,00	5,00	88.512.007,50	5,00

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

MÁRCIO LUIS MACHADO  
Controlador CRC/SC 031038/O-0



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	67.742.947,65	72.485.964,55	69.102.000,00	79.668.400,00	83.651.820,00	87.834.411,00
Receta Tributária	8.980.066,40	9.884.970,12	9.570.100,00	10.157.200,00	10.665.060,00	11.198.313,00
Receta de Contribuição	841.975,99	833.828,96	920.000,00	900.000,00	945.000,00	992.500,00
Receta Patrimonial	1.418.185,15	1.457.124,33	645.900,00	594.600,00	624.330,00	655.546,50
Aplicações Financeiras (II)	850.344,66	631.783,48	625.900,00	564.600,00	592.830,00	622.471,50
Outras Receta Patrimoniais	567.840,49	825.340,85	20.000,00	30.000,00	31.500,00	33.075,00
Transferências Correntes	48.897.408,79	54.063.686,62	51.541.500,00	62.209.000,00	66.319.450,00	68.585.422,50
Demais Receitas Correntes	7.905.311,32	6.246.354,52	6.424.500,00	5.807.600,00	6.097.980,00	6.402.629,00
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I+II)</b>	<b>66.892.802,99</b>	<b>71.854.181,07</b>	<b>68.476.100,00</b>	<b>79.103.800,00</b>	<b>83.058.990,00</b>	<b>87.211.939,50</b>
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	9.864.319,60	3.568.709,04	4.528.000,00	7.075.000,00	7.428.750,00	7.800.187,50
Operações de Crédito (V)	4.130.716,37	1.245.934,45	4.000.000,00	6.850.000,00	7.192.500,00	7.552.125,00
Amortização de Empréstimos (VI)						
Alienação de Ativos (VII)	265.056,80	63.317,51	103.000,00	220.000,00	231.000,00	242.550,00
Transferências de Capital	5.268.546,43	2.259.457,08	425.000,00	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Outras Receitas de Capital						
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(V+VI+VII)</b>	<b>5.268.546,43</b>	<b>2.259.457,08</b>	<b>425.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.250,00</b>	<b>5.512,50</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)</b>	<b>72.161.149,42</b>	<b>74.113.638,15</b>	<b>68.901.100,00</b>	<b>79.108.800,00</b>	<b>83.064.240,00</b>	<b>87.217.452,00</b>
DESPESAS CORRENTES (X)	58.959.528,12	65.448.522,86	60.363.930,00	67.165.500,00	70.518.975,00	74.056.797,75
Pessoal e Encargos Sociais	32.719.258,72	36.599.247,60	36.956.300,00	41.885.022,00	44.047.823,10	46.255.764,26
Juros e Encargos da Dívida (XI)	305.595,15	576.977,86	600.000,00	800.000,00	840.000,00	882.000,00
Outras Despesas Correntes	25.934.674,25	28.272.297,40	22.807.630,00	24.480.478,00	25.631.151,90	26.919.033,49
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X+XI)</b>	<b>58.653.932,97</b>	<b>64.871.545,00</b>	<b>59.763.930,00</b>	<b>66.365.500,00</b>	<b>69.678.975,00</b>	<b>73.174.797,75</b>
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	19.141.217,75	9.920.403,25	13.066.070,00	12.917.500,00	13.568.175,00	14.234.709,75
Investimentos	18.307.554,97	7.512.931,96	10.666.070,00	10.317.500,00	10.838.175,00	11.368.209,75
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida (XIV)	833.662,78	2.407.471,29	2.400.000,00	2.600.000,00	2.730.000,00	2.866.500,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII+XIV)</b>	<b>18.307.554,97</b>	<b>7.512.931,96</b>	<b>10.666.070,00</b>	<b>10.317.500,00</b>	<b>10.838.175,00</b>	<b>11.368.209,75</b>
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)			200.000,00			
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	76.961.487,94	72.384.476,96	70.630.000,00	76.683.000,00	80.517.150,00	84.543.007,50
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)</b>	<b>(4.800.338,52)</b>	<b>1.729.161,19</b>	<b>(1.728.900,00)</b>	<b>2.425.800,00</b>	<b>2.547.090,00</b>	<b>2.674.444,50</b>

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador InternoMÁRCIO LUIS MACHADO  
Controlador CRC/SC 031038/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>4.667.172,71</b>	<b>3.605.698,24</b>	<b>5.550.000,00</b>	<b>5.500.000,00</b>	<b>4.250.000,00</b>	<b>4.000.000,00</b>
Outras Dívidas	79.789,27	-	-	-	-	-
Contratual	4.587.383,44	3.605.698,24	5.550.000,00	5.500.000,00	4.250.000,00	4.000.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>7.556.398,95</b>	<b>8.300.418,45</b>	<b>3.500.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.000.000,00</b>
Ativo Disponível	8.382.865,39	9.076.026,76	4.000.000,00	3.000.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	826.466,44	775.608,31	500.000,00	-	-	-
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)</b>	<b>(2.889.226,24)</b>	<b>(4.694.720,21)</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>1.750.000,00</b>	<b>2.000.000,00</b>
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)						
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)						
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)</b>	<b>(2.889.226,24)</b>	<b>(4.694.720,21)</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>1.750.000,00</b>	<b>2.000.000,00</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>Realizado 2011</b>	<b>(c-b)</b>	<b>(d-c)</b>	<b>(e-d)</b>	<b>(f-e)</b>	<b>(g-f)</b>
	<b>(1.665.715,23)</b>	<b>(1.805.493,97)</b>	<b>6.744.720,21</b>	<b>450.000,00</b>	<b>(750.000,00)</b>	<b>250.000,00</b>

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

MÁRCIO LUIS MACHADO  
Controlador CRC/SC 031038/O-0



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**Página: 1/1  
Data: 15/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.667.172,71	3.605.698,24	5.550.000,00	5.500.000,00	4.250.000,00	4.000.000,00
Contratual	4.667.172,71	3.605.698,24	5.550.000,00	5.500.000,00	4.250.000,00	4.000.000,00
DEDUÇÕES(II)	7.556.398,95	8.300.418,45	3.500.000,00	3.000.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00
Ativo disponível	8.382.865,39	9.076.026,76	4.000.000,00	3.000.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00
(-) Restos a pagar processados	826.466,44	775.608,31	500.000,00	0,00	----	----
DCL (III) = (I - II)	(2.889.226,24)	(4.694.720,21)	2.050.000,00	2.500.000,00	1.750.000,00	2.000.000,00

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal\_\_\_\_\_  
MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno\_\_\_\_\_  
MARCIO LUÍS MACHADO  
Contador



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	73.474.623,24	78.535.617,17	75.250.000,00	79.668.400,00	83.651.820,00	87.834.411,00
Receita Tributária	8.980.066,40	9.884.970,12	9.570.100,00	10.157.200,00	10.665.060,00	11.198.313,00
Receita de Contribuições	841.975,99	833.828,96	920.000,00	900.000,00	945.000,00	992.250,00
Receita Patrimonial	1.418.185,15	1.457.124,33	645.900,00	602.600,00	632.730,00	664.366,50
Receita de Serviços	4.285.163,85	4.430.651,56	4.638.500,00	4.509.700,00	4.735.185,00	4.971.944,25
Transferências Correntes	54.629.084,38	60.113.339,24	57.689.500,00	62.209.000,00	65.319.450,00	68.585.422,50
Outras Receitas Correntes	3.320.147,47	1.815.702,96	1.786.000,00	1.289.900,00	1.354.395,00	1.422.114,75
Deduções (II)	5.731.675,59	6.049.652,62	6.148.000,00	6.460.400,00	6.783.420,00	7.122.591,00

RCL - TOTAL = III (I-II)	67.742.947,65	72.485.964,55	69.102.000,00	73.208.000,00	76.868.400,00	80.711.820,00
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS						

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 637/2012

Página: 1/1  
Data: 15/10/2014

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Assistência a Epidemias, Enchentes e outras situações de Calamidade Pública	100.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	100.000,00
Outros Passivos Contingentes	100.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	100.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>200.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>200.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>200.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>200.000,00</b>

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARCIO LUIS MACHADO  
Contador



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

LRF, art. 4º, § 1º

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor	Corrente	(a) / Constante x 100	Valor	Corrente	(b) / Constante x 100	Valor	Corrente	(c) / Constante x 100
	(a)	(b)							
Receita Total	80.283.000,00	75.939.273,55	0,035	84.297.150,00	75.686.983,61	0,034	88.512.007,50	75.514.379,31	0,033
Receitas Primárias (I)	79.108.800,00	74.828.603,86	0,035	83.064.240,00	74.580.003,85	0,034	87.217.452,00	74.409.924,02	0,033
Despesa Total	80.283.000,00	75.939.273,55	0,035	84.297.150,00	75.686.983,61	0,034	88.512.007,50	75.514.379,31	0,033
Despesas Primárias (II)	76.683.000,00	72.534.052,21	0,034	80.517.150,00	72.293.075,30	0,033	84.543.007,50	72.128.210,81	0,032
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.425.800,00	2.294.551,65	0,001	2.547.090,00	2.286.928,55	0,001	2.674.444,50	2.281.713,21	0,001
Resultado Nominal	450.000,00	425.652,67	0,000	(750.000,00)	(673.394,51)	0,000	250.000,00	213.288,52	0,000
Dívida Pública Consolidada	5.500.000,00	5.202.421,49	0,002	4.250.000,00	3.815.902,20	0,002	4.000.000,00	3.412.616,27	0,001
Dívida Consolidada Líquida	2.500.000,00	2.364.737,04	0,001	1.750.000,00	1.571.253,85	0,001	2.000.000,00	1.706.308,14	0,001

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

O cálculo das metas anuais foi realizado considerando o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2015	2016	2017
Inflação média (% anual)	5,72	5,35	5,24
PIB Estadual previsto	227.748.891.000,00	246.629.274.000,00	267.321.470.000,00
PIB Estadual previsto % anual	2,12	2,79	2,99

Nota: O PIB corresponde ao valor projetado na LDO 2015 do Estado de Santa Catarina

Freiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

MÁRCIO LUIS MACHADO  
Controlador CRC/SC 031038/O-0



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Demonstrativo II

R\$ 1,00

LRF, art. 4o, § 2o, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor = (b-a) (c)	% (c/a) x 100
Receita Total	66.150.000,00	0,0338	76.054.673,59	0,0389	9.904.673,59	14,97
Receitas Primárias (I)	65.396.470,00	0,0334	74.113.638,15	0,0379	8.717.168,15	13,33
Despesa Total	66.150.000,00	0,0338	75.368.926,11	0,0385	9.218.926,11	13,94
Despesas Primárias (II)	63.480.000,00	0,0325	70.589.329,77	0,0361	7.109.329,77	11,20
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.916.470,00	0,0010	3.524.308,38	0,0018	1.607.838,38	83,90
Resultado Nominal	(3.625.000,00)	(0,0019)	(1.805.493,97)	(0,0009)	1.819.506,03	(50,19)
Dívida Pública Consolidada	3.700.000,00	0,0019	3.605.698,24	0,0018	(94.301,76)	(2,55)
Dívida Consolidada Líquida	(300.000,00)	(0,0002)	(4.694.720,21)	(0,0024)	(4.394.720,21)	1.464,91

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PIB Estadual

2013

195.565.700.000,00

O PIB corresponde ao valor utilizado na LDO 2015 do Estado de Santa Catarina.

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
 Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
 Controlador Interno

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador CRC/SC 031038/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Demonstrativo III

LRF, art.4º, §2º, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										RS 1,00
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	68.000.000,00	76.054.673,59	11,85	73.630.000,00	-3,19	80.283.000,00	9,04	84.297.150,00	5,00	88.512.007,50	5,00
Receitas Primárias (I)	64.015.800,00	74.113.638,15	15,77	68.901.100,00	-7,03	79.108.800,00	14,82	83.064.240,00	5,00	87.217.452,00	5,00
Despesa Total	68.000.000,00	75.368.926,11	10,84	73.630.000,00	-2,31	80.283.000,00	9,04	84.297.150,00	5,00	88.512.007,50	5,00
Despesas Primárias (II)	67.120.000,00	70.589.329,77	5,17	70.630.000,00	0,06	76.683.000,00	8,57	80.517.150,00	5,00	84.543.007,50	5,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	(3.104.200,00)	3.524.308,38	-213,53	(1.728.900,00)	-149,06	2.425.800,00	-240,31	2.547.090,00	5,00	2.674.444,50	5,00
Resultado Nominal	9.500.000,00	(1.805.493,97)	-119,01	2.695.000,00	-249,27	450.000,00	-83,30	(750.000,00)	-266,67	250.000,00	-133,33
Dívida Pública Consolidada	15.000.000,00	3.605.698,24	-75,96	5.500.000,00	52,54	5.500.000,00	0,00	4.250.000,00	-22,73	4.000.000,00	-5,88
Dívida Consolidada Líquida	13.500.000,00	(4.694.720,21)	-134,78	2.000.000,00	-142,60	2.500.000,00	25,00	1.750.000,00	-30,00	2.000.000,00	14,29

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										%
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	76.347.129,88	80.625.559,47	5,60	73.630.000,00	-8,68	75.939.273,55	3,14	75.686.983,61	-0,33	75.514.379,31	-0,23
Receitas Primárias (I)	71.873.861,72	78.567.867,80	9,31	68.901.100,00	-12,30	74.828.603,86	8,60	74.580.003,85	-0,33	74.409.924,02	-0,23
Despesa Total	76.347.129,88	79.898.598,57	4,65	73.630.000,00	-7,85	75.939.273,55	3,14	75.686.983,61	-0,33	75.514.379,31	-0,23
Despesas Primárias (II)	75.359.108,20	74.831.748,49	-0,70	70.630.000,00	-5,61	72.534.052,21	2,70	72.293.075,30	-0,33	72.128.210,81	-0,23
Resultado Primário (III) = (I - II)	(3.485.246,48)	3.736.119,31	-207,20	(1.728.900,00)	-146,28	2.294.551,65	-232,72	2.286.928,55	-0,33	2.281.713,21	-0,23
Resultado Nominal	10.666.143,15	(1.914.004,16)	-117,94	2.695.000,00	-240,80	425.652,67	-84,21	(673.394,51)	-258,20	213.288,52	-131,67
Dívida Pública Consolidada	16.841.278,65	3.822.400,70	-77,30	5.500.000,00	43,89	5.202.421,49	-5,41	3.815.902,20	-26,65	3.412.616,27	-10,57
Dívida Consolidada Líquida	15.157.150,79	(4.976.872,89)	-132,84	2.000.000,00	-140,19	2.364.737,04	18,24	1.571.253,85	-33,55	1.706.308,14	8,60

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Índices de Inflação					
2012	2013	2014	2015	2016	2017
5.830	5.910	6.010	5.720	5.350	5.240
1,1228	1,0601	0	1,0572	1,1138	1,1721
		1			

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

MÁRCIO LUIS MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0



**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Demonstrativo IV

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	137.455.618,34	98,48	130.030.214,72	99,75	52.886.348,75	94,54
Reservas	2.120.271,45	1,52	327.422,25	0,25	3.053.142,88	5,46
Resultado Acumulado	-		-		-	
<b>TOTAL</b>	<b>139.575.889,79</b>	<b>100,00</b>	<b>130.357.636,97</b>	<b>100,00</b>	<b>55.939.491,63</b>	<b>100,00</b>
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>						
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
Patrimônio	-		-		-	
Reservas	-		-		-	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-		-		-	
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>		<b>-</b>		<b>-</b>	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

OBS: Em 2012 foi realizado a reavaliação dos bens patrimoniais.

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0



**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS****Demonstrativo V**

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	2013 (a)	2012 (b)	2011 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	63.317,51	265.056,80	107.199,36
Alienação de Bens Móveis	-	31.694,40	-
Alienação de Bens Imóveis	63.317,51	233.362,40	107.199,36
Outras Receitas Relativas a Alienação	0,00	0,00	0,00
Saldo Inicial	234.579,52	91.391,75	16.338,25

<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	2013 (d)	2012 (e)	2011 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	218.715,00	121.869,03	32.145,86
DESPESAS DE CAPITAL	218.715,00	121.869,03	32.145,86
Investimentos	218.715,00	121.869,03	32.145,86
Inversões Financeiras			-
Amortização da Dívida			-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			-
Regime Geral de Previdência Social			-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			-

<b>SALDO FINANCEIRO</b>	2013	2012	2011
VALOR (III)	79.182,03	234.579,52	91.391,75

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0



**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO DE METAS FISCAIS****RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES****Demonstrativo VI**

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

<b>RECEITAS</b>	2011	2012	2013
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>			
<b>DESPESAS</b>	2011	2012	2013
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>PREVIDÊNCIA</b>			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>			
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>			
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	2011	2012	2013
<b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			
<b>FONTE:</b>			

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador InternoMÁRCIO LUIS MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0



**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

Demonstrativo V la

LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

FONTE:

Nota: O Município de Fraiburgo participa do Regime Geral de Previdência

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Demonstrativo VII

LRº art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
IPTU	Desconto Parcela Única	Municípios	378.000,00	408.300,00	440.900,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
IPTU	Isenções	Municípios	21.600,00	234.000,00	25.200,00	
ISS	Desconto Parcela Única	Municípios	27.000,00	29.200,00	31.500,00	
ISS	Isenções	Municípios	25.000,00	27.000,00	29.200,00	
Contribuição de Melhoria	Desconto Parcela Única	Municípios	108.000,00	116.700,00	126.000,00	
Contribuição de Melhoria	Isenções	Municípios	324.000,00	350.000,00	378.000,00	
Multas e Juros da Dívida Ativa	Isenções	Municípios	100.200,00	105.300,00	110.200,00	
COSIP	Desconto Parcela Única	Municípios	16.200,00	17.500,00	19.000,00	
Taxas	Isenções	Municípios	8.000,00	8.700,00	9.400,00	
TOTAL			1.000.000,00	1.288.000,00	1.160.000,00	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

MÁRCIO LUIS MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0



**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO DE METAS FISCAIS****MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO****Demonstrativo VIII**

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2015
Transferências do FUNDEB	500.000,00
Transferências ao Fundo Municipal de Saúde	1.200.000,00
Outras Transferências	120.000,00
Aumento da Receita Municipal	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.820.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	600.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.420.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.420.000,00
Novas DOCC	2.420.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 15 de outubro de 2014

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador InternoMÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador CRC/SC 031038/O-0







Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1.002	11 P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA LEGISLATIVO	Móveis e Equipamentos (1)		0,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Equipar a sede do Legislativo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/84

Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	11 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	Veículo (1)	0,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	11 A	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Manutenção (Ano)	0,000	2.400.000,00

II - Descrição das Ações

Exercer as funções legislativas, de fiscalização, controle externo do executivo realizando sessões ordinárias e extraordinárias, e atribuições que lhe são próprias atinentes à sua gestão.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.593.000,00	0,00	1.593.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	777.000,00	0,00	777.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			2.400.000,00	0,00	2.400.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	2 A	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção (Ano)	0,000	1.282.284,00

II - Descrição das Ações

Atendimento das atividades inerentes ao gabinete do prefeito, vice-prefeito, assessoria e aos demais órgãos integrantes.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.087.284,00	0,00	1.087.284,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	175.000,00	0,00	175.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			1.282.284,00	0,00	1.282.284,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD	Manutenção (Ano)	0,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Promover e implementar ações direcionadas à formulação da política do sistema municipal de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0209 - Multas Relativas ao Meio Ambie	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0210 - Multas Relativas ao Meio Ambie	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0211 - Multa Relativo a Defesa de Port	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0212 - Multas Relativas Interesse de H	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0213 - Multas Relativas ao Interesse d	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0214 - Multas Relativo a Outros Interes	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	30.000,00	30.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Cultura	02.03
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0008

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows entre outros.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	2 A	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO	Eventos Realizados (EV)	0,000	260.000,00

II - Descrição das Ações

Ofertar eventos culturais, esportivos e de lazer

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
Total:			260.000,00	0,00	260.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Cultura	02.03
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0008

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows entre outros.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	2 A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	Manutenção (Ano)	0,000	640.000,00

II - Descrição das Ações

Atendimento da comunidade fraiburguense com atividades culturais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	420.000,00	0,00	420.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			640.000,00	0,00	640.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 8/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	03.00
Unidade:	Procuradoria Geral do Município	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	2 A	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	Manutenção (Ano)	0,000	675.000,00

II - Descrição das Ações

Exercer o controle interno da legalidade dos atos da Administração Pública Municipal. Representar judicial e extrajudicialmente o Município na defesa dos interesses da municipalidade.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	640.000,00	0,00	640.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			675.000,00	0,00	675.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 9/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	CONTROLADORIA INTERNA	04.00
Unidade:	Controladoria Interna	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	2 A	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL	Manutenção (Ano)	0,000	130.000,00

II - Descrição das Ações

O sistema de controle interno do    visa à avaliação das ações governamentais e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e pa

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	110.000,00	0,00	110.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			130.000,00	0,00	130.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/07/2015 (C)

Página: 10/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Secretaria de Administração e Planejamento	05.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	2 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Veículo (1)	0,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/07/2015 (C)

Página: 11/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Secretaria de Administração e Planejamento	05.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	Manutenção (Ano)	0,000	2.806.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver ações relacionadas a administração do Município

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	65.000,00	0,00	65.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	120.000,00	0,00	120.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	26.000,00	0,00	26.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 12/84  
Data: 15/10/2014

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0292 - Alienação Outros Programas	0,00	180.000,00	180.000,00
Total:			2.626.000,00	180.000,00	2.806.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 13/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Rural	481
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.006	2 P	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL	Casas (1)	0,000	1.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação visa a implantação de loteamentos e habitações populares para melhorar a qualidade de vida das populações, assim como, possibilitar novas unidades habitacionais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			1.000,00	0,00	1.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 14/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	2 P	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANA	Casas (1)	0,000	16.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação visa a implantação de loteamentos e habitações populares para melhorar a qualidade de vida das populações, assim como, possibilitar novas unidades habitacionais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0289 - Alienação - FMHIS	0,00	15.000,00	15.000,00
Total:			1.000,00	15.000,00	16.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 15/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	2 A	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS	Imóveis Regularizados (IM)	0,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Regularizar os imóveis e loteamentos do Município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 16/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	2 A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO	Manutenção (Ano)	0,000	6.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações relacionadas ao programa de habitação popular.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			6.000,00	0,00	6.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 17/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Secretaria de Finanças	06.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	GESTÃO FINANCEIRA	0004

Objetivo do programa:

Desenvolver ações orçamentárias e financeiras do município, visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos e atingimento dos índices estabelecidos na legislação.

Justificativa do programa:

Gerenciamento das ações da Secretaria de Finanças envolvendo as áreas de tributação, cadastro imobiliário, compras, licitações, contabilização e tesouraria.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	Manutenção (Ano)	0,000	1.765.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações orçamentárias e financeiras visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gasto

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	935.000,00	0,00	935.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	800.000,00	0,00	800.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			1.765.000,00	0,00	1.765.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 18/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Encargos Gerais	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição de pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:

Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida e de precatórios.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.100	2 O	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	Parcela Paga (PCL)	0,000	3.400.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento da Dívida Fundada Interna e Encargos Financeiros.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	800.000,00	0,00	800.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00
Total:			3.400.000,00	0,00	3.400.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 19/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Encargos Gerais	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição de pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:

Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida e de precatórios.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.200	2 O	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Processo Pago (Prc)	0,000	1.145.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento de precatórios oriundos de condenações judiciais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	45.000,00	0,00	45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
Total:			1.145.000,00	0,00	1.145.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 20/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	2 A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS	Merenda (1)	250,000	21.400,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de refeições para alunos da Educação de Jovens e Adultos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	12.000,00	0,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0304 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	8.200,00	8.200,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0305 - Transf. de Instituições Privadas	1.200,00	0,00	1.200,00
Total:			13.200,00	8.200,00	21.400,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 21/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.016	2 A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	Merenda (1)		980000,000	723.200,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de refeições para alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0302 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	213.000,00	213.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0317 - Transferência do FNDE - AEE	0,00	10.200,00	10.200,00
Total:			500.000,00	223.200,00	723.200,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 22/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	2 A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Merenda (1)	22000000,000	666.400,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de refeições para alunos da educação infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0306 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	85.200,00	85.200,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0307 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	140.200,00	140.200,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0308 - Transf. de Instituições Privadas	141.000,00	0,00	141.000,00
Total:			441.000,00	225.400,00	666.400,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 23/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	2 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL	Veículo (1)	0,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Adquirir meios de transporte para o atendimento do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	20.000,00	20.000,00
Total:			0,00	20.000,00	20.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 24/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Quilômetro Rodado (3)	0,000	1.902.700,00

II - Descrição das Ações

Ofertar transporte escolar para os alunos da Educação Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0303 - Transferência do FNDE - PNAT	0,00	97.000,00	97.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0310 - Transporte Escolar do Estado -	0,00	401.000,00	401.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0313 - Transferência do FNDE - PNAT	0,00	4.700,00	4.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			0,00	1.902.700,00	1.902.700,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 25/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.013	2 P	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁSIOS ESPORTIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Área Construída (M²)	800,000	115.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, reformar e equipar as quadras e/ou ginásios esportivos das unidades escolares de Ensino Fundamental.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	45.000,00	45.000,00
Total:			0,00	115.000,00	115.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 26/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS EDUCACIONAIS	Área Construída (M²)	1000,000	550.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar as unidades escolares de Ensino Fundamental.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	250.000,00	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	250.000,00	250.000,00
Total:			0,00	550.000,00	550.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 27/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	2 A	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção (Ano)	0,000	14.147.438,00

II - Descrição das Ações

Atendimento de alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	1.892.438,00	1.892.438,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	8.000.000,00	8.000.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	2.800.000,00	2.800.000,00
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	320.000,00	320.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	700.000,00	700.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0387 - Alienação - Educação	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	14.147.438,00	14.147.438,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 28/84  
Data: 15/01/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Médio	362
Programa:	ENSINO MÉDIO	0006

Objetivo do programa:  
Articular a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Médio

Justificativa do programa:  
Sabendo da importância da conclusão do Ensino Médio, o município vem contribuir para o transporte dos alunos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	Quilometro Rodado (3)	0,000	377.200,00

II - Descrição das Ações

Contribuir para a manutenção do transporte escolar para os alunos do Ensino Médio.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0312 - Transferência do FNDE - PNAT	0,00	27.200,00	27.200,00
Total:			350.000,00	27.200,00	377.200,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 29/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	ENSINO SUPERIOR	0007

Objetivo do programa:

Contribuir com a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Superior e articular estratégias para a expansão de cursos superiores no Município.

Justificativa do programa:

Os cursos oferecidos em Fraiburgo não suprem as necessidades da comunidade, fazendo com que os universitários se desloquem para outros municípios, surgindo assim a necessidade de auxílio ao transporte acadêmico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR	Quilometro Rodado (3)	0,000	450.000,00

II - Descrição das Ações

Auxiliar financeiramente no deslocamento de acadêmicos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	450.000,00	0,00	450.000,00
Total:			450.000,00	0,00	450.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 30/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI	Área Construída (M²)	500.000	180.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar os Centros de Educação Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	180.000,00	180.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 31/84  
Data: 15/01/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	2 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Manutenção (Ano)	0,000	10.040.700,00

II - Descrição das Ações

Atendimento das crianças de 0 a 5 anos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0316 - Transferência do FNDE - Apoio	0,00	50.000,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	6.105.000,00	6.105.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	150.000,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	150.000,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0316 - Transferência do FNDE - Apoio	0,00	50.100,00	50.100,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	600.000,00	600.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salári	0,00	65.600,00	65.600,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	10.040.700,00	10.040.700,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 32/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.018	2 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Manutenção (Ano)		0,000	7.110,00

II - Descrição das Ações

Atendimento de alunos da Educação de Jovens e Adultos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	5.110,00	5.110,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0305 - Transf. de Instituições Privadas	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			2.000,00	5.110,00	7.110,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 33/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado à implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	4 A	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB	Pessoas Atendidas (PS)	0,000	101.200,00

II - Descrição das Ações

Atuar em parceria com a ESF para promoção da saúde bucal.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0409 - Transf. Recursos SUS União - S	0,00	79.200,00	79.200,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0409 - Transf. Recursos SUS União - S	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			0,00	101.200,00	101.200,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 34/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	4 A	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Famílias Visitadas (FML) EACS		0,000	777.000,00

II - Descrição das Ações

Atuar como elo entre os serviços de saúde e população das áreas de abrangência da ESF/EACS.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406 - Transf. Recursos SUS União - P	0,00	725.000,00	725.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406 - Transf. Recursos SUS União - P	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			0,00	777.000,00	777.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 35/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado à implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	4 A	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	Pessoas Atendidas (PS)	0,000	848.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações e serviços da Atenção Básica para atendimento às famílias das áreas de abrangência da ESF.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0405 - Transf. Recursos SUS União - P	0,00	796.000,00	796.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0405 - Transf. Recursos SUS União - P	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			0,00	848.000,00	848.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 36/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	4 A	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	Pessoas Atendidas (PS)	0,000	3.745.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento das ações e serviços da Atenção Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.200.000,00	2.200.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - P	0,00	663.000,00	663.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PMA	0,00	350.000,00	350.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - P	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PMA	0,00	72.000,00	72.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - P	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	3.745.000,00	3.745.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 37/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado à implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	4 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção (Ano)	0,000	4.937.368,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde .

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	15.000,00	15.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.350.000,00	2.350.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.302.438,00	1.302.438,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.203.930,00	1.203.930,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
Total:			0,00	4.937.368,00	4.937.368,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 38/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	GESTÃO DO SUS	0012

Objetivo do programa:

Aprimorar a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços públicos, através da qualificação dos servidores e atuação de forma integrada com as áreas afins e o controle social.

Justificativa do programa:

A boa gestão dos recursos e serviços públicos é a base para a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Há necessidade de investimento constante nesta área afim de qualificar a gestão e o controle social principalmente na qualificação dos profissionais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	4 A	GESTÃO DO SUS	Manutenção (Ano)	0,000	3.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações de qualificação para a gestão, Conselho Municipal de Saúde e profissionais de saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0437 - Transf. Rec. Estado CIES	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			0,00	3.000,00	3.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 39/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0014

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços, otimizando e ampliando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

O investimento é necessário para fortalecer a capacidade de gestão, podendo ser investimento na estrutura física e/ou tecnológica, que resultará em melhores condições para trabalhadores e pacientes e, consequentemente, em mais e melhores serviços.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.016	4 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	Veículo (UN)	4.000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
Total:			0,00	20.000,00	20.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 40/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0014

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços, otimizando e ampliando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

O investimento é necessário para fortalecer a capacidade de gestão, podendo ser investimento na estrutura física e/ou tecnológica, que resultará em melhores condições para trabalhadores e pacientes e, consequentemente, em mais e melhores serviços.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	4 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	Área Construída (M²)	230.000	41.000,00

II - Descrição das Ações

Melhoria da estrutura física das Unidades de Saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0439 - Transf. Rec. SUS - Ampliação U	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0440 - Transf. Rec. SUS - Construção	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0488 - Alienação - Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	41.000,00	41.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 411/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	4 A	MANUTENÇÃO DO CAPS	Pessoas Atendidas (PS)	0,000	397.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações e serviços do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419 - Transf. de Recursos do SUS - C	0,00	340.000,00	340.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419 - Transf. de Recursos do SUS - C	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	397.000,00	397.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 42/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	4 A	MANUTENÇÃO DO SAMU	Pessoas Atendidas (PS)	0,000	420.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Serviço Móvel de Urgência - SAMU.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	150.000,00	150.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAM	0,00	230.000,00	230.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAM	0,00	34.000,00	34.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	420.000,00	420.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/07/2015 (C)

Página: 43/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	4 A	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL	Pessoas Atendidas (PS)	0,000	2.341.500,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações e serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	90.000,00	90.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	180.000,00	180.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	700.000,00	700.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	1.223.000,00	1.223.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0433 - Transf. Recursos do SUS - Red	0,00	13.500,00	13.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0442 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	125.000,00	125.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	2.341.500,00	2.341.500,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 44/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Suporte Profilático e Terapêutico	303
Programa:	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	0011

Objetivo do programa:

Reorganizar e qualificar a assistência farmacêutica, otimizando o processo de disponibilização de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Justificativa do programa:

A assistência farmacêutica atua de forma complementar, através do suporte à atenção básica e a média e alta complexidade, sendo considerada uma das áreas mais onerosas do sistema de saúde público, que requer constante reorganização e controle, a fim de otimizar esta área da assistência. Existe no Município 01 Farmácia Central e 05 Postos de Dispensação de Medicamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	4 A	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	Pessoas Atendidas (PS)	0,000	611.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0404 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	187.000,00	187.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0413 - Transferências de Recursos do	0,00	157.000,00	157.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0423 - Transf. Recursos SUS Estado -	0,00	17.000,00	17.000,00
Total:			0,00	611.000,00	611.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 45/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0013

Objetivo do programa:

Ampliar as ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito municipal e adequar o ambiente de trabalho, de acordo com as normas vigentes, compreendendo a Vigilância Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental.

Justificativa do programa:

A vigilância em saúde, com suas vertentes: Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental, é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle, justificando-se a necessidade de constante aprimoramento de suas ações.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	4 A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manutenção (Ano)	0,000	136.200,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Vigilância Sanitária e Ambiental.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - V	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - V	0,00	8.000,00	8.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - V	0,00	2.200,00	2.200,00
Total:			0,00	136.200,00	136.200,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 46/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0013

Objetivo do programa:

Ampliar as ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito municipal e adequar o ambiente de trabalho, de acordo com as normas vigentes, compreendendo a Vigilância Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental.

Justificativa do programa:

A vigilância em saúde, com suas vertentes: Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental, é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle, justificando-se a necessidade de constante aprimoramento de suas ações.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	4 A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Pessoas Atendidas (PS)	0,000	396.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Vigilância epidemiológica e Entomológica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	300.000,00	300.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - V	0,00	35.000,00	35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - V	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0443 - Transf. Recursos do SUS - DST	0,00	31.000,00	31.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - V	0,00	14.000,00	14.000,00
Total:			0,00	396.000,00	396.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 47/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	GESTÃO AMBIENTAL	0016

Objetivo do programa:

Execução de ações de preservação e conservação do meio ambiente em todo território do município com programas de preservação dos mananciais de água, de reflorestamento, preservação da mata nativa, conservação das encostas, margem dos rios, entre outros.

Justificativa do programa:

Compete ao Poder Público Municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	2 A	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS	Manutenção (Ano)	0,000	42.000,00

II - Descrição das Ações

Execução de ações de preservação e conservação do meio ambiente.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			42.000,00	0,00	42.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 48/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	2 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	Veículo (1)	23.000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Melhorar as patrulhas agrícolas mecanizadas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 49/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	2 A	INCENTIVOS A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS	Eventos (1)	0,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Apio a realização de eventos relacionados a agropecuária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 50/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	2 A	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA	Propriedades Atendidas (PR)	0,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Disponibilização de máquinas e equipamentos para as propriedades rurais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 51/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	2 A	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS	Propriedades Atendidas (PR)	0,000	220.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio o desenvolvimento da propriedade familiar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			220.000,00	0,00	220.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/07/2015 (C)

Página: 52/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	Manutenção (Ano)	0,000	817.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver de ações relacionadas ao atendimento do setor agropecuário

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	507.000,00	0,00	507.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			817.000,00	0,00	817.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 53/84  
Data: 15/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.025	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE OBRAS DA INFRAESTRUTURA	Área Construída (M²)	1000,000	5.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construir, ampliar e ou reformar edificações públicas.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 54/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.022	2 P	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL	Terreno (M²)	20000.000	10.000.00

II - Descrição das Ações

Aquisição de imóvel para construir cemitério municipal

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0292 - Alienação Outros Programas	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	10.000,00	10.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 55/84  
Data: 15/01/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	2 P	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS PUBLICOS	Área Pavimentada (KM²)	0,000	7.150.000,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de ruas, avenidas, e logradouros públicos com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) ou pedras basálticas irregulares.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0290 - Operações de Crédito Interna	0,00	6.850.000,00	6.850.000,00
Total:			300.000,00	6.850.000,00	7.150.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 56/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
			MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	Manutenção (Ano)		
2.040	2 A				0,000	2.145.000,00

II - Descrição das Ações

Controlar e executar as obras públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração; Executar a construção e conservação de vias urbanas e estradas rurais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.715.000,00	0,00	1.715.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			2.145.000,00	0,00	2.145.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 57/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	2 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA	Veículo (1)	4.000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos e do parque de máquinas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 58/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.042	2 A	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Manutenção (Ano)	0,000	965.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e expansão do sistema de iluminação pública.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	600.000,00	600.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	55.000,00	55.000,00
Total:			60.000,00	905.000,00	965.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 59/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Transportes Coletivos Urbanos	453
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	2 P	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	Terminais (1)	0,000	7.000,00

II - Descrição das Ações

Construir abrigos para passageiros do transporte coletivo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0208 - Rec. Concessão Transp. Coletiv	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			7.000,00	0,00	7.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 60/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	ESTRADAS VICINAIS	0018

Objetivo do programa:

Garantir a trafegabilidade em qualquer época do ano e condições climáticas, e proporcionar aos usuários conforto e segurança.

Justificativa do programa:

Proporcionar condições de escoamento da produção agrícola, pecuária e industrial, com boas condições de tráfego a qualquer tempo, possibilitando o desenvolvimento do Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.041	2 A	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	Manutenção (Ano)	0,000	230.100,00

II - Descrição das Ações

Executar a construção, recuperação e conservação das estradas do interior do município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0216 - CIDE	0,00	10.100,00	10.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			220.000,00	10.100,00	230.100,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 61/84  
Data: 15/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policliamento	181
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.024	2 P	SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	Unidades Instaladas (1)	0,000	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

Instalação de sinalização nas vias públicas.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 62/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policliamento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei e o atendimento das situações de calamidade pública.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança e bem estar de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	Câmeras Instaladas (1)	5.000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Instalação e manutenção das câmaras de vigilância eletrônica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 63/84  
Data: 15/01/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei e o atendimento das situações de calamidade pública.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança e bem estar de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.043	2 A	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção (Ano)	0,000	451.000,00

II - Descrição das Ações

Controle do tráfego de veículos e de pessoas e proteção a cidadania.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0201 - Radio Patrulha	95.000,00	0,00	95.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0202 - Multas de Trânsito	0,00	95.000,00	95.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI	0,00	78.000,00	78.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204 - Multas de Trânsito - Policia Civil	0,00	53.000,00	53.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0205 - Multas de Trânsito - Policia Milit	0,00	53.000,00	53.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0207 - Policia Civil - Convênio SSP	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0201 - Radio Patrulha	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204 - Multas de Trânsito - Policia Civil	0,00	17.500,00	17.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0205 - Multas de Trânsito - Policia Milit	0,00	17.500,00	17.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0207 - Policia Civil - Convênio SSP	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			107.000,00	344.000,00	451.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 64/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei e o atendimento das situações de calamidade pública.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança e bem estar de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	1 A	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC	Manutenção (Ano)	1.000	10.000,00

II - Descrição das Ações

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 65/84

Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei e o atendimento das situações de calamidade pública.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança e bem estar de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	Manutenção (Ano)	0,000	371.700,00

II - Descrição das Ações

Execução das atividades de defesa civil.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM	0,00	71.700,00	71.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM	0,00	300.000,00	300.000,00
Total:			0,00	371.700,00	371.700,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 66/84  
Data: 15/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0020

Objetivo do programa:  
Atender a população garantindo os seus direitos em conformidade com a legislação vigente especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:  
Atender a população em situação de vulnerabilidade social.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
			MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção (Ano)		
2.046	2 A				0,000	1.083.500,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 67/84  
Data: 15/10/2014

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações de assistência social e de alta complexidade.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	780.000,00	0,00	780.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0518 - Transf. de Recursos FNAS - AC	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do F	0,00	35.500,00	35.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0512 - Transf. de Recursos FEAS - Alta	0,00	15.100,00	15.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0516 - Transferências de Recursos do	0,00	15.100,00	15.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0517 - Transferências de Recursos do	0,00	7.700,00	7.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0518 - Transf. de Recursos FNAS - AC	0,00	15.000,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do F	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0513 - Transf. de Recursos FEAS - Alta	0,00	5.100,00	5.100,00
Total:			960.000,00	123.500,00	1.083.500,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 68/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	0021

Objetivo do programa:

Atender e acompanhar a população em risco de vulnerabilidade social de acordo com a legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade evitando o rompimentos dos vinculos familiares e comunitários

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	2 A	MANUTENÇÃO DO CRAS	Manutenção (Ano)	0,000	281.000,00

II - Descrição das Ações

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade social.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	115.000,00	0,00	115.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509 - Transferência de Recursos do F	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509 - Transferência de Recursos do F	0,00	41.000,00	41.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0514 - Transf. de Recursos FNAS - SS	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			175.000,00	106.000,00	281.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 69/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	0022

Objetivo do programa:

Atender indivíduos e famílias com os direitos violados em atendimento a legislação em vigor especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender e acompanhar indivíduos vítimas de violências tais como crianças, adolescentes, deficientes, idosos e mulheres, maus tratos e negligências.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	2 A	MANUTENÇÃO DO CREAS	Manutenção (Ano)	0,000	565.000,00

II - Descrição das Ações

Atender indivíduos e famílias com os direitos violados

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	115.000,00	0,00	115.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511 - Transferência de Recursos do F	0,00	33.000,00	33.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0505 - Transferência de Recursos do F	0,00	21.500,00	21.500,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0511 - Transferência de Recursos do F	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511 - Transferência de Recursos do F	0,00	20.500,00	20.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0519 - Recursos FMS - FORUM	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0519 - Recursos FMS - FORUM	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			455.000,00	110.000,00	565.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 70/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente	11.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0023

Objetivo do programa:  
Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Justificativa do programa:  
Atender em período integral crianças e adolescentes; vítimas de violências domésticas e em cumprimento de medidas socio-educativas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.049	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Manutenção (Ano)		0,000	47.000,00

II - Descrição das Ações

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0600 - Recursos - FMDCA	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0600 - Recursos - FMDCA	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0600 - Recursos - FMDCA	0,00	7.000,00	7.000,00
Total:			20.000,00	27.000,00	47.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 71/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.050	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Manutenção (Ano)	0,000	175.000,00

II - Descrição das Ações

Controlar e executar as ações públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	115.000,00	0,00	115.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			175.000,00	0,00	175.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 72/84

Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.058	1 A	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESENFRAI	Manutenção (Ano)	1.000	20.000,00

II - Descrição das Ações

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESENFRAI

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 73/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:  
Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	2 A	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Manutenção (Ano)	0,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Fomentar o desenvolvimento das empresas existentes e proporcionar oportunidades para novos empreendimentos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 74/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.029	2 P	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO	Obras e Instalações (1)	4.000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e ou reformar edificações relacionadas ao desenvolvimento e ao turismo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 75/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	INCENTIVOS AO TURISMO	0025

Objetivo do programa:

Incentivar, promover e divulgar as potencialidades turísticas do município, em parceria com a iniciativa privada e comunidade. .

Justificativa do programa:

Promover programas de incentivos ao desenvolvimento de ações que potencializem turisticamente o nosso município. Manter parceria com a Casa do Turista, CONTTUR e o programa Turismo Rota da Amizade, que é um projeto para o desenvolvimento sustentável e contínuo do turismo da região do Vale do Contestado.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	2 A	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS	Eventos Realizados (EV)	10.000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a realização de eventos relacionados ao turismo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 76/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	INCENTIVOS AO TURISMO	0025

Objetivo do programa:

Incentivar, promover e divulgar as potencialidades turísticas do município, em parceria com a iniciativa privada e comunidade .

Justificativa do programa:

Promover programas de incentivos ao desenvolvimento de ações que potencializem turisticamente o nosso município. Manter parceria com a Casa do Turista, CONTTUR e o programa Turismo Rota da Amizade, que é um projeto para o desenvolvimento sustentável e contínuo do turismo da região do Vale do Contestado.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	2 A	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	Manutenção (Ano)	0,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver ações relacionadas ao fortalecimento do turismo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 77/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:  
Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:  
Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	7 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	Veículo (1)	0,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de veículos para deslocamentos dos servidores e transporte de atletas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 78/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:  
Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:  
Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	7 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICAS DESPORTIVAS E DE LAZER	Obras e Instalações (1)	1,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de ginásios de esportes, campos de futebol e centro de treinamento.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 79/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:  
Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:  
Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	7 A	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	Manutenção (1)	0,000	997.500,00

II - Descrição das Ações

Gerenciar as competições esportivas e atividades de lazer, visando a qualidade de vida dos municepes

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	347.500,00	0,00	347.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			997.500,00	0,00	997.500,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 80/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.033	8 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO	Veículo (1)	0,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Adquirir máquinas, veículos e equipamentos de saneamento

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFER	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 81/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.032	8 P	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	Obras e Instalações (1)	7.000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e reformar as obras de saneamento básico.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFER	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 82/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	8 A	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Manutenção (Ano)	0,000	2.000.000,00

II - Descrição das Ações

Continuar o serviço de coleta e destino final de resíduos sólidos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFER	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Total:			2.000.000,00	0,00	2.000.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 83/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	8 A	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção (Ano)	0,000	2.898.500,00

II - Descrição das Ações

Continuar os serviços referente a manutenção do saneamento básico.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	8.100,00	0,00	8.100,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	1.450.000,00	0,00	1.450.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	6.800,00	0,00	6.800,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	1.370.000,00	0,00	1.370.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	3.600,00	0,00	3.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR	45.000,00	0,00	45.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0989 - Alienação de Bens Móveis	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			2.893.500,00	5.000,00	2.898.500,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 84/84  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.00
Unidade:	Reserva de Contingência	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0028

Objetivo do programa:  
Atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Justificativa do programa:  
A dificuldade de prever os riscos fiscais e passivos contingentes com exatidão, torna-se necessário criar a Reserva de Contingência.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	2 R	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Manutenção (Ano)	0,000	200.000,00

II - Descrição das Ações  
Reserva Orçamentária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00		200.000,00
Total:			200.000,00		200.000,00



**LEI Nº 2260/2014****LEI Nº 2260, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014****INCLUI NOVAS AÇÕES NO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica incluído no PPA (Plano Plurianual) do quadriênio 2014 a 2017, no Programa nº 0019 – Segurança Pública a Ação nº 2.057 – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil COMPDEC e no Programa 0024 – Desenvolvimento Econômico, a Ação 2.058 – Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Fraiburgo – FMDESENFRAI, alterando-se as Planilhas que compõe o referido plano, conforme demonstrativos em anexo.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 15 DE OUTUBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Ação = 2057; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/1  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade	Segurança Pública	10.02
Função	Segurança Pública	6
Subfunção	Defesa Civil	182
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei e o atendimento das situações de calamidade pública.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança e bem estar de toda a nossa população.

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.057	1	A	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPEDEC	Manutenção-Ano	3,000	00

II - Descrição da Ação

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPEDEC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.0.00.00.00.00.00.0		00.01.0200 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
4.0.0.00.00.00.00.00.0		00.01.0200 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

MARCIO LUIS MACHADO  
Contador



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Ação = 2038; Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/1  
Data: 15/10/2014

I - Classificação

Órgão	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função	Indústria	22
Subfunção	Promoção Industrial	661
Programa	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.058	1	A	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESENFRAI	Manutenção-Ano	3,000	00

II - Descrição da Ação

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESENFRAI

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.0.00.00.00.00.00.0		00.01.0200 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

MARCIO LUIS MACHADO  
Contador



**Frei Rogério****PREFEITURA****Setimo Termo de Aditamento ao Contrato 44/2012**

SETIMO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2012 DATADO DE 26 DE ABRIL DE 2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:  
LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito na CNPJ sob nº 01 616 039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor, OSNY BATISTA ABERTON, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a empresa LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, estabelecida à Rua Nereu Ramos, 330, na Cidade de Fraiburgo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04 492 725 0001 03, neste ato representada pelo sócio/administrador, senhor LAURECI BITENCOURT, abaixo assinado em conformidade com a Lei 8.666/93 aditam ao presente contrato as seguintes disposições.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

Em virtude do atraso na liberação dos recursos oriundos do contrato de repasse 0323975- 13, celebrado entre o Ministério da Cidades/Caixa Econômica Federal e o Município de Frei Rogério fica alterado o prazo de vigência do referido contrato para o dia 20 de novembro de 2014

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMBASAMENTO LEGAL:**

O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

**3 - CLÁUSULA TERÇA - DA DEMAIS CLAUSULAS:**

As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justos e acertados, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 30 de setembro de 2014  
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
Contratante

LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA  
Contratada

Testemunhas :  
Nome:

Nome:

**Galvão****PREFEITURA****Processo de Licitação 058/2014****EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 058/2014, Edital de Pregão Presencial nº 023/2014, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 31 de outubro de 2014, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE ONIBUS, conforme termo de referência Anexo V e Projetos, conforme descrição Anexo V, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 20 de outubro de 2014.  
Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal



# Garopaba

## PREFEITURA

### Extrato de Ata de Registro de Preço Nº77/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº77/2014  
FMS

Ata nº. 77/2014; Processo nº. 149/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP; Objeto: Registro de preço para aquisição de dispositivos tablet para agentes comunitárias de saúde da secretária de saúde de Garopaba. Valor: R\$ 29.829,50; Data da Assinatura: 16/10/2014.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº78/2014  
PMG

Ata nº. 78/2014; Processo nº. 159/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: C J LEAL & CIA LTDA - EPP; Objeto: Registro de preço pretendendo a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de postes de concreto de uso do setor da COSIP da secretária de infra estrutura e serviços urbanos de Garopaba. Valor: R\$ 78.218,00; Data da Assinatura: 17/10/2014.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 079/2014  
PMG

Ata nº. 079/2014; Processo nº. 160/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: C J LEAL & CIA LTDA - EPP; Objeto: Registro de preço pretendendo a contratação de empresa especializada para prestar serviço de caminhão muck de uso do setor COSIP da Prefeitura de Garopaba. Valor: R\$ 67.472,00; Data da Assinatura: 17/10/2014.

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso V do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 172/2014; DL nº. 24/2014; Contratada:

VALMORZINHO MOTOS LTDA; CNPJ: 07.324.219/0001-95; Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Motocicleta Zero KM de 300 cilindradas com Baú de 45 litros e plotagem; Valor: 16.034,00. Data da Assinatura: 15/10/2014

### AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PE Nº 79/2014

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 79/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADA o Pregão Eletrônico nº79/2014 que teve por objeto o Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia industrial para lavagem de roupa hospitalar, com o fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços

Garopaba, 20 outubro de 2014.  
Rafael de Souza  
Pregoeiro



**DECRETO N.º 150**

DECRETO N.º 150, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 67.200,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais) no Orçamento vigente:

**07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

21.200,00

12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar

20.000,00

3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas

20.000,00

12367282.025 - Manutenção da Educação Especial

1.200,00

3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.200,00

**09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

3.000,00

26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura  
3.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

3.000,00

**17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

43.000,00

10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica

30.000,00

3.1.90.0.2.14.000071 - Aplicações Diretas

30.000,00

10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade

13.000,00

3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas

13.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais), correrão por

conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

**Portaria N.º 887/2014.**

PORTARIA N.º 887, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

CONSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA FINS DE ALIENAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 49, Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir Comissão formada pelos servidores: BIANCA DOS PASSOS, Coordenadora de Patrimônio, HILDEGAR JOÃO DE SENA, Técnico em Edificações; GILMAR PACHECO, Agente Administrativo e RAFAEL TONVILDES DE ABREU, Coordenador de Compras, Estoque e Almoxarifado, para sob a presidência da primeira, comporem Comissão para Avaliação de bens do Patrimônio Público Municipal, para fins de alienação.

Art. 2º. A Comissão produzirá LAUDO DE AVALIAÇÃO, individual ou por lote, contendo os dados detalhados dos bens avaliados, estado de conservação, situação documental, nº de registro no patrimônio municipal, foto e valor de avaliação.

Parágrafo Único. A Comissão poderá recorrer à apreciação de profissionais especializados/ pesquisa de mercado/ métodos de depreciação, para se inteirar dos valores de mercado, sendo o resultado anexado ao Laudo final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



# Garuva

## PREFEITURA

### Edital Teste Seletivo 14/2014

EDITAL TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 014/2014

A Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais e conferidas através da Portaria 437/2014 de 13/10/2014, torna público as normas para a realização do processo seletivo para a admissão de professores e especialista em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, e programas de Governo executados no âmbito do Município em que a Prefeitura se obriga a contratar professor para atuar na rede municipal para o ano letivo de 2015.

#### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A - Da Remuneração, Cargo e Carga Horária (Anexo V - LC 45/09)  
TABELA DE VENCIMENTOS - MAGISTÉRIO

CARREIRA	CARGO	CARGA HORÁRIA (*)	VENCIMENTO R\$ (**)	PRÉ-REQUISITOS
Professor	Professor Nível II	10 h	462,38	Licenciatura Plena na Área de atuação com registro no MEC
		20 h	924,76	
		30h	1.387,14	
		40h	1.849,53	
	Professor Nível I	10 h	427,56	Magistério ou cursando Licenciatura na área de atuação
		20 h	855,12	
		30h	1.282,69	
		40h	1.710,25	
Especialista	Orientador Escolar	40 h	2.684,43	Graduação em pedagogia com habilitação em Orientação Escolar com registro no MEC
	Supervisor Escolar	40 h	2.684,43	Graduação em pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar com registro no MEC

\* Carga horária Semanal;

O limite de carga horária para este Teste Seletivo será de 40h semanais.

\*\*Acréscimo, no vencimento, de 15% para educação infantil e anos iniciais, e de 10% para anos finais a título de regência de classe para o cargo de professor;

Auxílio alimentação, proporcional a carga horária, até o limite máximo de R\$ 450,00.

#### TABELA DE VENCIMENTOS - CARGO DE NUTRICIONISTA

CARREIRA	CARGO	CARGA HORÁRIA (*)	VENCIMENTO R\$ (**)	PRÉ-REQUISITOS
Especialista Superior	Nutricionista	110 h	2.237,00	Graduação em Nutrição e Registro no Conselho

\* Carga horária Mensal;

\*\*Acréscimo, no vencimento, de auxílio alimentação de R\$ 225,00.

#### B - Da Relação Jurídica

Conforme artigo 8º, da Lei Complementar 18/2002, ao contratado aplica-se o disposto nos artigos 54, 56, 57, 58, 65, 107, 108, incisos II, III, IV, VIII, XII, 113, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 202, 203, 241, 247, 248, 250 da Lei Complementar nº 001/98, de 16 de fevereiro de 1998 e Lei Complementar nº 30/2006, parágrafo 1º e 2º, Lei Complementar nº 34/2007 e Lei Complementar 39/08.

#### C - Do prazo de contratação

O candidato classificado será contratado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, por um período de até 11 meses, prorrogável a critério da Secretaria Municipal de Educação de acordo com Artigo 4º da Lei Complementar 18/2002.

#### II - DA HABILITAÇÃO

O candidato poderá se inscrever orientando-se pelas tabelas constantes neste edital.

a) O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na disciplina/nível/modalidade/área após o resultado da prova escrita, conforme normas dispostas no presente edital;

b) O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do curso, devidamente registrado, até a data final da Prova de Títulos;

c) O candidato que se inscrever como Habilitado e não apresentar o diploma até a escolha da vaga será automaticamente desclassificado no processo seletivo;

d) A respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir.

#### ÁREA - EDUCAÇÃO INFANTIL

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato;

	NÍVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Educação Infantil	II	Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia; ou curso normal superior.
	I	Magistério (Ensino Médio), ou Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)



ÁREA - ENSINO FUNDAMENTAL - (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (NIVELAMENTO I E II E ANOS FINAIS):

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato.

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	II	Diploma de Curso Superior de Licenciatura plena em Pedagogia; ou Curso Normal Superior.
	I	Magistério (Ensino Médio), ou Certidão de Freqüência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Nivelamento I e II (EMEJA)	II	Diploma de Curso Superior de Licenciatura plena em Pedagogia; ou Curso Normal Superior.
	I	Magistério (Ensino Médio), ou Certidão de Freqüência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 5º semestre/ fase/ período)

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Artes (Anos Iniciais e Anos Finais)	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Freqüência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Ciências	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Freqüência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Educação Física (Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais)	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Freqüência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Ensino Religioso	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Freqüência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período).

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Ética e Cidadania (Anos Iniciais e Anos Finais)	II	Diploma de curso superior e histórico escolar que contemple as disciplinas de Didática, Filosofia e/ou Sociologia.
	I	Certidão de Freqüência (a partir do 3º semestre/ fase/ período) e histórico escolar que contemple as disciplinas de Didática, Filosofia e/ou Sociologia.



	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Geografia	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
História	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Inglês	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Língua Portuguesa	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Matemática	II	Diploma de curso superior de licenciatura Plena na Área.
	I	Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)

#### ÁREA - EDUCAÇÃO ESPECIAL

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Educação Especial (Segundo Professor) Para: Educação Infantil, Ensino Fundamental, e EMEJA	II	Diploma de Curso Superior de Licenciatura plena em Pedagogia ou Educação Especial ou curso Normal Superior.
	I	Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área da educação que contemple a disciplina de educação especial (a partir do 3º semestre/ fase/ período), comprovando através do histórico escolar.

	NIVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Professor de Libras (Para: Educação Infantil, Ensino Fundamental, e EMEJA)	II	Diploma de curso superior de licenciatura plena em pedagogia ou Educação Especial ou curso Normal Superior, e curso de formação em libras com no mínimo 120 h.
	I	Certidão de Frequência que comprove estar o candidato cursando licenciatura na área da educação (a partir do 3º semestre/ fase/ período) e curso de formação em libras com no mínimo 120 h.



**ÁREA - ESPECIALISTAS**

ÁREA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Supervisor Escolar	Diploma e de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar.
Orientador Escolar	Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Orientação Escolar.

**CARGO DE NUTRICIONISTA**

CARGO	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Nutricionista	Diploma de Curso Superior em Nutrição e Registro no Conselho Regional de SC.

**III - DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

- a) Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do requerimento de Inscrição.
- b) Será reservada vaga para candidato portador de necessidades especiais, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a necessidade especial de que seja portador, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações.
- c) O candidato portador de necessidades especiais integrará a listagem geral e será classificado de acordo com sua opção, área e disciplina, observada a ordem de classificação.
- d) Não havendo candidatos aprovado se classificados para as vagas reservadas para pessoa portadora de necessidades especiais, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.
- e) Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.
- f) O candidato portador de necessidades especiais deverá anexar a ficha de inscrição cópia autenticada de laudo médico especificando a respectiva necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças- CID, e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.
- g) O candidato inscrito para a vaga reservada a portador de necessidades especiais que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no edital terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de necessidades especiais.
- h) O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, à avaliação de equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal nº 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:
- i. Candidato como portador de necessidades especiais ou não; e
- ii. o grau de necessidade especial, capacitante ou não, para o exercício do cargo.
- i) O candidato portador de necessidades especiais participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, bem como à nota mínima exigida para todos os demais

candidatos.

j) Não será admitido recurso relativo à condição de portador de necessidades especiais de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

**IV - DO PEDIDO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS**

- a) O candidato inscrito ou não como pessoa portadora de necessidades especiais, que necessitar de condições especiais para a realização da prova, deverá requerê-lo por escrito, no ato da inscrição, relacionando as condições que julgar necessárias.
- b) O atendimento às condições solicitadas por candidato portador de necessidades especiais ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.
- c) O candidato portador de necessidades especiais que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.
- d) Não será realizado atendimento domiciliar, em qualquer hipótese. Também não será permitido o atendimento em hospital fora da cidade sede de realização da prova.

**V. DAS INSCRIÇÕES**

- a) A ficha de inscrição deverá obrigatoriamente ser preenchida pelo candidato e protocolada entre os dias 24 de outubro de 2014 até 05 de novembro de 2014, das 08h00min às 12h E 13h30min às 17h, na sede da Prefeitura de Garuva, na Secretaria Municipal de Educação, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, Garuva/SC;
- b) A ficha de inscrição estará disponível no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br), a partir de 22/10/2014
- Parágrafo único- O Professor e/ou especialista não poderá se inscrever neste processo seletivo quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 2 (dois) anos, em decorrência de processo administrativo disciplinar.
- c) Em caso de mudança de endereço, ou do número de telefone, após a inscrição, é responsabilidade do candidato, comunicar por escrito a Secretaria Municipal de Educação.
- d) O candidato da Área da Educação poderá se inscrever conforme tabela abaixo:
- Educação Infantil + Disciplina; ou
  - Educação Infantil + Especialista; ou
  - Educação Infantil + Educação Especial (2º Professor); ou
  - Educação Infantil + Libras; ou
  - Educação Infantil + Ensino Fundamental (anos iniciais); ou
  - Ensino Fundamental (anos iniciais) + Disciplina; ou
  - Ensino Fundamental (anos iniciais) + Especialista; ou
  - Ensino Fundamental (anos iniciais) + Educação Especial (2º Professor); ou
  - Ensino Fundamental (anos iniciais) + Libras; ou
  - Disciplina + Disciplina; ou
  - Disciplina + Especialista; ou
  - Disciplina + Educação Especial (2º Professor); ou
  - Disciplina + Libras.

Ao candidato para a vaga de Nutricionista não se aplicará a regra do item anterior

**VII - DA VALIDADE DA INSCRIÇÃO**

Ao candidato só será permitida uma inscrição, com a escolha, conforme inciso anterior.

**VIII - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

A homologação das inscrições será divulgada em 07 de novembro de 2014 a partir das 14h, pela internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva

**IX - DO PROCESSO SELETIVO**

O processo seletivo, para a área de educação, constará de 2



(duas) etapas:

#### Etapa 1 - PROVAS ESCRITAS

- a) Prova objetiva de conhecimentos específicos, de caráter eliminatório, valorada de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, no qual o candidato deverá alcançar no mínimo 40% (quarenta) por cento de acerto;
- b) Elaboração de projeto, com tema a ser divulgado no ato da prova, sendo que o candidato deverá abranger a(s) área(s) que se inscreveu, de caráter eliminatório, valorado de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, no qual o candidato deverá alcançar no mínimo 40% (quarenta) por cento de acerto.

#### Etapa 2: PROVA DE TÍTULOS

- a) Títulos: pós graduação, cursos de aperfeiçoamento, de caráter classificatório (limite de 10 pontos)
- b) Tempo de Serviço (limite de 10 pontos)
- O processo seletivo para a área de Nutrição, objeto deste edital, constará de 02 (duas) etapas:

#### Etapa 1 - PROVA ESCRITA

Prova objetiva de conhecimentos específicos, de caráter eliminatório, valorada de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, no qual o candidato deverá alcançar no mínimo 40% (quarenta) por cento de acerto;

#### Etapa 2: PROVA DE TÍTULOS

Títulos: Pós-Graduação, cursos de aperfeiçoamento, de caráter classificatório (limite de 10 pontos)

#### X - DA CONFIRMAÇÃO DO LOCAL DE PROVA

O local da prova será na Escola Municipal Vicente Vieira, no endereço Rua Antonio Ladislau de Araújo, 802 - Centro - Garuva/SC, em caso de mudança do local de prova será divulgado pela internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva.

É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal informar-se sobre o local de realização da prova.

#### XII - DAS PROVAS ESCRITAS

##### DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

- a) A prova objetiva e escrita será realizada no dia 16 de novembro de 2014, conforme tabela abaixo:

Horário	Provas
9h às 12h	Prova Objetiva e Projeto (Professores e Especialistas)
9h às 11h	Prova Objetiva Nutricionista

- b) O local de realização da prova escrita constará do documento de confirmação do local de provas;
- c) Em nenhuma hipótese será realizada qualquer prova escrita fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas;
- d) A Comissão reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior;
- e) A realização da prova escrita na data prevista dependerá da disponibilidade de locais adequados à sua realização;
- f) Havendo alteração da data prevista, a prova escrita poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais;
- g) O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova escrita mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial, original ou fotocópia autenticada. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;
- h) Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional

de natureza pública ou privada;

- i) Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias;
- j) Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta;
- k) O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora, controle remoto, alarme de carro ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo;
- l) Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado para o início da prova. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido;
- m) O candidato que chegar ao local da prova escrita após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato;
- n) O acesso às salas de provas de pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local e em casos específicos;
- o) O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início;
- p) O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal;
- q) Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas;
- r) Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado;
- s) Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente;
- t) Será permitido levar o rascunho do gabarito;
- u) Fica assegurado às mães lactantes o direito de participarem do teste seletivo, nos critérios e condições estabelecidas pelos artigos 227 da Constituição Federal, artigo 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos 1º e 2º da Lei nº 10.048/2000;
- w) A candidata que seja mãe lactante deverá indicar esta condição na respectiva ficha de inscrição, para a adoção das providências necessárias pela Comissão do teste seletivo;
- v) As mães poderão retirar-se, temporariamente, das salas / locais onde estarão sendo realizadas as provas, para atendimento aos seus bebês em sala especial a ser reservada pela Comissão do teste seletivo;
- x) Para a amamentação, o bebê deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela coordenação local do teste seletivo (sala dos professores);
- y) O bebê deverá estar acompanhado somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Comissão do teste seletivo;
- z) A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de "fiscal" que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

#### b) DA PROVA OBJETIVA (PARA TODOS OS CARGOS)

1. A prova escrita objetiva será composta por 20 (vinte) questões no formato de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta, de "A" a "E", das quais somente 1 (uma) deverá ser



assinada como correta:

2. As questões das provas versarão sobre o conteúdo programático constante do Anexo I deste Edital

**c) DA ELABORAÇÃO DO PROJETO (PARA ÁREA DA EDUCAÇÃO)**

1. A etapa do projeto consistirá na elaboração conforme os itens abaixo:

1.1 Título

1.2 Objetivo

1.3 Etapas de Desenvolvimento

1.4 Proposta de Avaliação

2. Na etapa de elaboração do Projeto o candidato somente poderá registrar seu número de inscrição e assinatura em lugar/campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato deste teste seletivo;

3. A folha para rascunho, constante do caderno de prova, será de preenchimento facultativo e em nenhuma hipótese o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.

4. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Elaboração do Projeto, devendo o candidato limitar-se a uma única folha padrão recebida;

5. Não será permitido o uso de corretivo de texto

**d) CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DO PROJETO**

O projeto será avaliado considerando-se os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Total de Pontos
Atendimento ao tema proposto	1,0
Coerência e Coesão continuidade e progressão de idéias, uso apropriado de articuladores, não-contradição.	2,0
Argumentação informatividade Originalidade, criatividade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações, clareza de argumentação/senso crítico.	2,0
Ortografia, Pontuação e Acentuação Atendimento à norma padrão da Língua Portuguesa;	2,0
Desenvolvimento do Projeto Atendimento à proposta e ao gênero textual solicitado.	3,0
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

a) O candidato terá seu projeto avaliado com nota 0 (zero) a 10 (dez), e estará, automaticamente, eliminado do Teste Seletivo se não obtiver no mínimo 40% (quarenta por cento);

b) O candidato poderá escolher um dos temas propostos para a elaboração do projeto.

**d) DA DIVULGAÇÃO DAS QUESTÕES DE PROVAS, DOS GABARITOS E LISTA DOS APROVADOS NAS PROVAS AVALIATIVAS**

a) As questões das provas e o gabarito preliminar estarão à disposição dos interessados no dia 17 de novembro de 2014 a partir das 9h, pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

b) O gabarito oficial será divulgado no dia 18 de novembro de 2014, a partir das 9h pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

c) No dia 21 de novembro de 2014 será divulgada a Lista Preliminar dos Classificados nas Provas Eliminatórias;

d) No dia 25 de novembro de 2014 será divulgada a lista dos aprovados nas Provas Eliminatórias;

e) Não serão disponibilizados os cadernos de provas utilizados pelos candidatos.

**e) DOS RECURSOS E DA ANULAÇÃO DAS QUESTÕES DA PROVA**

a) O candidato que tiver qualquer discordância em relação a qualquer etapa do processo (homologação de inscrição/gabarito da prova/ resultado final) terá até 24 (vinte e quatro) horas para recorrer após a publicação oficial no site <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

b) Para recorrer, o candidato deverá utilizar de requerimento e

protocolar na Secretaria de Educação na Prefeitura Municipal de Garuva, direcionada ao Presidente da Comissão, dentro das 24 (vinte e quatro) horas, respeitando o horário de expediente da Prefeitura;

c) Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido;

d) Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br>, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos;

e) Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo;

f) Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo;

g) Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem recorrido;

**f) DA AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA PROVA ESCRITA**

a) A prova escrita é de caráter eliminatório e classificatório;

b) Todos os candidatos inscritos na área de educação deverão realizar as 2 (duas) provas: Prova objetiva e elaboração de Projeto;

c) Os candidatos inscritos ao cargo de Nutricionista realizarão somente a prova Objetiva;

d) A pontuação para todas as etapas de avaliação serão valoradas de 0 a 10;

e) Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que tiver nota abaixo de 4 (quatro) em qualquer uma das etapas avaliativas (na prova objetiva e elaboração de Projeto).

**XIX - DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO**

a) Após o resultado das provas escritas, os candidatos classificados deverão apresentar de 27 a 28 de novembro de 2014, os documentos comprobatórios dos títulos e/ou tempo de serviço, no horário de expediente da Prefeitura, na Secretaria de Educação.

b) É responsabilidade do candidato a entrega dos documentos da Prova de Títulos e/ou Tempo de Serviço conforme normas previstas neste Edital;

c) Os documentos que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão considerados;

d) Os comprovantes dos títulos e/ou tempo de serviço não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais, com exceção das certidões;

e) Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio a não ser o descrito neste edital;

f) A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos e/ou Tempo de Serviço implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais;

g) Não serão considerados, para efeito de pontuação os documentos ilegíveis, bem como os emitidos via fax, páginas eletrônicas ou outras formas não previstas neste edital;

h) A escolha dos títulos a serem encaminhados é de inteira responsabilidade do candidato. À Comissão Organizadora cabe apenas avaliar os títulos relacionados e encaminhados pelo candidato;

i) Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos;

j) Por ocasião dos recursos, podem ser encaminhados somente documentos que sirvam para

esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos;

k) A Comissão não poderá alterar a opção do candidato preenchida no requerimento de inscrição, quanto ao nível de escolaridade caso o documento apresentado não comprove a escolaridade mínima exigida conforme normas do Edital;



l) Nos documentos apresentados para a prova de títulos devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso ou do evento.

m) A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério estadual, municipal, federal, de Santa Catarina e de outros Estados, ou carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso), e obterá a pontuação conforme tabela abaixo;

n) Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

o) Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

p) Não será computado também, o título de tempo de serviço no magistério, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante;

q) A prova de títulos será avaliada da seguinte forma (até o limite máximo de 10 pontos):

Área de educação:

Professor Nível II - Habilitado na área (Graduado) e Especialistas (Supervisor e Orientador Escolar)

Doutorado	10 pontos
Especialização Strictu Sensu - Mestrado	8 pontos
Especialização Latu Sensu - Pós Graduação (mínimo de 360h)	6 pontos
PNAIC - Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa	2 pontos
Cursos de Capacitação - 40h (mínimo) 480h (máximo)	0,25 pontos a cada 40h até o limite de 3 pontos

Professor Nível I

Magistério/ Ensino Médio na Modalidade Normal

Cursando Licenciatura na área (a partir do 3º semestre/ fase/ período)

Magistério	5
Cursando Graduação - 6º ao 8º semestre/ fase/ período	2
Cursos de Capacitação - 40h (mínimo) 480h (máximo)	0,25 pontos a cada 40h até o limite de 3 pontos
Atestado de tempo de serviço (na área de educação)	0,20 pontos a cada 6 meses até o limite de 10 pontos

Tempo de Serviço para níveis I e II (limite de 10 pontos) - Área de Educação

Nutricionista

Doutorado	10 pontos
Especialização Strictu Sensu - Mestrado	8 pontos
Especialização Latu Sensu - Pós Graduação (mínimo de 360h)	6 pontos
Cursos de Capacitação - 40h (mínimo) 480h (máximo)	0,25 pontos a cada 40h até o limite de 3 pontos

#### XXI - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

a) Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela Comissão organizadora, pelo nível, pela disciplina/modalidade e pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final, conforme a seguinte fórmula:

$$PF = [(PO \times 3) + (PR \times 3) + (PT \times 2) + (TS \times 2)] : 10$$

PF - Pontuação Final

PO - Prova Objetiva

PR - Projeto

PT - Prova de Títulos

TS - Tempo de Serviço

b) Em caso de empate na pontuação final do Processo Seletivo, terá preferência o candidato com maior idade;

c) Os candidatos portadores de necessidades especiais concorrerão em lista classificatória própria.

#### XXII - DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO

A relação preliminar dos candidatos classificados será divulgada na Prefeitura Municipal de Garuva, seu mural e no site (<http://www.garuva.sc.gov.br>) no dia 04 de dezembro de 2014 a partir das 9h.

#### XXIII - DOS RECURSOS CONTRA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

a) O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado preliminar do Processo Seletivo terá 24h (vinte e quatro horas) para recorrer.

b) Para recorrer, o candidato deverá utilizar de requerimento e protocolar na Secretaria Municipal de Educação, direcionada a Presidente da Comissão;

c) Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

d) Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico (<http://www.garuva.sc.gov.br>), no dia 9 de dezembro de 2014 a partir das 9h;

e) Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos;

f) Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo;

g) A decisão final da COMISSÃO será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

#### XXIV - DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O resultado final com a relação dos candidatos classificados será divulgado no site da prefeitura (<http://www.garuva.sc.gov.br>), e no mural da Prefeitura de Garuva no dia 12 de dezembro de 2014 a partir das 9h;

#### XXV - DA ESCOLHA DE VAGAS

a) As vagas para a 1ª chamada serão publicadas até o dia 12 de Dezembro de 2014, (<http://www.garuva.sc.gov.br>), e no mural da Prefeitura de Garuva.

b) A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada no dia 15 de dezembro de 2014 às 13h30, na Escola Municipal Vicente Vieira;

c) A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

d) A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

e) O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga.

f) O candidato que escolher vaga e no decorrer do ano letivo necessitar de redução de carga horária deverá encaminhar a



Secretaria Municipal de Educação justificativa e aguardar a manifestação, que poderá atender ou não, de acordo com as necessidades de excepcional interesse público;

g) O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada;

h) A chamada dos classificados ao cargo de professor nível I deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos classificados ao cargo de professor nível II;

i) Após cada chamada será reprocessada a classificação, retornando ao início da listagem. Ou seja, a cada chamada encerrada, voltar-se-á ao início da listagem de classificação, oferecendo, primeiramente, as novas vagas para aqueles candidatos que já foram chamados e não escolheram ou não compareceram;

j) Os candidatos poderão no ato da escolha de vagas apresentar os documentos necessários para admissão e retirar sua guia para exames admissionais;

k) Caso o Candidato não entregue a documentação no ato da escolha de vagas, o mesmo terá mais 2 (dois) dias úteis de prazo, para apresentar a documentação contida no edital no Departamento de Recursos Humanos. Passado este prazo, fica a Secretaria de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresente no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

#### XXVI - DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO

a) Documentos exigidos para a Admissão, que deverão ser entregues 02 (dois) dias úteis.

Cópia simples dos seguintes documentos:

1. Certidão de nascimento (se solteiro);
2. Certidão de casamento (se casado);
3. Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
4. RG e CPF;
5. Título de eleitor;
6. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil);
7. Cartão do PIS/PASEP;
8. Certificado de reservista (p/ homens)
9. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos
10. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
11. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
12. Carteira de habilitação (quando o cargo requerer)
13. Certidão negativa de antecedente criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos. Disponível em: <http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>
14. Certidão de quitação eleitoral. Disponível em: <http://tse.jus.br/servicos/certidoes/certidao-de-quitacaoeleitoral>
15. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa. Disponível em: [http://cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
16. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
17. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
18. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal
19. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário
20. 01 foto 3x4 RECENTE

21. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)

22. Declaração de dependência econômica, p/ quem declara IR (fornecida pelo RH)

23. ASO (a guia será entregue após a escolha de vaga, o candidato terá o prazo máximo de 10 dias para sua realização)

Cópia autenticada dos seguintes documentos

1. Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA)
2. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)
3. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)
4. Registro no órgão de classe (quando o cargo requerer)

#### XXVII - DISPOSIÇÕES FINAIS

a) O candidato classificado que escolher vaga será admitido em caráter temporário no ano de 2015 de acordo com a legislação em vigor;

b) O processo seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2015, conforme Lei Complementar;

c) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão organizadora;

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 20 de outubro de 2014.

Adriane Beatriz Moecke Galando

Presidente da Comissão

Portaria 437/2014

#### ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS

CARGO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Professor Nível I e II, Supervisor Escolar e Orientador Escolar	LDB 9394/96 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</a> ECA <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm</a> PNE ( Plano Nacional de Educação) LEI nº 13.005 de 25/07/2014 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Lei/L13005.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Lei/L13005.htm</a>

CARGO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Nutricionista	Resolução 038 de 16/07/2009 Lei da Agricultura Familiar - 11.947 de 16/06/2009 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm</a>

#### ANEXO II

##### ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO

Identificação da Instituição privada ou instituição pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço)

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital do Processo Seletivo para Admissão de Professores em Caráter Temporário do ano letivo de 2015, que o Senhor(a)

, nascido(a) em \_/ \_/

portador(a) do documento de identidade nº

e CPF nº exerceu ou ainda exerce atividades no magistério nessa instituição, no cargo de PROFESSOR, conforme abaixo especificado:



PERÍODO DE: // a // PERÍODO DE: // a // PERÍODO DE: // a //  
 DE: // a // PERÍODO DE: // a //  
 PERÍODO DE: // a //

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Observação: Informar o tempo de serviço total do candidato e não apenas o tempo referente ao ano de 2014.

Garuva, / /2014 .

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição

### ANEXO III FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE GARUVA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO PROFESSOR ACT/2015 EDITAL Nº 14/2014		
NOME DO(A) CANDIDATO(A)		Nº DA INSCRIÇÃO (fornecido no ato da inscrição)
RG	CPF	DATA NASC.
ENDEREÇO/ E-MAIL		TELEFONES
<b>INSCRIÇÃO</b> 1. ( ) Educação Infantil 2. Ensino Fundamental/ EMEJA ( ) Anos Iniciais ( ) Anos Finais - Disciplina(s): ..... ..... 3. Educação Especial ( ) Educação Especial - 2º professor ( ) Libras 4. Especialista ( ) Orientador(a) ( ) Supervisor(a) 5. Nutricionista ( )  Esta área será preenchida exclusivamente pelo candidato.		
PARA CLASSIFICAÇÃO: HABILITADO ( ) NÃO HABILITADO ( )		
Local e data Garuva, .....de ..... de 2014		
Declaro que aceito todas as normas especificadas no Edital de abertura deste Teste Seletivo e que possuo todos os documentos exigidos no mesmo, para a qual me candidato. Sou responsável pelo preenchimento da ficha de Inscrição, pelas informações aqui prestadas e sob as penas da Lei em caso de Declaração falsa.		Assinatura do Responsável Pelo recebimento da Inscrição
Assinatura do(a) candidato(a)		

### ANEXO IV PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE GARUVA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO PROFESSOR ACT/2015 EDITAL Nº 14/2014		
NOME DO(A) CANDIDATO(A)		Nº DA INSCRIÇÃO
RG	CPF	DATA NASC.
<b>Áreas de Inscrição</b> 1. ( ) Educação Infantil 2. Ensino Fundamental/ EMEJA ( ) Anos Iniciais ( ) Anos Finais - Disciplina(s): ..... ..... 3. Educação Especial ( ) Educação Especial - 2º professor ( ) Libras		4. Especialista ( ) Orientador(a) ( ) Supervisor(a) 5. Nutricionista ( )
Garuva, .....de ..... de 2014		
Assinatura do Responsável Pelo recebimento da Inscrição		

Via do candidato

### PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE GARUVA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO PROFESSOR ACT/2015 EDITAL Nº 14/2014		
NOME DO(A) CANDIDATO(A)		Nº DA INSCRIÇÃO
RG	CPF	DATA NASC.
<b>Áreas de Inscrição</b> 1. ( ) Educação Infantil 2. Ensino Fundamental/ EMEJA ( ) Anos Iniciais ( ) Anos Finais - Disciplina(s): ..... ..... 3. Educação Especial ( ) Educação Especial - 2º professor ( ) Libras		4. Especialista ( ) Orientador(a) ( ) Supervisor(a) 5. Nutricionista ( )
Garuva, .....de ..... de 2014		
Assinatura do Responsável Pelo recebimento da Inscrição		

Via secretaria



**ANEXO V  
CRONOGRAMA**

- 1 - INSCRIÇÃO : 24 de outubro a 05 de novembro de 2014;
- 2 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: 07 de novembro de 2014;
- 3 - PROVA: 16 de novembro de 2014;
- 4 - GABARITO PRELIMINAR: 17 de novembro de 2014;
- 5 - GABARITO OFICIAL: 18 de Novembro de 2014;
- 6 - PUBLICAÇÃO PRELIMINAR DOS APROVADOS NA PROVAS: 21 DE novembro DE 2014;
- 7 - PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS APROVADOS NA PROVAS: 25 DE novembro DE 2014;
- 8 - PROVA DE TÍTULOS: 27 a 28 de novembro de 2014;
- 9 - RESULTADO TÍTULOS PRELIMINAR: 04 de dezembro de 2013;
- 10 - LISTA DOS APROVADOS: 09 de dezembro de 2014;
- 11 - QUADRO DE VAGAS: 12 de dezembro de 2014;
- 12 - ESCOLHA DE VAGAS : 15 de dezembro de 2014;
- 13 - ENTREGA DOS DOCUMENTOS:( Conforme Inciso XXVI);
- 14 - ASSINATURA DO CONTRATO NO SETOR DE RH: em Janeiro de 2015;
- 15 - INÍCIO DAS AULAS: Fevereiro de 2015.

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto 07/2014**

DECRETO Nº 7/2014

Contas da Prefeitura Municipal de Garuva, exercício 2012.

A Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais com base no disposto no artigo 50 § 1º XIV e 156 do Regimento Interno, combinado com o artigo 13 da Lei Orgânica Municipal, após votação em plenário.

**DECRETA:**

Considerando o artigo 31, § 2º da Constituição Federal;  
Considerando motivação sustentada de forma oral pelos vereadores na sessão ordinária do dia 06 de outubro de 2014, conforme ata em anexo, parte integrante deste;  
Considerando votação realizada na sessão ordinária do dia 06 de outubro de 2014;

Art. 1º - Ficam rejeitadas as Contas da Prefeitura Municipal de Garuva, exercício 2012.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 14 de outubro de 2014.

Helena Aparecida Chaves
-------------------------

Presidente da Mesa
--------------------

**Gaspar****PREFEITURA****Portaria N° 3.500, de 15 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 3.500, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2011, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL ANTÔNIO Maurício de campos Filho.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 22 de outubro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2011, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor municipal Antônio Maurício de Campos Filho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.499, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 3.499, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR NEIVALDO DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Colocar o servidor NEIVALDO DA SILVA, supervisor escolar, lotado com 40 horas semanais na EEB Luiz Franzói, à disposição na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 13 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.115, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 6.115, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art.



72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado a Secretária Municipal de Saúde, MÁRCIA ADRIANA CANSIAN, inscrita no CPF sob nº 887.771.469-72 e a servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários do GOV Conta, da seguinte conta bancária:

I - Caixa Econômica Federal, Agência n. 1073, operação 006, conta n. 624025-9.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.106, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 6.106, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.  
SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 18 Gestão Ambiental	
SubFunção: 541 Preservação e Conservação Ambiental	
Programa: 0019 Constr. Manut. E Melh na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Planej. e Desenv	
Projeto: 1.100269 (1269) Instalação do Sistema de Esgoto Sanitário	
Dotação: 628 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 28.000,00
Função: 15 Urbanismo	
SubFunção: 451 Infraestrutura Urbana	
Programa: 0019 Constr. Manut. E Melh na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Planej. e Desenv	
Projeto: 1.100113 (1113) Implantação de Equipamentos Urbanos e Melhorias em vias existentes	
Dotação: 279 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 19.700,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**SAMAE - GASPAR**

**Aviso do Convite Nº 56/2014 - SAMAE**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Convite nº.56/2014

OBJETO: Contratação de serviços de execução de uma base em concreto armado para alocação de uma ETA compacta na Localidade do Belchior Alto.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 04/11/2014

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 04/11/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 15 de outubro de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente



**Governador Celso Ramos****SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****Extrato do Contrato Nº 25/2014**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2014

CONTRATANTE - SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO - ANATALICIO MANOEL JUNCKES

DO OBJETO : Aquisição de um terreno com 278.060,00 m<sup>2</sup>, medindo de largura na frente ao leste 360,00 metros, nos fundos, so oeste, 345,00 metros, a lateral ao sul mede 326,00 metros, onde faz um repique para o norte em 25,00 metros, continuando ate os fundos em 450,00, e lateral norte mede 786,00 metros. Situado no bairro Calheiros, Governador Celso Ramos, SC, onde fica a captação de água dos bairros de Calheiros, Ganchos do Meio e Ganchos de Fóra.

DISPENÇA DE LICITAÇÃO Nº 11/2014

VALOR A VISTA R\$ = 40.000,00 (Quarenta mil reais)

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

**Grão Pará****PREFEITURA****Portaria 300-302/2014**

PORTARIA Nº. 300/2014 DE 14 de outubro de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

**RESOLVE**

Conceder férias regulamentares, no período de 14/10/2014 a 13/11/2014, a ALCINDO CORREA FURTADO, ocupante do cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da de Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 01/04/2012 a 31/03/2013, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 301/2014 DE 14 de outubro de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

**RESOLVE**

Conceder férias regulamentares, no período de 16/10/2014 a 15/11/2014, a ROSILDA PERIN BOGER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Contabilidade, Código 3.07, designada para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe de Gabinete, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, referente ao período aquisitivo de 01/08/2009 a 31/07/2010.

PORTARIA Nº. 302/2014 DE 14 de outubro de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

**RESOLVE**

Conceder férias regulamentares, no período de 29/10/2014 a 28/11/2014, a CELIA KULKAMP MEURER ocupante do Cargo Comissionado de Diretora do Departamento de Saúde, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, referente ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2014.

**DECRETO DF 68/2014 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 068, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		



2.019	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00. 00. 00. 00.00045	Aplicações Diretas	R\$	4.832,98
11.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
11.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
0.002	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP		
3.3.90.00. 00. 00. 00.00045	Aplicações Diretas	R\$	150,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0045	Outras Transferências Decorrentes de Comp. Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	R\$	4.982,98

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
16 de Outubro de 2014.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 16 de Outubro de 2014.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### Portaria Nº. 418/2014

PORTARIA Nº 418/2014

NOMEIA membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 003/2014, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 003/2014, da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

- Daniela Pereira da Silva;
- Francinne Maira Espezim;
- Andressa Veiga Cecconello.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de outubro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

#### DECRETO Nº. 384/2014

DECRETO Nº. 384/2014.

Cria Ponto de Táxi nº. 050, no Bairro Corticeira, Rua Hermínio Stringari, nº. 99.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Ponto de Estacionamento de Táxi, localizado na Rua Hermínio Stringari, nº. 99, Bairro Corticeira, desta Cidade.

Art. 2º. O permissionário do Ponto de Táxi nº 050, ora criado, sujeitar-se-á integralmente as exigências da legislação vigente.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de outubro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

#### PORTARIA Nº. 414/2014

PORTARIA Nº 414/2014

CONCEDE LICENÇA SAÚDE para Luciane Dias de Oliveira Borba.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Luciane Dias de Oliveira Borba, na função de Auxiliar de Setor, vinculada a Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 24 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp  
Secretário de Gestão Estratégica

### **PORTARIA Nº. 415/2014**

PORTARIA Nº 415/2014  
NOMEIA Michele Cristiane Graczeck Mengarda.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Portaria nº. 405/2014, que concede licença maternidade à Claudia Mara Lemke Heinzen;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Michele Cristiane Graczeck Mengarda, interinamente na função de Diretora de Escola, na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Pré-Escola Professora Isabel Lilia Rosa de Souza, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 01 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp  
Secretário de Gestão Estratégica

### **PORTARIA Nº. 416/2014**

PORTARIA Nº 416/2014  
NOMEIA membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei nº. 3638/2009, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

#### **REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS**

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO:

- a) Titular: Francinne Maira Espezim;
- b) Suplente: Francieli Campagnaro Rigon;

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) Titular: Andrea Francisco Silveira;

b) Suplente: Kariny Louise Moser;

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a) Titular: Valcária Lana de Souza;
- b) Suplente: Claudia Chiodini;

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- a) Titular: Gelásio Fiamoncini;
- b) Suplente: Keila Patrícia dos Santos;

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

- a) Titular: Marciano dos Santos;
- b) Suplente: Antônio da Silva;

VI - FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM

- a) Titular: Emerson Flores da Silva;
- b) Suplente: Belmiro Laffin;

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

VII - CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO MARIA ANNA MALUTTA - APAE

- a) Titular: Jandira Vrés Freitas;
- b) Suplente: Noeli Lorenzi;

VIII - AÇÃO SOCIAL DE GUARAMIRIM

- a) Titular: Ilton Piran;
- b) Suplente: Maria Salete Küster;

IX - LAR DA CRIANÇA - MARCOS VALDIR MOROSO

- a) Titular: Maria Inês dos Santos Lubke;
- b) Suplente: Simone Sueira;

X - ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE GUARAMIRIM - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

- a) Titular: Ildemar Alves Lisboa;
- b) Suplente: Wanderlise Jeanete Gili;

XI - ASSOCIAÇÃO DOJO SHOTOKAN GUARAMIRIM

- a) Titular: Eliane da Silva;
- b) Suplente: Fernanda Testoni;

XII - CONSELHO DE LÍDERES COMUNITÁRIOS - CLIC

- a) Titular: Maria do Nascimento Isidoto;
- b) Suplente: Isolete Montibeler Fogulari;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº. 417/2014**

PORTARIA Nº 417/2014

NOMEIA membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei nº. 3848/2011, que Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

**REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS****I - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO:**

- a) Titular: Francinne Maira Espezim;
- b) Suplente: Francieli Campagnaro Rigon;

**II - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO:**

- a) Titular: Carlos Alberto da Silva;
- b) Suplente: Caroline Lutz;

**III - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

- a) Titular: Lucilene de Azevedo Krüger;
- b) Suplente: Eliane Mees;

**IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

- a) Titular: Keila Patrícia dos Santos;
- b) Suplente: Gelásio Fiamoncini;

**V - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- a) Titular: Elaine Pires;
- b) Suplente: Tansse Amorim;

**VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA**

- a) Titular: Julio César Oliveira Gomes;
- b) Suplente: Denilton Malinski;

**VII - FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM**

- a) Titular: Belmiro Laffin;
- b) Suplente: Emerson Flores da Silva;

**VIII - CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- a) Titular: Camila Mengarda;
- b) Suplente: Elisangela Fenrich;

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL****IX - CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO MARIA ANNA MALUTTA - APAE**

- a) Titular: Wanderlise Jeanete Gili
- b) Suplente: Jandira Vrés Freitas;

**X - AÇÃO SOCIAL DE GUARAMIRIM**

- a) Titular: Maria Salete Küster;
- b) Suplente: Ilton Piran;

**XI - LAR DA CRIANÇA - MARCOS VALDIR MOROSO**

- a) Titular: Maria Inês dos Santos Lubke;
- b) Suplente: Marluzi Timm;

**XII - REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- a) Titular: Tercilio Voigt;
- b) Suplente: Leardi Terezinha Bez;

**XIII - REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- a) Titular: Elisete Costa;
- b) Suplente: Gertrudes Mainka;

**XIV - REPRESENTANTES SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- a) Titular: Rafaela da Silva Ferreira;
- b) Suplente: Adriana de Matos;

**XV - REPRESENTANTES SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- a) Titular: Daniela Pereira da Silva;
- b) Suplente: Andressa Cecconello;

**XVI - REPRESENTANTES SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- a) Titular: Elizete Luiza Pereira;
- b) Suplente: Isolete Montibeler Fogulari;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 24/2013 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2013 - FMS

Processo de licitação: 18/2013 - FMS

Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, LOCALIZADO NA RUA JOÃO LOMBARDI, Nº 1943, VILA AMIZADE, PARA INSTALAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO AMIZADE.

LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. LOCADOR: Joel Ferreira, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 020.296.649-60 e portador do RG nº 3.727.710.

Valor do Contrato: R\$ 1.247,08 (um mil duzentos e quarenta e sete reais e oito centavos) mensais, totalizando R\$ 14.964,96 (quatorze mil novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos) ao ano.

Vigência: 01/10/2014 a 30/09/2015.

Data da Assinatura: 30/06/2014

GUARAMIRIM (SC), 01/10/2014.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL



**CÂMARA MUNICIPAL****Ata Nº 001**

ATA N.º 001 DA SESSÃO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO RECEBIMENTO DOS INVÓLUCROS N.º 01, 02, 03 e 04 E ABERTURA DOS INVÓLUCROS N.º 01 E 03

Aos vinte dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatorze (20/10/2014), às quatorze horas, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Guaramirim/SC, reunida a Comissão Permanente de Licitação, constituída pela Portaria n.º 001/2014, para promover o recebimento dos Invólucros n.º 01 (Via não Identificada do Plano de Comunicação), n.º 02 (Via Identificada do Plano de Comunicação), n.º 03 (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relato da Solução de Problema de Comunicação) e n.º 04 (Proposta de Preço) das empresas interessadas em participar da Tomada de Preço n.º 002/2014, do tipo técnica e preço, visando a contratação de agência de publicidade para prestação de serviços de publicidade. Iniciando os trabalhos o Presidente da Comissão de Licitação declarou aberta a sessão e solicitou dos representantes à apresentação de sua credencial para análise, tendo sido registrado o comparecimento das seguintes licitantes: CLICZOOM PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA., representada pelo Sr. Jorge Gava Destro Filho e SAL PROPAGANDA LTDA., representada pelo Sr. Leandro Bonk Sabino, conforme documentos de credenciamento anexo a esta Ata. Ato posterior a Comissão solicitou dos representantes a entrega dos invólucros 01; 02; 03 e 04, tendo a Comissão separado os invólucros de n.º 01 e rubricados nos fechos dos invólucros 02; 03 e 04, não tendo a Comissão detectado nenhum invólucro fora do padrão exigido no edital. Ato posterior o Presidente da Comissão passou a abertura do invólucro de n.º 01 (Via não Identificada do Plano de Comunicação) e do invólucro de n.º 03 (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relato da Solução de Problema de Comunicação), tendo o Presidente convocado os presentes a examinar o conteúdo. Ato posterior o Presidente perguntou aos presentes se haveria alguma questão a ser consignada em ata, não havendo consignações.

Ato posterior a Comissão Permanente de Licitação alocou os envelopes de n.º 01 em um envelope lacrado e rubricado por todos os presentes, por sua vez os envelopes de n.º 03 também foram alocados em um envelope lacrado e rubricado por todos os presentes.

Por derradeiro, o Presidente determinou a entrega dos envelopes de n.º 01 e 03 a subcomissão técnica para análise e avaliação. Publique-se a presente Ata em Diário Oficial para publicidade.

Guaramirim/SC, 20 de Outubro de 2014.

AURÉLIO TADEU TOMASELLI

Presidente

ADY ESTERLITA PERSUHN DENKER

Membro

IRINEU JOSÉ VEIGA

Membro

EMPRESAS LICITANTES:

CLICZOOM PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA

SAL PROPAGANDA LTDA

**Guarujá do Sul****PREFEITURA****Extrato de Termo Aditivo - Pref 37**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 37/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO - COMPRA DIRETA Nº. 161/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ESPORTE CLUBE UNIÃO

OBJETO: O prazo de vigência de execução do Contrato, fica prorrogado de 03 de novembro de 2014 a 15 de dezembro de 2014.

VALOR: R\$ 1.170,00

Guarujá do Sul, SC, 20 de outubro de 2013.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO - PREF 77**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 77/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 52/2014 - TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: SCHAFER E BELING LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para Construção de Quadra Esportiva Escolar, conforme Projeto Padrão para Quadra Poliesportiva com Vestuários ( 980,40 m<sup>2</sup> ) na Rua Jose Seibt, esquina com a Rua Afonso Dinon, Bairro Sulina, município de Guarujá do Sul, em execução ao Termo de Compromisso PAC 208663/2014 - FNDE/MEC.

VALOR TOTAL: R\$ 509.956,65

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 16 de outubro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Portaria Nº 1141/2014

PORTARIA Nº 1141/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 23 de setembro de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor ANTONIO BRUNO ANTUNES (Matr. 507), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "H", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1142/2014

PORTARIA Nº 1142/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora FÁTIMA PINHEIRO (Matr. 2564), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "E", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, nos termos do artigo 103 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 20 de outubro de 2014 a 31 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1143/2014

PORTARIA Nº 1143/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI (Matr. 2953), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 05 de fevereiro de 2013 e 04 de fevereiro de 2014, para serem gozadas a contar de 20 de outubro de 2014 a 18 de novembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1144/2014

PORTARIA Nº 1144/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor WILLIAM CÉSAR GAVASSO (Matr. 2751), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 20 de outubro de 2014 a 31 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1145/2014

PORTARIA Nº 1145/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ELVIRA SCHLINDWEIN BELLON (Matr. 1109), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "D", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 20 de outubro de 2014 a 31 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1146/2014**

PORTARIA Nº 1146/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ODAIR TREVISOL (Matr. 334), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2012 e 31 de outubro de 2014, para serem gozadas a contar de 20 de outubro de 2014 a 18 de novembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1147/2014**

PORTARIA Nº 1147/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora SUZANA FARENZENA (Matr. 3982), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 21 de outubro de 2014, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **Decreto Legislativo Nº CM 064/2014**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste  
DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 064/2014

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), POR OCASIÃO DO DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO - 28 DE OUTUBRO DE 2014"

EVERTON PARISENTI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que promulga o seguinte:

##### **DECRETO LEGISLATIVO**

Art. 1º Fica considerado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste (SC), o dia 27 (Vinte e sete) de outubro de 2014, (Segunda-feira) no período integral, antecipação do Dia do Funcionário Público - 28 de outubro (Ponto Facultativo - Lei Complementar nº 281/2011).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 20 de outubro de 2014.  
EVERTON PARISENTI  
Presidente

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 063/2014**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste  
DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 063/2014

Modifica os incisos II e III do Art.70, e Art. 84 e acrescenta incisos XIV e XV ao Art. 70 e Parágrafo Único ao Art. 85 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste - Decreto Legislativo nº CM 002/92 de 05/10/1992

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC

Faz saber que os Vereadores aprovaram e promulgamos o seguinte:

##### **DECRETO LEGISLATIVO**

Art. 1º O Art.70, II, III e Art. 84 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70 - Às comissões compete o ordenamento dos seus trabalhos, com auxílio dos setores do legislativo e administrativo da Secretaria de Administração, ressalvados os casos expressos e com observância às seguintes regras:

.....

II. Cada comissão legislativa permanente, inclusive a de Redação Final, reunir-se-á, nas sextas-feiras-feiras da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª semanas, às 19:15 horas, para estudo, debate, emissão de parecer fundamentado e deliberação sobre toda a matéria de sua competência e que lhe foi, protocolarmente, remetida pelo Presidente da Câmara em despacho dado em reunião ordinária do Plenário;

III. As reuniões das comissões legislativas permanentes,



devidamente assessoradas pelas Secretarias Municipais, através de seus setores competentes, serão instrumentadas com livro de presença e de atas, ordem do dia e registro de trâmite dos processos, podendo esta ser substituída por registro escrito digitado ou digitalizado a ser arquivado juntamente com a via original do projeto analisado;

Art. 84 - Das reuniões das comissões legislativas permanentes, lavrar-se-ão atas, em livros próprios, as quais serão assinadas por todos os membros, podendo haver a substituição por registro digitado ou digitalizado, conforme contida no inciso III do art. 70."

Art. 2º Fica acrescentado ao Art.70 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste, incisos XIV e XV com a seguinte redação:

"Art. 70 - Às comissões compete o ordenamento dos seus trabalhos, com auxílio dos setores do legislativo e administrativo da Secretaria de Administração, ressalvados os casos expressos e com observância às seguintes regras:

XIV. Qualquer membro ausente na reunião das Comissões Permanentes, poderá ser substituído na seguinte ordem: Se ausente o Presidente da Comissão, será substituído pelo vice-Presidente; se ausente o Relator, será substituído pelo Vice-Presidente; se ausente ou em substituição a outro membro o Vice-Presidente, será substituído por qualquer outro Vereador da Câmara, que poderá tomar assento na respectiva Comissão, independentemente de maiores formalidades, todos exarando seus Pareceres ou votos, evitando assim, maiores postergações.

XV - O(s) nome(s) do(s) substituto(s) de membro ausente na reunião das Comissões Permanentes será (ao) encaminhado(s) incontinenti, pelo Líder do partido respectivo a que o membro ausente faça parte. Na ausência ou inexistência deste(s), pelo Presidente da Mesa Diretora."

Art. 3º Fica acrescentado ao Art.85 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste, Parágrafo Único com a seguinte redação:

"Art. 85 - As reuniões das comissões não poderão coincidir, em nenhuma hipótese, com as reuniões plenárias da Câmara.

Parágrafo Único - Poderá existir essa coincidência, caso seja invocado Precedente Legislativo, seja colocado em votação no plenário o requerimento verbal de exceção, e seja aprovado por unanimidade essa análise da Comissão Permanente em conjunto com a reunião ordinária, momento em que a reunião plenária será suspensa até análise, deliberação e votação da matéria pelas respectivas comissões permanentes."

Art. 4º Esta Emenda ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste - Decreto Legislativo nº CM 002/92 de 05 de outubro de 1992 entra em vigor a partir da sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 1º de setembro de 2014.  
EVERTON PARISENTI  
Presidente

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA  
1º Secretário

LEONARDO MASCARELLO  
2º Secretário

## Ibiam

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 2705/2014

DECRETO N.º 2705, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

"INSTITUI Horário Especial de EXPEDIENTE, EM TURNO ÚNICO, PARA ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de medidas efetivas para equilibrar a receita e a despesa municipal para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que a medida trará ao município uma efetiva economia de consumo de água, energia elétrica e demais despesas decorrentes de um expediente mais prolongado;

DECRETA:

Art. 1.º Fica instituído turno único contínuo de 06 (seis) horas diárias no serviço Público Municipal, a ser cumprido no período compreendido entre às 07h00min e às 13h00min, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo único. O turno único de que trata este artigo vigorará a partir de 27 de outubro de 2014 até 15 de fevereiro de 2015.

Art. 2.º O turno único de que trata este Decreto se aplica exclusivamente ao Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, à Secretaria da Administração e da Fazenda, à Secretaria de Planejamento e Gestão Administrativa, à Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, à Secretaria da Infraestrutura, Obras e Transportes, à Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes e à Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Serviços.

§ 1.º O turno único de que trata este Decreto também se aplica para o servidor de Vigilância Sanitária.

§ 2º. As demais Secretarias Municipais manterão seu funcionamento nos moldes atuais (07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min).

§ 3º. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas.

§ 4º. O pagamento ou a compensação de horas extras, em qualquer dos casos, somente se dará após a 8ª (oitava) hora diária, respeitando o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada.

§ 5º. Não será permitida jornada ininterrupta na hipótese de prestação de sobrejornada.

Art. 3º. O turno único instituído por este Decreto aplica-se para os servidores com jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. Para os servidores com jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária será cumprida na sua integralidade, não se admitindo redução de horário.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.



CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 17 DE OUTUBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Administração e da Fazenda

## Ilhota

### PREFEITURA

#### **Decreto 41 2014**

DECRETO Nº 41, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Declara ponto facultativo o dia 28 de outubro de 2014, terça-feira, em comemoração ao dia do servidor público, e determina sua antecipação para o dia imediatamente anterior, 27 de outubro de 2014, segunda-feira, nos órgãos e entidades do poder público municipal no Município de Ilhota - Santa Catarina.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais de Ilhota, no dia 28 de outubro de 2014, terça-feira, em comemoração ao dia do servidor público, com a sua antecipação para o dia 27 de outubro de 2014, segunda-feira.

Art. 2º Não sofrerão interrupção os serviços considerados essenciais.

Art. 3º Nos demais órgãos e unidades, a critério dos respectivos titulares, poderá ser instituído o regime de plantão.

Art. 4º Aos servidores públicos que atuam em áreas essenciais e que cumprirem a jornada normal de trabalho no dia do ponto facultativo acima estabelecido, fica assegurado 1 (um) dia útil de dispensa em data a ser oportunamente definida pela respectiva chefia imediata.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ilhota, em 14 de outubro de 2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

#### **Errata TP 005 - 2014 Fmesp**

ERRATA TP 005/2014

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ilhota torna Pública ERRATA da TP 005/2014 FMESP, PRORROGANDO a data de abertura do presente edital prevista para o dia 27.10.2014, para o dia 28.10.2014 às 10:00h, tendo em vista o Decreto nº 41 deste município, que antecipa para o dia 27 de outubro a comemoração ao dia do servidor público, declarando assim ponto facultativo.

Ilhota/SC 20 de outubro de 2014

Valmor Bertelli Junior

Presidente da comissão de Licitação

#### **DECRETO 40 2014**

Decreto nº 040/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e de conformidade



com a arts. Lei Municipal nº 1765, de 23 de Dezembro de 2013.  
DECRETA:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$150.000,00(Cento e cinqüenta mil reais), por conta da excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 1 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Atividade: 2.008 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Elemento:( )3.3.90.00.00.00.00.01.0024 - Aplicações Diretas  
R\$ 150.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 2º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I-Recurso do convenio nº2014TR002816 junto a SDR de Blumenau SDR4056/2014 R\$150.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ilhota, 14 de Outubro de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

## LC 57 2014

Lei Complementar nº 57, de 15 de outubro de 2014

Institui a Nota Fiscal Eletrônica, dá nova redação e revoga artigos do Código Tributário do Município, Lei Ordinária 908/98, na forma que especifica.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e o que lhe faculta a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Município de Ilhota a Nota Fiscal Eletrônica, documento de natureza digital, processado em rede de computadores e armazenado em base de dados informatizada e de responsabilidade da Administração Municipal.

Art. 2º Dá nova redação ao artigo 272 , caput , suprimindo os seus parágrafos 1º, 2º e 3º, e introduzindo o parágrafo único, passando a vigorar com a seguinte redação:

“ Seção XI

Das Notas Fiscais de Prestação de Serviços

Art. 272. O contribuinte, prestador de serviços, sujeito passivo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), ainda que optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Complementar Nacional 123, de 2006, estabelecidos no município de Ilhota, gerará Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), individualmente, por estabelecimento, referente aos serviços executados, para fins de registro das operações, na forma e prazos estipulados pelo regulamento.

Parágrafo único. O contribuinte, prestador de serviços, especificado no Caput deste artigo, obrigado a geração de NFS-e, entregará à Administração Tributária as notas fiscais convencionais, independente do seu modelo, seriação e procedimento de preenchimento, para serem inutilizadas na forma e prazo estipulados pelo

regulamento.”

Art.3º. Revogam-se os arts. 273 a 279 do Código Tributário do Município de Ilhota .

Art. 4º Esta lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Ilhota, 15 de outubro de 2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA

### Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 79/2014 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 132/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 04 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível aquisição de cargas de gás de cozinha (GLP) de 13 kg e (GLP) de 45 kg, para uso das escolas, centros de educação infantil da rede municipal de ensino e da secretaria municipal de educação para orçamento 2015.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 21 de outubro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária de Educação

### PORTARIA PMI/DGP Nº 474/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 474, de 16 de outubro de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Engenheiro Civil, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Luiz Luan da Costa	Engenheiro Civil	059.992.319-90	03/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de outubro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Gestão de Pessoas

(Interino)

### DECRETO PMI Nº 250, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014 - CRIA E INSTITUI O GTINOVA

DECRETO PMI Nº 250, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Cria e constitui o Grupo de Trabalho IFSC/CEITEC para Análise de Segmentos Inovadores para atuação em Imbituba - GTInova e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, VII e XXVI da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a iniciativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC - Campus Garopaba, que indica a criação de um Grupo de Trabalho para discussão sobre possíveis segmentos inovadores para atuação no Município de Imbituba;

Considerando as prerrogativas do Centro Integrado de Tecnologia e Qualificação Técnica, Social e Profissional de Imbituba - CEITEC, órgão de integração das ações de ensino tecnológico, técnico e de qualificação profissional, direcionada à congregação, sistematização e fomento de cursos de modalidades diversas no âmbito municipal;

Considerando o interesse de entidades de classe empresarial que se manifestaram favoráveis à criação e participação do referido Grupo de Trabalho, notadamente a Associação das Micro e Pequenas Empresas de Imbituba - AMPE, a Associação Empresarial de Imbituba - ACIM e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL;

Considerando o interesse do Município de Imbituba em apoiar as iniciativas que se lhe apresentam favoráveis à valorização, ao incremento e a inovação nas áreas da educação, desenvolvimento sustentável, emprego e renda,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho IFSC/CEITEC para Análise de Segmentos Inovadores para atuação em Imbituba - GTInova, com atribuição para promover a discussão necessária com a finalidade de identificar segmentos inovadores afins com a vocação empresarial da cidade de Imbituba, objetivando propor ações integradas na área do ensino tecnológico, técnico e de qualificação profissional, através do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC - Campus Garopaba e do Centro Integrado de Tecnologia e Qualificação Técnica, Social e Profissional de Imbituba - CEITEC.

Parágrafo único. O Regimento Interno do GTInova será elaborado e aprovado pela maioria absoluta dos seus integrantes, ad referendum do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º O GTInova será o organismo político de participação social responsável por garantir o debate e o engajamento de todos os segmentos relacionados com a gestão da educação e do ensino tecnológico, técnico e de qualificação profissional para consolidação da política pública municipal de ensino tecnológico, no âmbito de atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC e do Centro Integrado de Tecnologia e Qualificação Técnica, Social e Profissional de Imbituba - CEITEC.

Art. 3º O GTInova será constituído por representantes do Poder Público, da Sociedade Empresarial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC - Campus Garopaba, e do Centro Integrado de Tecnologia e Qualificação Técnica, Social e Profissional de Imbituba - CEITEC, tendo a seguinte composição:

I - 05 (CINCO) REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

1) Elísio Sgrott - Vice-Prefeito;



- 2) Cadir Garbeloto Cargnin - Secretário de Governo;  
 3) Evaldo de Souza - Secretário Municipal de Agricultura e Pesca;  
 4) Eduardo dos Passos Nunes - Secretário Mun. de Desenvolvimento Urbano Sustentável;  
 5) Antônio Clésio Costa - Secretário Mun. de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

#### II - 05 (CINCO) REPRESENTANTES DO IFSC:

- 1) Eduardo Cargnin Ferreira;  
 2) Micheline Sartori;  
 3) Fabiana de Agapito Kangerski;  
 4) Cristine Ferreira Costa;  
 5) André Moraes.

#### III - 04 (QUATRO) REPRESENTANTES DO CEITEC:

- 1) Michela Freitas - Secretária Municipal de Educação;  
 2) Ronaldo Augusto Pires - Chefe do CEITEC;  
 3) Selma Elias Westphal - Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação;  
 4) Maria Regina Cardoso de Farias - Assessora do CEITEC.

#### IV - 03 (TRÊS) REPRESENTANTES DO MEIO EMPRESARIAL:

- 1) Nailde Menegari - Presidente da AMPE;  
 2) Edson de Souza - Representante da ACIM;  
 3) Custódio Juvenal Pacheco - Presidente da CDL.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
 Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
 Secretário Municipal de Governo

#### Portaria PMI/DGP Nº 475/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 475, de 16 de outubro de 2014.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo nº 17.203, de 23 de setembro de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor PEDRO CARDOSO, inscrito no CPF sob o n.º 096.062.979-34, Motorista, matrícula n.º 452, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 01 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de outubro de 2014.

Zeli Pires  
 Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

#### PORTARIA PMI/DGP Nº 476/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 476, de 16 de outubro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor NORBERTO ESPEZIM, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 371.365.770-04, admitido em 26 de maio de 2008, contrato nº 4440, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	03.11.2014 a 31.01.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
 Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 133/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 04 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de bebedouros de coluna, refrigerado, para uso dos centros municipais de educação infantil.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 21 de outubro de 2014.

Michela da Silva Freitas  
 Secretária de Educação

#### EXTRATO: PMI SETUR 2014/234 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2014/234 A00

Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE RESINA PARA MODELAGEM E EXECUÇÃO DAS FORMAS ARTÍSTICAS NECESSÁRIAS PARA A CONSTRUÇÃO



DO MONUMENTO EM HOMENAGEM A SANTA PAULINA.  
Valor: R\$ 25.003,00 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 124/2014 Pregão 73/2014

Imbituba, 15 de outubro de 2014.  
Adilson Jorge Silvestre  
Secretário Municipal de Turismo  
Contratante

Comercial Preço Bom Z&C  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2014/233 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2014/233 A00  
Contratada: IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL  
C.N.P.J: 33.645.482/0001-96  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EXISTENTES NOS QUADROS PERMANENTE E TEMPORÁRIO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Valor: R\$ 139.000,00 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 125/2014 Dispensa 28/2014

Imbituba, 13 de outubro de 2014.  
Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Ibam - Instituto Brasileiro de Administração Municipal  
Representante Legal  
Contratada

## Indaial

### PREFEITURA

**Processo Licitatório Nº 227/2014**

MUNICIPIO DE INDAL  
Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Indaial  
Licitação nº 227/2014.  
Inexigibilidade nº 001/2014-25331  
Objeto: Capacitação dos conselheiros municipais de direitos da criança e do adolescente.  
Entrega dos envelopes: 21/10/2014  
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.  
Local para obtenção do Edital: o mesmo.  
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904  
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br  
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal



# Ipumirim

## PREFEITURA

**Portaria Nº.334/2014 de 20 de Outubro de 2014**

NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE DE AMOSTRAS DE MATERIAIS ESCOLAR, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 070/2014 E PREGÃO PRESENCIAL 040/2014..

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA,

Ione Farina, Roselei Regert dos Reis e Ivanete Siebeneichler Locatelli para comporem a Comissão Municipal de Análise de Amostras Escolares, conforme Processo Licitatório 070/2014 e Pregão Presencial 040/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim, 20 de Outubro de 2014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 335/2014 DE 20 DE OUTUBRO DE 2.014.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A MARLI CARMEN GROSBELLI, matrículas 650, Licença Prêmio de 60 dias, relativa ao período aquisitivo de 2009 a 2014 e gozo de 20/10/2014 a 18/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 20 de Outubro de 2014.

Ipumirim - SC, 20 de Outubro de 2.014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº. 336/2014 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL NO CARGO DE PROFESSORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002,

que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

ROSANE WEISS KERN, sob a Matrícula 2322-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.877.291-0 e do CPF 026.284.399-48, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Anos Iniciais, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Orides Rovani, para o período de 20/10/2014 até a volta da titular Marli Carmen Grosbelli que esta em Licença Premio.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 20/10/2014.

Ipumirim - SC, 20 de outubro de 2014.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2014/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 72/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2014, Processo de Licitação nº 57/2014, homologado em 17 de outubro de 2014.

Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica sobre leito natural e sobre calçamento (material + mão de obra) de partes das Ruas: Celso Ramos, Frei Jordão, Juscelino Kubitschek e Ruas: G, C e parte da D, conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através dos contratos de repasse nº 797671/2013 - PROCESSO 1012135-65/2013 e repasse nº 799854/2013 - PROCESSO 1013614-30/2013 do MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.

Valor: R\$ 540.808,74 (Quinhentos e Quarenta Mil Oitocentos e Oito Reais e Setenta e Quatro Centavos)

Assinatura: 20/10/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A, situada na RUA FRANCISCO MARTINHAGO, 258, Bairro: MINA DO MATO, CEP: 88.810-500, cidade de CRICIUMA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.665.141/0001-50.



**ATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DO PL 57, CP 2-2014/PM**

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b></p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p><b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 2/2014 - CC</b></p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 57/2014 Data do Processo: 12/08/2014</p>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica sobre leito natural e sobre calçamento (material + mão de obra ) de partes das Ruas: Celso Ramos, Frei Jordão, Juscelino Kubitschek e Ruas: G, C e parte da D, conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através dos contratos de repasse nº 797671/2013 - PROCESSO 1012135-65/2013 e repasse nº 799854/2013 - PROCESSO 1013614-30/2013 do MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 47/2014 (Sequência: 1)**

Ao(s) 30 de Setembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 57/2014, Licitação nº. 2/2014 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

SETEP CONSTRUÇÕES S.A neste ato representado pelo Sr. VONEI JORVANI FABRICIO, BALBINOT-TERRAPLENAGEM PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA neste ato sem representante presente e TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA neste ato sem representante presente.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 010/2014, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório as empresas: SETEP CONSTRUÇÕES S.A neste ato representado pelo Sr. VONEI JORVANI FABRICIO, BALBINOT-TERRAPLENAGEM PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA neste ato sem representante presente e TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA neste ato sem representante presente. Aberto os trabalhos, o presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato continuo o Presidente apresenta os envelopes da documentação e da proposta, devidamente lacrados, que foram rubricados por todos os membros da comissão e representante presente. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação, os quais foram abertos e conferidos por todos os presentes. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que as empresas acima transcritas apresentaram a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitadas para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. Porém considerando a ausência dos representantes das empresa BALBINOT-TERRAPLENAGEM PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA e TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA e que nem uma das empresas apresentaram o Termo de Renúncia Relativo ao Julgamento da Fase de Habilitação, abre-se prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme artigo 109 parágrafo 6º da Lei 8.666/93. Comunica-se desta forma todas as empresas. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representante da empresa presente.



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 2/2014 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 57/2014 Data do Processo: 12/08/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 30 de Setembro de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCO	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- ..... - MEMBRO
ROSELI SALETE ZANATTA	- ..... - MEMBRO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLLI	- ..... - MEMBRO



**ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PL 57, CP 2-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 2/2014 - CC</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 57/2014</b> <b>Data do Processo: 12/08/2014</b>

Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica sobre leito natural e sobre calçamento (material + mão de obra) de partes das Ruas: Celso Ramos, Frei Jordão, Juscelino Kubitschek e Ruas: G, C e parte da D, conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através dos contratos de repasse nº 797671/2013 - PROCESSO 1012135-65/2013 e repasse nº 799854/2013 - PROCESSO 1013614-30/2013 do MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 48/2014 (Sequência: 2)**

Ao(s) 9 de Outubro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 57/2014, Licitação nº 2/2014 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** No dia e hora marcada reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação para dar prosseguimento ao julgamento das propostas do presente processo de licitação, das seguintes empresas: SETEP CONSTRUÇÕES S.A, BALBINOT-TERRAPLENAGEM PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA e TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA todas as empresas citadas neste ato se encontram sem representantes presentes. Aberto os trabalhos, foi apresentado os envelopes das propostas das empresas habilitadas para o presente embate licitatório, que após rubricados pela Comissão, foi procedida a abertura dos envelopes, contendo as propostas das empresas habilitadas. Dando prosseguimento após análise das propostas das empresas, constatou-se que as mesmas supracitadas, apresentaram as propostas conforme os requisitos mínimos fixados no edital. Declara-se vencedora do presente embate licitatório a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A com o valor de R\$ 540.808,74 (quinhentos e quarenta mil, oitocentos e oito reais e setenta e quatro centavos). Segue anexo quadro comparativo de preço que é parte integrante do processo. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata que segue assinada pela comissão de licitação e comunica-se as empresa licitante.

**Participante: 7144 - SETEP CONSTRUÇÕES S.A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Pavimentação Asfáltica sobre Calçamento (material + mão de obra) de Partes das Ruas Celso Ramos - Frei Jordão e Juscelino Kubitschek.	UN	1,00		0,0000	251.862,37	251.862,37
2	Pavimentação Asfáltica (material + mão de obra) - Ruas G - C e parte da D.	UN	1,00		0,0000	288.946,37	288.946,37
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>540.808,74</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>540.808,74</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 9 de Outubro de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDECI FRANCIO - ..... - Presidente da Comissão de Licitação

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - MEMBRO

ROSELI SALETE ZANATTA - ..... - MEMBRO

CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLLI - ..... - MEMBRO



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 57, CP 2-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 2/2014 - CC</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 57/2014 <b>Data do Processo:</b> 12/08/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 57/2014  
b ) Licitação Nr.: 2/2014-CC  
c ) Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 17/10/2014  
e ) Objeto da Licitação Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica sobre leito natural e sobre calçamento (material + mão de obra ) de partes das Ruas: Celso Ramos, Frei Jordão, Juscelino Kubitschek e Ruas: G, C e parte da D, conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através dos contratos de repasse nº 797671/2013 - PROCESSO 1012135-65/2013 e repasse nº 799854/2013 - PROCESSO 1013614-30/2013 do MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

**SETEP CONSTRUÇÕES S.A (7144)**

1	Pavimentação Asfáltica sobre Calçamento (material + mão de obra) de Partes das Ruas Celso Ramos - Frei Jordão e Juscelino Kubitschek.	UN	1,00	0,0000	251.862,37	251.862,37
2	Pavimentação Asfáltica (material + mão de obra ) - Ruas G - C e parte da D.	UN	1,00	0,0000	288.946,37	288.946,37
					<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>540.808,74</b>
					<b>Total Geral:</b>	<b>540.808,74</b>

Ipumirim, 17 de Outubro de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Irineópolis

## PREFEITURA

### Decreto N.º 2.692/2014

DECRETO Nº 2.692/2014, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.  
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº002/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de regulamentação do EJA no Município de Irineópolis,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 002/2014, de 16/10/2014, do Conselho Municipal do Idoso, consoante o Anexo Único deste Decreto, a qual Ressalva Capítulo IV - Do Direito a Saúde, que dispõe no Artigo 16, Parágrafo Único, constante no Estatuto de Idoso.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Irineópolis - SC, 16 de Outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 2.692/2014.

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Ressalva Capítulo IV - Do Direito a Saúde, que dispõe no Artigo 16, Parágrafo Único, constante no Estatuto de Idoso.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, de Irineópolis - SC, na forma da Lei nº 1.778/2014 de 27/04/2014, em reunião ordinária no dia 25 de setembro de 2014, registrada na Ata nº 05/2014, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Ressalva o Capítulo IV - Do Direito a Saúde, que dispõe no Art. 16, constante no Estatuto do Idoso: "Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo critério médico";

"Parágrafo Único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 16 de outubro de 2014.

GENI MARQUES

Presidente - CMI.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 19/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Tereza Pneus Ltda.; Modelo Pneus Ltda. e J K Pneus Ltda.

Irineópolis, 09 de outubro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 21/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 21/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Famma Comércio de Veículos Ltda.

Irineópolis, 14 de outubro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 55/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 55/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº. 10/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: GL - Lis-motor Retifica de Motores Eireli - EPP.

Irineópolis, 23 de setembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### Extrato de Homologação Nº 56/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Lech & Cia Ltda. e João Silvestre Jacobovski.

Irineópolis, 19 de setembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### Extrato de Homologação Nº 57/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 57/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Safra Diesel Ltda.



Irineópolis, 26 de setembro de 2014.  
Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**Extrato de Homologação Nº 59/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 59/2014  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2014  
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Bottin Consultoria Ltda. - ME.

Irineópolis, 13 de outubro de 2014.  
Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**Extrato de Homologação Nº 64/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2014  
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Mercantil Catarinense de Equipamentos Eireli - EPP.

Irineópolis, 17 de outubro de 2014.  
Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 69/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 69/2014  
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratada: Safra Diesel Ltda.  
Objeto: Aquisição de 100 baldes, embalagem de 20 litros, de agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio - arla 32, para o exercício de 2014, com entrega parcelada.  
Valor: R\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais)  
Vigência: 26.09.2014 a 31.12.2014  
Base Legal - Processo Licitatório 57/2014 - Pregão Presencial nº. 41/2014  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 70/2014  
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratada: Bottin Consultoria Ltda - ME.  
Objeto: Contratação de empresa para prestação de consultoria técnico/administrativa/contábil para: realização de estudos sobre a folha de pagamento do município de irineópolis com a finalidade de identificar contribuições cuja incidência foram e estão sendo indevidas, exclusivamente no que tange ao rat a fim de promover ações administrativas com o objetivo de recuperar eventuais

créditos, incluindo a apresentação do levantamento mensal do cnae preponderante dos últimos 60 (sessenta) meses, proceder in loco a retificação e reenvio das gefip's que vierem a ter alterações.

Valor: R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais)  
Vigência: 13.10.2014 a 31.12.2014  
Base Legal - Processo Licitatório 59/2014 - Tomada de Preços nº. 11/2014  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/2014  
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratada: Mercantil Catarinense de Equipamentos Eireli - EPP.  
Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de manutenção do Britador da municipalidade, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, compreendendo a parte mecânica e elétrica.  
Valor: R\$ 116.707,50 (cento e dezesseis mil setecentos e sete reais e cinquenta centavos)  
Vigência - 17/10/2014 a 17/10/2015  
Base Legal - Processo Licitatório 64/2014 - Pregão Presencial para Registro de Preços nº.42/2014  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2014 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 19/2014  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
Contratada: Famma Comércio de Veículos Ltda.  
Objeto: Aquisição de 01 veículo automotivo novo, de fabricação nacional, para o fundo municipal de saúde.  
Valor: R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)  
Vigência: 14.10.2014 a 31.12.2014  
Base Legal - Processo Licitatório 21/2014 - Pregão Presencial nº. 11/2014  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Giseli Kempinski  
Gestora do FMS

**EXTRATO DE ATA DE REGISTROS Nº 05/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2014  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.  
Contratada: Tereza Pneus Ltda.  
Objeto: Aquisição de pneus, para veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, com entrega parcelada.  
Valor: R\$ 2.160,00 ( dois mil cento e sessenta reais).  
Vigência - 09/10/2014 a 08/10/2015  
Base Legal - Processo Licitatório 19/2014 - Pregão Presencial para



Registro de Preços nº. 09/2014.  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2014  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.  
Contratada: Modelo Pneus Ltda.  
Objeto: Aquisição de pneus, para veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, com entrega parcelada.  
Valor: R\$ 4.180,00 ( quatro mil cento e oitenta reais).  
Vigência - 09/10/2014 a 08/10/2015  
Base Legal - Processo Licitatório 19/2014 - Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 09/2014.  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2014  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.  
Contratada: J K Pneus Ltda.  
Objeto: Aquisição de pneus, para veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, com entrega parcelada.  
Valor: R\$ 8.492,00 (oito mil quatrocentos e noventa e dois reais).  
Vigência - 09/10/2014 a 08/10/2015  
Base Legal - Processo Licitatório 19/2014 - Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 09/2014.  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2014  
CREDENCIAMENTO Nº 03/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 21/10/2014 a 20/10/2019, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando "Chamamento para credenciamento de empresas para prestação de serviços de hora/maquina, para programas diversos no Município". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 17 de outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## **Itapiranga**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato do Contrato Nº 125/2014/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2014/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e FELIPE JOSE BOZZETTO.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013  
OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 38/2014 onde altera a Carga Horária do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 40 para 30 horas semanais, como Professor de Professor de Artes.  
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério  
Classe - Referencia:  
VIGÊNCIA: 17/10/2014 a 12/12/2014

Itapiranga - SC, 17 de outubro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATOS PREFEITURA Nº 137/2014 E 138/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2014  
PARTES: Município de Itapiranga e Albater Terraplanagem Ltda - Me.  
ORIGEM: Concorrência para Concessão nº 141/2014.  
OBJETO: Permissão de uso dos equipamentos de um conjunto de central de britagem completo, com 09 motores elétricos, 02 esteiras de condução da pedra brita, peneira vibratória e classificadora da pedra brita, painel de controle, 02 rebritadores, estrutura de passarelas e corrimãos, 01 transformador, estrutura da casa do quadro de comando e caixa de transmissão, de propriedade do Município de Itapiranga - SC.  
VALOR: A Permissionária fornecerá mensalmente à concedente, como forma de pagamento, pela concessão de uso da central de britagem, as seguintes quantidades: 150 (cento e cinquenta) m³ de pedra brita nº 01 e 15 (quinze) m³ de pedra brita nº 02.  
VIGÊNCIA: 15 de janeiro de 2017.  
Itapiranga - SC. 17 de outubro de 2014.  
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2014  
PARTES: Município de Itapiranga e Kaizen Consultoria e Treinamento Ltda - Me.  
OBJETO: Contratação de empresa para ministrar Curso de Capacitação, Automotivação e excelência profissional.  
VALOR: R\$ 4.300,00.  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 17 de outubro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 241/2014**

Portaria nº 241 de 17 de outubro de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar por mais quinze dias o prazo previsto no Art. 2º da Portaria nº 241/2014 de 18 de setembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 17 de outubro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA 031/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 031/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Daniele A. Maia, matrícula nº 14600/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços nº 247/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 138/2014, que tem por objeto a contratação de serviços técnicos de informática e eletrônica, para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos das diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 20 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**Portaria 032/2014 - Contratos - Prefeitura**

PORTARIA Nº 032/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores Egon Haas, matrícula nº 14185/02 e Ricardo Kraemer, matrícula nº 6405/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços nº 248/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 139/2014, contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de caminhões caçamba eletrônicos, traçados, ônibus escolar e micro ônibus, de propriedade do município de Itapiranga.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 20 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**Portaria 033/2014 - Contratos - Prefeitura**

PORTARIA Nº 033/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Osmar P. Muller, matrícula nº 3985/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preços nº 250/2014 a 256/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 144/2014, que tem por objeto a aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 20 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**Portaria 034/2014 - Contratos - Prefeitura**

PORTARIA Nº 034/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 137/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, em virtude da Concorrência para



Concessão nº 141/2014, que tem por objeto a permissão de uso dos equipamentos de um conjunto de central de britagem completo, com 09 motores elétricos, 02 esteiras de condução da pedra brita, peneira vibratória e classificadora da pedra brita, painel de controle, 02 rebritadores, estrutura de passarelas e corrimãos, 01 transformador, estrutura da casa do quadro de comando e caixa de transmissão, de propriedade do Município de Itapiranga - SC.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 20 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

### **Portaria 035/2014 - Contratos - Prefeitura**

PORTARIA Nº 035/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Leoni Sulzbacher, matrícula nº 10352/05, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 138/2014, firmado pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a realização de curso de capacitação, automotivação e excelência profissional.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 20 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

## **Itapoá**

### **PREFEITURA**

#### **Ata Pregão Nº69/2014-Moveis Para Escritorio**

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 15 de outubro de 2014, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL, JOSE ERALDO ARAUJO, nomeados pelo(a), para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 69/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SETOR DE CONVÊNIOS, SETOR DE CONTABILIDADE E DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS	MARCIO ANDRE WOLLNER
3A COM DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA ME	JOSE LECADIO CORDEIRO
MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	CLEBER KARKLIN NASCIMENTO
ESCOLAR IND E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP	THIAGO ZANI MENON

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Rodada	Fornecedor	Valor Unitário	Situação
0	722006 - WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS	R\$5.650,00	Proposta



0	11613831 - MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$8.487,50	Proposta
0	11613858 - ESCOLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP	R\$5.438,65	Proposta
1	722006 - WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS	R\$5.400,00	Lance
1	11613831 - MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$5.430,00	Lance
1	11613858 - ESCOLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP	R\$5.390,00	Lance
2	722006 - WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS	R\$5.250,00	Lance
2	11613831 - MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$5.300,00	Lance
2	11613858 - ESCOLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP	R\$5.200,00	Lance
3	722006 - WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS	R\$4.900,00	Lance
3	11613831 - MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$5.000,00	Lance
3	11613858 - ESCOLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP	R\$0,00	Declinou
4	722006 - WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS	R\$4.750,00	Lance
4	11613831 - MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$4.800,00	Lance
5	722006 - WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS	R\$4.550,00	Lance

5	11613831 - MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$4.600,00	Lance
6	722006 - WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS	R\$4.450,00	Lance
6	11613831 - MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$4.500,00	Lance
7	722006 - WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS	R\$4.350,00	Lance
7	11613831 - MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$4.400,00	Lance
8	722006 - WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS	R\$0,00	Declinou
8	11613831 - MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$4.200,00	Lance

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

11613831 - MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME			
Item	Produto	Unidade	Valor
1	Total Geral dos Itens		R\$4.200,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. O representante da empresa WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS solicitou que fosse registrado que o mesmo solicita o acompanhamento da entrega do mobiliário ofertado (marca Mondel). A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital.



Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 15 de outubro de 2014

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro	JOSE ERALDO ARAUJO Membro
MARIA E HELENA CONSTRUTORA LTDA ME CLEBER KARKLIN NASCIMENTO	3A COMERCIO DE MOVEIS E RE- FRIGERACAO LTDA ME JOSE LECADIO CORDEIRO
WS COMERCIO DE MOVEIS E CADEIRAS MARCIO ANDRE WOLLNER	ESCOLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP THIAGO ZANI MENON

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO / VAGAS REMANESCENTES Nº 049/2014**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 049/2014.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vagas remanescentes do Edital 21/2014, para complementação do quadro de professores que atuarão nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Ampliação da Jornada Escolar, da Rede Municipal de Itapoá, num período determinado de 49 dias, compreendidos entre 01/11/2014 a 19/12/2014.

#### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 076/2001 e 155/2003;

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário,

serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade.

#### **2. DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 21 e 22 do mês de outubro de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá.

Horário: das 8h00min às 13h30min.

#### **3. QUADRO DE VAGAS:**

1 vaga Ed. Física 40hs

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

#### **4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:**

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 23 de outubro 2014 às 12hs.

4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente.

#### **5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).**

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma)

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece)

15- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

16- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

17- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

18- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

19- Tipagem sanguínea

20- Laudo médico

21- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:

22- Comprovante de quitação militar.

#### **6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

6.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels



Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;  
6.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;  
6.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 20 de outubro de 2014.  
Terezinha Fávaro da Silveira  
Secretaria de Educação

## Jacinto Machado

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº. 110 de 01 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº. 110 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com o valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) a saber:

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: (08) - 3.3.90.00.00.00.0094 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para suplementar a dotação acima anula-se a dotação abaixo especificada no mesmo valor.

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: (12) - 4.4.90.00.00.00.0094 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 01 de outubro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

#### **Decreto Nº. 111 de 01 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº. 111 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento vigente, com o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)



a saber:

Órgão 13: SAMAE  
Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO  
Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do Samae  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0040(08) - Aplicações Diretas....R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º. Art. 2º Para suplementar a dotação acima anula-se a dotação abaixo especificada no mesmo valor.

Órgão 13: SAMAE  
Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO  
Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do Samae  
Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.0040(07) - Transf. a Consórcios Públicos....R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 01 de outubro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### **Decreto Nº. 112 de 01 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº. 112 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.  
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), como segue:

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Modalidade de Aplicação: (77) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correram por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Modalidade de Aplicação: (74) - 3.1.71.00.00.00.0080 - Transf. a

Consórcios Públicos R\$ 10.000,00  
Modalidade de Aplicação: (76) - 3.3.71.00.00.00.0080 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 10.000,00  
Modalidade de Aplicação: (81) - 4.4.71.00.00.00.0080 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 10.000,00  
Modalidade de Aplicação: (75) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00  
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 01 de outubro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS



# Joaçaba

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4.651 de 16 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4.651 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, II DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, no Orçamento Vigente do Município de Joaçaba:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0  
Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Atividade: 2.068 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0  
Valor: R\$ 1.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0  
Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Atividade: 2.068 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0  
Valor: R\$ 1.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 16 de outubro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

### Decreto Nº 4.652 de 16 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4.652 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 16 da Lei Municipal 4.439 de 20/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo indicadas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos próprios do PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS  
UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 2.008 - ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.201.0

Valor: R\$ 102.000,00

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS  
UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 0.007 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - PLASS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.201.0

Valor: R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS  
UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 2.007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLASS

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.0.3.201.0

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 16 de outubro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

### Decreto Nº 4.653 de 17 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 4.653 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 2.103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PAB FIXO  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.064.0  
Valor: R\$ 29.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 17 de outubro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

### **Decreto Nº 4.654 de 20 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4.654 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

“DEFINE A RESPONSABILIDADE E ATRIBUIÇÕES DOS GESTORES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC PARA A IMPLANTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os instrumentos de publicidade e de transparência na Administração Pública: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a Constituição do Estado de Santa Catarina; a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal); a Lei Complementar 131/2009 (Lei da Transparência); a Lei nº 4.717/65 (Lei da Ação Popular); a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); a Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos); a Lei nº 8.159/91 (Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados); a Lei nº 9.265/96 (Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania); a Lei nº 9.784/99 (Processo Administrativo na Administração Pública Federal); a Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade); a Lei nº 11.111/05 (Sigilo dos Documentos Públicos); o Decreto-Lei nº 3.555/00 (Regulamenta o Pregão); o Decreto-Lei nº 5.301/04 (Regulamenta a lei que trata de sigilo de documentos públicos), e Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), entre outros atos normativos;

CONSIDERANDO que a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11) estabelece, em seu art. 8º, caput, que “É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”, e que, o §2º do mesmo artigo estabelece que “Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet)”;

CONSIDERANDO as atribuições e responsabilidades conferidas aos servidores gestores dos órgãos da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional constantes no artigo 79 da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, combinado com artigos 27, 28 e 29 da Lei Complementar 173/2009 (Reforma Administrativa).

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Os servidores do Município de Joaçaba-SC, gestores dos órgãos compostos pela Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, são responsáveis pela implantação e atualização permanente do “Portal de Transparência” nos moldes delineados no TERMO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA firmado entre o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, parte integrante deste Decreto.

Parágrafo Único - Os gestores dos órgãos compostos pela Administração Pública Autárquica e Fundacional, os Secretários Municipais, Coordenadores e Procurador Geral do Município, em

atendimento às atribuições conferidas pelo artigo 29 da Lei Complementar 173/2009 e alterações, atendidas as diretrizes do art. 60, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, observada a competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, são responsáveis solidários quanto aos atos praticados e ao cumprimento de todos os requisitos exigidos pelas Leis da Transparência e de Acesso à Informação.

Art. 2º - Para consecução do objeto deste Decreto o Município de Joaçaba utilizar-se-á de software definido pela Administração Municipal onde as informações deverão ser disponibilizadas em sítio eletrônico à disposição da sociedade na rede mundial de computadores (Internet).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 20 de outubro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

### **EXTRATO TP 1/2014/FMAS**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2014/FMAS

TOMADA DE PREÇO Nº 1/2014/FMAS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma de edificação na Rua Adair Gasparini, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, visando a instalação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. Tipo: Empreitada por preço unitário. Forma de julgamento: Menor preço global. Data da abertura: Dia 06/11/2014, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 06/11/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 17 de outubro de 2014.  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
MÁRIO WOLFART  
Secretário



**SIMAE****Resumo Contrato JHL 0080/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0080/2014

PREGÃO JHL 0038/2014

PROTOCOLO JHL 2469/2014

PROCESSO 0051/2014

Data: 20/10/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DE MOTORES -  
QCM A SEREM INSTALADOS NAS ELEVATÓRIAS DE AGUA TRATA-  
DA DE JOAÇABA/SC, DENOMINADAS EAT-004 E EAT-022.

Contratado: Automatic Ind. e Com. De Equipamentos Elétricos  
Ltda.

Valor do Contrato: R\$ 64.975,00 (Sessenta e quatro mil, novecen-  
tos e setenta e cinco reais).

PROGRAMA: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 20/10/2014 A 19/10/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

**RESUMO CONTRATO JHL 0081/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0080/2014

PREGÃO JHL 0038/2014

PROTOCOLO JHL 2469/2014

PROCESSO 0051/2014

Data: 20/10/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DE MOTORES -  
QCM A SEREM INSTALADOS NAS ELEVATÓRIAS DE AGUA TRATA-  
DA DE JOAÇABA/SC, DENOMINADAS EAT-004 E EAT-022.

Contratado: Inovatec Serviços em Eletricidade Ltda ME.

Valor do Contrato: R\$ 15.099,00 (Quinze mil e noventa e nove  
reais).

PROGRAMA: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 20/10/2014 A 19/10/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.



**HOMOLOGAÇÃO PP38/2014 SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2014 - PR</b>  Processo Administrativo: 51/2014 Processo de Licitação: 51/2014 Data do Processo: 03/09/2014
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 51/2014  
b ) Licitação Nr.: 38/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 20/10/2014  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE QUADROS DE COMANDO PARA INSTALAÇÃO NAS EATs 004 E 022, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP.ELET.LTDA (6011)**

2 QUADRO DE COMANDO DE MOTORES 1900MM X 1200MM X 600MM. QCM PARA AÇIONAR, PROTEGER E VARIAR A VELOCIDADE DE MOTOR TRIFÁSICO, POTÊNCIA 100 CV, IN 140 AMPERES, TENSÃO DE FASE 380 VCA.TENSÃO DE COMANDO 220V, FREQUENCIA 60HZ. O SISTEMA DE PARTIDA DEVERA SER ATRAVES DE CONVERSOR DE FREQUENCIA A FIM DE CONTROLAR A VELOCIDADE DO MOTOR CONFORME SINAL DE 4 A 20 MA RECEBIDO DE UM TRANSDUTOR DE PRESSAO. UM CONVERSOR DE FREQUENCIA PARA CADA MOTOR, TOTAL DOIS MOTORES. LIQUIDO A SER BOMBÉADO.ÁGUA. QCM A SER INSTALADO NA EAT 004 NOVA - JOAÇABA/SC CONVERSOR DE REFERENCIA - WEG - MODELO CFW 11 CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO. - Marca: AUTOMATIC	PÇ	1,00	0,0000	64.975,00	64.975,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 64.975,00**

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: 51/2014 Processo de Licitação: 51/2014 Data do Processo: 03/09/2014

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****INOVATEC SERVIÇOS EM ELETRICIDADE LTDA - ME (8185)**

1	QUADRO DE COMANDO DE MOTORES MEDINDO 1700MM X 800MM X 400MM. QCM DEVERÁ SER DIMENSIONADO PARA ACIONAR E PROTEGER MOTOR TRIFÁSICO, POTÊNCIA 05 CV, CORRENTE DE 7,5 AMPERES, 380 VCA, TENSÃO DE COMANDO 220VCA, TENSÃO DE FORÇA 380 V, FREQUENCIA 60HZ, COM CORREÇÃO DE FATOR DE POTENCIA CONFORME NORMA DA CONCESSIONARIA. A PARTIDA DEVERÁ SER ATRAVES DE CHAVE ESTATICA, UMA CHAVE PARA CADA MOTOR, TOTAL DOIS GRUPOS MOTOR BOMBA. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO. LIQUIDO A SER BOMBEADO: AGUA TRATADA QCM A SER INSTALADO NA EAT 022 - BAIRRO FREI BRUNO - JOAÇABA SOFT START DE REFERENCIA - WEG SSW 006. - Marca: INOVATEC	PÇ	1,00	0,0000	15.099,00	15.099,00
---	--	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 15.099,00

Total Geral: 80.074,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 612.934,85

---

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente



# Lages

## PREFEITURA

### Extrato 5º Termo Aditivo Contrato 284/2012

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 284/2012 - 5º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - Lages/SC - cep: 88.501-170 - fone:32262327.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal), no Bairro da Várzea nesta cidade.

DO ACRESCIMO AO OBJETO CONTRATUAL

Ficam acrescidos ao objeto contratual os serviços complementares descritos na planilha confeccionada pelo Engenheiro Fiscal Sr. Charlston Drehmer, em apenso, em conformidade com a solicitação da Secretária Municipal da Educação, com parecer favorável da Secretaria Municipal da Fazenda e Procuradoria Geral do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelos serviços deste aditivo é R\$ 155.804,02 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e quatro reais e dois centavos).

Lages 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 17/2014 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

1º ADITIVO AO CONTRATO: 17/2014 - SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 81.706.251/0001-98, estabelecida na Rua Prof. Leônidas Ferreira da Costa, 847 - Bairro Parolin, CEP: 80220-410 - Curitiba/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

De acordo com solicitação através da empresa fornecedora, e Parecer da Secretaria Municipal da Fazenda e Procuradoria Geral, ADITA-SE, de acordo com o realinhamento, o valor unitário do seguinte item:

Ceftriaxona Dissódica hemieptaidratada 1g sol inj - Marca: NOVA-FARMA - 4,80 (quatro reais e oitenta centavos)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages, SC.

### EXTRATO CONTRATO 203/2014 - FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 203/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ZOOM TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 06.105.781/0001-65 com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagan, 222 - Sala 2 CEP 88132-256 - Palhoça/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 46/2014 aberto em 16/10/2014 e homologado em 16/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo SASEADLA, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 157.290,00 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato 202/2014 - FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 202/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ n.º 08.234.845/0001-53, com sede a Rua: Amazonas, nº 540, Apto 301, Bairro São Cristóvão. CEP 89.509-210 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 46/2014 aberto em 16/10/2014 e homologado em 16/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo SASEADLA, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.310,00 (cinco mil, trezentos e dez reais)



Lages, 17 de Outubro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 201/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 201/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: NETIFICADOS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 04.971.376/0001-02, com sede Rua Brasília 404 - Bairro São Cristóvão - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 46/2014 aberto em 16/10/2014 e homologado em 16/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo SASEADLA, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 18.999,00 (dezoito mil, novecentos e noventa e nove reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 200/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 200/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: MICROCABLE SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.101.531/0001-73, com sede a Avenida Duque de Caxias 1540, Bairro Frei Rogério, CEP 88508-001, na cidade de Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 46/2014 aberto em 16/10/2014 e homologado em 16/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo SASEADLA, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 199/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 199/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: IMPÉRIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPÉIS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 20.081.724/0001-14, com sede a Rua Aderbal de Oliveira 136 - Centro, CEP 89.170-000 - Laurentino/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo SASEADLA, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 198/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 198/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: GISIANE MATILDE VIEIRA ME, inscrita no CNPJ n.º 10.790.021/0001-01, com sede a Rua Francisca das Neves da Silva, 45 - Centro, CEP 88.385-000 - Penha/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 46/2014 aberto em 16/10/2014 e homologado em 16/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo SASEADLA, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo



nº 209, Centro, nesta cidade;  
2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;  
CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)  
O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 9.458,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato 224/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 224/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 10.567.214/0001-06, com sede a Rua Sebastião Furtado 101 - Sala - Centro CEP 88501-140 - Lages/SC. Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.102,50 (quatro mil, cento e dois reais e cinquenta centavos)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato 223/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 223/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: QUALYMEDIC E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 10.763.524/0001-98, com sede a Rua: Antônio Schoroeder, 960 - Ed. Jave Loja 03 CEP 88110-401 - Bairro Bela Vista II - São José/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de

Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato 222/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 222/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ n.º 08.234.845/0001-53, com sede a Rua: Amazonas, nº 540, Apto 301, Bairro São Cristóvão. CEP 89.509-210 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 6.030,00 (seis mil e trinta reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato 221/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 221/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: NORMELIA LOTTERMANN EPP, inscrita no CNPJ n.º 20.132.150/0001-66, com sede a Rua Planalto 2100 - CEP 98.910-000 - três de Maio/RS.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.584,00 (três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 220/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 220/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n.º 83.157.032/0001-22, com sede a Estrada da Boa Esperança, 1918 - Bairro Fundo Canoas, CEP: 89163-920 - Rio do Sul/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.765,94 (hum mil, setecentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 219/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 219/2014 SMS

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e

homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.900,00 (hum mil e novecentos reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 218/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 218/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 93.607.240/0001-30, com sede Rua Ricalde Marques, 115 - Bairro Jardim São Pedro CEP 91.040-280 - Porto Alegre/RS Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 23.798,75 (vinte e três mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal



**Extrato Contrato 217/2014 SMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 217/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: KLEBER MACHADO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 11.118.645/0001-40, com sede a Avenida Luiz de Camões. 939 - Sala 04, Coral CEP: 88523-000 Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.358,20 (hum mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 216/2014 SMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 216/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob nº 07.164.711/0001-40, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, 1595 - CEP: 88090-060 - Florianópolis/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 215/2014 SMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 215/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ESCOBRINQ LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 08.395.310/0001-64, estabelecida na Rua Edmundo Kock 1527 - Nereu Ramos, CEP 89265-260 - Jaraguá do Sul /SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8.560,45 (oito mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 214/2014 SMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 214/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LAGES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 13.598.570/0001-77, estabelecida na Avenida Dom Pedro II 829 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-000 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;



2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 213/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 213/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 18.258.209/0001-15, estabelecida na Rua Alberto Laureano Heini-ch, 50 - Passa Vinte - CEP 88132-230 - Palhoça/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.824,00 (quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 212/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 212/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ANDREIA LORENZI ME inscrita no CNPJ sob nº 17.189.700/0001-79, estabelecida na Rua Duque de Caxias, 2785 - Bairro Santo Antônio - CEP 95960-000 - Encantado/RS.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2.309,50 (dois mil, trezentos e nove reais e cinquenta centavos)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 211/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 211/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada da Boa Esperança, 2320 - Fundo Canoas, CEP 89163-554 - Rio do Sul/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2.555,94 (dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal



**Extrato Contrato 210/2014 SMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 210/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 11.405.384/0001-49 com sede a Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2049 - Lj 01 - Joana Darc, CEP 33400-000 - Lagoa Santa/MG.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2014, aberto em 02/10/2014 e homologado em 10/10/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para o centro de Atenção da Saúde da Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)

Lages, 17 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Lauro Muller****PREFEITURA****Decreto Nº 135/2014**

DECRETO Nº 135/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO NOVA

3.1.90.00.00.1163 - Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Total: R\$ 30.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação a se realizar na fonte de recursos 1163.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**Decreto Nº 136/2014**

DECRETO Nº 136/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 28.259,16 (Vinte e Oito Mil, Duzentos e Cinquenta e Nove Reais e Dezesseis Centavos) para reforço no seguinte item orçamentário:

09.02 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.011 - Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social



**DOTAÇÃO 179**

3.3.90.00.00.1188 - Aplicação Direta R\$ 28.259,16

Total: R\$ 28.259,16 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação verificado até o mês de Agosto de 2014 na fonte de recursos 1188 (SCFV).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**Decreto Nº 137/2014**

DECRETO Nº 137/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.374,57 (Hum Mil, Trezentos e Setenta e Quatro Reais e Cinquenta e Sete Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.019 - Merenda Escolar

**DOTAÇÃO NOVA**

3.3.90.00.00.1120 - Aplicação Direta R\$ 1.374,57

Total: R\$ 1.374,57 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 1120 (PNAE), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**Lebon Régis****PREFEITURA****Decreto Nº 084/2014**

DECRETO Nº 084/2014 - de 14 de outubro de 2014.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS TITULARES E SUPLENTE PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 11 §2º Lei Ordinária 1.272 de 13 de novembro 2008;

**DECRETA:**

Art. 1º. Nomeia membros titulares e suplentes representantes da organização governamental e Sociedade Civil para comporem o Conselho Municipal do Idoso o qual passa a ser composto pelos seguintes representantes:

I - ASAPREV - Associação dos Aposentados e Pensionistas de Lebon Régis:

Titular: Anice Veiga Silveira -

Suplente: Helene de Lurdes Dias

II - Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Débora Auerswald de Moraes - Vice Presidente

Suplente: Roseméri Furtado de Oliveira Scheffmacher

III - Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Mayra Paula Alves Paacheco - 1º Secretária

Suplente: Edinéia dos Santos

IV - Poder Legislativo:

Titular: Everaldo Kojikoski

Suplente: Grégory David

V - Pastoral do Idoso:

Titular: Isolde Reis

Suplente: Beloni Maitelli

VI - Associação da terceira Idade Nova Vida:

Titular: Germa Veiga De Oliveira

Suplente: Euclides Gomes

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Lebon Régis, 16 de outubro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 556/2014**

PORTARIA Nº 556 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

**CONTRATA FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),



**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR, JOSIANE RIBEIRO, para exercer o cargo de Professor Com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 13/10/2014, ficando a sua vaga vinculada a licença de Leoni Neusa Vezaro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de outubro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de outubro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**Portaria Nº 557/2014**

PORTARIA Nº 557 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

**EXONERA FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, LOURENÇO DA SILVA CAETANO, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 15/10/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de outubro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de outubro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**Portaria Nº 558/2014**

PORTARIA Nº 558 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

**CONCEDE LICENÇA A FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a funcionária CLAUDETE APARECIDA DE OLIVEIRA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Licença Sem Remuneração, a partir de 16/10/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de outubro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 16 de outubro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**Portaria Nº 559/2014**

PORTARIA Nº 559 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

**CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário DANIEL BARROS GARCIA HERNANDES, Médico, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS) referente período aquisitivo 07/01/2013 á 06/01/2014, cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 20/10/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de outubro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 20 de outubro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**Portaria Nº 560/2014**

PORTARIA Nº 560 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

**CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO**

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário JUCELINO ALVES DE SOUZA, Vigia, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, LICENÇA PREMIO (18 DIAS) referente período aquisitivo 01/01/2012 á 31/12/2012, cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 20/10/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de outubro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal



Publicada em 20 de outubro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

### Decreto Nº 081/2014

DECRETO Nº 081/2014 - de 06 de outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	50	4	122	002	2.10	3190	0.1.00	83.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	0	83.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Lebon Régis, 06 de outubro de 2014.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### Decisão Final - Concessão de Direito Real de Uso - Edital N.º 001/2014

EDITAL N.º 001/2014

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESCOLAS ISOLADAS DESATIVADAS

#### DECISÃO FINAL

A Comissão de Seleção para Concessão de Direito real de Uso dos Imóveis Públicos Municipais, nomeada pela Portaria n.º 118, de 12 de setembro de 2014, tendo em vista as inscrições protocoladas, juntamente com todos os documentos exigidos no Edital n.º 001/2014, aprovado pelo Decreto n.º 088, de 15 de setembro de 2014, DECIDE aprovar como Beneficiários da Concessão de Direito Real de Uso das Escolas Isoladas, os candidatos abaixo mencionados, eis que respeitada a ordem de prioridade prevista pela Lei Municipal n.º 1.088, de 11 de setembro de 2014, e preenchidos todos os requisitos legais, conforme segue:

- Elpídio Rafael Franzen, portador do CPF n.º 064.104.219-15, beneficiário da Escola Isolada "Rafael Franzen", na condição de antigo proprietário do terreno.

- Maria Isabel de Souza, portadora do CPF n.º 845.641.309-78, beneficiária da Escola Isolada "Rio Janzen", na condição de antiga proprietária do terreno.

Encaminhe-se para o Gabinete da Prefeita, para que se tomem as devidas providências.

Leoberto Leal, 06 de outubro de 2014.

Silvânia Capistrano Lopes  
Presidente

Rejane Kuster  
Secretária

Gian Carlos Knaul  
membro



# Luzerna

## PREFEITURA

### Portaria 128/14

PORTARIA Nº 128/14 de 08 de outubro de 2014.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.7º, inciso XVIII, da Constituição Federal,

#### RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO À SÔNIA DE JESUS DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 01, Classe "A", 44 horas semanais, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 08 de outubro de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de outubro de 2014.

Luzerna(SC), 08 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### PORTARIA 129/14

PORTARIA Nº 129/14 de 20 de outubro de 2014.

"PRORROGA LICENÇA GESTAÇÃO CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009,

#### RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, nos termos do art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora CLAUDIANA FÁTIMA SANTINI, Professora, Nível III, Classe "C", 20 horas semanais, no Ensino Fundamental, a partir de 21 de outubro de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de outubro de 2014.

Luzerna(SC), 20 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PL 120/2014 - PR 072/2014 - TRANSPORTE ESCOLAR - PML

AVISO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório nº 120/2014

Pregão nº 072/2014

O Município de Luzerna torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial nº 072/2014, cujo objeto é "a contratação de serviço de transporte escolar de alunos do ensino infantil,

fundamental e médio da rede de ensino para o ano letivo 2015 conforme itinerário/percursos e especificações estabelecida no presente Edital e Anexos."

1) Suprimir o item 5.6 e 5.6.1:

5.6. Nos termos do art. 4.º, inciso X, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, para verificação dos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital, deverão as licitantes apresentar juntamente com a proposta de preços a Autorização para Transporte Coletivo de Escolares, emitida pelo DETRAN e em vigência na data da abertura dos envelopes;

5.6.1 - Caso a proponente deixe de apresentar o documento exigido no item 5.6 deste edital, a proposta da empresa licitante será desclassificada e não participará da fase de lances;

2) Incluir ao item 6.1.1 a alínea "h":

h) Autorização para Transporte Coletivo de Escolares, emitida pelo DETRAN e em vigência na data da assinatura do contrato;

3) As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Luzerna (SC), 17 de outubro de 2014.

Moises Diersmann

Prefeito

### PL 124/2014 - PP 074/2014 - ARBITRAGEM - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 124/2014 - PML

Pregão Presencial nº 074/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preços a contratação de empresa especializada para a realização de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e em observância as normas constantes no Anexo I deste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08 horas do dia 29 de outubro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 29 de outubro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.



**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 17.10.2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 17/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.616,44
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.616,44
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.616,44
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	969,86
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	646,58

Luzerna, 20/10/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



# Mafra

## PREFEITURA

### Aviso de Penalidade

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
AVISO DE PENALIDADE

A Prefeitura Municipal de Mafra - Santa Catarina aplica a DETONAÇÃO E PERFURAÇÃO PHD, CNPJ nº 06.099.381/0001-94 a penalidade de declaração de inidoneidade, com base no art. 87 da Lei nº 8.666/93, pelo período de 02 anos, a contar desta publicação. A penalidade é resultado da apuração de irregularidades ocorridas No Processo Licitatório nº039/2014; pregão presencial - registro de preços nº 014/2014; de acordo com parecer jurídico nº 826/2014.

Mafra, (SC) 20 de outubro de 2014.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

### Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº 003/2013 - Termo de Convocação Nº 15

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2013 - TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 15

O Prefeito do Município de Mafra-SC e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005, Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 003/2013 desta Municipalidade, a comparecer no Endereço a seguir:

Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12- (Prédio da Prefeitura Municipal de Mafra- SC), no Departamento de Recursos Humanos e Qualidade, no dia 23 de outubro de 2014, às 08h00min.

### RELAÇÃO DE VAGAS

1.) Área de Atuação: Educação Infantil  
Professores (Habilitados e Não Habilitados)  
Disciplina/ Série /Turma: Jardim I  
Vaga: 40 horas ou 2 (duas vagas) de 20 horas, matutino e vespertino.  
Local: CEIM "Günter Werner"  
Obs.: Atuar até o dia 19/12/2014, na substituição de professor em Férias.

2.) Área de Atuação: Alfabetização  
Professores (Habilitados e Não Habilitados)  
Disciplina/ Série /Turma: Jardim I  
Vaga: 40 horas ou 2 (duas vagas) de 20 horas, matutino e vespertino.  
Local: CEIM "Breno Cauan Garcia"  
Obs.: Atuar até o dia 19/12/2014, na substituição de professor em Licença Prêmio.

6.) Área de Atuação: Educação Infantil  
Professores (Habilitados e Não Habilitados)  
Disciplina/ Série /Turma: Educação Física  
Vaga: 05 horas, matutino e vespertino.

Local: CEIM "Breno Cauan Garcia"

Obs.: Atuar até o dia 19/12/14, na substituição de professor em Licença Prêmio.

### SEQUENCIA DE ESCOLHA APÓS A CONVOCAÇÃO DO EDITAL Nº 14

Cargo: 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)		
sequencia	Insc.	candidato
1.	0328	ANDREA MODEL
2.	0305	ANNIE GABRIELI SILVEIRA CAETANO
3.	0300	HEDERLY MIRIANE INGLES
4.	0172	ZENILDA MARTINS CORREA
5.	0308	JULIANA FERNANDA PATZSCH
6.	0150	JESSICA AUGUSTIN
7.	0375	ROSIMEIRE ROCHA
8.	0435	MARIA CAROLINA DOS SANTOS
9.	0040	MARGARETE BUBA SAIBOTH
10.	0111	CRISTIANE SCHELBAUER
11.	0334	ANDRESSA SIMONILZA DE LIMA
12.	0179	CLAUDIA BECKER CORDEIRO
13.	0065	BARBARA LOUISE BAUER
14.	0260	LAURICI DAVID
15.	0026	CAMILA GAISSLER MULLER DO NASCIMENTO
16.	0302	MARCIA LOPATA MACHADO FAGUNDES
17.	0383	RUBIANE CAROLINE BECKER
18.	0354	MARIA DE JESUS DE ANDRADE
19.	0463	IVANA CRISTIANE DE ALBUQUERQUE
20.	0196	ALESANDRA CARDOSO DE OLIVEIRA
21.	0177	ALINE BASSANI CARPEN
22.	0120	CARLA TATIANA BINNECK
23.	0270	JAINE DE OLIVEIRA PALHANO
24.	0294	MISAEAL XAVIER PAES
25.	0359	ROSÂNGELA APARECIDA DE VILLE
26.	0173	JOSANE APARECIDA MARTINS CORREA
27.	0344	NAYARA HULIANE WITT
28.	0031	KETLYN HINKEL CARVALHO
29.	0366	ELEANDRA DE MORAES STECLAN

Cargo: 05. Professor Educação Infantil (habilitado)		
sequencia	Insc.	candidato
30.	0430	ALESSANDRA MARIA PASDIOIRA
31.	0316	CLAUDIA SABATKE MACHOWSKI
32.	0013	FRANCISCO KONIG NETO
33.	0212	FABIANA MARIA SCHWEIGERT LARA
34.	0186	SUELEN DE OLIVEIRA
35.	0098	ANGELA STOEBEL WITT
36.	0277	NEILA REGINA CAMPOS BRIZOLLA
37.	0080	ANA FRANCELIN DE OLIVEIRA
38.	0353	ALINY BRUNA ALVES
39.	0238	SILVANA FERREIRA LOURENÇO
40.	0336	SIMONE FERRARI DOS SANTOS
41.	0309	NEIDE APARECIDA RIALTO PINTO
42.	0335	SIMONE KELLY RANKEL
43.	0216	KALYNCA TEIXEIRA LISBOA
44.	0045	GISELLE MARIA RODRIGUES CARDOSO WENDT
45.	0181	MARCIA BARUFFI
46.	0371	ANA PAULA DRANKA TASCHEK
47.	0461	JORDANA NELITA KUSS



48.	0167	VANUZA PIAZ CORREIA DE SIQUEIRA
49.	0333	EDILVENE CANHA PSCHIEDT
50.	0389	CARINA ALTMANN
51.	0250	CLAUDETE DOARTES FLORES
52.	0050	VALDIRENE DO ROCIO GOMES SIQUEIRA HAABEN
53.	0158	MARLI COMOCHINA
54.	0481	ELENA RODRIGUES
55.	0188	RENATA MAÇANEIRO
56.	0234	HELLIN MARIA FERREIRA DAS CHAGAS
57.	0400	AURICIANE KMIECIK
58.	0239	MARISA GROSSEL
59.	0174	JUVILIANE ENEYDE GUTSTEN PADILHA
60.	0449	DAYANE CRISTINE ALVES
61.	0067	SOLANGE BROZOSKI BONETTES
62.	0219	KARINE TEIXEIRA LISBOA ROCHA
63.	0170	VANIA TERESINHA SCHUPPEL
64.	0165	VERONICA APARECIDA KAMERS
65.	0485	KÊNIA REGINA PRECISO
66.	0086	NATHALIE CAROLINE PLONKOSKI GRUBER
67.	0025	LUCÉLIAALVES
68.	0085	ROSILANE SILVA RIBEIRO
69.	0049	SALETE IANDARA MARTIN ESTEFANI ESTEFANO
70.	0087	CRISTIANE MARIA LIEBL
71.	0275	SIMONI DE CHAVES RIBEIRO
72.	0340	FRANCIELE APARECIDA DE LIMA MARX
73.	0332	CRISTINA MACHADO
74.	0156	MARIA DE LOURDES MORETO ELIAS
75.	0159	ANDRESSA ZIELINSKI
76.	0118	ANDRÉA ZIMKOWICZ REIMÃO DE MELLO
77.	0137	MARIA CRISTIANE SENA
78.	0478	ANIELI DE SOUZA LUZ
79.	0047	BIANCA MUNSTER
80.	0100	JANAINA PAOLA RAMOS SEIDEL
81.	0243	ANA PAULA SCHELBAUER
82.	0292	ANA KRUCZKEVICZ

## Cargo: 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
83.	0405	CLAUDIA VERIDIANE MARTINELLI
84.	0106	MARISA PROCHERA RODRIGUES
85.	0145	DÉBORA STOEBERL FIDELES FERREIRA
86.	0425	ALINE SIQUEIRA
87.	0274	MARIA HELENA KALATAY SCARDANZAN
88.	0267	DAIANE CRISTINA CARVALHO WILLE
89.	0476	DANIELI KUSTER DE CAMARGO
90.	0014	JOZIANE AP URBANEK CHABLESKI
91.	0457	ELISANGELA PEREIRA
92.	0217	JÉSSICA CAROLINE STEPHANE KACHEL
93.	0044	GLACI PLACIDO FARIAS
94.	0387	GISELDA FRANCO DOS SANTOS BASTOS
95.	0070	MIRIAN PEREIRA DE SOUZA

## Cargo: 11. Professor Educação Física (habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
1.	0247	JULIANA SCHAFACHECK
2.	0160	FERNANDA VALÉRIO
3.	0394	RUBIAN MAITÊ SCHAFACHEK WENGRNOVSKI
4.	0442	LEANDRO GASPAR
5.	0482	DANIELI CRISTINE TORRES PEREIRA
6.	0418	KAMILA KRAJEWSKY
7.	0445	ANDREI RAUEN
8.	0183	ANA PAULA PLAUTZ KUHNE
9.	0421	DIOGO CISCZEWSKI
10.	0235	ALEXON VILARINO
11.	0082	ALINE ZIPPERER
12.	0062	JOSE LUIS CARVALHO
13.	0036	ADENISE DAMIANA RIBOVSKI DA SILVEIRA
14.	0135	ELLEN KARINE BOICO

## Cargo: 12. Professor Educação Física (não-habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
15.	0304	ALAN CLEVERSON DE LIMA
16.	0356	ELDER RENAN BATISTA
17.	0450	MAILSON CEZAR HEIDEN GLONEK JUNKES
18.	0329	JANAINA DOS SANTOS
19.	0293	KELVIN SCHAFACHECK
20.	0413	LUANA KANOPKA

## Cargo: 11. Professor Educação Física (habilitado)

sequencia	Insc.	candidato
21.	0162	JULIO CESAR XAVIER
22.	0382	DIULIANA APARECIDA RUTHES
23.	0364	LUIZ EDUARDO PETREÇA
24.	0032	MOYSES MATHEUS CORREA

O Candidato Classificado que não se apresentar no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, da Prefeitura Municipal de Mafra, sito à Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12, no dia 23 de outubro, às 08h00min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 20 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito do Município de Mafra

Tadeu David Geronasso

Secretário Municipal de Administração

### Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 171/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de tubos para coleta de sangue, destinados ao Programa HIV/ AIDS, através do Fundo



Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 03/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 20 de outubro de 2014.  
Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de construção destinados a Secretaria Municipal da Criança e Ação Social, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 04/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 20 de outubro de 2014.  
Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de colchões, roupas de cama e banho, destinados a Educação Infantil, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 05/11/2014,

hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 20 de outubro de 2014.  
Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de expediente destinados as Unidades Básicas de Saúde, CAPS, ESFs da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 06/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 20 de outubro de 2014.  
Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames laboratoriais de análises clínicas para ginecologia e obstetrícia, ao preço tabela SUS, destinados às gestantes das Unidades de Saúde do Município. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 21 de outubro de 2014 até o dia 20 de novembro de 2014, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.



Mafra (SC), 20 de outubro de 2014.  
Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de material de vestuário, destinado o pessoal da agência de inteligência da Polícia Militar, através do FUMMPOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 10/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 20 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

**NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2014  
(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS aquisição de um caminhão novo 0 km, aprovado pelo COMSAB, com recursos do FUMSAB, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 11/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 20 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil  
Pregoeiro Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

**Decreto 110/2014**

DECRETO Nº 110 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A SERVIDORA MARIA JURACI MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Maria Juraci Machado;  
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho a servidora;  
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;  
Considerando, o parecer administrativo nº 006/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;  
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Maria Juraci Machado;  
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

**DECRETA:**

Art.1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 03 de Outubro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez da servidora MARIA JURACI MACHADO, brasileira, nascida em 26 de Junho de 1957, portadora do CPF nº 416.326.219-91, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 669.

Art.2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 006/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez com o valor de R\$ 842,40 (oitocentos e quarenta e dois reais, quarenta centavos), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria da servidora, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez da servidora homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art.3º Exonera a servidora Maria Juraci Machado, brasileira, nascida em 26 de Junho de 1957, portadora do CPF nº 416.326.219-91, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 669, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art.4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Outubro de 2014.  
Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 20 de Outubro de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração



**DECRETO 111/2014**

DECRETO Nº 111 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR LÉO VAZ BATISTA DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Léo Vaz Batista dos Santos;  
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;  
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;  
Considerando, o parecer administrativo nº 009/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;  
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Léo Vaz Batista dos Santos;  
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

**DECRETA:**

Art.1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 10 de Outubro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez do servidor LÉO VAZ BATISTA DOS SANTOS, brasileiro, nascido em 21 de Abril de 1947, portadora do CPF nº 104.727.629-15, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, matrícula nº 305.

Art.2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 009/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez com o valor de R\$ 1.228,00 (um mil, duzentos e vinte e oito reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art.3º Exonera o servidor Léo Vaz Batista dos Santos, brasileiro, nascido em 21 de Abril de 1947, portadora do CPF nº 104.727.629-15, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, matrícula nº 305, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art.4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Outubro de 2014.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 20 de Outubro de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**DECRETO 112/2014**

DECRETO Nº 112 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR ANILTON ANTONIO INÁCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Anilton Antônio Inácio;  
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;  
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;  
Considerando, o parecer administrativo nº 004/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;  
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Anilton Antonio Inácio;  
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

**DECRETA:**

Art.1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 03 de Outubro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez do servidor ANILTON ANTONIO INÁCIO, brasileiro, nascido em 03 de Julho de 1949, portador do CPF nº 212.314.860-15, ocupante do cargo de Carpinteiro, matrícula nº 687.

Art.2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 004/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez com o valor de R\$ 815,20 (oitocentos e quinze reais, vinte centavos), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art.3º Exonera o servidor Anilton Antonio Inácio, brasileiro, nascido em 03 de Julho de 1949, portadora do CPF nº 212.314.860-15, ocupante do cargo de Carpinteiro, matrícula nº 687, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art.4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Outubro de 2014.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 20 de Outubro de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração



# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto Nº 134/2014

DECRETO Nº 134, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Abre Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 65.101,24 (sessenta e cinco mil, cento e um reais e vinte e quatro centavos) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

04.03 - Departamento da Cultura

13 - Cultura

13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

13.391.0009 - Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009.1.121 - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 65.101,24

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Convênio nº 728551/2009-MI, objetivando a construção de um Centro de Eventos, celebrado com o Governo Federal, tendo como objeto: Aquisição de equipamentos e veículo, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 - Receitas de Capital

2400.00.00 - Transferência de Capital

2420.00.00 - Transferências Intergovernamentais

2421.00.00 - Transferências da União

2421.99.00 - Outras Transferências da União

Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros R\$ 65.101,24

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de outubro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto Nº 135/2014

DECRETO Nº 135, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Aprova loteamento denominado "IMPERATRIZ" e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o Loteamento denominado "IMPERATRIZ", de propriedade de Poli Imóveis Empreendimentos Imobiliários Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 16.743.137/0001-76, com sede na Avenida Padre Antônio, nº 45, Sala 01, Centro, no Município de Maravilha/SC.

Art. 2º O imóvel onde está implantado o Loteamento "IMPERATRIZ" é o seguinte: Chácara urbana nº (16), com a área de (21.420,00 m²) e Parte da Chácara urbana nº (17), com a área de (20.439,00 m²) situadas no Bairro Padre Antônio, na Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, perfazendo área total de "quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e nove metros quadrados" (41.859,00 m²), sem benfeitorias, com as confrontações constantes da Matrícula nº 18.733, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento "IMPERATRIZ", o imóvel objeto da Matrícula nº 18.733, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com a área de 41.859,00 m², será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

A área de (41.859,00 m²) que constitui o Loteamento denominado "IMPERATRIZ", será composta de 3 (três) quadras, estas divididas em 48 (quarenta e oito) Lotes Urbanos, assim constituídos:

	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m²	Total em m²
	1	2	4.049,92	
	2	22	9.654,57	
	3	24	14.823,19	
Total	3	48	28.527,68	28.527,68
	Área das vias de circulação 13.331,32			
	Total da área loteada (área de matrícula 18.733) 41.859,00			

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "IMPERATRIZ", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Rua José de Anchieta, com 16,00 metros de largura.  
Rua 1º de Maio, com 16,00 metros de largura.  
Rua São Luiz, com 16,00 metros de largura.

Projetada: Travessa Balbino Schuh, com 12,00 metros de largura.

Direcionamento das Vias de Circulação:

- Norte - Sul: Travessa Balbino Schuh, Rua São Luiz e Rua 1º de Maio.  
- Leste - Oeste: Rua José de Anchieta.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal a área de "vinte e um mil, duzentos e sessenta e oito metros e noventa centímetros quadrados (21.268,90 m²)", correspondente a 50,8108172% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento, sendo:



## Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação		
Ruas e Travessa	13.331,32	31,8481569
Área Verde		
-Lote Urbano nº 15, Quadra nº 3	3.887,66	9,2875128
Área de APP		
-Lote Urbano nº 2, Quadra nº 1	2.589,29	6,1857426
Área Institucional		
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 1 (Equipamento Público)	1.460,63	3,4894049
Totais	21.268,90	50,8108172%
Percentual Total da Área Loteada = 50,8108172%		

Art. 6º A área loteada destina-se a uma Zona Predominantemente Residencial, devendo ser, nas edificações, observada a legislação municipal que disciplina o assunto.

Art. 7º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 20 de outubro de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI  
Sec. Planej. Adm e Fazenda

**DECRETO Nº 136/2014**

DECRETO Nº 136, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre férias coletivas e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto determinado Férias Coletivas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no período de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015.

Art. 2º O referido Serviço manterá plantão de atendimento pelo telefone (49) 8832-2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Maravilha - SC, 20 de outubro de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Meleiro****PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 079/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 079/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 04/11/2014, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 079/2014, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP EM SISTEMA PÓS PAGO E FORNECIMENTO DE 60 (sessenta) ACESSOS MÓVEIS COM APARELHOS EM COMODATO PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048)-3537-8400.

Meleiro/SC, 20 de outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal



# Modelo

## PREFEITURA

### Decreto Nº 275/2014

DECRETO MUNICIPAL Nº 275/2014 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município de Modelo SC, demais disposições legais e,

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente a

Assistência Social a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

- Marizete Maria Floss e Patrícia Jomertz Machado, representando o Departamento Municipal de Assistência Social;
- Elizangela Neu, Bárbara Baron e Alidiane Zamprogna, representando a Secretaria Municipal de Saúde;
- Jussane Frandoloso, Eliane Chaves e Marinês Amaral, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Fabricio Eberhardt, representando o Departamento de Esportes;
- Valter Rubens Cesco e Loraci Bellaver, representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Carine Brunetto, Lúcia Euzébio e Sirlei Konzen, representando o Conselho Tutelar;

- Eliana Kothe e Nádia Deotti Albani, representando a Escola Especial Mundinho Feliz de Modelo-SC;
- Vilmar Kreuzberg, representando o Corpo de Bombeiros;
- Luiz Carlos Staudt, representando a Polícia Militar;
- Paulo Luiz dos Santos, representando a Polícia Civil;
- Joani Wincker, representando a Escola Estadual de Educação Básica Dom Helder Câmara.

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 18 novembro de 2014. Parágrafo Único: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Modelo SC, aos 20 de outubro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller  
Contadora



**Portaria Nº 154/2014**

PORTARIA Nº 0154/2014 de 20.10.2014.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBIO SCHILD FILHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus conforme requerido, de acordo com recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Albio Schild Filho	02.04.2013 a 01.04.2014	20.10.2014 a 29.10.2014 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 20 de outubro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº014/2014**

Processo Licitatório nº. 1183/2014 da Modalidade Pregão com o nº. 038/2014

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.014/2014****CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Modelo e a empresa LIGHT NIGHT MATERIAIS ELÉTRICOS E MANUTENÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.419.210/0001-23, aqui representada por seu representante legal, Sr. MIGUEL ANGELO FREY, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 031/2014, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPONENTE ELETRO/ELETRÔNICO LUMINÁRIA DE LED 100W, PARA MELHORAMENTO DA ILUMINAÇÃO EM LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO. Sendo:

Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
COMPONENTE ELETRO/ELETRÔNICO, LUMINÁRIA DE LED 100W. Características elétricas: Bivolt automática; Fonte de energia com controle de corrente em malha fechada; Consumo nominal de 100W; Alto fator de potência - superior a 0,96; Sistema de aterramento; Proteção contra surtos de tensão na rede elétrica; Fusível de proteção; Funcionamento com luminosidade total imediata após retorno de fornecimento de energia; Super Led (COB led, led array), com Fluxo luminoso de 10.800 lúmens; Temperatura média de cor 6000K (branco neutro); Led com vida útil de 50.000 hs; Características mecânicas: Estrutura em chapa de inox 430 escovado, resistente a intemperes; IP 65; Sistema de dissipação de calor em perfil de alumínio extrudado; Lente de proteção em vidro temperado; Refletor interno em Inox espelhado; Sistema de fixação por parafusos através de suporte direcionador em chapa dobrada de aço 1020 zincado a fogo.	Z-LIGHT	UN	35	1040,00	36.400,00

Nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 7.892/13; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do decreto nº 3.722/01; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas. Sendo:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de Modelo não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS**

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será (ao) pago(s) na possível Contratação de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÓ DE BRITA PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, especificado(s) no Clausula Primeira desta ata de registro de preços.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital



referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto deverá ser realizada nos locais informados pela Secretaria/Departamento solicitante do serviço, de IMEDIATO do recebimento do pedido, mediante apresentação de Ordem de Compra fornecida pelo responsável do Setor, não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito.

Imediatamente após a entrega dos produtos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos produtos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes da cláusula sétima e seus subitens.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Após o recebimento do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, o pagamento será efetuado pelo Município de Modelo conforme Ordem Cronológica de Pagamentos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita (m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da

Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;

b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou Diário Oficial dos Municípios.

#### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 031/2014 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Modelo, SC 20 de OUTUBRO de 2014.

Ricardo Luis Maldaner LIGHT NIGHT MAT. ELÉTR E MANUT. LTDA  
Prefeito Municipal Representante Legal: Miguel Angelo Frey

#### DECRETO Nº 276/2014

DECRETO Nº 0276/2014 DE 20.10.2014.

RESCINDE CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DE SERVIDORA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.593/2005, 1.960/2010, 2.132/2014, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido o contrato ACT - Admissão em Caráter Temporário, da Sra. THAIS SANGALLI, matrícula nº 2124-5, portadora do CPF nº 069.327.489-16, das funções do cargo de Médico PSF ACT deste município de Modelo/SC, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 20 de outubro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

### DECRETO Nº 277/2014

Decreto nº 277/2014 de 20/10/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1183/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1183/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPONENTE ELETRO/ELETRÔNICO LUMINÁRIA DE LED 100W, PARA MELHORAMENTO DA ILUMINAÇÃO EM LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO., adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	36.750,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 20 de outubro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN  
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

### DECRETO Nº 278/2014

Decreto nº 278/2014 de 20/10/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1233/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1233/2014,

Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA DAR CONTINUIDADE AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, adjudicado a favor das empresas:

Empresa	Valor Total Homologado
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	6.852,04
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	2.895,80
SCS COMERCIO LTDA	3.632,30

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 20 de outubro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN  
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

### RESOLUÇÃO Nº 019/2014

RESOLUÇÃO Nº 019/2014 DE 20/10/14

DISPÕE SOBRE RESOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0326/2014, ADJUDICA O OBJETO DA LICITAÇÃO AO PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Márcia Terezinha Jacoby, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

RESOLVE:

ART. 1º. - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 0326/2014, Modalidade Pregão e n.º 012/2014, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º. - Fica adjudicado o objeto A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS E ATENDIMENTO AMBULATORIAIS NA ÁREA MÉDICA PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DO MUNICÍPIO DE MODELO-SC, COMPREENDENDO AO ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA NOS DIAS ÚTEIS, DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:30 ÀS 17:30 E ATENDIMENTO DE SOBRE AVISO A POPULAÇÃO DE MODELO DAS 07:00 ÀS 19:00 HORAS QUE SERÁ REALIZADO NO HOSPITAL CONVENIADO ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO. , adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Adjudicado
CLINICA MÉDICA SCHNEIDER E SANGALI S/S LTDA	52.066,66

ART. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrado e publicado na data supra:



Modelo SC, Segunda-Feira aos 20 de outubro de 2014.  
MARCIA TEREZINHA JACOBY  
Gestora FMS

ADILSON CESAR BRAUN  
Chefe de Dpto. de Compras e Licitações

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2014 FMS**

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE MODELO

Processo Licitatório n. 326/2014

Contrato Administrativo n. 028/2014 FMS

Contratada: CLINICA MÉDICA SCHNEIDER E SANGALI S/S LTDA

Valor: R\$ 52.066,66

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial n. 012/2014 FMS, para A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS E ATENDIMENTO AMBULATORIAIS NA ÁREA MÉDICA PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DO MUNICÍPIO DE MODELO-SC, COMPREENDENDO AO ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA NOS DIAS ÚTEIS, DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:30 ÀS 17:30 E ATENDIMENTO DE SOBRE AVISO A POPULAÇÃO DE MODELO DAS 07:00 ÀS 19:00 HORAS QUE SERÁ REALIZADO NO HOSPITAL CONVENIADO ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO.

Modelo (SC), 20 de Outubro de 2014.  
MARCIA TERESINHA JACOBY  
Gestora FMS

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### **Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 016/2014**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 016/2014.PARTÍCIPIES. O Estado de Santa Catarina. Através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Morro da Fumaça. OBJETO: Cessão do veículo marca FIAT, modelo STRADA WORKING CD, tipo UTILITÁRIO, combustível gasolina, ano/modelo 2013/2014, cor vermelha, chassi nº 9bd57834IE7765068, placa MLI 9922. VIGÊNCIA: 5 (cinco) ano a contar da data de assinatura. DATA: MORRO DA FUMAÇA, 13 de OUTUBRO de 2014. SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Agnaldo David Maccari, pelo Município.



# Navegantes

## PREFEITURA

### Recurso/Contrarrazão/Decisão - Orbenk/Asfag 189/2014 PMN

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2014 PMN

Aos 20 dias de outubro de 2014, às 10:15 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 918 de 19/02/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 189/2014, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC.

#### RECURSO - ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Em síntese, manifesta-se a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 79283065/0003-03, através de recurso datado de 15/10/2014 arguindo a reconsideração da decisão do pregoeiro que habilitou a empresa ASFAG LTDA ME.

Alega que a recorrente somente teve vistas franqueadas ( dia que tirou cópias ) dos autos no dia 10/10/2014 cita legislação.

Alega que a licitante ASFAG apresentou proposta assinada por apenas um dos sócios e que de acordo com o seu contrato social cláusula sétima um sócio não poderá assumir obrigação em nome da empresa, sem que haja a autorização do outro.

Pede deferimento.

#### CONTRARRAZÃO - ASFAG LTDA ME, CNPJ 03680516/0001-12

Protocolado em 17/10/2014

Alega que a Recorrente está em desacordo com o edital item 8.2 ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias consecutivos, e além de não apresentar síntese dos motivos protocolou seu recurso 6 (seis) dias após o termino da sessão.

Alega que a Recorrente faz-se representar apenas com figurante e depois usando de artifícios, tenta ganhar tempo transformando o ato licitatório em uma mera reunião formal onde se pode levar para casa a pauta de cada participante e analisar com tempo. Pede deferimento.

#### DECISÃO

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso ( ORBENK ), verificou que o mesmo foi protocolado intempestivamente.

Após verificação da peça, decide:

Julgar o presente recurso por Intempestivo uma vez que não foi atendido o prazo legal:

incisos XVIII a XXI, do Artigo 4º, da Lei 10.520/02, que tratam do recurso:

"XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos

Note que o artigo 4º é claro ao mencionar que o qualquer licitante poderá manifestar recurso imediata e MOTIVADAMENTE a intenção de recorrer, o que não ocorreu na sessão do dia 09/10/2014

inclusive quando solicitado pelo pregoeiro qual seria a motivação do recurso o representante DIONERLI MOREIRA DA SILVA não sabia o que mencionar, vide ata autuada sob nº 304 do processo licitatório.

Ainda quanto à intempestividade do recurso, totalmente descabido o argumento de que o prazo deveria contar a partir do momento em que o recorrente obteve cópias do processo, mais uma vez o artigo 4º é claro ao mencionar que SERÁ CONCEDIDO O PRAZO DE 3 DIAS, INCLUSIVE SENDO-LHES ASSEGURADA VISTA IMEDIATA DOS AUTOS, os autos estavam disponíveis a TODOS os licitantes desde a primeira hora da sessão ( INCLUSIVE OS AUTOS FORAM ASSINADOS PELO REPRESENTANTE DA ORBENK) sendo que o prazo começou a correr desta sessão.

Mesmo por intempestivo o recurso o pregoeiro e a equipe de Apoio informam que caso o recurso fosse tempestivo o mesmo não teria base legal visto que a contrarrazão foi devidamente protocolada pela licitante ASFAG na qual se fez mediante assinatura de ambos sócios,

TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70048265078 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 23/04/2012

Ementa: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. PROPOSTA. FALTA DE ASSINATURA DO SÓCIO MINORITÁRIO. IRREGULARIDADE FORMAL. INABILITAÇÃO. DESCABIMENTO. RESGUARDO DO INTERESSE PÚBLICO. Assentando a inabilitação da licitante na ausência de assinatura do sócio minoritário na documentação apresentada, ainda que o contrato social contenha disposição no sentido de que a sociedade será administrada em conjunto pelos sócios, tal irregularidade restou substancialmente suprida pela interposição de recurso administrativo subscrito por ambos os sócios, cumprindo atentar para a menor relevância de falta...

Corroborando;

TJ-SP - Apelação APL 326200320118260577 SP 0032620-03.2011.8.26.0577 (TJ-SP)

Data de publicação: 03/10/2012

[...]. A assinatura única na proposta, de qualquer modo e no contexto da licitação, não configura irregularidade; mas, ainda que fosse, é irregularidade formal sanável que não justifica o alijamento da proposta mais vantajosa. Recurso da impetrante provido para conceder a segurança e afastar a inabilitação por falta de assinatura na proposta.

Desta forma não há que se falar em inabilitação;

Mantenha-se a habilitação da empresa ASFAG LTDA ME - CNPJ 03680516/0001-12

Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 20 de outubro de 2014.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

JOSEZITE DOS SANTOS

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



**ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS 13/2014 F.M.A.S. E AVISO DE FINALIZAÇÃO DA FASE DE COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS.**

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 F.M.A.S. E AVISO DE FINALIZAÇÃO DA FASE DE COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS.

EM RELAÇÃO AO ITEM 10 A EMPRESA COMERCIAL ROPAGI LTDA ME FOI REPROVADO, POIS A MESMA NÃO APRESENTOU AMOSTRA.

SEM MAIS ENCERRA-SE ASSIM A ETAPA DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS. DANDO CONTINUIDADE AO CERTAME.

Pregoeiro e equipe de apoio.

Navegantes 20 de outubro de 2014.

**DECRETO 687 ERRATA CONVOCA CONFERÊNCIA EXTRADORDINÁRIA DA CIDADE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n° 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

DECRETO Nº 687 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

CONVOCA A CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DA CIDADE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Extraordinária da Cidade, a ser realizada no dia 4 de dezembro de 2014, às 14h no Auditório Prefeito Athanásio Joaquim Rodrigues, anexo à Prefeitura de Navegantes, na Rua João Emílio, nº 100, Bairro Centro.

Art. 2º A Conferência Extraordinária da Cidade terá como objetivo a alteração do Código Urbanístico - Lei Complementar Municipal nº 55, de 22 de julho de 2008 - como condição obrigatória à sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 3º As Pré-Conferências serão realizadas no dia 4 de novembro de 2014, tendo como objetivos promover a qualificação do debate e a capacitação da população para a gestão democrática participativa do Município, através da discussão de questões de interesse público, e eleger delegados para a Conferência Extraordinária da Cidade, conforme Regimento específico.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária oriunda da Secretaria Municipal de Governo:

Projeto/Atividade: 2.011 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de outubro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



# Nova Trento

## PREFEITURA

### Portaria Nº 866/2014

PORTARIA Nº 866/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CF/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 599/2014 "C", que Prorrogou a Admissão em caráter Temporário, através do Ofício nº 234/2014, do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de 13/10/2014, do Servidor Público Municipal, NEANDRO SCHIEFLER, matrícula nº 6358, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 07 de setembro de 2014 a 05 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor NEANDRO SCHIEFLER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Vereador João Angelino Lopes Junior, nº 94, Bairro Centro, Município de Itajaí, portador do CPF nº 003.877.559-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 07 de setembro de 2014 a 05 de março de 2015, podendo ser reincidento antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Neandro Schiefler

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de setembro



de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:  
Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 867/2014**

PORTARIA Nº 867/ 2014  
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### **RESOLVE:**

EXONERAR o Servidor Público Municipal, NEANDRO SCHIEFLER, matrícula nº 6358, ocupante do cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de outubro de 2014, conforme Ofício nº 235/2014, do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, datado de 13/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de outubro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 868/2014**

PORTARIA Nº 868/ 2014  
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CF/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

#### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 599/2014 "A", que Prorrogou a Admissão em caráter Temporário, através do Ofício nº 234/2014, do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de 13/10/2014, do Servidor Público Municipal, MARCOS GONÇALVES JUNIOR, matrícula nº 6393, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 07 de setembro de 2014 a 05 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de outubro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **CONTRATO SP//2014**

#### **CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor MARCOS GONÇALVES JUNIOR, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 889.367.679-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 07 de setembro de 2014 a 05 de março de 2015, podendo ser reiniciado antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;



IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Marcos Gonçalves Junior  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 869/2014

PORTARIA Nº 869/ 2014  
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CF/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 600/2014 "F", que Prorrogou a Admissão em caráter Temporário, através do através do Ofício nº 234/2014, do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de 13/10/2014, do Servidor Público Municipal, TOMAZ SELAU DE SOUZA, matrícula nº 6366, para exercer o cargo de Médico, com 33 (trinta e três) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 07 de setembro de 2014 a 05 de março de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de

excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de outubro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2014

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor TOMAZ SELAU DE SOUZA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 096.100.229-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico, com 33 (trinta e três) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 5.909,58 (cinco mil novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 07 de setembro de 2014 a 05 de março de 2015, podendo ser reincidido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar



qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, totalizando 33 (trinta e três) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini	Tomaz Selau de Souza
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 870/2014

PORTARIA Nº 870/ 2014  
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CF/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 600/2014 "E", que Prorrogou a Admissão em caráter Temporário, através do através do Ofício nº 234/2014, do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de 13/10/2014, do Servidor Público Municipal, GELSON GONÇALVES CANDIDO, matrícula nº 6365, para exercer o cargo de Médico, com 33 (trinta e três) horas semanais, atuante no Hospital

Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 07 de setembro de 2014 a 05 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2014

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor GELSON GONÇALVES CÂNDIDO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua San Martino, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 288.371.859-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico, com 33 (trinta e três) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 5.909,58 (cinco mil novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 07 de setembro de 2014 a 05 de março de 2015, podendo ser reincidido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.



**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, totalizando 33 (trinta e três) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Gelson Gonçalves Cândido  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 871/2014**

PORTARIA Nº 871/ 2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, MERES TERE-SINHA MULLER GULLINI, matrícula nº 6285, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais,

atuante na Unidade Sanitária Aguti, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 08 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### **Extrato do PL FMS Nº 014/2014-Tomada de Preços FMS Nº 001/2014**

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS Nº 014/2014

TOMADA DE PREÇOS FMS Nº 001/2014

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Constitui objeto da presente licitação seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa Especializada à execução das obras de engenharia para pavimentação com paver, drenagem pluvial e fechamento perimetral do Posto de Saúde do município de Novo Horizonte/SC, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital. Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 05/11/2014

Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 07:30h as 11:30h e das 13:30h às 17:30 horas através de cópia em cd ou pen-drive (Edital, Anexos e Projeto Executivo) e no site [www.novohorizonte.sc.gov](http://www.novohorizonte.sc.gov), apenas o edital; Informações pelo telefone (49) 3362-0024 e pelo e-mail [licitacao@novohorizonte.sc.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sc.gov.br).

Fundamentação legal: Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 21 de Outubro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

## Orleans

### PREFEITURA

#### **3.725 - Homologa Resolução 004/14**

DECRETO Nº 3.725 DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMS 004/2014"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal e Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990.

DECRETA:

Art.1º. Fica Homologada a Resolução CMS 004/2014 do Conselho Municipal de Saúde - CMS - que dispõe sobre composição da diretoria, eleita por aclamação para o período de julho/2014 a Junho/2016.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 26 de agosto de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

#### **3.740 - HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMS 005/2014**

DECRETO Nº 3.740 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMS 005/2014"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal e Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990.

DECRETA:

Art.1º. Fica Homologada a Resolução CMS 005/2014 do Conselho Municipal de Saúde - CMS - que dispõe sobre aprovação e inclusão, no cadastro e na tabela de plantões, da Farmácia Dalazen & Felisbino Ltda, inscrita no CNPJ n. 18.735.304/0002-43, estabelecida à Rua José Antunes Mattos, n. 140, sala 5..

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 20 de outubro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.



EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS  
ORLEANS - SC

Orleans, 15 de outubro de 2014.

RESOLUÇÃO CMS 005/2014

1. O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS - CMS, com base em suas competências e nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e na Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde;

RESOLVE:

Em reunião ordinária realizada no dia 24 de setembro de 2014, APROVAR por unanimidade a inclusão, no Cadastro e na Tabela de Plantões, da Farmácia Dalazen & Felisbino Ltda. - ME - com o nome de fantasia "FARMÁCIA IDEAL", inscrita no CNPJ sob nº 18.735.304/0002-43, estabelecida à R. José Antunes Mattos, nº 140, sala 5.

Fábio Echeli Bett  
Presidente

### **3.741 HOMOLOGA RESOLUÇÃO 006/2014**

DECRETO Nº 3.741 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMS 006/2014"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal e Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990.

DECRETA:

Art.1º. Fica Homologada a Resolução CMS 006/2014 do Conselho Municipal de Saúde - CMS - que dispõe sobre aprovação da tabela de escala de plantões das farmácias do município de Orleans/SC, para o período de 01 de outubro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 20 de outubro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS  
ORLEANS - SC

Orleans, 15 de outubro de 2014.

RESOLUÇÃO CMS 006/2014

1. O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS - CMS, com base em suas competências e nas atribuições que lhe são

conferidas pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e na Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde;

RESOLVE:

Em reunião ordinária realizada no dia 24 de setembro de 2014, APROVAR por unanimidade a tabela da escala de Plantões das Farmácias do município de Orleans/SC, para o período de 01 de Outubro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Fábio Echeli Bett  
Presidente

### **EXTRATOS DE HOMOLOGAÇÕES 20/10/2014**

TOMADA DE PREÇO Nº 119/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/14

HOMOLOGAÇÃO: 06/10/14

CONTRATADO: VEDAT IMPERMEABILIZAÇÃO LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) PONTES DE CONCRETO ARMADO, SENDO UMA NA BARRA DO RIO NOVO E OUTRA NA BARRA DO RIO HIPÓLITO CONFORME PROJETO em anexo.

VALOR DA DESPESA: R\$ 288.266,67 (duzentos e oitenta e oito mil duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

DATA: 20/10/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES -  
Prefeito De Orleans.

TOMADA DE PREÇO Nº 143/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/14

HOMOLOGAÇÃO: 06/10/14

CONTRATADO: MADEIREIRA ALEXANDRE LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES DE 36 M² conforme anexo.

VALOR DA DESPESA: R\$ 198.556,44 (cento e noventa e oito mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)

DATA: 20/10/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES -  
Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/14

HOMOLOGAÇÃO: 07/10/14

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO DE CAMINHÕES DA FROTA OFICIAL DA PREFEITURA DE ORLEANS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.660,00 (dois mil seiscentos e sessenta reais)

DATA: 20/10/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES -  
Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/14

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/14

CONTRATADO: SUL INFOCO NOTÍCIAS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DIVULGAÇÃO NA INTERNET DE NOTÍCIAS, COBERTURAS DAS EXECUÇÕES DE OBRAS, EVENTOS, REUNIÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, conforme anexo.

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.040,00 (vinte e nove mil e quarenta reais)

DATA: 20/10/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES -



Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 134/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/10/14

CONTRATADO: CENTRAL DE PESQUISAS, MARKETING E COBRANÇAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.050,00 (vinte e três mil e cinquenta reais)

DATA: 20/10/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/10/14

CONTRATADO: WAGEK PRE MOLDADOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE PONTE PRETA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 66.666,67 (sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.

DATA: 20/10/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans

TOMADA DE PREÇO Nº 149/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/14

HOMOLOGAÇÃO: 16/10/14

CONTRATADO: PRE-MOLDADOS BRIGHENTE LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO DA ESCOLA HILSA PEDONE, conforme anexo.

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais)

DATA: 20/10/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/14

HOMOLOGAÇÃO: 16/10/14

CONTRATADO: LEANDRO RICARDO DE VARGAS - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA GALERIA DE FOTOS DE EX-PREFEITOS NA SEDE DA PREFEITURA DE ORLEANS, CONFORME ANEXOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

DATA: 20/10/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

### Extratos de Contratos 20/10/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 124/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: MADEIREIRA ALEXANDRE LTDA ME

Valor ..... : 198.556,44 (cento e noventa e oito mil quinhentos e

cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 06/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 143/2014

Recursos ..... : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00 (161) Saldo: 198.637,44

Objeto ..... : CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES DE 36 M² conforme anexo.

Orleans, 20 de Outubro de 2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Aditivo Nº ..... : 80/2014-1 - Contrato Nº: 80/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS JARDIM LTDA.

Valor ..... : 6.785,00 (seis mil setecentos e oitenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 06/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (5), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (39), 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (60),

2.020.3.3.90.00.00.00.00 (88), 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (140),

2.035.3.3.90.00.00.00.00 (144)

Objeto ..... : PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2012 QUE ADITIVA O VALOR Orleans, 20 de Outubro de 2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Aditivo Nº ..... : 100/2014a-1 - Contrato Nº: 100/2014a

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: PAIS E FILHOS TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES

Valor ..... : 62.427,37 (sessenta e dois mil quatrocentos e vinte e sete

reais e trinta e sete centavos)

Vigência ..... : Início: 06/10/2014 Término: 30/12/2014

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014

Recursos ..... : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (98) Saldo: 2.856.984,60

Objeto ..... : PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE A LICITAÇÃO

Nº 91/2014 QUE TEM POR OBJETO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM

DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, CONFORME PROJETO APROVADO

PELO BRDE/FUNDAM - FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS, EDITAL.

DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA LISTA DE

ITENS ANEXA AO EDITAL.

Orleans, 20 de Outubro de 2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 125/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: VEDAT IMPERMEABILIZAÇÃO LTDA

Valor ..... : 288.266,67 (duzentos e oitenta e oito mil duzentos e

sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

Vigência ..... : Início: 06/10/2014 Término: 31/12/2014



Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 119/2014  
Recursos ..... : Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (84),  
1.012.4.4.90.00.00.00.00 (86)  
Objeto ..... : CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) PONTES DE CON-  
CRETO  
ARMADO, SENDO UMA NA BARRA DO RIO NOVO E OUTRA NA  
BARRA DO RIO HIPÓLITO CONFORME PROJETO em anexo.  
Orleans, 20 de Outubro de 2014  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

-----

Contrato Nº.: 126/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: WAGEK PRE MOLDADOS LTDA  
Valor ..... : 66.666,67 (sessenta e seis mil seiscentos e ses-  
senta e  
seis reais e sessenta e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.:  
158/2014  
Recursos ..... : Dotação: 1.015.4.4.90.00.00.00.00 (120),  
1.015.4.4.90.00.00.00.00 (201)  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA  
PARA  
AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE PONTE PRETA.  
Orleans, 20 de Outubro de 2014  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

-----

Contrato Nº.: 127/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: CENTRAL DE PESQUISAS, MARKETING E COBRAN-  
ÇAS  
LTDA  
Valor ..... : 23.050,00 (vinte e três mil e cinqüenta reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 134/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo:  
23.304,27  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZA-  
ÇÃO DE  
LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS.  
Orleans, 20 de Outubro de 2014  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

-----

Contrato Nº.: 128/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: PRE-MOLDADOS BRIGHENTE LTDA - ME  
Valor ..... : 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 16/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:  
149/2014  
Recursos ..... : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (52) Saldo:  
100.000,00  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO  
DO  
MURO DA ESCOLA HILSA PEDONE, conforme anexo.  
Orleans, 20 de Outubro de 2014  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

-----

Contrato Nº.: 129/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: LEANDRO RICARDO DE VARGAS - ME  
Valor ..... : 16.000,00 (dezesesse mil reais)  
Vigência ..... : Início: 16/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 153/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.002.4.4.90.00.00.00.00 (6),  
2.005.4.4.90.00.00.00.00 (22)  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA  
PARA  
REFORMA DA GALERIA DE FOTOS DE EX-PREFEITOS NA SEDE DA  
PREFEITURA DE ORLEANS, CONFORME ANEXOS.  
Orleans, 20 de Outubro de 2014  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS

-----



# Palhoça

## PREFEITURA

### Errata 01 - Pregão 197/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA Nº 001  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 197/2014

O Município de Palhoça torna público que houve alterações no edital convocatório, que consiste na contratação de empresa para elaboração de Concurso Vestibular para Faculdade Municipal de Palhoça 2015 (primeiro e segundo semestre. Informamos que as alterações encontram-se a disposição na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas ou no site [www.palhoça.sc.gov.br](http://www.palhoça.sc.gov.br). E de acordo com o art. 21, § 4º da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, fica prorrogado para o dia 31/10/2014, às 09:00 horas o prazo para a entrega dos envelopes. Os demais itens permanecem inalterados.

Palhoça, 17 de outubro de 2014. A Pregoeira.

### RESULTADO DO PREGÃO 192/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 192/2014

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 192/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de materiais de limpeza e higiene, para Secretaria de Administração e Secretaria Municipal de Educação.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

CELIA REGINA W. SANI ME venceu o lote 13, totalizando a importância de R\$12.100,00 (doze mil e cem reais);

JAB DISTRIBUIÇÃO EIRELI - ME, venceu o lote 14, , totalizando a importância de R\$ 5.885,64 (cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos);

LUIZ FERNANDO SEBOLD ME, venceu os lotes 02, 4 e 15, totalizando a importância de R\$ 115.100,00 (cento e quinze mil, e cem reais);

GIZELE REGINA DA SILVA ME, venceu os lotes 11, 18 e 19, totalizando a importância de R\$ 620.415,00 (seiscentos e vinte mil, quatrocentos e quinze reais);

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, venceu os lotes 5, 17 e 20, totalizando a importância de R\$ 8.584,40 (oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos);

AMANDA COMERCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA, venceu os lotes 1 e 22, totalizando a importância de R\$5.989,00 (cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais);

PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP, venceu os lotes 3, 8, 21 23 e 24, totalizando a importância de R\$ 441.381,00 (quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e um reais);

MARCONI KIRCH EPP, venceu os lotes 6, 9, 10 e 12, totalizando a importância de R\$ 46.679,00 (quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais);

BMI PROSPER EIRELI, venceu o lote nº 07, totalizando a importância de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais).

OBS: Lote 16 não será adquirido, o item 01 do referido lote do edital apresentou equívoco na especificação.

Palhoça, 17 de outubro de 2014.  
Pregoeira

### ATA 134-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº134/2014 do PREGÃO Nº163/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de Lixeiras de Coleta Seletiva para uso em diversos bairros deste município, unidades de ensino e demais setores externos. VALOR: R\$ 204.700,00 (duzentos e quatro mil e setecentos reais). DATA: 30/09/2014 A 29/09/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
02	Lixeira Metálica com poste, confeccionada em chapa de aço, com formato cilíndrico e diâmetro de 29cm, altura de 55cm aproximadamente, pintura eletrostática na cor CINZA ou similar, com capacidade mínima de 40 Litros, acompanha suporte metálico feito em tubo de ferro redondo de 2 com pintura eletrostática na cor CINZA ou similar, com 1,50mm de espessura e 1,2m de comprimento aproximadamente, contendo dispositivo para bascular o lixo, girando a mais de 180º e trava de fixação da lixeira.	Un	1.000	204,70
				R\$ 204.700,00

### ATA 135-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº135/2014 do PREGÃO Nº163/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa DMX DO BRASIL COMERCIO LTDA. OBJETO: Aquisição de Lixeiras de Coleta Seletiva para uso em diversos bairros deste município, unidades de ensino e demais setores externos. VALOR: R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais). DATA: 30/09/2014 A 29/09/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.



Item	Especificação	Unidade	Qtda-de	Valor R\$
02	Conjunto de 4 Lixeiras Seletivas, confeccionadas com material em polipropileno ou fibra de vidro com tampas providas com dobradiças e capacidade mínima de 45 LTS cada, sendo 1 na cor VERDE (VIDRO), 1 na cor AZUL (PAPEL), 1 na cor AMARELA (METAL) e 1 na cor VERMELHO (PLÁSTICO), com medidas aproximadas em Comprimento: 0,45m, Largura: 0,30m e Altura: 0,60m. Contendo suporte para colocação feito com material metálico em chapa 18 com pintura em esmalte sintético na cor preta, com medidas aproximadas em Comprimento: 1,70m, Largura: 0,45m e Altura 0,98m. - Todos os recipientes devem ostentar em lugar visível o símbolo de material reciclável, conforme especificações determinadas pela NBR 7500.	Un	400	329,00
				R\$ 131.600,00

**ATA 136-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº136/2014 do PREGÃO Nº183/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa S.T GASTRONOMIA LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de coffee break para as atividades em grupos dos CRAS de Palhoça. VALOR: R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais). DATA: 03/10/2014 A 02/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtda-de	Valor R\$
01	Fornecimento de coffee-break, contendo Mini-sanduíche pão salgado (trigo), com gergelim, recheado com salada (tomate, alface, 01 fatia queijo, uma fatia presunto ou cheddar), pastel de forno massa integral recheio de carne, empadão de frango, (servido em fatia de forma individual e embalados), bolo Toalha felpuda, (servido em fatia de forma individual e embalados), bolo de milho, (servido em fatia de forma individual e embalados), Cuca de banana com farofa, (servido em fatia de forma individual e embalados). Bebidas (média 50ml por pessoa), Suco (opções): laranja, uva, abacaxi e maracujá. Pontos para disposição de máquinas de suco (in natura uva, laranja, abacaxi). Café preto e adoçado. Bombonas de água de 20 litros com suportes. Infraestrutura necessária (toalhas, cutelaria completa: prato, copo, guardanapo, talheres, etc. e de pessoal de apoio para servir o coffee break no local de realização do evento.	Un	1.000	13,90

				R\$ 13.900,00
--	--	--	--	---------------

**ATA 137-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº137/2014 do PREGÃO Nº186/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa DISTRIBUIDORA DE BRUNA LTDA ME. OBJETO: Compra de refil para os filtros de água existentes em algumas Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil. VALOR: R\$ 23.111,93 (vinte e três mil cento e onze reais e noventa e três centavos). DATA: 03/10/2014 A 02/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtdade	Valor R\$
01	Refil para filtro de 300 L/hora com cinco camadas de quartzo e uma de carvão ativado com prata coloidal, incluso mão de obra e revisão	Un	10	191,57
02	Refil de 300L/hora com cinco camadas de quartzo, uma de carvão ativado com prata coloidal e uma de catalox, incluso mão de obra e revisão.	Un	4	315,02
03	Refil para filtro de 500 L/hora com cinco camadas de quartzo e uma de carvão ativado com prata coloidal, incluso mão de obra e revisão.	Un	30	318,25
04	Refil para filtro de 500L/hora com cinco camadas de quartzo, uma de carvão ativado com prata coloidal e uma de catalox, incluso mão de obra e revisão.	Un	6	523,00
05	Refil para filtro de 1.000 L/hora com cinco camadas de quartzo e uma de carvão ativado com prata coloidal, incluso mão de obra e revisão.	Un	2	588,00
06	Refil de 3.000L/hora com cinco camadas de quartzo e uma de carvão ativado com prata coloidal, incluso mão de obra e revisão	Un	4	1.088,00
07	Refil para filtro de 1.000 L/hora com cinco camadas de quartzo e uma de carvão ativado com prata coloidal e Catalox para eliminar o excesso de ferro na água, incluso mão de obra e revisão.	Un	2	861,3250
				R\$ 23.111,93



**ATA 138-14****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO****ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA**

ATA Nº138/2014 do PREGÃO Nº160/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa DESINSETIZADORA EXPURGO LAR LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de desinfecção de caixas d'água para diversos tamanhos, limpezas de fossas, caixas de gordura e tubulação, serviços de desratização, dedetização, desinsetização e análise de água a serem executados nas Unidades de Ensino. VALOR: R\$ 132.971,59 (cento e trinta e dois mil novecentos e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos). DATA: 14/10/2014 A 13/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
01	Serviço de limpeza de fossa, caixa de gordura e tubulação.	Sv	150	616,00
02	Serviço de desratização, aplicação de iscas ratificadas de 5g, em bloco parafinado princípio ativo a base de brodifacoun, inibindo a ingestão humana ou outros animais, como cachorros e gatos, a aplicação será feita nas dependências internas num raio de 150m da edificação e seria feita a colocação das iscas amarradas com fio e metal em estaca de madeira. O serviço será revisado num período de 30 dias para segunda aplicação e avaliar os resultados	M²	81.159,42	0,2299
03	Serviço de dedetização e desinsetização, objetivando combater insetos rasteiros e voadores, barata, traça, formiga, aranhas e insetos em geral. Devendo ser aplicado em áreas externas e internas como ralos, rodapés, pias, sanitários, balcão de pia, caixa de gordura e demais locais que se fizerem necessários. Os produtos a serem utilizados deverão ser de última geração, na sua fórmula líquida ou em gel, devidamente registrada e licenciada. A aplicação deverá ser feita por profissionais qualificados, obedecendo as normas técnicas previstas pela vigilância sanitária. o serviço a ser executado deverá atender a NR 33 (Segurança e Saúde nos espaços confinados)	Sv	81.159,42	0,27
				R\$ 132.971,59

**ATA 139-14****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO****ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA**

ATA Nº139/2014 do PREGÃO Nº160/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa INSETILAR CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS LTDA - ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de desinfecção de caixas d'água para diversos tamanhos, limpezas de fossas, caixas de gordura e tubulação, serviços de desratização, dedetização, desinsetização e análise de água a serem executados nas Unidades de Ensino. VALOR: R\$ 25.369,99 (vinte e cinco mil trezentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos). DATA: 14/10/2014 A 13/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
01	Limpeza e desinfecção de caixa d'água 250	Sv	8	294,43
02	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 500 litros	Sv	70	78,55
03	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 1.000 litros	Sv	85	78,55
04	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 2.000 litros	Sv	25	98,18
05	Serviço de Limpeza e Desinfecção de caixa D"Água caixa 3000 lts	Sv	10	147,27
06	Serviço de Limpeza e Desinfecção de caixa D"Água caixa 5000 lts	Sv	10	157,09
07	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 10.000 litros	Sv	10	196,36
08	Serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água 12.500L	Sv	6	196,36
09	Serviço de Limpeza e desinfecção de caixa d'água 25.000L	Sv	8	294,4362
				R\$ 25.369,99

**ATA 140-14****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATA Nº140/2014 do PREGÃO Nº187/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA. OBJETO: Aquisição de pneus para os veículos da Secretaria de Assistência Social de Palhoça. VALOR: R\$ 10.560,00 (dez mil quinhentos e sessenta reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
01	Pneu 165/70 R13 78T Treadwear mínimo 260, radial	Un	44	140,00
02	Pneu 175/70 R14 96T Treadwear mínimo 440, radial	Un	12	220,00
03	Pneu 185/80 R14 102R Treadwear mínimo 440, radial	Un	8	220,00
				R\$ 10.560,00



**ATA 141-14****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº141/2014 do PREGÃO Nº188/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ANCS INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO: Compra de materiais esportivos para a prática de Educação Física nas Escolas de Ensino Fundamental do município, visto que os materiais existentes estão precários e muitos precisam de substituição. VALOR: R\$ 10.560,00 (dez mil quinhentos e sessenta reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
01	Rolo elástico com 50 metros, branco, chato, largura 10mm. 69% poliéster, 31% elastodieno	Un	24	7,99
02	Corda de pular sisal master cabo de madeira - 6 metros	Un	24	4,04
03	Corda de pular sisal master , cabo de madeira - 3 metros	Un	240	2,50
04	Cone esportivo, confeccionado em PVC (Preto x amarelo ou Laranja X prata), altura de 50cm.	Un	240	4,30
05	Cone esportivo, em plástico, podendo ser nas cores amarelo, vermelho, laranja, azul. Medidas: base 13cm X 13 cm. Altura: 23 cm	Un	240	3,50
06	Bambolê Escolar, 63 ou 75 cm, em plástico, cores variadas- aprovado pelo INMETRO	Un	240	1,30
07	Taco de rua fast ball, medidas: 60 x 7 x 1,8 cm. Kit taco ou bets composto de taco fabricado em madeira, com bolinha e casinhas	Un	120	6,99
08	Peteca 4 penas oficial	Un	120	5,32
09	Colchonete 102 cm de altura X 50 cm de largura X 3 cm cm, sintético com acolchoamento interno, peso aproximado 680g.	Un	120	13,00
10	Bola de borracha Nº 8, com válvula, composição: borracha natural e borracha sintética.	Un	240	5,00
11	Bola de borracha Nº 10, com válvula, composição: borracha natural e borracha sintética.	Un	240	7,00
				R\$ 10.560,00

**ATA 142-14****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº142/2014 do PREGÃO Nº188/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA. OBJETO: Compra de materiais esportivos para a prática de Educação Física nas Escolas de Ensino Fundamental do município, visto que os materiais existentes estão precários e muitos precisam de substituição. VALOR: R\$ 4.545,60 (quatro mil quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para

a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
01	Jogo de xadrez. Estojo em madeira, acabamento em serigrafia. 32 peças plásticas ou madeira. Medidas mínimas: 24 x 24 x 2,5 cm.	Un	120	11,25
02	Jogo de Damas. Em madeira fibrosintética, impressa com silk screen. Medindo: 24 cm x 24 cm x 0,4 cm. 24 peças, em duas cores, confeccionadas em EVA.	Un	120	7,99
03	Quebra cabeça de madeira ou MDF, com no mínimo 36 peças e 5 temas diversos	Un	120	7,99
04	Jogo de memória, em madeira ou MDF, com no mínimo 36 peças.	Un	120	10,65
				R\$ 4.545,60

**ATA 143-14****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº143/2014 do PREGÃO Nº188/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PATRICIA M MULLER. OBJETO: Compra de materiais esportivos para a prática de Educação Física nas Escolas de Ensino Fundamental do município, visto que os materiais existentes estão precários e muitos precisam de substituição. VALOR: R\$ 15.648,00 (quinze mil seiscentos e quarenta e oito reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
01	Bola de tênis de mesa, Laranja ou branca, 40mm de diâmetro, fabricado dentro dos padrões oficiais.	Un	240	1,00
02	Rede para tênis de mesa, confeccionada em nylon, com suporte para fixação, dimensões aproximadas de 14x160cm.	Un	24	10,00
03	Bolas de vôlei, oficial (adulto), matrizada. Confeccionada em PVC ou microfibr de poliuretano, com 18 gomos. Com 65-67 cm de diâmetro. Peso 260-280 gramas.	Un	120	18,00
04	Bola de futsal, oficial (adulto). Confeccionada em PVC ou microfibr de poliuretano , 12 gomos. Tamanho: 61-64 cm de diâmetro. Peso: 400-440g	Un	120	36,00
05	Rede de vôleibol, oficial, confeccionada com Fio de nylon de 2,0 e malha 10, com 4 faixas de algodão. Tamanho: 9,50 a 10m de largura e de 1,0m Altura.	Un	24	110,00



06	Bolas de futebol de campo, oficial, Confeccionada em PVC ou microfibra de poliuretano. 8 gomos. Tamanho: 68-70 cm de diâmetro. peso:410-450g.	Un	72	37,00
07	Rede de futsal, com 2 unidades. Medidas: 3,0 largura, 2,10 altura. Lateral: superior 0,50 - inferior 1,20m. Fio 3,0 de nylon de alta resistência, malha 12	Un	24	56,00
08	Bolas de handebol, oficial, tamanho masculino, costurada ou matrizada, 32 gomos, confeccionada em PVC ou microfibra de poliuretano. Tamanho 58-60 cm de diâmetro. Peso: 425-475 gramas.	Un	120	17,00
				R\$ 15.648,00

**ATA 144-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº144/2014 do PREGÃO Nº115/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA - ME. OBJETO: aquisição de móveis escolares para suprir as necessidades das unidades escolares já existentes e para as que serão inauguradas no decorrer do ano letivo. Fornecimento para todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de palhoça. VALOR: R\$ 5.220,00 (cinco mil duzentos e vinte reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
12	MESA REUNIÃO PROFESSOR tampo em compensado de 18mm com fórmica na cor bege e bordas em PVC, estrutura em tubo 20x40 com pintura epóxi-pó na cor preta e solda mig. Medidas 180x60x70cm.	Un	30	174,00
				R\$ 5.220,00

**ATA 145-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº145/2014 do PREGÃO Nº115/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MARCONI KIRCH EPP. OBJETO: aquisição de móveis escolares para suprir as necessidades das unidades escolares já existentes e para as que serão inauguradas no decorrer do ano letivo. Fornecimento para todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de palhoça. VALOR: R\$ 58.950,00 (cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
06	Bebedouro elétrico individual, com Refrigeração, potência 220w ou bivolt, para água gelada.	Un	100	490,00
07	Quadro branco com borda de alumínio e porta apagador, fundo em compensado e fórmica lisa na cor branca com medidas de 1,25x1,80m.	Un	50	199,00
				R\$ 58.950,00

**ATA 146-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº146/2014 do PREGÃO Nº115/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SUPRIMOVEIS LTDA EPP. OBJETO: aquisição de móveis escolares para suprir as necessidades das unidades escolares já existentes e para as que serão inauguradas no decorrer do ano letivo. Fornecimento para todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de palhoça. VALOR: R\$ 22.921,25 (vinte e dois mil novecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
02	Roupeiro de aço 8 portas, com 08 portas e chaves, com medida aproximada de 1970 x 1240 x 420cm em chapa 24 e pintura epóxi-pó nacor cinza.	Un	25	626,95
05	Estante de aço com 6 prateleiras com reforço em X, com medida aproximada de 1980 x 925 x 300cm em chapa 24 e pintura epóxi-pó nacor cinza.	Un	50	144,95
				R\$ 22.921,25

**ATA 147-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº147/2014 do PREGÃO Nº115/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GGL INDUSTRIA DE MOVEIS DE ACO LTDA EPP. OBJETO: aquisição de móveis escolares para suprir as necessidades das unidades escolares já existentes e para as que serão inauguradas no decorrer do ano letivo. Fornecimento para todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de palhoça. VALOR: R\$ 45.579,00 (quarenta e cinco mil quinhentos e setenta e nove reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.



Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
01	Roupeiro de aço, com 06 portas e chaves com medida aproximada de 1970 x 1240 x 420 cm em chapa 24 e pintura epoxi-pó na cor cinza.	Un	25	549,00
03	Arquivo de aço com 04 gavetas com trilho telescópio zincado, estampado na frente, um porta etiquetas e um puxador para cada gaveta, pintura epóxi-aço na cor cinza, solda mig. medidas 1330 x 470cm x 710cm, chapa 24.	Un	20	475,20
04	Armário de aço 02 portas com 2 portas e chaves com medida aproximada de 1980 x 900 x 400cm em chapa 24 e pintura epóxi-pó na cor cinza.	Un	50	447,00
				R\$ 45.579,00

**ATA 148-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº148/2014 do PREGÃO Nº115/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PAULINEIA LOTTERMANN REIS ME. OBJETO: aquisição de móveis escolares para suprir as necessidades das unidades escolares já existentes e para as que serão inauguradas no decorrer do ano letivo. Fornecimento para todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de palhoça. VALOR: R\$ 69.450,00 (sessenta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
10	Armário 2 portas aglomerado	Un	75	280,00
13	Conjunto refeitório adulto empilhavel	Un	50	490,00
14	Conjunto refeitório infantil empilhavel	Un	50	479,00
				R\$ 69.450,00

**ATA 149-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº149/2014 do PREGÃO Nº115/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ESCOBRIHQ LTDA EPP. OBJETO: aquisição de móveis escolares para suprir as necessidades das unidades escolares já existentes e para as que serão inauguradas no decorrer do ano letivo. Fornecimento para todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de palhoça. VALOR: R\$ 45.885,00 (quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta e cinco reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
09	Quadro branco 1,25 X 3,00M com borda de alumínio e porta apagador, fundo em compensado e fórmica lisa na cor branca com medidas de 1,25x3,00m	Un	150	305,90
				R\$ 45.885,00

**ATA 150-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº150/2014 do PREGÃO Nº115/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GM IND E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA ME. OBJETO: aquisição de móveis escolares para suprir as necessidades das unidades escolares já existentes e para as que serão inauguradas no decorrer do ano letivo. Fornecimento para todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de palhoça. VALOR: R\$ 335.550,00 (trezentos e trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
18	Cadeira universitária adulto	Un	750	227,50
19	Cadeira universitária juvenil tubo industrial	Un	750	219,90
				R\$ 335.550,00

**ATA 151-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº151/2014 do PREGÃO Nº115/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MM SÃO JOSÉ LTDA. OBJETO: aquisição de móveis escolares para suprir as necessidades das unidades escolares já existentes e para as que serão inauguradas no decorrer do ano letivo. Fornecimento para todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de palhoça. VALOR: R\$ 13.525,00 (treze mil quinhentos e vinte e cinco reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
08	Quadro branco 1,25 X 2,50 com borda de alumínio e porta apagador, fundo em compensado e fórmica lisa na cor branca com medidas de 1,25x2,50m.	Un	50	270,50
				R\$ 13.525,00



**ATA 152-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº152/2014 do PREGÃO Nº115/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa UNIMOVEIS INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS ESCOLARES. OBJETO: aquisição de móveis escolares para suprir as necessidades das unidades escolares já existentes e para as que serão inauguradas no decorrer do ano letivo. Fornecimento para todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de palhoça. VALOR: R\$ 728.815,00 (setecentos e vinte e oito mil oitocentos e quinze reais). DATA: 15/10/2014 A 14/10/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
11	Mesa para portadores especiais	Un	25	349,00
15	Conjunto infantil sextavado	Un	75	587,00
16	Conjunto escola individual juvenil	Un	400	236,00
17	Conjunto escolar adulto	Un	750	268,00
20	Cadeira com estrutura confeccionada em tubo de aço industrial SAE 1006/1020	Un	300	105,00
21	Conjunto professor mesa sem gavetas	Un	100	335,15
22	Linha biblioteca	Un	30	527,00
23	Biblioteca longarina	Un	10	434,00
24	Berço de madeira 130x60cm, sem gavetas	Un	300	985,00
				R\$ 728.815,00

**DECRETO Nº 1.720, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 1.720, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

PONTO FACULTATIVO. Dia do Servidor Público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo, dia 27 de outubro (segunda-feira) do ano em curso, em decorrência da comemoração alusiva do dia 28 de outubro, Dia do Servidor Público.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais na data mencionada no caput do artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Educação deliberar quanto a aplicabilidade deste Decreto, devendo observar a necessidade do cumprimento do calendário escolar municipal para as Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1.715, de 09 de outubro de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 20 de outubro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal.

**Aviso Edital 02/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO EDITAL 02/2014

Exploração modalidade Ponto Fixo (PF) na Temporada de Verão 2014/2015

O município de Palhoça torna público que estarão abertas as inscrições para exploração modalidade Ponto Fixo (PF) na Temporada de Verão 2014/2015. As inscrições serão efetuadas junto a Secretaria de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a partir de 27/10/2014 a 10/11/2014. O edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br) ou <https://palhoca.atende.net>.

Palhoça, 20 de outubro de 2014.

Marcos Cardoso Canto

Secretário de Receita.

**AVISO EDITAL 03/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO EDITAL 03/2014

Exploração modalidade Licença para Ambulantes (LA) na Temporada de Verão 2014/2015

O município de Palhoça torna público que estarão abertas as inscrições para exploração modalidade Licença para Ambulantes (LA) na Temporada de Verão 2014/2015. As inscrições serão efetuadas junto a Secretaria de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a partir de 27/10/2014 a 10/11/2014. O edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br) ou <https://palhoca.atende.net>.

Palhoça, 20 de outubro de 2014.

Marcos Cardoso Canto

Secretário de Receita.

**AVISO EDITAL 04/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO EDITAL 04/2014

Exploração modalidade Ponto de Locação de Equipamento Náutico (PN) na Temporada de Verão 2014/2015

O município de Palhoça torna público que estarão abertas as inscrições para exploração modalidade Ponto de Locação de Equipamento Náutico (PN) na Temporada de Verão 2014/2015. As inscrições serão efetuadas junto a Secretaria de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a partir de 27/10/2014 a 10/11/2014. O edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br) ou <https://palhoca.atende.net>.

Palhoça, 20 de outubro de 2014.

Marcos Cardoso Canto

Secretário de Receita.



**AVISO EDITAL 05/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO EDITAL 05/2014

Exploração modalidade Ponto Fixo para Artesão (PFA) na Temporada de Verão 2014/2015

O município de Palhoça torna público que estarão abertas as inscrições para exploração modalidade Ponto Fixo Para Artesão na Temporada de Verão 2014/2015. As inscrições serão efetuadas junto a Secretaria de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a partir de 27/10/2014 a 10/11/2014. O edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br) ou <https://palhoca.atende.net>.

Palhoça, 20 de outubro de 2014.  
Marcos Cardoso Canto  
Secretário de Receita.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA****Portaria 059/2014**

PORTARIA Nº 059/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora ENESITA MARIA CARDOZO OLIVEIRA.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora ENESITA MARIA CARDOZO OLIVEIRA, detentora da matrícula funcional nº 300022-01, inscrita no CPF sob o Nº 868.139.609-97 e no PIS/PASEP sob o nº 170.017.729-15, lotada na Secretaria da Administração, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Integral ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 15 de outubro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins      Milton Luiz Espíndola  
Prefeito Municipal                      Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300054-1

**PORTARIA 060/2014**

PORTARIA Nº 060/2014

Concede a aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do inciso I do §1º do art. 40 da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público da servidora Sibila Maria Massoco Poloni.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

**Resolve:**

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º inciso I da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Sibila Maria Massoco Poloni, detentora da matrícula funcional nº 400911-01, inscrita no CPF sob o Nº 707.807.579-04 e no PIS/PASEP sob o nº 124.120.059-84, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral ao tempo de contribuição, nos termos do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição calculada, em conformidade com o disposto no art. 1º e seus parágrafos da Lei Federal Nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 15 de outubro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins      Milton Luiz Espíndola  
Prefeito Municipal                      Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300010-01

**Portaria 061/2014**

PORTARIA Nº 061/2014

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei municipal nº 1.320/01), autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10.887/04, e declara a vacância do cargo público da servidora Sarita da Aparecida Moura.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de



suas atribuições legais,

Resolve:

Art.1º Aposentar, por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Sarita da Aparecida Moura, detentora da matrícula funcional nº 400304-01, inscrita no CPF sob o nº 295.306.609-87 e no PIS/PASEP sob o nº 1.900.288.954-5, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 46,67% (quarenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de cálculo disposta nos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 15 de outubro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins      Milton Luiz Espindola  
Prefeito Municipal                      Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares  
Técnico Previdenciário  
Matrícula 900048

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **Projeto de Lei Nº 402/2014.**

PROJETO DE LEI Nº 402/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Altera Lei nº 3.678, de 29 de junho de 2012, Avenida Paulo Roberto Vidal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

O art. 1º da Lei nº 3.678, de 29 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada de Avenida Paulo Roberto Vidal, com extensão de 2.800 metros, com início na Rótula da Penitenciária Agrícola, via pública localizada no Bairro Bela Vista.

Art. 2º Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

#### **PROJETO DE LEI Nº 434/2014.**

PROJETO DE LEI Nº 434/2014.

ESTATUTO DOS SERVIDORES. Altera dispositivos das Leis Complementares nº 096 e 097, ambas de 15 de dezembro de 2010 e dá outra providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do artigo 142 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 142 (...)

§ 1º O vale-alimentação será distribuído mensalmente, sem qualquer custo para o servidor, correspondente a 39,38 (trinta e nove, trinta e oito por cento) do menor piso salarial do município; (NR)

Art. 2º O § 1º do artigo 158 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 158 (...)

§ 1º O vale-alimentação será distribuído mensalmente, sem qualquer custo para o servidor, correspondente a 39,38 (trinta e nove, trinta e oito por cento) do menor piso salarial do município; (NR)

Art. 3º As despesas para execução da presente Lei Complementar, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.



## Palmitos

### PREFEITURA

#### Processo 38/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº38/14 Modalidade: Dispensa de Licitação nº03/14. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO EM AUDIOVISUAL DE SAÚDE PÚBLICA, FORMATO DVD-R/MIDIA AZUL, 01 (UM) TRATADO MÉDICO COM 60 VOLUMES, PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, GRUPOS ESF E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. Contratada: Sailin Vieira ME. Vigência: 31/12/2014.

Palmitos 13/10/2014.  
Tânia de Fátima Henchen  
Gestora do Fundo.

## Papanduva

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº056, de 17 de Outubro de 2014 - Refis 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 056, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
INSTITUI E REGULAMENTA O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS - DE PAPANDUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º. Fica instituído e regulamentado o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS de Papanduva, destinado a promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos tributários e não tributários de pessoas físicas ou jurídicas, vencidos até a data de publicação desta Lei, relativos a impostos, contribuição de iluminação pública e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, e outros créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, não podendo incluir-se débitos já beneficiados por Lei anterior da mesma natureza.

Parágrafo único. Os débitos de que trata o "caput" deste artigo poderão ser pagos à vista ou em parcelas iguais, mensais e sucessivas, com redução da multa e dos juros de mora nos percentuais discriminados no anexo único desta lei complementar.

Art. 2º. Para ingresso no REFIS, o optante deverá indicar, expressamente, o débito que deseja incluir, sem prejuízo de outros benefícios então concedidos, bem como o valor de parcelamentos rescindidos anteriormente.

§ 1º. A parcela, que terá valor mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) UFM - Unidade Fiscal Municipal, em se tratando de devedor pessoa física, e o valor mínimo de 01 (uma) UFM - Unidade Fiscal Municipal, em se tratando de devedor pessoa jurídica, e sobre a qual não incidirão novos juros, será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$P = [(I + C) + ((J + M) \times (1 - a/100))] / b$$

P = valor da parcela

I = valor do imposto

C = valor da correção

M = valor da multa

J = valor dos juros

a = percentual de redução

b = número de parcelas

§ 2º. A parcela quitada após a data de vencimento deverá ser acrescida de multa, juros de mora e correção monetária, nos termos do Código Tributário Municipal, calculados até a data do efetivo pagamento, não implicando em prejuízo às reduções previstas no parágrafo único do art. 1º concedidas pela adesão ao REFIS, exceto se o atraso der motivo à exclusão do programa, nos termos do art. 5º, inciso II.

§ 3º. As execuções fiscais em juízo ficarão suspensas até o efetivo pagamento do débito.



Art. 3º. A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - pagamento da 1ª parcela ou parcela única, em até 30 dias da adesão ao programa, ou até o dia 31 de dezembro de 2014, respeitando o primeiro prazo a vencer;  
 II - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos consolidados incluídos no REFIS;  
 III - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos incluídos no pedido por opção do contribuinte;  
 IV - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS;  
 Parágrafo único. A opção pelo REFIS implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, durante todo período em que o contribuinte permanecer no Programa, até seu total adimplemento.

Art. 4º. A administração do REFIS compete à Secretaria da Fazenda, a qual fará o gerenciamento e a implementação dos procedimentos necessários à execução do Programa, especialmente expedir, instruções, notificações e excluir os optantes que descumprirem suas condições.

Art. 5º. O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do art. 3º desta Lei Complementar;  
 II - inadimplemento por 02 (dois) meses consecutivos ou não, do REFIS;  
 III - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;  
 IV - declaração de insolvência judicial no caso de contribuinte pessoa física, ou decretação de falência, quando pessoa jurídica.

§ 1º. A exclusão do REFIS implicará na imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores.

§ 2º. A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º. Constatado o motivo de exclusão do Programa, a Secretaria da Fazenda notificará previamente o optante, assegurando-lhe o direito de conhecer antecipadamente os fatos que lhe são imputados, para oferecimento de defesa no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe a produção de provas.

§ 4º. Após a apresentação de defesa e, eventualmente, da instrução probatória, a Secretaria da Fazenda decidirá, fundamentadamente, se se trata ou não de caso de exclusão, conforme definição da presente Lei Complementar.

§ 5º. Da decisão que excluir o optante do REFIS, caberá recurso com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 6º. A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei Complementar, exceto os já existentes na data da opção pelo REFIS 2014.

Art. 7º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 17 de outubro de 2014.

Dario Schicovski  
 Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
 Secretário da Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 056, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
 ANEXO ÚNICO.

Forma de pagamento	Adesão ao REFIS com prazo estabelecido através da obrigação do art. 3º, I, desta Lei Complementar.
Pagamento à vista	100%
Em até 6 parcelas	85%
De 7 a 12 parcelas	65%
De 13 a 18 parcelas	50%
De 19 a 24 parcelas	35%

## DECRETO Nº 2472, DE 17.10.2014 - SUBDIVISÃO DE LAUCIO EVARISTO

DECRETO Nº 2472, DE 17.10.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE LAUCIO EVARISTO.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

### DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade LAUCIO EVARISTO, com a área total de 11.263,58m² (onze mil duzentos e sessenta e três metros e cinquenta e oito décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, esquina com o lado par da Rua Pedro Povaluk, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 7.283, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição da Área "A" - 5.695,07m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, distante 59,37 metros esquina com o lado par da Rua Pedro Povaluk, com base no Ponto OPP.

Frente:- 56,83 metros com o Município pela Rua Tenente Ary Rauen, Lado Ímpar;

Fundos:- 64,12 metros com Município pela Rua Ladislau Tabalipa, Lado Par;

Lado Direito:- 50,00 metros com a Matrícula nº 6.856-Papanduva/SC de Geraldo Seidel, Lote nº 03; 44,70 metros com a Matrícula nº 7.671-Papanduva/SC de Juarez Lando, Lote nº 02;

Lado Esquerdo:- 93,98 metros com a Área "B" Desmembrada.

Descrição da Área "B" - 5.568,51m²

Uma casa de Alvenaria, coberta com Eternit, medindo 520,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, esquina com o lado par da Rua Pedro Povaluk, com base no Ponto OPP.



Frente:- 59,37 metros com o Município pela Rua Tenente Ary Rauhen, Lado Ímpar;  
Fundos:- 59,38 metros com o Município pela Rua Ladislau Tabalipa, Lado Par;  
Lado Direito:- 93,98 metros com a Área "A" Desmembrada;  
Lado Esquerdo:- 93,60 metros com o Município pela Rua Pedro Povaluk, Lado Par.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 17 de outubro de 2014.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira	Nicolau Zaranski
Procurador Jurídico	Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

## **DECRETO Nº 2473, DE 17.10.2014 - SUBDIVISÃO DE MARIA C. CALIXTO LABAS**

DECRETO Nº 2473, DE 17.10.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE MARIA CRISTIANE CALIXTO LABAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de MARIA CRISTIANE CALIXTO LABAS, com a área total de 745,27m<sup>2</sup> (setecentos e quarenta e cinco metros e vinte e sete décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Pedro Povaluk, distante 62,05 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Jacob Schadeck, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 9.137, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 03(três) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "1A" - 295,88m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Pedro Povaluk, distante 72,67 metros, da esquina com o lado ímpar da Rua Jacob Schadeck, com base no Ponto OPP.

Frente:- 11,00 metros com o Município pela Rua PEDRO POVALUK, lado ímpar;

Fundos:- 11,00 metros, com a Matrícula nº 9.009-Papanduva/SC de DIRCEU BODNAR;

Lado Direito:- 26,90 metros com a Matrícula nº 8.959-Papanduva/SC de VILMAR JOSÉ DE SOUZA PRESTES;

Lado Esquerdo:- 26,90 metros com o Lote "1B" Desmembrado.

Descrição do Lote "1B" - 320,25m<sup>2</sup>

Uma casa de alvenaria, medindo 40m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Pedro Povaluk, distante 62,05 metros, da esquina com o lado ímpar da

Rua Jacob Schadeck, com base no Ponto OPP.

Frente:- 10,62 metros com o Município pela Rua PEDRO POVALUK, lado ímpar;

Fundos:- 13,20 metros com a Matrícula nº 9.009-Papanduva/SC de DIRCEU BODNAR;

Lado Direito:- 26,90 metros com o Lote "1A" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 18,49 metros com o Lote nº 2, Matrícula nº 9.138-Papanduva/SC de JOSÉ DE JESUS CALIXTO; 8,58 metros com o Lote "1C" Desmembrado.

Descrição do Lote "1C" - 129,14m<sup>2</sup>

Após o Desmembramento o Lote "1C", que deverá ser lembrado no Lote nº 2 da Matrícula nº 9.138-Papanduva/SC de José de Jesus Calixto

Localização: O imóvel está localizado à 18,49 metros do Ponto OPP do Lote "1B" Desmembrado, localizado no lado ímpar da Rua Pedro Povaluk, distante 62,05 metros, da esquina com o lado ímpar da Rua Jacob Schadeck.

Frente:- 10,54 metros com o Lote nº 2, Matrícula nº 9.138-Papanduva/SC de JOSÉ DE JESUS CALIXTO;

Fundos:- 11,02 metros com a Matrícula nº 8.806-Papanduva/SC de SUZANA RUDNIK;

Lado Direito:- 8,58 metros com o Lote "1B" Desmembrado; 3,21 metros com a Matrícula nº 9.009-Papanduva/SC de DIRCEU BODNAR;

Lado Esquerdo:- 12,78 metros com o Lote nº 2, Matrícula nº 9.138-Papanduva/SC de JOSÉ DE JESUS CALIXTO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 17 de outubro de 2014.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira	Nicolau Zaranski
Procurador Jurídico	Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

## **Contrato Nº 098/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 098/2014, Referente à Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 112/2014. Objeto: Execução de vigas de concreto e drenagem de quadra esportiva, com fornecimento de matérias e Mão de obra. Contratada: MAURICIO ELY PUTTKAMMER, totalizando o montante de R\$ 24.491,38 (vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos). Vigência: A execução da obra será até 14/11/2014, correspondente ao prazo de 30 dias contados da data de assinatura do contrato ou quando as obras forem concluídas, o que ocorrer primeiro.

Papanduva/SC, 15 de outubro de 2014

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal



# Passos Maia

## PREFEITURA

**Portaria Nº 461, de 17 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 461, de 17 de outubro de 2014.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

Considerando que o servidor está em gozo de férias desde o dia 1º de outubro;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor OSVALDIR ALVES, ocupante do cargo de Secretário da Saúde, matrícula n. 493, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2014, para serem gozadas de 01/10/2014 a 30/10/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 17 de outubro de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Portaria Nº 462, de 17 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 462, de 17 de outubro de 2014.

"EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pela servidora;

Considerando que a servidora encontrava-se em licença para tratamento de saúde, vindo a solicitar exoneração de seu cargo no encerramento da mesma;

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR a servidora EVA MADALENA RODRIGUES BARBOSA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Símbolo SG-13, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 04 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 04 de outubro de 2014.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 17 de outubro de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Portaria Nº 463, de 20 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 463, de 20 de outubro de 2014.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ANTONIO CASTIGLIONI PEREIRA DE QUEIROZ, ocupante do cargo de Médico - PSF, matrícula n. 370, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, para serem gozadas de 01/11/2014 a 30/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de outubro de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 464, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 464, de 20 de outubro de 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de contratação de profissional por prazo determinado para suprir a necessidade de Operador de Máquinas Rodoviárias (Trator de Pneus), tendo em vista a grande demanda dos serviços da Secretaria Municipal da Agricultura;

Considerando o disposto nos incisos I e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n.º 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese acima;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,



**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR o senhor ADRIANO VARGAS, para ocupar o cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, símbolo SG-4, Grupo ocupacional Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-o junto à Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, pelo período de 21 de outubro de 2014 a 30 de novembro de 2014.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V da Lei Complementar Municipal nº 005/99 de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 20 de outubro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

## Paulo Lopes

### PREFEITURA

**Portaria Nº 375/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 375/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade da disposição na Legislação Municipal Vigente resolve:

**CONSTITUIR:**

A Comissão Especial de seleção integrada pelos seguintes servidores de carreira deste município, Rodrigo Dias Nunes, matrícula nº 656, Cleusa Antonio Vieira, matrícula nº 729,, Wilson Batista, matrícula nº 95, Juliana Cristina Derner, matrícula nº 808. Ficando sobre a responsabilidade do primeiro executar e julgar, com os demais, o Chamamento Público nº 003/2014, para a contratação temporária emergencial de um Médico Clínico Geral ESF(Estratégia Saúde da Família) equipe 03. A Comissão ora constituída deverá realizar o processo seletivo, respeitando as disposições legais em vigor, para isto tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução.

Município de Paulo Lopes-SC, em 20 de Outubro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger

Secretária Municipal de Administração

**Decreto Nº 38/2014**

DECRETO Nº38/2014

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO VALOR E DO SISTEMA DE RODÍZIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o incisoIV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º - A tabela de preços referente à prestação de serviços funerários no Município de Paulo Lopes e, cujo valor é fixado pelo Poder Executivo, passa a ser a seguinte:

**GRUPO 1 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO E RESPECTIVO VALOR:**

Urna de madeira simples, sem visor, quatro alças duras - R\$195,00;  
Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu) - R\$122,00;  
Preparação do corpo (tamponamento simples) - R\$275,00;  
Translado - R\$49,25;  
Total - R\$641,25.

**GRUPO 2 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO E RESPECTIVO VALOR:**

Urna de madeira, simples, sem visor, na cor branca, quatro alças duras - R\$412,00;



Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu) -R\$122,00;  
Preparação do corpo (tamponamento simples) - R\$275,00;  
Translado - R\$49,25;  
Total - R\$858,25.

**GRUPO 3 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO E RESPECTIVO VALOR:**

Urna de madeira, envernizada, com desenho na tampa, sem visor, quatro alças duras - R\$647,50;  
Aluguel de castiçais - (jogo de paramentos, velas e véu) -R\$122,00;  
Preparação do corpo (tamponamento simples) - R\$275,00;  
Translado - R\$49,25;  
Total - R\$1.093,75.

**GRUPO 4 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO E RESPECTIVO VALOR:**

Urna de madeira, envernizada, com desenho na tampa, sem visor, seis alças duras - R\$871,88;  
Aluguel de castiçais - (jogo de paramentos, velas e véu) -R\$122,00;  
Preparação do corpo (tamponamento simples) - R\$275,00;  
Translado - R\$49,25;  
Total - R\$1.318,13.

**GRUPO 5 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO E RESPECTIVO VALOR:**

Urna de madeira com visor, envernizada, tampa lisa, seis alças - R\$1.311,28;  
Aluguel de castiçais - (jogo de paramentos, velas e véu) -R\$122,00;  
Preparação do corpo (tamponamento simples) - R\$275,00;  
Translado - R\$49,25;  
Total - R\$1.757,53.

**GRUPO 6 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO E RESPECTIVO VALOR:**

Urna de madeira com visor, envernizada, semi-luxo, com desenho na tampa, seis alças com detalhes- R\$1.625,00;  
Aluguel de castiçais - (jogo de paramentos, velas e véu) -R\$122,00;  
Preparação do corpo (tamponamento simples) - R\$275,00;  
Translado - R\$49,25;  
Ornamentação da urna -R\$230,00  
Total - R\$2.301,25.

**GRUPO 7 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO E RESPECTIVO VALOR:**

Urna de madeira com visor, envernizada, semi-luxo, tampa e laterais com relevo, seis alças com detalhes - R\$1.625,00;  
Aluguel de castiçais - (jogo de paramentos, velas e véu) -R\$122,00;  
Preparação do corpo (tamponamento simples) - R\$275,00;  
Translado - R\$49,25;  
Ornamentação da urna -R\$230,00  
Total - R\$2.665,20.

**GRUPO 8 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO E RESPECTIVO VALOR:**

Urna de madeira com visor, envernizada, semi-luxo, com bíblia ou cruz, alças varão - R\$2.422,75;  
Aluguel de castiçais - (jogo de paramentos, velas e véu) -R\$122,00;  
Preparação do corpo (tamponamento simples) - R\$275,00;  
Translado - R\$49,25;  
Ornamentação da urna -R\$230,00  
Placa de luto ou bandeira para velório - R\$187,90;  
Total - R\$3.286,90.

**GRUPO 9 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO E RESPECTIVO VALOR:**

Urna de madeira com visor inteiro, envernizada, luxo, entalhada, tampa e laterais em relevo, seis alças com detalhes - R\$3.020,00;  
Aluguel de castiçais - (jogo de paramentos, velas e véu) -R\$122,00;  
Preparação do corpo (tamponamento simples) - R\$275,00;

Translado - R\$49,25;  
Ornamentação da urna -R\$230,00  
Placa de luto ou bandeira para velório - R\$187,90;  
Total - R\$3.884,15.

§1º. Os demais serviços classificados como facultativos e não relacionados na tabela acima e que eventualmente sejam oferecidos pela concessionária deverão seguir a tabela referencial da ABREDIF - Associação Brasileira de Empresas e Diretores Funerários.

Art. 2º - Para garantir a divisão equitativa, os serviços funerários serão prestados em forma de rodízio entre as empresas concessionárias.

§1º. O funcionamento do rodízio e os demais itens relativos à Central de Luto do Serviço Funerário poderão ser estabelecidos em regulamento próprio, ficando desde já considerados como casos excepcionais ao sistema de rodízio com exclusão da escolha aleatória:

I - O caso de acidente com mais de 01 (um) óbito, quando da mesma família;

II - O caso de óbito de parente até o segundo grau consanguíneo em linha reta ou colateral dos sócios de concessionária do serviço funerário do Município de Paulo Lopes, sendo sua responsabilidade a comprovação do parentesco, sob pena de aplicação de multa e exclusão de realização de funeral por 03 (três) vezes.

§2º. Fica determinado que, para a garantia de divisão equitativa dos serviços, em qualquer hipótese de exclusão de escolha aleatória, será a concessionária escolhida, eliminada do próximo serviço funeral da escolha aleatória.

Art. 3º. As empresas concessionárias do serviço público funerário municipal poderão criar Planos Funerários com vistas a facilitar o acesso ao serviço e/ou complementá-lo.

§1º. Às empresas concessionárias de serviços funerários não é assegurado o direito de exclusividade no oferecimento de planos funerários, mas somente em relação a prestação dos serviços, sendo facultado a outras empresas o oferecimento de planos que garantam o custeio do serviço funeral a ser prestado pelas empresas concessionárias do município.

§2º. As relações decorrentes da contratação de planos funerários com ex-concessionárias de serviço público deverão ser regidas pelas regras de direito privado, e as relações jurídicas controvertidas deverão ser compostas entre as partes interessadas, sem intervenção do Poder Público Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 21 de outubro de 2014

SABRINA RODRIGUES DE SOUZA EGER  
Sec. Mun. de Administração



**Penha****CÂMARA MUNICIPAL****Ata da Sessão de Demonstração de Funcionalidade do Objeto do Pregão Presencial Nº 03/2014 - Processo Licitatório Nº 04/2014**

ATA DA SESSÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE FUNCIONALIDADE DO OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2014

Nos dias quinze e dezessete de outubro de dois mil e quatorze, a partir das 09:00 horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Penha, na Sala das Comissões, sito à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101, Centro, a Pregoeira Zaira Cristina da Silva Hanemann, e Equipe de Apoio formada por Glaucia Costa dos Santos Francisco, Ivana da Costa e Tatiane da Silva Willem, designadas pela Portaria Nº 11/2014, o Assessor Jurídico Wlamir Mendonça Ferreira da Silva, a Contadora Dayse Cristiane de Souza Germano, e o Sr. Wilker Boeira da Rosa representando a empresa Digital Tecnologia contratada para acompanhamento técnico da demonstração de funcionalidade do objeto do Pregão Presencial Nº 03/2014, Processo Licitatório Nº 04/2014. Ato contínuo registra-se o comparecimento da Empresa Pública Informática LTDA CNPJ 958367710001-20 tendo como representante o Sr. Giovanni De Bortoli para realização da demonstração de funcionalidade do software, e a Empresa Betha Sistemas LTDA CNPJ 004568650001-67 tendo como representante o Sr. Ronaldo Amâncio Teixeira no dia 15 de outubro e do Sr. Maurício José Alves no dia 17 de outubro para acompanhar a demonstração. Encerrada a demonstração de funcionalidade do software, a Pregoeira e Equipe de Apoio constataram o não atendimento de diversos itens constantes do edital, ratificado pelo parecer emitido pela Empresa Digital Tecnologia. Registra-se que quaisquer dúvidas ou esclarecimentos referentes a forma disposta no texto do instrumento convocatório e formulados verbalmente durante a demonstração, deveriam ter sido formalizadas de acordo com o disposto no edital. Diante destas constatações, decide pela suspensão do direito adjudicado a Empresa Pública Informática LTDA e convoca desde logo as proponentes classificadas para abertura do envelope de habilitação da segunda colocada Empresa Betha Sistemas LTDA, a ser realizada no dia 23 de outubro de 2014 às 09:00. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a referente demonstração, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2014.

**Pinheiro Preto****PREFEITURA****Contrato Administrativo N.º 288/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 288/2014  
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria de Saúde,  
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 186/2014.  
EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME  
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 2.170,80 (dois mil cento e setenta reais e oitenta centavos.)

DATA DO CONTRATO: 15 de Outubro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecei

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 287/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 287/2014.  
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato CONserto VEÍCULO ONIBUS PLACA IFE-7886 E IFF 0302 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO,  
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 185/2014.  
EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA  
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 956,00 (novecentos e cinquenta e seis reais).

DATA DO CONTRATO: 15 de Outubro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecei

**PORTARIA Nº 333, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 333, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para execução de obra de engenharia referente Construção de passeios para acessibilidade urbana no Bairro São José, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO: Projeto: Levantamento Altimétrico - Prancha 00;

II - ANEXO: Projeto: Passeio - Prancha 01;

III - ANEXO: Projeto: Passeio - Prancha 02;

IV - ANEXO: Projeto: Passeio - Prancha 03;

V - ANEXO: Projeto: Passeio - Prancha 04;

VI - ANEXO: Projeto: Passeio - Prancha 05;



VII - ANEXO: Projeto: Passeio - Prancha 06;  
VIII - ANEXO: Projeto: Passeio - Prancha 07;  
IX - ANEXO: Projeto: Passeio - Prancha 08;  
X - ANEXO: Projeto: Passeio - Prancha 09;  
XI - ANEXO: Projeto: Passeio: Sinalização - Prancha 10;  
XII - ANEXO: Projeto: Passeio: Sinalização - Prancha 11;

XIII - ANEXO: Memorial Descritivo;

XIV - ANEXO: Orçamento;

XV - ANEXO: QCI - Quadro de Composição do Investimento;

XVI - ANEXO: Cronograma Físico-Financeiro;

XVII - ANEXO: RRT.

Art. 2º Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de outubro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 332, de 16 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 332, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 015/2014 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO ter restado frustrado o certame, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 015/2014, modalidade Tomada de Preços, em razão do certame ter sido declarado fracassado, e determina a repetição do certame.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 16 DE AGOSTO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 331, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 331, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 002/2014 E ADJUDICA O OBJETO AO VENCEDOR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão Permanente de Licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 002/2014, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, e adjudica o objeto licitado a NILDO RABUSKE

inscrito no CPF sob nº 657.078.859-00, pelo preço anual de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 16 DE OUTUBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 334, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 334, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para execução de obra de engenharia referente construção de Quadra de Areia no Bairro Britador, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO: Projeto: Planta Baixa - Detalhes Situação - Prancha 01;

II - ANEXO: Memorial Descritivo;

III - ANEXO: Orçamento

IV - ANEXO: Cronograma Global/Físico Financeiro

V - ANEXO: QCI - Quadro de Composição do Investimento;

VI - ANEXO: ART - Anotação de Responsabilidade Técnica;

Art. 2º Determinar à comissão de licitação o lançamento do edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de outubro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação Nº 018/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 018/2014

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 07/11/2014 licitação modalidade Tomada de Preços nº 018/2014, visando a "contratação de empresa para construção de quadra de areia no Bairro Britador deste município".

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 07/11/2014, até às 10:15hrs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone



49-35622000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

## **REPUBLICADO LEI DA LDO Nº 1.794 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014**

LEI DA LDO Nº 1.794 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EUZEBIO CALISTO VIECELI - Prefeito Municipal de Pinheiro Preto - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

### **CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

### **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais

resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com a Portaria conjunta nº.001, de 20 de junho de 2011, e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa;
- IV - Programa de Trabalho;
- V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;
- VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;
- VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;
- IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;
- XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;
- XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria conjunta nº. 001, de 20 de junho de 2011 e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos Municipais, Instituto de Previdência e sistema de assistência médica abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);
- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto IPREPI; (descentralizado);
- Sistema Municipal de Assistência Médico Hospitalar dos Servidores



Públicos de Pinheiro Preto. (descentralizado);  
- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (centralizado);

Art. 6º - Mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2011 a 2013, fixada para 2014 e projetada para 2015 a 2017;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2013 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2015 a 2017;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2011 a 2013;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2015;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2011 a 2013, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2015 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2015, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo

de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2015 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2014.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2015, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.



Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2015, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2015, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de

capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - As verificações dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - As verificações dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.



## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentados estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput.

Art. 41 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 42 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 43 - Até o dia 30 de Outubro de 2015, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014 e o Excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 44 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 45 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativo X - Metas e prioridades.

Art. 46 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PINHEIRO PRETO (SC) em 07 de Outubro de 2014  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA N.º 337, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA N.º 337, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME).

EUZÉBIO CALISTO VIECELLI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 8º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação-PME para estruturar e coordenar os trabalhos do Fórum Municipal de Educação do município de Pinheiro Preto, sendo que a equipe terá a seguinte composição:

- Geni Marli Birk de Oliveira (Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte);
- Karina Chiarani Faccin (Coordenadora Administrativo Escolar);
- Bernardete Pasetto Farina (Diretora Ensino Fundamental Anos Iniciais);



- Veronice Fritzen (Diretora Educação Infantil);

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos.

Pinheiro Preto (SC), 20 de outubro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.089, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.089, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de Novembro de 2013; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 53.957,81 (Cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos) vinculada à destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 - Poder Executivo  
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras  
02.06. 15 - Urbanismo  
02.06.15.451 - Infra-estrutura Urbana  
02.06.15.451.1501 - Urbanização de Vias  
02.06.15.451.1501.1010 - Pavimentação de Ruas e Passeios  
4490.0000 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0124

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão a conta do Convênio Contrato de Repasse nº 766593/2011 celebrado entre a União Federal, por meio do Ministérios das Cidades e o Município de Pinheiro Preto, destinado a transferência de recursos financeiros para calçamento, sinalização e drenagem nas ruas do Bairro Tranquilo Benjamin Guzzi no município de Pinheiro Preto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 339, de 20 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 339, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
DETERMINA PROVIDÊNCIAS NO ÂMBITO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando

O equívoco havido em relação a remuneração constante do Edital de Concurso Público nº 001/2014 para o cargo de Atendente de Creche I, onde constou o valor de R\$ 1.021,48 quando na realidade o Plano de Cargos prevê R\$ 875,75;

Considerando a necessidade de definir qual o valor que deve ser pago ao servidor nomeado;

Considerando a notificação do Controle Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica determinada a instauração de processo de expediente a fim de que seja definido, mediante parecer da Assessoria Jurídica, o valor a ser pago a título de remuneração.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 20 de outubro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal



**Pomerode****PREFEITURA****Extrato do Convênio Nº 012/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 012/2014**

CONVÊNIO nº 012/2014. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniada: CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE POMERODE. Objeto: Fomentação das atividades do Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode. Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Prazo: 28/02/2015.

Pomerode/SC, 17 de outubro de 2014.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**Porto Belo****PREFEITURA****Intimação 01/2014 - Secretaria de Planejamento Urbano**

INTIMAÇÃO - Secretaria de Planejamento Urbano  
Contribuinte: JOÃO LUIZ HANG  
CPF/MF:294.471.789-87

Endereço do local: Praia de Porto Belo (imóvel situado no lugar Baixo)

Senhor Contribuinte:

Pelo presente fica Vossa Senhoria intimada a apresentar no prazo máximo de 48 horas a contar do recebimento desta as cópias dos projetos aprovados em conformidade com as edificações existentes, acompanhado de alvará e habite-se do imóvel na praia de Porto Belo/SC (imóvel situado no lugar Baixo), próximo a empresa de Pescados Pioneira de Porto Belo, Santa Catarina.

Registra-se que o não atendimento a presente intimação poderá agravar a situação existente aplicando-se AUTUAÇÃO a esta situação por infringir a legislação municipal, em especial, o Plano Diretor e Leis Complementares nº 33, 34 e 35/2011

Sendo o que se apresenta para o momento, renovam-se os protestos de consideração.

Porto Belo, 12 de agosto de 2014.

Paulo Tadeu Mendonça Santos

Diretor de Planejamento Urbano

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO - 046/2014 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 046/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de sonorização e iluminação para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste Edital  
Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 31/10/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 31/10/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 20 de outubro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração



## MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO - 045/2014 PMPB / 036/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 045/2014 PMPB / 036/2014 FMS

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Aquisição de câmeras e alarmes de monitoramento com instalação para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 31/10/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 31/10/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 20 de outubro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Edital Concurso - Após 2ª Errata

ERRATA Nº 002 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

JOÃO MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que o Edital de Concurso Público nº 001/2014, sofreu as seguintes alterações:

#### 1 - No preâmbulo, ONDE SE LÊ:

JOÃO MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina o inciso II do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, o inciso I do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo, Lei nº 718, de 31 de maio de 1993, Lei Complementar nº 53, de 18 de junho de 2014 e demais legislações vigentes; torna público para o conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições, no período de 16 a 31 de outubro de 2014, para o concurso público destinado a prover vagas em cargos constantes do Quadro de Cargos de Pessoal de Provedimento Efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, que se regerá de acordo com as instruções contidas neste Edital de Concurso Público e pelas demais disposições legais vigentes. A empresa responsável pela execução do Concurso Público nº 001/2014 nos termos do presente Edital, será a empresa InfoVR Tecnologia e Consultoria Pública Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.662.246/0001-30, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1017, Centro, Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.

LEIA-SE:

JOÃO MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

legais e de conformidade com o que determina o inciso II do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, o inciso I do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo, Lei nº 718, de 31 de maio de 1993, Lei Complementar nº 53, de 18 de junho de 2014 e demais legislações vigentes; torna público para o conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições, no período de 23 de outubro de 2014 a 07 de novembro de 2014, para o concurso público destinado a prover vagas em cargos constantes do Quadro de Cargos de Pessoal de Provedimento Efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, que se regerá de acordo com as instruções contidas neste Edital de Concurso Público e pelas demais disposições legais vigentes. A empresa responsável pela execução do Concurso Público nº 001/2014 nos termos do presente Edital, será a empresa InfoVR Tecnologia e Consultoria Pública Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.662.246/0001-30, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1017, Centro, Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.

#### 2 - No item 6.2, ONDE SE LÊ:

6.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.infovr.com.br](http://www.infovr.com.br), no período entre as 08h do dia 16 de outubro e 20h do dia 31 de outubro de 2014.

LEIA-SE:

6.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.infovr.com.br](http://www.infovr.com.br), no período entre as 08h do dia 23 de outubro de 2014 e 20h do dia 07 de novembro de 2014.

#### 3 - No item 6.8.2, ONDE SE LÊ:

6.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 05 de novembro de 2014.

LEIA-SE:

6.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 11 de novembro de 2014.

#### 4 - No Anexo V - CRONOGRAMA, ONDE SE LÊ:

PROCEDIMENTO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital do Concurso Público	08/10/2014
Prazo para recurso contra o Edital	09/10/2014 a 15/10/2014
Período das inscrições no Concurso	16/10/2014 a 31/10/2014
Homologação das inscrições	05/11/2014
Prazo para recurso contra não homologação	06/11/2014 a 07/11/2014
Data das provas escritas	09/11/2014
Publicação do gabarito provisório	10/11/2014
Prazo de recurso contra questão da prova	11/11/2014 a 12/11/2014
Publicação do gabarito oficial	19/11/2014
Publicação da classificação provisória	19/11/2014
Prazo para recurso contra classificação provisória	20/11/2014 a 21/11/2014
Homologação do resultado final do concurso	28/11/2014

LEIA-SE:

PROCEDIMENTO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital do Concurso Público	08/10/2014
Prazo para recurso contra o Edital	09/10/2014 a 15/10/2014
Período das inscrições no Concurso	23/10/2014 a 07/11/2014



Homologação das inscrições	11/11/2014
Prazo para recurso contra não homologação	12/11/2014 a 13/11/2014
Data das provas escritas	16/11/2014
Publicação do gabarito provisório	17/11/2014
Prazo de recurso contra questão da prova	18/11/2014 a 19/11/2014
Publicação do gabarito oficial	26/11/2014
Publicação da classificação provisória	26/11/2014
Prazo para recurso contra classificação provisória	27/11/2014 a 28/11/2014
Homologação do resultado final do concurso	05/12/2014

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém possa alegar desconhecimento, a Errata nº 002 ao Edital de Concurso Público nº 001/2014, será publicada no mural da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, anexo ao Edital de Concurso Público e no site oficial do legislativo municipal: [www.camaraportobelo.sc.gov.br](http://www.camaraportobelo.sc.gov.br), dando ciência a todos os candidatos inscritos ao Concurso Público nº 001/2014.

Porto Belo (SC), 13 de outubro de 2014.

JOÃO MENDES  
Presidente

### Concurso 01/2014 - Segunda Errata

ERRATA Nº 002 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014

JOÃO MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que o Edital de Concurso Público n.º 001/2014, sofreu as seguintes alterações:

#### 1 - No preâmbulo, ONDE SE LÊ:

JOÃO MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina o inciso II do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, o inciso I do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo, Lei nº 718, de 31 de maio de 1993, Lei Complementar nº 53, de 18 de junho de 2014 e demais legislações vigentes; torna público para o conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições, no período de 16 a 31 de outubro de 2014, para o concurso público destinado a prover vagas em cargos constantes do Quadro de Cargos de Pessoal de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, que se regerá de acordo com as instruções contidas neste Edital de Concurso Público e pelas demais disposições legais vigentes. A empresa responsável pela execução do Concurso Público n.º 001/2014 nos termos do presente Edital, será a empresa InfoVR Tecnologia e Consultoria Pública Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.662.246/0001-30, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1017, Centro, Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.

#### LEIA-SE:

JOÃO MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina o inciso II do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, o inciso I do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo, Lei nº 718, de 31 de maio de 1993, Lei Complementar nº 53, de 18 de junho de

2014 e demais legislações vigentes; torna público para o conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições, no período de 23 de outubro de 2014 a 07 de novembro de 2014, para o concurso público destinado a prover vagas em cargos constantes do Quadro de Cargos de Pessoal de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, que se regerá de acordo com as instruções contidas neste Edital de Concurso Público e pelas demais disposições legais vigentes. A empresa responsável pela execução do Concurso Público n.º 001/2014 nos termos do presente Edital, será a empresa InfoVR Tecnologia e Consultoria Pública Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.662.246/0001-30, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1017, Centro, Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.

#### 2 - No item 6.2, ONDE SE LÊ:

6.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.infovr.com.br](http://www.infovr.com.br), no período entre as 08h do dia 16 de outubro e 20h do dia 31 de outubro de 2014.

#### LEIA-SE:

6.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.infovr.com.br](http://www.infovr.com.br), no período entre as 08h do dia 23 de outubro de 2014 e 20h do dia 07 de novembro de 2014.

#### 3 - No item 6.8.2, ONDE SE LÊ:

6.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 05 de novembro de 2014.

#### LEIA-SE:

6.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 11 de novembro de 2014.

#### 4 - No Anexo V - CRONOGRAMA, ONDE SE LÊ:

PROCEDIMENTO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital do Concurso Público	08/10/2014
Prazo para recurso contra o Edital	09/10/2014 a 15/10/2014
Período das inscrições no Concurso	16/10/2014 a 31/10/2014
Homologação das inscrições	05/11/2014
Prazo para recurso contra não homologação	06/11/2014 a 07/11/2014
Data das provas escritas	09/11/2014
Publicação do gabarito provisório	10/11/2014
Prazo de recurso contra questão da prova	11/11/2014 a 12/11/2014
Publicação do gabarito oficial	19/11/2014
Publicação da classificação provisória	19/11/2014
Prazo para recurso contra classificação provisória	20/11/2014 a 21/11/2014
Homologação do resultado final do concurso	28/11/2014

#### LEIA-SE:

PROCEDIMENTO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital do Concurso Público	08/10/2014
Prazo para recurso contra o Edital	09/10/2014 a 15/10/2014
Período das inscrições no Concurso	23/10/2014 a 07/11/2014
Homologação das inscrições	11/11/2014
Prazo para recurso contra não homologação	12/11/2014 a 13/11/2014



Data das provas escritas	16/11/2014
Publicação do gabarito provisório	17/11/2014
Prazo de recurso contra questão da prova	18/11/2014 a 19/11/2014
Publicação do gabarito oficial	26/11/2014
Publicação da classificação provisória	26/11/2014
Prazo para recurso contra classificação provisória	27/11/2014 a 28/11/2014
Homologação do resultado final do concurso	05/12/2014

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém possa alegar desconhecimento, a Errata nº 002 ao Edital de Concurso Público nº 001/2014, será publicada no mural da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, anexo ao Edital de Concurso Público e no site oficial do legislativo municipal: [www.camaraportobelo.sc.gov.br](http://www.camaraportobelo.sc.gov.br), dando ciência a todos os candidatos inscritos ao Concurso Público nº 001/2014.

Porto Belo (SC), 13 de outubro de 2014.  
JOÃO MENDES  
Presidente

### Concurso 01/2014 - Anexo 5 Após Errata

ANEXO V (\*)  
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014  
CRONOGRAMA

PROCEDIMENTO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital do Concurso Público	08/10/2014
Prazo para recurso contra o Edital	09/10/2014 a 15/10/2014
Período das inscrições no Concurso	23/10/2014 a 07/11/2014
Homologação das inscrições	11/11/2014
Prazo para recurso contra não homologação	12/11/2014 a 13/11/2014
Data das provas escritas	16/11/2014
Publicação do gabarito provisório	17/11/2014
Prazo de recurso contra questão da prova	18/11/2014 a 19/11/2014
Publicação do gabarito oficial	26/11/2014
Publicação da classificação provisória	26/11/2014
Prazo para recurso contra classificação provisória	27/11/2014 a 28/11/2014
Homologação do resultado final do concurso	05/12/2014

Porto Belo (SC), 13 de outubro de 2014.  
JOÃO MENDES  
Presidente

## Porto União

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 557/2014

DECRETO Nº 557, de 15 de outubro de 2014.  
Dispõe sobre Aposentadoria por Invalidez Permanente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 10.887/2004, combinado com o § 1º, inciso I e §§ 3º e 17, do Artigo 40, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, devidamente combinado com o parágrafo único do artigo 21, artigo 24 e seguintes da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

#### DECRETA:

Art. 1º APOSENTA por invalidez permanente, com proventos integrais, excluído o adicional de insalubridade, a Sra. LARISSA REPUKNA, no Cargo de Psicóloga, portadora do RG nº 4.917.349-9 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 053.505.529-37, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, com ingresso no Serviço Público em 03 de julho de 2006, pelo Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º A Servidora aposentada por invalidez por força deste Decreto deverá, após o decurso de 01 (um) ano, contado da data de publicação deste ato, submeter-se a inspeção médica para efeito de reversão, tudo consoante preconiza os artigos 27, 28 e 29, da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK  
Presidente do IMPRESS

#### Decreto Nº 558/2014

DECRETO Nº 558, de 16 de outubro de 2014.  
Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.239, de 30 de abril de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
----------------	--	--	--



UNIDADE	0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2063 - CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal		
MODALIDADE	4471 - 3100 - Transferências a Consórcios Públicos	160	2.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro, do Exercício de 2013, na Fonte 3100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 16 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Decreto Nº 559/2014

DECRETO Nº 559, de 17 de outubro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação do responsável pela Fundação Municipal de Cultura de Porto União - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o caráter público da Fundação Municipal de Cultura de Porto União - SC;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do responsável pela entidade junto à Receita Federal do Brasil - RFB,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ANIZIO DE SOUZA, Responsável pela Fundação Municipal de Cultura de Porto União - SC, perante a Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 560/2014

DECRETO Nº 560, de 17 de outubro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação do responsável pelo Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Porto União - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o caráter público do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Porto União - SC;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do responsável pela entidade junto à Receita Federal do Brasil - RFB,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ANIZIO DE SOUZA, Responsável pelo Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Porto União - SC, perante a Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 551/2014

DECRETO Nº 551, de 10 de outubro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Progressão por Formação Continuada dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 22 a 26, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Progressão por Formação Continuada dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 22, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão, nos termos do que dispõe o § 1º do Artigo 23, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011:

I- Bento Trindade Júnior - Secretário Municipal de Educação;  
II- Sandra Mara Pflieger Sass - Professora Pedagoga;  
III- Maria de Lourdes Furkim dos Santos - Professora Pedagoga;  
IV- Salete Terezinha Húpalo Budniak - Professora docente da Educação Infantil;  
V- Mariana Bona Grim Kreling - Professora docente das séries iniciais do Ensino Fundamental;  
VI- Ilza Terezinha Reinbold de Andrade - Professora docente das séries finais do Ensino Fundamental.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 10 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



**Decreto Nº 552/2014**

DECRETO Nº 552, de 10 de outubro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Intersectorial, que será responsável no Município pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado, ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, disposto desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação nos municípios, do Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersectorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei, quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual, quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersectorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento, e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes: Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal

de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante, tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersectorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige a definição de uma "comissão intersectorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo à aprovação em Audiência Pública,

**DECRETA:**

Art. 1º Nomeia a Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

- I- Representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Karla Beatriz Dalmagro;
- II- Representando a Secretaria Municipal de Saúde: Nilza Custódio Michelotto;
- III- Representando a Secretaria Municipal de Educação: Cecilia Clarete Kopko Tidre;
- IV- Representando a Secretaria Municipal de Administração e Esporte: Terezinha Eliane da Cruz Rabuske;
- V- Representando a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: Ari Krüger dos Passos;
- VI- Representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA: Neusa Lucia Benoni;
- VII- Representando o Conselho Tutelar: Juliane Paola Rosa.

Parágrafo único. A Comissão Intersectorial definirá entre seus membros, um coordenador.

Art. 2º A Comissão Intersectorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA até o dia 18 de novembro de 2014.

Art. 4º O calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, será:

- I- 13 de outubro de 2014 - Reunião com a Equipe da Assistência Social - AS e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- II- 14 de outubro de 2014 - 1ª Reunião da Comissão Intersectorial - Apresentação do diagnóstico, validação dos itens iniciais e de encaminhamentos das definições das ações intersectoriais;
- III- 11 de novembro de 2014 - 2ª Reunião da Comissão Intersectorial - Validação das ações intersectoriais;
- IV- 17 de novembro de 2014 - Audiência Pública - Apresentação final do Plano.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 10 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



JOSÉ VALMOR ALVES  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

**Decreto Nº 553/2014**

DECRETO Nº 553, de 10 de outubro de 2014.

Dispõe sobre retificação do Decreto nº 205, de 02 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1233, de 07 de maio de 2013, página 224.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Ofício nº 0113/2014 - IMPRESS, do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais, referente ao Ato de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição do Senhor Dilermando Rafael Witiuk,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto nº 205, de 02 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1233, de 07 de maio de 2013, página 224:

Onde se lê:

“O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 1º, inc. III, letra a, da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inc. I, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, observado o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003,”

Leia-se:

“O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005,”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 10 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Decreto Nº 554/2014**

DECRETO Nº 554, de 10 de outubro de 2014.

Dispõe sobre retificação do Decreto nº 281, de 02 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1319, de 06 de setembro de 2013, página 388.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Ofício nº 0114/2014 - IMPRESS, do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais, referente ao Ato de Aposentadoria Voluntária por

Tempo de Contribuição do Senhor João Maria de Bairros,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto nº 281, de 02 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1319, de 06 de setembro de 2013, página 388:

Onde se lê:

“O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 1º, inc. III, letra a, da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inc. I, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, observado o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003,”

Leia-se:

“O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005,”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 10 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria Nº 026/2014**

PORTARIA Nº 026, de 10 de outubro de 2014.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea “c” da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto nos parágrafos 1º ao 5º, do Art. 10, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011,

DETERMINA:

Art. 1º Nomeia Comissão Especial, sem ônus para o Município, para analisar a documentação e emitir parecer acerca da possibilidade de Promoção Funcional por Titulação, aos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Porto União.

Art. 2º Designar como Membros da Comissão:

I- Secretário Municipal de Administração e Esporte - Paulo Rubens Buch;

II- Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade - Ricardo Dragoni;

III- Chefe de Recursos Humanos - Giovana Müller;

IV- Representante do Sindicato - Antonio Carlos Colaço;

V- Representantes das Secretarias Municipais de:

a) Administração e Esporte - Rozane Meneguzzo Vargas Lanzarini;

b) Finanças e Contabilidade - Cláudio Michaliszyn;

c) Transportes, Obras e Serviços Públicos - Cleomar Bodech Kepp;

d) Agricultura - Dallan Marcelo Gregório;



- e) Educação - Aloir Rodrigues Calisto;
- f) Saúde - Daniel Benoni;
- g) Desenvolvimento Social - Lubina Oleinik;
- h) Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente - Valter Alves da Silva;
- i) Planejamento - Divansir José Berton;
- j) Cultura e Turismo - Márcio Roberto Marczyński.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Extrato de Contrato 028/2014 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 028/2014 - FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e empresa DISMACENTER INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP.

Objeto: aquisição de Armários Sob Medida.

Valor total R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 004/2014-FUNREBOM, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de outubro de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP.  
Contratada

### ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO 029/2014 - FUNREBOM

ERRATA

REFERENTE EXTRATO DE CONTRATO 029/2014 - FUNREBOM

No extrato de Contrato 029/2014 - FUNREBOM, publicado na Edição 1596 do dia 20/10/2014 do Diário Oficial dos Municípios, onde lê - se "Extrato de Contrato 029/2014 - Educação", leia - se "Extrato de Contrato 029/2014 - Funrebom".

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 20 de outubro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

## Presidente Castello Branco

### PREFEITURA

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 31/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 31/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GRÁFICA SUL OESTE LTDA ME
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa Gráfica para a confecção de materiais gráficos, destinada ao atendimento dos diversos segmentos administrativos desta municipalidade, para o exercício de 2014. O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que continue a distribuição dos calendários bimestrais as famílias castellenses, acresce-se o item, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do item 07 fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 10.250,00 (dez mil, duzentos e cinquenta reais), para R\$ 11.486,60 (onze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais, com sessenta centavos) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	07/10/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 82/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 82/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GGF TRANSPORTES LTDA
OBJETO:	O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do trajeto nº 02, Vila Nossa Senhora de Lourdes, Linha Divisa, Linha Taquaral, Linha Divisa, Sede (Vespertino), nos termos do ofício supracitado, durante o período de 24 de setembro de 2014 a 09 de outubro de 2014, devido a necessidade de desvio para a realização da prestação de serviços de fretamento escolar. Assim, a quilometragem percorrida neste trajeto de 84 quilômetros passa a ser de 94 quilômetros, durante esse período de reforma da ponte sobre o Rio Camboin, no interior do Município de Concórdia/SC que faz divisa com o Município de Presidente Castello Branco/SC, o que impediu que o trajeto fosse percorrido conforme o contratado.
VALOR:	Em razão da alteração no trajeto neste período de 24 de setembro de 2014 a 09 de outubro de 2014, o valor do contrato original passa de R\$ 298,20 (duzentos e noventa e oito reais, com vinte centavos) diários para R\$ 333,70 (trezentos e trinta e três reais, com setenta centavos) diários.
DATA:	17/10/2014

Claudio Sartori

Prefeito Municipal



**Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 83/2014**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 83/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	VALDESIR BATISTA CADORE ME
OBJETO:	O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do trajeto nº 03, Sede, Linha Taquaral, Sede (Noturno), nos termos do ofício supracitado, durante o período de 24 de setembro de 2014 a 09 de outubro de 2014, devido a necessidade de desvio para a realização da prestação de serviços de fretamento escolar. Assim, a quilometragem percorrida neste trajeto de 40 quilômetros passa a ser de 45 quilômetros, durante esse período de reforma da ponte sobre o Rio Camboin, no interior do Município de Concórdia/SC que faz divisa com o Município de Presidente Castello Branco/SC, o que impediu que o trajeto fosse percorrido conforme o contratado.
VALOR:	Em razão da alteração no trajeto neste período de 24 de setembro de 2014 a 09 de outubro de 2014, o valor do contrato original e seu primeiro aditivo passa de R\$ 100,00 (cem reais) diários para R\$ 112,50 (cento e doze reais, com cinquenta centavos) diários.
DATA:	17/10/2014

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 61/2014**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 61/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ILLO QUÍMICA LTDA EPP
OBJETO:	O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda das Secretarias Municipais durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que a manutenção das secretarias continuem a ser atendidas de forma digna, acresce-se o item sabonete líquido lavanda e erva doce, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 45, sabonete líquido lavanda e erva doce, a ser entregue em embalagem de 05lts.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do item 45 fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 2.944,22 (dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais, com vinte e dois centavos) para R\$ 2.983,19 (dois mil, novecentos e oitenta e três reais, com dezenove reais) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	20/10/2014 a 31/12/2014

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 62/2014**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 62/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO ME
OBJETO:	O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda das Secretarias Municipais durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que a manutenção das secretarias continuem a ser atendidas de forma digna, acresce-se o item pano de chão, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 23, pano de chão, na medida de 59 cm x 78 cm.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do item 23 fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 9.239,05 (nove mil, duzentos e trinta e nove reais, com cinco centavos) para R\$ 9.309,90 (nove mil, trezentos e nove reais, com noventa centavos) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	20/10/2014 a 31/12/2014

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 63/2014**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 63/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda das Secretarias Municipais durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a manutenção das secretarias continuem a ser atendidas de forma digna, acresce-se os itens listados na cláusula terceira, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos itens 08, 42 e 43.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do item 05 fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 16.336,60 (dezesseis mil, trezentos e trinta e seis reais, com sessenta centavos) para R\$ 16.741,79 (dezesseis mil, setecentos e quarenta e um reais, com setenta e nove centavos) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	20/10/2014 a 31/12/2014

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Concurso 002/2014 - Termo de Posse E Exercício - Claudimar Ferreira de Souza Junior

#### TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CLAUDIMAR FERREIRA DE SOUZA JUNIOR, nomeado (a) pela Portaria n. 1028/RH, de 18/09/2014, publicada no DOM na data de 25/09/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 20/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

### Termo de Convocação - Thaís Helena Camargo Vedana

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) THAÍS HELENA CAMARGO VEDANA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Terapeuta Ocupacional, 30 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 006/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 20 de outubro de 2014.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

### TERMO DE CONVOCAÇÃO - CRISTINA SATIE SUZUKI

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CRISTINA SATIE SUZUKI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Farmacêutico, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 006/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 20 de outubro de 2014.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

### TERMO DE CONVOCAÇÃO - TAINA DE SOUZA LOPES

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) TAINA DE SOUZA LOPES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Fisioterapeuta, 30 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 006/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 20 de outubro de 2014.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

### TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO 002/2014 - DANIEL DA SILVA

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DANIEL DA SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 1100/RH de 09/10/2014, publicada em 20/10/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em



contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2014.

Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

#### **PORTARIA N. 1107/RH**

PORTARIA Nº 1107/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, no período de 05/10/2014 a 03/11/2014, concedida por meio da Portaria n. 0638/RH, de 30/05/2014 e Portaria n. 0767/RH, de 04/07/2014, ao servidor municipal AUGUSTINHO IGNÁCIO ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

#### **Portaria 1104/RH**

PORTARIA Nº 1104/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela

Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, no período de 03/10/2014 a 16/11/2014, concedida por meio da Portaria n. 0638/RH, de 30/05/2014 e Portaria n. 0765/RH, de 04/07/2014, a servidora municipal BEATRIZ FRONZA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

#### **PORTARIA 1103/RH**

PORTARIA Nº 1103/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, no período de 24/09/2014 a 22/12/2014, concedida por meio da Portaria n. 0776/RH, de 07/07/2014, a servidora municipal ADRIANA MAISA NIKEL WETZSTEIN ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

#### **ZILMA KLOPPEL - 3º, 5º E 6º TERMOS ADITIVOS**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 04/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ZILMA KLOPPEL, portador(a) do CPF nº 833.633.789-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 108/2014, iniciando-se a prorrogação em 05/08/2014 e encerrando-se em 04/12/2014."

#### **Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.



E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/08/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ZILMA KLOPPEL  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 27/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZILMA KLOPPEL, portador(a) do CPF nº 833.633.789-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 108/2014, iniciando-se a prorrogação em 06/07/2014 e encerrando-se em 04/08/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT Secretário Municipal de Administração Interino	ZILMA KLOPPEL Contratado(a)
--	--------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 27/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZILMA KLOPPEL, portador(a) do CPF nº 833.633.789-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 108/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 05/07/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT Secretário Municipal de Administração Interino	ZILMA KLOPPEL Contratado(a)
--	--------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

### DEISE HELLMANN - 6º E 7º TERMOS ADITIVOS

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 096/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 15/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DEISE HELLMANN portador(a) do CPF nº 073.411.009-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 096/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 096/2014, iniciando-se a prorrogação em 16/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/08/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

DEISE HELLMANN  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.



7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 096/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DEISE HELLMANN portador(a) do CPF nº 073.411.009-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 096/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 096/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

**Cláusula Segunda - Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DEISE HELLMANN

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Portaria Nº. 277/2014

PORTARIA Nº. 277/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado a pedido, a partir desta data, o Sr. EMERSON LUIZ MENDES, matrícula funcional nº 1127, do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS, da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### Portaria Nº 135/2014

PORTARIA Nº 135/2014  
PROROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica prorrogado licença para tratamento de saúde ao Servidor Municipal, Senhor VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, matrícula nº 1083/9, ocupante da função de Motorista de Veículos Leves até 05/12/2014 conforme Comunicação de Decisão da Previdência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

### DECRETO Nº 282/2014 - TURNO ÚNICO

DECRETO Nº 282/2014

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE AO PÚBLICO NOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica adotado horário especial para atendimento ao público nos diversos setores do Município de Santa Terezinha do Progresso a partir de 20 de Outubro de 2014.

Parágrafo Primeiro - O atendimento administrativo, contábil e de documentos como identidade, Serviço Militar e INCRA, terá expediente das 07hs às 13hs.

Parágrafo Segundo - O expediente das Secretarias de Agricultura, Assistência Social e Infraestrutura, igualmente será das 07hs às 13hs.

Parágrafo Terceiro - O atendimento nas Secretarias de Educação, Saúde e Centro de Referência de Assistência Social (Cras) permanecerão em horário comercial das 07:30hs às 11:30hs e das 13:00hs às 17:00hs.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### Portaria Nº070/2014 de 20 de Agosto de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 070/2014 - DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal VALMOR VANZIN e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor VALMOR VANZIN, ocupante do Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, conforme - CID M 17 - GONARTROSE - Artrose de Joelho, ou seja, no período de 20 de agosto de 2014 a 17 de dezembro de 2014, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 20 de agosto de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Diretora de Departamento  
Secretaria da Administração

### PORTARIA Nº071/2014 DE 27 DE AGOSTO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº071/2014 - DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

Concede Férias a Servidor Público Municipal GERSON CARLOS RISSARDO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com os Artigos 60 e 65 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal GERSON CARLOS RISSARDO, ocupante do Cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 02 de Junho de 2013 à 01 de

Junho de 2014 à serem Gozadas no período de 01 de setembro de 2014 à 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 27 de agosto de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Diretora Departamento Sec.Administração.

### PORTARIA Nº072/2014 DE 29 DE AGOSTO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº072/2014 - DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Demite a pedido a Srª. ANA PAULA ZAT do Conselho Tutelar.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE demissão a pedido da Conselheira ANA PAULA ZAT do cargo de Conselheira Tutelar de Santiago do Sul-SC a partir de 21 de julho de 2014, conforme informações recebidas da Presidente do Conselho Tutelar e do CMDCA.

Art. 2º DESCONTAR das verbas rescisórias os valores pagos desde a data de desligamento em epígrafe.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 29 de agosto de 2014

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Carine Piva  
Diretora de Departamento

### PORTARIA Nº073/2014 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 073/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a instauração de Sindicância, nomeia Comissão Especial e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 116 e seguintes da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),



**RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância com o objetivo de apurar, avaliar e levantar outras informações relevantes sobre os fatos ocorridos na manhã do dia 13 de setembro de 2014, em que o Prefeito Municipal, Sr. Volmir Antonio Sotille, foi chamado pela Polícia Militar para comparecer na Garagem do Município em razão da ocorrência de um acidente envolvendo o veículo FIAT/STRADA, placas MKE 8271, de propriedade da Administração Municipal, o qual, segundo informações da autoridade policial, teria sido provocado pelo Servidor Municipal SADI ANTONIO ORLANDI, nomeando comissão especial para conduzir os trabalhos, composta pelos seguintes membros:

- I - Vanderli José Pedrotti - Presidente;
- II - Valdecir Saretto - Membro;
- III - Carmen Fachim Gentilini - Membro;
- IV - Odair José Prati - Membro.
- V - Marilene Valcarenghi Toazza - Suplente

Art. 2º A Comissão nomeada deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, oportunizando ampla defesa ao servidor.

Art. 3º Os serviços da Comissão ora instituída, são considerados de caráter relevante, não sendo atribuída aos seus membros qualquer remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE.

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº074/2014 de 23 de Setembro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº074/2014 - DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora CILDA MATTIA CASANOVA e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CILDA MATTIA CASANOVA, ocupante do cargo de Assistente Administrativa, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nomeada através dos Decretos Nº141/2001 de 21 de dezembro de 2001, pelo período de 02 (Dois) Dias, ou seja, no dia 23 e 24 de setembro de 2014, conforme atestado médico

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº075/2014 DE 09 DE OUTUBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 075/2014 - DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal ARTENIO GUEDES e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor ARTENIO GUEDES, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINA I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme - CID M 54-1 - Radiculopatia ou seja, no período de 09 de outubro de 2014 a 07 de dezembro de 2014, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação - Pregão Nº 301/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 301/2014  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 04 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DESGASTES DIVERSOS PARA USO NOS EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS CONFORME RELAÇÃO COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

### DECRETO Nº 710/2014

DECRETO Nº 0710, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.  
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:  
Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos  
Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos  
(214) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:  
Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos  
Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e

Serviços Urbanos  
(206) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 048/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

DO OBJETO: O objeto deste Contrato consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de seguro total e contra terceiros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme relação dos veículos segurados em anexo ao Edital de Pregão nº 51/2014.

DO VALOR: R\$ 1.800,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2014.  
Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.  
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, como Contratada.

### Extrato de Termo Aditivo Nº 297/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 297/2014

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 197/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, em 23 de MAIO de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 171/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 197/2012, que consiste na construção de um Galpão Industrial, com área total de 179,34m² com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, situado na Rua Amandus Jürgensen, Bairro Centenário, no Município de São Bento do Sul, para Empreendimento Associativo visando o apoio a grupos produtivos de mulheres, conforme Contrato de Repasse nº 306.582-18-2009 MDA/CAIXA, memorial descritivo e projetos;

Considerando que o valor de supressão foi informado errôneo no Termo Aditivo nº 250/2014, faz-se necessário retificar a Cláusula Primeira do referido Termo Aditivo nos seguintes termos:

Fica retificada a Cláusula Primeira do Termo Aditivo nº 250/2014, para que onde se lê: "Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 1.552,64 (hum mil quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)."; leia-se: "Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 1.552,63 (hum mil quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos).".

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2014.  
Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.  
ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

RICARDO CALLADO, como Arquiteto e Urbanista.  
LN CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.



**DECRETO Nº 712/2014**

DECRETO Nº 0712, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014  
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Edriangela Wiggers Galkowski, Anderson Hinke e Ricardo Antonio Homechen para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 297009/2014, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 28 de outubro de 2014, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**Extrato de Termo Aditivo Nº 284/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 284/2014

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Operacionalização de Estágios de nº 099/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, em 19 de MARÇO de 2013, conforme Pregão Presencial nº 76/2013.

Considerando o objeto do presente Contrato que consiste na contratação de serviços para operacionalização de estágios, visando formação profissional, treino, prática, situações de vida e trabalho aos alunos das instituições de ensino do município de São Bento do Sul, sendo 55 (cinquenta e cinco) de Ensino superior e 55 (cinquenta e cinco) de Ensino Médio ou Técnico, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25/09/08 e Lei 9.394 de 20/12/96 - Lei de Diretrizes; Considerando que a Contratada entrou com pedido de prorrogação contratual por se tratar de serviços contínuos ao Município, conforme Cláusula Quinta - da Vigência;

Considerando também que a Contratada está solicitando reajuste do Contrato nº 099/2013 com base no índice INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado até 30/09/2014, sendo o percentual de 7,4958% e o valor unitário pretendido a R\$ 14,17 (quatorze reais e dezessete centavos);

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar e aditar o referido Contrato de Prestação de Serviços de Operacionalização de Estágios conforme Art. 57, inciso II e Art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 09 (nove) meses, a contar de 01 de outubro de 2014 e a terminar em 30 de junho de 2015.

Reajusta-se o valor unitário de R\$ 13,18 (treze reais e dezoito centavos) por estudante/mês para R\$ 14,17 (quatorze reais e dezessete centavos), totalizando a prorrogação em R\$ 14.028,30 (quatorze mil vinte e oito reais e trinta centavos), para pagamentos conforme Contrato Original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, como Contratado.

**DECRETO Nº 713/2014**

DECRETO Nº 0713, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

ALTERA O DECRETO Nº 0667/2014 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 0667 de 09 de setembro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

I - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

a) Lirio Volpi - Titular"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 312/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 312/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empresa para Manutenção do Sistema de Iluminação Pública, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa para manutenção do Sistema de Iluminação Pública do município de São Bento do Sul, conforme projeto básico, planilha, quantitativos e anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 230/2014.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 2.120.453,11 - Valor Total.

São Bento do Sul, 14 outubro de 2014.

ASS: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, como Contratada.

**Decreto Nº 715/2014**

DECRETO Nº 0715, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores: RICARDO CALLADO, matrícula nº 39299, ocupante do cargo de Diretor do Departamento



de Projetos; KELLY THIEMANN, matrícula nº 40817, ocupante do cargo de Arquiteta e Urbanista; e FLAVIO LUIZ PALMQUIST PINHEIRO, matrícula nº 40464, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Obras Civas, para constituírem a Comissão de Avaliação das propostas do Edital de Concorrência Pública nº 274/2014, referente ao Exame da Metodologia de Execução.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **Decreto Nº 716/2014**

DECRETO Nº 0716, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

(504) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais

R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

(502) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Vencim. e Vant. Fixas - Pessoal Civil

R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 6624/2014**

PORTARIA Nº 6624, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

Corrige Portaria nº 5959/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CORRIGIR a Portaria nº 5959/2014, que concedeu aposentadoria ao servidor JAIME SOARES FERNANDES, no tocante ao número do processo, passando de "processo nº 3340/2014" para "processo nº 3344/2014".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **Portaria Nº 6644/2014**

PORTARIA Nº 6644, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 16 de outubro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada INEZ PORPETA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe F, matrícula nº 5070, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5807/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal



**Portaria Nº 6645/2014**

PORTARIA Nº 6645, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 16 de outubro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada ALVANI GROSCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental - Especialização, Nível II, Classe F, matrícula nº 1110, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5818/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 6646/2014**

PORTARIA Nº 6646, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constitucional Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 16 de outubro de 2014, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição à segurada MARIA ANTÔNIA FUCKNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional Operacional 01, Nível I, Classe G, matrícula nº 15100, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5810/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 6647/2014**

PORTARIA Nº 6647, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 16 de outubro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada VERA APARECIDA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível II, Classe D, matrícula nº 1660, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6162/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 6648/2014**

PORTARIA Nº 6648, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
Retifica Portaria nº 2219/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 2219, de 13 de maio de 2013, em seu Parágrafo único do Art.1º, que passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único: O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07 de maio de 2013.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:



**Portaria Nº 6649/2014**

PORTARIA Nº 6649, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 13 de outubro de 2014, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição ao segurado JAIME JOÃO ALQUINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Lanterneiro - em extinção, Grupo Ocupacional 01, Nível II, Classe C, matrícula nº 34778, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5910/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Listagem de Portarias 10/2014**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6625, de 15 de outubro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 14 de outubro de 2014. Rosângela Grein Kloster Eckstein. Atendente Educativo. EBM Denise Harms. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6626, de 15 de outubro de 2014. Conclusão Estágio Probatório, período 03/10/2011 a 03/10/2014. Milton Sanocki. Economista. GAPRE.

Portaria nº 6627, de 15 de outubro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 14 de outubro de 2014. Vautrude Antonowicz. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional - Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6628, de 15 de outubro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 14 de outubro de 2014. Marcia Aparecida Nogueira Jaehnert. Especialista em Assuntos Educacionais. Grupo Ocupacional Gestão Educacional - Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6629, de 15 de outubro de 2014. Revoga a Portaria nº 6628/2014, que nomeou servidora pública Marcia Aparecida Nogueira Jaehnert, no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, por desistência espontânea em 14 de outubro de 2014.

Portaria nº 6630, de 15 de outubro de 2014. Revoga, a partir de 15 de outubro de 2014, a Portaria nº 6522/2014, que nomeou servidora pública Cinandra Cechelero, no cargo de Professor Educação

Infantil, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 6631, de 16 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, referente ao triênio 2011/2014. Iracema Rudnick. Auxiliar de Operações. SEMUS.

Portaria nº 6632, de 16 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, referente ao triênio 2011/2014. Ivone Pinto Caetano. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 6633, de 16 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, referente ao triênio 2009/2012. Luciana Gschwendther Roberge. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 6634, de 16 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, referente ao triênio 2005/2008. Dione Maria Cavalheiro. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6635, de 16 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, referente ao triênio 2011/2014. Renata Braga Teixeira da Silva Spitzner. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 6636, de 16 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, referente ao triênio 2011/2014. Valdecir França. Vigia. SEMED.

Portaria nº 6637, de 16 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, referente ao triênio 2010/2013. Roseli do Carmo de Oliveira. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6638, de 16 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, referente ao triênio 2010/2013. Ingracio Agenor Padilha. Vigia. SEMED.

Portaria nº 6639, de 16 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, referente ao triênio 2004/2007. Maristela Kottovitz. Nutricionista. SEMED.

Portaria nº 6640, de 16 de outubro de 2014. Declara Vago Cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 15 de outubro de 2014, ocupado pela servidora Josiane de Fatima Telma Fendrich, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 6641, de 16 de outubro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 16 de outubro de 2014. Joice Sofia Schewedler. Especialista em Assuntos Educacionais. Grupo Ocupacional Gestão Educacional - Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6642, de 16 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 20/10/2014 a 18/11/2014, referente ao triênio 2007/2010. Wilson Guesser. Motorista II. SEMUS.

Portaria nº 6643, de 16 de outubro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 16 de outubro de 2014. Leocadia Rodrigues. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6650, de 17 de outubro de 2014. Nomeia Assessora Jurídica, a partir de 13 de outubro de 2014. Aline Fontana de Souza. PROCUR.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

PREFEITO MUNICIPAL.



**Edital Nº 007/2014****CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**

PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
EDITAL Nº 007/2014

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público a lista de candidatos deferidos e indeferidos do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 007/2014.

Informa ainda que conforme dispõe o Edital, o prazo para recursos será de 02 (dois) dias úteis a partir da data de publicação.

**INSCRIÇÕES DEFERIDAS****CARGO: PROFESSOR PORTUGUÊS/INGLÊS - HABILITADO**

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	026	Ana Paula Borges De Resende	6,5

**CARGO: PROFESSOR PORTUGUÊS/INGLÊS - NÃO HABILITADO**

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	004	Tatiane Vieira	3,0

**CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO**

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	018	Jucemara Da Silva	7,5
2º	050	Vanessa Deretti Rodrigues	7,5
3º	008	Ana Maria Da Silva Lima	6,5
4º	016	Denise Silverio Dos Santos Dubena	6,5
5º	033	Aline Vieira Do Prado Gadotti	6,5
6º	037	Marines Vornath Tauchen	5,0
7º	039	Ana Claudia Salvador Machado	5,0
8º	048	Fernanda Ferreira Dos Santos De Cordova	4,0
9º	024	Jaqueline Pereira	4,0

**CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO**

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	005	Neusa Terezinha Chupele	5,5
2º	042	Lucelia Baier Branco	5,5
3º	003	Renata Schaadt	5,5
4º	051	Gislaine Rais Quost	5,5
5º	032	Vanilze Grossl	5,5
6º	035	Teresinha Aparecida Andrade	3,0
7º	019	Vanderleia Prussak Bialobok	3,0
8º	025	Giseli Becker Wohl	3,0
9º	040	Katia Viesniewsky	3,0
10º	045	Bruna Huttl	3,0
11º	044	Jessica Ribeiro	3,0

**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS - FUNDAÇÃO DE DESPORTOS**

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	011	Gislaine Tais Da Fonseca	3,0

**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS - PREFEITURA MUNICIPAL**

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	034	Cleusa Teresinha Da Silveira	5,5
2º	012	Patricia Wielivick	4,5
3º	049	Luciane Dubena	4,5
4º	017	Donaria Leite Oribka	4,5
5º	021	Monica Roesler	4,5
6º	038	Elisabete Do Rocio Candido Bencz	3,5
7º	028	Mirian Passos	3,0
8º	031	Debora Estrizer Ferreira	3,0
9º	010	Edna Vanessa Krzezinski	3,0
10º	029	Sheila Schtigler	3,0
11º	047	Isaac Estrizer	3,0
12º	001	Adriane Vieira Fary Martins	2,0
13º	023	Cristiane Liebl Garcia	2,0
14º	009	Andreia Ropke Da Silva	2,0
15º	027	Denize Ferreira De Moraes	2,0
16º	006	Zenilda Teresinha De Oliveira Feliciano	2,0
17º	030	Janete De Souza Camargo	2,0
18º	036	Idalina Correia Galinski	2,0
19º	020	Linda Ines De Lima	2,0
20º	022	Luana Carolain Gruber	2,0
21º	002	Rosilene De Jesus Rodrigues	1,0
22º	007	Andresa Correia Muniz	1,0
23º	052	Maria Valdereza Da Aparecida Miranda de Souza	1,0
24º	014	Maria Carvalho	1,0
25º	013	Ivani Alves De Carvalho Oliveira	1,0
26º	053	Irene Aparecida Luiz Becker	1,0
27º	041	Sandra De Oliveira	1,0
28º	046	Osmael De Lima	1,0

**INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Motivo
015	Maila Celia Pereira	Agente de Saúde	Cargo inexistente no edital
043	Lilian Schneider	Professor de Educação Infantil - Não Habilitado	Falta documento escolaridade

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.  
Fernando Tureck  
Prefeito Municipal



**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 936/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 936/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEO3337	8492065694	7455/0	04/09/2014	218 * I
ARB6118	8492065803	7455/0	09/09/2014	218 * I
ATB2506	8492065797	7455/0	08/09/2014	218 * I
AWB6771	8492065189	7455/0	21/08/2014	218 * I
CFG8493	8492065344	7455/0	30/08/2014	218 * I
CYJ5560	8492065363	6050/3	30/08/2014	208
MBE1747	8492065415	7455/0	30/08/2014	218 * I
MEN4979	8492065359	5673/2	29/08/2014	183
MGF6672	8492065983	7455/0	20/09/2014	218 * I
MHB7576	8492065440	7455/0	01/09/2014	218 * I
MHE0818	8492065388	7455/0	01/09/2014	218 * I
MHV7411	8492065448	7455/0	02/09/2014	218 * I
MHZ2786	8492065908	5673/2	14/09/2014	183
MKF3920	8492065981	7455/0	18/09/2014	218 * I
MKO9004	8492065396	7455/0	29/08/2014	218 * I
MLK7387	8492065405	7455/0	02/09/2014	218 * I
MMB9305	8492065334	7455/0	30/08/2014	218 * I
MMI8282	8492066021	6050/3	22/09/2014	208
OLV5206	8492065418	7455/0	27/08/2014	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 937/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 937/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHE2503	8492063700	5673/2	21/06/2014	R\$ 85,12	183
ARE3808	8492064838	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BSC5764	8492064782	5673/2	02/08/2014	R\$ 85,12	183
CSX1174	8492064322	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DPL4004	8492064727	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
GRZ5919	8492063478	7463/0	04/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
IKP3120	8492063845	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
KNX1631	8492064244	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LBE5576	8492064143	6050/3	02/07/2014	R\$ 191,53	208
MAI7921	8492064655	6050/3	25/07/2014	R\$ 191,53	208
MBB4917	8492064758	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBR6704	8492064202	5673/2	03/07/2014	R\$ 85,12	183
MDD0299	8492063275	6050/3	06/06/2014	R\$ 191,53	208
MEB8390	8492063207	7455/0	31/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEZ2666	8492064249	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV3357	8492064970	5673/2	09/08/2014	R\$ 85,12	183
MIE3987	8492064401	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN5815	8492064689	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC3111	8492063315	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLE6034	8492064227	7463/0	06/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLS9308	8492064608	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1952/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1952/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALO1308	54594538E	5835/0	31/07/2014	R\$ 127,69	195
ALO1308	54594539E	7234/0	31/07/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
ARH2301	54926500E	5541/2	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ARQ1402	54926507E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW0098	54926572E	5746/1	31/07/2014	R\$ 85,12	187 * I
MCW4479	54926343E	5991/0	10/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
MDC2152	54595122E	7234/0	28/07/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MDE8234	54596757E	5207/0	09/08/2014	R\$ 53,20	169
MDY6043	54926479E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE6309	54926377E	5193/0	04/08/2014	R\$ 191,53	168
MHG8137	54926477E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH2855	54597145E	5479/0	16/07/2014	R\$ 85,12	181 * X
MIH7797	54926016E	7366/2	11/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIZ0654	54926117E	7366/2	15/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJP9086	55515443D	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJV9048	54596554E	5835/0	31/07/2014	R\$ 127,69	195
MLA8927	54926582E	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
OPN0420	54595227E	5185/1	01/08/2014	R\$ 127,69	167



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1951/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1951/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAX4864	54595370E	6599/2	02/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
AAX4864	54595371E	5010/0	02/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
AAX4864	54595373E	5118/0	02/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AAX4864	54596758E	6912/0	09/08/2014	R\$ 53,20	232
AEX7355	54594947E	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
AGW3846	54594969E	6912/0	08/08/2014	R\$ 53,20	232
AKY7802	54595032E	6912/0	08/08/2014	R\$ 53,20	232
AKY7802	54595033E	5029/2	08/08/2014	R\$ 957,69	162 * II
BNF7509	54594994E	6726/1	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
BNF7509	54594995E	6637/2	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
BNF7509	54594996E	6637/2	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CIP7133	54594941E	6599/2	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
CNW6214	54594571E	6599/2	23/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
HQI8144	54594943E	6599/2	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
IEJ5637	54594888E	6769/1	25/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
INH9381	54595887E	5169/1	31/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LYP5662	54594753E	5010/0	30/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYP5662	54594754E	5118/0	30/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZC9861	54594832E	6599/2	01/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBS2130	54594966E	5010/0	03/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBS2130	54595024E	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCZ5603	54594975E	6599/2	09/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCZ5603	54594978E	6408/0	09/08/2014	R\$ 85,12	221
MFM5531	54595329E	6599/2	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFM5531	54595330E	5029/1	05/08/2014	R\$ 957,69	162 * II
MFM5531	54596801E	6408/0	05/08/2014	R\$ 85,12	221

1 / 2



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGA6280	54595423E	6548/0	03/08/2014	R\$ 85,12	229
MGH0774	54594542E	6599/2	02/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGY9307	54594895E	6726/1	27/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGY9307	54594896E	6769/2	27/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MGY9307	54595017E	6912/0	27/07/2014	R\$ 53,20	232
MHS4195	54594828E	6912/0	31/07/2014	R\$ 53,20	232
MIS3564	54595118E	6700/0	25/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MJC2940	54594944E	6599/2	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJC2940	54594945E	5045/0	30/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJS2672	54595366E	6912/0	02/08/2014	R\$ 53,20	232
MJS2672	54595367E	5037/1	02/08/2014	R\$ 574,61	162 * III
MJS2672	54595368E	6912/0	02/08/2014	R\$ 53,20	232
MJS2672	54595369E	5134/1	02/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
MJV9048	54596553E	6599/2	31/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKN1464	54595286E	6912/0	27/07/2014	R\$ 53,20	232
MKN1594	54595090E	6912/0	25/07/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1950/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1950/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMT5513	54926544E	5819/6	11/09/2014	193
CIW5666	55906002E	5541/1	06/10/2014	181 * XVII
ENH2482	54926943E	7366/2	01/10/2014	252 * VI
LZZ5554	54926939E	5568/0	01/10/2014	181 * XIX
MDF9289	54597150E	5541/1	03/10/2014	181 * XVII
MDO0783	54926774E	7366/2	09/09/2014	252 * VI
MFY1417	54594160E	5185/1	10/09/2014	167
MFZ1466	54594023E	6122/0	30/09/2014	214 * I
MHN8445	54926935E	5193/0	30/09/2014	168
MIJ6069	54926941E	7366/2	01/10/2014	252 * VI
MIO0246	54926947E	7366/2	02/10/2014	252 * VI
MIZ0654	54926777E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MJQ9311	54594005E	6122/0	06/09/2014	214 * I
MLK1561	54926733E	5541/4	23/08/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1949/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1949/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSX1174	54596804E	5118/0	11/08/2014	164 c/c 162 * I
LYB4091	54597338E	6912/0	27/09/2014	232
MGU1014	54595143E	6912/0	09/09/2014	232
MHO7887	54594025E	6408/0	30/09/2014	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



**IPRESBS****Portaria IPRESBS Nº 371/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 371/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/10/2014 a 20/11/2014, ao servidor MARCIO CLEITON BRAGA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 07/10/2014 a 21/10/2014, compete ao SAMAE.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/10/2014.

São Bento do Sul, 16/10/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 372/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 372/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 24/10/2014 a 10/01/2015, a servidora BEATRIZ MARIA TASCHECK DE CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 09/10/2014 a 23/10/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/10/2014.

São Bento do Sul, 16/10/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 373/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 373/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/10/2014 a 31/01/2015, concedido a servidora VERA LUCIA WEIHERMANN ILG ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 324/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/10/2014.

São Bento do Sul, 16/10/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 374/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 374/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/10/2014 a 31/01/2015, concedido a servidora DINAIR DE FREITAS LISBOA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 026/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/10/2014.

São Bento do Sul, 16/10/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente



## São Cristóvão do Sul

### PREFEITURA

#### Edital 38/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2014 DISPENSA Nº 12/2014

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 12/2014, Processo de Licitação nº 38/2014 para locação da sala para Funcionamento do Conselho tutelar, em favor de GUIDO AURESVALD CALOMENO, inscrito no CPF sob nº 165.508.709-68.

São Cristóvão do Sul (SC), 15 de outubro de 2014.  
SISI BLIND  
Prefeita Municipal

## São Domingos

### PREFEITURA

#### Errata - Convênio Pefe 006 Programa de Prestação de Serviço A Comunidade.

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO/ TERMO CONVÊNIO  
Mês/Ano: Maio/2014

Número do Convênio: PREFE 006/2014 de Maio de 2014.

Descrição: DA FINALIDADE E DO OBJETO - Convênio que entre si estabelecem a Justiça Criminal da Comarca do Processo, neste ato representada pelo Doutor Juiz de Direito Sandro Pierri e a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de São Domingos/SC, neste ato representada por Ana Cláudia Barizon Fontana da Luz, para execução em conjunto do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade. O Doutor Juiz de Direito da Jurisdição Criminal da Comarca de São Domingos de um lado, e de outro, a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de São Domingos/SC, abaixo denominado simplesmente Instituição, firmam o presente Convênio, mediante a adoção das seguintes cláusulas: Cláusula Primeira: A jurisdição criminal da Comarca selecionará réus condenados a penas restritivas de direitos (Prestação de Serviços à Comunidade) e os encaminhará à Instituição, para que nela seja cumprida a pena.

Convenientes: Jurisdição Criminal da Comarca de São Domingos/ Município de São Domingos.

#### CONVÊNIO PREFE 008 DE 11.06.14 AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA USO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES MUNICIPAIS (2)

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO

Mês/Ano: Junho/2014

Número do Convênio: PREFE 008/2014 de 11 de junho de 2014. ( Convênio Nº 2014TR0001909)

Valor do Convênio: R\$ 25.000,00 repassados pela Concedente, sendo que há Contrapartida do Município no valor de R\$8.333,33, totalizando: R\$33.333,33.

Descrição: DA FINALIDADE E DO OBJETO - Este convênio visa à transferência de recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio entre as partes que o assinam, tendo como finalidade a manutenção de estradas de forma a propiciar melhores condições de segurança e trafegabilidade ao seus usuários. E como Objeto aquisição de combustível para uso da frota de máquinas e caminhões municipais.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE XANXERÊ

CNPJ: 05.628.039/0001-71

Data Vencimento: 31 de dezembro de 2014.



# São José

## PREFEITURA

### Decreto Nº 3302/2014

DECRETO Nº 3302/2014

NOMEIA CONSELHEIROS TUTELARES SUPLENTE EM CONFORMIDADE AO EDITAL CMDCA Nº 002/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL de São José, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 6º e seguintes da Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei nº. 4.302, de 20 de junho de 2005, e CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares na condição de suplentes de São José, Gestão 2013/2016, definido no Edital CMDCA nº 002/2014, através da Resolução CMDCA nº 026, de 08 de outubro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes servidores para exercer a função de Conselheiros Tutelares Suplentes, de acordo com o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, definido no Edital CMDCA nº 002/2014, até o término da gestão a ocorrer em 09 de janeiro de 2016.

I - Relação de candidatos que irão compor a Lista de Suplência:

COLOCAÇÃO	CANDIDATOS	Nº DE VOTOS	NOTAS
1º	INOCÊNCIO DE LIMA	17	7,5
2º	SUÉLEN MARTINS	16	9,25
3º	GEANCARLO FRITZ BARBOSA DOS SANTOS	16	6,5
4º	DIEGO DE LIMA BUENO	16	5,25
5º	BARBARA HARTMANN CARDOSO	14	8,0
6º	RONALDO DE OLIVEIRA	13	7,5
7º	ANDRÉA DA COSTA SANTOS	13	5,5

II -Relação de candidatos que irão compor Cadastro de Reserva:

COLOCAÇÃO	CANDIDATOS	Nº DE VOTOS	NOTAS
8º	JANETE APARECIDA PINHO	11	7,0
9º	VERA LÚCIA DE FÁTIMA CLAUS	06	6,75

Art. 2º - Os Conselheiros Tutelares Suplentes citados nos incisos "I" e "II" do artigo anterior irão assumir em sequência da lista de candidatos aprovados do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares, definido no Edital CMDCA/SJ nº 001/2013, de 19 de fevereiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entre em vigor na data de sua Publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### LEI COMPLEMENTAR N.º 063, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 229, ALTERA O INCISO II DO ARTIGO 230, ACRESCENTA §6º AO ARTIGO 241, E ACRESCENTA O INCISO IV AO CAPUT DO ARTIGO 301, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 021 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Artigo 229 da Lei Complementar nº 021 de 20 de dezembro de 2005, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 229 - .....

Parágrafo único - Nos compromissos de compra e venda o promitente comprador se constitui em contribuinte do IPTU." (NR)

Art. 2º. - O inciso II do artigo 230 da Lei Complementar nº 021, de 20 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 230 - .....

I. ....

II. O promitente vendedor, subsidiariamente." (NR)

Art. 3º. - O artigo 241 da Lei Complementar nº 021, de 20 de dezembro de 2005, passa a vigorar acrescido do §6º com a seguinte redação:

"Art. 241 - .....

§1º - .....

§2º - .....

§3º - .....

§4º - .....

§5º - .....

§6º - Na hipótese do parágrafo único do artigo 229, o imóvel, os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados em nome do promitente comprador, considerada também a respectiva quota ideal do terreno." (NR)

Art. 4º - O caput do artigo 301 da Lei Complementar nº.021, de 20 de dezembro de 2005, passa a vigorar acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

"Art.301 - .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - Fica facultado ao promitente comprador recolher antecipadamente o ITBI quando da celebração do contrato de compromisso de compra e venda com o valor praticado à esta época. (NR)

§1º - .....

§2º - .....

§3º - ....."

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal



**LEI N.º 5.439 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PROÍBE A VENDA DE ARMAS DE BRINQUEDO NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibido vender e comercializar armas de brinquedo no território do Município de São José.

Parágrafo Único - Não será concedida licença de funcionamento aos estabelecimentos que não cumpram rigorosamente o estabelecido no caput deste artigo.

Art. 2º - As infrações às normas desta lei ficam sujeitas às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

- I - advertência por escrito;
- II - multa;
- III - suspensão das atividades do estabelecimento por 30 (trinta) dias;
- IV - cassação da licença e encerramento das atividades do estabelecimento.

§ 1º - A multa prevista no inciso II será fixada em 100 (cem) URM (Unidade de Referência Municipal).

§ 2º - A suspensão das atividades do estabelecimento por 30 (trinta) dias será aplicada quando o fornecedor reincidir nas infrações do artigo 1º desta lei.

§ 3º - Na hipótese de descumprimento da sanção prevista no inciso III, será instaurado processo administrativo para cassação da licença deferida e o consequente encerramento das atividades desenvolvidas no estabelecimento comercial

Art. 3º - A fiscalização para o fiel cumprimento desta lei será exercida pelo Poder Executivo, que, através de ato próprio, designará a Secretaria Municipal da Receita.

Art. 4º - Para os fins desta lei entende-se por arma de brinquedo:

- I - aquelas que imitem, se assemelhem ou tragam o formato de armas de fogo;
- II - brinquedos que tenham cano e gatilho ou que lembrem ou associem a armas de fogo como: revólver, arcabuz, bacamarte, bazuca, canhão, carabina, espingarda automática, espingarda, fuzil de assalto, garrucha, metralhadora, mosquete, pistola, pistola-metralhadora/submetralhadora, rifle; e
- III - brinquedos que disparem água, líquidos, sucos, sons de qualquer natureza, bolinhas, espumas, luzes, luzes a laser, docinhos (chicletes, balas e doces).

Art. 5º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar ampla campanha educativa nos meios de comunicação para esclarecimento sobre os deveres, proibições e sanções impostas por esta Lei.

Art. 6º - Fica concedido o prazo de sessenta dias, contados da publicação desta lei, para que os comerciantes retirem as armas de brinquedo de seu estoque e/ou de suas prateleiras.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor após sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Lei N.º 5.440 de 14 de Outubro de 2014**

FICA INSTITUÍDO O PROGRAMA "EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO" NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Institui o programa "EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO", nas escolas da rede pública de ensino municipal.

Art. 2º - Por este programa, as escolas deverão realizar seminários, palestras, dinâmicas de grupos, simpósios ou qualquer outra forma de explanação, abordando assuntos relacionados à educação, à prevenção e à segurança no trânsito.

§1º - A educação no trânsito, independente da modalidade de explanação, deverá ser oferecida de forma rotineira nas escolas da rede pública de ensino do Município, respeitando o limite máximo de 15 (quinze) dias entre uma e outra explanação.

§2º - As explanações deverão ter duração de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, sendo facultada a Direção da escola municipal a escolha da modalidade e o responsável pela abordagem do tema "educação no trânsito", sendo admitida a substituição dos educadores por profissionais ou pessoas estranhas a escola, mas que estão diretamente ligadas ao objetivo desta lei.

§3º - É facultada a escola municipal realizar a abordagem do tema, individualmente ou não, por turma ou série de ensino fundamental.

Art. 3º - As apresentações sobre educação no trânsito deverão ter como foco:

- I - promover aos alunos a reflexão sobre a realidade do trânsito;
- II - promover a formação para Educação de Trânsito;
- III - promoção da paz no trânsito;
- IV - difusão dos princípios para segurança no trânsito;
- V - promoção da preservação do patrimônio público;
- VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental.

Art. 4º - A implementação do programa "EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO" nas escolas da rede pública do Município não retira qualquer autonomia pertinente a sua respectiva grade curricular e ao seu projeto político-pedagógico.

§1º - O projeto político-pedagógico das escolas municipais não se desviará de refletir a identidade da comunidade escolar, bem como deverá contar com a participação de todos que a integram, como diretores, professores, alunos, pais e a população interessada em geral.

Art. 5º - Os professores ou educadores habilitados que participarem do programa "EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO" atuarão, diariamente, em salas de aulas, como agentes de prevenção e segurança no trânsito, abordando o tema de forma esclarecedora sempre que questionados ou quando tiverem a percepção da necessidade, sem prejuízo da abordagem quinzenal a ser promovida pela escola pública municipal.

Art. 6º - As escolas públicas municipais deverão fazer, anualmente, um balanço geral de tudo que foi desenvolvido relativamente ao programa "EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO", inclusive, apresentando os resultados aos alunos, pais e comunidade em geral.

Parágrafo Único - No balanço geral apresentado pela escola deverá constar as estratégias a serem desenvolvidas no ano subsequente, em prol da melhoria do referido programa.

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente



Lei, no que couber.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Portaria Nº 1642 de 16 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 1642 de 16 de outubro de 2014

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 66, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC.

##### **RESOLVE:**

I - DETERMINAR afastamento do servidor W.M.D, matrícula nº 36.859, pelo prazo de 15 (quinze) dias, em conformidade com estabelecido no artigo 174 da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991, com intuito de apurar fatos narrados no Processo Administrativo nº 21.583/2014.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José/SC, 16 de outubro de 2014.  
Meri Teresinha de Melo Hang  
Secretária Municipal de Educação

#### **Portaria Nº 1643 de 16 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 1643 de 16 de outubro de 2014

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;  
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, em que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;  
-E o disposto no Art. 10º, da Lei 4.670/2008, em seu inciso VII, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

##### **RESOLVE:**

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 21.583/2014, relativo a ato disciplinar do servidor W.M.D, matrícula nº 36.859, e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Rose Mara da Silva Garcia, Kelen Bittencourt e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José (SC), 16 de outubro de 2014  
Meri Terezinha de Melo Hang  
Secretária Municipal da Educação

#### **Portaria Nº 1.641/2014.**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação  
PORTARIA Nº 1.641/2014.

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O USUFRUTO DO BENEFÍCIO DE LICENÇA-PRÊMIO DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação e planejamento letivo e orçamentário, no usufruto do benefício de licença-prêmio dos servidores;  
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.761/1995, em seus artigos 112, 113 e 114 que dispõem sobre a concessão de licença - prêmio;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Organizar o escalonamento de usufruto do benefício de licença-prêmio, para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da Secretaria da Educação interessados em usufruí-la, com base nas disposições desta Portaria.

Parágrafo único - O escalonamento de que trata o caput deste artigo não poderá exceder a 10% (dez por cento) do total dos servidores que atuam na Unidade Escolar de lotação e/ou na manutenção da Secretaria de Educação, a cada ano letivo, sendo distribuídos 5% (cinco por cento) em cada semestre letivo.

Art. 2º - Havendo servidores interessados em usufruir a licença-prêmio em percentual maior do que o limite estabelecido no § 1º do artigo anterior, deverão ser observados os seguintes critérios:  
I- Estar em efetivo exercício na função para a qual foi nomeado em concurso público;  
II- Maior tempo de serviço no município de São José (tempo de efetivo);  
III- Maior número de licenças concedidas e não usufruídas;  
IV- Maior idade (data de nascimento);  
V- Não ter aumento de carga horária para o ano letivo do usufruto da licença.

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

Art 3º - O período para solicitação de usufruto do benefício da licença-prêmio ficará a critério do servidor.

§ 1º - Recomenda-se que o período para usufruto do benefício integral (três meses) da licença-prêmio deverá coincidir com o início e/ou término do ano letivo; ou período seguido de licença gestação.

§ 2º - Ficam excetuados às normas de que trata o § 1º deste artigo, aqueles servidores que, comprovadamente, estão completando o interstício aposentatório.

§ 3º- O período de usufruto da licença, para os servidores que desejarem o fracionamento da mesma, será entre os meses de maio e agosto.

§ 4º- Excepcionalmente, o servidor que necessitar usufruir a licença em outro período que não os relacionados acima, deverá protocolar um requerimento no centro de atendimento ao cidadão especificando os motivos do pedido. A Secretaria da Educação analisará o requerimento baseada nos seguintes critérios:

I- A possibilidade de adequar o quadro de pessoal para garantir o desenvolvimento das atividades na unidade educativa.

II- Respeitada a porcentagem determinada no parágrafo único do artigo 1º desta portaria.



Art. 4º - As unidades de ensino deverão promover as inscrições, para o planejamento de concessão do usufruto do benefício da licença-prêmio dos servidores estáveis, integrantes do seu quadro de pessoal, para o primeiro semestre e segundo semestre, respectivamente, do ano subsequente, anualmente, no período de 10 a 25 de outubro, e encaminhar o relatório para o Setor Administrativo/Pedagógico da Secretaria de Educação, impreterivelmente até o dia 10 de novembro do ano letivo em exercício.

§ 1º - Excepcionalmente no ano letivo de 2014, as unidades de ensino deverão promover as inscrições de acordo com o caput deste artigo, no período de 27 de outubro a 14 de novembro, e encaminhar o relatório para o Setor Administrativo/Pedagógico da Secretaria de Educação, impreterivelmente até o dia 20 de novembro do ano letivo em exercício.

§ 2º - No documento que informa a escala, deverão constar os nomes dos servidores, a matrícula funcional, o quinquênio aquisitivo e o período de usufruto do benefício da licença-prêmio.

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

§ 3º - O servidor só poderá solicitar a inclusão na escala de usufruto do benefício da licença-prêmio após o deferimento de parecer, com menção ao período aquisitivo.

§ 4º Anualmente, até 15 de dezembro, a Secretaria Municipal de Educação divulgará no site da Prefeitura Municipal de São José e encaminhará para cada unidade de ensino, a relação dos servidores que farão o usufruto da licença no ano posterior, constando o período da licença.

§ 5º A Secretaria da Educação incluirá no calendário letivo as datas: do período de inscrição das licenças, do envio do relatório pela unidade e da divulgação da relação dos servidores que farão o usufruto da licença no ano posterior.

Art. 5º - Compete ao Setor de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, quando para efeito de substituição do servidor em licença, remanejar, reorganizar e adequar o quadro de pessoal.

Art. 6º - O servidor, devidamente escalado para o usufruto do benefício da licença-prêmio, que, a pedido, precisar modificar ou interromper o seu gozo, deverá solicitar ao Setor Administrativo/Pedagógico a retificação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início da licença, devidamente justificada.

Parágrafo único - Iniciado o período de usufruto do benefício da licença-prêmio, de 3 (três) meses ou fracionado em 3 parcelas, este não poderá ser interrompido.

Art. 7º - Ao servidor que estiver respondendo processo de sindicância ou processo administrativo-disciplinar fica indeferido o usufruto do benefício da licença-prêmio.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

Art. 9º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 16 de outubro de 2014.  
MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação  
São José - SC

### **Termo Aditivo Nº 043/2010-06**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 043/2010-06 - DL 005/2010 - Processo 4742/2009 - Locadores: MANOEL JOSÉ VIEIRA; e JOÃO JOSÉ VIEIRA. Objeto: Locação de um imóvel, com área de 2.880m², constituído por prédio de alvenaria, com 02 (dois) pavimentos, e área construída de 1.341m², localizado na Rua Irmãos Vieira, nº 20, Campinas, em São José/SC. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 043/2010 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 03/07/2014. Reajuste: O Contrato original será reajustado pelo índice do IGP-M/FGV acumulado nos últimos 12 meses, o qual corresponde ao percentual de 6,2484%, totalizando a importância de R\$ 192.463,56 (cento e noventa e dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos) para o período de 12 (doze) meses. Retroatividade: Todos os efeitos do presente termo aditivo retroagem ao dia 03 de julho de 2014. Data da assinatura: 28 de agosto de 2014.

### **TERMO ADITIVO Nº 093/2014-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 093/2014-01 - TP 007/2014 - Processo 053/2014 - Contratada: ASTECA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP. Objeto: Execução da reforma e ampliação do Centro Educacional Municipal José Nitro - localizado no bairro Serraria, Município de São José, com fornecimento dos materiais necessários a execução dos serviços. Prazo: Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato nº 093/2014 por mais 150 (cento e cinquenta) dias, iniciando-se a contagem do prazo a partir de 20/09/2014. O prazo de vigência acompanhará a prorrogação pelos mesmos 150 (cento e cinquenta) dias. Data da assinatura: 28 de agosto de 2014.

### **TERMO ADITIVO Nº 010/2012-06**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 010/2012-06 - CC 013/2011 - Processo 273/2011 - Contratada: CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA. Objeto: Execução de serviços, com fornecimento de material e mão de obra para a construção do Centro de Educação Infantil Vista Alegre, localizado no bairro Forquilhas, São José/SC. Readequação de Valor: O Contrato nº 010/2012 fica readequado em 0,68% (zero vírgula sessenta e oito por cento), passando a vigorar em R\$ 1.908.656,01 (um milhão, novecentos e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e um centavo), incluídas todas as alterações firmadas nos Termos Aditivos anteriores. Data da assinatura: 28 de agosto de 2014.



**TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 336/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Rescisão ao Contrato nº 336/2011 - CC 001/2011 - Processo 068/2011 - Contratada: A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA. Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para a execução de serviços de pavimentação asfáltica, pavimentação com lajotas sextavadas, sinalização horizontal e vertical, calçadas em concreto e drenagem, em vias públicas do município de São José, com fornecimento de materiais. Fundamentos: Com fundamento no art. 79, inc. II da Lei nº 8.666/1993 e pautado nas justificativas que instruem o Processo Administrativo nº 16.783/2014, a partir deste termo fica rescindido o Contrato nº 336/2011, cujo contraditório e ampla defesa foi conferido. Rescisão: Por força do presente termo, as partes dão por rescindido o Contrato nº 336/2011, com ampla, geral e irrestrita quitação para ambas as partes. Data da assinatura: 05 de setembro de 2014.

**DECRETO Nº 3305/2014**

DECRETO Nº 3305/2014  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora NORMA WARMLING do cargo de Secretária Adjunta da Assistência Social - SMA, com lotação na Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3304/2014**

DECRETO Nº 3304/2014  
TORNA SEM EFEITO O DECRETO 2864/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 2864 de 07 de julho de 2014, que designou LÉDIO COELHO Chefe de Gabinete, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social - SM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3306/2014**

DECRETO Nº 3306/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada NORMA WARMLING para exercer o cargo de Secretária da Assistência Social - SM, com lotação na Secretaria da Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1916/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 023 1916/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADN5566	55540972E	5550/0	07/09/2014	181 * XVIII
ALU6331	55541995E	5541/4	04/09/2014	181 * XVII
DJK3342	55823202E	5460/0	12/09/2014	181 * IX
HIU8735	55084163E	5550/0	17/08/2014	181 * XVIII
JDD1314	55822330E	5185/1	04/09/2014	167
LWV8836	55082795E	5452/1	28/09/2014	181 * VIII
LXI9689	55822395E	5185/1	02/09/2014	167
LXJ2881	55822972E	5541/1	02/10/2014	181 * XVII
MAX7372	55541996E	5185/1	04/09/2014	167
MCT4854	55541637E	5550/0	25/09/2014	181 * XVIII
MCT7662	55542840E	5835/0	26/09/2014	195
MDK7865	55821285E	6084/4	03/09/2014	211
MFG7038	55542587E	5460/0	01/09/2014	181 * IX
MFM3934	55542591E	5550/0	05/09/2014	181 * XVIII
MFO3190	55541635E	5550/0	25/09/2014	181 * XVIII
MFY1737	55539809E	5550/0	07/09/2014	181 * XVIII
MGG4664	55539259E	5541/1	05/09/2014	181 * XVII
MGH9906	55821480E	5185/1	04/09/2014	167
MGU9995	55821225E	5185/1	09/09/2014	167
MGU9995	55821226E	5193/0	09/09/2014	168
MHA4765	55822217E	5460/0	05/09/2014	181 * IX
MHN6122	55822129E	5550/0	12/09/2014	181 * XVIII
MHU4527	55822397E	5185/1	02/09/2014	167
MIP5172	55821478E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
MIQ7323	55822483E	5550/0	05/09/2014	181 * XVIII
MJB8489	55823228E	5185/1	12/09/2014	167

1 / 2



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJM4950	55822399E	5673/1	02/09/2014	183
MJS2307	55822572E	7366/2	05/09/2014	252 * VI
MKA3337	55822400E	5185/1	02/09/2014	167
MKC0288	55541991E	5541/4	02/09/2014	181 * XVII
MKC1993	55821645E	5541/4	05/09/2014	181 * XVII
MKF9977	55822570E	5185/1	04/09/2014	167
MKP1324	55823057E	5550/0	01/10/2014	181 * XVIII
MKZ8271	55822396E	5185/1	02/09/2014	167
MLC5709	55821475E	5550/0	29/08/2014	181 * XVIII
NMM8100	55542689E	5550/0	25/09/2014	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1918/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1918/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACZ4527	55538825E	5452/1	30/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
AEX4233	55088386E	5452/2	01/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
APP9873	55538524E	7366/2	04/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AXB4567	55083713E	5550/0	15/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
CHC1904	55540761E	7234/0	10/07/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
EFS1053	55541902E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
HKE3536	55542324E	5550/0	25/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
IFT9172	55541330E	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
ILR0498	55538050E	5819/1	14/07/2014	R\$ 574,61	193
JJJ9892	55538809E	7366/2	10/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
KAK4943	55540211E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
LOU3009	55539473E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LWW1357	55538726E	5479/0	15/07/2014	R\$ 85,12	181 * X
LYD6426	55820858E	5185/1	18/08/2014	R\$ 127,69	167
LYK6639	55539314E	5185/1	09/07/2014	R\$ 127,69	167
LYR7400	54768990E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LYV2602	55540913E	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
MAS2758	55821129E	7234/0	07/08/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MBE4963	55088508E	5550/0	07/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBX1779	55539075E	5185/1	21/07/2014	R\$ 127,69	167
MBX1779	55539077E	5185/2	21/07/2014	R\$ 127,69	167
MBZ3994	55820956E	7366/2	06/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCR0231	55542480E	5541/4	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX2943	55912336D	5550/0	08/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDD7748	55539760E	5550/0	11/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDN7503	55542531E	5550/0	06/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

1 / 3



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDV2852	55541896E	5550/0	06/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDX1745	54768992E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
MED5629	55820986E	7366/2	07/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEG5267	55820952E	5452/1	06/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEP5477	55542873E	5509/0	06/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MEV4941	55542812E	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
MEV4941	55542813E	5185/2	23/07/2014	R\$ 127,69	167
MEW2314	55086309E	5460/0	09/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MEX2709	55088852E	7366/2	12/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEZ0620	55821126E	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MFT4816	55540520E	7366/2	18/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGD8571	54769598E	5525/0	19/07/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MGZ2699	55539205E	7366/2	18/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHK0207	55541430E	5550/0	03/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHL4378	55908785D	5207/0	07/08/2014	R\$ 53,20	169
MHM3878	55538542E	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHN6364	55541405E	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
MHQ3254	55088122E	5550/0	14/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHV7041	55539403E	5452/1	30/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIC5349	55538545E	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MII9813	55538012E	6130/0	10/06/2014	R\$ 191,53	214 * II
MIK5909	55541619E	7366/2	20/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIK6691	55538993E	5185/1	18/07/2014	R\$ 127,69	167
MIV3141	55540854E	7048/1	13/07/2014	R\$ 191,53	244 * II
MIV4595	55541969E	5541/6	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX2401	55540735E	5185/1	13/07/2014	R\$ 127,69	167
MIZ5905	55542520E	5550/0	31/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJH3095	55088550E	5185/1	13/07/2014	R\$ 127,69	167
MJI1922	55538642E	7366/2	06/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJM8155	55542880E	5541/4	08/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJQ1451	55087873E	7056/1	17/06/2014	R\$ 191,53	244 * III
MKL3284	55539775E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
MKL6249	55538336E	5550/0	04/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLQ7032	55541450E	5541/4	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMA4195	55538919E	5550/0	03/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1439/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 714 1439/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DQK5550	55655838C	5550/0	02/10/2014	181 * XVIII
DRQ0502	55669967C	5460/0	18/08/2014	181 * IX
MCI7353	55672504C	5550/0	20/08/2014	181 * XVIII
MHS3345	55672209C	7366/2	18/08/2014	252 * VI
MKV3890	55670035C	5185/1	21/08/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1441/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1441/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHP0272	55672484C	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
ANF0065	55672194C	6050/1	02/07/2014	R\$ 191,53	208
CGC0439	55673527C	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
CIY5179	55672260C	5452/1	14/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
EKY8786	55671539C	5541/4	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
FFF3244	55672829C	5525/0	26/07/2014	R\$ 85,12	181 * XV
HDJ8640	55672851C	5452/1	28/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
IBB2194	55671298C	5550/0	28/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAK0105	55671395C	6122/0	04/06/2014	R\$ 191,53	214 * I
MAX1733	55673058C	7366/2	13/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBH0145	55669774C	5568/0	15/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MCM7411	55672161C	5550/0	28/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCR2864	55671381C	5185/1	04/06/2014	R\$ 127,69	167
MDE9373	55670339C	5460/0	02/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MDO4395	55673086C	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MDV0543	55672809C	6041/2	22/07/2014	R\$ 127,69	207
MED3462	55672956C	5509/0	13/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MER6673	55671385C	5185/1	04/06/2014	R\$ 127,69	167
MEU0425	55670969C	5460/0	03/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MFF4918	55672270C	5550/0	26/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFF6245	55672470C	5185/1	06/07/2014	R\$ 127,69	167
MGB9112	55670664C	5541/6	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT1885	55672552C	5509/0	12/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MHD0991	55671864C	6122/0	22/07/2014	R\$ 191,53	214 * I
MHI1089	55670341C	7366/2	02/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHT0954	55671762C	5550/0	23/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

1 / 2



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHV7185	55672553C	6122/0	15/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
MHZ7880	55671931C	5452/1	18/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIJ4448	55673089C	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MJZ9662	55671310C	5185/1	01/07/2014	R\$ 127,69	167
MKY1578	55665542C	5380/0	27/05/2014	R\$ 85,12	181 * I
MLD7311	55671272C	5568/0	10/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MLL2026	55122257C	7366/2	11/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLT1395	55671552C	5967/0	06/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
OKE3075	55672672C	6050/1	22/07/2014	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO



# São José do Cedro

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 214/2014 - Sf

DECRETO Nº. 214/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - F.M.S
02	DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056	PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"21" 3.1.90.11.00.00.10002	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 52.000,00
"22" 3.1.90.13.00.00.1.0002	Obrigações Patronais ..... R\$16.000,00
"25" 3.3.90.14.00.00.1.0002	Diárias - Civil ..... R\$10.000,00
"26" 3.3.90.30.00.00.1.0002	Material de Consumo ..... R\$10.000,00
"29" 3.3.90.39.00.00.1.0002	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Impostos e Transferências da Saúde, Fonte 1.0002, no valor R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de outubro de 2014.  
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 17 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### Decreto Nº. 215/2014 - Sf

DECRETO Nº. 215/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.088,63 (seis mil e oitenta e oito reais e sessenta e três centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14	FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE - F.M.S	
02	DEPARTAMENTO DE

#### SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"29" 3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica...R\$ 6.088,63

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 6.088,63 (seis mil e oitenta e oito reais e sessenta e três centavos), Recursos Impostos e Transferências da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S
02	DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056	PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"31" 3.3.90.47.00.00.1.0002	Obrigações Tributárias Contributivas ..... R\$ 6.088,63

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de outubro de 2014.  
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 17 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### Decreto Nº. 216/2014 - Sf

DECRETO Nº. 216/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.026,00 (cinco mil e vinte e seis reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03	DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
1.039	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS
"222" 4.4.90.51.00.00.1.0000	Obras e Instalações ..... R\$ 5.026,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, no valor R\$ 5.026,00 (cinco mil e vinte e seis reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de outubro de 2014.  
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 16 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.



**Decreto Nº. 217/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 217/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 385,51 (trezentos e oitenta e cinco reais com cinquenta e um centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01	DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.021	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
"133" 3.3.90.39.00.00.1.0060	Material de Consumo .....
..... R\$ 385,51	

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, será utilizados os recurso relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recurso do PNAE, Fonte 1.0060, no valor de R\$ 385,51 (trezentos e oitenta e cinco reais com cinquenta e um centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de outubro de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 17 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**Decreto Nº. 218/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 218/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.833,00 (dez mil, oitocentos e trinta e três reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01	DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.021	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
"133" 3.3.90.30.00.00.1.0060	Material de Consumo .....
..... R\$ 5.489,08	

06	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
02	DEPTO. DE ENSINO INFANTIL
2.023	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- ENSINO INFANTIL
"151" 3.3.90.30.00.00.1.0060	Material de Consumo .....
..... R\$ 5.343,92	

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos PNAE, Fonte 1.0060, no valor R\$ 10.833,00 (dez mil, oitocentos e trinta e três reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de outubro de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 17 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**Decreto Nº. 219/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 219/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01	DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.020	ENSINO FUNDAMENTAL - SALÁRIO - EDUCAÇÃO
"130" 3.3.90.39.00.00.1.0058	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....
R\$ 28.000,00	

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Salário Educação, Fonte 1.0058 no valor R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de outubro de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 17 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.183, de 20 de Outubro de 2014.

LEI Nº 2.183, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Atribui denominação a vias públicas localizadas na Quadra 11N, no bairro Progresso.

Art. 1º Ficam atribuídas as seguintes denominações as vias públicas localizadas na Quadra 11N, no bairro Progresso:

I - A atual travessa Angelo Martins, entre as ruas Guilherme Hack e Aderbal Ramos da Silva, passa denominar-se: Travessa Dr. Bruno;  
II - A servidão que parte da atual travessa Angelo Martins, passa denominar-se: Servidão das Acácias; e  
III - A via privativa de circulação que parte da rua Guilherme Hack, passa denominar-se: Servidão das Orquídeas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.184, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

LEI Nº 2.184, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional - anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 4.797.910,00 (quatro milhões, setecentos e noventa e sete mil e novecentos e dez reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01.04.122.4503.2.006.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 13 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 14 Aplicação Direta R\$ 60.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01.06.122.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 23 Aplicação Direta R\$ 20.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 27 Aplicação Direta R\$ 80.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 42 Aplicação Direta R\$ 300.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019 43 Aplicação Direta R\$ 300.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 46 Aplicação Direta R\$ 70.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 48 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.014.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018 53 Aplicação Direta R\$ 1.100.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 54 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 60 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 61 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 73 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 74 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 76 Aplicação Direta R\$ 80.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 93 Aplicação Direta R\$ 250.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 102 Aplicação Direta R\$ 250.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - FUMSAN  
09.03.17.512.4511.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 124 Aplicação Direta R\$ 350.000,00



10.00 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SMAA  
 10.00 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SMAA 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.01.0000  
 143 Aplicação Direta R\$ 350.000,00

11.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
 11.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 165  
 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01.28.8461.0000.0.004.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 192  
 Aplicação Direta R\$ 20.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
 13.01.10.301.4506.2.019.3.1.90.00.00.00.00.01.0002 08 Apli-  
 cação Direta R\$ 200.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 10 Apli-  
 cação Direta R\$ 527.910,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
 13.01.10.301.4506.2.058.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 22 Apli-  
 cação Direta R\$ 100.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
 13.01.10.301.4506.2.021.3.3.71.00.00.00.00.01.0002 28 Apli-  
 cação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM  
 03.01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM  
 03.01.02.062.4513.2.004.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 04 Apli-  
 cação Direta R\$ 25.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 04.01.04.124.4512.2.005.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 07 Apli-  
 cação Direta R\$ 65.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 04.01.04.124.4512.2.005.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 08 Apli-  
 cação Direta R\$ 10.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 04.01.04.124.4512.2.005.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 09 Apli-  
 cação Direta R\$ 6.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 05.01.04.122.4514.2.010.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 10 Apli-  
 cação Direta R\$ 100.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

05.01.04.122.4514.2.010.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 11 Apli-  
 cação Direta R\$ 30.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
 05.01.04.122.4514.2.010.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 12 Apli-  
 cação Direta R\$ 8.700,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 33 Apli-  
 cação Direta R\$ 10.960,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.01.0019 47 Apli-  
 cação Direta R\$ 500.000,00  
 08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01.12.365.4505.2.2015.3.1.90.00.00.00.00.01.0018 72  
 Aplicação Direta R\$ 1.100.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.13.392.4511.1.084.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 85 Apli-  
 cação Direta R\$ 90.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.392.4511.2.056.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 86 Apli-  
 cação Direta R\$ 60.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.392.4511.2.056.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 87 Apli-  
 cação Direta R\$ 100.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.392.4511.2.056.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 88 Apli-  
 cação Direta R\$ 19.250,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.451.4511.1.082.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 96 Apli-  
 cação Direta R\$ 60.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.452.4511.2.052.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 104  
 Aplicação Direta R\$ 950.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.452.4511.2.052.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 106  
 Aplicação Direta R\$ 20.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.25.752.4511.2.057.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 109  
 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.26.782.4511.1.076.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 112  
 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.26.782.4511.1.077.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 114



## Aplicação Direta R\$ 30.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.26.782.4511.1.078.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 116  
 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

11.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
 11.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
 11.01.08.243.4509.1.067.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 152  
 Aplicação Direta R\$ 20.000,00

11.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
 11.03 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SDS  
 11.03.16.482.4509.1.056.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 174  
 Aplicação Direta R\$ 250.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.04.122.4515.2.063.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 178  
 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.661.4515.2.026.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 179  
 Aplicação Direta R\$ 130.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.661.4515.2.026.3.3.50.00.00.00.00.01.0000 180  
 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.661.4515.2.026.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 181  
 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.661.4515.2.026.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 182  
 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.662.4515.1.073.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 183  
 Aplicação Direta R\$ 164.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.662.4515.1.073.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 184  
 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.662.4515.1.074.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 185  
 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.662.4515.1.074.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 186  
 Aplicação Direta R\$ 84.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01.28.846.0000.0.001.4.6.90.00.00.00.00.01.0000 191  
 Aplicação Direta R\$ 480.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01.02.182.0000.0.003.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 187

## Aplicação Direta R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2014.  
 GERALDINO CARDOSO  
 Prefeito Municipal

**Decreto 4.966, de 21 de Outubro de 2014.**

DECRETO 4.966, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 4.797.910,00 (quatro milhões, setecentos e noventa e sete mil e novecentos e dez reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01.04.122.4503.2.006.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 13 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 14 Aplicação Direta R\$ 60.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01.06.122.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 23 Aplicação Direta R\$ 20.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 27 Aplicação Direta R\$ 80.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.01.0001 42 Aplicação Direta R\$ 300.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.01.0019 43 Aplicação Direta R\$ 300.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.01.0001 46 Aplicação Direta R\$ 70.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 48 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME



08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.014.3.1.90.00.00.00.00.01.0018 53 Aplicação Direta R\$ 1.100.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 54 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 60 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.01.0019 61 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 73 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0019 74 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 76 Aplicação Direta R\$ 80.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 93 Aplicação Direta R\$ 250.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 102 Aplicação Direta R\$ 250.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - FUMSAN  
09.03.17.512.4511.2.032.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 124 Aplicação Direta R\$ 350.000,00

10.00 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SMAA  
10.00 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SMAA 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 143 Aplicação Direta R\$ 350.000,00

11.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
11.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 165 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01.28.8461.0000.0.004.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 192 Aplicação Direta R\$ 20.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01.10.301.4506.2.019.3.1.90.00.00.00.00.01.0002 08 Aplicação Direta R\$ 200.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 10 Aplicação Direta R\$ 527.910,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01.10.301.4506.2.058.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 22 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01.10.301.4506.2.021.3.3.71.00.00.00.00.01.0002 28 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM  
03.01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM  
03.01.02.062.4513.2.004.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 04 Aplicação Direta R\$ 25.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
04.01.04.124.4512.2.005.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 07 Aplicação Direta R\$ 65.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
04.01.04.124.4512.2.005.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 08 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
04.01.04.124.4512.2.005.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 09 Aplicação Direta R\$ 6.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
05.01.04.122.4514.2.010.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 10 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
05.01.04.122.4514.2.010.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 11 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
05.01.04.122.4514.2.010.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 12 Aplicação Direta R\$ 8.700,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 33 Aplicação Direta R\$ 10.960,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.01.0019 47 Aplicação Direta R\$ 500.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.365.4505.2.2015.3.1.90.00.00.00.00.01.0018 72 Aplicação Direta R\$ 1.100.000,00



09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.13.392.4511.1.084.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 85 Aplicação Direta R\$ 90.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.392.4511.2.056.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 86 Aplicação Direta R\$ 60.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.392.4511.2.056.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 87 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.392.4511.2.056.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 88 Aplicação Direta R\$ 19.250,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.451.4511.1.082.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 96 Aplicação Direta R\$ 60.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.452.4511.2.052.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 104 Aplicação Direta R\$ 950.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.452.4511.2.052.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 106 Aplicação Direta R\$ 20.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.25.752.4511.2.057.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 109 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.26.782.4511.1.076.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 112 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.26.782.4511.1.077.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 114 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.26.782.4511.1.078.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 116 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

11.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
 11.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
 11.01.08.243.4509.1.067.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 152 Aplicação Direta R\$ 20.000,00

11.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
 11.03 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SDS  
 11.03.16.482.4509.1.056.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 174 Aplicação Direta R\$ 250.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.04.122.4515.2.063.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 178 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.661.4515.2.026.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 179 Aplicação Direta R\$ 130.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.661.4515.2.026.3.3.50.00.00.00.00.01.0000 180 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.661.4515.2.026.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 181 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.661.4515.2.026.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 182 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.662.4515.1.073.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 183 Aplicação Direta R\$ 164.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.662.4515.1.073.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 184 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.662.4515.1.074.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 185 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
 12.01.22.662.4515.1.074.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 186 Aplicação Direta R\$ 84.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01.28.846.0000.0.001.4.6.90.00.00.00.00.01.0000 191 Aplicação Direta R\$ 480.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01.02.182.0000.0.003.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 187 Aplicação Direta R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de outubro de 2014.  
 GERALDINO CARDOSO  
 Prefeito Municipal



# Schroeder

## PREFEITURA

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 09/2014-FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 09/2014-FAS  
PROCESSO Nº. 21/2014-FAS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Assstente Social no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de novembro de 2014 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 07 de novembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 21 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 97/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 97/2014-PMS

PROCESSO Nº. 212/2014-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de sulfato de alumínio líquido para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC,

ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de novembro de 2014 às 14h.  
Abertura do Processo: 07 de novembro de 2014 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 20 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 10/2014-FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 10/2014-FAS  
PROCESSO Nº. 22/2014-FAS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para outdoors para divulgação dos Serviços e Ações da Política de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de novembro de 2014 às 14h.  
Abertura do Processo: 10 de novembro de 2014 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 21 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal



**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº. 11/2014-FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000  
- SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
Nº. 11/2014-FAS  
PROCESSO Nº. 23/2014-FAS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de kit's enxovais para fornecimento de benefício eventual (auxílio enxoval) feito pela Assistência Social da Gestão de Benefícios Eventuais da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de novembro de 2014 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 10 de novembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 21 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 233/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 233/2014-PMS  
Pregão Presencial nº. 84/2014-PMS  
Processo nº. 182/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, estabelecida na Av. Carlos Gomes nº 350, Boa Vista, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.000-00.

Objeto: Constitui o objeto do presente a contratação de prestadora de seguros para veículos zero quilômetros para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	SEGURO TOTAL PARA VEICULO RENAULT - KANGOO EXPRESS 1.6 16V ANO/ MODE-LO 2014/2015- COR BRANCA - chassi- 8A1FC1415FL488327	01	Unidade	705,00	705,00
02	SEGURO TOTAL PARA VEICULO RENAULT - KANGOO EXPRESS 1.6 16V ANO/ MODE-LO 2014/2015- COR BRANCA - chassi- 8A1FC1415FL488343	01	Unidade	705,00	705,00
TOTAL R\$					1.410,00

**Coberturas:**

Danos Materiais R\$ 100.000,00  
Danos Corporais R\$ 200.000,00  
Danos Morais R\$ 30.000,00  
APP Morte R\$ 5.000,00  
APP Invalidez R\$ 5.000,00

Vidros

Franquia Normal

100% da Tabela FIPE

Assistência 24 horas: Guincho, chaveiro, pane elétrica e mecânica, troca de pneu. 400 km de Guincho.

Valor do contrato: R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais)  
Data da Assinatura: 20/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 98/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 98/2014-PMS

PROCESSO Nº. 213/2014-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de recarga de gás GLP 13 e GLP 45 para as Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de novembro de 2014 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 04 de novembro de 2014 às 09h.



Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 21 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 99/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:[licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 99/2014-PMS**

PROCESSO Nº. 214/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 11 de novembro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 11 de novembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 21 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2014 - FIA**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2014 - FIA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 02/2014-FIA - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de prestação de Serviço do Profissional Psicólogo, a fim de atender o Projeto Oficina de Skate 2015 da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Projeto do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Setor de Assistência Social, do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 12 de novembro de 2014 às 08h45min

Abertura do Processo: 12 de novembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 21 de outubro de 2014.

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2014 - FIA**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2014 - FIA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 03/2014-FIA - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de prestação de serviço do profissional instrutor de skate, com formação em educação física, a fim de atender o Projeto Oficina de Skate 2015, Projeto do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Setor de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 12 de novembro de 2014 às 14h

Abertura do Processo: 12 de novembro de 2014 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 21 de outubro de 2014.

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 002/2014 - PROCON**

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER - PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 002/2014

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da sua Diretora, Nadiete Albino Marcilio Feuser, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 0010/2014, tendo como Consumidor Marmoraria Hasselmann LTDA ME, inscrito CNPJ 14.700.475/0001-03 e Fornecedor BLASHOP COMERCIAL LTDA - ME, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 03.733.558/0001-74. Nos termos do artigo 29, § 2º do Decreto Municipal 2139/10, por este Edital fica INTIMADA a reclamada BLASHOP COMERCIAL LTDA - ME para no dia 20/11/2014, às 08h30min, comparecer na Audiência de Conciliação na Sede do PROCON onde, frustrada a conciliação e sendo do interesse da reclamada, apresentar defesa na forma do artigo 44 do Decreto Federal 8.078/90 e artigo 33 do Decreto municipal 2139/10. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO FEUSER, Diretora do PROCON, assina o presente.



Schroeder, 20 de outubro de 2014.  
Nadiete Albino Marcilio  
PROCON - Schroeder/SC

**PORTARIA Nº 5.765/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 5.765/2014, de 20 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina,  
no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a quebra do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Edcleia Ramos dos Santos Hubner em 1º de outubro de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2014/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.034/2014, de 08/08/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Patricia Bueno para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 003/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**PORTARIA Nº 5.766/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 5.766/2014, de 20 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina,  
no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão do servidor, Sr. Fernando Claiton Santana, em 1º de outubro de 2014;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2012 - ESF/NASF;

Considerando o Decreto nº. 2.462/2012, de 11/06/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Monielle Menezes de Carvalho Bösing, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem - ESF, percebendo o nível salarial nº 03 (Nível 75), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2012/ESF/NASF, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



**Ata Pregão Presencial 20/2014-FMS (Sequência 02)**

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09  RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 20/2014 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo:  Processo de Licitação: 70/2014  Data do Processo: 15/09/2014</p>
	Folha: 1/3

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 39/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se após recebimento do parecer técnico da Técnica de Enfermagem Roseane Finta e da Farmacêutica Denise Etig Rocha de Souza, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, conforme Portaria nº. 5720/2014 de 16 de setembro de 2014. De acordo com Parecer Técnico foi constatado que a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, apresentou para os itens 05, 20 e 28 Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", e para o item 48 apresentou Certificado de Registro do Produto sem Princípio Ativo, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., para o item 24 apresentou Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no edital no item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para o item 28 apresentou Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 35 a descrição do produto não confere com a descrição apresentada no Certificado de Registro do Produto documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." e para o item 48 apresentou item sem princípio ativo documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. deixou de anotar os números de todos os itens nos Certificado conforme solicita no edital no item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e /ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada a todos itens cotados. A empresa DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, apresentou para os itens 28, 45 e 49 Certificado de Registro do Produto Vencido documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 45 apresentou Certificado de Boas Práticas vencido documento exigido no edital no item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 15/09/2014

Folha: 2/3

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 39/2014 (Sequência: 2)**

do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para o item 46 apresentou Certificado de Registro do Produto não específica a miligramagem do item documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." e para o item 48 apresentou Certificado de Registro do Produto sem princípio ativo documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada para os itens acima mencionados. A empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou para os itens 06, 36, 39 e 45 Certificado de Boas Práticas vencido documento exigido no edital no item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 21, 37, 40 e 45 apresentou Certificado de Registro do Produto no Diário Oficial mas não informa a apresentação do item documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada para os itens acima mencionados. A empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. deixou de anotar os números de todos os itens nos Certificado conforme solicita no edital no item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada a todos itens cotados. A empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou para o item 48 Certificado de Registro do Produto sem identificação (número) e sem princípio ativo documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada para o item acima mencionado. Diante do exposto fica marcada a data de 05 de novembro de 2014, as 08h30min para continuação do processo na etapa de lances, caso contrário será enviada nova ata determinado a nova data da etapa de lances. Encerra-se a sessão e pede-se para serem enviadas as empresas participantes a cópia da ata, bem como quadro comparativo de preços com a classificação das empresas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 20/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 70/2014  
Data do Processo: 15/09/2014

Folha: 3/3

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 39/2014 (Sequência: 2)**

Schroeder, 20 de Outubro de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio



QUADRO COMPARATIVO PR 20/2014-FMS 20/10/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/22

Processo / Ano: 70/2014  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Total dos Itens Vencedores: 0,00

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 7876 - PREGABALINA 75MG COMPRIMIDOS (ORDEM JUDICIAL) - Unidade: COMP

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	PREBICTAL / ZODIA	1.000.000	0,0000	1,1700	1.170,00	Classificado	0

Item.....: 2 - 7877 - SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG+CONDROITINA 400MG COMPRIMIDO (O - Unidade: COMP

7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	CONDROFLEX / ZOI	2.000.000	0,0000	1,1100	2.220,00	Classificado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	ACHÉ	2.000.000	0,0000	1,7700	3.540,00	Inabilitado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/	ACHÉ	2.000.000	0,0000	2,0000	4.000,00	Classificado	0

Item.....: 3 - 7878 - VALSARTANA 160MG+HCTZ 25MG COMPRIMIDO (ORDEM JUDICIAL) - Unidade: COMP

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 70/2014      Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 3 - 7878 - VALSARTANA 160MG+HCTZ 25MG COMPRIMIDO (ORDEM JUDICIAL) - Unidade: COMP

11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 4 - 7879 - NITROFURANTOINA 100MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR - Unidade: COMP

11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		5.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		5.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		5.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		5.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/	TEUTO	5.000.000	0,0000	0,1380	690,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	TEUTO	5.000.000	0,0000	0,1600	800,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	TEUTO	5.000.000	0,0000	0,1740	870,00	Classificado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	HYPERMARCAS - M	5.000.000	0,0000	0,2500	1.250,00	Inabilitado	0

Item.....: 5 - 7880 - ACETILCISTEINA 20MG/ML SUSPENSÃO 100ML - Unidade: FR

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	HYPERMARCAS/BR	500.000	0,0000	3,2400	1.620,00	Classificado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	PRATI	500.000	0,0000	3,4900	1.745,00	Inabilitado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	500.000	0,0000	4,2000	2.100,00	Classificado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/22

Processo / Ano: 70/2014  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Processo Administrativo: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 6	-	7881	-	AGUA DESTILADA 10ML -	Unidade: APM			
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	5.000,000	0,0000	0,1500	750,00	Inabilitado	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	5.000,000	0,0000	0,1590	795,00	Classificado	0
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	5.000,000	0,0000	0,1690	845,00	Inabilitado	0
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT	5.000,000	0,0000	0,1700	850,00	Classificado	0
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD	5.000,000	0,0000	0,1900	950,00	Classificado	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	5.000,000	0,0000	0,2080	1.040,00	Desclassif.	0

Item.....: 7	-	7417	-	AMINOFILINA 24MG/10ML IM/EV AMPOLA -	Unidade: APM			
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	100,000	0,0000	0,7800	78,00	Classificado	0

Item.....: 8	-	7882	-	METILDOPA 250MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR -	Unidade: COMP			
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	30.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	30.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	30.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	30.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	30.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/22

Processo / Ano: 70/2014      Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 8	-	7882	-	METILDOPA 250MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR - Unidade: COMP				
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		30.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	HYPERMARCAS	30.000.000	0,0000	0,1800	5.400,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	TKS	30.000.000	0,0000	0,2400	7.200,00	Classificado	0
Item.....: 9	-	7883	-	METILDOPA 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR - Unidade: COMP				
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		30.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		30.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		30.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		30.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		30.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		30.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		30.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	TKS	30.000.000	0,0000	0,4300	12.900,00	Classificado	0
Item.....: 10	-	7884	-	COLAGENASE 0,6+CLORANFENICOL 0,01G/30G POMADA - Unidade: BISN				
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		1.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA	CRISTÁLIA	1.000.000	0,0000	9,4900	9.490,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	CRISTALIA	1.000.000	0,0000	15,6900	15.690,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	CRISTALIA	1.000.000	0,0000	15,9700	15.970,00	Classificado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/22

Processo / Ano: 70/2014  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Processo Administrativo: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 11	-	7885	-	CIMETIDINA 150MG/ML IM/EV	-	Unidade: APM		
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 12	-	7886	-	BENZIPENICILINA PROCAINA 300.000+POTASSICA 100.000 UI IM SUS	-	Unidade: APM		
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 13	-	7434	-	BUDESONIDA 32MCG SPRAY AEROSSOL NASAL	-	Unidade: FR		
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244		MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/22

Processo / Ano: 70/2014 Processo Administrativo:

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 13 - 7434 - BUDESONIDA 32MCG SPRAY AEROSSOL NASAL - Unidade: FR

12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	NOEX 32MCG/ EURI	50,000	0,0000	10,6600	533,00	Classificado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	BIOSINTÉTICA	50,000	0,0000	14,5500	727,50	Inabilitado	0

Item.....: 14 - 7887 - DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50MCG SPRAY ORAL - Unidade: FR

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	GLENIL 50MCG/ CHI	100,000	0,0000	29,2300	2,923,00	Classificado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	CHIESI	100,000	0,0000	39,0000	3,900,00	Inabilitado	0

Item.....: 15 - 7888 - COMPLEXO B VITAMINICO 2ML INJETAVEL - Unidade: APM

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	HYPOFARMA	100,000	0,0000	0,8800	88,00	Classificado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 70/2014  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Processo Administrativo:		0,00				
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
Situação	Classificação					

Item.....: 16	-	7889	- HALOPERIDOL 5MG/ML IM/IV INJETAVEL - Unidade: APM			
6989			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI			0
7014			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC	0,0000	0,0000	0
7244			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0000	0,0000	0
7391			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	0,0000	0,0000	0
11421			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	0,0000	0,0000	0
11973			LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	0,0000	0,0000	0
12467			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	0,0000	0,8500	0
12488			CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	0,0000	1,1500	0

Item.....: 17	-	7443	- CEFTRIAXONA DISSODICA 1G IM/IV FRASCO/AMPOLA 10ML - Unidade: APM			
7014			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC	0,0000	0,0000	0
11421			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	0,0000	0,0000	0
11973			LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	0,0000	0,0000	0
12488			CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	0,0000	0,0000	0
12467			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	0,0000	1,062,50	0
7244			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0000	1,962,50	0
6989			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	0,0000	2,000,00	0
7391			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	0,0000	2,000,00	0

Item.....: 18	-	7690	- DEXAMETASONA 1MG/ML COLIRIO - Unidade: FR			
6989			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	0,0000	0,0000	0
7014			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC	0,0000	0,0000	0
7391			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	0,0000	0,0000	0
11421			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	0,0000	0,0000	0
11973			LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	0,0000	0,0000	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 70/2014      Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 18	-	7690	-	DEXAMETASONA 1MG/ML COLIRIO	-	Unidade: FR		
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ALCON	150.000	0,0000	5,8000	870,00	Classificado	0
Item.....: 19	-	7890	-	DIGOXINA 0.05MG/5ML ELIXIR FRASCO 120ML	-	Unidade: FR		
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 20	-	7692	-	ERITROMICINA 500MG COMPRIMIDOS	-	Unidade: COMP		
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	500.000	0,0000	0,4450	222,50	Classificado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/22

Processo / Ano: 70/2014  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Processo Administrativo:		0,00				
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
						Situação
						Classificação

Item.....: 21	-	7695	- FUROSEMIDA 10MG/ML IM/IV AMPOLA - Unidade: APM			
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	100,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC	100,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	100,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	100,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	100,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	100,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA	100,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
7244		MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA SANTISA	100,000	0,0000	0,7200	72,00 Inabilitado

Item.....: 22	-	7891	- HIDROXIDO DE ALUMINIO 61,5MG SUSPENSÃO ORAL 240ML - Unidade: FR			
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	350,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC	350,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
7244		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	350,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	350,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	350,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	350,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA	350,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA MARIOL	350,000	0,0000	2,8900	1,011,50 Inabilitado

Item.....: 23	-	7892	- ISOSSORBIDA 5MG COMPRIMIDO - Unidade: COMP			
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	2,000,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
7244		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	2,000,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	2,000,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	2,000,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	2,000,000	0,0000	0,0000	0,00 Não cotou



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/22

Processo / Ano: 70/2014 Processo Administrativo:

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 23 - 7892 - ISOSSORBIDA 5MG COMPRIMIDO - Unidade: COMP

12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ E M S		2.000.000	0,0000	0,2400	480,00	Classificado	0

Item.....: 24 - 7893 - METFORMINA 850MG EMBALAGEM HOSPITALAR - Unidade: COMP

11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		60.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		60.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ PRATI		60.000.000	0,0000	0,0790	4.740,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA PRATI		60.000.000	0,0000	0,0880	5.280,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI GEOLAB		60.000.000	0,0000	0,0900	5.400,00	Inabilitado	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP TEUTO		60.000.000	0,0000	0,1030	6.180,00	Classificado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA PRATI		60.000.000	0,0000	0,1160	6.960,00	Inabilitado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME PRATI		60.000.000	0,0000	0,1200	7.200,00	Desclassif.	0

Item.....: 25 - 7894 - PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20ML - Unidade: FR

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP FARMACE		2.000.000	0,0000	0,5120	1.024,00	Classificado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA NATULAB		2.000.000	0,0000	1,0000	2.000,00	Inabilitado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/22

Processo / Ano: 70/2014      Processo Administrativo: 0,00  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 26	-	7702	-	RANITIDINA 25MG/ML AMPOLA	-	Unidade: APM		
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA TEUTO'	200,000	0,0000	0,7000	140,00	Classificado	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME TEUTO	200,000	0,0000	0,7140	142,80	Classificado	0

Item.....: 27	-	7895	-	SULFADIAZINA DE PRATA 1%+NITRATO DE CERIO 0.4%	-	Unidade: BISN		
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC	150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 28	-	7896	-	CARBOCISTEINA 20ML SUSPENSÃO ORAL	-	Unidade: FR		
7244		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/22

Processo / Ano: 70/2014 Processo Administrativo:

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 28 - 7896 - CARBOCISTEINA 20ML SUSPENSÃO ORAL - Unidade: FR

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/	PRATI D.	200,000	0,0000	1,7400	348,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	PRATI	200,000	0,0000	1,8400	368,00	Inabilitado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	200,000	0,0000	1,9140	382,80	Classificado	0

Item.....: 29 - 7708 - CLORETO DE SODIO 0,9% AMPOLA - Unidade: APM

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 30 - 4492 - Cloreto de sodio 20% ampola - Unidade: APM

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/22

Processo / Ano: 70/2014  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Processo Administrativo: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 31 - 7714 - ESCOPOLAMINA 4MG/ML+DIPIRONA 500MG IM/EV INJETAVEL - Unidade: APM

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	HYPOFARMA	500,000	0,0000	1,6200	810,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	FARMACE	500,000	0,0000	1,6900	845,00	Classificado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	HIPOLABOR	500,000	0,0000	2,3000	1,150,00	Inabilitado	0

Item.....: 32 - 7716 - PROMETAZINA 25MG/ML INJETAVEL - Unidade: APM

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA	CRISTÁLIA	100,000	0,0000	1,1000	110,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	CRISTÁLIA	100,000	0,0000	2,5900	259,00	Classificado	0

Item.....: 33 - 4538 - Propatinitrato 10mg comprimido - Unidade: COMP

7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	20,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		20,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		20,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		20,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		20,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 14/22

Processo / Ano: 70/2014      Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 33	- 4538	- Propatinitrato 10mg comprimido -	Unidade: COMP					
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	FARMOQUIMICA	20.000,000	0,0000	0,3800	7.600,00	Inabilitado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	FMQ	20.000,000	0,0000	0,3900	7.800,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT	FARMO QUIMICA	20.000,000	0,0000	0,4180	8.360,00	Classificado	0
Item.....: 34	- 5269	- CETOCONAZOL 20MG/G CREME -	Unidade: BISN					
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	HIPOLABOR	200,000	0,0000	1,0900	218,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	HIPOLABOR	200,000	0,0000	1,3900	278,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	SOBRAL	200,000	0,0000	1,4000	280,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT	SOBRAL	200,000	0,0000	1,4200	284,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	SOBRAL	200,000	0,0000	1,4400	288,00	Classificado	0
Item.....: 35	- 6616	- DOXAZOSINA, MESILATO 4MG COMPRIMIDO -	Unidade: COMP					
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		12.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		12.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		12.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	SANDOZ	12.000,000	0,0000	0,2900	3.480,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	SANDOZ	12.000,000	0,0000	0,4400	5.280,00	Classificado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	SANDOZ	12.000,000	0,0000	0,4400	5.280,00	Inabilitado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT	EMS	12.000,000	0,0000	0,4500	5.400,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	U.QUIMICA	12.000,000	0,0000	0,6900	8.280,00	Classificado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 15/22

Processo / Ano: 70/2014 Processo Administrativo:

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 36 - 7897 - ESCOPOLAMINA 10MG+PARACETAMOL 500MG BUSCO-DUO COMPRIMIDO - Unidade: COMP

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	GEOLAB	5.000,000	0,0000	0,5900	2.950,00	Inabilitado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	BOEHRINGER	5.000,000	0,0000	0,8200	4.100,00	Inabilitado	0

Item.....: 37 - 7898 - ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 20MG/ML - BUSCOPAN SIMPLES IM/IV/ - Unidade: APM

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	BOEHRINGER	500,000	0,0000	1,3900	695,00	Inabilitado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	HIPOLABOR	500,000	0,0000	1,3900	695,00	Inabilitado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	UNIAO QUIMICA	500,000	0,0000	1,6500	825,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	HIPOLABOR	500,000	0,0000	1,9800	990,00	Classificado	0

Item.....: 38 - 4510 - Espiramicina 1.5UI comprimido - Unidade: COMP

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/22

Processo / Ano: 70/2014 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 38	- 4510 - Espiramicina 1,5UI comprimido - Unidade: COMP							
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	SANOFI	500,000	0,0000	2,9700	1,485,00	Inabilitado	0
Item.....: 39	- 7899 - GLICOSE HIPERTONICA 50% - Unidade: APM							
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	ISO FARMA	500,000	0,0000	0,2180	109,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	SAMTEC	500,000	0,0000	0,2400	120,00	Inabilitado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	ISO FARMA	500,000	0,0000	0,3000	150,00	Inabilitado	0
Item.....: 40	- 7900 - HIDROCORTISONA 100MG IM/IV - Unidade: APM							
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	BLAU	1,000,000	0,0000	3,4000	3,400,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	BLAU	1,000,000	0,0000	3,4000	3,400,00	Inabilitado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/	UNIAO QUIMICA	1,000,000	0,0000	3,8900	3,890,00	Classificado	0



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 17/22

Processo / Ano: 70/2014  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Processo Administrativo: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 41 - 6619 - IBUPROFENO 300MG COMPRIMIDO - Unidade: COMP

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	VITAPAN	2.000,000	0,0000	0,0600	120,00	Classificado	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	VITAPAN	2.000,000	0,0000	0,0610	122,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	VITAPAN	2.000,000	0,0000	0,0640	128,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	MULTILAB	2.000,000	0,0000	0,0900	180,00	Desclassif.	0

Item.....: 42 - 7901 - METOCLOPRAMIDA 5MG/ML IM/IV INJETAVEL - Unidade: APM

7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ISOFARMA	200,000	0,0000	0,2700	54,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	ISOFARMA	200,000	0,0000	0,3000	60,00	Classificado	0

Item.....: 43 - 7902 - METRONIDAZOL 100MG/G CREME - Unidade: BISN

11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PRATI	500,000	0,0000	3,1000	1.550,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	PRATI	500,000	0,0000	3,6900	1.845,00	Classificado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 18/22

Processo / Ano: 70/2014      Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 43 - 7902 - METRONIDAZOL 100MG/G CREME - Unidade: BSN

7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	PRATI	500,000	0,0000	3,7900	1,895,00	Inabilitado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	TEUTO	500,000	0,0000	3,8130	1,906,50	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT	PRATI D.	500,000	0,0000	3,9000	1,950,00	Desclassif.	0

Item.....: 44 - 7903 - PERMANGANATO DE POTASSIO 10MG COMPRIMIDO - Unidade: COMP

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 45 - 4007 - Permetrina 1% locão - Unidade: FR

11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NATIVITA	1,000,000	0,0000	1,0600	1,060,00	Inabilitado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	NATIVITA	1,000,000	0,0000	1,1000	1,100,00	Inabilitado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT	IFAL	1,000,000	0,0000	1,2000	1,200,00	Classificado	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	SANTA TEREZINHA	1,000,000	0,0000	1,2200	1,220,00	Inabilitado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 19/22

Processo / Ano: 70/2014 Processo Administrativo:

Licitação.....: 20/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 46 - 4381 - Biperideno 2mg comprimido - Unidade: COMP

7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	CRISTÁLIA	5.000,000	0,0000	0,1600	800,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	CRISTALIA	5.000,000	0,0000	0,1790	895,00	Inabilitado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	CRISTALIA	5.000,000	0,0000	0,2290	1.145,00	Classificado	0

Item.....: 47 - 7904 - CLORPROMAZINA 5MG/ML IM INJETAVEL - Unidade: APM

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 48 - 7905 - CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITA - Unidade: COMP

7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	CRISTÁLIA	5.000,000	0,0000	0,1900	950,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	U.QUIMICA	5.000,000	0,0000	0,2050	1.025,00	Inabilitado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 20/22

Processo / Ano: 70/2014  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Processo Administrativo:		0,00						
uso / Ano:	70/2014							
ção.....:	20/2014 - PR							
dade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 48	-	7905	- CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITA -	Unidade: COMP					
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/	UNIAO QUIMICA	5.000,000	0,0000	0,2100	1.050,00	Inabilitado	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	UNIAO QUIMICA	5.000,000	0,0000	0,2110	1.055,00	Inabilitado	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	UNIAO QUIMICA	5.000,000	0,0000	0,2130	1.065,00	Classificado	0

Item.....: 49	-	7906	- CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITAL -	Unidade: COMP					
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244		MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA	CRISTÁLIA	10.000,000	0,0000	0,1600	1.600,00	Inabilitado	0
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	CRISTALIA	10.000,000	0,0000	0,1990	1.990,00	Inabilitado	0

Item.....: 50	-	7907	- DIAZEPAM 10MG/ML IM/IV INJETAVEL -	Unidade: APM					
6989		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT/		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973		LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488		CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244		MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	SANTISA	100,000	0,0000	0,6300	63,00	Classificado	0
12467		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	SANTISA	100,000	0,0000	0,6740	67,40	Classificado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 70/2014  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Processo Administrativo: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 51 - 7908 - MIDAZOLAM 5MG/ML IM/EV INJETAVEL - Unidade: APM

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/ NC		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 52 - 7909 - TRAMADOL 50MG/ML IM/EV INJETAVEL - Unidade: APM

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7391	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11973	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	TEUTO	500,000	0,0000	0,9500	475,00	Classificado	0
12488	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA	CRISTÁLIA	500,000	0,0000	1,1500	575,00	Inabilitado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 70/2014      Processo Administrativo: 0,00  
Licitação.....: 20/2014 - PR  
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 52	-	7909	-	TRAMADOL 50MG/ML IM/EV INJETAVEL	-	Unidade: APM		
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	HIPOLABOR	500.000	0,0000	1,1900	595,00	Classificado	0

Schroeder, Em .....

Daniela Samuleski - ..... - Pregoeiro(a)

Ivandra de Souza - ..... - Equipe de Apoio

Gelson Stein - ..... - Equipe de Apoio

Leontice Engler Kafer - ..... - Equipe de Apoio

Chella Adriane Klitzke - ..... - Equipe de Apoio



# Serra Alta

## PREFEITURA

### Lei Municipal Nº 1002/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1002 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.  
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 979/2013 de 04/12/2013 a saber:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0034 - Transferências do SUS - Piso de Atenção Básica  
Despesa: 5 ..... R\$ 30.000,00

Fonte: 0.1.1564 - Transferências do SUS - Estratégia e Saúde da Família  
Despesa: 14 ..... R\$ 25.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Natureza da Despesa: 31.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.1164 - Transferências do SUS - Agentes Comunitárias de Saúde  
Despesa: 03 ..... R\$ 55.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 55.000,00  
(Cinquenta e cinco mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de outubro de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### Decreto Nº 165/2014

DECRETO Nº 165/2014 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e em especial a Lei Municipal nº 1002/2014 de 10/10/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 979/2013 de 04/12/2013 a saber:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0034 - Transferências do SUS - Piso de Atenção Básica  
Despesa: 5 ..... R\$ 30.000,00

Fonte: 0.1.1564 - Transferências do SUS - Estratégia e Saúde da Família  
Despesa: 14 ..... R\$ 25.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Natureza da Despesa: 31.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.1164 - Transferências do SUS - Agentes Comunitárias de Saúde  
Despesa: 03 ..... R\$ 55.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 55.000,00  
(Cinquenta e cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração



# Sombrio

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 201/2014

DECRETO Nº 201, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

#### DECRETA:

Art. 1º. . Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel constituído de um terreno rural, situado em Com-Com, Distrito de Boa Esperança, município de Sombrio/SC, Cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sob nº 810.061.011.061-8, medindo (4.655,00m²), dentro de uma área maior de (101.819,80m²) de propriedade de Gentil Antonio Silveira e sua mulher Benta da Rosa Silveira, parte integrante da matrícula nº 14.335, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas, confrontações e Coordenadas Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P1 de coordenadas N 6.778.685,726 e E 628.766,330 deste segue em 160,16 metros onde confronta com área de Gentil Antonio Silveira, parte ideal da matrícula nº 14.335 até o ponto P2 de coordenadas N 6.778.588,923 e E 628.893,928 deste segue em 29,10 metros onde confronta com área de Gentil Antonio Silveira, parte ideal da matrícula nº 14.335 até o ponto P3 de coordenadas N 6.778.611,753 e E 628.911,971 deste segue em 160,20 metros onde confronta com área da Prefeitura Municipal de Sombrio área de posse da matrícula 14.335 até o ponto P4 de coordenadas N 6.778.708,624 e E 628.784,384 deste segue em 29,16 metros onde confronta com área de Gentil Antonio Silveira, parte ideal da matrícula nº 14.335 até o ponto P1 inicio desta descrição, perfazendo o perímetro de 378,62 metros, e encontra-se representadas no Sistema UTM, referenciados ao Meridiano Central 51º WGR, tendo como Datum o SIRGAS 2000.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para futuras instalações de um Colégio Municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 06 de outubro de 2014.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DECRETO Nº. 203/2014

DECRETO Nº 203, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio - SC, crédito suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.3.93.00.00.00.00.0070 - Aquisição Direta com Consórcio Público..... ..R\$ 50.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 70 ( Recursos Próprios em Saúde).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 06 de outubro de 2014.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### Resultado Final Lic 51/2014 Concorrência

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

#### RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA  
Objeto: Exploração dos serviços de táxi no Município de Timbe do Sul.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul torna público o resultado do julgamento de habilitação e proposta do Processo Licitatório nº 51/2014 - Concorrência Pública, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO da licitante participante, Sra. MARIA CLAISE BROLESE, com o ponto de táxi pretendido de nº 03 - Auto Posto Irmãos Stecanella.

Timbé do Sul, 20 de outubro de 2014.  
Elaine da Rocha Lisowski Velho  
Presidente da Comissão de Licitação

#### 1º TA AO CONTRATO 60/2014

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbe do Sul  
Extrato do Termo Aditivo  
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 60/2014  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: Herama Construções Ltda EPP  
Objeto: Aditiva prazo do Contrato nº 60/2014

Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 150 (cento e cinquenta) dias, passando o prazo inicial para 300 (trezentos dias) dias. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 150 (cento e cinquenta) dias, passando o prazo inicial do contrato para 330 (trezentos e trinta) dias.

Timbé do Sul/SC, 17/10/2014

## Timbó

### PREFEITURA

#### Aviso Pregão Presencial Nº 135 2014 PMT - Aquisição de Sêmen Bovino

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 135/2014 - PMT

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de sêmen bovino destinado à inseminação artificial em atendimento aos agricultores. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 04 de novembro de 2014. ABERTURA: dia 04 de novembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 20/10/2014  
MÁRCIA DA ROCHA  
Secretária de Desenvolvimento Econômico

#### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30 2014 FMS - AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTO NUTRICIONAL

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 30/2014 - FMS

OBJETO: Aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 03 de novembro de 2014. ABERTURA: dia 03 de novembro de 2014 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 20/10/2014.  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

### SAMAE

#### Portaria N. SAMAE- 123, de 17 de Outubro de 2014

PORTARIA N. SAMAE- 123, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3506, de 13/06/2014;

RESOLVE:  
Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo



discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
GILDA ANACLETO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	29/07/1964	458.247.389-04	44 horas	20/10/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Md Nº 12/2014

Resolução MD Nº 12/2014

Antecipa o pagamento da remuneração aos servidores e do subsídio aos vereadores da Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno e art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica,

Considerando que os dias previstos para pagamento da remuneração aos servidores e do subsídio aos vereadores da Câmara Municipal - 25 de Outubro e 1º de Novembro de 2014, respectivamente - recairão em Sábados, Resolve:

Art. 1º Realizar o pagamento da remuneração aos servidores da Câmara Municipal, relativo ao mês de Outubro de 2014, no dia 24 de Outubro de 2014, sexta-feira.

Art. 2º Realizar o pagamento do subsídio aos vereadores da Câmara Municipal, relativo ao mês de Outubro de 2014, no dia 31 de Outubro de 2014, sexta-feira.

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 20 de Outubro de 2014.

Jorge Augusto Krüger	
Presidente	
Rubens Borchardt	Douglas Emanuel Marchetti
Vice-Presidente	Secretário

Esta Resolução MD foi publicada na forma regulamentar.  
DOM/SC nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Timbó(SC), \_\_\_\_ de Outubro de 2014.

Patrícia Xavier

Assessora de Comunicação

## Treze Tílias

### PREFEITURA

### Julgamento de Recurso Administrativo TP 68/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
Processo Licitatório nº 68/2014 FMS - TOMADA DE PREÇO

Comunico a todos interessados que o julgamento referente à interposição de recursos está à disposição no site [www.trezetillas.sc.gov.br](http://www.trezetillas.sc.gov.br). Determino a abertura do prazo de 5 (cinco) dias para a manifestação dos interessados, mas desde já, em não havendo recursos, determino que a abertura dos envelopes das propostas será no dia 28 de outubro de 2014, às 9h00min na sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias.

MAURO DRESCH  
Prefeito

### PORTARIA N 112

PORTARIA Nº 112/14 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. JOSÉ CARLOS TOPOROSKI, CPF nº 309.900.929-68, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social, conforme Portaria de nomeação nº 123/13 de 18 de junho de 2013.

Artigo 2º - NOMEAR o Sr. JOSÉ CARLOS TOPOROSKI, CPF nº 309.900.929-68, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 20 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### Portaria N 110

PORTARIA Nº 110/14 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Neiva Dalla Costa Sbardella	08/02/2013 a 07/02/2014	20/10/2014 a 18/11/2014	30



Karine Kandler	16/01/2013 a 15/01/2014	20/10/2014 a 29/10/2014	10
----------------	----------------------------	----------------------------	----

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 20 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### Portaria N 111

PORTARIA Nº 111/14 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. AILTON JOSÉ DURLI, CPF nº 636.942.209-68, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, conforme Portaria de nomeação nº 062/13 de 22 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 20 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## Turvo

### PREFEITURA

### Portaria 340/2014

PORTARIA Nº 340/14, de 10 de Outubro de 2014.

DEMITE A PEDIDO TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido as Servidoras abaixo relacionadas, ocupante da função pública de Técnico de Enfermagem - SAMU, nomeadas temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/13 - SAMU, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 116/14 de 08 de Abril de 2014, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Suzana Cardoso	048.677.909-23	2419
Roseli Pereira Francisco	927.770.589-20	2100

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### Portaria 341/2014

PORTARIA Nº 341/14, de 13 de Outubro de 2014.

EXONERA POR FALECIMENTO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, admitida temporariamente, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de falecimento.

NOME	CPF	MATRICULA
Maria Nazário	022.401.469-23	3173

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de outubro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.



Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**Portaria 342/2014**

PORTARIA Nº 342/14, de 14 de Outubro de 2014.

ADMITE EM CARÁTER TEMPORARIO, MOTORISTA SOCORRISTA PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações, Considerando, que não existem mais aprovados através do Processo Seletivo nº 001/2013 - SAMU,

**RESOLVE**

Art. 1º - Admitir o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Motorista Socorrista - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição ao Servidor Paulo Sérgio Cardoso por ter pedido Demissão.

NOME	CPF	
Rodivan Carlos Michels	077.219.979-50	

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria iniciará em 15 de Outubro de 2014 e encerrará em 05 de Junho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**Portaria 343/2014**

PORTARIA Nº 343/14, de 14 de Outubro de 2014.

ADMITE MOTORISTA II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Admitir o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição ao Servidor Antonio dos Santos Elias por ter se aposentado.

NOME	CPF
Sandro Barbosa Velho	031.719.089-05

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 16 de Outubro de 2014 e encerrará em 19 de Dezembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.



## Vargeão

### PREFEITURA

**Extrato de Contrato Nº 167/2014.**

EXTRATO DE CONTRATO nº 167/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ANDRÉ VIANA CUSTÓDIO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e capacitação da Comissão Intersectorial para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 167/2014.

Vargeão, SC, 20 de outubro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

**Processo 062/2014 TP 014/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, TENDO COMO OBJETO, A PAVIMENTAÇÃO EM LADRILHOS, ADEQUAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS E URBANIZAÇÃO EM TRECHOS DE DIVERSAS RUAS DA CIDADE DE VARGEM BONITA, TOTALIZANDO APROXIMADAMENTE 5.660,00M2 especificações constantes no Memorial Descritivo, Plantas, Planilhas Orçamentárias, e demais Anexos que compõem o Projeto Básico e Projeto Executivo de Engenharia, partes integrantes deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Recursos: Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM e contrapartida com Recursos Próprios.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 06 de Novembro 2014 às 09:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitória, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 17 de Outubro de 2014.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI

PREFEITA MUNICIPAL



# Videira

## PREFEITURA

### Extrato do Termo Aditivo N. 0015/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0015/2013  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
 CONTRATADO: PAULO ROBERTO DA SILVA CAMPOS  
 CPF: 022.595.629-22  
 VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de janeiro de 2015  
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

### Extrato do Termo Aditivo N. 0429/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0429/2014  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
 CONTRATADA: MÁRCIA DE MATTOS FONGARO  
 CPF: 151.117.088-39  
 OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição à servidora MARIANE PEREIRA DOS SANTOS GENIS, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e em substituição a servidora MARIANE PEREIRA DOS SANTOS GENIS que se encontra transitoriamente afastada de suas funções, pois não retornou ao trabalho na data prevista, conforme Processo Administrativo n. 17.339/14"  
 VIGÊNCIA: de 07 de abril de 2014 até 30 de setembro de 2014  
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

### Extrato do Termo Aditivo N. 0511/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0511/2013  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
 CONTRATADA: VANESSA RIBEIRO SILVEIRA  
 CPF: 061.104.929-57  
 OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 1.173,41 (um mil, cento e setenta e três reais e quarenta e um centavos) e em substituição à servidora VILCE TEREZINHA GIRIOLI, em licença para tratamento de saúde conforme perícia médica" para "R\$ 1.196,87 (um mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos) e em substituição à servidora VILCE TEREZINHA GIRIOLI, em gozo de férias no mês de setembro"  
 VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2014 até 30 de setembro de 2014  
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

### Extrato do Termo Aditivo N. 0573/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0573/2014  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
 CONTRATADA: ALESSANDRA DE FÁTIMA LOPES  
 CPF: 005.518.249-64  
 VIGÊNCIA: de 06 de agosto de 2014 até 30 de junho de 2015  
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

### Pregão Presencial Nº 60/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 60/2014-FMS. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE NOBREAK 7.500 VA TI ISOLADO PARA SER INSTALADO NO EQUIPAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO FLORESTA, PELA SECRETARIA DE SAÚDE 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:30 horas do dia 04/11/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de Outubro de 2014.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067/14 - P. S. Nº 007/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067/2014  
 PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADO	CARGO
1 - Adriana Aparecida Felicetti	Psicóloga

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.



Videira, 17 de outubro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **Editais de Convocação Nº 066/14 - P. S. Nº 002/2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 002/2014:

CONVOCADOS	CARGO
1 - Marcio G. dos Santos	Auxiliar Operacional
2 - Carlos Alberto Soares	Auxiliar Operacional
3 - Alberto V. dos Santos	Auxiliar Operacional

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 17 de outubro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 11.315/14**

DECRETO Nº 11.315/14, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/2013, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 333.000,00 (trezentos e

trinta e três mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.050 - Manutenção da Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0014 - Aplicações Diretas	333.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>333.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação do exercício de 2014, pelo recebimento do recurso vinculado da COSIP.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de outubro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Decreto Nº 11.313/14**

DECRETO Nº 11.313/14, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Declara a vacância de cargo que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, bem como, no art. 100, VI da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Zeladora, em virtude do falecimento da sua titular SOELI RIBEIRO DOS SANTOS, ocorrido em 10 de outubro de 2014, conforme Certidão de Óbito registrada no Cartório de Registro Civil, sob a matrícula nº 104810 01 55 2014 4 00146 186 0054775 36.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2014.

Videira, 17 de outubro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração



**DECRETO Nº 11.312/14**

DECRETO Nº 11.312/14, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/2013 de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes, crédito adicional no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

18- Fundação Municipal de Esportes	
01 - Fundação Municipal de Esportes	
2.076- Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0378 - Aplicações Diretas	60.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	60.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de outubro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.314/14**

DECRETO Nº 11.314/14, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Ratifica a homologação das inscrições, referentes ao Concurso Público - Editais nº 002/2014 e 003/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, no Decreto nº 10.011/12, bem como no Item 3, Subitem 3.25, dos Editais nº 002/2014 e 003/2014;

DECRETA

Art. 1º Fica ratificada a HOMOLOGAÇÃO das inscrições referentes ao Concurso Público - Editais n. 002/2014 e 003/2014, publicadas na data de 08 de outubro de 2014, no endereço eletrônico: <http://videira.fepese.org.br>, em conformidade com os Itens 3, Subitens 3.25, dos referidos editais.

Art. 2º Fazem parte integrante do presente Decreto:

I - Anexo I - Inscrições deferidas referentes ao Edital nº 002/2014;  
II - Anexo II - Inscrições deferidas referentes ao Edital nº 003/2014;

III - Anexo III - Inscrições deferidas referentes aos candidatos portadores de necessidades especiais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de outubro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**ANEXO I**

DECRETO Nº 11.314/14

EDITAL Nº 002/14

Cargo: Advogado CREAS		
Total de Homologados: 44		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
4441	ADRIANA CORREA	08/12/1990
1677	ANA CAROLINA CAPELARI	30/08/1990
3898	ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI	12/06/1989
3484	ATAIR TOMAZ DA SILVA	07/08/1963
4268	BIBIANA BATISTA DE OLIVEIRA DAS NEVES	17/12/1971
1102	CARLOS FARIAS OURO DE CARVALHO FILHO	21/04/1954
3748	DANIEL FERNANDO GRASSI BOEIRA	13/01/1990
3234	DEBORA DA SILVA	17/10/1981
4171	DEBORA FABIELI COELHO DE AVILA	21/09/1985
4500	DIANE CARMEN PONTES	23/03/1974
2318	DIEGO PORTO	05/01/1990
4651	ELENIR CAVALEHIRO MACHADO	22/04/1979
1565	FELIPE GAN	23/02/1991
1415	FRANCIELI DIDIANE VANZ	29/08/1978
3727	GABRIEL MOLDENHAUER	03/12/1986
4606	GABRIELA BISSANI	14/09/1990
918	GABRIELA SAORIN PASQUAL	28/08/1990
1391	GESSIKA ELAINE LUERSEN	19/11/1989
4311	HENRIQUE OTAVIO PAVELSKI	28/05/1982
3062	JOAO PAULO RABELO MARTINS	29/04/1983
2441	JOSIANE MANICA BRUCH	12/08/1988
2438	JULIANA NURILLES GARBOZZA	20/07/1991
547	JULIANE HENNERICH	23/11/1989
2428	KAREN LETICIA REBELATO	26/02/1932
3716	LEDIANE FERREIRA	02/09/1983
360	LEDY THIBES LEMOS	29/12/1992
29	LUANA LOURENCO LONGHI	01/12/1991
4452	MAIRA SCREPEC DRESSENO	25/06/1990
938	MARCELO LICHES COELHO DE SOUZA	30/11/1990
721	MARGARET MARY MARTELLI	07/02/1957
4577	MARIA HELENA LUCIETTI	19/09/1976
3567	MARLO CRISTINA RIBEIRO POMPEO	05/06/1985
1875	MARLOM RODRIGO JESUS DE VARGAS	21/04/1975
3016	MAURICIO CONCI DALEASTE	08/04/1991
1000	MICHELA MARIA DAL PIVA	18/03/1977
3572	NAYARA MORESCO	18/07/1989



395	PRISCILA DE MATTOS	28/06/1991
3724	RAFAEL CARDOSO BACKER	08/09/1988
4259	ROBINSON HUBERT	04/09/1966
2298	TULIO TITO PELLEGRINI	11/09/1991
1961	VANEZA DALLAGNOL PONTEL	02/08/1988
2288	VINICIUS CRUZ SANTANA	21/11/1991
92	VINICIUS JOHANN LOPES	07/04/1991
4658	WAGNER BOSCATTO	16/10/1983

Cargo: Agente Administrativo II

Total de Homologados: 542

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3513	ADRIANA FATIMA PAULI	11/11/1986
1136	ADRIANA PARANA DE OLIVEIRA	25/04/1988
1091	ADRIANA PASQUAL	19/10/1991
1501	ADRIANA TERESINHA SINGER	17/06/1994
3123	ADRIANE CRISTINA MEZAROA	16/01/1996
1140	ADRIELLY GUZI GUARNIERI	26/10/1996
2155	ALANA CARLA MOSQUERA SOUTO	13/04/1995
828	ALESSANDRA RIBEIRO PONTES	12/11/1979
2773	ALEXANDRE RIBEIRO	08/03/1985
3291	ALEXANDRE TADEU MATTANA	09/10/1990
3746	ALINE DE MELLO	08/04/1994
1062	ALINE FELCKILCKER	15/03/1996
2995	ALINE FRANCIO CRUZ	06/02/1984
776	ALINE KIRST	07/10/1992
452	ALINE ZAGO REOLON	05/08/1988
1664	ALISON LUIZ SANTOS	02/11/1994
2925	ALISSA VELUMA VIECELI	10/10/1995
1680	ALISSON ELIAS BARIVIERA	15/02/1996
1998	ALTINO JOSUE GONCALVES JUNIOR	01/05/1991
2819	ANA CAROLINA RECHIA	05/05/1995
1016	ANA CLAUDIA DAL PIZZOL	17/06/1995
3692	ANA CRISTINA WALZ	20/08/1990
2007	ANA LUIZA CORONETTI	08/01/1985
570	ANA MARIA SINZKER SANTINI	21/12/1959
1732	ANA PAULA BASTIAN	24/12/1994
1570	ANA PAULA DALZOTTO PAULETTI DE GOIS	03/08/1992
2214	ANA PAULA DE LIMA	23/07/1984
3597	ANA PAULA FIORELLI KUCZKOWSKI	01/09/1988
1161	ANA PAULA TONIOLI	25/01/1990
3379	ANA PAULA ZATTA	06/03/1976
3993	ANDERSON DOS REIS LISBOA	29/04/1996
311	ANDERSON GREGORIO	29/09/1986
3867	ANDRE CARLETTI	16/05/1991
4403	ANDRE LUIZ APPEL	27/05/1994
2545	ANDREIA CRISTIANE PASTRE	31/08/1985
3195	ANDREIA FERLIN	14/06/1985
4360	ANDREIA FICAGNA	03/07/1984
3479	ANDREIA STORTI GALIO	01/07/1977
2029	ANDRESSA APARECIDA DE AZEREDO E SILVA	18/04/1995

1708	ANDRESSA APARECIDA SISNANDE	13/09/1992
208	ANDRESSA DEON	15/08/1996
3221	ANDRESSA TROMBETTA	27/07/1990
3679	ANDREZA SCHIZZI	06/12/1996
1762	ANGELA LONGHI RIBEIRO	06/12/1985
2972	ANGELA MARIA CASAGRANDE	21/06/1975
1043	ANGELA ZATTA	13/03/1991
2856	ANGELITA STRAPAZZON CASSANEGO	09/11/1978
4669	ANTONIO RODRIGO ZERBIELI LOPES	22/08/1995
1771	ARIANE MIORELLI VEIGA	12/09/1995
3206	ARTHUR PANCERI	12/04/1995
3150	ARTHUR SOMENSI LOCATELLI	31/07/1996
705	ARTUR MANENTI	09/08/1994
1145	BEATRIZ VIECELI	28/05/1994
4520	BERNARDO FARIAS SILVA	28/06/1995
293	BIANCA LUIZA SOARES DA SILVA	15/11/1994
2638	BIATRIZ DA SILVA	24/11/1988
3263	BRAYAN THOMAS LAZZARI	28/12/1995
2176	BRUNA DELAZZERI MELLEK	31/12/1996
1883	BRUNA MAY	18/09/1995
784	BRUNA RIBEIRO ALVES	08/02/1996
1605	BRUNA ROVARIS	22/02/1996
114	BRUNA TESTA	30/10/1992
3019	BRUNO GHELLER CONTE	11/02/1994
1238	BRUNO PERETTI	18/04/1990
4328	CAMILA GREGORIO	09/11/1995
3460	CAMILA MARTINS	30/11/1995
2164	CAMILA ORTIGARA	06/05/1989
1355	CAMILA SORAYA TITON DANI	12/01/1995
1291	CAMILA STRAPAZZON	07/01/1988
3664	CAMILA VANZELA	17/12/1993
3082	CAMILA ZANOTTO	08/02/1993
2379	CARINE TEREZINHA ROSA	11/08/1987
89	CARINE VIVIANE KAIBER	03/05/1984
2650	CARLA ALINE MUHLBRANDT	02/02/1988
2669	CARLOS EDUARDO BAUMGAERTNER	29/03/1996
4027	CARLOS EDUARDO LOPES	06/10/1992
981	CARMELITA SCUSSIATO VANZ	10/12/1972
1750	CAROLINA LUCHESI MACIEL	20/05/1994
3025	CAROLINA PEREIRA NEVES	02/07/1992
4418	CAROLINA VINCENZI MERGEN	15/08/1986
2505	CAROLINE APARECIDA MORANDO	12/10/1993
1779	CAROLINE KOZLOW	09/02/1990
1814	CAROLINE VIECELLI	14/06/1989
3656	CAROLINE VILLANOVA	28/05/1996
2256	CARULINE KLEIN	04/06/1981
646	CASSIANE MORAIS	11/10/1985
2479	CATIANE SERAFINI PERAZZOLI COSER	23/03/1987
1644	CELIO DE JESUS CAMPOS	24/05/1966
4451	CHAIANE MANDELLI	17/02/1994
1086	CHAIANI SARA ZINI LUTZ	29/03/1996
2850	CIBELE CRISTINA PONTE	26/01/1986
3987	CIDINEIA GRAHL	02/06/1984



2237	CINTIA APARECIDA BATISTA CHITES	21/08/1988
1290	CLAITON JOAO DA SILVA	12/09/1974
1981	CLAUDIA CESCA	03/01/1989
4257	CLAUDIA MEIRE GONCALVES SCUCIATO	02/07/1987
219	CLAUDIA PAULI	17/09/1988
1282	CLAUDIA RENICE SCHULTE MACHIE NAVIE	07/11/1979
4179	CLAUDIALINE DOBROWOLSKI	05/06/1996
350	CLAUDIO AMARAL CORDEIRO	10/03/1994
4177	CLECIANE KUHLE COLLE	30/11/1986
1524	CLEITON BERNARDI	09/08/1993
3949	CLEITON CASTILHO FANTIN	20/08/1987
3008	CLEONICE ALVES	12/03/1981
347	CLESSIANE FURCKEL TELES DE OLIVEIRA	11/02/1990
4661	CRISTHINY DE FREITAS TEO	18/06/1996
471	CRISTIANE MIOZZO	25/07/1990
2619	CRISTIANE TEDESCO DE OLIVEIRA	09/02/1982
3925	CRISTIANI MORAIS	17/03/1989
3788	CRISTINA BEVILAQUA	29/09/1989
2769	CRISTINA DE CAMPOS	31/12/1988
4361	CRISTINE DARON BARROS	21/04/1996
2849	CRYSTIAN CORREIA DA SILVA	18/04/1992
2006	DAIANE APARECIDA SARMENTO	28/02/1991
2016	DAIANE CRISTINA RIBEIRO COELHO DA SILVA BOGO	16/11/1984
1404	DAIANE MEZZAROBIA	19/09/1988
813	DAIANE STRINE DE ARAUJO XAVIER	18/04/1982
107	DALEISE APARECIDA TESSARI	20/09/1994
2892	DANIELA ZAGO CORRENT	07/11/1988
2645	DANIELA ZANIVAN BENETTI	01/09/1987
3667	DANIELLA QUAGLIOTTO FUA DE LIMA	27/09/1994
1040	DANNIEL COSTA ALVES DA SILVA	31/03/1984
4199	DAVID CORDEIRO SCHMIDT	30/07/1993
4630	DAYANA MAKEILA CAVICHIOLO	07/04/1985
453	DAYANE CRISTINA DA SILVA	17/08/1993
256	DEBORA APARECIDA TESSARI	10/05/1993
904	DEBORA JACKELINE BENKER	05/04/1988
978	DEISI DE FATIMA HOFFMANN	09/04/1993
1384	DEISIANE FERREIRA	25/10/1992
4345	DEYSE CRISTINA JACQUES	29/09/1988
3574	DIANA PADILHA	16/07/1985
3310	DIANA PALHANO	07/10/1991
850	DIANE APARECIDA LERIAS DE OLIVEIRA	09/08/1991
1911	DIEGO LUIZ EGER	30/06/1991
2847	DIEGO PADILHA PECINATO	26/01/1988
3182	DIRLANE APARECIDA SINGER	22/08/1995
908	DIRENE RIBEIRO PINTO	21/06/1986
4448	DONIZETE FERNANDES DOS REIS	06/12/1989
4208	DOUGLAS FABRICIO	04/03/1992
2008	DOUGLAS M CORREA DOS SANTOS	12/04/1986
2833	DRIELI FINGER MORESCO	17/04/1986
1323	EBERTI CONRADI LUPATO	28/02/1996
3765	EDELA TAINARA BORGES	23/09/1996
2821	EDERSON MARTINI	16/03/1984

4547	EDIMAR ZORTEA ARALDI	06/01/1983
1438	EDINO RUDISNEI DE ANDRADE	23/04/1984
3872	EDUARDA JOANA RIBEIRO	11/04/1995
4168	EDUARDA RIBEIRO LEITE	28/06/1993
2170	EDUARDO PEREIRA FALCAO	19/02/1996
4635	EDUARDO SCHNEIDER FANTIN	09/07/1997
3992	ELAINE BARBOSA DOS SANTOS	04/09/1990
1254	ELAINE GENERO SALOMONI	26/01/1989
4045	ELIANE APARECIDA ROSSI MARAFON	02/10/1974
3509	ELIANE SCHUCK	23/12/1985
2656	ELIETE APARECIDA TRUYLIO FRIEDEMANN	10/03/1966
1552	ELISABETH RIBEIRO	22/11/1969
205	ELISIANE RODRIGUES DOS SANTOS	29/11/1988
766	ELITON MAY	02/10/1992
1968	ELIZANDRA NAIARA MULLER	16/03/1997
461	ELOISE MARIA ANJOS GUIZ	23/09/1994
798	ELOIZA HELENA DALLABRIDA CENDRON	22/07/1989
892	EMERSON DE OLIVEIRA MALGARIN	22/08/1996
4396	ERNANI GUERREIRO	10/07/1992
3103	EVA MARIA THIBES DE BARROS	18/04/1975
1077	FABIANA ZIMERMANN DE OLIVEIRA	06/03/1984
3205	FABIANE NUNES DOS SANTOS	10/06/1988
1473	FABIANO FAGUNDES	14/07/1996
3628	FABIO CRESTANI	17/10/1994
3256	FABIO DE OLIVEIRA WONZOSKI JUNIOR	03/03/1993
3247	FELIPE ABATI	29/04/1992
1567	FELIPE ANTONIO SILVA DOS SANTOS	08/02/1995
2224	FELIPE COMELLI MELOTTO	19/10/1985
873	FELIPE PERAZZOLI	14/09/1994
4625	FELIPE SCHNEIDER FANTIN	09/06/1997
301	FELIPE TEDESCO BONETTI	08/02/1996
2296	FERNANDA APARECIDA GUARNIERI BALBINOT GUILL	20/06/1985
2731	FERNANDA GONSALVES DE MENESES	25/04/1991
655	FERNANDA KEILA CARELLE ORSO	10/10/1984
2921	FERNANDA MUGNOL	03/08/1982
4181	FERNANDA RIGO	16/06/1991
1045	FERNANDA VIEIRA	08/09/1994
213	FERNANDO RAFAEL GONCALVES	13/11/1990
2436	FILIPPE COLUSSI DE OLIVEIRA	02/03/1997
2830	FLAVIA APARECIDA MENEGAT	08/04/1982
3344	FLAVIA PETRY	05/12/1989
2900	FLAVIA ROBERTA SIRENA	11/07/1993
2375	FLAVIO STRAUSS JUNIOR	04/05/1993
3312	FLAVIO WERMOLHEN	04/07/1976
4292	FRANCIELE APARECIDA NUNES ANTUNES	16/01/1992
3737	FRANCIELE GENOVEVA KUSS	28/10/1982
2225	FRANCIELE VANELLI MELOTTI	01/12/1980
1641	FRANCIELI DAL BOSCO FAZZIONI	02/07/1989
1719	FRANCIELI GOMES PIRES	06/04/1989
2281	FRANCIELI KOHLER BLOS PROENCA	14/01/1984
1108	FRANCISCO EDIMAR BERGAMO	01/07/1964
508	FRANCISLAINE RIBEIRO DOS SANTOS	27/11/1993



2879	FRANCISLAINE WALTER DAMBROZ	07/01/1997
550	GABRIELA DA ROCHA LAZZARI	12/03/1993
4404	GABRIELA PERAZZOLI	20/06/1996
1143	GEAN DA SILVA MENA	26/03/1989
1480	GECICA FERNANDA MOREIRA	04/12/1994
846	GEMANIR LUCIA VANZ LYRA	20/03/1966
4024	GEORGIA CALLIARI DEITOS	27/01/1996
1598	GEOVANA DA COSTA VARELA	01/09/1993
1996	GESSICA DAROLD	30/12/1991
2388	GIAN DA SILVA	25/03/1993
3558	GIANE PERAZZOLI	12/03/1992
3973	GILNIARA ANDREZA PETRY	05/12/1996
24	GILSON CESAR FONTANA	22/12/1983
2402	GIOVANA MANENTI MESALIRA	25/01/1979
3877	GIOVANNI DA SILVA STRAPAZZON	23/04/1995
406	GISELE APARECIDA TONHOLLI	22/01/1986
2449	GISELI MEZAROA ASCARI	31/12/1986
1371	GISLAINE ALESSANDRA COSTA MACHADO	30/12/1996
2736	GISLAINE ALVES SPANIVelo	01/12/1981
4656	GISLAINE MARTINS	20/12/1989
1912	GISLAINE PAULINA DELUQUE	13/09/1993
3039	GLACIELE MARIA CHAVES	12/04/1982
2396	GLEICI KELLY DE LIMA	11/09/1995
4074	GRAZIELI PANACCIONE	30/05/1991
1716	GRAZIELLI SANTORO	09/10/1992
2042	GUILHERME NERCOLINI	26/01/1987
4309	HARRIELI CRISTINA ANSILIERO BURZANELLO	22/02/1994
4672	HELOISA HELENA FONSECA PINHEIRO	18/12/1961
2349	HENDRIX TOMAZ DA SILVA	05/09/1994
1532	HENRIQUE WUNSCH ROSTIROLLA	12/05/1995
2064	IDIANE CAETANO GONCALVES	25/06/1989
3053	INGRID DE OLIVEIRA	17/06/1995
4443	IVANA DAROLD	29/03/1994
2132	IVANILCE DE FATIMA ALVES DE MEIRA	17/04/1978
935	IVANOR LUCAS DE MELO	24/12/1963
4050	IVENISE CRISTINA PINTO RIBEIRO	18/07/1993
202	IVONETE APARECIDA DOS SANTOS GONCALVES	31/03/1984
2135	IVORI VANDERLEI FANTIN	28/10/1971
1304	IZAURA NATALINA CRINXENOWISCK DETONI	24/12/1983
4419	JACINTA APARECIDA GUZZI	26/09/1972
4254	JACSON TRAMONTIN	19/11/1996
1510	JAINE PATRICIO	12/06/1992
3408	JANAINA MADALENA FIABANE	30/09/1978
1286	JANAINA THERE STRAPAZZON	02/01/1993
3430	JANETE APARECIDA GRANDO	04/12/1985
1574	JANINE RIGO	27/05/1993
3723	JANINHA CASTILHO SCHWARTZ	21/07/1976
4497	JAQUELINE DO PRADO FERREIRA	05/05/1990
3561	JEAN ASSOLARI CARDOSO	20/06/1991
2173	JEAN CARLOS PERAZZOLI ANDREOLA	29/07/1993
4331	JEANE MAURIEN DO AMARANTE	16/07/1969

1292	JEFERSON JOSIMAR PINTO MACHADO	14/09/1988
2665	JEFERSON SANTOS DE SOUZA	17/04/1995
749	JEISIANE MUSSOLIN	29/03/1995
4216	JESIELI RODRIGUES DE JESUS	25/06/1990
1751	JESSICA APARECIDA ALVES	02/07/1993
125	JESSICA CHAPIESKI CHAPIESKI	04/08/1993
3627	JESSICA CONSTANTINI	11/05/1993
2017	JESSICA DE SOUZA	16/11/1995
3007	JESSICA MARINA RIBEIRO	20/07/1993
754	JESSICA PRIGOL	07/03/1991
269	JESSICA SCUSSIATO	30/09/1991
2239	JOANITA DA SILVA	24/06/1985
953	JOAO BATISTA SARTORI	11/10/1986
4365	JOAO MARCOS DE SOUZA FRANCA	05/04/1994
2613	JOCENEIA MARIA GELINSKI BORGES	04/05/1985
1305	JOED FIGUEIRO RIBEIRO	21/03/1996
3952	JOELMA BORGES	14/01/1972
460	JONAISA APARECIDA SCHLICHTING	21/08/1982
1633	JORDANA PICCOLI	25/12/1995
1931	JORDANA ZANFERARI COLLE	08/10/1987
1823	JORGE LUIZ RIBEIRO DA MOREIRA	02/03/1971
3323	JOSE AUGUSTO VELOSO	28/08/1984
4557	JOSE DRESSENO NETO	30/11/1988
4289	JOSEANE SCALABRIN GEMELLI	16/12/1983
288	JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS	20/11/1981
4121	JOSIMARA ALVES DE LIMA	30/11/1986
2792	JULIA PETRINA MACCARINI	16/10/1996
1155	JULIANA ALESSIO	07/02/1993
2411	JULIANA ANTUNES	15/04/1990
1735	JULIANA ANTUNES DE OLIVEIRA	11/08/1981
227	JULIANA BITELLO DE SOUZA CANTELLI	04/08/1982
3127	JULIANA DE OLIVEIRA SALGADO	10/01/1990
242	JULIANA DOS SANTOS	17/05/1983
1476	JULIANA ELOISA SINIGAGLIA	26/03/1986
4647	JULIANA ESTER TREVIZZAN	07/12/1996
706	JULIANA MACEDO BELI LAVRATTI	19/10/1995
3563	JULIANA ROSTIROLA	21/05/1985
4214	JULIANE BEVILACQUA ANTUNES	30/03/1996
2319	JUNIOR CESAR GONCALVES DE OLIVEIRA	16/07/1982
4683	KACIA ROMUALDO DE MATTOS	17/04/1986
3640	KALIANE GILIOLI VIEIRA	10/10/1995
3829	KALIENA REGINA DE MORAIS	27/05/1996
1794	KALINE BARCARO PRIGOL CHAVES	18/06/1986
1523	KARINA DE SOUZA MOREIRA	08/01/1995
487	KARINA DO AMARAL	15/10/1996
4164	KARINE FERNANDES DA SILVA	26/01/1984
2648	KATIA LAZZAROTTO	15/10/1993
597	KATIA TAIS ROSSI	04/09/1995
4564	KATIE ANDRESSA GHEDINI CORRENT	06/05/1986
1825	KAUE DA SILVA	10/09/1989
1972	KAYTLLMAY LEONCIO SPALENZA	05/04/1984
2122	KETEREN ALINE PIROLI PEDROZO GONCALVES	05/10/1987



158	LAIES MARIA ZANELLA	27/05/1986
4297	LAIS CRISTINA LINS	16/05/1994
1812	LAIS DOS SANTOS	08/08/1996
1770	LAIZ REUS ELIAS	12/05/1989
4569	LARISSA MICHELI APARECIDA ALVES CRIVELATTI	15/03/1984
1835	LAVINIA ANDRADE LIMA	28/01/1968
1728	LAYS FIGUEIRO RIBEIRO	11/06/1994
3590	LEANDRO RODRIGUES MACHADO	19/11/1979
4429	LEDAMIR DA SILVA	04/10/1978
379	LEDIONE ZANOL	04/07/1987
4468	LEIDIANE PIROLI	06/10/1988
3021	LEONARDO BERGAMO	27/07/1996
3167	LEONARDO BIAVA BORJAS	02/10/1993
1130	LEONARDO FIOREZE	30/01/1996
2693	LEONARDO HETVINO LOOF	17/12/1996
314	LEONARDO JOSE SCHNEIDER	08/08/1993
431	LEONICE CHELEST	17/01/1984
1973	LEONILDE MARIA BONETTI RIBEIRO	17/08/1957
3141	LETICIA APARECIDA DOS ANJOS GUIZ	21/08/1993
2255	LETICIA TERESINHA MAZURECK	14/02/1997
4455	LEUCIMAR GONCAVES DE AZEVEDO	19/05/1970
1477	LIANA DOS SANTOS DA SILVA	16/09/1996
685	LIEGE DENARDI	25/07/1994
2430	LIGIANE CARINHATO	27/10/1994
3871	LILIAM APARECIDA VENTURI	11/03/1980
45	LUANA APARECIDA LEVANDOSKI	25/08/1988
4310	LUANA BECKER RIBEIRO	14/02/1994
2271	LUANA FERNANDES	15/03/1993
1956	LUANA KARINA VARELLA	16/11/1995
4210	LUANA LEMES	12/01/1991
283	LUANA MOURA	08/10/1990
4598	LUANE PRUENCA DA SILVA	18/02/1989
4450	LUCAS MORESCO	02/01/1994
1419	LUCAS PANAZZOLO	23/09/1987
2039	LUCAS PIRES DOS SANTOS	26/06/1996
1407	LUCAS SASSO	12/11/1983
4200	LUCAS SECCO	21/12/1994
934	LUCIA LARA MORIGGI	01/06/1986
946	LUCIA MARLI PEROVANO NEVES	03/01/1977
1310	LUCIANA RAMOS DA CUNHA	22/07/1989
4221	LUCIANE SIMIONATTO SCHIZZI	27/10/1980
4007	LUCILENE RINALDO SCABURI	01/09/1967
2836	LUCIMARA DOS SANTOS	29/08/1993
1092	LUIZ ANTONIO FERRAZ	16/05/1971
4498	LUIZ EDUARDO GUARNIERI	03/09/1988
1329	MAIARA DREHER SCORTEGAGNA	09/08/1994
3246	MAIARA NADIA DE MELO	03/03/1994
3345	MAIRA BEE	20/03/1992
2056	MAIRA SAORIN	08/03/1988
1213	MANOELA RODRIGUES DA LUZ	07/10/1991
626	MANOELI ZAGO	11/11/1994
2246	MARA ASSUNCAO BELLOZUPKO LONGO	08/12/1967

4582	MARCELO AVILA MARQUES KUHN	28/11/1987
4235	MARCELO RIBEIRO JUNIOR	23/09/1997
3922	MARCELO ZANON	20/08/1993
4464	MARCIA ANDREIA SCHWERTZ	25/02/1983
4101	MARCIA DE SOUZA DA CUNHA	03/03/1984
3608	MARCIA ELIZETE ZAMBONIM GAIO	04/08/1978
4093	MARCIANE TRENTIN LIMA DAMBROSO	23/05/1982
1611	MARCO ANTONIO BETTU KUNZE	03/03/1995
3421	MARCOS PAULO MIOZZO	25/10/1982
4293	MARIA BRUNILDE FRIEDEMANN	17/07/1967
1383	MARIA CRISTIANI ANTUNES OLIVEIRA	05/04/1981
1265	MARIA DANIELI BRIDI	07/07/1995
3144	MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DE OLIVEIRA	18/04/1980
2119	MARIA ELENA PELLIN	11/03/1966
2374	MARIA HELENA DUTRA	13/02/1995
1441	MARIA SALETE PIN MORREIRA	20/09/1985
2857	MARIANA MARTINAZZO MANENTI	05/02/1997
1079	MARIANA MILANI	27/09/1991
1584	MARIANGELA RITTER RICCIARDI	05/07/1984
4389	MARIBEL AP SIMIONATTO SCHIZZI	13/04/1959
3230	MARICELI CLAUDIA PIROLI DA SILVA	27/12/1990
129	MARIELE BARROS DE DEUS	16/08/1991
707	MARILA ROSANI ORTH BRIDI	23/01/1972
3815	MARILDA TEREZINHA VANZ PANCERI	21/10/1961
4341	MARILIA ELIANE PRESTES	28/08/1991
1819	MARILIA PERDONCINI DE LIMA	09/06/1987
420	MARILIA VINCENZI PEREIRA	08/04/1997
3951	MARILISE FATIMA VAZ DE CAMPOS	14/07/1991
154	MARISA CRISTINA LOPES BALATKA	18/05/1974
3892	MARISA SABRINA RUTZ CARELLE	16/08/1981
1038	MARISA VALMORBIDA	16/04/1973
796	MARISTELA TOLDO	20/03/1992
1718	MARIVONE HORTHCOPF FELIX	21/10/1986
3997	MARLI HOLDEFER BENDER	24/03/1985
843	MARLIANE VANZ POMMERENINH	30/06/1982
3200	MARLOVA RAMOS MEZALIRA	30/12/1979
955	MARTA FERNANDES DA ROCHA	20/05/1979
2391	MAURICIO CAGNIN	19/03/1994
279	MAURICIO DOS SANTOS OZORIO	05/08/1996
4280	MAURICIO JACIR ZARDO	01/03/1985
1472	MAYARA KELLY DA SILVA	20/03/1993
4567	MAYCON ANDREI PIRES DE CAMPOS	04/10/1992
1612	MAYNARA GUILL	02/09/1990
2044	MEIRE ANE CORREIA	21/01/1983
3548	MERIANE BOLZONI CENCI	03/07/1985
4240	MICHELE KARINA PANAZZOLO	04/01/1987
3139	MIRIA CAVALHEIRO MACHADO DE CAMPOS	11/03/1982
4411	MIRIAM GERMANO DE GOIS	25/03/1989
4408	MIRIAM TERESINHA SEIDEL	09/06/1976
3386	MIRIANE BATISTA	30/04/1993
1772	MIRTES ASSUNTA BONETTI	30/08/1973
509	MONALISA THIBES TURMINA	25/12/1987



986	MONICA GRANDO	02/02/1995
1311	MONICA VILLWOCK	06/10/1988
4664	MORGANA DE LIMA	25/07/1995
3701	NALVA LETICIA DE QUADROS ALVES	18/01/1992
692	NATAN JUNIOR BLOTZ	14/09/1993
4663	NATHALIA PADILHA	28/04/1994
4680	NETALLY RAFAELA TIZOTT	24/10/1995
2451	NEUZA THIBES DE OLIVEIRA	07/07/1983
2674	NILVANA CAON THOME	16/05/1994
2663	NUBIA TRUYLIO FRIEDEMANN	21/04/1995
1138	OLESIA MARIA GUZI	09/03/1962
1907	PALOMA ROVER VIER	04/10/1992
1868	PAMELA EMANUELLY PRETTO	25/11/1992
3192	PAMELA MARIA DE SOUZA MAI VELASKI	16/01/1995
2744	PAMELA MARTINS MACEDO	14/08/1991
957	PATRICIA DALLAZEM	10/03/1991
4581	PATRICIA DIAZ DE GOIS	27/02/1983
445	PATRICIA DOS SANTOS SCOLARI	12/03/1991
2223	PAULA GARBOSA STREY	05/11/1986
4594	PEDRO HENRIQUE DA SILVA ROMERO PIVA	12/12/1993
3961	POLIANA ANTUNES DE LIMA	07/08/1978
650	PRISCILA ANA MORESCO	12/09/1990
323	PRISCILA LOPES CARDOSO	24/11/1991
4632	RAFAEL ANTONIO MELLE CAZAGRANDE	02/09/1988
4681	RAFAEL COITO	10/05/1993
3431	RAFAEL PERETTI	23/06/1990
2197	RAFAELA SCHINDLER	22/10/1982
4453	RAQUEL BISOL	07/08/1995
2106	RAQUEL FAUSTINO	22/11/1987
473	RAQUEL ISIS DA COSTA	18/09/1984
4488	REGIANE APARECIDA ZATORZKI	26/04/1980
325	REGINA MOSENA DOS SANTOS	01/08/1995
4242	RENATA MARAFON	27/04/1990
2378	RICARDO BURATTO	11/11/1991
2405	RICARDO LINS	05/08/1988
1650	RICARDO SCHAUPENLEHNER	11/07/1976
3166	RODOLFO SUMIRI GARCIA	05/11/1976
743	RODRIGO CONTE	13/06/1994
4600	RODRIGO HUBLER SECCO	31/05/1996
2647	RODRIGO RODRIGUES	14/04/1989
308	RODRIGO TELES DE OLIVEIRA	26/06/1984
1571	ROMOLO DOMINGUES DA CRUZ	14/01/1988
4049	ROSANE ARAUJO CORREA	30/10/1994
1201	ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA MACHADO	16/06/1983
2050	ROSEMARY PETRY	27/08/1967
2800	ROSENILDA RODRIGUES BATISTA	04/03/1986
3457	ROZELI OTTO	30/11/1977
4686	RUBIA JUVELINA CORDEIRO PEREIRA BONDAN	29/11/1976
3083	RUBIA MARA PINO GOMES BUSETTI	10/05/1985
1841	RUTE DOMINGUES DE MORAIS	22/07/1994
4602	SABRINA APARECIDA SCHNEIDER	11/10/1996

1889	SABRINA FRANCIO	02/06/1983
2300	SABRINA MUNARO	24/05/1996
196	SABRINA RODRIGUES	05/03/1995
771	SABRINA SURDI	26/01/1993
277	SALETE DE MENES	12/01/1978
1893	SAMARA LORENA SANTANA DOS SANTOS	12/03/1988
3670	SAMUEL STRAUSS MOZZ	17/04/1994
4020	SANDRA SCHONS	19/04/1984
94	SANDRO SELOMAR ULRICH	05/09/1969
2763	SARA BATISTA DE JESUS	02/07/1970
3474	SARA DE CAMPOS	20/12/1994
1910	SARAH ANAICA DAVID	14/02/1988
1984	SAYONARA GRACIOLI	18/02/1971
2160	SCHEILA JAQUELINE DE ALMEIDA DE LIMA	16/08/1990
3050	SELVINO FRANZOSI JUNIOR	27/06/1990
3063	SERGIO LUIZ BRUNETO JUNIOR	07/11/1993
3797	SIBELE APARECIDA APPI	08/04/1986
959	SIBELE MARQUES	02/11/1995
839	SIDNEI LYRA JUNIOR	29/08/1994
4133	SIDONIO CAMPISTANO DE OLIVEIRA	12/03/1975
2963	SILVANA APARECIDA PAULI	08/02/1985
1381	SILVANA DA COSTA	20/10/1995
4410	SILVANA TOCCOLINI	31/08/1974
856	SILVANIA PADILHA	31/07/1975
2956	SILVIA DOS SANTOS	25/05/1993
351	SILVIO EDSON CHAVES	19/02/1982
3526	SILVIO PERAZZOLI	11/09/1993
3059	SILVIO ROQUE NARDI	22/02/1989
1198	SIMONE APARECIDA DE ALMEIDA	12/11/1985
1788	SIMONE MARIN	08/01/1992
388	SIMONE PATRICIA BOGONI	21/12/1991
1647	SIMONE REMUS	09/11/1972
3666	SIMONE ZIMMER	13/03/1971
3438	SIRLEI LAZZARI	08/02/1988
4111	SOLANGE CABRAL	23/07/1983
3455	SOLANGE TELLES RODRIGUES	03/02/1989
1417	SONIA RITA GHELLER	09/07/1973
3245	STEFANI SOUZA DE LIMA	24/05/1997
2967	STEFANO EDUARDO BORGIA	15/01/1997
997	STELA MARIS BONETTI	29/07/1961
3950	SUSANA DO SACRAMENTO ROSNOWSKI	31/10/1986
2418	SUZANA BORGES VIEIRA	28/03/1989
4525	SYRO EMMANUEL DAVID	12/08/1985
4035	TACILA NASCIMENTO VASCONCELOS	30/08/1988
4273	TAISE SARTOR	23/07/1933
4369	TALITA DARON BARROS	30/08/1989
2696	TALITA DE FATIMA SCAIN	06/02/1995
3984	TALITHA CISTINA RICCI	08/09/1993
647	TANIA MACEDA	03/04/1995
1280	TATIANA ALVES MARTINS BONFIM	05/10/1979
3864	TATIANA CLAUDIA ALVES MOREIRA	16/12/1992
4402	TATIANE CARDOSO MACHADO	14/10/1980
414	TATIANE PEREIRA DOS SANTOS	27/01/1988



3181	THAIS NEVES DE MORAES	18/05/1996
1169	THAIS RENATA TERCI	08/02/1994
2924	THAYS GARDENE SILVA COELHO	21/02/1977
1154	TIAGO CAON RIBEIRO	23/04/1993
3855	TIAGO LUDWIG	11/04/1985
18	TUANE CRISTINE SAVIAN	22/08/1991
1699	VALDECIR ANTONIO PAGANINI	05/02/1968
2471	VALDECIR SOLIANI	15/07/1978
2267	VALDIR JOSE BRANCO	04/12/1975
4522	VALERIA FELIX	06/03/1993
4527	VALMIR GONCALVES	09/09/1980
1693	VANDA SALETE KOKOVISKI DUARTE	03/07/1973
2906	VANDERLEI PIRES	20/06/1984
4481	VANESCA CARMEM SOARES	25/07/1981
2038	VANESSA LAVRATTI	18/07/1995
3170	VANIA REDEMSKI	27/05/1975
4184	VANIA URBANO DOS SANTOS	18/11/1985
2791	VANISA SCHMITZ	06/03/1979
2186	VANUZA CORREA DE MENEZES	25/11/1989
100	VERIDIANE APARECIDA GUZZI	19/06/1995
3843	VERONICA ZITA BUSS	24/03/1981
694	VINICIUS ALANO CEOLLA	20/01/1995
2381	VINICIUS HENRINQUE CESCO	12/01/1983
510	VINICIUS PAROLIN	20/08/1993
1361	VINICIUS PERAZZOLI DE QUEIROZ	22/01/1997
2919	VIVIAN BRINIAK MOREIRA	21/10/1981
4298	VIVIANE ANTUNES DIAS DA SILVA MUN-DSTOCK	06/02/1990
3537	WANDERLEI LUIZ BONDAN	23/08/1973
345	WDNEY MARTINS	14/11/1984
3592	WELINTON CENTOFANTE PEREIRA	07/02/1995
871	WESLEY BRIDI RIGO	29/02/1996
4095	WILLIAN FELIPE MENGATTO	08/04/1993
3113	WILLIAN PATRIC RODRIGUES DENARDI	19/02/1988
4370	WILSON CAYO LEITE DE OLIVEIRA	28/01/1994
1139	ZENAIR SPETIT	08/10/1990

Cargo: Agente da Defesa Civil

Total de Homologados: 27

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
1287	ADEMAR BONIATTI	09/07/1973
3713	ADEMAR FANTINEL	03/02/1979
4036	ALDAIR BIASIOLO	15/05/1976
1725	ANDERSON POGGERE	03/09/1990
2711	ANDREA DE SOUZA	10/11/1978
4296	ARLY VALIS ALVES JUNIOR	17/10/1971
4243	BRUNO CIVIDINI	23/01/1988
866	CHARLES JEAN BEZ	03/08/1989
3342	ESTEVAO CANAL	04/03/1985
4191	FERNANDO SLOGO	03/02/1993
4085	GILBERTO DE OLIVEIRA	08/10/1975
3413	ISABELA CRISTINA VELOZO	23/05/1982

2959	JONAS ZAGO	31/10/1987
3366	JORGE ANTONIO DE ANDRADE	14/12/1968
4552	JULIO OSCAR SEVALD	07/07/1992
3712	LUIZ GABRIEL FIANCO	25/08/1982
4657	MARCOS MOREIRA	24/04/1993
3819	MAX ANDREI MUCHE	24/07/1994
4138	MILTON ALVES DOS SANTOS	01/12/1980
4584	NEREU FERREIRA DE PAULA	12/01/1963
2719	NEUSA MARIA GONCALVES DOS SANTOS	17/03/1979
1445	ODIMAR ANTONIO PALAORO	11/06/1977
2779	OLIMPIO CARLOS SIMOES DE OLIVEIRA	13/02/1971
1048	ROSIA NE DA ROSA	30/11/1995
730	TATIANE FATIMA CASAGRANDE KALENIK	20/05/1982
2658	TIAGO WITTER	09/12/1985
4136	VILSON ANTONIO TAVARES	18/01/1971

Cargo: Agente de Pavimentação Pública

Total de Homologados: 17

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
671	ADAIR FELTRIN	26/11/1976
1103	ALBARI FERREIRA DE SOUZA	05/11/1964
4524	ALDO AVILA CREMA	14/08/1989
3143	CARLOS EMANOEL FERREIRA	21/08/1989
1104	FLAVIO MAURINA	14/01/1987
4076	GILBERTO DE OLIVEIRA	08/10/1975
3487	IZAKE DE CAMPOS	05/10/1993
264	JAISSON SOARES	11/04/1987
14	JESSÉ BAZE	20/08/1989
3579	JOSE VALDOMIRO ANDRADE	27/12/1982
545	JURANDI COSTA	25/07/1967
3461	LEANDRO TAVARES DA SILVA	22/12/1976
4505	MARIO LUIS FAGUNDES BRANDAO	16/11/1967
2568	MAURI ALVES DOS SANTOS	19/01/1984
967	REINALDO MELO SALVIANO	18/03/1980
2302	SEBASTIAO LOPES	22/03/1984
2257	VALDIR GOIS DE SOUZA	22/01/1956

Cargo: Agente Operacional de Vigilância

Total de Homologados: 14

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
1008	ALTAMIR DOS SANTOS	22/06/1980
4576	ANDRE LUCAS CORDEIRA GONCALVES	12/04/1990
4580	ANDRE MARTINAZZO MANENTI	18/10/1985
1346	DAVISSON PADILHA	29/09/1989
4420	ELVIS PONTES CHAVES	08/12/1980
3593	GILSON LIRIA	04/10/1963
3347	JEDINA MIRANDA BOLSANI	10/04/1992
1281	LEONARDO ALVES DOS SANTOS	06/09/1969
1065	SERGIO RIBEIRO MACHADO	30/12/1967
825	SIDINEI ALVES	04/06/1979
920	TIAGO GOMES DE GOIS	19/04/1987



1588	VALDINOR ALVES RIBEIRO	06/02/1972
1615	VANDERLEI DA LUZ	11/08/1973
4067	VANTUIR MACHADO	15/09/1981
Cargo: Agente Social		
Total de Homologados: 48		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
3003	ADEMIR CARLOS ANTUNES PINTO	02/12/1968
4314	ANA CAROLINE COSTA LOPES	18/10/1991
1408	ANDREUSA MONTOVANI DA SILVA	27/01/1982
714	BRUNA PIRE DOS SANTOS	27/09/1990
3340	CARLA DANIELE SUCKOW	28/04/1983
1685	CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA	04/08/1992
2914	CLEONICE DE SOUZA MACHADO	02/12/1982
274	DAIANY DA SILVA MONTARROYOS	11/11/1987
3514	EDI GRAFF	27/03/1968
1133	EDINA DO PRADO	19/03/1996
3452	ELIZANGELA RIBEIRO DE SOUZA PIRES	03/09/1981
1205	HELENA DE FATIMA DA SILVA	07/05/1978
4222	IANE CORREA DOS SANTOS ZAPELA	24/07/1984
118	INGRIDY SOARES DA SILVA SIQUEIRA DE ASSUNCAO	31/08/1996
909	IVONETE ALBERTINA GALANTE	26/06/1981
2484	JACKSON FERRAZ GRANETTO	04/01/1995
3404	JADINA LINS DE OLIVEIRA	02/04/1996
3262	JANAINA DE MORAIS MENDONCA	14/09/1985
809	JESSICA CRIATIANE FERREIRA PRIGOL	03/09/1989
4561	JOELMA VICENTINA DOS SANTOS	23/03/1996
4090	JORGE MIKAEL RIBEIRO GONCALVES DA SILVA	29/01/1996
1177	JULIANA PIANA	07/11/1995
2337	JULIANE FATTORI CERONI LOOF	30/06/1984
4549	KAUANE DE ALMEIDA	10/07/1993
3912	KELY REGINA DANIELLI SUZIN	21/05/1979
3147	LUANA CRISTINA BAIRIO	02/12/1987
2911	LUIZ CARLOS SPANHOLI	13/09/1963
2839	MARCIA LEANDRA DE OLIVEIRA	14/11/1979
4382	MARCILEIA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS	04/10/1984
2718	MARIA ELENA ARCONTI	20/08/1980
4586	MARIA HELENA ESTREME DE CAMPOS	03/01/1979
4110	MARICELI CENTOFANTE PEREIRA	20/10/1977
1852	MARINA BASEGGIO CANDIAGO	07/10/1993
1264	MARISTELA NERES DOS SANTOS	06/11/1971
4644	MARIZA APARECIDA DOS SANTOS ABUD	06/07/1968
3497	MARIZETE SALETE KHANDESTANI	30/07/1977
4535	MARTHA SCHROR	09/09/1964
4082	NEIVA REBELATTO	19/01/1968
1129	RHUAN KLEBER CRESTANI	07/07/1995
2562	ROSANA MASSEGNANI	27/05/1991
2687	SAMARA MICHELON	08/02/1994
677	SILVANA DE JESUS MAIA LEITE	12/05/1993
2365	SIRLEI MARIA DA FONSECA	29/10/1969

3809	SUZIANE FRANCIS PETRY	09/08/1990
4489	TANIA MARIA ZSCHORNACK BEZ	15/01/1960
3617	VANESSA DALLAZEM LAZARIS	26/08/1992
1082	VANUSA DE LIMA DOS SANTOS	01/06/1990
2537	VIVIANE VAZ COSTA ALVES	25/02/1993
Cargo: Analista de Atividades Turísticas e Culturais		
Total de Homologados: 36		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
4054	ALEXANDRE NEUMAYR	16/06/1981
1469	AUGUSTO LEONEL RIBEIRO	15/09/1990
4224	BETHANIA SOLLE	23/10/1984
2983	CAROLINE CANEDA MORAIS	22/06/1981
933	DAYANE APARECIDA GEREMIAS	01/11/1982
2371	FABIULA APARECIDA VENANCIO	28/02/1986
1978	ILIETE REGINA DE COSTA	28/08/1956
4516	JACQUELINE GISELE FARINA	11/05/1983
2226	JANAINA LULU DE OLIVEIRA	16/02/1990
4005	JESSICA ANDRADE DA ROCHA	02/12/1990
4660	JOSE ANTONIAO BARANCELLI	16/10/1988
4113	JOSE RICARDO PRZYBYSZ	12/01/1973
1411	JOSIANE CAPISTRANO DIAS PETTENGILL	01/02/1979
2774	JULIANA PERAZZOLI	31/07/1982
4480	KARLA VANESSA VELASQUEZ	16/09/1984
4596	KATIA CILENE DE SOUSA	06/12/1971
910	KATIANE SILVA	25/06/1984
3238	KELY REGINA PIVA	26/02/1980
4252	KERSTEN MARGITT SCHILDT	28/08/1976
4379	LUIZ PAIFER CAIROLI	06/03/1984
4461	MARCIA ANDREIA SCHWERTZ	25/02/1983
3453	MARILENE GUSI	14/01/1972
1326	MARINA GUZZI SERPA	11/02/1985
765	MONICA ANDRES	28/04/1982
2514	PATRICIA BENKE BONATTO DE LIMA MACHADO	15/11/1983
3874	PAULIANE ESTER SILVEIRA	02/03/1991
1759	RENATA RODRIGUES VANNINI	02/04/1986
2952	RODRIGO NOVACOSKI	08/09/1985
3269	RONI PEREIRA	21/08/1985
300	ROSEMERI MACHADO	02/12/1987
70	SABRYNA PENSO BRUGIN CARVALHO	19/01/1982
3508	SARA TRINDADE DIAS	22/07/1987
834	SILVIA HELENA ZATTA GONZATTO	07/12/1985
2675	TATIANA ALLAGE	28/04/1978
1884	TATIANE FAVERO	19/01/1980
4283	WALDIR EGENOLF PROCHNOW	06/08/1961
Cargo: Analista de Nível Superior		
Total de Homologados: 115		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
3533	ADROALDO MOREIRA JUNIOR	01/07/1988



2502	ALBARI MARTINS	22/08/1967
768	ALESSANDRA DE COSTA	08/04/1988
1267	ALINE BIRNFELD	28/08/1989
450	ALINE ZAGO REOLON	05/08/1988
455	ALNEI JOAO REOLON JUNIOR	12/07/1984
2315	ALTINO JOSUE GONCALVES JUNIOR	01/05/1991
1053	AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI	17/11/1985
2739	ANA CLAUDIA CAGNIN	30/06/1987
3884	ANA MARIA BOM GUSE	09/09/1992
271	ANA VARELA REGGES	16/05/1978
4217	ANAIIRA ZONTA GRUTZMANN	10/01/1989
3165	ANDREI DA CUNHA	24/05/1982
563	ANDRESSA SCHBERLE GATTI	02/02/1989
2163	ANGELA NATIELI PERDONCINI	09/02/1992
3331	ARIANA FERNANDA STRAPAZZON	07/06/1985
2026	BARBARA CAMILA DE MARCHI	02/03/1989
1942	CARINE SEIXAS PINHEIRO ROQUE	08/06/1986
4510	CARLOS ALBERTO FIOREZE	03/07/1987
1915	CAROLINA CERBATO	15/09/1980
1325	CELSO DA SILVA	02/07/1962
4392	CLAUDIA GRAZZIOTIN DE OLIVEIRA	20/08/1979
474	CRISTIANE MIOZZO	25/07/1990
1976	CRISTYANE FIORELLI MENDES	25/01/1984
1714	DAIANE ALCI URIO DE MELLO	18/05/1978
1191	DAIANE ZAGO BORGIA	16/05/1991
1543	DANIELI IRIENE KNEFELS	27/07/1989
4482	DEBORA REDANTE	09/01/1988
4604	DIANIR ELIANE FRIZZO	18/03/1972
4194	DRIELI ROIER PEREIRA	07/12/1990
521	EDSON JOHNNY SCUCIATO	20/02/1986
3790	EDUARDO LUIZ AMPESSAN FAISTEL	09/12/1991
868	ELIANE PASQUAL RODRIGUES	05/05/1979
1773	ELIANE TIDRE DOS SANTOS SIMIONATTO	06/10/1990
2372	ELIS REGINA ORSATO	15/01/1990
1913	EMANUELE BOGONI CANDIAGO	09/01/1984
1673	EMERSON RAIMUNDO FANTIN	20/11/1974
4555	FERNANDA DE COSTA	15/07/1993
2986	FERNANDA PARENTI FAVERO RINALDI	12/05/1985
3496	FERNANDO ANTONIO GONCALVES LIDINGTON	12/06/1961
2495	FERNANDO REUTER DE SOUZA	05/12/1986
772	FILIFE FEMINELLA VEIGA	26/10/1984
2279	FRANCIELI KOHLER BLOS PROENCA	14/01/1984
30	FRANCIELI MARQUES DE OLIVEIRA	30/03/1986
2699	FRANCIELI SILVEIRA DE AVILA HOSTERT	19/09/1988
3157	FRANCIELLE CRISTINE TRAUTMANN	05/03/1987
764	GABRIELA DREHER BERTE	09/01/1983
2553	GABRIELA ZUCATTI BUTTNER	24/10/1994
128	GILSON CASTANHO	04/12/1985
203	GISELE CRISTINA RASTIROLLA	28/09/1981
3604	GIULIANE BONETTI	20/02/1989
4064	GLAUCIANE GIACOMINI	26/01/1987
2453	GRACIELI XAVIER	27/06/1987

2211	GUSTAVO OLIVEIRA MUSSI	28/11/1987
1564	HADRIEL DALMOLIN	08/11/1979
3772	INDIARA WEBER FRANCA	20/01/1989
193	ISRAEL MONTEIRO	29/08/1972
2575	JANAINA CORREA COUTO	27/06/1986
4109	JEFFERSON ARION DE ALMEIDA	19/03/1977
4091	JESSICA MOREIRA	13/05/1991
2342	JOSEANE PERETTI	05/09/1985
38	JOSIANE UNTENBERGER	07/07/1990
3432	JUCILENE CONSONI RECH	31/12/1976
237	JULIANA BITELLO DE SOUZA CANTELLI	04/08/1982
3464	JULIANA DE OLIVEIRA BALSINI	17/09/1983
3559	JULIANA ROSTIROLA	21/05/1985
3629	KATIA COSER	03/06/1993
2399	KATIA MARIA DE OLIVEIRA OZORIO	04/08/1981
3212	KLERISTON FOSTER LOBO	31/03/1983
3351	LEANDRO ANTONIO DAL PIZZOL	29/07/1979
3779	LUANA OLIVO	10/11/1991
3605	LUCELIA FEDRIGO	21/01/1985
2832	LUCI APARECIDA CARDOSO DA SILVA LAZZARI	19/04/1965
3934	LUCIANA KOGICOVSCY ARGENTA	30/05/1982
21	LUCIANA ZUBELDIA	15/02/1989
2312	LUCIANO RAFAEL RETTORE	12/04/1989
2179	MAIARA DAMBROZ	07/06/1990
3429	MARCELO AQUINO DO AMARAL	02/03/1988
4462	MARCELO MORO	14/08/1974
60	MARCIA REGINA VANZ	30/06/1982
4277	MARCOS LOURENCO MORESCO	18/04/1989
3319	MARIANE LILIAN AHRENFELD	28/10/1991
3232	MARICELI CLAUDIA PIROLI DA SILVA	27/12/1990
2511	MARIZETE APARECIDA SINIGAGLIA	06/08/1967
3638	MATHEUS DA COSTA	01/09/1989
2244	MICHELE LUCIANE BLIND DE MORAIS	23/01/1980
485	MIRIAM SCHEGUSCHEVESKI MENDES	01/01/1973
81	NILTON HANSEN JR	01/10/1988
2686	OILSON SOLANO HOSTERT	05/06/1983
3233	PATRICIA HACK DA SILVA	07/02/1991
4641	PATRICIA PAGANINI TRAGANCIN	24/12/1979
3625	RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA	07/02/1975
631	RICARDO ANDRE THOMS	02/07/1985
929	RODRIGO VESCOVI	18/04/1988
3236	ROSE GIUSTI	02/08/1978
3080	RUBIA MARA PINO GOMES BUSETTI	10/05/1985
1554	SCHEILA ADRIANA SAVIAN	09/11/1984
4137	SELOY DE BARROS	16/07/1978
566	SIDNEI RODRIGO TESTA	29/04/1983
4356	SILAS DE AMORIM	24/06/1987
4175	SILVIO CESAR ORSO	21/07/1972
4041	SIMONE MARIA FOSCARINI	28/02/1979
1686	SIMONE SONALIO	05/04/1992
3463	SIRLEI LAZZARI	08/02/1988
3293	SIRLEI RUZZA	01/11/1975



775	TAIS SONALHO	18/04/1994
3932	TAISE MARTA PAZIN	17/09/1982
3818	TAISE SERIGHELLI	31/10/1988
3732	TATIANE PIOVESAN	15/12/1992
4012	VALDIR AUGUSTO SCHEID	11/08/1983
4071	VERUSKA TESCHE GOI	01/01/1987
4554	VINICIUS VIECELI MELO	15/09/1990
2525	WAGNER RAIMUNDO OLIVO	12/12/1989
1547	WEUSLEY WILLIAM DE PAULA	19/07/1983
4650	ZELI DO PRADO	29/12/1977

Cargo: Analista de Recursos Humanos

Total de Homologados: 85

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
4605	ADRIANA DE LIMA OLIVEIRA	09/09/1976
4589	ADRIELI BELLI DE MELLO LINS	04/07/1989
774	ALINE KIRST	07/10/1992
2888	ANDERSON SPADER	24/05/1982
4469	ANDREIA ROMANATTO MORO	28/02/1976
4038	ANGELA MARIA TOMAZI	30/03/1973
4566	ANGELICA ODETE BLIND BONATO	15/06/1989
513	BRUNA BERTONCELLO	01/11/1989
756	BRUNA BONADIMAN	19/07/1993
1324	BRUNA STIRMA BEVILACQUA PERAZZOLI	23/07/1988
574	CAMILA MEIRA DOS SANTOS	18/09/1992
2485	CAMILE CRISTINA CIVIERO	03/03/1989
3231	CARINA FALCHETTI PERETTI	16/09/1988
849	CELIA RUTZ	31/01/1985
1093	CHALANA FRIZZO PERIN	23/06/1988
1081	CHARLESTON AUGUSTO LOPES	27/10/1971
4648	CLECI DA SILVA CHIOSSI	27/01/1983
3489	CLEIA ADRIANE DA SILVA BENITES	15/10/1974
2775	DAIANE CRISTINA PERETTI MAIA	17/05/1984
812	DAIANE STRINE DE ARAUJO XAVIER	18/04/1982
2968	DANIELE CRISTINA PAGANINI MOURA	21/12/1981
3854	DANIELE MASSON	18/05/1989
4263	DEBORA ANTUNES FERREIRA	26/04/1985
3614	DEJANIRA ANTUNES CRUZ	27/03/1971
2080	DIMALEICY APARECIDA PEREIRA	03/03/1982
3447	EDENILSON VIECELI	16/10/1989
2009	EDIANA CARLA KATSCHOR	21/07/1991
4233	EDINA TRICHEZ	22/02/1991
3546	EDINEI ANTONIO MENEGON	01/03/1977
2153	ELEANDRO GRANDI	17/04/1973
3637	EVERTON DA SILVA PEDROSO	28/01/1990
2222	FELIPE COMELLI MELOTTO	19/10/1985
3780	FERNANDA RUBINI	17/08/1992
2550	FILOMENA SIMIONI CORDEIRO	30/07/1957
2366	FRANCISLAINE CRISTINA DOMINGUES DOS SANTOS BAY	30/07/1993
1245	GABRIELA GOETTEN	09/10/1990
3596	GIAN PAULO BROCARDO	09/10/1993

2093	GISLAINE LIMA MANENTI	24/02/1988
22	GLADIS OELKE	02/08/1979
961	GLAUCIA ANGELA TRENTIN	18/08/1981
2649	GUILHERME LUCAS WEBER	19/09/1984
2720	HELIN PERAZZOLI	07/04/1993
4548	HENRIQUE DA ROSA MATTOS	15/09/1988
2065	IDIANE CAETANO GONCALVES	25/06/1989
2287	JESSICA TROMBETTA	21/11/1990
1671	JISLEI NEIVA TONETTA BORGA	05/03/1982
3372	JOSE CARLOS BRUSCHI	24/09/1976
4203	JOVANA SALETE ZANCANARO	28/09/1981
2424	JUCENA ILHA	12/12/1974
4484	JULIANA REDANTE	17/05/1982
1682	JULIANO BIRNFELD	31/12/1987
373	KARINE MEZAROBIA	13/04/1990
3609	LAIS VALERIA MAZZURANA	30/04/1993
2376	LIZIANE FIORELLI DA SILVA	31/03/1992
1420	LUCAS PANAZZOLO	23/09/1987
4614	LUCIANE GATTI	14/07/1980
2635	MANUELI PITT	30/07/1992
4449	MARCIANA CONCEICAO CARDOSO DA SILVA	08/12/1984
3669	MARCOS ANTONIO FRIZZO	10/04/1971
2661	MARIANA BORTOLOSO	27/08/1989
91	MARILAINÉ CATARINA VIER	05/06/1979
3860	MARILENE VANZ DOS SANTOS	01/12/1958
4375	MAYARA CRISTINA GIROLETA	10/11/1988
4317	MICHELE ANTUNES DE MACEDO	22/04/1989
3659	NAIR PINZ	31/03/1973
2714	NEUSA MARIA GONCALVES DOS SANTOS	17/03/1979
3752	ODAIR REBELO DO NASCIMENTO	21/07/1975
1152	RAFAELA MELLEK BITENCOURT	19/02/1991
2416	ROSILANE APARECIDA DOS SANTOS	11/02/1987
4274	ROZANGELA APARECIDA GOMES	19/03/1975
3896	SANDRA PERDONCINI	09/07/1984
4530	SILVIA REGINA FRIZZO	24/09/1974
4081	SILVIANE SCHAFFRATH	18/09/1987
3002	SIMONE MARTINS	18/11/1969
390	SIMONE PATRICIA BOGONI	21/12/1991
3075	SIRLEY ARSEGO	15/11/1964
3581	SOLANGE DA COSTA	12/11/1973
987	SUSANA ANCILIERO	02/01/1984
2771	THAIS BATAGLINI RIBEIRO SANTOS	23/10/1991
2637	VANESSA DE OLIVEIRA	26/05/1991
451	VANESSA GISELE BOESING	21/04/1991
1575	VERENE APARECIDA DE ARAUJO	19/01/1977
2161	VILSO JAKES DE LIMA	24/03/1973
4272	VINICIUS NATAL PAZIN	28/01/1992
2664	WALTER SOARES DA SILVEIRA NETO	12/01/1989

Cargo: Analista de Sistemas

Total de Homologados: 43

Edital: 002/2014



Inscrição	Nome	Nascimento
767	ADILSON CHIOSSI	22/04/1981
3707	ALAN ZARPELON BERNARDI	03/07/1991
273	ARTUR MARTINAZZO MANENTI	09/08/1994
4386	CARLISE PIERDONA	09/06/1977
3927	CARLOS AUGUSTO PROHC	17/05/1991
2851	CIBELE CRISTINA PONTE	26/01/1986
3227	DANIELE IOLANDA COLOMBO BOGONI	03/05/1977
3085	DIEGO EGER	27/10/1984
645	DOUGLAS FELIPE HOSS	28/09/1993
4517	EDWIN ALBERT MULLER	30/12/1987
3658	ELIEZER POMPEO	22/12/1981
1001	ELISIO WOGT	16/05/1990
3995	ELYEL RUBENS DA ROSA	02/07/1992
3185	FABIANO TRAI	09/05/1980
1319	GUILHERME MASSOCCO CENDRON	15/07/1991
818	HELDER ALVES RIBEIRO	24/01/1990
232	JACQUELINE PAGNO RAMPON	17/06/1986
2958	JANETE APARECIDA DA SILVA MARTINS	12/10/1971
3852	JAQUELINE BROCARDI	27/10/1986
2933	JESIE DA ROSA	01/11/1989
876	JOHNATAN MATHEUS ETGES	11/06/1991
3389	JONATHAN WOLFF ANDRADE	08/10/1992
291	JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS	20/11/1981
199	JOSIMAR MENEGATT	20/06/1986
2522	JULIANO CESAR GODOI	20/07/1983
1273	KARINA ADELI DEBORTOLI PELLEGRINI	21/06/1990
4205	LUCAS SCARTAZZINI	17/10/1985
3595	MARCIO MARCEL FERREIRA	25/02/1984
59	MARCIO TOMIO MARTINS URAKAWA	18/05/1984
416	MARISTELA CHERON	29/07/1984
236	MILTON CESAR ZONTA	12/05/1988
2089	RAFAEL JULIANO PICCININI	07/07/1987
2488	RAFAEL LUZA	25/09/1985
680	RAFAEL PIROLI	21/08/1986
3297	RAFAELA SEGALIN	07/01/1985
906	ROBSON LOURENCO DE LIMA	06/03/1989
4112	RODRIGO GONZALEZ	14/02/1987
2881	RONNEY CLEDSON DOS SANTOS	18/04/1990
397	SILVANO FALCHETTI	12/11/1972
1876	SUZANA PELISSARI	20/05/1977
479	TARSO ANTONIO VIECELI DA LUZ	08/02/1993
37	VALCIR JOSE RIGO	04/06/1984
757	VANILDO SANTOS	11/04/1983
Cargo: Arquiteto e Urbanista		
Total de Homologados: 25		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
3686	ANA CRISTINA CRUZ	24/08/1991
5	ANA RAQUEL FERRAZZO	13/07/1989
161	DAILANA DETONI SAMPAIO	11/08/1992

600	DANYELLE BIANCA XAVIER DONATI	12/09/1989
112	ELIZIANI FRARAO	12/06/1991
4159	GABRIELA GIOVANAZ	14/05/1991
2067	JESSICA FAUSTO SOARES	28/01/1991
2114	JESSICA LUANA HARTMANN CANEPPELE	06/05/1991
434	JUCIANE THAIS FERREIRA	15/10/1987
2058	JULIA LIDANI	12/01/1990
2104	JULIANA APARECIDA BIASI	15/06/1984
26	KARINE LAVRATTI	04/04/1987
218	LEANDRA VIDI SUSIN	01/03/1992
3332	LETICIA MESQUITA SANTANA	28/10/1989
1297	LUCAS GABRIEL WINTER	01/01/1993
495	MARCELA ZOLDAN	08/03/1981
4485	MARLON ANDRIOLI	21/09/1991
4213	MAURICIO VOSS	01/08/1971
3662	NAYANI DALMAGRO	28/09/1990
34	RACHEL ZANELLA MACHUCA	09/01/1986
1577	ROBERTO FELIPE GUGELMIN	08/06/1965
514	SAMANTHA BUSNELLO	07/11/1986
267	THELMA DONADEL	06/04/1990
2334	TIAGO HENRIQUE ADAO VALDEMARCA	03/03/1985
3566	VANESSA F DE S SANTOS OLTRAMARI	16/01/1976
Cargo: Assistente Social		
Total de Homologados: 54		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
2668	ADEMAR GAEDKE	17/10/1964
870	ADRIANA SILVEIRA RUIZ DIAZ	28/12/1990
3782	ADRIANE DALAZEN	06/01/1987
4532	ALESSANDRA KICS	09/11/1979
1128	ALESSANDRA VANESSA MIOTTO TELES	12/06/1973
3787	ANDREIA TERESINHA DE ALMEIDA	21/03/1979
3290	ANDRESSA DEBORTOLI	08/06/1987
2781	ARACELY WOREL	06/02/1978
320	BRUNA DA FONSECA	26/02/1990
4601	BRUNA SUMNY POZZOBON	02/09/1991
371	BRUNA VANESSA SCHNEIDER GASTMANN	07/04/1983
1739	CAROLINA LUCHESI MACIEL	20/05/1994
2949	DAIANE ROSTIROLA	18/06/1985
3585	DANIELLI APARECIDA HEINE	21/05/1976
3353	ELIANA PIAIA	09/11/1977
4474	ELISANGELA BIRNFELD	01/05/1983
3947	ELZA APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS DE ALMEIDA	14/10/1968
1209	EVERLISE BERNARDI	10/02/1990
3362	GLAUCIA PERAZZOLI	30/03/1983
1870	GRACIELA WEIMER	23/12/1981
4509	JANAINA VARGAS	23/08/1985
4544	JAZIELA DA SILVA LISBOA	19/03/1982
3188	JÉSSICA MAI	16/02/1991
2634	JUCELENE RODRIGUES ANTUNES	06/04/1994
4502	KARISE ROBERTI	20/02/1991



1890	KATIANE RODRIGUES DOS SANTOS	30/01/1989
2997	LAIS SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS	21/08/1987
249	LARESSA GABRIELA WEBBER	24/04/1994
3736	LUCIANA ALVES DE LIMA	02/04/1977
3781	LUCILENE DE FATIMA DOS SANTOS	13/05/1972
2730	MANOEL WANDERLEI DE MORAIS	11/04/1967
2962	MARIA APARECIDA DRAPALSKI	17/10/1976
3202	MARIA DE LOURDES SCHLICHTING	19/10/1963
3569	MARIA LUIZA ROBAERT	28/11/1989
2994	MARIANY BOSCARI	15/02/1980
3834	MARIE CRISTINA STOLZ MUNARETTO	31/01/1960
1009	MILENE RODRIGUES DA SILVA	10/07/1980
2729	NADIA APARECIDA BONALDO FEYH	11/11/1964
4096	PATRICIA MALACARNE DE SOUZA	17/07/1989
1816	REGINA DE CAMPOS FELICETTI DA COSTA	17/06/1983
1429	ROSENI MARIA DE SOUZA	22/06/1976
628	RUBENS RIBEIRO	09/03/1976
3275	SABRINA MORES	03/06/1981
317	SALETE DALPIZZOL VANZ	07/10/1962
543	SIBELI APARECIDA MORELATTO FIORENTIN	05/08/1977
3510	SIRLEI HEINEMANN WEBER	09/03/1976
1416	SONIA RITA GHELLER	09/07/1973
2264	SUZIANE VIEIRA SARMENTO	23/05/1983
3923	TAILINY CRISTINA FLORIANO SILVA	23/05/1984
1497	TASSIANE ANTUNES MOREIRA	29/05/1990
1559	TATIANA KRUG	15/04/1990
1003	TATIANE DA COSTA	13/01/1987
3036	VANESSA APARECIDA DE BRITTO	27/07/1989
3279	VANESSA DE FATIMA AUERBACH	03/03/1994

Cargo: Astrônomo

Total de Homologados: 3

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3823	GILMAR MARCOS DE OLIVEIRA	20/10/1958
2292	INAIARA SARACENI DE ANDRADE	09/01/1991
1834	SHEYSE MARTINS DE CARVALHO	08/05/1984

Cargo: Auditor Interno

Total de Homologados: 27

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3568	ANA PAULA CRUZ	12/01/1987
488	CAMILA NOVICKI	09/04/1990
4300	CRISTIANE LUCIANA FREIHEIT	30/06/1985
3512	DINILSO ANTONIO GAIO	27/01/1963
4301	DIONISIO ROBASKEWICZ NETO	25/09/1984
3423	DREONE FELSKI MENDES	08/04/1983
2507	EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA	29/05/1969
2584	ELIANE VARELLA DOMINGUES SANTIN	02/10/1974
1821	FRANCIELI BENDER	26/08/1988
4319	GIAN CARLOS BURGER	14/09/1988

2174	GIOVANI GREGOLON	20/03/1989
4001	HELENA COELHO DO ROSARIO	07/06/1982
4501	IVANDRO JOSE BOGONI	16/08/1981
4553	JOCELI CRISTIANE MARTINS	14/06/1979
1602	JUCILEI VIEIRA COELHO DO ROSARIO	22/05/1977
4299	JULIANA ROGERIA CANGIRANA	19/09/1984
4673	LEANDRO GILBERTO SELZLEIN FOSSATTI	11/06/1978
3991	LEONARDO EGER	10/03/1993
32	LUIZ PAULO PELENTIR	26/10/1989
3938	MARCELO GRAZZIOTIN	17/07/1985
4229	MARCELO RIBEIRO	31/03/1971
2899	MICHELI CLUVES DICK	05/06/1984
2716	PAMELA CARLA ALVES PASQUALIN	20/11/1989
1939	RUDINEI ROSA DA SILVA	14/01/1983
2434	SUMAYA GULARTE	06/07/1985
378	TERESINHA APARECIDA BARONCELLO DEVALIERI	11/10/1980
448	VANESSA MACHIENAVIE	23/01/1991

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Total de Homologados: 406

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
1194	ADELAIDE FARIAS VIEIRA	15/11/1975
2818	ADELIRES ROSSI GIRIOLI	03/04/1982
2938	ADELITA DEVES BANDT	18/02/1979
2251	ADRIANA CORREA DE MENEZES	11/11/1983
3743	ADRIANA DE FATIMA DE ANDRADE DOS SANTOS	15/04/1978
905	ADRIANA ELAINE GRANDO GONCALVES	30/07/1990
2653	ADRIANA GOULART	15/05/1978
2591	ADRIANA LELIS DONADEL	02/09/1980
4521	ADRIANA RIBEIRO DE SOUZA	04/07/1975
523	ADRIANA VARELA OLIVERIO DI DOMENICO	16/03/1976
1959	ADRIANE DOCHVAT TERRES	15/09/1983
3437	ADRIANE LENICE DAL BOSCO	11/09/1982
1410	ALCIONE APARECIDA DA SILVA	14/08/1980
4465	ALESSANDRA RIBEIRO PONTES	12/11/1979
2615	ALESSANDRA SILVANA DIAS	01/07/1981
4127	ALESSANDRA TEREZINHA DOS SANTOS	12/08/1980
701	ALESSANDRO COSTA DOS SANTOS	20/05/1983
4413	ALFREDO FERMINO ROSSETE	03/10/1977
2539	ALINE GASPAR DA SILVA PIROLI	12/04/1993
3237	ALINE TARUHN GHELLER	02/11/1988
3906	ALINI BETTONI	17/09/1984
3730	ALINI RISSI	01/12/1985
3807	ANA CAROLINE SOARES DOS SANTOS	13/05/1987
2626	ANA CLAUDIA DA MOTTA	21/06/1982
4457	ANA CLAUDIA SALES	25/11/1994
4652	ANA CLEIA CORDEIRO WALTER	07/02/1993
2253	ANA LUCIA SANTOS DOS SANTOS	05/12/1984
888	ANA PAULA DIAS	03/03/1992
3994	ANA PAULA RODRIGUES	09/10/1986
1495	ANA PAULA XAVIER DE OLIVEIRA	07/10/1992



4190	ANA SCHEILA GABRIELI ZORNITTA	23/07/1988
2913	ANAI R PELENTIR	30/12/1957
3295	ANDERSSON VOLPATO	10/07/1995
2644	ANDREA FERREIRAPIRES	14/04/1971
361	ANDREIA SANDRI	12/04/1987
3349	ANDRESSA GUZZI	08/04/1994
4103	ANDRESSA HEEMANN	19/03/1994
3684	ANELIZE RISSARDI	20/05/1979
3015	ANGEL ELLEN LOOF PELOZATO	19/07/1993
511	ANGELA DIAS DOS SANTOS	18/06/1980
3589	ANGELA MARIA KONIG	25/02/1974
1308	ANGELA MARIA SCHMIDT SOARES	08/08/1980
2902	ANGELINA DE PAULA HOLLER	18/10/1973
880	ANTONIA MIOTELLI RISSARDI	30/07/1969
638	ARLENA SOARES DOS SANTOS	25/07/1968
1830	BIANCA MARIA ALBUQUERQUE	27/01/1989
2673	BRUNA DE OLIVEIRA	24/07/1994
3415	BRUNA VANIN PAZ DE FARIAS	03/01/1990
4615	CARINA CRISTIANE CORDEIRO	26/05/1995
1277	CARLA JOSIANI BRESSIANI	18/12/1986
1597	CARLA MARLENE GASPARELLO RIZZOLLI	12/04/1964
1268	CARMEM ALEXANDRA PINTO	14/07/1984
4218	CAROLINA GONCALVES TESTOLIN	07/02/1987
1370	CASSIA FERREIRA	26/10/1994
2216	CASSIANE FATIMA PIACENTINI	05/11/1984
1683	CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA	04/08/1992
2882	CELIA APARECIDA NUNES	26/07/1982
2204	CELIA DONATTI MACEDA	04/07/1972
2639	CIDIANE ORSATTO MANENTI	25/07/1977
4278	CLARICE CORDEIRO DO PRADO	28/03/1980
4406	CLARICE RAMOS DA CUNHA SOARES	08/11/1982
3006	CLARISSA MARIA MEITERLIN	23/05/1986
949	CLAUDETE DIAS HEINEMANN	24/05/1978
944	CLAUDIA FERNANDA WALZ	27/05/1993
3343	CLAUDIA RIBEIRO PONTES ALVES DE DEUS	10/05/1971
2988	CLEIDE XAVIER DE BARROS SANDRI	19/02/1975
2040	CLEILA SALETE VINK CLOSS DE MORAIS	15/04/1982
312	CLEUDES PEDROSO DE QUADROS	07/01/1980
3037	CLEUSA ZANOTTI	13/05/1965
529	CREUSA DAS CHAGAS	14/07/1971
1066	CREUZEMAR MELO DE GODOI	07/06/1981
463	CRISTIANE BRANCALEONI	25/03/1986
2268	CRISTIANE CALESCURA	02/04/1984
3199	CRISTIANE PASQUALIN	30/04/1982
734	CRISTIANE RIBEIRO	05/12/1985
4183	CRISTIANE RIGO TOMAZI	02/09/1984
1266	CRISTIANE SOUZA	26/09/1980
4078	DAIANA DA SILVA LAIDNES	31/01/1983
999	DAIANE DIAS PRESTES	27/12/1989
4047	DAIANE PADILHA	15/05/1987
3623	DALUZ NUNES ROSA	04/01/1958
1813	DANIELA SCUSSIATTO ALVES	19/07/1992

1566	DANIELA TEIXEIRA CHAVES	19/05/1984
4679	DAYANA GOMES DE CAMPOS	07/11/1984
16	DEBORA DE PAULA MIRANDA BAZE	10/06/1987
1084	DEBORA HONORATO FERREIRA	18/05/1989
4261	DEBORA TALITA NAFFIN	07/03/1991
581	DEISI FERNANDA BELEGANTE GIRIOLI	29/01/1984
2242	DEIZE WERNER BARBOSA	04/04/1991
1372	DEJANIR CAMPOLIM DE JESUS	08/05/1984
2540	DELAIZE TRINDADE	14/03/1989
245	DELIRE PIRAN	06/01/1992
1560	DENISE ANTUNES DE MEIRA	03/07/1979
1160	DENISE AP RIBEIRO	19/11/1991
907	DENISE BEATRIZ SLOGO DE MORAIS	28/06/1988
4051	DENISE GUILL	27/03/1995
4592	DIANA CARDOSO	17/05/1976
4010	DILONETE LIBARDONI	22/04/1975
1096	DIRCE DIAS RIBEIRO MACHADO	12/01/1988
1496	DIRLEI ZUFFO	07/06/1963
2904	DIRLEIA HONORATO FERREIRA	09/04/1991
1696	DIRLENE APARECIDA THIBES ALVES LAIDNES	05/07/1980
2798	DIVANIR APARECIDA FERREIRA	28/05/1980
3024	EDENIR SCHMITE DE LIMA RIBEIRO	11/10/1975
4073	EDIANA DE OLIVEIRA PINTO DOMINGUES	17/10/1977
3552	EDIR RIBEIRO DA SILVA	23/02/1967
1881	EDNA CARLA BIRNFELD	25/10/1979
4060	EDSON ADEMIR GUILL	24/02/1961
4225	ELENICE PRETO DE OLIVEIRA	04/04/1979
2030	ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN	01/11/1972
4262	ELI DE FATIMA GREEF	20/09/1968
2761	ELIANE ALVES MOREIRA BETIATO	08/12/1981
435	ELIANE CAREGNATO ADADA	06/11/1976
2048	ELIANE DE FATIMA VAZ MACHADO	18/04/1987
759	ELIANE DE SOUZA	01/06/1986
4394	ELIANE GENELICE RIBEIRO	16/11/1968
3793	ELIANE RUTE ANDRIN ALVES	03/02/1981
2841	ELIANE SALETE DELAZZARI	07/06/1978
3090	ELIDIANE COSTA PALHANO CUNHA	25/07/1988
2620	ELISA CAVALHEIRO MACHADO	06/03/1985
911	ELISANE BENEDETTI	25/10/1986
3274	ELIZABETE MORAIS TAVARES DA SILVA	01/12/1973
2408	ELIZABETE NUNES	08/08/1983
3334	ELIZANGELA APARECIDA RIBEIRO	26/05/1982
4148	ELIZETE ANTUNES MOREIRA	29/11/1982
1805	ELIZETE MARIA DE SOUZA FERNANDES	01/06/1978
657	EONICE DE BRITO DE OLIVEIRA	11/01/1961
3729	EVANIR OLIVEIRA DE MATTOS	24/12/1964
3933	EVELINE CRISTINE RIBEIRO	27/03/1988
2099	FABIANA APARECIDA SECCO	18/07/1985
1192	FABIANA CARDOSO PAES	17/06/1981
3159	FABIANA FABRECNEY	25/05/1975
2802	FABIANE FRANCIONI DOS PASSOS RAMOS	12/04/1987
4108	FABIANE LOPES CARDOZO	16/10/1984



1144	FABIANE LOPES DUARTE DA ROSA	29/10/1986
458	FABIANE MONARI	25/10/1983
424	FABIANE SUELYN ALVES FOLGIARINI	27/07/1982
1443	FABIANI BREZOLIM	30/11/1977
1041	FABIOLA LOPES DOS SANTOS	09/06/1989
3313	FERNANDA DE OLIVEIRA	26/07/1980
634	FERNANDA LEITE FONSECA	20/01/1984
2970	FERNANDA PEREIRA FERREIRA	15/02/1985
3138	FERNANDA ZANIVAN	30/07/1988
1627	FLAVIA MOREIRA DE ALMEIDA	26/02/1997
3974	FRANCIELE FATIMA BRANCALIONE	15/08/1983
2759	FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT	29/09/1987
2843	FRANCIELI BLOOT	04/06/1986
4562	FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS	15/03/1989
3963	FRANCIELI NASCIMENTO	18/08/1991
153	FRANCIELLE APARECIDA HELEODORO DE BAIROS	06/01/1987
2248	FRANCIELLE DOS SANTOS	01/03/1980
836	FRANCIELLI FRANCA MELO	29/11/1991
865	FRANCIMARI ALVES DOS SANTOS	13/08/1984
3941	GEISA ZANOTTI	09/06/1992
3846	GESSICA APARECIDA MARQUES	10/10/1989
3830	GIANE FIAMONCINI	16/08/1984
881	GIOVANA MOTTA	08/02/1984
1241	GREYSON SCHMIDT SOARES	04/04/1986
1111	GRISILDA LIESEMBERG BERGAMO	18/04/1964
2059	HAIZA CRISTINE TRAVASSO	28/09/1995
2032	HELLEN CRISTINA KUNZE	24/08/1986
147	IARA NOVELLO ZAGO GHELLER	28/07/1982
2191	ILACI SOARES NARDO OGLIARI	10/09/1970
2037	INES RODRIGUES	24/08/1981
611	IRACEMA MOREIRA PARANNA	14/09/1980
2377	IRACI IRIA CERBATO	14/01/1957
3965	IRENE PINTO	21/11/1983
4145	IRIA INES GOULARTE	26/02/1961
2455	IRIS MARIA SANTANA DEVES	11/03/1962
3784	ISABEL NOEMI ANDRIN	19/01/1984
2275	ISABELA GAMBATO	06/11/1991
3098	ISAMARA MOREIRA MARTINELI	22/08/1989
4105	IVANIR FRANCA POZZAN	08/03/1961
4212	IVENIR MUNZLINGER SECCO	31/12/1969
3661	IVONE BORGES DOS SANTOS	07/02/1976
329	IVONE FABER	05/08/1962
4211	IZOLETE CASTILHO DOS SANTOS CONTINI	09/12/1976
4088	JANAINA DE BARROS	11/01/1992
3434	JANETE APARECIDA GRANDO	04/12/1985
3936	JANETE MARIA CHAVES	20/09/1996
3753	JANINHA OLIVEIRA DA SILVA HEINEMANN	18/07/1984
3678	JAQUELINE APARECIDA MEDEIROS THIBES RISSARDI	03/11/1986
4195	JAQUELINE DELFES DOS SANTOS	10/01/1995
1123	JAQUELINE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	04/01/1990
2510	JEFERSON DA SILVA	20/02/1985
1089	JERUSA ALVES DA SILVA	09/09/1983

1202	JESSICA DIANA CARDOSO FERREIRA	18/12/1993
1087	JOCELI APARECIDA RODRIGUES MACHADO	30/01/1961
4428	JOCELI DE SOUZA ESPINDULA	13/07/1979
2398	JOCEMARA DOS SANTOS SOTELE	25/11/1987
1741	JOCILENE FERREIRA LORENZI	07/05/1968
4349	JOELMA FERNANDA PAZ DE OLIVEIRA	03/03/1987
811	JOSIANE ALCHIERI	01/12/1988
2786	JOSIANE FATIMA ZANOL	13/05/1984
3841	JOSIELE PIRES DE BRITO	02/08/1982
39	JUCELIA ALMEIDA DE SOUZA	21/08/1978
1036	JUCIELE MEZZARI	31/10/1989
3099	JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES	12/10/1980
3014	JUECELI APARECIDA CAMPOS	26/08/1970
1063	JULIA CRISTINE AMAZONAS	18/07/1985
2961	JULIANA CORDEIRO	22/04/1984
1593	JULIANA CORDUVA DE MEIRA	30/12/1989
1289	JULIANA MARIA DIAS	07/07/1992
1579	JULIANA PINTO	06/11/1989
1850	JUSSARA MACIEL MARTINS	12/09/1989
3671	KALIANY PEREIRA DIAS	02/12/1996
4186	KALME AP CORDEIRO	11/03/1980
93	KATIA DALLAGO	26/12/1974
1995	KATIA REGINA MASIERO	07/03/1962
3983	KATIANE BARBOSA DE ABREU PERETTI	14/08/1986
3507	KEIDE DAIANE ALVES	13/04/1988
4092	KEILA MARIA RIBEIRO PONTES	22/12/1993
2640	KELLY ANA MUHLBRANDT	28/10/1979
3687	KELLY REGINA RISSARDI DEON	27/05/1997
1781	KETTLIN SABRINE OZORIO	22/03/1996
1345	LAIDE MOREIRA	15/01/1969
1147	LARISSE FABIOLA BRESSIANI	02/06/1982
3046	LAURA SILVANA MARTINEZ BELLO	15/12/1960
1614	LEONIDA WUERZIUS PETRY	05/12/1965
2112	LICEIA ALMEIDA DA SILVA	28/01/1973
2590	LIDIANE DE FATIMA VITALI DOS SANTOS	10/11/1988
1483	LILIANI FORTES	25/12/1986
2075	LINDAMIR DE FATIMA PONTES	13/10/1970
2987	LISIANE EV SOARES	06/07/1980
2259	LOIRI DE FATIMA DE OLIVEIRA SALGADO	07/12/1979
912	LORECI MENDES	04/06/1972
2417	LORI BUSS ZANINI	23/10/1960
699	LORINES TEREZINHA REOLON	29/09/1965
2555	LORINEZ BERTI	05/01/1966
2480	LUANA CARVALHO DOS ANJOS	25/09/1983
1109	LUANA CRISTINA MOREIRA	01/06/1993
2519	LUANA DOS SANTOS	26/05/1983
3930	LUANA REGINA CONTE FAVERO	14/08/1990
4126	LUCIA DEON TREIS	26/08/1980
354	LUCIA FERNANDES	11/06/1983
2034	LUCIA INES MAGDAL	04/09/1965
2746	LUCIA PANATTA BROLESE	24/09/1975
4439	LUCIANA DE SOUZA	27/09/1979
889	LUCIANE ALVES DO PRADO FONSECA	19/03/1986



3714	LUCIANI CRISTINI GOMES	09/03/1976
2057	LUCIMAR CASAGRANDE DOS REIS	02/01/1984
1921	LUCINEIA CHIARANI	18/10/1979
4048	LUIZ FERNANDO CARLIM	20/09/1995
2608	MAGDA APARECIDA DE MORAIS DOS SANTOS	25/03/1968
815	MAIARA CAGLIARI CEMIN	25/06/1996
3439	MAIRALLINE PEREIRA FRAGOZO	04/01/1994
517	MALGARETE DE LIMA PINTO	29/11/1971
4435	MARCELA SILVA RUFINO	12/07/1986
1068	MARCIA ALVES DOS SANTOS	15/08/1989
4674	MARCIA APARECIDA BRUSKI	18/12/1968
1226	MARCIA APARECIDA DE MORAIS	01/02/1982
4684	MARCIA APARECIDA DOS SANTOS	25/08/1979
2823	MARCIA DE MATTOS FONGARO	02/09/1969
2627	MARCIA DO PRADO	31/10/1979
2990	MARCIA MENEGHEL SCRAMOCIM	01/07/1983
3458	MARCIA MIRANDA	26/02/1975
2738	MARCIA RODRIGUES MOREIRA	04/10/1974
3380	MARCIA SILVEIRA DE AVILA	01/06/1981
2024	MARIA ANTONIA RIBEIRO DOS SANTOS	14/11/1970
585	MARIA DORVALINA DOMINGUES DE SOUZA	18/04/1983
319	MARIA EORELIA RISSARDI PIROLI	03/05/1979
139	MARIA FRANCIELI DE ANDRADE	02/10/1985
321	MARIA GRACILEIDE SOARES DE FRANCA	31/03/1989
4611	MARIA IRENE RODRIGUES DA SILVA KOEHLER	20/07/1964
2942	MARIA JOCELI PINTO DA LUZ DE ANDRADE	14/02/1972
2406	MARIA LOURINES FERREIRA	24/03/1983
567	MARIA LUCI RODRIGUES MACHADO DE OLIVEIRA	10/10/1975
166	MARIA LUCIANA HELEODORO DA ROSA	16/01/1982
3575	MARIA LUIZA CHAVES	22/07/1973
1340	MARILEI MACIEL DE OLIVEIRA FERREIRA	23/09/1970
3578	MARILEINE DA SILVA	20/11/1982
548	MARILENA CALZA	24/04/1962
4238	MARILENE APARECIDA DA SILVA	01/08/1978
1592	MARILISA TEREZINHA MEIRA	09/06/1976
851	MARILZA CAMPOLIM	01/04/1977
2049	MARINES DE SOUZA	24/06/1986
2734	MARINES GOMES	28/02/1965
3038	MARINETE FACHI	17/09/1969
1595	MARINILSE DE CORDUVA GONCALVES DE MEIRA	27/03/1987
3466	MARISA BOTEGAL DAL PIZZOL	31/01/1970
2520	MARISA RODRIGUES MACHADO	03/08/1979
2419	MARISETE DIAS BORGES VIEIRA	23/02/1980
310	MARISTELA ALVES DOS SANTOS	14/01/1986
2612	MARISTELA CONCEICAO CARLESSO	28/04/1962
1838	MARISTELA MARQUES DOS SANTOS	15/07/1971
1278	MARIZETE PEREIRA DA SILVA	31/05/1986
863	MARLENE SALETE DALLPOSSO	09/01/1955
1975	MARLI DE LURDES ZANELLA	30/07/1970

924	MARLY ELENICE ZWIEREWICZ	22/06/1984
1306	MARTA REGINA PIROLI	05/09/1967
1586	MARY APARECIDA PADILHA	03/01/1969
556	MAYCON RODRIGO DA SILVA	12/10/1988
3318	MICHELE DA SILVA BARBOSA	03/07/1995
2357	MICHELE DIAS	09/02/1985
3309	MICHELE KOS	17/09/1981
3982	MIRIA FERNANDES DA ROCHA	24/06/1972
2283	MIRIAM RIGO DEMORI	16/05/1983
2123	MIRIANE DA SILVA SERAFINI	26/03/1986
1974	MISLEINE TEREZINHA POLEZO WEISS	07/07/1979
2531	MOISES GIOVANI OLIVEIRA ALVES	16/07/1977
2442	MONALISA CHAVES MARTINS	24/07/1989
1869	MONICA PAULA DANIELLI KUNZE	29/02/1988
2362	MORGANE APARECIDA TREVISOL FERREIRA	02/11/1986
3647	NADIR APARECIDA CAPOTE CAMPOS	16/12/1967
4162	NATIELI CRISTIANE DEON	27/10/1987
875	NEIVA PALHANO	29/08/1973
914	NEIVA PEROTTONI LOPES DUARTE	25/04/1965
1798	NEIVA TEREZINHA ZANCANARO MECABO	05/03/1958
1707	NELCI DOS SANTOS DA SILVA	08/03/1968
845	NELSI TEREZINHA BRESCIANI	21/04/1975
4014	NEREIDE GUARNIERI	23/06/1974
3346	NEUSA CARMAZIO	07/05/1961
3308	NEUSELI RODRIGUES DA CRUZ	17/05/1976
1858	NILCEIA PADILHA CHAVES	16/02/1987
3272	NILSON PEDRO SCOPEL	27/01/1971
1894	NOELI RICHTER DE SOUSA	03/10/1973
3422	NOELI TOLDO	06/12/1976
877	NOEMI LANZANA	19/10/1977
2322	NORANEI CARMEM LOOF	02/09/1963
2652	PATRICIA DE JESUS DE LIMA DOS SANTOS	23/08/1997
3179	PATRICIA DE OLIVEIRA	16/02/1991
884	PATRICIA FERNANDES FRANCA	27/05/1982
4434	PATRICIA MENDES DOS SANTOS	07/03/1990
3653	PRISCILA SILVA DE OLIVEIRA	18/11/1987
1165	RAFAELA PIMENTEL DA SILVA	20/05/1994
1364	REGIANE APARECIDA ADAM	03/11/1988
2980	REGIANE MACIEL	08/09/1985
1114	RENATA DOS ANJOS	11/02/1984
958	RICELE MARIA DUARTE SARTOREL	18/05/1988
4391	ROMILDA SALETE NUNES DOS SANTOS	30/10/1957
1112	ROSALINA DE SOUZA BOLZON	05/01/1962
2249	ROSANA EVA DE OLIVEIRA	30/08/1975
3229	ROSANA SALETE BOLZAN SABADIN	01/09/1975
819	ROSANE DE FATIMA GONCALVES	19/07/1979
1320	ROSANE DO PRADO CAMARGO	25/01/1978
1832	ROSANGELA DA SILVA	29/07/1975
2672	ROSANGELA MARIA MORESCO SONALHO	21/05/1974
3966	ROSE MARIE MEIRELES DE OLIVEIRA	19/08/1971
2261	ROSELI ALVES PEREIRA VEIGA	03/01/1980
4058	ROSELI APARECIDA CORDEIRO BISOL	05/04/1965



3964	ROSELI GONCALVES	22/04/1972
2254	ROSEMARA FARIAS COSTA	14/09/1977
233	ROSENEI KRIEGER PEREIRA	22/10/1974
4132	ROSENILDA DOMINGUES DE SOUZA	28/07/1988
2616	ROSILDA OLIVEIRA DA SILVA	06/12/1985
3771	ROSIMARE NEVES DA SILVA	09/11/1994
569	SABRINA PIROLI	23/12/1986
872	SABRINA ROBERTA BRUNETTA	28/01/1983
3106	SAMANTA DE SOUZA	28/08/1979
2443	SAMIA GABRIELA DOS SANTOS	06/09/1993
4412	SANDRA DE MELLO MARTINS	13/09/1980
1164	SANDRA IARA BAVARESCO SANDRI	09/07/1975
878	SANDRA NATALI	05/09/1987
1234	SANDRA NATALINA VANIN	19/12/1978
2215	SANDRA ROBERTI DEMICIANO	02/12/1976
4075	SCHEILA RODRIGUES DA SILVA	01/04/1980
3602	SCHERON MARIA POLETTO GIANELLO	18/02/1988
770	SIBELE CAON TURMINA	29/07/1994
4633	SILMARA FATIMA DA SILVA SANTOS	14/02/1984
667	SILVANA APARECIDA RUFINO	27/11/1984
927	SILVANA BATISTA	30/04/1979
3126	SILVANA RODRIGUES DA SILVA MULLER	09/09/1974
882	SILVANA TEREZINHA PERAZZOLI	27/12/1965
1200	SILVIA MACHADO DE QUADROS	05/06/1995
1621	SILVIA PRADO DA SILVA JAKINZO	25/03/1978
117	SIMIONE DOS REIS BAZZAN	21/07/1991
769	SIMONE CAON TURMINA	29/07/1994
1594	SIMONE CZERVINSKI	01/04/1983
1285	SIRLEI MARIA TOMAZ DA SILVA	07/08/1968
816	SIRLENE MARIA TURCO SCHULTE	30/05/1969
1774	SIRLEY APARECIDA ADADA BARICHELLO	07/07/1962
2796	SIRLEY DE DEUS DE CAMPOS	13/03/1967
2272	SOELI APARECIDA CORREA	24/12/1971
2232	SOELI APARECIDA DE OLIVEIRA	15/01/1974
3538	SONIA MARIA FERNANDES DA ROCHA RIBEIRO	25/12/1983
4232	SONIA MARIA PARANNA	13/04/1971
3154	SUELE KARINE SOUZA MACHADO	29/06/1995
1393	SUELEN BATISTA DEVENS	10/06/1989
1186	SUELEN GONCALVES PADILHA	10/03/1992
2603	SUELI ALVES DOS SANTOS	24/08/1984
4021	SUELLEN FABRICNEI	24/06/1986
1354	SUZANA DE FATIMA SOUZA	07/04/1982
1829	TAIS APARECIDA DA SILVA MACHINSKI	12/09/1989
3580	TAIS MARA DA SILVA	27/04/1996
247	TALIANE PIROLI DA SILVA BENEDETTI	30/01/1988
1312	TATIANE FATIMA CASAGRANDE KALENIK	20/05/1982
3472	TATIANI MARCELINO	10/07/1981
1195	TAYNA GABRILEY GODOI	05/06/1995
2523	TERESINHA DAL LAGO	06/07/1964
3239	TEREZINHA CONCEICAO DE MORAIS SILVA	25/01/1969
13	TEREZINHA FLAVIA FEITEN KLEIN	18/08/1959
519	THAIS TESCK	31/07/1991

136	VALDETE LUCIA FRANZOSI	05/11/1976
2432	VANDA RODRIGUES BOLZANI	01/12/1944
2031	VANDERLEIA ALVES DE GOIS	06/03/1989
1723	VANESSA DA COSTA TREVISOL DA SILVA	26/05/1989
4678	VANESSA ZANOL WALTER	06/07/1986
919	VANEZA QUADROS DE GOIS	08/07/1982
3655	VERA LUCIA BORGES DOS SANTOS	01/06/1991
867	VERANI FIORELLI	23/07/1962
1925	VILMA CAON	21/01/1961
1727	VITORINA VIECELI	07/04/1969
505	VIVIANE APARECIDA GRANDO	20/09/1985
1927	VIVIANE PEREIRA DE LIMA	28/07/1982
2392	ZANETE ALVES DE SOUZA SILVA	02/07/1978
1569	ZELIA MARIA SANTINI MORANDO	05/05/1960
Cargo: Auxiliar Operacional		
Total de Homologados: 44		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
456	ADRIANA APARECIDA COSTA	17/11/1980
1811	ADRIANI DA SILVA DE LIMA	09/07/1994
2610	ALBERTO VANDERLEI DOS SANTOS	15/11/1959
564	ALEX COSTA DOS SANTOS	16/10/1990
418	ANTONIO DA CRUZ	23/02/1960
4623	BRUNA STEFANEA ALVES	26/08/1991
1804	CARLOS ALBERTO SOARES	09/09/1970
3921	CLAUDIA DA SILVA	04/02/1983
2631	CLAUDIR DE LIMA	07/11/1971
2581	DANIEL PELLIN	01/07/1986
4634	DANIELA POLICENO	22/03/1995
3515	DERLI BORGES DE OLIVEIRA	07/11/1965
4490	EDERSON LOPES DIOGO	01/10/1983
3528	EDSON DA SILVA FURTADO	01/05/1981
2382	EZEQUIEL DA CRUZ NERES	20/12/1994
557	FRANCIELI RIBEIRO DE LIMA	13/03/1991
3920	GILIARD CRISTIAN ALVES	27/06/1994
1288	IVANIR CAMARGO SOUZA	08/12/1954
4395	JOCIANE KOKOWIC	01/12/1982
2263	JOSE CARLOS KOKOVISKI	21/06/1976
1284	JOSE MOREIRA	09/04/1952
3520	JOSE OSNI DE MORAES	16/10/1960
673	JOSE VALDECI RODRIGUES RAIZ	20/12/1976
527	JUAREZ SOARES DOS SANTOS	01/01/1975
1533	LAERCIO KUEHLKAMP	15/07/1953
1413	LEONARDO PAULO BUSS	17/12/1993
2907	LUAN CASAGRANDE RUFINO	15/03/1993
2278	MARCELO MENTZEM	12/08/1986
3735	MARCIO GONCALVES DOS SANTOS	08/10/1981
2041	MARIA APARECIDA FENILI	30/06/1968
299	MARIO SEBASTIAO LAGOS	22/02/1959
2903	MOISES PERIN	12/09/1975
4456	NELSON WALTER	26/09/1956
582	NILSON JOSE DE OLIVERIO	24/08/1957



2922	OLINDA ZANINI ALVES	07/07/1965
580	OLIVIO REICHARDT	24/04/1948
4115	PAULO PHILIPPE NUNES DOS SANTOS	30/05/1995
2579	RAQUEL DA SILVA DE LIMA	01/12/1989
1697	RICARDO BALESTRIN	07/02/1980
562	ROZELI POLICENO	21/08/1980
2515	SERGIO DUTRA DA ROCHA	05/09/1971
893	TEREZINHA SALETE DE LIMA	18/11/1970
886	VILMAR ANTONIO DA SILVA	22/03/1976
2051	WILSON RIBEIRO DE CAMPOS	19/04/1961

Cargo: Bibliotecário

Total de Homologados: 9

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3706	ADRIANA HELOISA DA CRUZ SANTINI	07/09/1982
4264	ANA CLARA MITSUKO WADA	08/04/1992
336	ARLETE FERREIRA DA SILVA	26/09/1974
342	DEBORA DE MEIRA PADILHA	17/07/1989
4578	GABRIELA DE OLIVEIRA VIEIRA	18/12/1986
3088	LUANA SAMA COSTA	03/06/1988
133	MARISSOL CRISTINA BERNARDO	15/05/1971
1069	MAUREN RODRIGUES PINHO	31/10/1990
956	THAISA ANTUNES GONCALVES	18/04/1988

Cargo: Bioquímico Farmacêutico

Total de Homologados: 40

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
184	ADRIANA GIACOMINI	05/03/1989
3917	ADRIANA MUSSKOPF	24/06/1985
3762	ALESSANDRA DEVENS	13/01/1981
2927	ALESSANDRA GUIDI GOBBI	11/07/1977
489	ANA PAULA PAZIN	17/05/1989
1514	ANAIDES TTON GIUSTI	19/04/1979
3636	BIBIANA PAULA DAMBROS	08/04/1978
3717	CAMILA ZANOTTI	24/09/1990
2478	CAMILLE GOMES TORQUATTO	18/12/1990
4120	CAROLINE ISRAEL	23/01/1982
2486	CATIANE PAPINI	07/07/1986
255	DAYANE FRANCA	04/12/1990
2528	EDNILSON LEVANDOSKI	18/06/1978
1831	ELBERT BARAUNA	22/09/1985
4543	ELEIA REGINA DA ROSA	14/09/1995
382	ELOISA DA SILVA	06/07/1990
4006	ESTHER SPARENBERG RIBEIRO DE ARAUJO	02/06/1989
2799	FABIANA ANDREIA SCHAFER DE MARTINI SOARES	09/05/1975
2395	FABIOLA BARBIERI	26/01/1990
17	FRANCIELY TENCZINA	27/12/1992
4135	JORIANE PRETTO	28/08/1986
2692	KATIANA FIORELLI	30/10/1988
41	LIDIANE CAROLINE ZENARO	14/01/1992

4426	LIDIANE STEDILLE	06/10/1986
4154	LUISA SILVA PACHECO	18/06/1991
4433	MAURICIO DAL BELLO	29/12/1989
3883	MICHELE CARDOZO	17/06/1991
4128	PAMELA PICETI GROSBELLI	07/12/1989
3611	RAQUEL ANTON	27/04/1986
4201	RODOLFO OLIVEIRA MAZIERO	26/02/1989
3518	SANDRA ZONTA	06/11/1986
2066	SILVANA MOURA PEREIRA	14/10/1989
2829	SILVANE DA ROCHA PINTO	01/10/1984
2548	TAIANE LUCAS PONTEL	13/07/1982
1211	TALITA MARIA DA RROSA	17/05/1991
1582	TALYNE OLINGER CORTESE	01/12/1980
1665	THAIS CAMILA BRANDALISE BOGONI	29/04/1977
4117	THATIANY DA SILVA	30/08/1989
240	VANDERLEIA DE MORAES	10/01/1989
2329	VIVIANE SALETE ALVES DOS REIS	21/06/1985

Cargo: Borracheiro

Total de Homologados: 5

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
2981	GABRIEL DEON RISSARDI	06/07/1994
4030	JULIMAR PELLIN	09/08/1986
2992	MARCOS MACIEL DE OLIVEIRA	01/06/1987
599	RICARDO MILANI	16/09/1993
1174	SERGIO BRAZ IURKEVICZ	12/04/1972

Cargo: Carpinteiro

Total de Homologados: 4

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
1731	AFONSO STRAPAZZON	13/06/1962
3999	CARLOS GAEDKE	16/07/1980
606	JAIR ANTONIO GOMES DA SILVA	11/06/1960
4206	MAICO JUIOR DA SILVA	06/06/1981

Cargo: Enfermeiro

Total de Homologados: 60

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
1691	ALESANDRA PERAZZOLI DE SOUZA	22/10/1984
720	ALINE FERREIRA DE SALES	02/10/1990
3835	ANA PAULA GONCALVES PINCULINI	15/02/1980
1715	ANA PAULA MAZURECK	12/03/1988
223	ANA PAULA RODRIGUES ALVES PALMERA	26/07/1984
290	ANA PAULA SCHERER DE BRUM	31/12/1983
4018	ANA PAULLA DA SILVA	10/03/1989
1944	ANDERSON GONDIM ROQUE	01/12/1982
627	BIANCA MAYER MORAWSKI	08/04/1993
696	CELINA FIORELLI DE OLIVEIRA	12/06/1987
879	CINTIA APARECIDA AMAZONAS DE QUADROS	27/08/1983



1987	CLEIVANIA PELIM	26/03/1981
3633	CRISTIANE ANTUNES SCUSSIATO	06/02/1984
3417	CRISTIANE MARIA CHAPIESKI	29/07/1975
210	DANIELA BALESTIERI DANIELLI	03/11/1988
2206	DEISIMARA APARECIDA MOZZER	22/01/1988
3926	DEIZI LICIANE PADILHA	15/10/1984
883	DEYSE APARECIDA HEINE	15/12/1974
3407	DULCILENE MARIA DE ARAUJO MARINHO	03/03/1978
1790	EDINA BERNADETE PEREIRA FIGUEIREDO	02/07/1962
3929	EIDIONE TAYSE ROMANI TEIXEIRA	31/01/1992
1468	ELIZANGELA DE LIZ LEITE	01/04/1978
4579	EMERSON LUIZ CORREIA	01/08/1981
2363	GABRIELA DE MATTIA FREITAS	16/12/1988
2389	GECIELLE MACHADO RIBEIRO	05/12/1985
2426	GRASIELA CORNELLI	17/08/1982
1726	HELEN BALZAN	12/05/1988
1787	HELEN DE LIMA TAVEIRA	13/11/1975
105	HEMILY RAAP DO NASCIMENTO	23/08/1989
4320	INDAIARA VIERO PERAZZOLI	24/04/1986
1115	IVANA MACHADO GORNIACK GRAHL	27/08/1977
2340	JANE MARI MOREIRA DA SILVA	02/11/1983
429	JESSICA MARTINS DE JESUS NISSOLA	05/11/1981
1099	JORSYSLANE DE JESUS FERREIRA DURANS	30/04/1988
4550	JOSEANE MARIA SALES BARBOSA	28/02/1981
4537	JULIANA ANDRIGHETTI	21/12/1985
1909	LUCIANO GUSTAVO SOUTO	03/11/1987
1436	MAGDA APARECIDA DA SILVA SCHNEIDER	05/03/1968
172	MARIANE CAROLINA DE ALMEIDA	29/05/1992
3094	MARILENE CENDRON	04/12/1964
1427	MARIZETE RIBEIRO	02/01/1991
3573	MIRIAN APARECIDA MONDINI	16/05/1980
1131	NEUSA BELINSKI DA COSTA	04/04/1978
2533	NEUSA FATIMA DA SILVA DELAZZERI	16/07/1968
2420	PATRICIA APARECIDA MIGLIOLLI	01/02/1984
632	PATRICIA DALCIM	15/03/1987
3562	PAULA DENISE DE ALMEIDA	28/06/1985
4523	RAFAEL LUIZ DE MELLO	17/12/1989
391	RAQUEL DE LIMA MACHADO	18/02/1989
4167	REGINA CAON	06/01/1974
3940	ROSELI POLI	23/08/1973
1303	RUI CARLOS DO SACRAMENTO	19/01/1986
428	SANDRA PIVA VIECELI	18/05/1981
1721	SANDRA URBANO DOS SANTOS	02/12/1980
3634	SCHEILA PELISSARI SCUSSIATTO	23/10/1987
2580	SONIA MARA CORREA PIRES PADILHA	20/01/1977
4380	SUELEM ADELAIDE IANTAS	08/12/1987
4483	TACIANA DENISE TOMASI	13/08/1984
3299	TAYSE ENDER	15/10/1986
3175	ZENAIDE GREIPEL GRAHL	01/02/1978

Cargo: Engenheiro Agrimensor

Total de Homologados: 12

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3300	ANGELO RAFAEL DOS SANTOS	30/06/1981
2407	BRUNA REGENSBURGER	11/05/1991
1390	CAMILA ZARDO	04/02/1990
4570	ERICO PAULO BONATO	29/09/1985
4459	GIACOMO GABRIEL ZANETTE DA SOLLER	18/02/1991
1652	KATIA SCHEFER	30/11/1989
2103	MARCEL NEVES DA SILVA	27/04/1989
3914	MARCELO LUIZ SUZIN	09/07/1980
4180	RAFAEL BRANDALISE	24/04/1981
3570	SUERO BUENO DE OLIVEIRA	25/02/1972
901	VILSON ANDRE HECKEL	21/02/1979
3394	WILLIAM QUEARIS DE ALMEIDA	18/07/1987

Cargo: Engenheiro Civil

Total de Homologados: 36

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
4043	ALDAIR BIASIOLO	15/05/1976
3242	ALESSANDRO CARLITO BORSATTI	12/08/1992
2209	ALEXANDRE MARTINI	23/05/1992
1661	ALISON PAULO ZUCCO	11/06/1985
1239	ANA PAULA PFULLER	10/07/1984
1357	BRUNA MOLINETI TAVARES	11/11/1991
4385	CAROLINE ELIDIANA SANTOS DE LUCCA	30/07/1988
1262	CELINE PASQUAL	19/09/1991
4358	DIEGO FELIPE GIRARDI DE LIMA	02/02/1986
2678	EDUARDO AGOSTINI PERELLES	11/12/1979
239	EDUARDO LUNARDELLI MUELLER	18/12/1989
3584	ELISA REGINA PETTER	10/09/1990
2489	FAGNER BAARRIONUEVO	07/05/1985
3699	FRANCIELY MORAES PEREGO	31/03/1984
588	GABRIELA CASSOL	03/07/1990
6	GISLAINE ZAMBONI	03/12/1989
1168	GUILHERME DE SOUZA	06/05/1990
1379	JOSUE FABIANO MELO	10/09/1989
2108	JULIANA CORBANI	14/07/1989
941	LARISSA VENDRUSCOLO	22/07/1991
4622	LUCAS NODARI	27/04/1992
186	LUIMAR ANTONIO DE SOUZA	12/02/1969
3287	MAIZE CARLA CARLESSO DAICAO	09/07/1990
1248	MARIANA DE BORTOLI ANSILIERO	06/06/1992
3644	MAURICIO GONCALVES DIAS	02/01/1993
4231	NADIR BIZZOTTO	11/03/1988
3488	PAMELA JAINE SILVA DA SILVA	25/07/1992
3041	PEDRO MUNZLINGER JUNIOR	24/07/1991
4281	RAQUEL BRUSCHI	10/09/1977
4471	RODRIGO PADILHA	27/06/1990
289	ROMULO MACHADO DE SOUZA	12/08/1987
167	SABRINE EDUARDA TONIOLI	21/12/1993
4267	SIDINEI JOSE SCHNEIDER	28/07/1982
3524	SINVAL LEGNANI	21/09/1985
3962	TIAGO HENRIQUE LITRENTA	23/01/1991



4427	VINICIUS FAZOLO	23/07/1990
Cargo: Engenheiro Eletricista		
Total de Homologados: 17		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
1529	BRUNA MARIA MOROSINI BOGONI	29/08/1989
1943	CLAUDEMIR FREITAS PEREIRA	16/07/1983
4620	DANI ELTON PADILHA	05/09/1986
2210	DIONI PADILHGA	12/08/1980
3172	FABIO NUNES LIMA	22/11/1982
318	FABRICIO DE ANDRADE	23/07/1986
2753	FELIPE RODRIGUES	07/09/1986
4368	GEFERSON FARINA	11/12/1985
2831	GERSON DE ANDRADE	12/11/1972
1761	GUILHERME ZEN FERRONATO	10/06/1991
2852	JAIR SCHROEDER	22/05/1986
1349	LUCIANO ANDRE BARZOTTO	13/12/1982
1862	MAURICIO BERTHA CASAROTTO	27/04/1989
2098	PATRICIA BOESING	25/11/1990
2201	TADEU LORASCHI	28/03/1991
281	TIAGO GABRIEL DE SOUZA	09/06/1982
2606	WILLIAN GRIGOLO	15/04/1986
Cargo: Engenheiro Sanitarista e Ambiental		
Total de Homologados: 55		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
1374	ADRIAN JAN SCRENSKI	24/05/1984
2636	ADRIANO SANGALETTI	07/07/1992
4287	ALAERCIO KADES	27/09/1988
1512	ALAN CASSIO BORSUK	12/02/1990
2707	ALAN JUNIOR PIZZATTO	17/07/1992
3203	ALCIONE LUCIA GIACOMIN	16/12/1992
3335	ALEXANDRE ARAUJO SANTOS CAMARGO PEREIRA	23/03/1989
1991	ALEXANDRE STROEHER	16/07/1992
3837	ALINE DANIELA DALLAGNOL	13/09/1988
3650	ANDRESSA MAZIERO	18/07/1991
2604	ANTONIO C C PELEGRINOTTI	11/09/1980
3491	CARLA RIGO	03/02/1991
4068	CARLOS EDUARDO BALESTRIN FLORES	28/05/1991
3135	CLAUDINEIA CHAVES LIMA	20/05/1989
630	DEBORA CAPELLO	29/09/1990
3726	DEBORA PELISER	26/02/1990
971	DELSON MORANDO DE MORAES	02/08/1981
795	DIENIFER KLAGENBERG BRUGNAROTTO	23/09/1993
49	EDUARDO RUWER PATATT	22/11/1991
211	FERNANDO ANDRE MANENTI	15/09/1978
3096	FRANCIELI INES GRIGOLO	16/10/1991
3328	GABRIEL PASQUALIN	30/01/1988
1376	GUSTAVO RINALDO SCABURI	20/03/1991
55	HENRIQUE DIAS DE ANDRADE	31/10/1988

3688	ISABELLA DEMARTINI RUSCHEL	14/01/1991
4519	JADER DE MATOS	07/11/1985
467	JESSICA TALITA ZAGONEL	30/03/1993
377	JOAO CARLOS PUELACHER	13/07/1989
4173	JORGE IRINEU SEMIANKO	01/05/1976
2618	JULIANE CRISTINA DASSOW	03/10/1991
2169	KATIA MACARIO DA ROCHA	10/03/1993
3034	LEANDRO DE SOUZA	01/01/1984
87	LISANIA LONGO	20/02/1986
4337	LUAN DOMINGUES DE ARRUA	10/10/1990
1924	LUCIANO ZUCCHETTI	05/07/1984
1336	LUIS CLAUDIO LICKS	19/09/1982
3219	LUIZ ANTONIO PAHL NETO	24/08/1989
1398	MARTA VERONICA BUSS	19/06/1987
2321	MATEUS PIROLI	08/03/1991
79	NANAXARA ZANELLA	08/05/1988
3801	NATANA SCHMACHTENBERG	14/08/1992
3954	PABLO RICARDO PRETTO	10/02/1989
1479	PATRICIA HUTHER ZAMBAO	02/11/1993
419	PATRICIA PERI	21/01/1989
3704	PAULO HENRIQUE CARMO DO AMARAL	26/09/1990
3249	RENATO JOSE HORSTMANN FILHO	12/10/1992
2797	ROBBIN ALEX REYES ZANOTTI	30/09/1993
2414	RODARTE FRANCISCO DA ROSA	04/10/1982
96	RODRIGO JOSE DA SILVA	08/02/1991
3311	SAMARA CATTANI	05/03/1991
75	SOLANGE DALMOLIN	09/05/1988
1946	SUELEN CRISTINA SUSIN	14/11/1988
322	TATIANE GRANDO	23/04/1992
3534	VINICIUS LUIZ SARTORI	17/04/1987
2071	WILLIAM MICHELON	25/04/1988
Cargo: Especialista em Museologia		
Total de Homologados: 10		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
3880	ALINE TAVARES DA SILVA	23/11/1986
4313	ARIANE ALFONSO AZAMBUJA DE OLIVEIRA	15/11/1987
804	EVERTON LUIS SOUZA LAUTENSCHLAGER	20/10/1975
4346	FRANCIELE MAZIERO	08/05/1990
229	ISABELA SOUSA CURVO	01/02/1990
1146	KASSIO ALEXANDRE PAIVA ROSA	13/01/1990
252	LETICIA ORACILDA ACOSTA PORTO	08/03/1988
1317	LETISSIA CRESTANI	26/02/1985
197	LIDIANE DO NASCIMENTO SILVA	09/12/1987
2458	TAMARA FERNANDA CARNEIRO EVANGELISTA	14/08/1990
Cargo: Fiscal de Posturas		
Total de Homologados: 71		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
3316	ANDERSON DENIS PERIN	01/03/1985



1083	ANDERSON TOMAZI	07/11/1991
4144	ANDRE VINICIUS BALDISSERA	30/05/1985
2655	ANDRESSA LIA SCUSSIATO	24/11/1996
4636	ANTONIO ABUD JUNIOR	14/12/1995
4409	BEATRIZ APARECIDA RIGO	31/10/1994
4538	BRUNA BELXIOR	26/04/1995
4322	BRUNA CORDEIRO DIAS MACHADO	12/09/1992
189	CAMILA COSTA MOREIRA	20/08/1993
2134	CLARINDO GUSTAVO REGINATO	18/05/1994
4061	CLESIANE LIMA OLIVEIRA	12/07/1983
3836	CLOVIS BENETTI	22/01/1985
1849	DAIANE MASCARELLO	24/11/1989
732	DAIENE NUNES PINTO MENDES DE ARAUJO	01/03/1984
4065	DAYSE VIVIANE FERREIRA DE DEUS TRENT	02/08/1980
3243	DEBORA DA SILVA	17/10/1981
2159	DEBORA DE LIMA	18/07/1994
188	DEISY BEATRIZ DOS SANTOS LAVRATTI	01/11/1986
3721	DELICIO MELZ	24/12/1970
3325	DERICK GIORDAN NUNES DE ALMEIDA	03/02/1995
4563	DIRCEU PAULO MOSCON	17/11/1972
3448	EDENILSON VIECELI	16/10/1989
2503	EDIMARA CRISTINA DA COSTA PETRY	12/10/1978
522	EDSON JOHNNY SCUCIATO	20/02/1986
2767	ERIK DOS SANTOS GOLIN	12/02/1991
234	FERNANDA APARECIDA PELLE DE ALMEIDA LIMA	20/04/1983
1954	FERNANDA CAMPANHIN BRIDI	14/07/1987
2632	FLAVIANA VANZ	05/01/1982
3919	GABRIEL GANZALA DE ALMEIDA PEROSA	16/05/1995
4458	GABRIELE ZIMMER	16/08/1995
2563	GERSON BIAVA BORJAS	31/05/1984
3443	GILBERTO SALES DA SILVA	02/03/1982
3693	GILMAR KAMIENSKI JUNIOR	03/11/1989
3998	GIOVANI MATTANA	18/10/1995
3077	HENRIQUE BAUERLE ZABOT	14/05/1989
4325	ILIANE CRISTINA RAMBO DE ASSIS	01/03/1986
2758	IVANIR ANTUNES DOS SANTOS	31/05/1977
4492	IVANISE MENEGOLLA	14/06/1980
3689	IVETTE SILVA DO AMARAL	10/09/1968
3905	JEFFERSON ALBINO MEDEIROS	16/03/1982
758	JESSICA PAULA FAVARIN	10/04/1995
2662	JOEL PAULO GAIO ORSO	18/07/1990
3029	JOSE CARLOS DE LIMA	04/05/1984
838	JULIANA VIANA MADEIRA	11/08/1984
3104	JULIANO LASCOSKI	10/03/1982
4401	KARLA NAVA DOMINGUES	04/09/1988
2095	KELLY COSER	11/08/1997
4526	LAIS BIAZZOLO	30/05/1992
4150	LEANDRO NOVELLO	23/10/1988
2369	LUCAS NOVELLO	17/06/1996
3204	MARIA DE LOURDES SCHLICHTING	19/10/1963
4515	MARIZETE TAIS DE OLIVEIRA	24/08/1992

4376	MONICA CENCI	10/01/1986
4037	OTAVIO AUGUSTO BARROS PADILHA DOS SANTOS	04/04/1991
2682	PAULO COMACHIO	18/08/1992
3760	RODRIGO ANTONIO PEREIRA	29/10/1976
1705	RODRIGO MAY	30/08/1988
4123	SALETE DE PROENCA KONFLANZ	15/09/1974
52	SAMARA RAMPON BOLZAN	07/05/1995
4139	SILVANO BERTELLI	28/03/1978
4572	SIMONE DE OLIVEIRA	09/06/1986
3918	SUELEN CRISTINA SUSIN	14/11/1988
3292	TACYO CARLOS DA SILVA MARTINS	28/07/1979
3646	TAISE MARTA PAZIN	17/09/1982
3985	TALITHA CISTINA RICCI	08/09/1993
1247	TALYNE OLINGER CORTESE	01/12/1980
1261	TATIANE HAACH	26/07/1986
1587	VALDINOR ALVES RIBEIRO	06/02/1972
2905	VERONICA FRANCHIN	08/06/1976
4357	VILSON LUIZ PANISSON JUNIOR	18/09/1986
4220	WAGNER VOIDALESKI GRUTZMANN	04/04/1983

Cargo: Fiscal de Tributos Municipais

Total de Homologados: 95

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
4343	ADELAR PEDROSO DE CAMPOS	03/03/1980
1836	ADEMIR ROHDEN	24/07/1982
4478	ADERBAL DANIEL MEIER	14/04/1979
4607	ALEXANDRE BRAZ CARDOZO	05/02/1986
4303	ALEXSANDRO TELLES ANDRADE	19/04/1981
1729	ANA PAULA MEDEIROS	10/10/1985
3381	ANA PAULA ZATTA	06/03/1976
3565	ANDERSON DAL PRA DAL VESCO	14/09/1986
2872	ANDERSON DENIS PERIN	01/03/1985
2725	ANDERSON REIS DUARTE	20/02/1988
3668	ANDREA MIGUEL PADILHA FRIZZO	14/01/1978
4591	ANDRESSA BRESSAN RIGO	20/06/1991
3289	ANDRESSA MACIEL STRAPAZZON	10/04/1990
3740	ANTONIO BEZUSKO SOBRINHO	29/08/1979
3943	ANTONIO CARLOS ADIERS	14/03/1960
2404	BARBARA APARECIDA PERIN	17/01/1991
2628	BARBARA CRISTINA SILVA FAGUNDES CALIARI	17/02/1975
857	CAMILA BRUNS PASCOALI	27/02/1980
2323	CASSIANO SEGER	25/05/1988
1637	CELIO DE JESUS CAMPOS	24/05/1966
4161	CEZAR DAVI SCHELSKE	24/12/1985
200	CLAUDIA PAULI	17/09/1988
3639	CRISTIANE PERIN	14/05/1987
3511	DAIANA PERAZZOLI	27/07/1988
2345	DAIANE SPOLTI	03/08/1984
2670	DANIMAR SCORTEGAGNA	23/11/1989
861	DIONE MACEDO ANTUNES RIBEIRO	09/07/1988
1421	DIRLETE FADANNI MIOZZO	11/09/1969



3911	DOUGLAS ROBERTO BASEGGIO	09/03/1992
2916	EDER FABIO DALPIAZ	17/12/1984
962	EDVANS PASQUAL	08/01/1976
1259	ELAINE GENERO SALOMONI	26/01/1989
2320	ELVIS MARCELO KRUG PEREIRA	02/04/1989
3424	EMANUEL TODT	01/02/1986
594	EZEQUIEL CARLOS DE OLIVEIRA	26/04/1985
3307	FERNANDA KEILA CARELLE ORSO	10/10/1984
1888	FERNANDO LUIZ ROMAN	10/03/1972
2947	FLAVIA DE MIRANDA AMORIM	29/06/1987
3196	FRANCIELE PASSIM	14/06/1991
3817	GIAN CARLOS COMELLI RIBEIRO	28/01/1993
2633	GRAZIELI TRILHA	17/01/1991
2710	GUSTAVO DE OLIVEIRA PIVA	21/10/1982
2470	JAIDSON POSSERA BEVILAQUA	19/01/1988
2421	JAQUELINE CARVALHO	17/10/1985
3282	JEAN PAULO BOESING	04/07/1980
3395	JOAO GUILHERME BISCARO	10/06/1985
1730	JOSIANE RAIZER BUSATTO	13/07/1991
3642	JOSILMAR PAULO KOVALSKI	19/09/1988
2688	JULIANA COSER	12/03/1985
1690	JULIANA PASQUALI	14/02/1986
4234	JULIANE DALMOLIN	26/03/1987
1914	JULIANO CANDIAGO	13/04/1981
1646	KATIA RABUSKE	07/08/1990
1599	KEITTIANE HENNE	27/04/1980
2577	KELLY CRISTINA LIERMANN	09/02/1983
4285	KELY FERNANDA LYRA	18/10/1988
4460	LEIDIANE PIROLI	06/10/1988
3177	LENIR FATIMA CRUZETTA	13/05/1988
4463	LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN	06/12/1968
2393	LETICIA OLIVEIRA RUPP	13/07/1991
163	LHANA KARINA DA SILVA	17/09/1977
2213	LILIAN CORREA BECKER	29/03/1989
1670	LUCAS DALAGNOLI	28/05/1989
104	LUCAS FERNANDO ALVES	03/01/1991
3792	LUZIA SOARES CANGIRANA	10/12/1971
1540	LYGIA DE OLIVEIRA	24/10/1985
3610	MARCIA ELIZETE ZAMBONIM GAIO	04/08/1978
4348	MARCIELE DAL MOLIN GASPERINI	30/10/1991
1764	MARCOS NICOLAU LESSING	20/06/1975
1793	MARIA ALICE VANZ	18/04/1987
3121	MARIANE LIKOSKI MENDES	04/03/1991
598	MARIANE NOGARA	18/05/1989
2384	MARILES ANSILIERO BORGES DE OLIVEIRA	21/01/1963
1343	MARILIZE HERICKES	27/07/1990
4019	MARLLON VIEIRA DE OLIVEIRA	04/07/1984
3253	MATHEUS ZAVARIZZI	31/05/1996
4326	MAURO ANTONIO DAL PIZZOL	28/12/1979
3058	NELCE ANDRADE SALAMAN	07/01/1984
1895	PATRICIA AMARAL	16/06/1986
2433	PATRICIA COLUSSI DA SILVA DE OLIVEIRA	31/07/1977

3766	RAFAELA GRANDO	06/06/1983
2187	REJANE CRISTINA NERES DA SILVA DE FREITAS	26/12/1974
735	RENATA MARAFON	27/04/1990
2870	ROSANGELA CAREGNATO GIRARDI	29/03/1989
3557	SALETE MICHELON	22/05/1961
2348	SARINE PARAVISI	22/11/1980
2020	SERGIO ANDRE DAMBROS	24/04/1965
3626	SILVANA SPOLTI LORENZETTI	16/10/1980
3193	STEFANIA MARIA DORNER	07/02/1981
4302	TATIANE DE FATIMA NAZARIO	15/06/1986
1232	THAIS ORTIGARA	22/08/1984
201	UBIRAJARA MENDES	09/05/1975
4446	VANESSA NAVA	17/01/1980
1763	VERONICE DAL PIZZOL	13/06/1986
3338	WAGNER GUERIN SPADER	25/10/1986

Cargo: Fiscal do Procon

Total de Homologados: 63

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
4119	ADENIR BAZZEI	20/01/1966
4304	ADIEL GARCIA FARIAS	16/02/1991
439	ALEX ANTONIO FRAGOSO SAVIAN	18/04/1991
3027	ALTAIR ZAGO	13/12/1994
785	ANDREIA MORAES CHAVES	07/02/1986
3336	ARIANA FERNANDA STRAPAZZON	07/06/1985
3651	BRUNA QUAGLIOTTO XAVIER DE OLIVEIRA	11/01/1993
3594	BRUNO BIAZZOLO	03/09/1989
2534	CARLA DE SOUZA BEBBER	13/08/1975
3945	CASSIANE FATIMA PIACENTINI	05/11/1984
2339	CLAUDEMIR CORREA RODRIGUES	11/10/1981
2934	CLAUDIA EVANISE NUNES COSTA	23/07/1979
2021	CLAUDIO HENRIQUE MICHELON	09/07/1994
3674	CRISTIANE DE FREITAS CASAGRANDE	09/10/1989
3067	DALILA NAVA ZAGO	18/08/1994
2897	DANIELE IOLANDA COLOMBO BOGONI	03/05/1977
433	DARCI ALFREDO TOBIAS JUNIOR	14/02/1981
3375	DIANEFEN NARCISO DOS SANTOS	12/04/1991
3064	EDEMILSON VIEIRA	30/10/1986
1124	ELIANE KARINE DA SILVA KIATKOSKI	25/05/1988
4286	ESTHEFANI CAROLINE GONCALVES	28/12/1995
3675	FABIANO PRATTO	04/12/1984
1769	FERNANDO CAON	17/02/1986
3470	FERNANDO STRAPAZZON	14/07/1984
1784	FLAVIA DEBIASI	09/10/1991
294	FRANCISCO BARBOSA LIRA FILHO	30/11/1971
411	GABRIELA DELAZZERI	29/11/1995
3981	GEYSA MORGANA HEESCH	01/10/1986
3329	GILBERTO FALCHETTI	28/12/1976
3615	GILVANE FERREIRA DALLAZEM	25/03/1971
3840	JAIME HACCOURT	25/08/1968
3377	JEAN CARLOS TELES DE SOUZA	02/11/1978



2974	JUSSARA APARECIDA CASAGRANDE	23/06/1974
3630	KATIA COSER	03/06/1993
1662	LEONARDO ROTTA TOMAZINI	10/09/1989
1233	LUCAS HANSER DE ANDRADE	16/06/1989
2327	LUCAS KLEBER DA SILVA	21/08/1995
3317	LUIZ BALTASAR CAVON	09/10/1954
4373	MARCELO DE CORDUVA	16/05/1983
4603	MARCIANO BARIVIEIRA	29/01/1988
3031	MARIA CRISTIANE ALVES	06/06/1989
3483	MARILDA WOLINGER DE PAULA	18/09/1963
4069	MARISA DA SILVA BRANDO	11/09/1969
2014	MAURO BERTI	30/12/1977
4640	MIRIAM SALETE RIGO	13/09/1986
4131	RUANA SOPPELSA BURATTO	27/01/1994
1938	RUDINEI ROSA DA SILVA	14/01/1983
3348	SABRINA DOS SANTOS GRASSI	07/01/1997
4381	SIDINEI LUIZ VALTER	14/03/1981
2341	SILMARA DANIELE DUMS	18/01/1989
1395	SIMAO CIRINEU LOCATELLI	22/02/1958
1397	SIMONE FURCKEL	21/04/1994
2289	VALCIR MORANDO	10/04/1970
3371	VALDENEI VITORIO VALIATTI	26/06/1968
4486	VALDIR DANIELEWICZ	11/11/1959
1583	VALERIA DO AMARAL	13/08/1981
358	VANESSA APARECIDA DA SILVA	16/06/1982
2621	VIGANDO LANDSTEINER NETO	01/08/1994
4336	VILCIMAR LUCAS DE LIMA DOS SANTOS	03/07/1974
4384	VINICIUS SANTINI	07/04/1981
1216	WALDIRI PASSOLD	16/05/1953
4642	ZELI DO PRADO	29/12/1977
4626	ZENAIDE FERNANDES DA SILVA GARIPUNA	16/08/1985

Cargo: Fisioterapeuta

Total de Homologados: 34

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
1809	ALCIDALIA GRANEMANN DE MELLO	23/05/1988
3134	ALESSANDRO JULIO DE JESUS VITERBO DE OLIVEIRA	11/11/1979
4477	ALEX WENDELL SILVA	07/07/1981
4230	ALINE BIROLI GONCALVES	10/04/1989
745	ALINE DEGENHARDT FERRAZ	18/05/1990
3718	ALLYNE PAULA SANTOS	20/03/1990
827	ANA CLAUDIA FERRARI MOREIRA	31/07/1987
607	ANA PAULA BAU	21/05/1988
4609	CAMILA CORREA DOS ANJOS	03/10/1987
3214	CAMILA THAIS DALANORA	11/11/1992
2846	CARMEM KATSUE KOHATSU	08/09/1982
3074	CASSIO NORONHA MARTINS	22/09/1988
355	CRISTINA BALEN	03/02/1992
216	DAYANE BUENO	27/03/1993
568	ELIDIANE GATTI FELCHILCHER	01/09/1991
2552	GEOVANI OLIVEIRA DUTRA MATTOS	20/05/1989

751	ISABEL FRASSON	16/06/1990
1752	ISABELA RECH BISCARO	25/01/1983
3018	JOICE APARECIDAPADILHA	12/07/1982
619	JULIANA POSSENTI	19/12/1986
2950	KAROLINE FAVERO	14/03/1981
2231	LAURA BIELLA ANTUNES DE SOUZA	28/07/1983
1002	LUCAS GRANETTO	26/07/1988
820	LUCIMARA FERREIRA	29/10/1992
2790	MARIA LUISA CESCO	25/09/1983
3406	MARILIA NUNES GODINHO	05/06/1992
3799	MAYARA PERAZZOLI	28/03/1990
3284	MONALISA SCOLARO	31/12/1987
3276	PATRICIA CRISTIANE ZAGO	10/04/1983
3616	RAFAEL INGO LINCOSKI	30/05/1985
145	RENATA MAGNANI FOGLIATTO	20/03/1989
2923	TATIANE DENARDI DA SILVA	08/01/1980
2431	THAINE CRISTINA GARLET	20/05/1992
4155	TIAGO FERNANDO PRETTO	19/05/1987

Cargo: Instrutor de Dança

Total de Homologados: 6

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
499	GENIFER NAYMA PERAZZOLI	02/01/1993
2343	GISELE MARIA ARENHART	19/01/1986
3606	GISLEI SAGAS ZORNITTA	25/01/1987
3057	KETLYN ANDRESSA MORAIS	04/03/1994
268	LURIELLY ANGELICA PINHEIRO	25/08/1992
3174	MICHELLE DA SILVA CANDIDO	03/03/1988

Cargo: Instrutor de Teatro

Total de Homologados: 1

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
2291	DANIEL FERREIRA DE SALLES	13/04/1973

Cargo: Marceneiro

Total de Homologados: 8

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
1252	ALBARI MARTINS	22/08/1967
1328	ANGELO CAMILO DEVALIERI	23/02/1962
3891	CLAUDECIR SISNANDE	17/12/1972
2679	MAICO RODRIGUES ALVES	26/10/1987
502	MARCELO PERIN	24/12/1980
3944	MOISES BATISTELLA	25/02/1976
1283	RONALDO WENGRATT GUERRA	17/01/1981
155	WELLINTON FROZZA	03/03/1996

Cargo: Motorista I -Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

Total de Homologados: 56

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
-----------	------	------------



1709	ADEMAR PAZ MAURICIO	13/07/1968
3909	ALCEU GRASSI	04/06/1981
195	ALEXANDRE DAVI ALVES CORREA	25/11/1987
3857	ANDRE FELIPE CARRER	08/05/1990
1945	ANGELO AUGUSTO DE CAMARGO	18/07/1988
3900	ANTONIO AUGUSTO SILVA	10/07/1966
4383	CARLOS ANTONIO GUSI	02/02/1971
2477	CESARINO BORGIO	30/05/1983
1926	CLAUDINEI PAULO OSS	24/02/1987
840	CLAUDINO DE OLIVEIRA DO CAMPO	08/03/1984
4219	CRISTIANO RIBEIRO GONCALVES	11/11/1995
309	DANIEL DOS SANTOS	30/08/1992
298	DARCI PAULINO PADILHA ROBERTI	25/01/1977
755	DEOCLECIO SANTORUM	25/07/1980
426	EDINEI KISTER	03/07/1986
1544	EDNILSO FIGUEIREDO FRANCA	23/10/1973
1722	ELIZEU MASSANEIRO	28/06/1988
4399	ESTIVER DOMER DA SILVA	17/10/1980
2130	EVALDO PERAZZOLI	18/02/1995
618	GABRIEL DAL PIZZOL	04/11/1981
2554	GILVANA DE SOUZA	21/06/1986
3564	GISLEINE APARECIDA CORDEIRO	23/07/1982
4000	HEBER WALBER RIBEIRO DOS SANTOS	06/08/1983
2946	HEIDER DOS SANTOS	23/02/1988
4470	HUGO FERREIRA	21/09/1963
2928	IDINARTE JOAO ALVES	05/01/1971
4437	IDIVINO MOREIRA DA SILVA	30/04/1977
183	JAIR LAVRATTI	06/09/1983
2178	JEAN PEREIRA DE OLIVEIRA	12/01/1991
3895	JOAO GUILHERME BROETTO	21/03/1988
1236	JOAO LUIZ MACIEL	24/06/1965
676	JOEL ALVES DE OLIVEIRA	10/08/1976
178	JOHN LENNON CRIPPA	19/11/1990
560	JOSE HERNANI PENSO	19/12/1958
217	JOSE ROBERTO BORBA KALENIK	02/05/1982
3773	JUCIMAR ALBERTI VALLER	13/12/1984
86	JULIANE MARIA BALDO DE DEUS	07/10/1987
926	LUCIANE LOCATELLI	04/11/1978
4491	LUIZ GUSTAVO GALDINO	02/02/1988
423	MARCELO FIUZA	05/12/1971
4558	MARCIO CORDOVA COELHO	14/02/1981
3904	MARCOS ROBERTO CORREIA	05/08/1985
1519	MARCOS ROBERTO MAZURECK	12/12/1977
134	MICHAEL VARELA	23/07/1984
1740	PERCI NUNES DA SILVA	29/03/1965
3101	RAFAEL CANALLI	30/08/1990
966	RAFAEL LUCIO BRUSCHI	10/10/1975
2623	RODRIGO VARELA	02/04/1993
1903	ROSANE NORDIO	21/07/1982
4479	SERGIO ANTONIO OZELAMI	04/06/1972
3326	SIDEMAR ALESANDRO BORGES	27/10/1984
2435	SIRLEI BOLZAN	21/03/1978
2643	SIRLEI PAULO DA SILVA	06/11/1978

4645	WANDERLEI GODOI	10/06/1977
4009	WELYTON GONCALVES DO PRADO	26/10/1993
2336	WESLEY DIEGO LOOF	11/10/1986
Cargo: Motorista II - Ambulância		
Total de Homologados: 48		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
2624	AIRTO GONCALVES PADILHA	30/07/1970
3376	CLAUDEMIR JOSE CASAGRANDE	16/09/1965
3676	CLAUDETE FATIMA DUARTE	16/01/1978
1656	CLAUDIO CAGNIN	19/12/1980
2595	CRISTIANO MARTINS VENTURA	27/10/1983
921	DEIVE ROBERTO THIBES	12/04/1982
1766	DILTON ALEXANDRE DA SILVA	25/10/1971
2945	DOUGLAS ANTONIO ZAMBONIN	05/02/1985
3369	EDSON LUIZ MANENTI	30/01/1980
3314	EDUARDO ALISSON SPORR	04/07/1977
3556	FABIO RUBINI	16/08/1986
1990	FERNANDO CAMPANHIN	03/02/1984
2452	FERNANDO IRINEU BERTO	10/02/1992
3093	GERONIMO PANIGAZ	03/10/1982
2975	JAIR BRIDI	01/12/1974
3382	JEFERSON FERREIRA	18/05/1980
3831	JOAO ODILON DE SIQUEIRA	10/09/1957
4023	JOSE VOLNEI PEREIRA	31/01/1973
3657	JULIANA APARECIDA MARTINS DA COSTA	09/10/1983
4424	LAIRTON JOSE BOLICO JOAQUIM	20/11/1973
2347	LEANDRO GONCALVES	08/03/1990
3549	LUCAS DE ALMEIDA BESEN	26/01/1992
1747	LUIZ ALCINDO FORTES	09/09/1967
4039	MARCIO GIORGIO RAMOS	03/11/1978
1403	MARCIO OGLIARI	18/11/1978
3502	MARCIO TELLES RODRIGUES	23/03/1981
1901	MARCOS ANTONIO PONTES	16/05/1967
286	MARCOS BOECKE WILLI	12/05/1981
3350	MARCOS JOSE DOMINGUES DE SOUZA	24/03/1981
2586	MARLEI TEREZINHA RIGO PERAZZOLI	08/09/1970
3582	MAURICIO DA SILVA	13/05/1985
1199	MIGUEL CRISTIANO BARBOSA	29/09/1988
61	MOISES GIOVANI OLIVEIRA ALVES	16/07/1977
2931	PAULO ROBERTO DA SILVA CAMPOS	19/01/1979
3931	RAFAEL GREGORIO LAUBE	31/07/1988
3776	RAMON BOTELHO FELIZARDO	09/03/1990
3476	RENATO GHELLER JUNIOR	13/04/1979
2969	RICARDO AMANCIO DA SILVA	10/03/1965
2728	ROBSON PEPES DO VALE	12/09/1987
2803	ROMEU ALEXANDRE BUSS	28/03/1987
4248	RUDINEI AMIANO ZOLETTI	30/06/1970
4467	SERGIO PERETTI	28/08/1964
3109	SILVIANI DAROL	07/02/1988
3967	THIAGO BEDENDO	30/10/1978
1899	VALDAIR ALVES DE SOUZA	28/01/1974



3586	VALDIR FOSCHIERA	15/11/1974
2140	VILSO JAQUES DE LIMA	24/03/1973
2351	WILLIAM JACKSON FRANCIO	26/04/1978
Cargo: Motorista III - Ônibus		
Total de Homologados: 10		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
2547	FABIANO ANTONIO GOMES DE GOIS	13/06/1981
4639	JOSE LUIZ DE OLIVEIRA	08/11/1977
4250	LIDOINO MOREIRA CARDOSO	24/09/1961
1557	LUCIMAR OGLIARI	26/11/1992
3410	MARCIO DE OLIVEIRA	17/12/1979
1190	ORILDO MOTTA	12/05/1963
2965	SANDRO DE SOUZA FERNANDES	18/12/1976
4335	VALDECIR ALVES DE SOUZA	12/08/1972
56	VASCONCELO CARLIM DA SILVA	12/07/1979
2867	WAGNER CLOVIS SPORR	23/11/1982
Cargo: Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes		
Total de Homologados: 107		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
3051	ACIR LUIZ TEIXEIRA	25/02/1970
3190	ADAIR JOSE TRINDADE	21/06/1978
3975	ADENILSON MORAES ROSA	30/01/1983
3161	ADILSON MENIN	01/05/1980
1782	ADIR COSTA	20/07/1982
1733	ALBERTO FERNANDES LISBOA	28/08/1984
1818	ALCENI JUNIOR GONCALVES	30/08/1962
3301	ALEX MOCELIN	16/11/1989
4499	ALGEMIR DA SILVA	03/08/1973
72	AMARILDO DE ALMEIDA	05/09/1974
1499	AMAURI FERNANDES DE LIMA	24/04/1966
3866	ANDRE FELIPE CARRER	08/05/1990
3825	ANTONIO LAZZARI	13/06/1968
3786	ANTONIO MARCOS CORREIA	09/12/1982
3641	ANTONIO RODRIGO MARCHETTI	07/02/1977
2273	CASSIO LUIZ GAIO	08/05/1981
2313	CHARLES GRIGOLO	01/10/1992
2557	CLAUDECIR GIRIOLI	17/05/1977
2862	CLAUDECIR JACINTO DE OLIVEIRA	25/09/1978
1986	CLODOALDO BORGIA	16/12/1970
1467	DALCIR ORSO	13/02/1969
1060	DANIEL RUBINI	16/01/1962
1196	DEJANDIR SCHNEIDER BOESING	08/10/1980
854	EDE CARLOS PARIS	06/07/1982
1659	EDENILSO SERAFINI	23/10/1978
1622	EDER IVAN IAEGER	19/11/1981
4546	EDGAR GONCALVES DE OLIVEIRA	08/04/1981
3842	EUGENIO FERREIRA DA SILVA	16/12/1959
462	EZEQUIEL DA ROSA	19/01/1974
3516	FABIO LUIZ PERAZZOLI	25/04/1984

2004	FERNANDO BASSO	08/01/1989
666	GABRIEL DALMOLIN	08/11/1979
2741	GABRIEL EUGENIO GILGEN	07/08/1986
1980	GERALDO GUSTAVO MONARI	05/01/1989
3822	GILSON FIORELLI	05/05/1989
2144	GILSON GONCALVES DA SILVA	04/12/1972
2977	INEZ DEON RISSARDI	21/01/1975
2660	ISMAEL PRADO DA SILVA	10/08/1989
1754	IVALCIR ANTONIO PERAZZOLI	27/02/1971
862	IVAN DA SILVA SOCA	09/11/1970
890	IZAIAS GONCALVES	16/10/1981
4374	JASSOM JESSE FLAMANT	23/10/1976
4624	JEAN CARLO ANTUNES DE CASTRO	20/04/1979
4646	JEAN CARLO FANTIN	29/05/1975
4256	JEAN PEREIRA DE OLIVEIRA	12/01/1991
810	JEFERSON PADILHA	17/12/1993
1982	JOANITO LIRA	04/05/1982
807	JOAO ALEXANDRE MORAES DOS SANTOS	26/06/1988
1167	JOAO MARIA DIAS	29/09/1974
3367	JORGE ANTONIO DE ANDRADE	14/12/1968
1860	JOSE CARLOS FERREIRA DOS SANTOS	16/01/1989
4666	JOSE ROBERTO VARELLA RIBEIRO	19/11/1978
525	JOSE STRAPAZZON	25/03/1969
1189	JOSIAS MOREIRA RODRIGUES	08/04/1982
4528	JOSIAS PIMENTEL DO PRADO	04/01/1986
130	JULIANO RAMPON	19/07/1980
4094	JULIO CESAR CORREA	20/12/1992
3285	LEOSIR ZUCONELLI	14/03/1981
2084	LUCIANO COSER	15/12/1981
3168	LUCIVAN STASIAK	04/09/1981
1581	LUIZ ANTONIO CANAL	17/05/1978
4430	LUIZ CARLOS ANCIUTTI	03/05/1962
1223	LUIZ CARLOS CAMPOLIM DOS SANTOS	09/06/1973
1553	LUIZ VILMAR BATISTA DE AVILA	15/02/1979
2984	MACIR DE JESUS GOMES RIBEIRO	02/03/1990
4665	MAICKEL BALAN	28/03/1976
2460	MAICON LUIZ ZACCARON	21/01/1994
3948	MANOEL NORDT	03/03/1970
3543	MARCELO NUNES	04/08/1986
3770	MARCIANO PELLIZZARO	18/11/1987
427	MARCIO FABIANO BOSS	08/02/1976
3356	MARINHO ANTUNES DE LIMA	26/05/1969
1206	MAURICIO PENSO	12/04/1952
3337	MIGUEL DAIR RIBEIRO DA SILVA	05/06/1963
3158	MIRANDA DE FATIMA SOVRANI	19/02/1973
4192	NELSON ANTONIO WARTHA	09/06/1971
1952	OLACIR LUIZ SUSIN	30/07/1949
399	ORIDES NUNES PINTO	29/09/1962
3851	ORLEI DE SOUZA	01/03/1982
3133	OZAIK DA SILVA RIBEIRO	20/03/1966
639	PAULO CESAR RICARDO	19/07/1980
3480	PEDRO PAULO LUCIANO	01/07/1961
4089	PLAUTO GHELLER	05/07/1967



1240	RAFAEL DEVENS	31/07/1988
1979	REINALDO MACEDO	26/03/1974
2243	RICARDO FADANI	01/07/1984
3418	RICARDO GAEDKE	10/04/1984
2918	ROBSON KLEBER SCHENATO	12/07/1984
3425	ROBSON LUIZ DA SILVA KASBURG	02/12/1982
1824	RODINEI JOSE PANDOLFO	12/12/1980
902	RODRIGO DE SOUZA DE ALMEIDA	25/01/1990
536	RONALDO MELO SALVIANO	25/09/1976
2518	SERGIO DE SOUZA JACQUES	25/12/1972
3521	SIDINEI ALVES DOS SANTOS	23/05/1982
3446	SIDNEI MORAES ROSA	16/08/1980
307	SILVIO ANTONIO SARTOREL	01/12/1985
1059	VALDECIR FIATKOSKI	11/07/1974
683	VALMIR RODRIGUES VIEIRA	29/09/1986
1700	VALMOCIR PEREIRA DUARTE	25/01/1975
3298	VALTER EDEMUNDO HABECH	29/04/1964
1917	VANDERLEI CESAR TEDESCO	14/04/1986
2111	VINICIUS ANDRE CORREA DE SIQUEIRA	14/01/1986
1203	VITOR HUGO RICCIARDI	21/10/1982
1692	WALDECIR DEODORO SOUZA	02/11/1965
1817	WALDEMIRO PEDRO SCORTEGAGNA LEGNAGHI	27/05/1978
1613	WALMIR LYRA	10/01/1969
3820	WILIAN VAIS	10/04/1991

Cargo: Operador de Motoniveladora

Total de Homologados: 6

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
799	CRISTIAN ANTONIO POLLEZO	18/05/1995
1228	JULIANO MORAIS	10/06/1979
1171	LEODOMIR LUIZ MICHELON	14/10/1965
1528	MARCELO DONISETTE MACHADO	20/02/1976
931	VALDECIR VERONES	29/11/1984
3682	VILSO JOSE VETURIN	21/08/1964

Cargo: Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira

Total de Homologados: 28

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
4676	AFONSO BALDISSERA	06/04/1963
1255	AGIANDRO MACHADO	15/09/1977
620	ALISSON HENRIQUE RISSARDI	12/02/1993
1649	ALISSON JOSE GROBE	18/03/1979
992	CLEO RISSI	03/04/1983
1056	DANIEL WILHAN ZAGO	03/01/1992
794	EDUARDO ANASTACIO	03/09/1991
1021	GILMAR PIRES	14/10/1971
2145	ITAMAR RODRIGUES AZEVEDO	18/05/1981
503	JAIR ARAUJO DOS SANTOS	19/01/1974
3767	JAISON CASAGRANDE	07/08/1989

2783	JOEL CORREA DOS SANTOS	19/02/1991
2993	JOSIAS GIELOW	03/08/1990
1322	LEANDRO LUIZ MICHELON	14/10/1993
4685	LINDOMAR NUNES DE LIMA	23/10/1981
3217	MARCOS ORSATTO	21/03/1970
4157	MARCOS PAULO CASAGRANDE	19/02/1990
2035	MATEUS MIRANDA BOLSANI	16/08/1996
403	ORIDES NUNES PINTO	29/09/1962
3551	PABLO PERAZZOLI	18/02/1991
1193	RAFAEL RODRIGUES DE JESUS	22/08/1992
4466	RENAN SCUCIATO	30/10/1992
2827	RIVALDO AIRTON PELIM	18/05/1995
3529	SIDNEI DOS SANTOS LOCATELLI	03/01/1991
2743	TIAGO CORRENT	08/02/1993
589	VALMOR ROSSI	20/11/1972
1119	VILSON ALVES	08/10/1986
3899	WALMIR CORDEIRO DA SILVA	11/09/1973

Cargo: Operador de Trator de Esteira

Total de Homologados: 4

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
2400	ANTONINHO DE JESUS	09/07/1971
1531	JOAO BATISTA DA FONSECA	18/07/1953
405	ORIDES NUNES PINTO	29/09/1962
2715	RAMIRES ZAGO	23/11/1969

Cargo: Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição e Capina Mecânica

Total de Homologados: 12

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3858	ALMIR LIDANI	03/07/1964
2582	CALIXTO ROSARIO MUNARO	14/10/1967
1339	CLEBER GRIGOLO	24/03/1986
664	EVAIR BASSO	21/04/1993
2403	FABIANO DIONISIO FANTIN	10/02/1981
3539	JOAO LUIZ MEZAROBBA	09/02/1961
636	LEONIR RAIMUNDO DEON	24/05/1967
1878	LUIZ BRESOLIN	15/05/1962
3862	NELSON LIDANI	30/05/1967
156	PEDRO DO PRADO	29/06/1959
2571	ROQUE PANIGAZ	27/12/1975
2033	SERGIO ANTONIO BOLSANI	17/02/1957

Cargo: Pedreiro

Total de Homologados: 11

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3814	ADELAR RECH	28/03/1978
852	ADELIO BIANCHIN	02/04/1966
1359	DJAVAN ROGER MOCCELINI	12/04/1983
2245	ELTON CARVALHO DOS ANJOS	01/09/1985



3306	FELIPE CARVALHO DOS ANJOS	15/05/1990
2247	FRANCISCO FONSECA JUNIOR	07/03/1990
3665	GERALDO ROSA	06/04/1964
603	JOELCIO DA SILVEIRA	10/12/1978
3785	LEONILDO ANTUNES RIBEIRO	10/07/1970
3213	NEURI PEDRO GRIGOLO	26/10/1968
368	VALDECIR DA LUZ	18/08/1974

Cargo: Pintor Letrista

Total de Homologados: 12

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3273	ADEMILSON CHIOSSI	07/11/1991
4677	ARTHUR JOSE DEBATIN	06/10/1993
1097	DANIEL DIAS MACHADO	14/01/1991
3989	DARLEI MEIRA CARNEIRO	08/01/1996
506	DELAIR ANTUNES DE SOUZA	22/01/1968
3907	IVO TRIBECK JUNIOR	17/02/1982
4627	JOACIR RODRIGUES	26/08/1970
2053	JONATAS GERMANO DE GOIS	05/10/1987
1537	JOECI MENDES	04/06/1972
753	MARILEI FERRONATTO TITON	25/04/1966
2651	NILSON DA MOTTA JUNIOR	01/05/1993
3535	SIDINEI RODRIGUES MACHADO	30/12/1977

Cargo: Procurador Municipal

Total de Homologados: 42

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3364	ALEXANDRE BORGES DORNELLES	05/11/1966
2373	BRUNO LOFHAGEN CHERUBINO JUNIOR	06/04/1986
228	DANIELA RODRIGUES ALVES LOPES	20/03/1982
2218	EDERSON VALDIR NEPOMUCENO	17/09/1973
1545	EMANUELLE DE OLIVEIRA	08/08/1984
3132	EZEQUIEL FAGGION	08/02/1989
2788	FERNANDA WULFING	22/03/1983
64	FERNANDO H BASSAN PEIXOTO	24/06/1985
3469	FERNANDO PADILHA KUHNEN	22/03/1982
1877	FLAVIE DANIELE ESTEVES STACECHEN	08/08/1978
47	FRANCIELE GIANELLO	24/06/1980
665	GABRIELLE BOLSANI	15/12/1990
1486	GUILHERME CESCO MIOZZO	09/08/1992
2101	GUILHERME GUZZI	22/11/1990
4638	GUILHERME SILVA LISBOA	07/07/1991
4653	IVAIR CERON	28/04/1973
561	JOELMA BEATRIZ KOTECKI	25/05/1987
805	JORDANA DE CARVALHO	01/03/1988
3305	JOSIANE OLGA KAMMER	13/01/1986
516	JUDITE VARGAS	03/01/1986
2598	JULIANA APARECIDA MUNARETTO CANTU	17/06/1983
3654	KAROLINA BORSATTI	29/07/1982
3392	KAROLINE DILOE SAKR ZIGER	03/01/1983
3953	LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA	18/04/1973

3955	LETICIA PAULA SARTOR	06/02/1992
2642	LILIANE ALMEIDA MELLO	26/03/1987
1608	LUCIANE MARIA DOS SANTOS	30/01/1974
3715	MARA ESTELA DE BORBA PIOVESAN	20/09/1965
858	MATHEUS GUSTAVO SEGATTI WOLFF	30/08/1990
2148	PATRICIA LONGO	11/11/1991
1039	PATRICIA MARQUES DE LIMA	31/12/1974
2504	PATRICK FERRAO CUSTODIO	29/06/1977
3061	RAQUEL TREVISOL E SILVA	25/02/1978
2380	RICARDO BURATTO	11/11/1991
3577	RIQUELMO TAIETTI	20/11/1978
3444	RODOLFO PIRES FILHO	12/04/1979
546	ROMANO MENEGUZZI	23/01/1992
4275	RUDINEI SEBASTIAO PEREIRA	30/04/1980
3092	SUZANA LAMPERTI	29/01/1991
1711	THIAGO BIESUS BORSATTI	03/10/1980
3612	THIAGO ROBERTO MELOTTO	08/06/1985
2301	TIAGO DUPONT GIUMBELLI	28/06/1989

Cargo: Psicólogo

Total de Homologados: 72

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
4178	ADILMIA MALACARNE	18/10/1979
3244	ADRIANA APARECIDA FELICETTI	16/05/1978
2270	ADRIANA MARIA ALVES	21/10/1976
1434	ALESSANDRA SCOPEL	10/11/1984
1184	ANA PAULA MACHADO	06/09/1982
3827	ANA PAULA RIEG MARTINS	27/05/1987
4393	ANDRESSA MORGANA ABATI	07/03/1993
3691	ANDREY LUCAS SCHWARTZ	29/05/1988
4028	ANGELA CRISTINA STRINGARI	13/10/1983
78	CAMILA VON PFEIL RODRIGUES MALL-MANN GOMES	20/06/1979
3280	CAROLINE DA COSTA MANFREDI	04/01/1991
44	CEZAR AUGUSTO SANTOS	27/04/1987
2985	CLARISSE SIMON	12/05/1983
3248	DIEGO FELIPE DE SOUZA	08/08/1988
653	ERICA TOMAZI RIBEIRO	03/03/1986
4245	EVERLY ZAMPIERI	13/10/1990
2117	FELIPE FERREIRA DE JESUS	10/10/1991
4170	GEOVANA LIEBL	18/07/1984
285	GILVANA CAMILA MARAFON	14/03/1984
4442	GISELE APARECIDA CERVELIM	26/07/1989
4619	GISLAINE DA SILVA	07/04/1992
2182	GLAUCIA APARECIDA LOURENCO	24/09/1985
853	HELEN REJANE FONTANA	02/11/1990
340	IVETE CORREA FRAGOSO SAVIAN	24/05/1966
1672	JACIARA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA	16/05/1987
1549	JAMILA KARINE BUSNELLO	22/09/1990
1651	JANE MARIA ANDRETTA	03/06/1989
3738	JAQUELINE ELISA MALDANER	26/10/1983
1908	JOCELAINE KUITTEL	17/07/1988



174	JOCIMARA OECKSLER	22/12/1990
4172	JORGIANE APARECIDA FRIGERI	24/08/1988
261	JOSIANE LOSS	29/11/1968
2764	JOSINELI ZANCAN	27/06/1988
3980	JULIANA APARECIDA MODENA	19/10/1977
3908	JULIANA WEBER	06/06/1973
2331	KARINE CAMPAGNARO MATIAS	29/04/1987
3775	KARINE FERNANDA DE ALMEIDA LIMA	20/03/1990
3806	KATIA TOAZZA	29/09/1981
376	KATIANI GUARACI DE MORAIS	22/09/1984
1470	KATIE PAULA CAUMO	06/10/1991
2338	KEILA PRISCILA DE MORAIS	18/05/1983
2266	KILIANE HAMES	10/01/1982
3685	LAIS MASSON	22/03/1989
2457	LARIANE SOUZA PEREIRA	07/08/1989
1242	LEILA BETINA DE MARTINI	02/07/1989
1210	MACLEISE TRENTON	28/01/1988
3259	MARIA AUGUSTA NHOATO MOREIRA	09/08/1959
3525	MAUDINES LOCATELLI	29/09/1976
222	MICHELE REUS ELIAS	17/06/1982
385	NAYELE BRANDELERO	30/03/1989
3324	PATRICIA BEHREND	15/07/1987
2475	PAULO ASSIS CRASNHAK FILHO	09/10/1984
1080	REGIANE PATRICIA RODRIGUES MUELER	31/01/1992
1625	RENATA CRISTINA DA SILVA FAVARAO	01/02/1988
3294	ROBERTA CONTE	30/01/1990
3	ROCHANA MENDES	16/08/1982
3352	SABRINA LUIZA PANISSON	09/08/1989
4473	SAMANTHA VANIN FELCHILCHER	07/03/1988
1090	SAMARA PEREIRA OLIBONI	11/02/1980
1049	SIBELE MUNARO	11/03/1983
4196	SIMONE APARECIDA KLUSER	17/06/1972
2785	SIMONE CASAGRANDE	27/12/1986
4587	SIMONE KARINA ANGONESE BALBINOT	17/04/1975
2355	SUELEN PARAVISI	14/02/1982
3049	SUZILEIA CECCHIN	23/01/1986
3020	TAÍS MATTÉ	22/03/1992
2526	TAISE APARECIDA DOS SANTOS	11/05/1993
3711	TATIANA FOGOLARI	25/10/1988
470	THAIS ANDRESSA HEPP	18/05/1989
3426	THAISA DE OLIVEIRA MATTOS	09/11/1990
4166	VANESSA MARTINAZZO SEMIANKO	03/11/1982
4099	VIVIAN DE LEMOS ESTROWISPY	08/11/1980

Cargo: Soldador (Mecânico)

Total de Homologados: 19

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3958	ANTONIO CARLOS GONCALVES	15/08/1988
1014	CELSON OLIVEIRA DA SILVA	10/12/1967
3763	CLAUDEMIR ALVES RIBEIRO	04/12/1966
4504	CRISTIANO PARANNA	03/05/1988
726	CRISTIANO TELES DE OLIVEIRA	21/06/1988

4033	DIEGO CARDOSO	08/07/1985
540	ELSON MARCOS DE SOUZA	04/03/1961
2167	GUSTAVO CANALE	30/12/1987
3030	ITAMAR FRACANABIA	22/11/1981
3081	JOSE FIDENCIO	13/02/1974
4675	JOSE VOLNEI PEREIRA	31/01/1973
2328	MARCOS FERNANDES FIDENCIO JUNIOR	19/11/1992
761	MAURICIO RIBEIRO	11/07/1991
2966	RICARDO VINICIUS DA SILVA	16/06/1996
1212	ROMEU POMMERENING JUNIOR	23/02/1983
4193	TIAGO PELLE	24/03/1975
2260	UBIRATAN PEREIRA	14/07/1969
3542	VALDIR RISSARDI	31/08/1961
230	VANDERLEY ALVES PEREIRA	17/02/1963

Cargo: Técnico de Agrimensura

Total de Homologados: 2

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
4513	GEFERSON CORREA DE DEUS	09/08/1986
670	GUSTAVO HENNEMANN SANTIN	03/06/1974

Cargo: Técnico de Enfermagem

Total de Homologados: 83

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
436	ADRIANA APARECIDA GOMES	06/12/1974
1933	ALESSANDRA DE FATIMA LOPES	02/10/1980
2953	ANDREIA REGINA BOEIRA	25/12/1978
3270	ANDRESSA QUINTINO DA SILVA	09/02/1994
3935	ANGELA APARECIDA LOPES	09/09/1979
4511	ANTONIO IRINEU VICENTIN	15/06/1973
2359	CARLIZA FIABANE	27/11/1981
1279	CARMEM ANGELINA GALON	28/07/1979
3750	CELIA JACINTA LOURENCO RINALDI	12/03/1978
3849	CINTIA APARECIDA RODRIGUES	23/03/1993
246	CRISTIANA APARECIDA SACTH	16/10/1984
3733	CRISTIANE DE ANDRADE RESENDE	05/02/1985
3939	CRISTINE PRUNER	25/09/1975
842	DAIANE DA SILVA COITO VEIGA	13/06/1985
1618	DANIELA APARECIDA DOS SANTOS SI-QUEIRA	01/06/1982
1375	DANIELE DA SILVA XAVIER	01/11/1985
504	DANIELI DE FATIMA TEIXEIRA MOREIRA	02/03/1982
1275	DEBORA DA LUZ	14/11/1992
1110	DEBORA SIMOES DA ROSA	24/08/1981
3261	DELVA DE FATIMA BONIFACIO	03/11/1983
916	DILCE CENDRON STIRMA	01/10/1966
3824	DJULIA DOS SANTOS CALISTRO	21/09/1990
1796	EDIMARA BARBOSA	12/03/1995
464	ELETEIA ZANELLA	23/03/1978
738	ELIANA SILVA DA SILVA	09/10/1985
2092	ELISABETH HECKEL	08/11/1974



4682	ELISANGELA COMUNELLO	11/11/1982
1678	EROIDES LOURENCO DOS SANTOS PEREIRA	21/04/1972
2982	FABIANA MARTINS VENTURA	08/04/1986
2559	FERNANDA CAMPAGNIN BATISTA	01/08/1978
1405	FERNANDA DA SILVA RUBINI	30/08/1983
315	FLAVIO ROSA DOS SANTOS	29/06/1984
352	GEVERSON LUIZ RODRIGUES BATISTA	23/12/1979
3163	GIOVANA MARCHI	06/11/1986
2353	GISELLY DE MELLO MARTINS	13/03/1979
4284	GREICY BRUSCHI CARINHATO	29/04/1990
4312	IRONEI ITACIR DA SILVA	11/03/1974
1929	IVONETE FERREIRA CHAVES	28/02/1975
3970	IZABEL DE GOES	08/02/1973
788	JOSEANE CARLA MILANI	03/09/1987
2521	JOSIENE FRANCISCA DA SILVA	16/03/1978
1463	JUCELIA FABRICIO DONATTI	02/04/1974
3802	JULIANA CORSO ARAKAKI	25/10/1987
2684	JULIANA CRISTINA PETRY	07/02/1989
4271	JULIANA DE ALMEIDA	28/12/1987
2793	JUSSARA RODRIGUES DE MORAES	02/12/1976
4438	KARIN MARCHIORO FUCCINA	05/09/1986
2787	LEILA REGINA GIELOW	12/05/1982
3848	LIGIA DIAS DE ALMEIDA	07/06/1993
3745	LORECI APARECIDA MUNARI	12/11/1979
1422	LUCENI TERESINHA LOPES BISOL	21/12/1981
1873	LUCIANE RABUSKE	29/03/1985
1953	LUCILA CECATTO RUBINI	13/12/1962
1983	MARCIA CASSIA SAVIAN	27/09/1983
4176	MARCIO DIAS BARBOSA	13/09/1976
777	MARIA RIBEIRO DOS SANTOS MORAES	06/04/1983
15	MARIANA MARILIA SAVIAN BRIDI	14/04/1986
3591	MARINES REIS	00/00/0000
4308	MAYELLA DE AQUINO MACIEL DA SILVA	11/04/1983
1937	MONALISA HELENA XAVIER DA SILVA MOREIRA	18/10/1984
2772	NICOLI CRISTINI CERON	12/07/1993
3409	PATRICIA ANTUNES DE LIMA PICCOLI	04/02/1982
1971	PATRICIA LAURINDO DE MATIA	18/02/1988
48	RAFAELA BUYNO DE OLIVEIRA	05/03/1988
3946	RAQUEL DE GOES	28/02/1981
3937	ROBERTA MOREIRA LUIZ	14/09/1979
438	ROSELI DE LURDES MORAES	14/07/1972
763	ROSEMERI TRAGANCIN GUSATTO DA SILVA	22/07/1985
4378	ROSIRLEI ANTUNES DE LIMA	04/12/1982
644	SANDRA REGINA DOS SANTOS PRIMON	22/03/1972
1548	SIBELI APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA GRANDO	16/01/1983
4086	SIMONE MACHADO DE QUADROS	03/11/1978
2233	SIMONE RUIZ DE MEDEIROS SALLES	27/03/1983
1743	SIRLEI CLARICE COCCO MOREIRA	05/07/1981
1589	SIRLEI THIBES	23/01/1973
3026	SOLIANE ALVES RIBEIRO	21/09/1993

1276	SUZI DONATTI	10/05/1983
2703	TALISSA BUZZI	09/09/1990
4534	TALITA ADRIANA FELIX	26/08/1996
3398	VALNEIZE APARECIDA TOIGO	11/10/1985
900	VANESSA RIBEIRO SILVEIRA	15/01/1988
538	VANIESSA LINS TABORDA	14/09/1980
1175	VERONICA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	20/03/1983
Cargo: Técnico de Informática		
Total de Homologados: 22		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
3441	ADILSON SILVA COELHO	23/09/1979
3540	ANNA CRISTINA CORREA COUTO	03/11/1981
3888	DIEGO LAGOS	25/11/1996
4042	EDUARDA BRUNA MAURER	15/12/1988
532	ENEIAS OLIVEIRA DE LIZ	26/04/1979
1127	GABRIEL NUNES DE OLIVEIRA	29/08/1987
4022	GUILHERME ZEMBRANI RECKERS	07/06/1993
235	JACQUELINE PAGNO RAMPON	17/06/1986
2937	JESIE DA ROSA	01/11/1989
3148	JONATHAN WILLIAN DE FREITAS	23/04/1994
3601	JOSE CARLOS OLIVEIRA PEREIRA	06/12/1984
968	JULIO CESAR NEIS	29/06/1996
3631	LEONARDO MENEGUZZI	12/06/1997
123	LUAN CENCI	12/05/1992
2055	LUAN SIMON	07/08/1996
3798	LUCAS EDUARDO GOMES	08/06/1995
3645	LUCAS LANFERDINI CHRIST	17/09/1985
326	MATHEUS FABER	23/01/1994
869	MILTON CESAR ZONTA	12/05/1988
1270	PABLO WILLIAN STRAPAZZON	06/08/1990
2181	PHELIPP FERREIRA DA SILVA	27/08/1996
1934	RAFAEL FERNANDO LISZKIEVICH	18/06/1985
Cargo: Técnico Eletricista		
Total de Homologados: 24		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
35	ADALBERTO ROQUE DOS SANTOS	23/02/1992
2677	ADAO ANTUNES DA SILVA	08/10/1981
3968	ADIR ESPEDITO ZANOL	03/06/1985
337	AGENOR RIBEIRO BORGES JUNIOR	24/09/1979
848	ALYSSON MOREIRA DA SILVA	26/06/1997
185	DAVID GALDINO	15/05/1986
2689	DIONISIO ALVES RIBEIRO	08/02/1986
2835	EDSON FERREIRA LOPES	17/06/1983
954	EVERTON ANTUNES DE LIMA NEGRETTI	07/06/1994
4046	EVERTON ZOTTIS	02/10/1985
3473	LUCAS MACHADO LUSSI	27/11/1993
4100	LUIS ABGAR SIQUEIRA DA ROSA	28/12/1988
1536	MARCOS LUIZ ZANINI	28/12/1981
1639	RAFAEL FERREIRA SIMIONATTO	09/01/1990



4122	RAFAEL SOARES	07/07/1976
4583	RONI MARCOS DEON	25/02/1985
693	SAMANTHA VEDOVATTO RAYZER	21/04/1994
602	SERGIO DA FONSECA	18/08/1973
2721	SIRLEI MARIA CARNIEL	19/07/1979
3442	TOBIAS DA SILVA VIECELI	05/12/1993
2690	VALTER KOZLOW JUNIOR	28/08/1981
4316	VILMAR DIAS DA SILVA	24/05/1975
4575	WANDERSON BRESSANELLI FERREIRA	21/10/1995
4321	WILLIAN CRISTIAN ALVES DE OLIVEIRA	21/02/1992

Cargo: Técnico em Radiologia

Total de Homologados: 19

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3393	ALEX MOURA SANSON	20/09/1982
2671	BEATRIZ CONCIO	25/02/1992
4227	CLAUDIO MARCELO NHOATTO	30/10/1968
221	CLOVIS LEANDRO CRESTANI	15/03/1985
2454	FELIPE AUGUSTO MARTINS	05/02/1993
963	KATIA PISA	05/05/1991
3769	MARINES DE FATIMA CANALLE	12/07/1970
4332	MARIZETE DOS SANTOS PAUVELS	01/12/1969
1546	MICHELE DA SILVA EUGENIO	24/08/1982
302	MICHELLE ANELIZE CANDEIA	01/08/1981
1962	PAULO CESAR PIRES DAQUINTO	28/01/1974
3283	PEDRO LUIZ DANI RINALDI	26/04/1985
3812	ROSILI PANATTA	15/11/1985
2385	SANDRA SELENI SCHULTZ	13/07/1961
1919	SOLANGE SCHADE	06/08/1985
4116	TEREZA CRISTINA GOULART RIBEIRO	28/05/1981
4017	UILIAM MARIANI	24/08/1988
4197	WILHELM JOSEPH FEITEN	30/06/1980
2109	WILLIAM CARLOS CARDOZO	28/04/1984

Cargo: Técnico em Segurança do Trabalho

Total de Homologados: 29

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3155	ADILSON PAULO MATTEVI FILHO	30/12/1985
3547	ANA PAULA MENDESCORREA	21/01/1985
4247	ANTONIO DE OLIVEIRA	24/11/1974
3028	CEDIANE ZANETTI	02/12/1995
822	DAIANA ANTUNES BERTOTTO	25/03/1990
4158	DEBORA LINS DA SILVA WEBER	08/02/1990
4472	EDUARDO XAVIER DE OLIVEIRA	30/03/1990
1428	ELIDES RISSARDI	27/11/1972
2895	ELIZABETE SPAUTZ	18/05/1993
3240	ELTON RICARDO STECIUK	18/04/1985
535	FABIO JACQUES DE SOUZA SANTOS	22/05/1979
4390	FERNANDO DA SILVA	12/02/1980
4397	GABRIELA PERAZZOLI	20/06/1996
7	JESSICA CAROLINA CAMOZATO	21/04/1996

2139	JOAO VIEIRA	30/09/1979
942	JOSIANE CRISTINA NUNES FERREIRA	09/05/1987
2425	JUCENA ILHA	12/12/1974
1503	JULIO CESAR REBELATTO	24/01/1992
57	KARINA ARIOTTI	21/05/1987
3201	LEONARDO BELOTTO CANTELLI	10/04/1995
2517	MAIRON LEONAM RIBEIRO	17/08/1989
4423	MARISTELA PIAZENTINI	17/09/1985
260	PAMELA CRISTINA DA SILVA	05/01/1991
984	ROBSON JOSE RIBEIRO BORGES	01/05/1985
1507	SIMARA PARISE ROSATTO	15/03/1991
4107	SUELEN DOS SANTOS GRASSI	16/10/1993
142	TAINA MOGHRABI	02/01/1996
534	THAIS CRISTINA TIEPPO	03/11/1996
3223	VIVIANE PELLIN RAMPON	24/10/1994

Cargo: Técnico em Vigilância Sanitária

Total de Homologados: 21

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
2641	BRUNA SANTIN	31/05/1991
98	CLAUDIA MENGATO GRAZZIOTIN	13/09/1983
2737	CRISTIANE NAGINSKI	11/04/1988
4029	DAGMAR BRACELLO BATISTA	30/11/1977
412	DIANA PEROSA	29/05/1980
1886	DIRCEU ANTONIO RIBEIRO	15/11/1966
4508	FERNANDA PASQUAL	24/03/1987
1778	GEOVANI ALVES	31/08/1988
3863	GREICI BERGAMO	25/02/1987
2617	GUSTAVO DE OLIVEIRA PIVA	21/10/1982
2742	GYARA CAMILA GERHARDT	28/11/1989
2168	KATIA MACARIO DA ROCHA	10/03/1993
4327	LUANA PETRY	01/10/1987
4671	MARA HELENA SANTIN SCHAUPENLEHNER	15/11/1981
3378	MARLEI DOLFES	16/09/1993
1400	MARTA VERONICA BUSS	19/06/1987
422	PATRICIA PERI	21/01/1989
1684	RAQUEL GUZZI	25/09/1981
1717	ROBERTA MEERHOLZ	21/10/1983
579	ROBSON SCHUNIG	28/04/1980
2227	RUDIMIR TRAVASSO	05/01/1960

Cargo: Terapeuta Ocupacional

Total de Homologados: 7

Edital: 002/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3522	BRUNA LUISA DE QUADRO BIGLIARDI	12/07/1986
3624	GISLAINE RISSI CARELLE	19/02/1987
4013	JOCELENE NOGUEIRA	24/06/1969
2697	LUANA RIBEIRO HENRIQUE	14/07/1990
643	LUCIANA SATIKO MORITA	12/02/1985
3621	MARIANA DUMER BORGES	01/05/1992
4599	TAYANE SILVA	19/11/1992



**ANEXO II**  
**DECRETO Nº 11.314/14**  
**EDITAL Nº 002/14**

Cargo: Especialista em Educação		
Total de Homologados: 15		
Edital: 003/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
779	ADILSO BENELLI	04/07/1964
2230	ANA CAROLINA CAGNIN ZITTERELL	06/02/1990
549	ARICLER DOMINGUES PEPES	14/02/1980
3254	ARIELLY DE KASSIA DURLI FONSECA	23/02/1983
982	CARMELITA SCUSSIATO VANZ	10/12/1972
3890	DEOCLECIO CRUZ DA SILVA	16/02/1976
3435	DEUSHYLENE DE JESUS FERREIRA DURANS COELHO	11/05/1985
2917	ELISANGELA GONCALVES DOS SANTOS	29/08/1978
1806	FABIANA CANDIDO BONEZ DE MELLO	20/11/1980
4059	IEDA MARIA FERREIRA RUZZA	18/10/1970
215	JORGE LUIZ GONCALVES	14/08/1986
2124	LIANE REGINA VIVAN GROLLI	20/01/1976
3478	MARILDA WOLINGER DE PAULA	18/09/1963
3587	PATRICIA FAQUIN	21/02/1991
4080	VÂNIA NEZI	26/09/1976
Cargo: Professor - Área de Atuação: Artes Ensino Infantil e Fundamental		
Total de Homologados: 21		
Edital: 003/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
2094	ALINE MORGANTI PINTO	05/09/1985
2303	ANA CARLA CORREA DA ROCHA	29/08/1980
1839	ANA PAULA PONTEL	27/11/1987
4407	ANGELA MARIA SOARES	03/11/1980
1898	CINTIANA APARECIDA RODRIGUES REINHOLD	31/01/1983
2459	CLACIR STIEVEN ARAUDI	06/07/1966
2801	DEBORA MARIA GOULART BUDO LORENZZONI	10/07/1961
2854	DERLI DE OLIVEIRA CORREA	19/10/1968
2306	ELIANE CRISTINA ANTUNES SALLES	25/12/1974
4628	ESTELA MARIS ALBUQUERQUE	04/01/1956
748	IVANIA APARECIDA DE OLIVEIRA SCHUCK	11/12/1975
3913	KARINA CHIARANI FACCIN	09/12/1981
3493	LARISSA LANIESKI	02/09/1987
740	LETICIA THOMAZI	10/04/1991
3427	MARCIA FERREIRA LOSS	27/05/1976
408	MARINEI APARECIDA CARDOSO SALDANHA	12/04/1979
3598	PATRICIA FAQUIN	21/02/1991
4125	SABRINA PESSIN	15/10/1979
640	SIDNEI MORAIS DE LUCENA	28/09/1965
1737	SILVIA SALETE OLIVO	02/09/1982
3560	SUZANA DOARTE NADAL	29/09/1973
Cargo: Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental		
Total de Homologados: 79		

**Edital: 003/2014**

Inscrição	Nome	Nascimento
4318	ADILSO ADRIANO TEIXEIRA	09/01/1991
3501	ALAN PARIZZOTO	10/03/1987
3544	ALEX BRUNO GASPARELLO RIZZOLLI	26/02/1983
2250	ALYSSON WOIGT	17/06/1983
2463	ANA CLAUDIA CARVALHO DOS ANJOS	24/09/1988
1628	ANA PAULA MECABO	03/03/1991
3869	ANDERSON BENEDETTI	30/12/1980
4662	ANDRE KUBIAK	09/04/1986
4444	ANDRE TADEU VACCHI	08/06/1984
3186	ANDREA MARIA RIGO	28/08/1981
2252	ANDREIA CORRENT	22/06/1989
1757	ANDRIELY GUSI	24/01/1993
1409	ARIELA FANTIN CAVALLI	03/05/1981
4118	BRUNA ZANELLA	02/09/1990
662	CAMILA NODARI STIRMA	03/06/1981
4077	CARINA DE SOUZA MACHADO	14/06/1987
3365	CARLA SANTIN MANENTI	08/05/1984
182	CICERO ANTONIO CARDOSO	16/05/1992
2358	CINDI CRISTINA ESPIG	01/03/1967
713	CLAITON SEVERO	30/11/1989
3881	CLEDER DOS SANTOS	29/05/1991
864	DAIANE PATRIK SOARES	26/01/1988
270	DAIANY DA SILVA MONTARROYOS	11/11/1987
1474	DAMIANA BENEDETTI	13/03/1991
4279	DANIEL LAURI SCHNEIDER	31/07/1979
4533	DANIELA RISTAL	28/02/1985
1663	DANIELA ZAGO	16/01/1987
3288	DANIELE CARLOS DA SILVA	06/02/1987
1695	DEBORA TURMINA	03/07/1991
3428	DIONATA BACHER	20/12/1990
3047	DOUGLAS WANDERSON ULIANO	06/04/1989
2583	EDSON BARRETO DE GOIS	08/12/1981
3741	EDUARDO ALISSON SPORR	04/07/1977
2221	ELIAS MOREIRA RAMOS	19/05/1983
2344	ENDY LUCY MULLER	25/02/1983
1694	EVERTON HENRIQUE ASCARI	24/03/1988
3197	EWERTON SANTANA DE CARVALHO	07/01/1990
2423	FELIPE ALOISIO CRUZ	25/07/1985
4371	FRANCINALDO JUDYSON GOMES DA SILVA	31/01/1985
498	GENIFER NAYMA PERAZZOLI	02/01/1993
1525	GIOVANA CROTTI	16/10/1985
1951	JACSON ANDREI CARDOSO	30/01/1991
3176	JAQUELINE MARIA MENEGUZZI	28/08/1982
586	JAYSON LUIS OLIVEIRA LUCKMANN	06/11/1978
4539	JOAO LEONARDO CARDOSO	04/02/1985
1631	JONATAN DA CAMPO	03/04/1993
3373	JOSIANE BISOL	14/05/1987
2190	JOSILEI BARRABARRA DOS ANJOS	07/08/1987
3048	JULIANA BERNEDETTI	05/02/1987
4518	KARINI DEMENECH	28/02/1993
3571	KARINI MARIA DOS SANTOS	14/05/1986



4608	KATIA JULIANA DE LARA	23/01/1991
3052	LARESSA PAZIN	01/11/1985
135	LEILA CRISTINA FINK MARQUES	24/08/1986
3391	LEONICE SCAPINELLO	04/09/1964
697	LUCIANA KRAMER	25/02/1978
2544	MARCOS JOSE GOMES DE CAMPOS	02/11/1978
2105	MARIA CRISTINA DE ALMEIDA	05/10/1985
472	MARIANE LUIZA VANZ	12/03/1992
2727	MARINA ELENA BUSS	30/01/1991
2317	MARINA EPELING	31/03/1992
2860	MARIZA TEREZINHA CAVICHIOLI FRIGIERI	04/08/1969
4330	MATHEUS PAGANINI	13/06/1991
152	MIGUEL GUSTAVO REIBNITZ	21/06/1967
344	MIGUEL SANTOS DE PAULA	15/05/1992
656	PAULO HENRIQUE DA SILVA	12/03/1971
3554	RAFAEL DOS SANTOS CERQUEIRA	11/12/1990
2605	RAQUEL CRISTINA DANIELLI DEON	27/06/1977
3832	RICARDO LOPES CORREA	23/08/1991
1997	RITCHELE PIRES DE BRITO	11/12/1986
1153	SABRINA DO AMARAL	21/02/1991
1734	SIBELE SANTIN	27/11/1982
3054	SUSANA DANIELEWIZ ZARDO	15/02/1981
4565	TATIANA FERREIRA LOPES	06/03/1987
1197	TATIANE DI DOMENICO	08/11/1976
2807	THAIS PERETTI PERONDI	13/03/1994
367	TIAGO ANTONIO VAZ	20/08/1988
3467	VALDECIR SDOS SANTOS	10/06/1978
2948	WAGNER FERNANDO BOGONI	26/03/1993

Cargo: Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

Total de Homologados: 158

Edital: 003/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
2326	ADRIANA ANTUNES DA SILVA	30/05/1979
3321	ADRIANA FERLIN	08/12/1993
1928	ADRIANA TERESINHA DA SILVA VOIDA-LESKI	04/04/1974
1556	ALINE APARECIDA DA SILVA TEDESCO	16/09/1989
1669	ALINE MEZAROA	25/04/1986
2878	ANA CAMILA RIBEIRO DE DEUS	05/05/1992
338	ANA CAROLINI GOMES VANZ	01/03/1986
3286	ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI	21/03/1981
1050	ANA CLAUDIA VIERO	23/03/1986
3850	ANA PAUAL CANDIAGO	30/01/1994
4106	ANA PAULA MORAES	03/01/1981
1851	ANDREA FOZ CAROPREZO	17/05/1986
1623	ANDREA JULIANA GOMES DE OLIVEIRA TITON	18/05/1977
2740	ANDREA SANTOS DE OLIVEIRA	30/08/1982
3411	ANDREIA RAMPON PELLIZZARO	26/11/1993
2556	ANDREIA RIBEIRO BORGES	22/02/1975
733	ANDREIA TERESINHA MORESCO	01/05/1985
3183	ANDRESSA APARECIDA ROSA	11/10/1992
1362	ANDRESSA DOS SANTOS GUIMARAES	26/08/1993

1085	ANGELA ANTONIA MORESCO	09/09/1987
3503	ANILDE ANZANELLO DE BORTOLI	19/06/1980
2188	BARBARA DE FREITAS WEIGERT	07/02/1991
1218	BEATRIZ ALVES DE OLIVERA	21/09/1993
937	BERNADETE MELO ZENERE	01/08/1962
2120	BRUNA MANTOANI	31/03/1989
663	CARIM KEROM MUHLBRANDT	11/08/1994
2128	CARMEN REGINA DE OLIVEIRA DALMOLIN	17/05/1978
1517	CASSANDRA SOARES BALESTIERI	25/03/1976
1509	CASSIA REGINA ZANINI	11/12/1979
3173	CERES MIDDING	19/12/1985
3056	CIRLEI VERANA BIRNFELD	25/10/1981
4	CLAUDIA RAQUEL DA SILVA	23/05/1988
3320	CLEIA REGINA GARCIA	18/05/1979
2546	CLEUSI ELISE ROCHA	03/05/1967
3000	CLEVIANI RIGO	11/02/1991
2189	CRISTIANE DE ALMEIDA LARA FIORELLI	10/07/1982
143	CRISTIANE DE FREITAS CASAGRANDE	09/10/1989
2991	CRISTIANE ROSKAMP DE SOUZA MACIEL DE OLIVEIRA	06/03/1990
3374	CRISTINA COELHO DE FREITAS CASA-GRANDE	18/03/1971
3330	CRISTINA PICCOLI	26/06/1984
3889	DAIRA RAISER DA CRUZ DA SILVA	25/02/1982
3383	DANIELA DE BAIROS CERON DE MERA	25/01/1981
1916	DANIELA GEMELLI PIACENTINI	03/11/1982
1315	DANIELA MEDEIROS DOS SANTOS STEDILE	18/03/1980
4182	DANIELE GALLI BRESSAN	17/02/1975
2558	DANIELI JULIANE BERTI PANIGAZ	14/12/1987
2782	DIRLEI FADANNI	05/12/1966
2877	DIVONETE THIBES ESTREME DUARTE	17/06/1978
2747	DRIELI FINGER MORESCO	17/04/1986
446	EDELGARTH IRMA MOLDENHAUER	17/02/1967
2855	ELIANE APPI LEITE	24/06/1980
341	ELIANE DE ALMEIDA	07/06/1987
4202	ELIANE PONTE ZAMPRONIO	01/07/1977
4062	ELIANE RIBEIRO	17/04/1965
2115	ELIZABETE CANONICA RISSARDI	11/02/1974
146	ELIZETI ZANI FRARAO	25/01/1972
744	ENIZA COSTA MOREIRA	19/06/1982
3977	EUNICE APARECIDA GUARNIERI	11/12/1979
3001	EVA SALETE BORGES	23/08/1960
457	FABIANE FRENZEL	12/07/1988
2088	FERNANDA APARECIDA SCUSSIATO	18/03/1989
3419	FERNANDA FREITAS SUBTIL	05/01/1978
2853	FLAVIANE MARAFON BALEM CANONICA	14/01/1985
2063	GEANE CRISTINA FERREIRA MENDES	01/12/1982
2592	GISELE APARECIDA CARELLI	27/07/1987
1180	GISELE DE ALMEIDA	18/07/1981
2276	GISELE PONTES BOEIRA	20/05/1990
1057	GRACIELI MEZAROA GUERRA	23/03/1981
1166	IVANIR BRIDI LANDSTEINER	20/01/1963
3070	IVETE APARECIDA GALON	09/07/1978
1840	IVETE BRESOLIN	29/01/1973



62	IVONETE APARECIDA DOS SANTOS GONCALVES	31/03/1984
609	IZALETE APARECIDA ESTEFFEN	31/01/1987
1314	JANE DE FATIMA FURTADO CORDOVA PEREIRA	15/03/1973
1243	JANETE BATISTA DOS SANTOS	18/04/1983
4613	JANETE GUEL	19/06/1985
126	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	15/02/1973
2760	JENIFFER THAIS SEMAM TELLES	21/10/1992
1035	JOSIANE GHELLER	03/03/1987
2957	JOSIANE MOREIRA RODRIGUES	19/12/1994
475	JOSIANE PRIGOL	22/11/1994
2706	JUCIONE APARECIDA JOSE PETRY	27/05/1971
3725	JULHANA CRISTINA DE MATTOS	08/01/1979
1475	JULIANA ELOISA SINIGAGLIA	26/03/1986
1500	JULIANE DE CAMARGO ZIMMERMANN	15/07/1987
4334	JULIANE DE MELLO DA SILVA	04/11/1984
2543	JUSELES DEON ARIOTTI	16/02/1978
2578	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	30/05/1977
4253	KATIA BOROSKI	23/06/1977
3471	KATIA GOTTSSELIG	06/05/1987
3972	KELY APARECIDA BRANCALIONE	07/04/1982
1530	LEIA REGINA BEHREND	24/06/1979
2046	LILIAN DENIZE BOGONI	06/08/1980
1534	LINDAMIR APARECIDA RALDI	05/03/1967
3137	LORENI DE OLIVEIRA DIAS SILVA	04/01/1976
272	LOURDES FELCHICHER	15/08/1964
2837	LUCELIA PONTES	12/06/1980
530	LUCIANA SCOTTON TIEPPO	17/07/1979
4163	LUCIANE CATARINA CARNEIRO	10/08/1978
2293	LUCIANE CORREA DA ROCHA	01/09/1978
3545	LUCIMAR CASAGRANDE DOS REIS	02/01/1984
1250	LUCIMARA BARONCELLO	19/08/1989
806	LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA	24/01/1991
2146	MAIULI KELI DA SILVA	24/01/1984
2236	MARCIA APARECIDA FERRANTI GEMELLI	07/01/1980
2234	MARCIA DALLA PICCOLA LEONARDO GAIO	18/05/1984
939	MARI FATIMA GONCALVES SCHIPANSKI	11/11/1971
1159	MARIA ALZIRA PEREIRA DIAS	14/08/1963
2481	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA DE ARAUJO	20/05/1969
1412	MARIA APARECIDA RIBEIRO NORDIO	15/03/1960
2996	MARIBEL GUSI	25/08/1974
1471	MARILDA COSTA	22/01/1971
149	MARILENE DE FATIMA DO PRADO	22/02/1989
159	MARILI APARECIDA DO PRADO	02/11/1981
780	MARILSE PRIGOL	18/05/1970
4574	MARINA CORNELLI	09/10/1985
1864	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	20/08/1973
2492	MARISTELA DAL MOLIN PEROSA	17/02/1965
2516	MARIZETE FATIAM GAIO	15/03/1975
4002	MARLI HOLDEFER BENDER	24/03/1985
1120	MARLI APARECIDA DA ROSA	02/07/1970
4431	MICHELE PATRICIA ANDREIS DA MOTTA	12/01/1978

1922	NEIVA DUTRA BORGIA	02/05/1972
4098	ODETE MEIMBERG	22/02/1978
3124	PAMELA REGINA GAMBATO	10/08/1985
3160	PATRICIA DOBLER	16/05/1988
276	PATRICIA FABIULA BRESCIANI	01/07/1981
3454	PATRICIA GONCALVES DIAS	18/09/1985
3164	RACHEL SIMONE MENEGUZZI MANENTI	21/09/1976
3499	RAFAELA CURUCA	08/10/1992
4347	REGINA DE FARIAS BATISTA	07/04/1981
2309	REGINA MARIA ZANON LARA	24/04/1986
4276	REJEANE ARIOTTI	04/08/1990
3485	RENATA MIOZZO GRASSI	07/04/1990
2360	ROSANA APARECIDA COMACHIO	30/07/1978
3107	ROSANA APARECIDA TESTA DE OLIVEIRA	10/09/1980
801	ROSANGELA LIMA DA ROCHA	19/10/1976
4595	ROSANGELA SCHUVAIZERSKI DE OLIVEIRA	07/11/1979
2880	ROSE SCHOFFEN PERGHER	09/01/1979
3747	ROSELI APARECIDA DE PAULA	31/07/1982
1244	ROSELI DE OLIVEIRA DIAS DA MOTTA	31/10/1974
3928	ROSIMAR APARECIDA SCAPINELLO PITT	30/07/1973
2713	SHEILA ROSTIROLA	04/08/1978
800	SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON	26/05/1974
3861	SILVANA APARECIDA ANDRIGHETTI	26/07/1980
2954	SIMAIQUI TERESINHA DOS SANTOS	23/12/1984
3191	SIMONE CRISTINA DOS SANTOS LOPES	20/05/1985
2171	SIMONE LUIZA MANENTI SERAFINI	08/02/1980
988	SIRLEI LEONILDE TURCO VIECELI	26/08/1967
1105	SIRLEY TEREZINHA HAAS	04/07/1951
1827	SONIA SIQUEIRA DE GODOY	15/05/1990
331	SUZAMARA MARIA STACHELSKI	05/12/1980
3252	TACIANY RIBEIRO ALVES	13/01/1980
592	TATIANE OGLIARI	25/01/1987
2282	TERESINHA LOURDES CERON	10/07/1972
824	VANESSA CATIA MAFFEISSONI	19/07/1984
700	VANICE FRARAO	27/06/1981
262	VANUSA APARECIDA CORREA	17/12/1990

Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais (Ciências)

Total de Homologados: 16

Edital: 003/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
3361	CRISTIANE CARINHATO	06/05/1989
3811	DAIANE XUMADELO DE SOUZA LEAL	13/08/1989
3531	DENISE CAREGNATO NERES	27/03/1980
1249	EDNEIA ANA UNGARATTO	22/08/1982
3355	FRANCIELI MARTINI	27/11/1985
3225	GISELE HAUWETTER	05/10/1981
3875	JAINÉ LEONARSKI	06/10/1992
3924	JAQUELINE FERRAZ	20/10/1991
3709	JULIANA MARIA SOARES DOS SANTOS	08/02/1977
1551	KATIA ZICKUHR PERAZZOLI	17/10/1986
1957	KATLIN APARECIDA HARTMANN	12/10/1991



4066	KELI MARIA BORASKI	19/03/1981
4032	LUCIMAR APARECIDA APPI	23/12/1987
2822	MARCOS VINICIUS HENDGES	03/03/1985
3032	MARIA CRISTIANE ALVES	06/06/1989
2890	MARIA FABIOLA RIBEIRO DOS SANTOS	15/03/1992
Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais ( Geografia )		
Total de Homologados: 12		
Edital: 003/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
596	ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA OLIARI	13/04/1974
3498	AMAURI DE BARROS JUNIOR	10/04/1984
4258	BRUNA MARCOS VELHO	05/10/1992
4244	CLAUDETE DE QUADROS SANTOS	02/07/1980
507	CRISTIANE LAUTENSCHLAGER	10/09/1981
1724	DEJANDIR OLIVIO	11/01/1971
2086	DINAMAR BEFFART BAZEGGIO	28/06/1971
3257	EDGAR PITT	07/11/1965
1632	MAYSA APARECIDA GORONSKI	18/06/1992
2657	MONICA LOPES SCHNEIDER	03/03/1974
3517	NEUSA APARECIDA GONCALVES LINS GUZZI	19/04/1965
2951	VANDERLEI PIRES	20/06/1984
Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais ( História )		
Total de Homologados: 15		
Edital: 003/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
2285	ALMELINDO PADILHA	13/10/1979
140	ARTHUR LUIZ PEIXER	09/11/1992
621	DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA	23/04/1990
898	ELIAS MACHADO	25/04/1971
1624	ELIAS MACHADO	25/04/1971
3915	GEISE ELIZANA BRANDINO	30/04/1992
2001	JULIANA NAGANO	01/05/1977
2770	MAIKE AMANCIO ZEIGLER	25/01/1988
1208	MAURICIO PENSO	12/04/1952
2450	RAFAEL ASCARI	12/10/1981
716	REGINALDO JOSE MELLO	24/11/1988
2258	RICARDO JOSUE SILVEIRA	18/09/1977
2107	RODRIGO RIBAS DA SILVA	05/10/1986
1573	SERGIO DIMAS BELLOZUPKO	24/12/1960
3800	SIBELE APARECIDA APPI	08/04/1986
Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais ( Língua Portuguesa )		
Total de Homologados: 12		
Edital: 003/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
3363	ADRIANA RAMOS DE SOUZA GUSI	27/01/1976
2971	ANDREA CAROLINE DA SILVA	23/06/1986
1713	DAIANA CRISTINA PEDRO	12/07/1981

3816	FABIANE BERTÉ	30/10/1977
2593	GELCI MARIA MATANA	15/08/1983
4655	GRAZIELA AMANCIO DA SILVA KUBIAK	16/02/1981
2350	ILENIR DE OLIVEIRA FADANI	12/11/1962
4004	ISABELA CRISTINA FRANCO JACO	29/11/1973
1904	JANICE LIRA	26/01/1980
1542	MARLOVA RAMOS MEZALIRA	30/12/1979
1047	VANDERLEIA CONCEICAO DE OLIVEIRA	10/01/1978
2129	VANIA REGINA FRIZON DOS SANTOS	21/04/1982
Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais ( Matemática )		
Total de Homologados: 26		
Edital: 003/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
1494	ADRIANA MOTTER	16/09/1980
1857	AMAURI JOEL SCAPIN	27/03/1979
3112	ANDRE FERRONATO	21/09/1988
2474	CAMILA BOLZAN RAMPON BEVILAQUA	11/04/1989
3643	CLEUSA ALVES DE LIMA	15/11/1983
2920	CRISTIANE TURRA	08/05/1990
739	DAVI CEZAR DA SILVA	07/02/1981
1755	EDUARDO ESTEVAO DE BARROS FILHO	17/08/1962
3105	ENOQUE DA SILVA SOBRAL	22/07/1991
1302	IZAURA NATALINA CRINXENOWISCK DETONI	24/12/1983
1541	LAIS BONIATTI	02/06/1987
985	LEIDI CRISTINA KNECHT	05/02/1988
3749	LEONICE MARIA COITO	24/07/1974
501	LUCIANE KAZMIERCZAK	24/06/1989
1117	MARCOS ANTONIO DA SILVA CANDIDO	28/03/1985
4333	MARILIA ELIANE PRESTES	28/08/1991
2397	MARITANA LUCIMEIA PASQUALIN GHELLER	07/05/1975
4545	MAURICIO RINALDI TRAGANCIN	19/04/1983
903	NEIVA LUCILA CARELLE	05/01/1962
3649	NILSO HEINECK	10/09/1969
1999	PATRICIA LESS	07/03/1989
179	RAFAELA MARCHIORO	23/03/1984
4597	SILVANA QUAGLIOTO	29/05/1981
3281	VALDECIR BARETTA	27/01/1962
1807	VALERIA WEISS SOMMARIVA	20/04/1981
1837	VERIDIANA DI DOMENICO	04/01/1992
Cargo: Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais		
Total de Homologados: 133		
Edital: 003/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
1309	ADAIANA CAMILA WEISS FALETTI	24/01/1989
1655	ADILES SALUTE STIRMA BEVILACQUA	21/11/1967
2142	ADRIANA GORETI MENEGON	27/12/1985
2873	ADRIANA REGINA SCHNEIDER PERGHER	22/05/1977
3110	ALINE PINHEIRO	31/12/1987
2290	ANA MARIA SETTI	15/09/1981
689	ANDREIA GEMELLI SIMIONI	11/04/1979



3607	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	19/03/1988
3146	ANTONIA MARIA ANTUNES	23/02/1960
3125	AQUILA ARCARO	20/09/1984
2834	ARIANNY DURLI FONSECA	16/03/1990
552	ARICLER DOMINGUES PEPES	15/02/1980
831	BEATRIZ PADILHA DOS SANTOS	05/04/1966
2912	BERENICE PERETTI	29/12/1979
1803	BRUNA GAIO SERAFINI	31/03/1992
3071	CAMILA REGINA ROSTIROLA	01/07/1990
141	CARINE REJANE LIMA FELISBERTO	26/08/1971
1185	CARLA MORO BALDISSERA	20/12/1990
2464	CAROLINE MUHLBRANDT VENDRAMINI	10/08/1984
4339	CELIA INHAIA AMERICO	14/01/1982
2175	CELIA TEREZINHA GUZI ANZANELLO	11/04/1970
2551	CIBELLE CERON DA ROSA	29/08/1980
2027	CLAUDIA APARECIDA RAMOS	15/03/1971
615	CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE	28/06/1977
3042	CLAUDIA MEDEIROS	02/06/1979
2364	CLAUDIA WALBER NOVELLO	07/05/1972
2013	DAISY NICE UGOLINI RIGO	10/12/1980
1607	DANIELA SCHULTZ	20/05/1984
2989	DANIELLA BISCOLLI RIBEIRO	27/11/1974
1815	DAYANE SOPPELSA DA SILVA	08/12/1985
4070	DAYSE VIVIANE FERREIRA DE DEUS TRENT	02/08/1980
1341	DULCIMAR TEREZINHA CARDOSO	06/12/1983
1668	EDINA MARIA MORO	07/03/1973
478	ELAINE FATIMA DE ANDRADE MATIAS	22/10/1972
1394	ELAINE REGALIN	10/09/1973
925	ELEANE TERESINHA KOEFFER BOESING	01/06/1982
4305	ELENICE PAULA SANTOLIN	14/01/1983
3339	ELIANE DE FATIMA CORDEIRO	11/04/1973
2240	ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA MEZAROB	22/12/1976
2060	ELIANE MARIA TUCLINOVICTCH	28/09/1973
1775	ELIZA KOZLOW NESI	12/05/1976
3162	ELIZABETE MAZIERO	09/04/1978
4340	EUNICE DA APARECIDA SALES DE QUADROS	27/12/1975
3402	EVA MARISTELA TELES REZENDES	09/10/1973
682	EVANILDE MARIA MANTOANI CONTE	10/03/1965
2466	FABIANE JARDIM	06/06/1990
2932	FABIANE SOVRANI FERNANDES	09/09/1986
3131	FERNANDA APARECIDA FERREIRA DE DEUS	11/02/1987
948	FERNANDA CRISTINA POZZAN	15/02/1981
1135	FERNANDA DE BORTOLI	12/12/1977
3796	FERNANDA ISABEL BOM MORANDO	26/04/1974
2073	FRANCIELE FATIMA WEBER	18/06/1982
2588	FRANCIELE TESTOLIN	28/07/1981
1269	FRANCIELLE POSSERA	07/05/1994
2018	GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA BUSANELLO	02/07/1972
996	GIOVANA CARDOSO PATRICIO	25/05/1989
4207	GISELE TRANCOSO DOS SANTOS	06/08/1982

2307	GLACI BUSANELLO GANASINI	27/09/1965
3184	GRACIELA APARECIDA MEISTERLIM	26/05/1977
932	GRAZIELE BOGO	07/11/1988
3986	IARA APARECIDA ANDRADE WEBER	22/08/1969
3739	ILIANA AURORA DOS SANTOS SCHULER	25/05/1965
2868	INES BAVARESCO	14/09/1966
2311	ITAMARA ZILDA BENTO BRUNETO	20/07/1976
2325	IVANA REGINA BELLINCANTA	21/11/1968
3171	IVANIR SALETE WARTHA BALBINOT	23/09/1970
1333	IVONETE APARECIDA VICENTE	03/12/1974
1505	JAINE PATRICIO	12/06/1992
791	JANAINA APARECIDA REQUES	14/12/1979
1010	JANAINA VENTURA	03/07/1981
1882	JANETE TEREZINHA DE MELLO	22/11/1973
2866	JAQUELINE CRISTINA SCHNEIDER DA COSTA	26/04/1968
2497	JAQUELINE DE FATIMA ROCHA	26/07/1989
2127	JESSICA MUSSOLIN	10/08/1991
814	JOCEANE FURCKEL	18/06/1991
2611	JOCENEIA MARIA GELINSKI BORGES	04/05/1985
3220	JOICE FATIMA BORLIN GRIGOLO	31/12/1969
2795	JONASSA MEZAROBBA	13/06/1990
2804	JOSIANE APARECIDA ZAGO	20/09/1985
4239	JOSIANE DE SOUZA BORGES	03/02/1984
3690	JUCELIA CLaura DALAMARIA VIER	11/07/1976
1666	JULIANA NUNES	22/04/1985
1783	JULIANA SILVA DOMINGOS	10/07/1988
3169	JUSSARA BROL	17/05/1972
2468	KATHIUCIA RAPHAELLA BENETTI	06/03/1981
4307	KELLY ADRYANA GREEF DOS SANTOS	14/07/1987
3255	LELI JANAINA CENCI	03/02/1988
1237	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	30/06/1976
3069	LEONICE PIMEL SALGADO	02/05/1978
3599	LUCIANA AHRENFELD HACK DA SILVA	10/10/1988
3358	LUCIANE DA ROSA	17/02/1986
396	MARCELO PERIN	24/12/1980
132	MARCIELE RIBEIRO	11/12/1980
3258	MARIA APARECIDA ALVES CORDEIRO	17/04/1963
4142	MARIA GORETE GALON MARTINS	29/11/1967
3744	MARIA SALETE BETTEGA	27/06/1957
2487	MARIA TERESINHA MILAN DA SILVA	08/08/1979
4476	MARINEZ DA ROSA	14/07/1975
2509	MARLI TEREZINHA RIEDI	07/09/1975
1789	MAYARA MARIA ARIOTTI	31/08/1989
787	MIRIA APARECIDA GUZI	03/01/1991
2861	MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL	17/05/1982
3095	MIRTE POLI	19/01/1979
2885	MONALISA APARECIDA BATISTA	03/12/1976
2901	NILSEIA APARECIDA LEMOS	21/11/1976
1044	OLIVETE PEROSA DE MELLO	23/06/1981
2012	PATRICIA CARMEM SCHNEIDER PICCININ	05/10/1979
3672	PATRICIA FAQUIN	21/02/1991
3856	REJANE LUCIA GHEDINI	13/03/1965



175	RENATA PADILHA DE ANDRADE	14/11/1974
1555	ROSANGELA COSER	08/11/1973
2750	ROSANGELA SOARES RUBINI	29/11/1969
254	ROSANGELA ZANCAN	11/02/1976
786	ROSELI DOS SANTOS	18/10/1978
4377	ROSELI SCHOFFEN	09/01/1979
936	ROSIMAR PEREIRA DA SILVA	03/08/1976
1046	SABRINA PESSIN	15/10/1979
3251	SANDRA DE FATIMA DE SOUZA	21/02/1971
266	SANDRA ROSILENE STOECLE FRANCOZO	27/12/1975
3635	SANDRYMARA RODRIGUES DA SILVA	08/08/1984
3017	SILVANA LINS BERGAMO	26/04/1979
3100	SILVANA RAQUEL SANTOS	16/08/1971
3845	SIRLEI CENCI	06/11/1967
2865	SIRLEI CRISTINA ZAGO	08/12/1984
1498	SOLANGE AP DIAS DE CAMPOS	29/03/1978
3178	SOLANGE SALETE PICCININ PERAZZOLI	24/05/1973
3102	TAIS CRESTANI	20/12/1976
3618	TEOLINDA PADILHA SCHNEIDER KAUL	27/11/1979
3755	TEREZINHA FERREIRA	08/10/1967
3555	THAIS IVETE KUSINSKI	01/09/1990
4414	VANIA RUI RETORE	16/11/1969
1446	VANUSA APARECIDA MELO DE GODOI	09/12/1985
3228	VERIDIANA ZANETTI	11/02/1985

Cargo: Professor de Inglês

Total de Homologados: 10

Edital: 003/2014

Inscrição	Nome	Nascimento
1067	ADRIANA DAS GRACAS BERTO DE CAMPOS	04/08/1978
3187	CAMILA DALMOLIN	09/04/1991
2874	ELETICIA MARCIANE DAL MAGRO PERAZZOLI	06/04/1988
3153	GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA	21/01/1982
3705	HANNFLEY DMYTERKO DALLAGNOL	29/07/1977
1902	LUANA DA SILVA	25/04/1992
2003	LUCIANE BALESTIERI MOURA	25/10/1973
2513	LUCIANE DOS SANTOS AMARAL	29/09/1981
648	MIRIAN TEREZINHA DELLANI	18/04/1978
3359	ORESTES JAYME MEGA	10/08/1977

## ANEXO III

DECRETO Nº 11.314/14

CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Cargo: Analista de Nível Superior		
Total de Homologados (Vagas Reservadas): 1		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
128	GILSON CASTANHO	04/12/1985
Cargo: Assistente Social		

Total de Homologados (Vagas Reservadas): 1		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
628	RUBENS RIBEIRO	09/03/1976
Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais		
Total de Homologados (Vagas Reservadas): 1		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
3714	LUCIANI CRISTINI GOMES	09/03/1976
Cargo: Fiscal de Tributos Municipais		
Total de Homologados (Vagas Reservadas): 1		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
4478	ADERBAL DANIEL MEIER	14/04/1979
Cargo: Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes		
Total de Homologados (Vagas Reservadas): 2		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
1060	DANIEL RUBINI	16/01/1962
3285	LEOSIR ZUCONELLI	14/03/1981
Cargo: Técnico de Enfermagem		
Total de Homologados (Vagas Reservadas): 1		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
1873	LUCIANE RABUSKE	29/03/1985
Cargo: Técnico de Informática		
Total de Homologados (Vagas Reservadas): 1		
Edital: 002/2014		
Inscrição	Nome	Nascimento
1127	GABRIEL NUNES DE OLIVEIRA	29/08/1987



**ENCERRAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2014  
- PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2014-PMV, a qual tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE SERRA CIRCULAR ESQUADREJADEIRA PARA FABRICAÇÃO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MÓVEIS NAS UNIDADES ESCOLARES E NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, foi encerrada sem vencedor, posto que o participante não atingiu o preço máximo estabelecido no Edital. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 20 de Outubro de 2014.

VILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



**Lei Nº 3.164/14****Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/8

Data: 17/10/2014

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	119.720.620,00	126.158.382,00	138.929.050,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	108.643.620,00	119.505.982,00	131.454.380,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	18.323.000,00	20.155.300,00	22.170.830,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	16.125.000,00	17.737.500,00	19.511.250,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	8.325.000,00	9.157.500,00	10.073.250,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.200.000,00	4.620.000,00	5.082.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.125.000,00	2.337.500,00	2.571.250,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	2.000.000,00	2.200.000,00	2.420.000,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	125.000,00	137.500,00	151.250,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.000.000,00	2.200.000,00	2.420.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	7.800.000,00	8.580.000,00	9.438.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	7.800.000,00	8.580.000,00	9.438.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	7.800.000,00	8.580.000,00	9.438.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	2.048.000,00	2.252.800,00	2.478.080,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.025.000,00	1.127.500,00	1.240.250,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	570.000,00	627.000,00	689.700,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	455.000,00	500.500,00	550.550,00
4.1.1.2.1.99.01.00.00.00 Outras txs pelo Exercício do Poder de Polícia	75.000,00	82.500,00	90.750,00
4.1.1.2.1.99.02.00.00.00 Tx de Vistorias contra Incêndio - FUNREBOM	380.000,00	418.000,00	459.800,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	1.023.000,00	1.125.300,00	1.237.830,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	900.000,00	990.000,00	1.089.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	123.000,00	135.300,00	148.830,00
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00 Taxa de Conservação de Vias e Logradouros	65.000,00	71.500,00	78.650,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	58.000,00	63.800,00	70.180,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	150.000,00	165.000,00	181.500,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	150.000,00	165.000,00	181.500,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.300.000,00	1.430.000,00	1.573.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚ	1.300.000,00	1.430.000,00	1.573.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	1.042.320,00	1.146.552,00	1.261.207,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00 RECEITAS IMOBILIÁRIAS	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00 ALUGUEIS	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.1.1.01.00.00.00.00 Aluguel de Imóveis Urbanos	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	958.820,00	1.054.702,00	1.160.172,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	958.820,00	1.054.702,00	1.160.172,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	408.820,00	449.702,00	494.672,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	160.000,00	176.000,00	193.600,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	165.000,00	181.500,00	199.650,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00 Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados -	130.000,00	143.000,00	157.300,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00 Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados -	4.000,00	4.400,00	4.840,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00 Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados -	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00 Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados -	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00 Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	81.820,00	90.002,00	99.002,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Rec Minerais	1.200,00	1.320,00	1.452,00
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Alienação de Br	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - F. Esp Petroleo	6.000,00	6.600,00	7.260,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Polícia Militar	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Polícia Civil	6.000,00	6.600,00	7.260,00
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc PMV Multas tran:	6.500,00	7.150,00	7.865,00
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Transp Esc Estar	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Convênios Uniã	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Convênio Estado	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - COSIP	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00 Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Oper de Crédi	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.99.19.00.00 Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FUNREBOM	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00 Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FRH	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.99.21.00.00 Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - SANEAMENTI	22.500,00	24.750,00	27.225,00
4.1.3.2.5.01.99.22.00.00 Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - CONC PERMI	50,00	55,00	60,50
4.1.3.2.5.01.99.25.00.00 Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.- Fundecon	15,00	16,50	18,00
4.1.3.2.5.01.99.26.00.00 Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.- Brasil Carinhos	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.99.27.00.00 Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Vinc.-FUNJUR	55,00	60,50	66,50
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	550.000,00	605.000,00	665.500,00



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/8

Data: 17/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - PMV	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.1.3.3.1.00.00.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões - Serviços	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.1.3.3.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas Concessões e Permissões - Serviços	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.1.3.3.1.99.01.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões - Estac	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.3.3.1.99.03.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviço	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	8.500,00	9.350,00	10.285,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	238.500,00	262.350,00	288.585,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	40.000,00	44.000,00	48.400,00
4.1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	40.000,00	44.000,00	48.400,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	18.500,00	20.350,00	22.385,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	15.000,00	16.500,00	18.150,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	180.000,00	198.000,00	217.800,00
4.1.6.0.0.99.00.01.00.00	Serviços Prestados de Horas Máquinas	180.000,00	198.000,00	217.800,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	85.838.000,00	94.419.800,00	103.859.780,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	85.790.000,00	94.369.000,00	103.805.900,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	22.155.000,00	24.370.500,00	26.807.550,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	18.520.000,00	20.372.000,00	22.409.200,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	18.500.000,00	20.350.000,00	22.385.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	280.000,00	308.000,00	338.800,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	260.000,00	286.000,00	314.600,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.250.000,00	2.475.000,00	2.722.500,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.500.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	650.000,00	715.000,00	786.500,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	100.000,00	110.000,00	121.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	180.000,00	198.000,00	217.800,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	925.000,00	1.017.500,00	1.119.250,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Transferências da União - Infraero	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Demais Transferências da União	150.000,00	165.000,00	181.500,00
4.1.7.2.1.99.05.00.00.00	Parcela FPM referente à CF, art. 159 I, alínea d	750.000,00	825.000,00	907.500,00
4.1.7.2.1.99.05.01.00.00	Parcela FPM referente à CF, art. 159 I, alínea d - Prop	562.500,00	618.750,00	680.625,00
4.1.7.2.1.99.05.02.00.00	Parcela FPM referente à CF, art. 159 I, alínea d - Educ	187.500,00	206.250,00	226.875,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	44.335.000,00	48.768.500,00	53.645.350,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	43.985.000,00	48.383.500,00	53.221.850,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	37.200.000,00	40.920.000,00	45.012.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	6.200.000,00	6.820.000,00	7.502.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	580.000,00	638.000,00	701.800,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transporte Escolar Estado	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	19.300.000,00	21.230.000,00	23.353.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	19.300.000,00	21.230.000,00	23.353.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	48.000,00	50.800,00	53.880,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	28.000,00	30.800,00	33.880,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	28.000,00	30.800,00	33.880,00
4.1.7.6.2.99.00.02.00.00	Saneamento básico_10	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.1.7.6.2.99.00.04.00.00	Programa SOS Nacentes_10	3.000,00	3.300,00	3.630,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.901.800,00	2.091.980,00	2.300.978,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.026.800,00	1.129.480,00	1.242.428,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	105.000,00	115.500,00	127.050,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	440.000,00	484.000,00	532.400,00



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/8

Data: 17/10/2014

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	300.000,00	330.000,00	363.000,00
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	40.000,00	44.000,00	48.400,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	461.800,00	507.980,00	558.778,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	450.000,00	495.000,00	544.500,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	1.800,00	1.980,00	2.178,00
4.1.9.1.9.50.01.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Legislação Tributári	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.9.1.9.50.02.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Obras, posturas e ed	300,00	330,00	363,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.9.1.9.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora FRH	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições - PMV	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	725.000,00	797.500,00	877.250,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	635.000,00	698.500,00	768.350,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	400.000,00	440.000,00	484.000,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	55.000,00	60.500,00	66.550,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	150.000,00	165.000,00	181.500,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	150.000,00	165.000,00	181.500,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	90.000,00	99.000,00	108.900,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	90.000,00	99.000,00	108.900,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	90.000,00	99.000,00	108.900,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	70.000,00	77.000,00	84.500,00
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	20.000,00	22.000,00	24.000,00
4.1.9.9.0.02.01.00.00.00	Receita de Honorários de Advogados	20.000,00	22.000,00	24.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMV	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	11.077.000,00	6.652.400,00	7.474.670,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.500.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	2.500.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.2.2.1.0.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	200.000,00	220.000,00	242.000,00
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortizações de Financiamentos	200.000,00	220.000,00	242.000,00
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de Bens	200.000,00	220.000,00	242.000,00
4.2.3.0.0.80.01.01.00.00	Amortização de financiamentos de bens - FRH	200.000,00	220.000,00	242.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.347.000,00	4.749.400,00	5.381.370,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	447.000,00	491.700,00	540.870,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	447.000,00	491.700,00	540.870,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	447.000,00	491.700,00	540.870,00
4.2.4.2.2.99.00.02.00.00	Saneamento Básico_90	420.000,00	462.000,00	508.200,00
4.2.4.2.2.99.00.03.00.00	Programa SOS Nascentes_90	27.000,00	29.700,00	32.670,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.900.000,00	4.257.700,00	4.840.500,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	2.000.000,00	2.126.200,00	2.527.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	2.000.000,00	2.126.200,00	2.527.000,00
4.2.4.7.1.99.00.99.00.00	Outras Transferências de Convênios	2.000.000,00	2.126.200,00	2.527.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	5.900.000,00	2.131.500,00	2.313.500,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	5.900.000,00	2.131.500,00	2.313.500,00
4.2.4.7.2.99.00.99.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	5.900.000,00	2.131.500,00	2.313.500,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(12.536.000,00)	(13.789.600,00)	(15.168.560,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(12.536.000,00)	(13.789.600,00)	(15.168.560,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(12.536.000,00)	(13.789.600,00)	(15.168.560,00)



Página: 4/8

## MUNICIPIO DE VIDEIRA

Data: 17/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(12.536.000,00)	(13.789.600,00)	(15.168.560,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(3.740.000,00)	(4.114.000,00)	(4.525.400,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(3.704.000,00)	(4.074.400,00)	(4.481.840,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(3.700.000,00)	(4.070.000,00)	(4.477.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(4.000,00)	(4.400,00)	(4.840,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(36.000,00)	(39.600,00)	(43.560,00)
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(36.000,00)	(39.600,00)	(43.560,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(8.796.000,00)	(9.675.600,00)	(10.643.160,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(8.796.000,00)	(9.675.600,00)	(10.643.160,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(7.440.000,00)	(8.184.000,00)	(9.002.400,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVÁ	(1.240.000,00)	(1.364.000,00)	(1.500.400,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(116.000,00)	(127.600,00)	(140.360,00)
Total entidade:		107.184.620,00	112.368.782,00	123.760.490,00
2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	51.115,00	56.216,00	61.828,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	51.115,00	56.216,00	61.828,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	45.625,00	50.187,00	55.206,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	42.900,00	47.190,00	51.909,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	42.900,00	47.190,00	51.909,00
4.1.3.1.1.04.00.00.00.00	Aluguel de Centros Esportivos	42.900,00	47.190,00	51.909,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.725,00	2.997,00	3.297,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.725,00	2.997,00	3.297,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	2.725,00	2.997,00	3.297,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.725,00	2.997,00	3.297,00
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FME	2.725,00	2.997,00	3.297,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	5.390,00	5.929,00	6.522,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	5.390,00	5.929,00	6.522,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	5.390,00	5.929,00	6.522,00
4.1.6.0.0.13.99.00.01.00	Outros Serv. - Inscrição em Campeonatos	5.390,00	5.929,00	6.522,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100,00	100,00	100,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	100,00	100,00	100,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	100,00	100,00	100,00
4.1.9.0.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMEV	100,00	100,00	100,00
Total entidade:		51.115,00	56.216,00	61.828,00
3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	35.000,00	38.500,00	42.350,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	35.000,00	38.500,00	42.350,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	4.700,00	5.170,00	5.687,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	4.700,00	5.170,00	5.687,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	4.700,00	5.170,00	5.687,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	4.700,00	5.170,00	5.687,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	4.700,00	5.170,00	5.687,00
4.1.3.2.5.01.99.23.00.00	Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.- FIA Imp.Renda	3.300,00	3.630,00	3.993,00
4.1.3.2.5.01.99.24.00.00	Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.- FIA Demais Re	1.400,00	1.540,00	1.694,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.000,00	29.700,00	32.670,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	27.000,00	29.700,00	32.670,00
4.1.7.5.0.00.00.01.00.00	Transferência de pessoas ao FIA	27.000,00	29.700,00	32.670,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.300,00	3.630,00	3.993,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	3.300,00	3.630,00	3.993,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	3.300,00	3.630,00	3.993,00
4.1.9.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas - FIA Demais Recursos	3.300,00	3.630,00	3.993,00
Total entidade:		35.000,00	38.500,00	42.350,00
6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	834.028,00	1.903.103,00	1.229.506,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	795.299,20	816.690,20	843.093,20
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	39.014,48	42.290,88	45.895,12
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	39.014,48	42.290,88	45.895,12
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	39.014,48	42.290,88	45.895,12
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	26.064,48	28.045,88	30.225,12



## Estado de Santa Catarina

## MUNICIPIO DE VIDEIRA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/8

Data: 17/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA				
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	17.300,80	18.630,80	20.093,80
4.1.3.2.5.01.10.00.00.03	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PTMC Deficientes	600,80	660,80	726,80
4.1.3.2.5.01.10.00.00.05	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PFMC CREAS	2.200,00	2.420,00	2.662,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.06	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - IGD PBF	3.000,00	3.300,00	3.630,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.09	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PBFI CRAS	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.12	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - IGD SUAS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.13	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - ACESSUAS	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.14	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - SCFV	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.15	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PAC I	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	8.763,68	9.415,08	10.131,32
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS/SC	3.251,68	3.351,68	3.461,68
4.1.3.2.5.01.99.07.00.01	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta Complexidade	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.02	Rec. Rem.Dep. Banc. Vinc. FEAS - CREAS	1.500,00	1.500,00	1.500,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.03	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Benef. Eventuais	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.04	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Básica/CRAS	751,68	751,68	751,68
4.1.3.2.5.01.99.97.00.00	Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Convênio Municípios	5.512,00	6.063,40	6.669,64
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	12.950,00	14.245,00	15.670,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	12.950,00	14.245,00	15.670,00
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Remun. Outros Dep. Rec. não Vinc. - FMAS	12.950,00	14.245,00	15.670,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	736.284,72	752.399,32	772.998,08
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	550.668,72	548.221,72	548.402,72
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	454.891,20	458.834,20	459.015,20
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	454.891,20	458.834,20	459.015,20
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	PTMC Pessoas com Deficiência	52.309,20	52.309,20	52.309,20
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	PFMC CREAS	82.800,00	109.200,00	109.200,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD BF Índice de Gestão do Programa Bolsa Família	26.832,00	35.000,00	35.000,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	PBFI CRAS	100.800,00	75.600,00	75.600,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	PF MC III Liberdade Assistida/Medida Sócio Educati	26.400,00	26.400,00	26.400,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	IGD SUAS Índice de Gestão SUAS	12.750,00	8.510,00	8.510,00
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Programa Nacional de Acesso ao Trabalho ACESSUAS	3.000,00	1.815,00	1.996,00
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. FNAS - SCFV	120.000,00	120.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.34.14.00.00.00	Transf. FNAS - PAC I - Piso de Alta Complexidade I	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	95.777,52	89.387,52	89.387,52
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	95.777,52	89.387,52	89.387,52
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FEAS	95.777,52	89.387,52	89.387,52
4.1.7.2.2.99.02.00.01.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade	12.474,00	9.000,00	9.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.02.00	Transf. FEAS/SC - CREAS	45.619,20	45.619,20	45.619,20
4.1.7.2.2.99.02.00.03.00	Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventuais	10.916,00	8.000,00	8.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.04.00	Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS	26.768,32	26.768,32	26.768,32
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	185.616,00	204.177,60	224.595,36
4.1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	185.616,00	204.177,60	224.595,36
4.1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios	185.616,00	204.177,60	224.595,36
4.1.7.6.3.99.00.00.01.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios - Casa Lar	185.616,00	204.177,60	224.595,36
4.1.7.6.3.99.00.00.01.01	Outras Transf. de Conv. Municípios - Arroio Trinta	56.088,00	61.696,80	67.866,48
4.1.7.6.3.99.00.00.01.02	Outras Transf. de Conv. Municípios - Iomerê	56.088,00	61.696,80	67.866,48
4.1.7.6.3.99.00.00.01.03	Outras Transf. de Conv. Municípios - Salto Veloso	73.440,00	80.784,00	88.862,40
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.0.0.99.04.00.00.00	Outras Receitas - FMAS	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	38.728,80	1.086.412,80	386.412,80
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38.728,80	1.086.412,80	386.412,80
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.728,80	1.086.412,80	386.412,80
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	1.050.000,00	350.000,00
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	1.050.000,00	350.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	38.728,80	36.412,80	36.412,80
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	38.728,80	36.412,80	36.412,80
4.2.4.2.2.99.00.05.00.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade - Investment	8.316,00	6.000,00	6.000,00
4.2.4.2.2.99.00.06.00.00	Transf. FEAS/SC - CREAS	30.412,80	30.412,80	30.412,80
Total entidade:		834.028,00	1.903.103,00	1.229.506,00



Página: 6/8

## MUNICIPIO DE VIDEIRA

Data: 17/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA</b>				
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	5.201.321,00	5.721.453,00	6.293.599,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	5.200.321,00	5.720.353,00	6.292.389,00
4.1.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.1.2.0.0.00.00.00.00.00	TAXAS	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.1.2.1.17.02.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.3.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	168.100,00	184.910,00	203.401,00
4.1.3.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	168.100,00	184.910,00	203.401,00
4.1.3.2.5.0.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	168.100,00	184.910,00	203.401,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	168.100,00	184.910,00	203.401,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	97.100,00	106.810,00	117.491,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	15.000,00	16.500,00	18.150,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Outros	2.500,00	2.750,00	3.025,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - AMAC E	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	15.000,00	16.500,00	18.150,00
4.1.3.2.5.01.03.19.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.3.2.5.01.03.20.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.2.5.01.03.21.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	8.000,00	8.800,00	9.680,00
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.03.23.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	100,00	110,00	121,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Ser	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Ser	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	21.000,00	23.100,00	25.410,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ta	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.3.2.5.01.99.98.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Alien B	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.7.0.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.693.221,00	5.162.543,00	5.678.798,00
4.1.7.2.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.693.221,00	5.162.543,00	5.678.798,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.290.240,00	4.719.264,00	5.191.191,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.290.240,00	4.719.264,00	5.191.191,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Blocos de Financiamento do SUS	4.290.240,00	4.719.264,00	5.191.191,00
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	Bloco da Atenção Básica	2.422.928,00	2.665.220,00	2.931.742,00
4.1.7.2.1.33.04.01.01.00	Piso da Atenção Básica.	1.105.472,00	1.216.019,00	1.337.621,00
4.1.7.2.1.33.04.01.02.00	Programa Saúde da Família	475.800,00	523.380,00	575.718,00
4.1.7.2.1.33.04.01.03.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde	450.216,00	495.237,00	544.761,00
4.1.7.2.1.33.04.01.04.00	Programa Saúde Bucal	107.040,00	117.744,00	129.518,00
4.1.7.2.1.33.04.01.05.00	Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	284.400,00	312.840,00	344.124,00
4.1.7.2.1.33.04.02.00.00	Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade	1.372.526,00	1.509.779,00	1.660.7



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7/8

Data: 17/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA				
4.1.9.9.0.99.05.00.00.00	Outras Receitas - FMS	4.000,00	4.400,00	4.840,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.01	Alienação de Veículos - FMS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
Total entidade:		5.201.321,00	5.721.453,00	6.293.599,00
13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	2.830.000,00	3.113.000,00	3.424.300,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.330.000,00	2.563.000,00	2.819.300,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.450.000,00	1.595.000,00	1.754.500,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.450.000,00	1.595.000,00	1.754.500,00
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	1.450.000,00	1.595.000,00	1.754.500,00
4.1.2.1.0.99.01.00.00.00	Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	1.450.000,00	1.595.000,00	1.754.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.3.2.5.02.99.06.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. FASM	330.000,00	363.000,00	399.300,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras restituições - FASM	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuição assistência médica	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.7.2.1.0.99.00.00.00.00	Contribuição assistência médica	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.7.2.1.0.99.02.00.00.00	Contribuição assistência médica Patronal	500.000,00	550.000,00	605.000,00
Total entidade:		2.830.000,00	3.113.000,00	3.424.300,00
14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	24.960.000,00	27.456.000,00	30.201.600,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	13.283.000,00	14.611.300,00	16.072.430,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.532.000,00	2.785.200,00	3.063.720,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.532.000,00	2.785.200,00	3.063.720,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	2.532.000,00	2.785.200,00	3.063.720,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	2.500.000,00	2.750.000,00	3.025.000,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	32.000,00	35.200,00	38.720,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	10.663.000,00	11.729.300,00	12.902.230,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.663.000,00	11.729.300,00	12.902.230,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	10.663.000,00	11.729.300,00	12.902.230,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	9.625.000,00	10.587.500,00	11.646.250,00
4.1.3.2.8.10.00.01.00.00	Remun.dos Investmts do RPPS RF - Banco do Brasil	5.500.000,00	6.050.000,00	6.655.000,00
4.1.3.2.8.10.00.02.00.00	Remun.dos Investmts do RPPS RF - CEF	4.070.000,00	4.477.000,00	4.924.700,00
4.1.3.2.8.10.00.04.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS RF c/Taxa.	55.000,00	60.500,00	66.550,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Variável	1.038.000,00	1.141.800,00	1.255.980,00
4.1.3.2.8.20.00.01.00.00	Remun.dos Investmts do RPPS RV - BB	1.038.000,00	1.141.800,00	1.255.980,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	88.000,00	96.800,00	106.480,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	55.000,00	60.500,00	66.550,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	55.000,00	60.500,00	66.550,00
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00	Compensações Financ entre Regime Geral e RPPS	55.000,00	60.500,00	66.550,00
4.1.9.2.2.10.01.00.00.00	Comp Financ entre Reg.Geral e R.P.P/principal	55.000,00	60.500,00	66.550,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	33.000,00	36.300,00	39.930,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas - INPREVID	33.000,00	36.300,00	39.930,00
4.1.9.9.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - INPREVID	33.000,00	36.300,00	39.930,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.677.000,00	12.844.700,00	14.129.170,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	11.677.000,00	12.844.700,00	14.129.170,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇOES SOCIAIS - INTRA ORCAMENTARIA	11.677.000,00	12.844.700,00	14.129.170,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Proprio - Intra Orcam	11.677.000,00	12.844.700,00	14.129.170,00



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 8/8

Data: 17/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID</b>			
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00 Contrib. Patrim. Servi Ativo Civil - Intra Orcam	6.177.000,00	6.794.700,00	7.474.170,00
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00 Contribuicao Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorcame	5.500.000,00	6.050.000,00	6.655.000,00
4.7.2.1.0.29.01.03.00.00 Contribuicao Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorcame	677.000,00	744.700,00	819.170,00
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00 Contribuicao Previd. Para Amortiz do Deficit Atu	5.500.000,00	6.050.000,00	6.655.000,00
Total entidade:	24.960.000,00	27.456.000,00	30.201.600,00
Total geral:	141.096.084,00	150.657.054,00	165.013.673,00

\_\_\_\_\_  
WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1

Data: 17/10/2014

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA</b>			
2 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	10.721.670,00	11.745.326,25	12.993.704,50
3 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.103.000,00	2.125.000,00	2.292.800,00
5 SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA	865.500,00	945.850,00	1.033.235,00
6 ASSISTÊNCIA SOCIAL	226.000,00	235.000,00	275.000,00
7 INFRAESTRUTURA	24.981.200,00	22.898.330,00	26.511.838,06
10 MERENDA ESCOLAR	500.000,00	550.000,00	605.000,00
11 EDUCAÇÃO BÁSICA	15.518.250,00	17.070.075,00	18.777.082,50
12 DESPORTO ESTUDANTIL	392.000,00	431.200,00	474.320,00
13 ENSINO MÉDIO	21.000,00	23.100,00	25.410,00
14 ENSINO SUPERIOR	981.000,00	1.079.100,00	1.187.010,00
15 CRIANÇA NA ESCOLA	15.002.500,00	16.502.750,00	18.153.025,00
18 HABITAÇÃO POPULAR	390.500,00	381.550,00	404.705,00
19 ESGOTO URBANO	592.500,00	597.750,00	651.975,00
20 MEIO AMBIENTE E PAISAGISMO	420.000,00	420.000,00	535.000,00
21 FOMENTO AGROPECUÁRIO E PROMOÇÃO DA EXTENSÃO RURAL	3.705.000,00	3.984.000,00	4.461.100,00
22 INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA	498.000,00	514.000,00	530.100,00
23 PROMOÇÃO AO TURISMO	1.911.000,00	2.024.000,00	1.893.000,00
26 PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS	8.966.500,00	9.425.050,00	9.663.600,00
27 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS	250.050,00	272.055,00	294.260,50
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00	150.000,00
Total da entidade:	88.195.670,00	91.374.136,25	100.912.165,56
<b>2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA</b>			
25 DESPORTO AMADOR	1.232.990,00	1.356.289,00	1.491.917,00
Total da entidade:	1.232.990,00	1.356.289,00	1.491.917,00
<b>3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA</b>			
6 ASSISTÊNCIA SOCIAL	281.500,00	309.650,00	340.615,00
Total da entidade:	281.500,00	309.650,00	340.615,00
<b>6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA</b>			
6 ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.899.778,00	5.048.507,00	4.520.078,00
Total da entidade:	3.899.778,00	5.048.507,00	4.520.078,00
<b>10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA</b>			
9 SAÚDE BÁSICA	18.294.771,00	20.531.028,00	22.584.131,50
Total da entidade:	18.294.771,00	20.531.028,00	22.584.131,50
<b>13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA</b>			
28 ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAUDE	2.830.000,00	3.113.000,00	3.424.300,00
Total da entidade:	2.830.000,00	3.113.000,00	3.424.300,00
<b>14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID</b>			
8 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	9.252.000,00	10.177.200,00	11.194.920,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.708.000,00	17.278.800,00	19.006.680,00
Total da entidade:	24.960.000,00	27.456.000,00	30.201.600,00
<b>15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA</b>			
1 PROCESSO LEGISLATIVO	1.401.375,00	1.468.443,75	1.538.865,94
Total da entidade:	1.401.375,00	1.468.443,75	1.538.865,94
Total geral:	141.096.084,00	150.657.054,00	165.013.673,00

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1

Data: 17/10/2014

**4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	100.414.749,00	----
2013	136.398.172,00	35,83
2014	103.183.516,40	(24,35)
2015	130.338.355,20	26,32
2016	143.312.041,20	9,95
2017	157.585.770,20	9,96

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2011 a 2013, e a previsão de arrecadação para o exercício de 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5236% referente ao IPCA acumulado entre julho/2013 e junho/2014, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

**4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	10.310.000,00	----
2013	3.119.300,00	(69,74)
2014	6.502.200,00	108,45
2015	11.116.728,80	70,97
2016	7.739.912,80	(30,38)
2017	7.862.292,80	1,58

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2011 a 2013, e a previsão de arrecadação para o exercício de 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5236% referente ao IPCA acumulado entre julho/2013 e junho/2014, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

**4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	5.382.290,00	----
2013	9.840.000,00	82,82
2014	11.125.000,00	13,06
2015	12.177.000,00	9,46
2016	13.394.700,00	10,00
2017	14.734.170,00	10,00

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2011 a 2013, e a previsão de arrecadação para o exercício de 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5236% referente ao IPCA acumulado entre julho/2013 e junho/2014, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

**9.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	(11.073.000,00)	----
2013	(23.266.000,00)	110,11
2014	(11.588.700,00)	(50,19)
2015	(12.536.000,00)	8,17
2016	(13.789.600,00)	10,00
2017	(15.168.560,00)	10,00

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2011 a 2013, e a previsão de arrecadação para o exercício de 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5236% referente ao IPCA acumulado entre julho/2013 e junho/2014, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

\_\_\_\_\_  
WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1

Data: 17/10/2014

**3.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	71.704.239,00	----
2013	97.291.502,00	35,68
2014	96.948.181,00	-0,35
2015	104.505.505,20	7,80
2016	114.374.096,20	9,44
2017	125.235.396,20	9,50

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2011 a 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5236% referente ao IPCA acumulado entre julho/2012 e junho/2014, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2015, 2016 e 2017.

**4.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	25.979.300,00	----
2013	14.545.420,00	-44,01
2014	16.284.835,40	11,96
2015	20.732.578,80	27,31
2016	18.854.157,80	-9,06
2017	20.621.596,80	9,37

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2011 a 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5236% referente ao IPCA acumulado entre julho/2012 e junho/2014, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2015, 2016 e 2017.

**7.0.00.00.00.00.00 - RESERVA DO RPPS**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	7.250.500,00	----
2013	14.250.500,00	96,55
2014	15.280.000,00	7,22
2015	15.708.000,00	2,80
2016	17.278.800,00	10,00
2017	19.006.680,00	10,00

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2011 a 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5236% referente ao IPCA acumulado entre julho/2012 e junho/2014, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2015, 2016 e 2017.

**9.0.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	100.000,00	----
2013	150.000,00	50,00
2014	150.000,00	0,00
2015	150.000,00	0,00
2016	150.000,00	0,00
2017	150.000,00	0,00

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2011 a 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5236% referente ao IPCA acumulado entre julho/2012 e junho/2014, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2015, 2016 e 2017.

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1  
Data: 17/10/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	94.724.039,00	114.858.122,00	122.286.616,40	129.979.355,20	142.917.141,20	157.151.380,20
Receita Tributária	12.558.000,00	14.160.000,00	16.521.000,00	18.653.000,00	20.518.300,00	22.570.130,00
Receita de Contribuição	8.970.790,00	13.995.500,00	5.070.000,00	17.459.000,00	19.204.900,00	21.125.390,00
Receita Patrimonial	6.154.820,00	11.429.952,00	10.355.730,00	12.292.759,48	13.521.409,88	14.872.926,12
Aplicações Financeiras (II)	5.992.500,00	10.779.952,00	10.180.730,00	12.166.359,48	13.382.369,88	14.719.982,12
Outras Receitas Patrimoniais	162.320,00	650.000,00	175.000,00	126.400,00	139.040,00	152.944,00
Transferências Correntes	63.184.929,00	72.557.970,00	87.762.486,40	78.758.505,72	86.574.842,32	95.175.686,08
Demais Receitas Correntes	3.855.500,00	2.754.700,00	2.577.400,00	2.816.090,00	3.097.689,00	3.407.248,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	88.731.539,00	104.078.170,00	112.105.886,40	117.812.995,72	129.534.771,32	142.431.398,08
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	10.310.000,00	3.039.300,00	6.502.200,00	11.116.728,80	7.739.912,80	7.862.292,80
Operações de Crédito (V)	9.500.000,00	2.000.000,00	828.000,00	2.500.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	150.000,00	160.000,00	240.000,00	200.000,00	220.000,00	242.000,00
Alienação de Ativos (VII)	50.000,00	80.000,00	31.000,00	31.000,00	34.100,00	37.510,00
Transferência de Capital	610.000,00	799.300,00	5.403.200,00	8.385.728,80	5.835.812,80	5.767.782,80
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (IV-V-VI-VII)	610.000,00	799.300,00	5.403.200,00	8.385.728,80	5.835.812,80	5.767.782,80
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VII)	89.341.539,00	104.877.470,00	117.509.086,40	126.198.724,52	135.370.584,12	148.199.180,88
DESPESAS CORRENTES (X)	71.704.239,00	97.291.502,00	96.948.181,00	104.440.505,20	114.374.096,20	125.235.396,20
Pessoal e Encargos Sociais	41.961.720,00	58.771.749,00	53.235.672,00	54.842.202,00	59.292.507,25	65.258.641,20
Juros e Encargos da Dívida (XI)	1.496.980,00	4.200.000,00	4.500.000,00	4.750.000,00	5.200.000,00	5.100.000,00
Outras Despesas Correntes	28.245.539,00	34.319.753,00	39.212.509,00	44.848.303,20	49.881.588,95	54.876.755,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	70.207.259,00	93.091.502,00	92.448.181,00	99.690.505,20	109.174.096,20	120.135.396,20
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	25.979.300,00	14.545.420,00	16.283.835,40	20.797.578,80	18.854.157,80	20.621.596,80
Investimentos	24.179.300,00	13.245.420,00	14.783.835,40	18.597.578,80	16.454.157,80	18.021.596,80
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.800.000,00	1.300.000,00	1.500.000,00	2.200.000,00	2.400.000,00	2.600.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	24.179.300,00	13.245.420,00	14.783.835,40	18.597.578,80	16.454.157,80	18.021.596,80
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	7.250.500,00	14.250.500,00	15.280.000,00	15.708.000,00	17.278.800,00	19.006.880,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	100.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	101.737.059,00	120.737.422,00	122.662.016,40	134.146.084,00	143.057.054,00	157.313.673,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(12.395.520,00)	(15.859.952,00)	(5.152.930,00)	(7.947.359,48)	(7.686.469,88)	(9.114.492,12)

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Página: 1/1

Data: 17/10/2014

Especificação	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	70.523.235,92	35.850.000,00	32.346.000,00	36.750.000,00	40.058.000,00	44.070.000,00
Outras dívidas	70.523.235,92	35.850.000,00	32.346.000,00	36.750.000,00	40.058.000,00	44.070.000,00
DEDUÇÕES (II)	10.990.000,00	18.500.000,00	6.804.000,00	9.850.000,00	12.140.000,00	13.050.000,00
Ativo disponível	10.990.000,00	18.500.000,00	6.804.000,00	9.850.000,00	12.140.000,00	13.050.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	59.533.235,92	17.350.000,00	25.542.000,00	26.900.000,00	27.918.000,00	31.020.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	59.533.235,92	17.350.000,00	25.542.000,00	26.900.000,00	27.918.000,00	31.020.000,00
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	42.117.314,24	(42.183.235,92)	8.192.000,00	1.358.000,00	1.018.000,00	3.102.000,00

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2012 no resultados\_nominais\_valor de R\$ 17.415.921,68.

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Página: 1/1

Data: 17/10/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	70.523.235,92	35.850.000,00	32.346.000,00	36.750.000,00	40.058.000,00	44.070.000,00
Outras dívidas	70.523.235,92	35.850.000,00	32.346.000,00	36.750.000,00	40.058.000,00	44.070.000,00
DEDUÇÕES(II)	10.990.000,00	18.500.000,00	6.804.000,00	9.850.000,00	12.140.000,00	13.050.000,00
Ativo disponível	10.990.000,00	18.500.000,00	6.804.000,00	9.850.000,00	12.140.000,00	13.050.000,00
DCL (III) = (I - II)	59.533.235,92	17.350.000,00	25.542.000,00	26.900.000,00	27.918.000,00	31.020.000,00

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1

Data: 17/10/2014

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	129.976.300,20	142.913.930,70	157.147.998,70
Receita Tributária	18.588.000,00	20.446.800,00	22.491.480,00
Receita de Contribuição	5.282.000,00	5.810.200,00	6.391.220,00
Receita Patrimonial	11.995.704,48	13.194.799,38	14.513.804,62
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	243.890,00	268.279,00	295.107,00
Transferências Correntes	91.294.505,72	100.364.442,32	110.344.246,08
Outras Receitas Correntes	2.572.200,00	2.829.410,00	3.112.141,00
DEDUÇÕES (II)	16.518.000,00	18.169.800,00	19.986.780,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	12.536.000,00	13.789.600,00	15.168.560,00
Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	2.500.000,00	2.750.000,00	3.025.000,00
Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	1.450.000,00	1.595.000,00	1.754.500,00
Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	32.000,00	35.200,00	38.720,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	113.458.300,20	124.744.130,70	137.161.218,70

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 637/2012

Página: 1/1  
Data: 17/10/2014

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
2 - Outros Riscos Fiscais 2.1 - Intempéries.	120.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	120.000,00
3 - Outros Riscos Fiscais 3.1 - Despesas não orçadas ou orçadas a maior.	5.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	5.000,00
4 - Outros Riscos Fiscais 4.1 - Aposentadorias e pensões precoces.	10.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	10.000,00
1 - Passivos Contingentes 1.1 - Processo de desapropriação de imóveis.	15.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	15.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>150.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>150.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>150.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>150.000,00</b>

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo I - Metas Anuais

Página: 1/1  
Data: 16/10/2014

LRF, art.4º, § 1º

Especificação	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	141.096.084,00	134.377.223,00	0,00	150.657.054,00	136.650.389,00	0,00	165.013.673,00	142.544.399,00	0,00
Receitas Primárias (I)	126.198.724,00	108.592.119,00	0,00	135.370.584,00	110.635.723,00	0,00	148.199.180,00	115.291.597,00	0,00
Despesa Total	141.096.084,00	134.377.223,00	0,00	150.657.054,00	136.650.389,00	0,00	165.013.673,00	142.544.399,00	0,00
Despesas Primárias (II)	134.148.084,00	122.571.242,00	0,00	143.057.054,00	124.236.504,00	0,00	157.313.673,00	130.133.302,00	0,00
Resultado Primário III = (I-II)	-7.947.359,00	-13.979.123,00	0,00	-7.686.469,00	-13.600.781,00	0,00	-9.114.492,00	-14.841.705,00	0,00
Resultado Nominal	1.358.000,00	1.293.333,00	0,00	1.018.000,00	923.356,00	0,00	3.102.000,00	2.679.613,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	36.750.000,00	35.000.000,00	0,00	40.058.000,00	36.333.787,00	0,00	44.070.000,00	38.069.159,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	26.900.000,00	25.619.048,00	0,00	27.918.000,00	25.322.449,00	0,00	31.020.000,00	26.796.127,00	0,00

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

**ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 17/10/2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	117.897.422,00	----	128.117.690,63	----	10.220.268,63	8,669
Receitas Primárias (I)	113.687.470,00	----	116.815.511,64	----	3.128.041,64	2,751
Despesa Total	117.897.422,00	----	107.762.293,87	----	(10.135.128,13)	(8,597)
Despesas Primárias (II)	112.397.422,00	----	99.058.187,41	----	(13.339.234,59)	(11,868)
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.290.048,00	----	17.757.324,23	----	16.467.276,23	1.276,486
Resultado Nominal	(42.183.235,92)	----	(861.022,56)	0,000	41.322.213,36	(97,959)
Dívida Pública Consolidada	35.850.000,00	----	18.749.796,44	0,000	(17.100.203,56)	(47,699)
Dívida Consolidada Líquida	17.350.000,00	----	(9.057.564,75)	0,000	(26.407.564,75)	(152,205)

\_\_\_\_\_  
WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/1  
Data: 17/10/2014

Valores a Preços Correntes											
Especificação	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	105.034.039,00	117.897.422,00	12,250	128.662,016,40	9,130	141.096,084,00	9,660	150.657,054,00	6,780	165,013,673,00	9,530
Receitas Primárias (I)	89.341.539,00	104.877.470,00	17,390	117.382,286,40	11,920	126.198,724,52	7,510	135.370,584,12	7,270	148.199,180,88	9,480
Despesa Total	105.034.039,00	117.897.422,00	12,250	128.662,016,40	9,130	141.096,084,00	9,660	150.657,054,00	6,780	165,013,673,00	9,530
Despesas Primárias (II)	101.737,059,00	117.897.422,00	15,880	122.662,016,40	4,040	134.146,084,00	9,360	143.057,054,00	6,640	157,313,673,00	9,970
Resultado Primário III = (I-II)	(12.395,520,00)	(13.019,952,00)	5,040	(5.279,730,00)	(59,450)	(7.947,359,48)	50,530	(7.686,469,88)	(3,280)	(9.114,492,12)	18,580
Resultado Nominal	42.117,314,24	(42.183,235,92)	(200,160)	8.192,000,00	(119,420)	1.359,000,00	(83,420)	1.018,000,00	(25,040)	3.102,000,00	204,720
Dívida Pública Consolidada	70.523.235,92	35.850.000,00	(49,170)	32.346,000,00	(9,770)	36.750,000,00	13,620	40.058,000,00	9,000	44.070,000,00	10,020
Dívida Consolidada Líquida	59.533.235,92	17.350.000,00	(70,860)	25.542,000,00	47,220	26.900,000,00	5,320	27.918,000,00	3,780	31.020,000,00	11,110

R\$ 1,00

Valores a Preços Constantes											
Especificação	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	99.238.510,02	105.227,973,94	6,040	107.945,988,84	2,580	134.377,223,00	24,480	136.650,389,00	1,690	142.544,399,00	4,310
Receitas Primárias (I)	84.411.884,92	93.607,167,08	10,890	98.483,334,17	5,210	108.592,119,00	10,260	110.635,723,00	1,880	115.291,587,00	4,210
Despesa Total	99.238.510,02	105.227,973,94	6,040	107.945,988,84	2,580	134.377,223,00	24,480	136.650,389,00	1,690	142.544,399,00	4,310
Despesas Primárias (II)	96.123,449,55	105.227,973,94	6,040	102.913,009,48	(2,200)	122.571,242,00	19,100	124.236,504,00	1,360	130.133,302,00	4,750
Resultado Primário III = (I-II)	(11.711,564,63)	(11.620,806,86)	(0,770)	(4.429,675,31)	(61,880)	(13.979,123,00)	215,580	(13.600,781,00)	(2,710)	(14.841,705,00)	9,120
Resultado Nominal	(37.650,157,09)	(37.650,157,09)	221,480	6.873,059,82	(118,260)	1.293,333,00	(81,180)	923,356,00	(28,610)	2.679,613,00	190,200
Dívida Pública Consolidada	66.631.931,14	31.997,500,89	(51,980)	27.138,182,73	(15,190)	35.000,000,00	28,970	36.333,787,00	3,810	38.069,159,00	4,780
Dívida Consolidada Líquida	56.248.333,26	15.485,540,88	(72,470)	21.429,650,14	38,380	25.619,048,00	19,550	25.322,449,00	(1,160)	26.796,127,00	5,820

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2012	2013	2014	2015	2016	2017
5,840	5,910	6,330	5,000	5,000	5,000

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Página: 1/1

Data: 17/10/2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	4.117.625,00	69,16	6.227.393,00	151,24	40.862.626,00	656,18
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	1.836.058,00	30,84	-2.109.768,00	-51,24	-34.635.233,00	-556,18
TOTAL	5.953.683,00	100,00	4.117.625,00	100,00	6.227.393,00	100,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Patrimônio Líquido	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	45.693.140,00	446,75	21.209.857,00	46,42	9.959.076,00	46,95
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-35.465.288,00	-346,75	24.483.283,00	53,58	11.250.781,00	53,05
TOTAL	10.227.852,00	100,00	45.693.140,00	100,00	21.209.857,00	100,00

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 17/10/2014

RECEITAS REALIZADAS	2013 (a)	2012 (d)	2011
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	132.142,00	95.870,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	129.342,00	95.870,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	2.800,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>132.142,00</b>	<b>95.870,00</b>
DESPESAS EMPENHADAS	2013 (b)	2012 (e)	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	195.469,00	20.299,00	9.419,00
Investimentos	195.469,00	20.299,00	9.419,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>195.469,00</b>	<b>20.299,00</b>	<b>9.419,00</b>
	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.825,00</b>	<b>198.294,00</b>	<b>86.451,00</b>

\_\_\_\_\_  
WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Página: 1/2

Data: 17/10/2014

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**2015**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2011	2012	2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.722.778,33	18.294.363,71	9.004.100,23
RECEITAS CORRENTES	10.329.546,71	19.839.923,52	9.138.861,87
Receita de Contribuições dos Segurados	2.047.630,88	2.458.506,51	2.663.500,41
Pessoal Civil	2.047.630,88	2.458.506,51	2.663.500,41
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	8.276.110,52	16.876.606,24	6.382.466,82
Receita de Serviços	0,00	1.440,00	0,00
Outras Receitas Correntes	5.805,31	503.370,77	92.894,64
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	5.723,10	503.370,77	92.088,93
Demais Receitas Correntes	82,21	0,00	805,71
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-606.768,38	-1.545.559,81	-134.761,64
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.667.795,24	9.677.549,37	10.084.464,63
RECEITAS CORRENTES	5.667.795,24	9.677.549,37	10.084.464,63
Receita de Contribuições Patronais	4.043.442,24	4.850.230,64	5.172.801,90
Pessoal Civil	4.043.442,24	4.850.230,64	5.172.801,90
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	1.624.353,00	4.827.318,73	4.911.662,73
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>15.390.573,57</b>	<b>27.971.913,08</b>	<b>19.088.564,86</b>
DESPESAS	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.867.467,09	4.901.991,60	6.009.302,56
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	4.906,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	4.906,00
PREVIDÊNCIA	3.867.467,09	4.901.991,60	6.004.396,56
Pessoal Civil	0,00	0,00	5.760.045,62
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	7.734.934,18	9.803.983,20	488.701,88
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.867.467,09	4.901.991,60	244.350,94
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	23.172,09
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	23.172,09
Despesas Correntes	0,00	0,00	23.172,09
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

Página: 2/2

Data: 17/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>DESPESAS</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	23.172,09
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>3.867.467,09</b>	<b>4.901.991,60</b>	<b>6.032.474,65</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>11.523.106,48</b>	<b>23.069.921,48</b>	<b>13.056.090,21</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	1.624.353,00	4.827.318,73	4.911.662,73
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	1.624.353,00	4.827.318,73	4.911.662,73
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	1.624.353,00	4.827.318,73	4.911.662,73
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>6.858.210,00</b>	<b>7.250.500,00</b>	<b>14.250.500,00</b>
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>68.477.199,77</b>	<b>92.935.529,54</b>	<b>102.552.937,55</b>

\_\_\_\_\_  
WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Página: 1/2

Data: 17/10/2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2014	9.434.879,31	4.646.803,90	4.788.075,41	108.132.000,17
2015	8.956.740,63	5.280.001,79	3.676.738,84	111.808.739,01
2016	8.636.986,17	5.476.790,28	3.160.195,89	114.968.934,90
2017	8.254.624,74	5.843.484,40	2.411.140,34	117.380.075,24
2018	7.904.920,86	6.117.464,19	1.787.456,67	119.167.531,91
2019	7.514.429,95	6.495.985,73	1.018.444,22	120.185.976,13
2020	7.101.763,02	6.925.945,78	175.817,24	120.361.793,37
2021	6.743.566,50	7.203.597,38	(460.030,88)	119.901.762,49
2022	6.412.591,62	7.406.357,58	(993.765,96)	118.907.996,53
2023	6.079.125,18	7.611.154,27	(1.532.029,09)	117.375.967,44
2024	5.648.565,05	8.076.112,15	(2.427.547,10)	114.948.420,34
2025	5.367.755,17	8.130.442,04	(2.762.686,87)	112.185.733,47
2026	5.042.329,77	8.306.088,18	(3.263.758,41)	108.921.975,06
2027	4.695.811,53	8.540.002,21	(3.844.190,68)	105.077.784,38
2028	4.444.888,50	8.516.337,89	(4.071.449,39)	101.006.334,99
2029	4.155.390,84	8.605.219,38	(4.449.828,54)	96.556.506,45
2030	3.928.870,64	8.530.763,65	(4.601.893,01)	91.954.613,44
2031	3.718.324,29	8.425.856,22	(4.707.531,93)	87.247.081,51
2032	3.536.965,45	8.254.757,58	(4.717.792,13)	82.529.289,38
2033	3.366.685,09	8.069.765,63	(4.703.080,54)	77.826.208,84
2034	3.209.606,26	7.865.124,30	(4.655.518,04)	73.170.690,80
2035	2.370.165,82	7.636.774,86	(5.266.609,04)	67.904.081,76
2036	2.255.178,06	7.354.862,78	(5.099.684,72)	62.804.397,04
2037	2.168.485,56	7.016.598,67	(4.848.113,11)	57.956.283,93
2038	2.066.225,59	6.740.298,27	(4.674.072,68)	53.282.211,25
2039	1.931.651,43	6.571.313,66	(4.639.662,23)	48.642.549,02
2040	1.890.846,34	6.167.731,80	(4.276.885,46)	44.365.663,56
2041	1.829.808,57	5.843.010,53	(4.013.201,96)	40.352.461,60
2042	1.795.830,51	5.467.873,77	(3.672.043,26)	36.680.418,34
2043	1.767.032,70	5.102.449,67	(3.335.416,97)	33.345.001,37
2044	1.742.048,71	4.749.942,55	(3.007.893,84)	30.337.107,53
2045	1.730.299,42	4.384.695,95	(2.654.396,53)	27.682.711,00
2046	1.723.646,83	4.028.334,74	(2.304.687,91)	25.378.023,09
2047	6.398,91	3.690.801,98	(3.684.403,07)	21.693.620,02
2048	4.841,28	3.365.974,39	(3.361.133,11)	18.332.486,91
2049	2.616,60	3.063.519,15	(3.060.902,55)	15.271.584,36
2050	1.280,75	2.779.888,97	(2.778.608,22)	12.492.976,14
2051	1.236,04	2.512.376,79	(2.511.140,75)	9.981.835,39
2052	----	2.267.549,59	(2.267.549,59)	7.714.285,80
2053	----	2.037.249,10	(2.037.249,10)	5.677.036,70
2054	----	1.823.565,75	(1.823.565,75)	3.853.470,95
2055	----	1.625.951,87	(1.625.951,87)	2.227.519,08
2056	----	1.444.926,98	(1.444.926,98)	782.592,10
2057	----	1.279.142,62	(1.279.142,62)	-496.550,52
2058	----	1.126.887,77	(1.126.887,77)	-1.623.438,29
2059	----	988.975,77	(988.975,77)	-2.612.414,06
2060	----	862.169,54	(862.169,54)	-3.474.583,60
2061	----	749.823,89	(749.823,89)	-4.224.407,49
2062	----	650.173,28	(650.173,28)	-4.874.580,77
2063	----	560.232,30	(560.232,30)	-5.434.813,07
2064	----	478.612,16	(478.612,16)	-5.913.425,23
2065	----	407.726,52	(407.726,52)	-6.321.151,75
2066	----	344.631,64	(344.631,64)	-6.665.783,39
2067	----	289.020,24	(289.020,24)	-6.954.803,63
2068	----	241.443,24	(241.443,24)	-7.196.246,87
2069	----	200.558,91	(200.558,91)	-7.396.805,78
2070	----	164.158,57	(164.158,57)	-7.560.964,35



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Página: 2/2

Data: 17/10/2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2071	----	134.198,24	(134.198,24)	-7.695.162,59
2072	----	108.543,33	(108.543,33)	-7.803.705,92
2073	----	86.246,98	(86.246,98)	-7.889.952,90
2074	----	68.812,07	(68.812,07)	-7.958.764,97
2075	----	54.302,55	(54.302,55)	-8.013.067,52
2076	----	41.931,48	(41.931,48)	-8.054.999,00
2077	----	31.770,43	(31.770,43)	-8.086.769,43
2078	----	24.261,06	(24.261,06)	-8.111.030,49
2079	----	18.353,12	(18.353,12)	-8.129.383,61
2080	----	13.631,85	(13.631,85)	-8.143.015,46
2081	----	9.812,11	(9.812,11)	-8.152.827,57
2082	----	7.137,75	(7.137,75)	-8.159.965,32
2083	----	5.063,27	(5.063,27)	-8.165.028,59
2084	----	3.704,95	(3.704,95)	-8.168.733,54
2085	----	2.757,88	(2.757,88)	-8.171.491,42
2086	----	2.148,32	(2.148,32)	-8.173.639,74
2087	----	1.844,78	(1.844,78)	-8.175.484,52
2088	----	1.675,42	(1.675,42)	-8.177.159,94

\_\_\_\_\_  
WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 637/2012

Página: 1/1  
Data: 17/10/2014

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2015	2016	2017	
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		301.859,87	319.971,46	339.169,75	Ampliação do número de contribuintes de IPTU.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		137.284,78	145.521,87	154.253,18	Ampliação do número de contribuintes de IPTU.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		473.205,20	501.597,51	531.693,36	Ampliação do número de contribuintes de IPTU.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		42.542,33	45.094,87	47.800,56	Ampliação do número de contribuintes de IPTU.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Remissão		65.214,71	69.127,59	73.275,25	Ampliação do número de contribuintes de IPTU.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		80.617,04	85.454,06	90.581,31	Ampliação do número de contribuintes de ISS.
Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		14.456,46	15.323,85	16.243,28	Ampliação do número de contribuintes de TLL.
Taxa de Limpeza Pública	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		156.429,12	165.814,87	175.763,76	Ampliação do número de contribuintes de IPTU/Taxa de Limpeza Pública.
Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	Remissão		30.744,08	32.588,72	34.544,05	Ampliação do número de contribuintes de Contribuição de Melhoria.
Total			1.302.353,59	1.380.494,80	1.463.324,50	

WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Página: 1/1

Data: 17/10/2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

<b>EVENTO</b>	<b>Valor Previsto 2015</b>
Aumento Permanente da Receita	3.397.370,00
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.397.370,00
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.397.370,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	758.830,00
Novas DOCC	758.830,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	2.638.540,00

\_\_\_\_\_  
WILMAR CARELLI  
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



**LEI Nº 3.164/14, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.**

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2015 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA** faz saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de Videira, para o exercício de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da administração Municipais extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;
- II - a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às políticas de recursos humanos da administração pública municipal;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - as disposições gerais.

**CAPÍTULO II  
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º Com referência às metas fiscais das receitas e despesas para o exercício de 2015 e para os dois seguintes, em observância às regras sobre a responsabilidade fiscal, são apresentados os Anexos desta Lei, assim descritos:

- I – demonstrativo de Metas Anuais;
- II – demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III – demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Compradas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV – demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI – demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VI.a – demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;
- VII – demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII – demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuada;
- IX – parâmetros e projeções para os principais agregados e variáveis, para o cálculo das metas fiscais (anexo I até o anexo VII).



Art. 3º As prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas e demonstradas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§1º As prioridades da administração pública municipal, terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2015, atendidas primeiramente, as despesas com as obrigações constitucionais e legais e as despesas básicas, não se constituindo, todavia, em limites para a programação das despesas.

§2º Classificam-se como despesas básicas aquelas de pessoal e encargos sociais, energia elétrica, água, telefone, aluguéis, infraestrutura e serviços relacionados à tecnologia da informação, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), dívida pública municipal, precatórios judiciais, contratos diversos e outras despesas que, pela sua natureza, poderão se enquadrar nesta categoria.

### **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§1º O Orçamento para o exercício de 2015, conterà os anexos constantes na Lei 4.320/64.

§2º Os orçamentos das Autarquias, Fundações e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no *caput* deste artigo.

§3º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com orçamento e contabilidade própria.

### **CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 6º Os Orçamentos para o exercício de 2015 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos.

Art. 7º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais



autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, conforme art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 8º Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários.

Parágrafo único. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, através de ato próprio, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, Fundos, Autarquias e Fundações o montante de recursos indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

Art. 10. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo VII desta Lei.

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados no orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 11. Os orçamentos para exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados à obtenção do resultado primário positivo, para atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no art. 5º da Portaria MPO nº 42/99, art. 8º da Portaria 163/01, e no art. 5º, III, "b" da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).



Art. 13. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma da execução mensal para suas Unidades gestoras (art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 14. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e art. 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Parágrafo único. Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstas nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, consta no Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo VII. (art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 16. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento de associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, “f” e art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo art. 70, parágrafo único da CF.

Art. 17. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, serão consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no art. 24, I, da Lei 8.666/93.

Art. 18. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 19. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios previstos na lei orçamentária (art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 20. As receitas e as despesas orçadas para 2015 serão a valores correntes.

Art. 21. A lei orçamentária para 2015 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza que compõem (art. 167, VI da CF).



Art. 22. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 (art. 167, I da CF).

Art. 23. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2015 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA**

Art. 24. A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 25% das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato (artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 25. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, I da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 26. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 24 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho, movimentação financeira e nas dotações definidas no art. 9º desta Lei (art. 31, § 1º, II da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 27. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF (art. 169, §1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2015.

§ 2º Respeitados os limites fixados na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, poderá o Poder Executivo Municipal disponibilizar servidores públicos efetivos ao Poder Judiciário, desde que seja comprovado o interesse público pelo requisitante.

Art. 28. Para os fins do disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo.

Art. 29. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal



poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF (art. 22, parágrafo único, V, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 30. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF):

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

Art. 31. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores que trata o art. 18, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Videira, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização”.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 32. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária e incentivos econômicos com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício que iniciar sua vigência e nos subseqüentes (art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 33. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, §3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 34. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, §2º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).



## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 35. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que apreciará e devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2014.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto para no *caput* deste artigo.

§2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do exercício de 2014, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 36. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Poder Executivo.

Art. 37. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de outubro de 2014.

**WILMAR CARELLI**  
**Prefeito Municipal**

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de outubro de 2014.

**VALMOR LUIZ DALL'AGNOL**  
**Secretário de Administração**



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Lei Nº 0896

LEI N.0896, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NORMAS COMPLEMENTARES AO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LOURIVAL LUNELLI, prefeito municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O cadastramento dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural - CAR instituído pela Lei Federal nº 12.651/2012, no âmbito do território do Município de Vitor Meireles será apoiado de forma gratuita a todos proprietários e ou posseiros, pelo órgão municipal designado pelo Chefe do Poder Executivo, digitalizando os dados em sistema eletrônico que permita no mesmo procedimento indicar os polígonos das áreas seguintes dos imóveis rurais:

- I. do imóvel rural;
- II. da reserva legal;
- III. de preservação permanente;
- IV. de vegetação nativa (objeto de cotas de reserva ambiental);
- V. de compensação de reserva legal (imóvel beneficiado e imóvel objeto);
- VI. de pastagens;
- VII. de reflorestamentos;
- VIII. de vias públicas;
- IX. de agricultura;
- X. de usos diversos;
- XI. de área de interesse social (regularização fundiária);
- XII. de área de utilidade pública;
- XIII. de área de uso restrito (declividade entre 25º e 45º);
- XIV. de áreas compensadas.

Art. 2º As informações cadastrais dos imóveis rurais, serão simultaneamente compartilhadas ao Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural - CAR, para geração do certificado cadastral.

Art. 3º A delimitação dos polígonos das áreas da reserva legal e preservação permanente serão elaboradas e cadastradas em processo de conectividade, utilizando o quanto possível os remanescentes da mata nativa, para formação dos corredores ecológicos, conforme previsto na Lei nº 12.651/2012.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do caput desse artigo, fica designada a assessoria técnica da AMAVI como entidade supervisoradora homologadora dos procedimentos.

Art. 4º As informações previstas no artigo 1º desta lei e seus incisos, constituirão um banco de dados para fins de elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, previstos na Lei nº 11.428, bem como, para gestão ambiental e demais políticas públicas municipais e regionais.

Art. 5º Os polígonos do Cadastro Ambiental Rural do Município, serão elaborados a partir de imagens aerofotogramétricas georreferenciadas na resolução 1:2000m.

Art. 6º Caso sejam identificadas áreas de regularização ambiental, os técnicos municipais elaborarão no momento do cadastramento, os respectivos Planos de Adesão ao Programa de Regularização Ambiental, que serão protocolados e arquivados no próprio banco de dados do CAR, cujos proprietários ou posseiros serão assistidos pelo órgão municipal, cuja atribuição será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º O Cadastramento do imóvel é ato declaratório de responsabilidade do proprietário ou posseiro da área, e os dados serão disponibilizados no site indicado pela administração pública municipal, cujo acesso será feito mediante senha privativa.

Art. 8º Os procedimentos de averbação em cartório da reserva

legal dos imóveis rurais feitos de forma semelhante ao disposto nesta lei e cujos arquivos estão disponíveis, serão atualizados e automaticamente compartilhados para o Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá firmar convênio de cooperação com entidades ou instituições para execução das ações previstas na presente lei, utilizando-se de recursos do orçamento vigente.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 20 de outubro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2014

LEI COMPLEMENTAR N. 081, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 32/2007 QUE INSTITUIU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - As alíneas "a" e "b" do inciso I, do art. 244, da Lei Complementar n. 32, de 28 de dezembro de 2007 - Código Tributário Municipal de Vitor Meireles, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 244...

I...

- a) - 1,0% (um por cento), sobre o valor a parte financiada;
- b) - 2,0% (dois por cento), sobre o valor da parte não financiada".

Art. 2ª - O inciso II, do art. 244, da Lei Complementar n. 32, de 28 de dezembro de 2007 - Código Tributário Municipal de Vitor Meireles, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 244...

...

- II - Nas demais transmissões inter-vivos, a alíquota será de 2,0% (dois por cento), sobre a base de cálculo".

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Vitor Meireles, 20 de outubro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal



**LEI Nº 0897**

LEI N. 0897, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A INCORPORAÇÃO DE VEÍCULOS MOTORIZADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, RECEBIDOS DA RECEITA FEDERAL E DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, BENS ESTES QUE SERÃO ÚTEIS A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em doação veículos motorizados da Receita Federal e do Governo do Estado de Santa Catarina, para serem incorporados ao Patrimônio Municipal, contendo as seguintes características:

I - CAMINHÃO - VW 8.150, ano 2002, Placa: AKK-8358, Branca, Chassi: 9BWAD52R52R218327, Valor de R\$ 57.628,00 (Cinquenta e sete mil seiscentos e vinte e oito reais);

II - FURGÃO TOYOTA - Noah, ano 1999, Placa estrangeira, Chassi: CR400016732, Valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais);

III - FURGÃO TOYOTA - Noah, ano 1999, Placa estrangeira, Chassi: CR500024905, Valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais);

IV - AUTOMÓVEL de passeio RENAULT CLIO PRI1616VS, Placa: AQU-6069, Prata, ano, 2008, Chassi: 8A1LB8E259L086135, Valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais);

V - CAMINHONETE - FORD ECOSPORTE XLT1. 6 FLEX, Placa: ARD-7945, Prata, ano 2009, Chassi: 9BFZE55PX98518519, Valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais);

VI - BARCO DE EMBARCAÇÃO C/07 METROS DE COMP. MOTOR DE EMBARCAÇÃO - YAMAHA 25 HP, Valor de R\$ 1.484,97 (Um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos);

VII - BARCO DE ALUMÍNIO C/06 METROS DE COMP. MOTOR DE EMBARCAÇÃO - SUZUKI 30 HP, Valor de R\$ 2.969,94 (Dois mil novecentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos);

VIII - BLAZER - GM, ano 2009 Placa: MHF-0734, Chassi: 9BG116GF09C437471, Valor de R\$ 8.602,25 (Oito mil seiscentos e dois reais e vinte e cinco centavos);

IX - BLAZER - GM, ano 2001 Placa: MBT-4116, Chassi: 9BG116A-X01C437422, Valor de R\$ 5.301,00 (Cinco mil trezentos e um reais);

X - CAMINHONETE - GM/S10 2.8 D 4X4, ano 2001, Placa: MFT-6640 Chassi: 9BG138BC02C405559, Valor de R\$ 15.693,00 (Quinze mil seiscentos e noventa e três reais).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 20 de outubro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

**Xavantina****PREFEITURA****Ata Recebimento Contra-Razões PP 57-2014 PMXV**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014 - PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERTAR TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D41E-6, SÉRIE B21003, PERTENCENTE À FROTA DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, CONFORME RELAÇÃO DE LOTES, ITENS E ESPECIFICAÇÕES DE PEÇAS E SERVIÇOS CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Emerson Salvagni e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Soraia Ellis Budke e Taciane Caon, designada pelo Decreto 006/2014, com a finalidade de efetuar o recebimento das contra-razões das licitantes. Conforme prazo estabelecido em sessão anterior as empresas tinham até as 16:00 horas do dia 17/10/2014 para apresentarem suas contra-razões. Espirado o prazo, nenhuma das licitantes apresentou contra-razões. Assim a comissão encaminha o Processo Licitatório para a Assessoria Jurídica do Município para elaboração de Parecer para Habilitação ou Desclassificação das Licitantes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

Emerson Salvagni Pregoeiro	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio
Soraia Ellis Budke Membro da Equipe de Apoio	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio

**DECRETO 081/2014**

DECRETO Nº 0812014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei nº 1.046, de 31 de outubro de 2008;

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao quais adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papeis e responsabilidades;



CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

#### DECRETA

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

- Edineia Fatima Paludo, representando a Secretaria Municipal de

Educação;

- Ane Caroline de Oliveira da Luz, representando a Secretaria Municipal de Saúde;

- Gicele Parizotto, representando a Assistência Social.

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 28 de novembro de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Xavantina (SC), 06 de outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### Decreto 082/2014

DECRETO Nº 082/2014

DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DE TRABALHO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM HORÁRIO DE ATIVIDADES DEFINIDOS PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 064/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto Municipal nº 064/2014, o qual dispõe sobre o trabalho em turno ininterrupto nas Secretarias Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo e Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, a partir de 14 de Julho de 2014, ficando instituído o horário de atividades das 07:00 às 13:00 horas;

Considerando a urgente necessidade de alguns profissionais, designados no anexo único do Decreto Municipal nº 064/2014, para fins de atenderem serviços relevantes da administração pública municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica interrompido o turno de trabalho definido pelo Decreto Municipal nº 064/214 para os seguintes servidores públicos abaixo, a partir desta data de 13 de Outubro de 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
SERVIDOR	CARGO
EVANDRO JOSE GRANOSKI	OPERADOR DE MAQUINA
UDECIR FRANA	OPERADOR TRATOR ESTEIRA
DIEGO FRANA	AUXILIAR DE OPERADOR



SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
SERVIDOR	CARGO
JOVANI GIROTTI	OPERADOR DE MAQUINA

Parágrafo único. O horário para a realização das atividades, pelos servidores públicos acima, será das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00 horas na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo e Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 13 de Outubro de 2014.  
JOSE DAL BOSCO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### **Decreto 083/2014**

DECRETO Nº 083/2014

NOMEIA COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal em Exercício de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF),

DECRETA:

Art. 1º Ficam os membros abaixo relacionados, nomeados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Reavaliação dos Bens Móveis e Imóveis incorporados ao Patrimônio do Município de Xavantina - SC:

I - IZILDE J.P FASOLO

II - ARLINE CAON

III - ANDRÉ RICARDO BRÓGLIO

IV - TACIANE CAON

V - Um membro do Instituto FAEE S/C Ltda da Cidade de Xanxerê-SC, empresa que realizou o novo levantamento dos bens patrimoniais.

Parágrafo único. A reavaliação deve-se realizar por bem e constar de relatório específico onde conste o número de cadastro, a descrição e o setor, departamento e secretaria a que pertence.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Xavantina (SC), em 13 de Outubro de 2014.  
JOSE DAL BOSCO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### **Decreto 084/2014**

DECRETO Nº 084/2014

HOMOLOGA A REAVALIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal em Exercício de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF),

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Reavaliação dos Bens Móveis e Imóveis incorporados ao Patrimônio do Município de Xavantina - SC, realizada pela comissão designada pelo Decreto nº 083, de 13 de Outubro de 2014, conforme relatório que se anexa ao presente.

Art. 2º Fica determinado ao Setor de Contabilidade do Município que promova os necessários lançamentos contábeis para adequação do saldo patrimonial à nova reavaliação dos bens patrimoniais do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Xavantina (SC), em 15 de Outubro de 2014.  
JOSE DAL BOSCO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### **Decreto 085/2014**

DECRETO Nº 085/2014

DISPÕE SOBRE O CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal em Exercício de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF).

DECRETA:

Art. 1º Ao Departamento de Patrimônio compete o planejamento, a execução e o controle das atividades referentes à administração dos bens patrimoniais móveis e imóveis de propriedade do Município, devendo exercer, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários periódicos verificando a existência e o real estado de conservação;

II - providenciar o competente registro legal do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o Município;

III - promover, mediante avaliação prévia, a alienação dos bens obsoletos e inservíveis, na forma prevista na legislação pertinente;

IV - providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;

V - promover o recebimento, cadastro, etiquetamento e incorporação dos bens patrimoniais adquiridos;

VI - Elaborar os termos de responsabilidade sobre os bens vinculados às Secretarias, Departamentos e Setores, atualizando-os sempre que houver exoneração, transferências ou substituição dos servidores responsáveis.

VII - Realizar o acompanhamento e elaborar os competentes



termos de transferências dos bens por ventura remanejados entre as Secretarias, Departamentos e Setores.

Art. 2º Na aquisição de todo e qualquer bem permanente o Setor de Contabilidade deverá encaminhar ao Departamento de Patrimônio cópia da nota fiscal e respectiva nota de empenho para o necessário cadastramento, controle e etiquetamento dos bens adquiridos.

Art. 3º Todas as transferências de bens móveis permanentes de um setor para outro deverão ser antecipadamente requisitadas ao Departamento de Patrimônio que, se for o caso, autorizará a operação mediante a elaboração do competente termo de transferência e emissão de novo termo de responsabilidade.

Art. 4º As ações que envolvem a aquisição de bens deverão obedecer ao fluxograma constituído pelo Anexo I do presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Xavantina (SC), em 15 de Outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### **DECRETO 086/2014**

DECRETO Nº 086/2014

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 058/2014, O QUAL DECLAROU A SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR CHUVAS INTENSAS- (COBRADE 1.3.2.1.4).

JOSE DALBOCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 101, da Lei Orgânica do Município, Inciso VI do Artigo 8º da Lei Federal nº 12608 de 10 de Abril de 2012.

#### **CONSIDERANDO QUE:**

- as chuvas intensas que ocorreram no período de 24/06/2014 até 30/06/2014, atingiram a totalidade do Município, conforme relatórios da EPAGRI/CIRAM;

- como consequência deste desastre, resultaram danos e prejuízos, em todos os acessos as comunidades do interior do município constantes do FIDE (Formulário de Informações do Desastres);

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da comunidade e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo

Formulário de Informações de Desastres (FIDE), e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como CHUVAS INTENSAS (COBRADE-1.3.2.1.4), conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Primeiro. Ficam disponíveis para convocação todos os servidores públicos municipais, para ajudar nas ações de assistência à população afetada pelo desastre causado pela intensa chuva ocorrida no Município de Xavantina.

Parágrafo Segundo. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMPDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de 29 de setembro de 2014.

Xavantina, (SC), 15 de Outubro de 2014.

JOSE DALBOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### **Decreto 087/2014**

DECRETO Nº 087/2014

NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela legislação em vigor,

Considerando a necessidade de realização de um concurso público para preenchimento de vagas no quadro do Município;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Coordenadora do Concurso Público nº 01/2014, a saber:

Presidenta: Izilde J. P Fasolo

Membros: Arline Caon, Keila Renata Olkowski e André Ricardo Bróglia

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 15 de Outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa



**Decreto 088/2014**

DECRETO Nº 088/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o dia 28 de Outubro de 2014, é comemorado o Dia do Funcionário Público;

Considerando que neste mês de outubro esta sendo realizada no município a campanha outubro rosa, com atividades sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama;

Considerando que no dia 28 de Outubro de 2014, o Município estará atuando diretamente na realização desta campanha com atendimento ao Público com realizações de exames do câncer de mama e orientações quanto a sua prevenção;

**DECRETA:**

Art. 1º Ponto facultativo nos setores públicos municipais, no dia 27 de Outubro de 2014, em virtude da realização da campanha outubro rosa de nosso município no dia 28 de outubro de 2014, com atendimento ao Público, realizações de exames do câncer de mama e orientações quanto a sua prevenção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 20 de Outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**Portaria 149/2014**

PORTARIA Nº 149/2014

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 101, inciso VIII, bem como inciso III do art. 144 da Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o requerimento do Servidor Público Municipal Sr. Jarbas Rossato;

Considerando a certidão de casamento apresentada;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder afastamento de 07 (sete) dias consecutivos, a contar de 13 de Outubro de 2014, ao servidor público municipal Sr. JARBAS ROSSATO, ocupante do cargo comissionado de Diretor, em razão de seu casamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de Outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**Portaria 150/2014**

PORTARIA Nº 150/2014

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO E CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade coordenação e controle de bens públicos deste Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora pública municipal, efetiva no cargo de Atendente Administrativo, Sra. IZILDE J.P. FASOLO, para responder pelo departamento patrimonial, na coordenação e controle de bens públicos do Município de Xavantina.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 13 de Outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**Portaria 151/2014**

PORTARIA Nº 151/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN, ocupante do cargo comissionado de Diretor, referente ao período aquisitivo de 13/10/2013 à 12/10/2014, a contar do período de 15/10/2014 à 13/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 15 de Outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa



**Lei 1394**

LEI Nº 1394, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

ALTERA A LEI Nº 1.046, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º. O caput do art. 2º da Lei Municipal nº 1.046, de 31 de outubro de 2008, passará a ter a seguinte redação:

Art. 2º O Conselho Municipal de Habitação - CMH será constituído por 11 (onze) membros titulares e igual número de suplentes, sendo 04 (quatro) representantes do poder público municipal, 04 (quatro) representantes de entidades privadas e 1/4 (um quarto) de representantes de movimentos populares.

Art. 2º. A regulamentação desta Lei será efetuada via Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Fica revogada a lei nº 1.325, de 25 de Outubro de 2013.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 15 de Outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa



**Edital de Notificação Nº 231/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 231/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IFP4252	55779113D	5010/0	24/11/2013	162 * I
IFP4252	55779158D	5061/0	24/11/2013	163 c/c 162 * I
IFP4252	55779159D	6599/2	24/11/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 232/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 232/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYL2324	55340907C	5185/1	25/05/2012	R\$ 127,69	167
LZC3087	55340783C	5010/0	06/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZC3087	55340784C	5118/0	06/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZC7187	55340874C	5185/1	02/05/2012	R\$ 127,69	167
MAO0403	55340787C	5185/1	22/05/2012	R\$ 127,69	167
MBD2475	55340908C	5428/1	25/05/2012	R\$ 191,53	181 * V
MCR4254	55340818C	5185/1	29/05/2012	R\$ 127,69	167
MDE9961	55340697C	5185/1	23/04/2012	R\$ 127,69	167
MDY6084	55340910C	5185/1	28/05/2012	R\$ 127,69	167
MEI8711	55340885C	5185/1	12/07/2012	R\$ 127,69	167
MEV5233	55340823C	5185/1	19/07/2012	R\$ 127,69	167
MFM2934	55340880C	5185/1	20/06/2012	R\$ 127,69	167
MGF4188	55340906C	5185/1	23/05/2012	R\$ 127,69	167
MGF4188	55340921C	5185/1	05/07/2012	R\$ 127,69	167
MJD4852	55340915C	5185/1	13/06/2012	R\$ 127,69	167
MKZ8532	55779233D	5614/4	10/10/2013	R\$ 127,69	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 233/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 233/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXA8396	55779114D	5185/1	01/12/2013	167
MJI5298	55779239D	5452/2	13/12/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 234/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 234/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MER6386	55340934C	5185/1	10/09/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 235/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 235/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLH2518	55779237D	5452/2	29/11/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 236/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 236/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKY3737	55779125D	5185/1	26/01/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 237/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 237/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDH6018	55779117D	7366/2	22/01/2014	252 * VI
MGW5272	55779118D	5185/1	26/01/2014	167
MHF7280	55779121D	5185/1	26/01/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 238/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 238/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGR2432	55779122D	5185/1	26/01/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 239/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 239/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIM2183	55779166D	5452/1	25/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 240/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 240/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDL9477	55779127D	5185/1	07/03/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 241/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 241/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DNS9475	55779168D	5185/1	26/01/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 242/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 242/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CGV1154	55779128D	5185/1	22/04/2014	167
MCH0334	55779178D	7056/1	22/04/2014	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 243/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 243/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBD2475	55779302D	5185/1	25/04/2014	167
MDI7387	55779306D	5185/1	05/05/2014	167
MJH6593	55779177D	5541/5	22/04/2014	181 * XVII
MKN5433	55779243D	5185/1	20/05/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 244/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 244/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IIL4078	55779304D	5452/2	05/05/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 245/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 245/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKL7091	55779182D	5185/1	09/06/2014	167
QHB5544	55779183D	5185/1	09/06/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 246/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 246/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAL2018	55779242D	5185/1	20/05/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 247/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 247/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBK0471	55779131D	5185/1	02/07/2014	167
MBZ1280	55779130D	5185/1	02/07/2014	167
MKF2104	55779184D	5185/1	03/07/2014	167
MLS5164	55779247D	5487/0	28/06/2014	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 248/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 248/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KLJ1572	55779249D	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 249/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 249/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEA1789	55779258D	5185/1	03/09/2014	167
MHD0697	55779256D	5185/1	01/09/2014	167
MKF2104	55779254D	5185/1	27/08/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



## Xaxim

### PREFEITURA

#### Aviso de Pregão 099/2014 - Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 099/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 198/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu Prefeito Municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 099/2014, até às 14h45min do dia 30 de outubro de 2014, e procederá a abertura da sessão às 15h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de acordo com as diretrizes nacionais do SINASE, com articulação intersetorial sendo que as ações serão realizadas no município, de acordo com o edital e seus anexos, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 20 de outubro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

#### AVISO DE PREGÃO 100 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 199/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 100/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 100/2014, até às 08h45min do dia 04 de novembro de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min horas do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de medicamentos para atendimento a Farmácia Básica e aos programas de Saúde, do Município de Xaxim, conforme descrição completa no Edital, tipo menor preço por item, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8200.

Xaxim - SC, 20 de outubro de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

## Associações

### AMAI

#### Convênio Celer-Amai 2014/2

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CELER FACULDADES LTDA, MANTENEDORA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FACISA/CELER FACULDADES E A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI

A CELER FACULDADES LTDA, mantenedora da FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FACISA/CELER FACULDADES, instituição de educação superior, com sede no Acesso Linha Limeira, nº 199, Rodovia BR 282, KM 528, na cidade de XAXIM, estado de Santa Catarina, credenciada pela Portaria MEC 1.620 de 24/07/2001, publicada no DOU de 25/07/2001, CNPJ sob n.º 03.301.628/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora Presidente Profª. Ioli Rossatto, e a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, na cidade de XANXERÊ, estado de Santa Catarina, CNPJ sob n.º 83.678.086/0001-33, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. Amarildo Paglia, resolvem celebrar o presente convênio, mediante as cláusulas seguintes:

#### CAPÍTULO I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente instrumento a oferta de desconto financeiro nos cursos de graduação e pós-graduação da CELER FACULDADES, para servidores, colaboradores - extensivo aos seus familiares - da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e seus municípios integrantes, alunos ingressantes via vestibular e/ou processo seletivo 2014-2, durante todo o período do Curso, mediante garantia do pagamento e adimplência (pagamento até o vencimento das respectivas parcelas/mensalidades).

Parágrafo Primeiro: Entendem-se como família dos servidores público e dos colaboradores da AMAI, para os fins deste convênio, os seguintes familiares: mãe/madrasta, pai/padrasto, filho/enteado e irmãos/cunhados.

#### CAPÍTULO II - DAS OBRIGAÇÕES DA CELER FACULDADES

CLÁUSULA SEGUNDA: Constituem-se responsabilidades e obrigações da CELER FACULDADES:

I - Conceder desconto de 20% (vinte por cento) nas mensalidades dos cursos de graduação para os servidores, colaboradores matriculados - extensivo aos seus familiares - da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e seus municípios integrantes, observado o disposto na Cláusula Primeira;

II - Conceder desconto de 20% (vinte por cento) nas mensalidades dos cursos de pós-graduação em nível de especialização para os servidores, colaboradores matriculados - extensivo aos seus familiares - da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e seus municípios integrantes;

III - Apoiar eventos e projetos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e seus municípios integrantes, mediante acordo prévio.

Parágrafo Primeiro: o valor do desconto para os cursos de graduação fica limitado ao percentual referente a 20% (vinte por cento) sobre o crédito do referido curso escolhido pelo beneficiário.

Parágrafo Segundo: o desconto é válido para os servidores, colaboradores - extensivo aos seus familiares - da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e seus municípios integrantes, matriculados na CELER FACULDADES no segundo semestre de 2014, durante todo o período do Curso, desde que mantida neste período, a condição de beneficiário nos termos deste Convênio.



### CAPÍTULO III - DAS OBRIGAÇÕES DA AMAI E DOS SEUS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

CLÁUSULA TERCEIRA: São obrigações da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e dos seus municípios associados:

I - Fornecer declaração em cada semestre letivo de que o (os/as) beneficiário (os/as) se encontram amparados pelo presente Convênio, na condição de servidores, colaboradores - extensivo aos seus familiares - da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e seus municípios integrantes, para fins de comprovação no ato da matrícula da condição de beneficiário (os/as).  
II - Divulgar os cursos da CELER FACULDADES junto à corporação;  
III - Viabilizar a compatibilidade de horários/liberação dos servidores para freqüentarem as aulas, de acordo com as normas internas da corporação;

IV - Divulgar o nome da CELER FACULDADES nos eventos internos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e seus municípios integrantes;

V - Apoiar eventos e projetos da CELER FACULDADES mediante acordo prévio;

VI - Comunicar imediatamente a CELER FACULDADES o(s) caso(s) de afastamento e/ou desligamento do quadro de servidores, colaboradores - extensivo aos seus familiares - da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e seus municípios integrantes;

VII - Oferecer campo de estágio aos alunos da CELER FACULDADES, na medida do possível;

VIII - Requerer o benefício objeto deste convênio junto a CELER FACULDADES - Comprovar o vínculo como servidores, colaboradores - extensivo aos seus familiares - da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e seus municípios integrantes.

### CAPÍTULO IV - DA ADIMPLÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA: O desconto objeto deste convênio, fica condicionado à adimplência financeira do aluno beneficiário(a) - (pagamento até o vencimento das respectivas parcelas/mensalidades).

### CAPÍTULO V - DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA: O presente Convênio vigorará por prazo indeterminado, contado a partir da assinatura deste, com efeitos somente para alunos matriculados na CELER FACULDADES no segundo semestre letivo de 2014, mantendo-se durante todo o período do Curso nas condições do Parágrafo Único desta cláusula, podendo ser alterado ou complementado através de termo aditivo a ser formalizado entre as partes.

Parágrafo Único: Os descontos referidos na Cláusula Segunda somente terão validade para os alunos ingressantes matriculados na CELER FACULDADES no segundo semestre de 2014, mantendo-se durante todo o período do Curso, desde que mantida neste período, a condição de beneficiário nos termos deste Convênio.

### CAPÍTULO VI - DA PERDA DO BENEFÍCIO

CLÁUSULA SEXTA: A perda do benefício poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - quando o acadêmico se desligar ou se afastar do quadro de servidores, colaboradores - extensivo aos seus familiares - da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI e seus municípios integrantes, por qualquer motivo;

II - toda vez que o beneficiário(a) ficar inadimplente junto a CELER FACULDADES;

### CAPÍTULO VII - DA RESCISÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Este Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos convenientes, desde que aquele que assim o desejar

comunique à outra parte, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, com efeitos válidos até o final do semestre letivo em curso.

Parágrafo Único: Constitui motivo de rescisão automática e de pleno direito do presente contrato, independentemente de qualquer notificação ou aviso, a infringência de qualquer de suas cláusulas ou condições, respondendo a parte culpada pelo inadimplemento pelas perdas e danos correspondentes.

### CAPÍTULO VIII - DO FORO

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o foro da Comarca de Xaxim (SC), para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste instrumento, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA NONA: Assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só fim, tudo na presença das testemunhas abaixo-assinadas.

Xaxim (SC), 11 de junho de 2014.

Iole Rossatto  
Diretora Presidente  
Celer Faculdades

Amarildo Paglia  
Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

\_\_\_\_\_

## AMAUC

### Edital de Seleção Nº 01/2014 - Casa Lar Pequeno Príncipe

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 01/2014

Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul e Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SOCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, inscrito no CNPJ sob nº 11.177.407/0001-05, com sede na Linha Maria Günther, no Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social da Entidade, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições para seleção de pessoal para exercer a função de ASSISTENTE SOCIAL, conforme disposto neste Edital.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo de seleção será regido por este Edital, seus anexos, editais complementares e eventuais retificações.

1.2. A função, relação de vagas e os exames para a seleção são os seguintes:

Função	Vagas	Exames	Carga Horária	Salário mensal
Assistente Social	01 Vaga	Exame Intelectual com prova escrita contendo 30 (trinta) questões objetivas e uma questão prática discursiva.	20 Horas Semanais	R\$ 1.560,00

#### 2. DOS REQUISITOS PARA SELEÇÃO

2.1. Os requisitos para inscrição na Seleção são:



I - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação

II - possuir habilitação veicular na categoria "B";

III - Certificado de Conclusão do Curso de graduação em Assistência Social realizado em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

IV - disponibilidade para viagens para cursos, reuniões, capacitações e treinamentos;

V - não possuir antecedentes criminais;

VI - Registro no Conselho competente (CRESS) de acordo com a Lei nº 8662/93, que regula o exercício da profissão, com comprovação de quitação de anuidade e obrigações legais.

### 3. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

3.1. A Assistente Social no exercício de suas atribuições previstas no Anexo II do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO INTEGRAR deverá:

I - planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados às crianças e adolescentes acolhidas no CONSÓRCIO CASA LAR;

II - elaborar e participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços prestados pelo Consórcio;

III - participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social dos acolhidos e suas famílias;

IV - fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial;

V - diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam os acolhidos alcançarem nível satisfatório de saúde;

VI - participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde;

VII - participar das ações que visem à promoção dos empregados da instituição;

VIII - realizar outras tarefas correlatas à função.

### 4. PERÍODO DE CONTRATAÇÃO, REGIME DE TRABALHO, ADICIONAIS e LOCAL DE TRABALHO

4.1 O período de contratação é por prazo indeterminado, subordinada ao regime celetista - CLT, sem direito à estabilidade.

4.2. A partir da contratação a Assistente Social terá direito a cobertura de seguro pessoal.

4.3. A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO SERÁ NA SEDE DO CONSÓRCIO LOCALIZADO NA LINHA MARIA GUINTEIR, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL/SC.

### 5. DO PRAZO, LOCAL PARA INSCRIÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. A inscrição para o emprego de Assistente Social deverá ser feita através da página eletrônica [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) banner Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe, no período de 20 (vinte) do mês de outubro de 2014 ao dia 7 (sete) de novembro de 2014.

5.1.1. Deverá acompanhar o requerimento de inscrição, cópia dos documentos a seguir:

I - Cópia da Carteira de Identidade (RG);

II - Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

III - Diploma ou certificado de conclusão de curso;

IV - Foto 3X4 recente;

V - No formulário de Inscrição o candidato ou a candidata deverá ainda informar o número de telefone para contato e um endereço eletrônico de e-mail.

5.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na táctica aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, em relação às quais não se poderá alegar desconhecimento.

5.2.1. Todas as informações constantes no documento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.3. A divulgação das inscrições homologas ou não, será publicada no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br), no dia 12 (doze) do mês de novembro de 2014, abrindo prazo para interposição de recursos de acordo com o previsto no inciso II, do item 8.1, deste edital.

### 6. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

6.1. O Processo de Seleção será constituído em caráter eliminatório e classificatório, será composto de áreas de conhecimento, conforme estabelecido nos documentos que compõem o anexo deste edital:

I - na realização de 30 (trinta) objetivas e elaboradas pelo sistema de múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A, B, C, D) e uma única resposta correta, valendo 2 (dois) pontos cada;

II - uma questão prática discursiva relacionada a prática profissional do assistente social no espaço de acolhimento, valendo 40 (quarenta) pontos, assim distribuídos:

a) 10 (dez) pontos para regência gramatical;

b) 30 (trinta) pontos para o conteúdo.

6.1.1 As referências Bibliográficas quanto ao conteúdo programático do exame intelectual consta no Anexo II deste Edital.

6.1.2 O candidato para ser aprovado terá que obter pontuação igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na prova.

6.1.3 A pontuação relativa às questões eventualmente anuladas será atribuída a todos os candidatos que prestaram a prova.

### 6.2. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SELEÇÃO

6.2.1 A seleção será realizada na sede da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, sita a rua Marechal Deodoro nº 772 - 12º andar - edifício Mirage Office, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, no dia 23 de Novembro de 2014, (domingo) com início às 8h30min, devendo o candidato inscrito estar vinte minutos antes do início da prova.

6.2.2 O tempo de duração das provas será de 3h (três horas)

6.2.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em razão do afastamento do candidato da sala de provas.

6.2.4 O candidato deverá comparecer ao local determinado munido de documento original de identificação com foto e comprovante de inscrição.

6.2.5 Não haverá segunda chamada para realização das provas sob nenhuma hipótese.



## 7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Na hipótese de igualdade de pontos, o desempate beneficiará sucessivamente o candidato de tiver maior pontuação na questão prática discursiva. Permanecendo empate, será declarado aquele que tiver mais idade, dentre os que empataram.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. O prazo para interposição de recurso será:

I - de 5 (cinco) dias úteis para impugnação do edital a partir da data de publicação;

II - de 2 (dois) dias úteis contados a partir da data seguinte à da publicação do resultado da etapa.

8.2. Admitir-se-á um único recurso por candidato e de forma individualizada, ou seja, um recurso para cada evento que lhe deu origem.

8.3. Só será aceito recurso a respeito dos seguintes itens, a saber:

I - omissão do nome do candidato na relação de inscrição deferida ou indeferida, COM IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO;  
II - gabarito das respostas, SEM IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO;  
III - pontuação atribuída ao exame intelectual e da questão prática discursiva, COM IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO;  
IV - pontuação final, COM IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO.

8.4. O recurso deverá ser dirigido à Comissão Avaliadora, que deliberará em igual prazo.

## 9. DA PONTUAÇÃO FINAL

A Classificação Final dos candidatos aprovados, por ordem decrescente da pontuação final será publicada no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios (DOM).

## 10. DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS

10.1. O candidato será convocado por ordem decrescente da classificação obtida, sendo que no caso de vacância (não atendimento do chamado para assumir a vaga) ou diante da necessidade de ampliação do quadro, poderão ser convocados outros candidatos, sempre obedecendo a classificação mencionada no item 9 deste edital.

## 11. DA COMISSÃO AVALIADORA

11.1. Para aplicação das etapas da Seleção prevista neste edital, o Consórcio Casa Lar instituirá uma Comissão Avaliadora, composta por três membros, a saber:

I - de 01 (um) servidor do Município de Lindóia do Sul;  
II - de 02 (dois) representantes da AMAUC;

11.2. Para elaboração das questões do exame intelectual, a Comissão Avaliadora contratará profissionais das respectivas áreas, idôneos e isentos ao processo de seleção.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Caberá ao Presidente do Consórcio Casa Lar a homologação do resultado deste Processo de Seleção.

12.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Processo de Seleção, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

12.3. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Avaliadora, à luz da legislação vigente.

12.4. Anexos que integram este edital:

Anexo I - Requerimento de inscrição;

Anexo II - Referências bibliográficas;

Anexo III - Modelo de recurso;

Anexo IV - Estatuto Social do Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe.

Lindóia do Sul SC, 20 de outubro de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Presidente

ANEXO I  
INSCRIÇÃO  
Foto

(Modelo de Requerimento)

Ao Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade - Casa Lar Pequeno Príncipe.

OBJETO: Inscrição na Seleção para o emprego de Assistente Social.

1. Eu, \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, venho por meio deste requerer minha inscrição na Seleção para o emprego de Assistente Social, para atuar no Consórcio Intermunicipal de Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade - Casa Lar Pequeno Príncipe.

2. Declaro ter pleno conhecimento das exigências estabelecidas no Edital de Seleção nº 01/2014, as quais submeto-me integralmente.

3. Nestes Termos, Pede Deferimento.

\*telefone para contato:()

\*e-mail do candidato:

\*(obrigatório)

Lindóia do Sul SC, de de 2014.

Assinatura do candidato

ANEXO II  
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO PARA A SELEÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL DO CONSÓRCIO DA CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE.

### Questões Específicas / Bibliografia Sugerida

1. Código de ética do Assistente Social-[www.cefess.org.br/arquivos/CEP\\_1993pdf](http://www.cefess.org.br/arquivos/CEP_1993pdf).
2. Loas- Lei Orgânica da Assistência Social - Lei Federal nº 8742/1993- MDS -Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome.
3. Tipificação dos Serviços Socioassistenciais- Texto da resolução 109, de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social- Brasília 2009.
4. SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- 2006- Secretaria Especial de Direitos Humanos- Brasília- 2006- Brasília CONANDA- Secretaria Especial de Direitos Humanos.
5. Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA- Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1990.
6. Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento de crianças e adolescentes- CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- MDS- Brasília junho de 2009.



**ANEXO III**  
**MODELO DE RECURSO****MODELO I****MODELO RECURSO A INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO****À COMISSÃO AVALIADORA**

CONCURSO: ASSISTENTE SOCIAL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SOCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE.

Nome do Candidato:

Requer reconsideração da decisão de indeferimento de minha inscrição, conforme abaixo:

Motivo do Recurso:

Documentos Anexados:

Data \_\_/\_\_/\_\_.

Assinatura:

**MODELO II****MODELO RECURSO GABARITO DA PROVA**

CONCURSO: ASSISTENTE SOCIAL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SOCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE.

**À COMISSÃO AVALIADORA**

Nº da questão \_\_\_\_\_

Fundamentação e argumentação lógica:

Pedido:

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**MODELO III**

MODELO RECURSO PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO EXAME INTELECTUAL E DA QUESTÃO PRÁTICA DISCURSIVA.

CONCURSO: ASSISTENTE SOCIAL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SOCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE.

**À COMISSÃO AVALIADORA**

NOME DO CANDIDATO(A):  
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:  
Nº DA INSCRIÇÃO:

Nº DA QUESTÃO:

PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA:

FUNDAMENTAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA:

PEDIDO:

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA

**MODELO IV****MODELO RECURSO A PONTUAÇÃO FINAL****À COMISSÃO AVALIADORA**

CONCURSO: ASSISTENTE SOCIAL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SOCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE.

Nome do Candidato:

Vem requerer reconsideração do resultado preliminar do resultado da pontuação final divulgado por esta Comissão, conforme motivo abaixo:

Motivo do Recurso:

Data \_\_/\_\_/\_\_.

Assinatura:

**ANEXO IV**  
**ESTATUTO SOCIAL DO CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE**

---

**AMMVI**

---

**Licitação No 08/2014 - Convite**

LICITAÇÃO no 08/2014 - Convite

Data/horário abertura: 31/10/2014 / 09:00 h.

Tipo de Julgamento: Menor preço global.

A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto Licitação, na modalidade de CONVITE do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, COM MÃO-DE-OBRA INCLUINDO REMOÇÃO DE APARELHOS EXISTENTES NA AREA INTERNA DA SEDE DA AMMVI, conforme Instrumento Convocatório e seus anexos.

Maiores informações poderão ser obtidas na sede da AMMVI, localizada na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau (SC), de Segunda a Sexta-Feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail arquitetura@ammvi.org.br ou pelo telefone (47) 3331.5825.

Blumenau (SC), 21 de outubro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS	JOSÉ RAFAEL CORREA
Presidente da AMMVI	Secretário Executivo

**LICITAÇÃO Nº 08/2014 - CONVITE**

Data/horário abertura: 31/10/2014 / 09:00 hs.

Tipo de Julgamento: Menor preço global.

**1 - DA LICITAÇÃO:**

1.1 - A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto Licitação, na modalidade de Convite para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, COM MÃO-DE-OBRA INCLUINDO REMOÇÃO DE APARELHOS



EXISTENTES NA AREA INTERNA DA SEDE DA AMMVI, identificados no objeto abaixo, de acordo com as normas deste Instrumento Convocatório e no que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e a Lei Complementar nº 123/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

1.2 - Os envelopes contendo "Documentação de Habilitação" e "Proposta de Preços" serão recebidos até o dia 31/10/2014, às 09hs, na sede da AMMVI, situada à Rua Alberto Stein, 466, 2º andar, sala da Assessoria Jurídica, bairro da Velha, CEP 89.036-200 - Blumenau - SC.

1.3 - Esta Licitação é do tipo menor preço/pelo total geral.

## 2 - DO OBJETO:

2.1 - A presente licitação tem por objetivo selecionar proposta para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, COM MÃO-DE-OBRA INCLUINDO REMOÇÃO DE APARELHOS EXISTENTES NA AREA INTERNA DA SEDE DA AMMVI, conforme descrição deste Instrumento Convocatório e seus anexos.

### 2.2 - Observações:

a) Ao efetuar a proposta, a proponente deverá estar ciente que está concordando com os termos do presente Instrumento Convocatório e, entende a AMMVI, que o mesmo tomou conhecimento do local do fornecimento (sede da AMMVI) e toda a área física interna e externa e da situação existente e que dispõe de condições técnicas, equipamento e pessoal para o fornecimento e a prestação do serviço licitado, conforme Memorial Descritivo e Especificações Técnicas disponibilizadas.

b) O valor máximo total fixado pela Associação deverá ser respeitado na formulação da proposta, sob pena de desclassificação.

c) A proposta será para execução integral do objeto, sem aditivo de preço.

### 2.3 - O licitante deverá:

a) manter preposto, aceito pela AMMVI, caso seja o vencedor da licitação, para representá-lo na execução dos serviços;  
b) reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de uso inadequado dos materiais empregados;  
c) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a AMMVI ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por agente da AMMVI;  
d) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços, e por toda e qualquer despesa, indenização ou débito decorrente de condenação civil ou trabalhista relacionada ao objeto do contrato, inclusive ressarcindo a AMMVI de qualquer ônus que tenha para sua defesa, acaso esta venha a integrar o processo.

## 3 - DA APRESENTAÇÃO:

3.1 - Os "Documentos de Habilitação" e a "Proposta de Preços" deverão ser apresentados em envelopes separados, indevassáveis, cada um deles com identificação clara da proponente, da licitação e identificando o conteúdo dos envelopes.

3.2 - Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando, preferencialmente, na parte frontal, as seguintes indicações:

### ENVELOPE Nº 01

DA: (EMPRESA)

PROCESSO nº 08/2014 - LICITAÇÃO nº 08/2014

ABERTURA/DATA: 31/10/2014 - HORA: 09:00h

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

3.2.1 - Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou, previamente, por funcionário da Entidade licitante, mediante a apresentação do documento original, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os documentos apresentados pela Internet deverão ser apresentados em via Original. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do Processo Licitatório.

3.3 - A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da Empresa, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, preferencialmente em 02 (duas) vias, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando, preferencialmente, na parte externa as seguintes indicações:

### ENVELOPE Nº 02

DA: (EMPRESA)

PROCESSO nº 08/2014 - LICITAÇÃO nº 08/2014

ABERTURA/DATA: 31/10/2014 - HORA: 09:00h

ENVELOPE "PROPOSTA"

## 4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1 - Serão admitidos para participar desta licitação, interessados que possuam a necessária qualificação.

4.2 - É vedada a participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração direta dos Municípios associado à AMMVI ou ainda, que esteja com direito de participar de licitação suspenso.

4.3 - A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todas as cláusulas e condições do presente Instrumento Convocatório, de seus anexos e das normas que o integram, bem como no enquadramento destas condicionantes no objetivo social da empresa.

### 4.4 - Da documentação disponível:

- Instrumento Convocatório e Minuta do Contrato;
- Memorial Descritivo e Especificações Técnicas.

## 5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01):

5.1 - Os documentos abaixo relacionados, que constituem a habilitação, deverão ser apresentados até a data e horário constante no item 1.2 deste Instrumento Convocatório, nas condições do item 3, em uma única via, podendo ser original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou, previamente, por funcionário da AMMVI, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

### 5.2 - Dos Documentos de Habilitação:

I - registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhado de prova de DIRETORIA



**EM EXERCÍCIO;****II - prova de regularidade com a(o):**

- \* Fazenda Federal;
- \* Fazenda Estadual, da sede da licitante;
- \* Fazenda Municipal, da sede da licitante;
- \* Seguridade Social (CND INSS);
- \* Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- \* Débitos Trabalhistas;

III - Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

IV - acervo técnico ou atestado devidamente registrado no CREA ou CAU, comprovando que o responsável técnico da proponente tenha sido responsável pela execução de serviços técnicos, cujas características sejam compatíveis com o objeto da licitação. O acervo ou atestado só será aceito se o profissional em pauta integrar o quadro da licitante na data marcada para a entrega dos envelopes, comprovado mediante apresentação da ficha de registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho ou contrato de prestação de serviços, e para dirigente de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou do contrato social;

V - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;

**6 - DA PROPOSTA:**

6.1 - A proposta deverá ser redigida em idioma nacional, com valores em reais, apresentada em original, rubricada em todas as páginas, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, carimbadas e assinadas por representante legal da empresa, constando orçamento detalhado do preço unitário dos equipamentos, dos materiais necessários e da mão-de-obra para remoção e instalação, taxas, impostos, frete/transporte, ART, e outras que venham a incidir sobre o objeto licitado, ficando esclarecido que a AMMVI não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados nos preços, bem como deverá respeitar o prazo de entrega fixado pela AMMVI.

6.2 - Os valores constantes na Proposta Comercial deverão ser expressos em Reais, e no preço deverão estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da execução integral do contrato, tais como: pessoal, encargos sociais, materiais, sinalizações, transporte, seguros, ferramental e equipamentos necessários, incluindo material de proteção individual e tributos de qualquer natureza, dentre outros.

6.3 - A proposta deverá conter sua validade por um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data fixada para o seu recebimento e abertura, prevalecendo tal prazo em caso de omissão.

6.4 - A licitante deverá respeitar o prazo de 60 (sessenta) dias para entrega final, incluindo fornecimento de material e serviços de que trata este Instrumento Convocatório.

6.5 - O valor da proposta não poderá sofrer nenhuma correção/atualização no preço originalmente proposto, para execução integral do objeto desta licitação, observando-se que:

a) Os pagamentos serão efetuados a créditos do beneficiário em até duas parcelas, conforme medição elaborada, e após 5 (cinco)

dias úteis da apresentação da relação de empregados, das guias de recolhimento do INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade da AMMVI;

b) A licitante contratada deverá fornecer boleto bancário para o pagamento de cada parcela, com data de vencimento de acordo com o acima estabelecido (6.5, letra "a").

c) A licitante contratada fornecerá nota fiscal, sobre a qual será(ão) retido(s) os tributos previstos em Lei, se for o caso.

6.6 - Com base em levantamento de preços dos equipamentos e dos serviços, a AMMVI estabelece o teto máximo de valores da referida licitação em R\$ 51.569,87 (cinquenta e um mil quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos), inclusive para fins de aceitação de propostas.

**7 - DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

7.1 - O local de entrega dos envelopes contendo a "Documentos de Habilitação" e a "Proposta de Preços" será na sede da AMMVI, situada à Rua Alberto Stein, 466, 2º andar, sala da Assessoria Jurídica, bairro da Velha, CEP 89.036-200 - Blumenau - SC.

7.2 - Após a data e horário estabelecido para o recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito e nem tampouco serão permitidos adendos ou acréscimos aos mesmos, ressalvadas a aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3 - Ao apresentar proposta, a proponente se obriga nos termos do presente Instrumento Convocatório.

7.4 - Os recursos serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.

**8 - DA ABERTURA E JULGAMENTO:**

8.1 - Às 09h00min horas do dia 31/10/2014, a Comissão de Licitações da AMMVI, reunir-se-á em sala própria e, na presença de no máximo 01 (um) representante de cada licitante, procederá como adiante indicado:

8.1.1 - Abrir-se-ão os envelopes "HABILITAÇÃO";

8.1.1.1 - Não haverá, em hipótese nenhuma, confrontação de documentos na abertura destes envelopes, para autenticação por funcionário da AMMVI ou pela Comissão de Licitações.

8.1.1.2 - Rubricará e submeterá à rubrica de todas as proponentes os documentos contidos nos mesmos.

8.1.2 - Antes de efetuar o julgamento da habilitação, a Comissão de Licitações identificará e comunicará a participação ou não de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para fins de aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.3 - Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Instrumento Convocatório e seus anexos;

b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

8.1.3.1 - Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, a Comissão de Licitações promoverá ao julgamento da



habilitação dos licitantes não enquadrados na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e, em relação a estas adotará o seguinte procedimento:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1 - o atendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório com a respectiva habilitação; ou

b.2 - o desatendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, postergando sua apreciação para o momento posterior a classificação definitiva das propostas com a aplicação do § 1º do art. 43 da LC nº 123/2006 se for o caso.

8.1.3.1.1 - Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2 acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

8.1.3.2 - Serão devolvidos os envelopes de "Propostas de Preços" das proponentes cuja documentação tenha sido julgada definitivamente em desacordo com as exigências do presente Instrumento Convocatório, ficando à disposição das empresas inabilitadas para serem retiradas no prazo de até 15 (quinze) dias após a adjudicação, findo o qual serão inutilizados.

8.2 - Abrir-se-ão os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" das proponentes cuja documentação estiver conforme o exigido, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

8.2.1 - Será desclassificada a proposta que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Instrumento Convocatório e seus anexos;

b) deixar de apresentar oferta para o cumprimento integral do objeto desta Licitação;

c) apresentar oferta de vantagem não prevista no Instrumento Convocatório, ou vantagem baseada nas propostas das demais proponentes;

d) apresentar preços manifestamente inexequíveis ou excessivos.

8.3 - Somente poderão se manifestar no decorrer das reuniões os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

8.4 - A presente licitação, para efeitos de julgamento, será do tipo "pelo total geral", considerando-se para fins de julgamento o "menor preço".

8.4.1 - Analisadas as propostas, a Comissão de Licitações fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

8.4.2 - Procedido à classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações suspenderá o julgamento das propostas e retomará a análise da habilitação fiscal desta proponente, intimando-a para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período mediante requerimento justificado, regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.4.2.1 - Regularizada a habilitação fiscal pela licitante, a mesma será declarada vencedora do certame.

8.4.2.2 - Acaso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o item 9.1.1 deste Instrumento Convocatório, e retomando a licitação na forma do item 8.4.3 ou 8.4.4.

8.4.3 - Procedido à classificação provisória e verificado que o melhor preço não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do § 1º do art. 44 da LC nº 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

8.4.4 - Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, a Comissão de Licitações procederá da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC nº 123/2006 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.4.5 - O prazo para apresentação de nova proposta será de dois dias úteis, contados da intimação da licitante, sob pena de decadência do direito de inovar em seu preço.

8.4.6 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 - Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.6 - Não serão considerados os valores apresentados que estiverem em desacordo com os preços praticados no mercado local, sujeitando-se a desclassificação da proposta da proponente que apresentar preço excessivo.

8.7 - A AMMVI convocará a empresa vencedora da licitação para assinar o contrato, após a homologação do certame, no prazo de até cinco dias.

9 - DAS PENALIDADES:

9.1 - O descumprimento de obrigações importará na aplicação,



por parte da AMMVI, de multa e sanções seguintes:

9.1.1 - Multa de 2% (dois por cento) da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da LC nº 123/2006.

9.1.2 - Multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da proposta da licitante vencedora e aplicada à mesma pelo descumprimento das obrigações assumidas, infração aos preceitos legais ou cometimento de fraudes, por qualquer meio, na presente licitação;

9.1.3 - Poderão ser aplicadas ainda as demais penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou prejuízos causados à AMMVI.

9.2 - Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas na contabilidade da AMMVI, até 05 (cinco) dias úteis contados da ciência, pela empresa contratada, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da Contratante.

9.2.1 - Para efeito de aplicação da multa prevista neste parágrafo, decorrentes de inexecução das condições pactuadas, o valor que lhe servir de base será atualizado pela SELIC mensal, a contar da data de verificação da ocorrência.

#### 10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2014 da AMMVI, como segue:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.02	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS
04.122.0001.1002	AMPLIAÇÃO DA SEDE DA AMMVI
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
1000014	RECURSOS ORDINÁRIOS

10.2 - Não serão aceitos documentos ou propostas enviadas por telex, fax ou correio.

10.3 - A AMMVI reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

10.4 - No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 10h00min horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

10.5 - OBS.: Não desclassificatória: Deverá constar na proposta o nº da agência e conta no Banco do Brasil ou CEF, na ausência, apontar outras preferências, obedecidas as exigências acima.

10.6 - O Contrato terá vigência da data de sua assinatura à 31/12/2014, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8.666/93.

10.7 - Em caso de revogação ou anulação desta Licitação, serão observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações.

10.8 - Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal na interpretação do presente Instrumento Convocatório,

serão atendidos na sede da AMMVI, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min horas, em dias úteis, de 2ª à 6ª feira.

10.9 - Aplica-se ao presente Instrumento Convocatório, nas partes omissas, a legislação em vigor. Esta licitação é regida pelas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10.10 - Para as questões decorrentes desta Licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### 11 - DAS MEDIÇÕES:

11.1 - As medições serão aprovadas por uma Comissão de Fiscalização, acompanhamento dos serviços, de recebimento das etapas e definitivo do objeto, composta pelo Secretário Executivo e por funcionários da Assessoria de Engenharia desta Associação.

#### 12 - DAS PENALIDADES:

12.1 - O contrato estabelecerá multas de:

- I - 5% do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pela AMMVI;
- II - 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início do fornecimento e/ou na entrega do objeto licitado;
- III - 10,0% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por parte da Contratada.

12.2 - A multa aplicada será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela AMMVI, da caução, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, após a notificação.

#### 13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

13.1 - Constituem motivos para rescisão unilateral do contrato, independente das sanções legais e contratuais aplicáveis, os constantes na cláusula nona da minuta do contrato.

13.2 - Em caso de rescisão contratual e/ou interrupção dos trabalhos, serão usadas as garantias previstas no item 6.6, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com a AMMVI.

#### 14 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

14.1 - Além das demais obrigações previstas neste Instrumento Convocatório e na minuta do Contrato, a empresa vencedora obriga-se, ainda:

- a) A aceitar acréscimos ou supressões que a AMMVI realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mediante Termo Aditivo;
- b) Pela contratação do pessoal, fornecimento de todos os produtos e materiais, transporte, ferramental e equipamentos necessários para execução do objeto nos locais indicados no item 2.1 do Instrumento Convocatório;
- c) A refazer, a suas expensas, todo e qualquer serviço por má execução, trabalho defeituoso, acabamento insatisfatório ou executado fora das especificações técnicas, de acordo com o parecer da comissão de que trata o item 15 deste Instrumento Convocatório;
- d) A fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual a seus empregados e aplicar a legislação referente à segurança, medicina e higiene do trabalho;
- e) Apresentar a guia paga e a relação de empregados do FGTS e a guia de recolhimento do INSS mensalmente, individualizada pela matrícula da obra, se for o caso.

#### 15 - DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, RECEBIMENTO DAS ETAPAS E DEFINITIVO DO OBJETO:



## 15.1 - Compete a comissão:

- a) Fiscalizar os serviços contratados, direta ou indiretamente, o que, em nenhuma hipótese, eximirá a Contratada das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;
- b) Efetuar a medição dos equipamentos, materiais e/ou serviços;
- c) Solicitar o afastamento do profissional com comportamento inaceitável, a critério da AMMVI;
- d) Ter acesso livre para fiscalização e vistoria dos serviços;
- e) Designar engenheiro responsável para efetuar o contido nas alíneas "a" até "d".

Ultimo prazo para entrega das propostas: Data: 31/10/2014 - Hora: 09h00min

Local: Sede da AMMVI.

A entrega fora do prazo acima estabelecido excluirá quem o fizer, do presente Instrumento Convocatório.

Abertura das propostas: Data: 31/10/2014 - Hora: 09h00min

Local: Sede da AMMVI - Sala da Assessoria Jurídica.

## Condições de Pagamento:

- Os pagamentos serão efetuados a créditos do beneficiário em até duas parcelas, conforme medição elaborada, e após 5 (cinco) dias úteis da apresentação da relação de empregados, das guias de recolhimento do INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade da AMMVI;
- A licitante contratada deverá fornecer o boleto bancário para o pagamento de cada parcela.
- Serão retidos na fonte os tributos incidentes sobre o valor da Nota Fiscal, na forma da Lei, se for o caso.

Prazo para assinar contrato / Início do Fornecimento e dos Serviços:

- O prazo para assinatura do contrato será comunicado à proponente pela AMMVI, depois de esgotados os prazos recursais. O início dos serviços dar-se-ão imediatamente após a assinatura do contrato, observando-se o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para sua conclusão.

Blumenau, 21 de outubro de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS	JOSÉ RAFAEL CORREA
Presidente da AMMVI	Secretário Executivo

## CONTRATO ADMINISTRATIVO nº CV 08-2014

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente Sérgio Almir dos Santos, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com endereço à Rua \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, COM MÃO-DE-OBRA INCLUINDO REMOÇÃO DE APARELHOS EXISTENTES NA AREA INTERNA DA SEDE DA AMMVI, de conformidade com a Licitação nº 008/2014, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, COM MÃO-DE-OBRA INCLUINDO REMOÇÃO DE APARELHOS EXISTENTES NA AREA INTERNA DA SEDE DA AMMVI tudo de conformidade com o Processo Licitatório nº 008/2014, Instrumento Convocatório e seus anexos.

## CLÁUSULA SEGUNDA - Do prazo e regime de execução:

O prazo para execução do objeto será de 60 (sessenta) dias, tendo início imediato após a assinatura deste Instrumento.

O contrato tem vigência da data de sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser aditado na forma da Lei.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de sua execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Convite nº 008/2014, e pelo regime de menor preço global.

## CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ \_\_\_\_\_ (xxxxxx), de conformidade com a proposta vencedora da Licitação nº 008/2014.

## CLÁUSULA QUARTA - Das Condições de Pagamento:

Os pagamentos serão efetuados a créditos do beneficiário em até duas parcelas, conforme medição elaborada, e após 5 (cinco) dias úteis da apresentação da relação de empregados, das guias de recolhimento do INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade da CONTRATANTE.

A licitante contratada deverá fornecer o boleto bancário para o pagamento de cada parcela, com data de vencimento de acordo com o acima pactuado.

A CONTRATADA fornecerá nota fiscal, sobre a qual será(ão) retido(s) os tributos previstos em Lei, se for o caso.

## CLÁUSULA QUINTA - Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação do Orçamento-Programa anual da CONTRATANTE:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.02	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS
04.122.0001.1002	AMPLIAÇÃO DA SEDE DA AMMVI
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
1000014	RECURSOS ORDINÁRIOS

## CLÁUSULA SEXTA - Do Direito de Fiscalização:

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, tributárias, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pela CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

## CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade da CONTRATADA:



Sem prejuízo das demais obrigações prevista no Instrumento Convocatório, a CONTRATADA responsabilizar-se-á, ainda:

- a) pela aceitação dos acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar por escrito, em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- b) pela contratação do pessoal, fornecimento de todos os produtos, materiais, transporte, ferramental e equipamentos necessários para execução dos serviços nos locais indicados no Instrumento Convocatório;
- c) em refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço por má execução, trabalho defeituoso, ou com acabamento insatisfatório, bem como a execução fora das especificações técnicas;
- d) em fornecer e obrigar os empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individual, bem como as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;
- e) em apresentar as guias de encargos sociais devidamente pagas, inclusive a relação de empregados do FGTS e a guia de recolhimento da Previdência Social (INSS);
- f) atender todas as orientações e cumprir as recomendações e notificações da Comissão responsável pela fiscalização, acompanhamento, recebimento das etapas e definitivo do objeto contratual;
- g) responsabilizar-se por todos os encargos, despesas e honorários advocatícios de possível demanda trabalhista, tributária, ambiental, civil, penal ou que esteja relacionada direta ou indiretamente à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

#### CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

- I - o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido;
- II - o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução do objeto contratual e/ou na entrega total deste;
- III - o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da CONTRATANTE (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa de seus créditos pelos fornecimentos/serviços executados ou das garantias prestadas, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

#### CLÁUSULA NONA - Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretarão as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

- a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a CONTRATANTE, e seus Municípios associados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo da CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Das Condições Gerais:

Será designada, pela CONTRATANTE, uma comissão para acompanhar e fiscalizar o presente contrato, dela fazendo parte o Secretário Executivo e os profissionais do quadro permanente da Assessoria de Engenharia desta Associação.

Integra o presente contrato todas as disposições, obrigações e responsabilidades constantes do Instrumento Convocatório da Licitação Tomada de Preços nº 008/2014, complementarmente aos dispositivos deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Blumenau (SC), xx de xxxxx de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
PRESIDENTE da CONTRATANTE

xxxxxxxxxxxxxx  
REPRESENTANTE LEGAL DA  
CONTRATADA

#### MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Obra: Aparelhos e Instalações de Splits - AMMVI  
Quantidade: 14 unidades  
Data: Outubro / 2014

#### GENERALIDADES

O presente memorial descritivo tem por objetivo descrever sucintamente a obra, especificar os materiais e técnicas a serem empregados na execução dos serviços, e complementará as informações que não puderam ser colocadas em planta.

Todo e qualquer material a ser fornecido e empregado deverão ser de primeira qualidade obedecendo às normas, especificações e métodos da ABNT.

#### APARELHOS DE AR-CONDICIONADOS (SPLITS)

Os aparelhos de Split (evaporada e condensadora) serão todos brancos, com o sistema de filtro antibacteriano. Selo Procel do



INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

- Split 18.000 BTUs  
FRIO

Classe "A" no consumo de energia, frente branca, filtro antibactérias, monofásico.

- Split 24.000 BTUs  
FRIO

Classe até a "C" no consumo de energia, frente branca, filtro antibactérias, monofásicos.

- Split 30.000 BTUs  
FRIO

Classe até a "C" no consumo de energia, frente branca, filtro antibactérias, monofásico.

- Split 60.000 BTUs  
FRIO

Classe até a "C" no consumo de energia, frente branca, filtro antibactérias, trifásico.

Modelo Piso Teto, com as grades dos filtros abaixo da evaporador.

#### DESCRIÇÃO DOS LOCAIS DOS SERVIÇOS COM SPLITS NOVOS

Térreo

Cozinha: 18.000 BTU/h

1º Andar (Edificação Frontal)

Sala de Reunião: 18.000 BTU/h

Direção Técnica: 18.000 BTU/h

Jurídico: 18.000 BTU/h

Diretoria: 24.000 BTU/h

Direção Administrativa: 24.000 BTU/h

1º Andar (Edificação Auditório)

Sala: 18.000 BTU/h

Circulação: 30.000 BTU/h

Palco: 30.000 BTU/h

Auditório: 60.000 BTU/h

Auditório: 60.000 BTU/h

Auditório: 60.000 BTU/h

Auditório: 18.000 BTU/h

2º Andar

Comunicação: 18.000 BTU/h

#### DESCRIÇÃO DOS LOCAIS DOS SERVIÇOS COM SPLITS EXISTENTES

1º Andar (Edificação Frontal)

Sala de Reunião:

- Remoção de 2 máquinas completas (evaporadora e condensadora) de 12.000btus e 9.000btus;

Ouvidoria:

- Instalação dessa máquina completa (evaporadora e condensadora) de 12.000btus.

3º Andar (Edificação Frontal)

Sala do Cisammvi:

- Remoção e colocação para troca de 2 máquinas completas (evaporadora e condensadora) de 12.000btus e 18.000btus;

#### RESPONSABILIDADES DA AMMVI

A armazenagem segura dos produtos no local da obra.

As tubulações do dreno e da condensadora já estão prontas, bem como a energia elétrica.

Caso haja a necessidade do serviço de corte de parede, furo em viga, reboco, encanador com dreno, eletricista com alimentação

e comando, fiação, acabamento, tubulação de cobre excedente, será verificado com o setor de Planejamento da Ammvi.

#### RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR E INSTALADOR

Fornecimento, Transporte, montagem, impostos e todos os recursos necessários para a instalação do produto.

A montagem dos produtos na obra, bem como a supervisão técnica durante a mesma.

Garantia do produto do fabricante após a data de instalação dos mesmos. Cobrir defeitos originais dos produtos.

Garantia da instalação após a data de instalação dos mesmos. Cobrir defeitos da instalação dos produtos.

Valor da instalação para evaporadora e condensadora, com todo material necessário, cabo PP, tubulação de cobre isolada, suportes e mão-de-obra especializada com garantia credenciada.

Todo equipamento com controle remoto total digital.

ART - Crea e honorários do engenheiro responsável.

#### OBSERVAÇÕES GERAIS

O prazo de entrega e execução dos serviços se iniciará após a liberação, num total de 60 dias.

#### LIMPEZA FINAL

A limpeza durante os trabalhos deverá contemplar todos os locais de forma a não prejudicar as atividades da Contratante.

Ao final dos trabalhos deverão ser observadas todas as áreas, com muita atenção, identificando inclusive eventuais reparos na pintura, paisagismo e pavimentação, resultado numa obra entregue totalmente limpa.

Toda a obra será limpa e desimpedida de entulhos.

Objeto: Aparelhos, instalações e remoção de ar-condicionado (splits) - Etapa 5.

Quantidade: 14 (catorze).

Data: Outubro/2014.

#### ESTIMATIVA DE CUSTO

Nº	MATERIAL/SERVIÇO	QUANT.	UNIT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	APARELHOS COMPLETOS (AR FRIO)				
01.01	Split de 18.000 BTU/h - Classe "A"	7	unid		
01.02	Split de 24.000 BTU/h - Classe até a "C"	2	unid		
01.03	Split de 30.000 BTU/h - Classe até a "C"	2	unid		
01.04	Split de 60.000 BTU/h - Classe até a "C"	3	unid		
TOTAL DO ITEM 01					
02	REMOÇÃO				
02.01	Split de 09.000 BTU/h	1	unid		
02.02	Split de 12.000 BTU/h	2	unid		
02.03	Split de 18.000 BTU/h	1	unid		
TOTAL DO ITEM 02					
03	INSTALAÇÃO				
03.01	Split de 09.000 BTU/h	1	unid		
03.02	Split de 12.000 BTU/h	2	unid		
TOTAL DO ITEM 03					
04	ART-CREA E HONORÁRIOS				
04.01	Engenheiro	1	conj.		
TOTAL DO ITEM 04					
TOTAL GERAL					R\$ 0,00



Obs.:

a) Para execução integral desta Etapa, será de responsabilidade da licitante qualquer complemento de material e/ou serviço não contemplado ou insuficiente neste quantitativo estimado, sem aditivo de preço.

b) Os demais anexos e informações do Instrumento Convocatório devem ser solicitados na Assessoria de Planejamento Urbano, Engenharia e Arquitetura da AMMVI, em sua sede localizada na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, telefone (47) 3331.5825, na cidade de Blumenau (SC), de Segunda a Sexta-Feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

## Consórcios

### AGIR

#### Aviso de Audiência Pública Nº 001/2014 - AGIR

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR e o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, no uso das atribuições legais, vêm, com base no Regimento Interno da AGIR, estabelecer as regras para a Audiência Pública nº 001/2014, tendo como objeto a minuta, respectivamente, das Resoluções nº 005/2014 e 006/2014, as quais versam sobre os Procedimentos para Comunicação de Interrupções Programadas na Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e da Coleta de Esgoto Sanitário Regulados pela Agir e dá Outras Providências; e sobre o Programa de Contabilidade Regulatória para o Saneamento Básico aos Municípios Consorciados a AGIR.

A Audiência Pública nº 001/2014 ocorrerá no Auditório da Fundação Municipal de Desportos □ FMD, localizada na Rua: Alberto Stein, nº 544 - Bairro: Velha, CEP: 89.036-200 - Blumenau/SC, com início às 13:30 horas e encerramento às 17:00 horas do dia 29/10/2014.

O regulamento, a documentação e a ficha de inscrição da Audiência Pública nº 001/2014 podem ser obtidos no endereço eletrônico <http://www.agir.sc.gov.br>, na sede da AGIR localizada na Rua: Alberto Stein, nº 466 - Bairro: Velha, CEP: 89-036-200 - Blumenau/SC, ou através do e-mail: [ana@agir.sc.gov.br](mailto:ana@agir.sc.gov.br).

Blumenau (SC), em 06 de outubro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretora Geral da AGIR

ANISIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação da AGIR

#### Regulamento da Audiência Pública Nº 001/2014 - AGIR

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR e o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, no uso das atribuições legais, vêm, com base no Regimento Interno da AGIR, estabelecer as regras para a Audiência Pública nº 001/2014, tendo como objeto a minuta, respectivamente, das Resoluções Normativas nº 005/2014 e 006/2014, as quais versam sobre os Procedimentos para Comunicação de Interrupções Programadas na Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e da Coleta de Esgoto Sanitário Regulados pela Agir e dá Outras Providências; e sobre o Programa de Contabilidade Regulatória para o Saneamento Básico aos Municípios Consorciados a AGIR.

##### 1. OBJETO:

A Audiência Pública de que trata este Regulamento, aprovado nas Reuniões do Comitê de Regulação da AGIR, realizadas em 29/07/2013 e 29/08/2013, tem por objetivo recolher dos interessados as contribuições, opiniões e sugestões sobre as minutas de Resolução acima evidenciadas, nos municípios onde os prestadores de serviços públicos sejam regulados pela AGIR. A lista dos municípios delegatários da atribuição de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico encontra-se



disponível no site da AGIR, qual seja: <http://www.agir.sc.gov.br>. A Audiência Pública busca interagir com os cidadãos, os prestadores de serviços e a sociedade civil organizada, contribuindo para a melhor análise e discussão da matéria pela AGIR. A realização desta Audiência Pública coaduna com um dos princípios fundamentais estabelecidos na Lei nº 11.445/2007, que trata da transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados.

A documentação objeto da Audiência Pública nº 001/2014; ou seja, as minutas das Resoluções Normativas nº 005/2014 e 006/2014 podem ser obtidas no site da AGIR, qual seja <http://www.agir.sc.gov.br> ou na sede da AGIR, localizada na Rua: Alberto Stein, nº 466 - Bairro: Velha, CEP: 89.036-200 - Blumenau/SC ou ainda através do e-mail: [ana@agir.sc.gov.br](mailto:ana@agir.sc.gov.br).

## 2. DATA/HORÁRIO E LOCAL:

A Audiência Pública nº 001/2014 ocorrerá no Auditório da Fundação Municipal de Desportos □ FMD, localizada na Rua: Alberto Stein, nº 544 - Bairro: Velha, CEP: 89.036-200 - Blumenau/SC, com início às 13:30 horas e encerramento às 17:00 horas do dia 29/10/2014.

## 3. INSCRIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS:

A Audiência Pública será realizada em sessão solene e com acesso livre e gratuito a todos os interessados.

Os participantes interessados deverão fazer inscrição, preenchendo formulário disponibilizado no site da AGIR (<http://www.agir.sc.gov.br>), na sede da AGIR conforme endereço acima declinado, ou na data da Audiência Pública, no próprio local da sua realização.

Deve constar do formulário: nome, endereço completo, telefone, fax, nome da entidade/empresa que representa e número do documento de identidade. Salienta-se que somente poderão fazer a exposição na Audiência Pública aqueles que preencherem o citado formulário de inscrição.

Cabe informar que um mesmo interessado não poderá realizar mais de uma apresentação.

O período de inscrição aos expositores interessados é o que se segue:

- Até às 17:00 horas do dia 28/10/2014.
- As inscrições deverão ser efetivadas através do envio por meio do endereço eletrônico [ana@agir.sc.gov.br](mailto:ana@agir.sc.gov.br) e pelo fax (47) 3331-5828. Ainda, considerar-se-ão efetivadas as inscrições entregues pessoalmente na sede da AGIR.

- Inscrições posteriores ao período supramencionado poderão ser consideradas caso o espaço físico e o tempo total previstos para as manifestações do público não estejam completamente preenchidos pelas inscrições prévias. Estas eventuais inscrições serão consignadas no dia e local da realização da Audiência Pública.

As exposições serão sempre orais e no âmbito da realização da Audiência Pública.

Não será admitido o uso ou a utilização de palavras ou expressões ofensivas ou injuriosas, sendo descartadas as contribuições que possuírem tal conteúdo.

## 4. PROCEDIMENTOS:

### a) SOLENIDADE DE ABERTURA:

A Audiência Pública terá início com a formação da Mesa Diretora, no local, data e horário previstos.

A Mesa Diretora será composta pelo Diretor Geral da AGIR e Coordenador da Mesa Diretora, pelo Presidente do Comitê de Regulação e por um Secretário.

O Coordenador da Mesa Diretora poderá, a seu exclusivo critério, chamar a tomar assento à mesa técnicos e consultores, conforme exigir a exposição dos trabalhos.

O Secretário será designado pelo Coordenador, por ocasião da

composição da Mesa Diretora.

### b) EXPOSIÇÃO TÉCNICA:

A sessão da Audiência Pública se iniciará com apresentação técnica sobre as minutas da Resolução nº 005/2014 e 006/2014.

A AGIR fará a exposição técnica limitada a 60 (sessenta) minutos. Na segunda parte da tarde, a Mesa Diretora abrirá para pronunciamento dos inscritos.

O tempo permitido para cada exposição/pergunta será, em princípio, de 05 (cinco) minutos, sendo que este tempo poderá ser dimensionado pelo Coordenador da Mesa Diretora em razão do número dos inscritos. O tempo inicial poderá ser estendido, a critério exclusivo do Coordenador da Mesa Diretora, caso se faça necessário para melhor entendimento das questões apresentadas pelos expositores. Ao final das exposições, caso ainda subsista tempo, poderá, a critério exclusivo do Coordenador da Mesa Diretora, ser concedido, àqueles que assim o desejarem, tempo adicional para novas considerações sobre suas exposições.

As exposições dos interessados inscritos serão por ordem de inscrição. No entanto, a critério exclusivo da Coordenação da Mesa Diretora, poderá ser admitida outra ordem, desde que garanta melhor apresentação dos trabalhos, minimize dificuldades ou atenda a critérios previstos em legislação pertinente.

Não serão permitidos apartes.

O Coordenador e demais integrantes da Mesa Diretora poderão fazer perguntas aos expositores para a obtenção de esclarecimentos adicionais, eventualmente, necessários.

Todos os depoimentos e exposições serão registrados e divulgados pela AGIR por meio de ata, de forma a preservar a integridade de seus conteúdos e o seu máximo aproveitamento como subsídios ao aprimoramento a que se destina a Audiência Pública.

## 5. DA DURAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

A Audiência Pública nº 001/2014 terá seu início às 13:30 horas e encerramento às 17:00 horas do dia 29/10/2014.

A Audiência Pública poderá ter o encerramento antecipado ou prorrogado, a critério do Coordenador da Mesa Diretora e o seu encerramento será efetuado pelo Coordenador da Mesa Diretora.

Blumenau (SC), em 06 de outubro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

ANISIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação da AGIR

## Ficha de Inscrição Para Os Participantes da Audiência Pública Nº 001/2014 - AGIR

FICHA DE INSCRIÇÃO: PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014

Nome:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

Telefone:

Fax:



E-mail:

Entidade/Empresa:

Cargo:

Identidade:

Obs.:

- Esta ficha deverão ser remetida para sua efetivação através do endereço eletrônico ana@agir.sc.gov.br ou pelo fax (47) 3331-5828. Ainda, considerar-se-ão efetivadas as inscrições entregues pessoalmente na sede da AGIR, localidade na Rua: Alberto Stein, nº 466 - Bairro: Velha, CEP: 89.036-200 - Blumenau/SC.

## ARIS

### Portaria Nº 004/2014

PORTARIA/Diretor-geral nº 0xx/2014

Interrompe férias do servidor público RICARDO MARTINS.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 57 do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS,

#### RESOLVE:

Art. 1º Interromper, de 22 a 28 de novembro de 2014, o gozo das férias do servidor RICARDO MARTINS, ocupante do cargo de Diretor de Regulação, tendo em vista a os acontecimentos de fato fortuitos nos Sistema de Água que atende os municípios de Rio do Sul, Agronômica, Aurora, Laurentino e Lontras.

Parágrafo único. O restante do período para o gozo dos dias será em 30 de outubro e 5º de novembro do corrente ano.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 21 de outubro de 2014.

Adir Faccio  
Diretor-Geral

## CIGA

### Dispensa de Licitação Nº 10/2014

Ato de Dispensa nº 10/2014

Processo de Licitação nº 18/2014

Objeto: Aquisição de 1 (um) veículo, zero quilômetro, conforme especificações constantes no Termo de Referência anexo.

Contratado: Renault do Brasil S/A  
CNPJ: 00.913.443/0001-73

VALOR: R\$ 72.616,70 (setenta e dois mil e seiscentos e dezesseis reais e setenta centavos)

Florianópolis, 20 de outubro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a aquisição de 1 (um) veículo, zero quilômetro, conforme condições e especificações presentes neste Termo.

##### 1.1. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Item	Requisito Mínimo
Ano/Modelo	2014/2015
Motor	Flex em 2.0
Potência (cv/rpm) - Gasolina	130/5000
Potência (cv/rpm) - Etanol	135/5000
Tração	Dianteira
Transmissão	Automática tipo CVT
Rodas	Liga leve 16" ou 17"
Pneus	205/50 R16 ou R17"
Direção	Elétrica com assistência
Suspensão dianteira	Tipo MacPherson
Suspensão traseira	Tipo barra de torção
Distância entre eixos (mm)	2.500
Altura(mm)	1.450
Largura	1.700
Capacidade Tanque Gasolina	50
Volume do Porta Malas	450
Farol de Neblina	Independente do farol principal
Limpador de para-brisa	Dianteiro (traseiro opcional)
Retrovisores	Regulagem Elétrica na cor do veículo
Ar condicionado	Digital Dual Zone
Sistema Multimídia	Com visor lcd 4" - CD/AM-FM/USB/P2/bluetooth com comando no volante e GPS integrado.
Auto falantes	2 dianteiros e 2 traseiros
Banco do motorista	Com regulagem de altura
Cintos de segurança dianteiros	3 pontos com pré-tensionador e regulagem de altura
Cintos de segurança traseiros	Pontos para todos os ocupantes
Coluna de direção (volante)	Com regulagem de altura e profundidade
Console central	Com porta-copos
Encosto de cabeça	Todos os ocupantes
Iluminação interna	Dianteira individual, central e no porta-malas
Para-sois	Com espelho para passageiro
Vidros	Elétricos/Do motorista com função um toque e anti-esmagamento
Airbag	Frontal para motorista e passageiro e laterais.
Barras de proteção lateral	De fábrica
Chave	Com controle de trava nas portas
Freios	A disco nas quatro rodas sistema ABS e EBD
Classificação no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular	A, B ou C
Meio Ambiente	Veiculo deve respeitar e estar Homologado no PROCONVE/IBAMA
Garantia	3 anos de fábrica
Entrega do veículo	Na sede do CIGA sem custo de frete adicional
Manutenção	Dispor de pelo menos uma oficina autorizada para a manutenção na região da Grande Florianópolis



**2. JUSTIFICATIVA**

A presente aquisição visa suprir a necessidade do CIGA de possuir veículo próprio para deslocamento de seus empregados na realização de atividades inerentes às suas atribuições, bem como para o deslocamento com a finalidade de representar o CIGA e para prestar serviços e atender aos municípios consorciados.

**3. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

3.1. A licitante vencedora deverá entregar o veículo no prazo máximo 30 (trinta) dias consecutivos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da Nota de Empenho ou da requisição de compra;

3.2 A licitante vencedora deverá substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

**4. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

O valor máximo admissível na aquisição do presente objeto é de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

**5. PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis do recebimento definitivo, e será creditado em conta corrente do licitante vencedor.

---

**CIS/AMUREL**

---

**Edital de Convocação de Ago - Outubro 2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de outubro de 2014, às 09h30min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h45min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; (cópia entregue)
- II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis, referente ao 4º bimestre de 2014;
- III. Licitação de Medicamentos
- IV. Assuntos Diversos.

Tubarão, 15 de outubro de 2014.

JAIME WENSING

Presidente do CISAMUREL

---

**CIS/AMURES**

---

**Portaria Nº 10/2014**

PORTARIA Nº 10/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Edelvânio Nunes Topanoti, no uso de suas atribuições que lhe confere o respectivo estatuto, em seu artigo 22, inciso XX.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o médico do trabalho, Renê Antonio Anzê Pacheco, para realizar avaliação médica admissional dos candidatos aprovados no Concurso Público edital nº 01/14, os quais assumirão vagas de empregos públicos junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, também conforme número de vagas segundo categoria funcional previsto no mesmo edital.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 16 de Outubro de 2014.

EDELVÂNIO NUNES TOPANOTI

Presidente do CIS/AMURES